REVISTA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

VOLUME XXI



COIMBRA, 1971

REVISTA

DA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

REVISTA

DA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

VOLUME VINTE E UM



centro ciência viva
RÓMULO DE CARVALHO

COIMBRA
1971

Composto e impresso na «Imprensa de Coimbra, L.da»
Largo de S. Salvador, 1-3 — Coimbra

OS ALMANAQUES PORTUGUESES DE MADRID

INTRODUÇÃO

1 — A ASTROLOGIA EM PORTUGAL ANTES DA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

A história das origens da náutica astronómica, pela primeira vez introduzida nos descobrimentos marítimos das últimas décadas do século XV (1), passou por diversas fases antes de chegar ao caminho seguro, e de tão prometedoras perspectivas, desde há uns anos aberto na sua frente.

Os cronistas do século XVI (João de Barros (2), Gaspar Correia (3), etc.), apenas episòdicamente se referiram à técnica das navegações desse tempo, e nem sempre as poucas palavras que sobre o assunto escreveram reflectem com absoluta exactidão os trabalhos empreendidos para a resolução astronómica de um dos problemas fundamentais das navegações quatrocentistas. Assim, documentado num passo onde João de Barros falou dos assinalados serviços prestados, em tal matéria, por Martin Behaim, pôde Alexandre Humboldt reinvindicar para a astronomia alemã do século XV, através de Regiomontanus, o mérito de ter fornecido os elementos necessários à solução do problema das latitudes por observações solares (4).

A tese de Humboldt teve grande aceitação mesmo entre historiadores portugueses, e Oliveira Martins chegou a ampliá-la até a inverosimilhança, entrevendo o Infante D. Henrique absorvido na leitura de textos de astrónomos alemães, que Luciano Pereira da Silva mostrou não estarem divulgados ou nem sequer escritos à data da morte do príncipe (5).

Tal interpretação veio, porém, a ser expressamente posta em causa em

---

(1) Veja-se a nota I no final desta Introdução.

(2) *Décadas da Asia,* Déc. I, Liv. IV, Cap. 2.º, Lisboa, 1778, Vol. I, p. 280.

(3) *Lendas da Índia* (in *Col. de Docs. Inéditos para a História das Conquistas dos Portugueses*), t. I, Lisboa, 1858, p. 262. Gaspar Correia atribui a Zacuto os regimentos do Sol e da Estrela do Norte, e bem assim a invenção do astrolábio, além de práticas astrológicas que conduziram à previsão do sucesso da viagem de Vasco da Gama; mas as mesmas palavras usadas por Correia sugerem-nos que teria recolhido tais notícias de uma tradição já muito alterada pelo tempo.

(4) A. Humboldt, *Examen Critique de l'Histoire de la Géographie du Nouveau Continent et des Progrès de l'Astronomie Nautique au XV.e et XVI.e siecles,* t. I, Paris, 1836, pp. 256 e ss..

(5) Luciano Pereira da Silva, «A propósito das leituras do Infante», in *Obras Completas,* Vol. III, Lisboa, 1946, pp. 7 e ss..

trabalhos de Joaquim Bensaúde (6), e indirectamente negada em vários estudos consagrados por Luciano Pereira da Silva à astronomia náutica. Devem-se a estes dois historiadores, a Fontoura da Costa (7) e a António Barbosa (8), as primeiras contribuições para o inventário das fontes donde procederam os elementos utilizados na marinharia dos Descobrimentos.

Pela sua parte, Joaquim Bensaúde empreendeu a divulgação de textos de interesse náutico que estavam ignorados ou eram mal conhecidos (9), e que suficientemente justificavam, só por eles, o meritório trabalho de revisão que todos os historiadores citados levaram depois a cabo. Mas ao divulgar esses escritos, onde se apresentavam os dados essenciais de que se constituiu a arte de navegar dos pilotos portugueses dos séculos XV e XVI, Bensaúde propôs também, em substituição da tese de Humboldt, uma outra hipótese quanto à génese dos dados nela aproveitados: em sua opinião, eles proviriam da astrologia judaica, a que D. João II e os responsáveis pela evolução das navegações teriam recorrido no momento oportuno.

Não havendo dúvidas de que fora aproveitado o *Almanach Perpetuum* de Abraão Zacuto para a construção das tábuas incluidas nos guias náuticos impressos nos primeiros anos do século XVI, e em várias outras obras redigidas na primeira metade desse século; sabendo-se que na elaboração do regimento do Sol, para a observação de latitudes a partir de alturas meridianas deste astro, colaboraram judeus; e tendo-se averiguado também que vários astrólogos hebreus exerceram a sua actividade em Portugal, e que um deles, Aben Verga, vivendo em Lisboa durante algum tempo por meados do século XV, preparou possivelmente nesta cidade as tábuas astronómicas citadas na carta-prefácio do Almanach Perpetuum (10); a tese de Joaquim Bensaúde estava já suficientemente instruida, não sendo por isso de surpreender que outros dados, posteriormente revelados ou valorizados, viessem confirmá-la de um modo notável.

Todavia, sublinhando que, anteriormente à sua intervenção na náutica, os conhecimentos que definiam a astrologia como técnica de observação astronómica tinham apenas circulado em meios europeus relativamente

---

(6) *L'Astronomie Nautique au Portugal à l'Époque des Grandes Découvertes*, Bern, 1912, pp. 22 e ss.; *Les Légendes Allemandes sur l'Histoire des Découvertes Maritimes Portugaises*, Vol. I, Genéve, 1917-1920 e Vol. II, Coimbra, 1927.

(7) *Marinharia dos Descobrimentos*, 3.ª ed., Lisboa, 1960.

(8) *Novos Subsídios para a História da Ciência Náutica Portuguesa da Época dos Descobrimentos*, Porto, 2.ª ed., 1948.

(9) *Almanach Perpetuum*, de A. Zacuto; guias náuticos dos primeiros anos do século XVI (1509 (?) e 1516); *Tratado da Esfera* de Pedro Nunes; etc.; constituem a colecção de edições facsimiladas que Bensaúde deu a lume sob o título de *Histoire de la Science Nautique Portugaise*.

(10) Ed. facsimilada de J. Bensaúde, in *Epistola actoris ad episcupum salamantice*, onde se lê: «Alli volentes hunc defectum corrigere [refere-se aos defeitos correntes das tábuas astronómicas]: tabulas suas, sub brevioribus modis calculaverunt, de quorum numero fuit Abenverga hebreum».

restritos, apesar de apresentados em várias obras que proliferaram em cópias; e, por outro lado, insistindo muito justamente no papel de relevo, desempenhado por Abraão Zacuto e pelo seu discípulo José Vizinho (11), nos indispensáveis trabalhos de adaptação a que foram submetidos alguns dados dessa técnica, para satisfazerem às exigências da sua utilização na náutica; Joaquim Bensaúde dava oportunidade a que dos seus trabalhos se depreendesse esta ideia: por meados do século XV ainda seriam muitos raros os homens que, em Portugal, possuiam preparação suficiente para levarem a bom termo tarefas daquela envergadura.

Sabia-se que a prática de coligir horoscopos ou de emitir prognósticos, que era o objecto da astrologia judiciária, já no princípio do século XV, pelo menos, gozava no nosso país de larga audiência (12), muito embora também fosse exercida quase que só por astrólogos judeus; mas tudo o que Bensaúde apurara sobre o assunto parecia mostrar que a parte verdadeira técnica da astrologia ainda por esse tempo seria, a bem dizer, desconhecida, só tendo começado a despertar interesse depois do seu aproveitamento na arte de navegar (13).

Porém, a partir de 1932, data em que Jaime Cortesão chamou mais insistentemente a atenção para a existência, na Biblioteca Nacional de Madrid, de um almanaque redigido, na sua maior parte, em língua portuguesa (14) — que já antes fora referenciado por Rico y Sinobas (15) e por Joaquim Bensaúde (16) —, começaram a ser reunidos testemunhos comprovativos de que a divulgação de tais matérias começou a fazer-se em Portugal bem mais cedo do que se pensava, embora sem negarem, antes confirmando, a interferência que os astrólogos judeus nela tiveram de modo directo ou indirecto, ponto essencial da tese de Bensaúde.

---

(11) É o mesmo Vizinho que se dá por discípulo de A. Zacuto, no final da tradução castelhana que fez dos cânones do *Almanach Perpetuum* (ed. facsimilada de J. Bensaúde, p. 32).

(12) Há de tais práticas eco em obras portuguesas anteriores ao século XVI, e até às vezes de maneira bastante extensa. Assim acontece, v. g., no *Livro de Montaria* de D. João I, como dizemos na nota (25).

(13) Daremos um exemplo comprovativo de que esta posição se encontra implícita nos seus trabalhos: Bensaúde dava grande relevo ao facto de ter residido em Lisboa, por volta de 1450, o astrólogo Aben Verga, que como escrevemos foi autor de umas tábuas astronómicas; mas não podia apontar factos que testemunhassem qualquer repercussão das actividades de Verga; pelo contrário, a circunstância de ser de uma obra análoga de Zacuto que se tiraram os dados para as tábuas solares náuticas, mostraria até que a presença de Verga passou sem ser notada.

(14) *História de Portugal,* dir. D. Peres, Vol. IV, 1932, pp. 197 e ss.

(15) *Libros del Saber de Astronomia,* Vol. V, Madrid, 1867, pp. 40-41 e 122-124.

(16) *Les Légendes Allemandes* (cit. na nota (6)), Vol. I, anexo 1.º, in fine. As informações de Bensaúde provêm de Rico y Sinobas (nota precedente), mas é de assinalar que o historiador português, embora sem ter visto o Códice, o relacionava já com um almanaque de Profácio; hipótese que em parte se confirmou, como foi verificado por Millás Vallicrosa e mais adiante diremos.

Alguns dos factos que assim apontaram, em última análise, a necessidade de se proceder a uma revisão da cultura portuguesa anterior ao século XVI, provêm de escritos só postos em evidência nos últimos anos, por serem desconhecidos ou não estarem estudados de maneira conveniente; mas foi ainda possível inferir outros dados de significado afim, no decurso de investigações efectuadas sobre temas aparentemente muito distanciados dos problemas que especificamente se relacionam com a astronomia e a náutica.

Através dos textos recentementos integrados na História da Cultura Portuguesa, ou em vias de o serem, não é já possível recusar que a astrologia árabe e judaica, nos seus dois aspectos técnico e judiciário, teve entre nós maior aceitação do que se supunha, e muito antes de ter sido reclamado o seu concurso para o apetrechamento da marinharia. Para darmos conta disso bastará descrever sumàriamente esses escritos, como vamos passar a fazer (17):

a) Referiremos em primeiro lugar umas *Tabulae Astronomicae*, belo manuscrito do final do século XIV ou príncipio do imediato, existente na Biblioteca da Ajuda (Códice 52-VI-25) e ainda inédito (18). Embora alimentemos a ambição de estudar e publicar este códice, só o conhecemos de uma breve consulta que não nos permitiu ajuizar da sua origem, nem encontrar qualquer elemento, porventura fornecido pelo contexto, que indique em que data entrou em Portugal. É apenas possível, mas não certo, que tivesse estado ao serviço de algum astrólogo, e no nosso país, ainda no século XV, pois a impressão do *Almanach Perpetuum* de Zacuto, em 1496, veio a tornar dispensável, logo depois desta data, a aquisição dispendiosa de um códice com tábuas astronómicas.

Podemos ainda acrescentar que o manuscrito tem um aspecto muito cuidado e parece ser mais completo do que o códice de Madrid, que é objecto do presente trabalho.

b) Numa obra de Moritz Steinschneider editada em 1893 (19), no

---

(17) Não incluiremos nesta resenha enumerativa a tradução quatrocentista, atribuída um tanto arbitràriamente ao Infante D. Henrique, da obra *Segredo dos Segredos*, cuja autoria é abusivamente imputada a Aristóteles. A. Moreira de Sá editou recentemente esta versão (Lisboa, 1960), e supôs-se que ela em definitivo mostrava não terem fundamento as conjecturas tecidas em redor da obra, todas baseadas na sua descrição muito sumária que dá o *Registrum*, organizado por Fernando Colombo, da livraria em parte reunida por seu pai, o navegador Cristóvão Colombo (Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XV*, Vol. I, Coimbra, 1949, pp. 283 e ss.). Mas Guy Beaujouan mostrou posteriormente que o problema continua em aberto, pois um índice da tradução atribuída ao Infante, que encontrou na Biblioteca Colombina de Sevilha, torna muito duvidosa a sua identificação com o livro publicado por Moreira de Sá (V. Guy Beaujouan, «Le Traité d'Astrologie d'Henri de Navigateur», in *Romania*, Vol. 82 (1961), pp. 95-105). Todavia, esse índice confirma que o livro se interessava apenas pela astrologia judiciária, tal como se suspeitava.

(18) Armando Cortesão, *Cartografia Portuguesa Antiga*, Lisboa, 1960, p. 51.

(19) *Die hebraeischen Uebersetzungen des Mittellalters und die Juden als Dolmetscher*, Berlin, 2 vols. (com paginação seguida), p. 578.

artigo dedicado a Aben Ragel, assinala-se a existência de um manuscrito do Museu Britânico contendo uma obra daquele astrólogo árabe, traduzida em «dialecto hispânico», da «fronteira de Portugal», e com a particularidade muito interessante de estar transcrito em caracteres hebraicos. Esta tradução vem datada pelo calendário judaico, correspondendo o ano indicado a 1410/11 da era cristã.

A que dialecto da fronteira de Portugal se referia Steinschneider? A informação fora este autor bebê-la a uma obra de Neubauer, publicada em em 1866 (20), mas no volume IV da sua *Bibliotheca Hebraeae*, catálogo monumental organisado no princípio do século XIX (21), J. Ch. Wolfius diz expressamente que a versão é em língua portuguesa, «sed literis hebraicis».

A esta notícia com mais de um século, só recentemente se deu a atenção devida. Informa-nos A. Moreira de Sá (22) que a obra atribuida a Aben Ragel e nesse códice passada à nossa língua, é *De judicis astrorum*, muito lida nos séculos finais da Idade Média; corria não só em latim e hebraico como em várias línguas vulgares (catalão, holandês, francês, etc.), tendo estas últimas traduções sido feitas sobre o texto espanhol, preparado por ordem de Afonso X de Castela sob o título: *El Libro Conplido en los judizios de las estrellas*.

Se o interesse cosmográfico ou astronómico deste texto é secundário (o seu alcance é sobretudo astrológico), nem por isso deixa de ser muito importante a existência daquela tradução portuguesa: sendo, como é, um elemento seguro para se poder afirmar que os astrólogos residentes em Portugal se não limitavam à utilização rotineira das regras comuns da sua arte, é também um testemunho forte em apoio da opinião de Joaquim Bensaúde sobre a relevância do contributo judaico para a divulgação que entre nós então se fez dos conhecimentos deste género, como logo se conclui da circunstância de terem sido utilizadas no manuscrito letras hebraicas (23). Por isso se nos afigura muito oportuna a sua próxima edição, confiada a Gerold Hilty e anunciada para os *Acta Universitatis Conimbrigensis*.

c) Mas entre os códices do Museu Britânico existe ainda um outro manuscrito nas condições do anterior, isto é, contendo uma versão portuguesa também transcrita nos caracteres gráficos usados pelos judeus (24). Trata-se do *Livro de Mágica*, atribuido ao astrólogo João Gil (que, no entanto,

---

(20) *Catalogue of the hebrew manuscripts of the Bodl. Library*, Oxford, Vol. I (1886) e Vol. II (1906). O ms. referido vem descrito sob o n.º 2031.

(21) Hamburgo, 1815-1833, Vol. IV, p. 781.

(22) «A propósito da próxima edição de três traduções portuguesas inéditas do século XV», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Vol. I (1960), pp. 563 e ss.. A sua tradução castelhana do século XIII, mais abaixo referida, foi editada recentemente (Madrid, 1954), com estudo e notas de Gerold Hilty, pela Real Academia Española.

(23) A. Moreira de Sá sugere que a tradução seja da autoria de José Guedelha, guiado pelo nome que aparece no texto como sendo o do tradutor, e que embora estropiado pode, na verdade, referir aquele médico e astrólogo que viveu na corte portuguesa.

(24) A. Moreira de Sá, *loc. cit.*, p. 567.

se presume tenha sido apenas o calígrafo da cópia a que o tradutor recorreu), citado mais de uma vez no *Livro de Montaria* (25) e que Luciano Pereira da Silva logrou identificar (26), utilizando documentos publicados por Rubio y Lluch (27).

Este texto, cuja edição também se projecta fazer nos *Acta* da Universidade de Coimbra, com um estudo do especialista espanhol González Llubera, — vem reforçar as conclusões inferidas a partir da tradução de Aben Ragel, se bem que só a primeira das sete partes de que se compõe o *Livro de Mágica* contenha, possìvelmente, matéria com interesse astronómico, pois trata-se de uma obra que versa essencialmente aspectos da astrologia judiciária.

d) Entre os códices provenientes da Abadia de Alcobaça que hoje se encontram incorporados na Biblioteca Nacional de Lisboa, há um, com a cota CCCLXXXIII — 285, que inclui um manuscrito latino, visivelmente do século XV, com extensos fragmentos do *Tratado da Esfera* de Sacrobosco. Tivemos oportunidade de o publicar em 1959 com alguns comentários (28); sem retormarmos aqui o fio dessas considerações, sublinharemos que o conhecimento deste manuscrito veio pôr em causa uma afirmação de Duarte Leite: este historiador adiantara em uma das suas obras (29) que aquele tão divulgado livro do século XIII, só teria sido conhecido em Portugal depois de publicada a sua tradução portuguesa nos guias náuticos quinhentistas, aliás supostamente feita sobre uma versão castelhana. Ora por várias razões que no citado lugar expuzemos, somos levados a crer que o códice tivesse entrado na livraria de Alcobaça ainda no século XV; e como o manuscrito ostenta emendas e notas, com comentários ao texto, que se estendem pelas margens das folhas, tudo escrito com letra da mesma época, parece de aceitar que tivesse servido para o estudo dos rudimentos da cosmografia, pois é sabido, de resto, que este livro de Sacrobosco foi o compêndio mais usado para tal fim nos últimos séculos da Idade Média (30).

Embora em número reduzido, estes manuscritos já constituem pretextos para se reverem as ideias até há pouco correntemente admitidas sobre o nível da cultura portuguesa anterior à época dos Descobrimentos, e que supu-

---

(25) Ed. Gabriel Pereira, Coimbra, 1918. João Gil é citado umas cinco vezes (e uma delas a par com Aben Ragel, Albumasar e Ptolomeu), nas págs. 125-132.

(26) «O astrólogo João Gil e o *Livro da Montaria*», in *Obras Completas*, Vol. III, Lisboa, 1946, pp. 43 e ss..

(27) *Documents per l'Historia de la Cultura Catalana Mig-eval*, Vol. I, Barcelona, 1921, pp. 152 e 164.

(28) «Sobre um manuscrito quatrocentista do *Tratado da Esfera* de Sacrobosco», in *Revista da Faculdade de Ciências* da Universidade de Coimbra, Vol. 28 (1959), pp. 142 e ss..

(29) *Acerca da Crónica dos Feitos da Guiné*, Lisboa, 1941, p. 203, nota 202.

(30) Este prestígio estendeu-se ao século XVI, sendo dele provas, em Portugal, a tradução (1537) e o *Epítome* (de data desconhecida) escritos por Pedro Nunes, e o comentário de André de Avelar (*Sphaerae utriusque tabella, ad sphaerae huius mundi facilior enucleationem*, Coimbra, 1593).

nham esta dominada por livros de raiz erudita de alguns autores clássicos e medievais, na sua quase totalidade com alcance moral ou histórico.

É muito provável que textos com as características dos que naqueles manuscritos se encontram traduzidos, apenas despertassem interesse num diminuto grupo, mas que decerto incluiria médicos e astrólogos; não dispomos, por exemplo, de qualquer indicação mostrando que o ensino dos temas de que tais obras se ocupam, tivesse preocupado a Universidade, salvo talvez o pouco que a medicina pedia à astrologia, como contributo para a formulação de prognósticos clínicos ou o estabelecimento da periocidade com que deviam ser dadas as drogas aos doentes. Todavia, foi àquele grupo que se recorreu quando se tornou urgente enriquecer a náutica com uma técnica menos falível do que a até então adoptada, e os dados reunidos já denunciam, apesar de se apresentarem possivelmente ainda incompletos, como esses homens deviam possuir uma preparação suficiente para corresponderem ao que deles era exigido.

Entretanto, para além das influências directas exercidas por alguns escritos medievais de astrologia, comprovadas pelos textos que foram até agora encontrados, não seria muito arrojado fazer a previsão de que ensinamentos de não menor alcance podiam ter sido indirectamente aproveitados; e, de facto, encontra-se num trabalho ainda inédito de Guy de Beaujouan uma indicação de que, provàvelmente, assim aconteceu (31).

Tendo sido encarregado, na sua qualidade de especialista de História da ciência medieval, de reunir e estudar os códices que pertenceram à biblioteca do Colegio Viejo de San Bartolomeo, de Salamanca, pôde Beaujouan organisar a seguinte lista de obras de interesse para o estudo da astronomia, que outrora se juntaram nas estantes dessa livraria: o *Tratado da Esfera*, de Sacrobosco, e um comentário à mesma obra, escrito por Roberto Anglês; o *Tratado do Quadrante*, deste último autor; as *Tábuas Astronómicas*, de Azarquiel; o *Tratado do Astrolábio*, de Massala; e o *Tratado do Quadrante Novo* de Profatio.

A composição desta biblioteca em obras sobre tais matérias não é singular: elas aparecem incluidas, no todo ou em parte, nos recheios de muitas livrarias medievais de que até nós chegaram os inventários. Por outro lado, como já dissemos, o livro de Sacrobosco era muito provàvelmente conhecido em Portugal antes de entrado o século XVI; e no presente trabalho se indicará como as tábuas de Azarquiel serviram de protótipo aos elementos tabulares contidos em um dos manuscritos do códice português da Biblioteca Nacional de Madrid, adiante publicados.

O que torna importante, para a história da astronomia náutica portuguesa, a notícia dada por Beaujouan, é o facto, assinalado por este autor, de através dela se comprovar como as influências indirectas também podiam

---

(31) «Science livresque et art nautique», comunicação apresentada ao V Colóquio Internacional da História do Navio e da Economia Marítima, Lisboa, Setembro de 1960.

contribuir, e devem ter contribuido para os seus progressos. Na verdade, D. Diogo Ortiz, castelhano refugiado em Portugal e sucessivamente aqui nomeado bispo de Tanger e de Viseu, foi um dos conselheiros ouvidos por D. João II sobre assuntos cosmográficos e astronómicos (32); e sabe-se que frequentou aquela livraria, durante alguns anos, a partir de 1457. Não dispomos hoje de elementos seguros para afirmar que a influência de Ortiz fosse decisiva: mas em trabalho recente escrevemos que o processo de determinação de latitudes a partir de alturas meridianas de estrelas com declinações conhecidas, que supomos ter sido praticado, ainda que só excepcionalmente, na marinha portuguesa desse tempo (33), podia ter sido dado a conhecer aos pilotos por D. Diogo Ortiz, se é que a obra de Massala, onde vem exposto e se encontrava na biblioteca daquele Colégio, era ainda desconhecida em Portugal.

Reconheça-se que, não sendo fácil pressentir estas influências indirectas, apenas adivinhadas na leitura dos documentos e quando eles são interpretados da maneira mais favorável, é, por outro lado, bem frágil o valor das consequências que se infiram de dados de tal natureza (34). E por isso será na esteira da tradição da astrologia judáica que terão essencialmente de prosseguir os investigadores, até o completo conhecimento do quadro de dados astronómicos que chegaram a Portugal, antes da introdução da náutica por alturas.

2 — O CÓDICE 3349 DA BIBLIOTECA NACIONAL DE MADRID

É também na tradição da astrologia hebraica que vão inserir-se os manuscritos do códice a publicar integralmente neste trabalho: os *Almanaques Portugueses de Madrid*, assim chamados por estarem incluídos no Códice 3349 da Biblioteca Nacional daquela cidade (35).

---

(32) Luciano Pereira da Silva, «A arte de navegar dos Portugueses desde o Infante a D. João de Castro», in *Obras Completas*, Vol. II, Lisboa, 1945, pp. 328 e ss..

(33) «Algumas observações sobre o problema das latitudes na marinharia dos Descobrimentos», in *Revista da Faculdade de Ciências* da Universidade de Coimbra, Vol. 29 (1960). Um pequeno manuscrito da Biblioteca do Escorial, que publicaremos em breve, testemunha que tal processo devia ter sido, na verdade, usado na pilotagem, recorrendo os pilotos a tábuas onde se davam as horas locais das culminações superiores de algumas estrelas, em várias épocas do ano.

(34) Por exemplo: algumas citações que aparecem em textos portugueses do século XV, escritos por autores considerados como índices de uma cultura avançada, não podem, só por elas, ser consideradas testemunhos válidos. Está provado a respeito de Azurara que muitos dos trechos das suas crónicas, onde parece abonar-se em autores clássicos e medievais, foram afinal copiados de outras obras. E o que se diz de Azurara deverá possìvelmente ser aplicável a outros autores seus contemporâneos.

(35) Jaime Cortesão («Influência dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização», in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, Vol. IV, Barcelos, 1932, pp. 196 e ss.) designa um desses textos por *Almanaque de Coimbra*, pois entendia, e é na verdade bastante provável, que tivesse sido preparado nesta cidade.

Este Códice está caligrafado com letra do século XIV, e as poucas indicações de datas que nele se encontram situam-no, de igual modo, nessa época (mais exactamente: primeira metade de trezentos). Compõe-se de duas partes bem distintas, quer na estrutura do que contêm, quer ainda, como observaram Jaime Cortesão e Millás Vallicrosa (36), que o manusearam, na circunstância de terem pertencido a manuscritos diferentes, conclusão que logo nos é imposta pelo facto de os primeiros 12 fólios, correspondentes à primeira parte do Códice, serem de formato menor do que o dos restantes. Reconhece-se ainda que não há uniformidade nas características dessas primeiras 12 folhas, onde na verdade se distinguem letras de vários tipos, havendo grupos delas com diferentes dimensões, e notando-se, além disso, que varia de grupo para grupo o fabrico do pergaminho utilizado. Jaime Cortesão distinguiu aí fragmentos de quatro manuscritos (37), e Millás Vallicrosa escreveu que se podiam apartar em grupos com origens diversas, embora sem indicar o seu número. No micro-filme de que nos servimos confirma-se não ser a mesma, em todas as folhas da primeira parte, a letra do copista; mas, para além disso, apenas nos foi possível verificar que há aí alguns textos incompletos e que outros estão interpolados, factos que assinalaremos concretamente a seu tempo.

A segunda parte, apresentando uma unidade que a primeira não tem, é a mais extensa e, em certo sentido, a mais interessante sob o ponto de vista astronómico. Segundo a designação do próprio texto, trata-se de um *Almanaque Perdurável*, obra com as características do *Almanach Perpetuum*, de Abraão Zacuto. A sua origem foi indicada por Millás Vallicrosa: é a versão portuguesa de um almanaque árabe, calculado para o ano raiz de 1307 e para o meridiano de Tortosa, segundo o texto e as tábuas de Azarquiel, embora limitando-se a dar dele e delas os elementos que mais interessavam à astronomia de posição. O manuscrito português provém de uma tradução latina desse almanaque, tendo-se nele mantido na língua original as indicações das tábuas; mas foram vertidos na nossa língua, e de maneira muito correcta (38), os cânones que as precedem e ensinam, de modo abreviado, a maneira como deviam ser utilizadas.

Do explicit destes esclarecimentos com que abre o *Almanaque Perdurável*, tira-se como data provável da sua redacção, ou da sua versão, o ano de 1321, pois é relativamente a este ano que se indica a correcção a introduzir aos dados tabulares para se passar da oitava esfera ao «noveno céu». Como esta observação se não lê no texto latino, e como alguns elementos,

---

(36) «Almanaques catalanes y portugueses del siglo XIV, de origen arabe», in *Estudios sobre Historia de la Ciencia Española*, Barcelona, 1949, pp. 387 e s..

(37) *Loc. cit.* na nota (34), p. 202.

(38) Esta observação deve-se a Millás Vallicrosa. Adiante faremos acompanhar o texto português do original latino (impresso em nota), aproveitando a lição que do último foi dada por aquele historiador espanhol.

mais abaixo referidos, denunciam que os astrólogos, a quem coube fazer a versão portuguesa, possuiam uma preparação satisfatória sobre as matérias que traduziam, supomos ser de aceitar que aquela observação a eles se deva, e, portanto, seja de 1321 o trabalho de passar o texto à nossa língua.

Outro elemento que no Códice nos dá pretexto para o datar (39), encontra-se no exemplo de aplicação com que se ilustra a regra para saber o áureo número de um ano (fl. 3 v.). Faz-se o seu cálculo para 1339, e é possível, na verdade, que quem redigiu essa página fosse levado a dar como exemplo o próprio ano em que se encontrava. Se tal exemplo se deve ao tradutor do manuscrito para português (o que não é certo mas pode ser admitido como hipótese a considerar, em virtude dos tipos das letras usadas no Códice nos levarem à mesma época), o manuscrito a que essa folha pertence seria, por consequência, de 1339.

A primeira parte, com o seu carácter heterogéneo, apresenta observações e quadros de interesse puramente astrológico, algumas regras astronómicas de importância mais geral, e ainda tabelas para diferentes fins, acompanhadas quase sempre de esclarecimentos sobre o modo como deviam ser usadas. As indicações escritas à cabeça das tábuas são dadas, na sua maioria, em língua latina; quanto às explicações sobre a maneira de as utilizar, elas estão, em parte, redigidas apenas em portugês; mas quando o compilador copiou o texto original latino, não deixou de lhe fazer seguir uma tradução quase literal na nossa língua. Assim, o português predomina também em toda a primeira parte do Códice, o que, só por si, torna legítimo afirmar que a sua redacção foi quase com certeza preparada em Portugal.

No entanto, a maioria dos textos reunidos nesta primeira parte são, sem contradita, de origem árabe: em particular, as estrelas de uma lista, onde se apontaram as coordenadas eclíticas e a declinação de cada uma, vêm indicadas pelos nomes árabes, embora quase sempre bastante adulterados (40); e a mesma procedência é evidente ainda para uma outra relação onde se escreveram as coordenadas geográficas de vários lugares, pois preponderam nela cidades do mundo islamista.

Uma questão que surge ao estudarmos o Códice, e a que supomos não ser possível dar resposta satisfatória, é a seguinte: em que cidades ou lugares do nosso país foram escritos estes textos? O fazer-se a interrogação no plural não é descabido, pois apurada a heterogeneidade das folhas reunidas, temos de aceitar que bem podia ter-se dado o caso de serem vários os astrologos responsáveis pela sua redacção, sendo portanto possível que trabalhassem independentemente um dos outros e em vários lugares.

Jaime Cortesão, que atribuía a mesma proveniência a oito dos fólios

---

(39) A seu tempo falaremos ainda de um outro dado, contido na fl. 8 v., de que também é possível inferir uma data provável e aproximada para o Códice.

(40) Este facto torna difícil ou impossível a identificação de muitas delas, como veremos quando mais de perto nos ocuparmos dessa lista.

que entram na composição da primeira parte do Códice, apontou a cidade de Coimbra como lugar onde o manuscrito a que pertenceram foi composto Levou-o a essa conclusão uma observação que se encontra na fl. 6 v., e onde se diz: «Nota que a terra em que foi feito este almanaque ergue-se o Sol ante uma hora e quinta que em esta de Coimbra».

Havemos de ver que outra explicação se pode ainda tirar destes dizeres; limitar-nos-emos por agora a observar que, estando esta nota, que aparece escrita no final de uma página, lançada com a mesma letra com que se escreveu todo o restante texto da folha (facto para que Millás Vallicrosa chamou a atenção), torna-se, na verdade, muito provável que em Coimbra trabalhasse o tradutor do manuscrito em que ela esteve integrada. Por isso Jaime Cortesão designou pelo nome de *Almanaque de Coimbra* as oito folhas que com aquela se aparentam no formato e na letra, e constituirão porventura apenas uma parte de texto bem mais extenso, hoje perdido.

Não cremos, no entanto, que esta circunstância nos autorize a adiantar, com forte probabilidade, que na mesma cidade tivessem sido traduzidos os demais textos da primeira parte do Códice e o *Almanaque Perdurável*, como apressadamente alguns leitores de Jaime Cortesão inferiram das suas palavras, mas o historiador esteve longe de afirmar.

Da análise das folhas que teriam pertencido ao *Almanaque de Coimbra* foi possível tirar ainda uma outra consequência, que teve larga aceitação e ainda é repetida com frequência. Relacionando a sua data provável (1339) com o periodo de 1308 a 1338 em que a Universidade esteve instalada em Coimbra, foi também Jaime Cortesão quem insistiu no carácter didáctico desses textos, sugerindo que eles tivessem servido para estudos universitários:

«[...] as várias definições dispersas pelo *Almanaque de Coimbra* — escreveu Jaime Cortesão (41) — e as regras e os cânones sucintos acentuam o o carácter didáctico do livro. Recordaremos, a propósito, que Coimbra era por então o centro principal da cultura portuguesa, e temos de admitir até a hipótese de se tratar verdadeiramente de um manuscrito de carácter universitário. Em qualquer dos casos, os quatro almanaques [da primeira parte] constituiam outros tantos instrumentos de vulgarisação científica».

É, sem dúvida, excessivo falar de «vulgarização científica» em referência à primeira metade do século XIV. Não insistiremos, porém, neste ponto, mas acrescentaremos que em nota ao último periodo transcrito, o Autor lembrou que as profissões de médico e de astrólogo se confundiam por via de regra na mesma pessoa, e que a medicina era ensinada na Universidade; e foi a partir desta circunstância que, em última análise, foi levado a formular a hipótese acima referida. E não há dúvida que ela é sedutora, e isso justifica, decerto, que tantas vezes tenha sido depois repetida como certeza; supomos, no entanto, que pode ser fundadamente impugnada.

---

(41) *Loc. cit.* na nota (35), p. 203.

De facto, a astrologia judiciária considerada como necessária à Medicina nas Universidades onde se professava esta arte, e muitas eram, compreendia sómente em apanhado de regras prolixas, acompanhadas de abundantes mas desnecessárias citações eruditas; é o que se pode fàcilmente verificar em algumas apostilas que até nós chegaram, e em particular no *Tratado Breve en las Ynfluencias del Cielo*, escrito por Abraão Zacuto, que Joaquim de Carvalho deu a conhecer (42). Se acaso na Universidade de Coimbra se ensinou por esse tempo a astrologia médica, como é bem possível, ela não não deveria ultrapassar os limites de que este texto de Zacuto é exemplo; e na falta de qualquer indicação que, no contexto do manuscrito, nos prove ter ele sido preparado com esse fim, cremos que só com grandes reservas é admissível relacionar o seu conteúdo com o ensino ministrado numa classe de estudos gerais, ou aceitar que se tratasse, para usarmos as mesmas palavras de Jaime Cortesão, «verdadeiramente de um manuscrito universitário».

Voltando ao Códice, diremos ainda que alguns dados que ele contém nos mostram como o autor ou autores da versão portuguesa era ou eram astrólogos suficientemente instruidos para acrescentarem ao texto original observações pertinentes de sua lavra. Isto pode-se concluir, em primeiro lugar, da já referida lista com as coordenadas de várias vilas e cidades (fl. 11 r.), pois foram nela acrescentadas os lugares de Lisboa, Santarém e Coimbra, embora para a latitude desta última se apontem dois valores com a diferença de 20′. Esta incorrecção ainda pode ser explicada por um erro do calígrafo que teria repetido, da primeira vez e por lapso, a latitude de Santarém, escrita antes, e escrevendo logo depois o valor da coordenada em Coimbra (43); mas já não se encontra explicação tão simples para a circunstância de se darem às latitudes de Coimbra e de Santarém (esta com 39º 30′) valores inferiores ao indicado para Lisboa, que está fixado em 40º.

Outra indicação das actividades dos astrólogos portugueses encontra-se na fl. 1 v., onde se dão os valores das alturas meridianas do Sol em vários dias de um ano, em lugar com a latitude de 40º. Se esta folha e a última que referimos provêm da mesma origem, como certas indicações levam a supor, mas não podemos garantir, aquelas alturas do Sol teriam sido observadas em Lisboa ou calculadas para esta cidade, pois na lista da fl. 11 v. é-lhe atribuida, como dissemos, exactamente a latitude de 40º. Todavia, por razões que serão expostas no parágrafo imediato, e se apuram quando mais de perto se estuda aquela relação com as alturas solares, concluímos que há lapso no seu título: o lugar para que foram calculadas ou onde foram observadas deveria estar situado no paralelo de 39º N.. Verifica-se, de resto, que esta

---

(42) *Estudos sobre a Cultura Portuguesa no Século XVI*, Vol. I, Coimbra, 1947, pp. 95-178.

(43) Observação de António Barbosa, in *Novos Subsídios para a História da Ciência Náutica Portuguesa da Época dos Descobrimentos*, 2.ª ed., Porto, 1948, p. 151.

mesma latitude convém ainda a uma outra lista análoga apresentada pelo Códice (fl. 6 v.). É de admitir, portanto, que as alturas meridianas do astro dadas em qualquer das listas, tivessem sido calculadas para Lisboa, havendo lapso na latitude atribuida a esta cidade na lista da fl. 11 v., e erro na epígrafe da primeira dessas relações.

Outras pequenas anotações ao texto comprovam, ainda, a colaboração prestada ao original pelo tradutor ou compilador dos textos portugueses. Assim, as regras sobre a letra dominical, o áureo número e a data da festa da Páscoa (fl. 3 v.), onde aliás se nota a falta de algumas observações esclarecedoras, vêm acompanhadas de um exemplo, que deve ter sido introduzido pelo tradutor, como já dissemos. Por outro lado, anexa à «tábua para saber quantas horas iguais há em cada dia» (fl. 6 v.), lê-se uma observação que transcrevemos na pág. 11 e exprime a diferença de longitudes entre o lugar em que o almanaque foi preparado e Coimbra, pela diferença da hora do nascimento do Sol nos dois lugares, avaliada em $1^h\ 12^m$. Como numa folha (fl. 5), que da fl. 6 se aproxima pela letra, pela qualidade e pelo formato do pergaminho, se dá uma tábua com os cursos do Sol e da Lua em uma hora, calculados para Montpellier, é de admitir que naquela diferença de longitudes se tivesse tomado como referência esta cidade. Quer dizer: era avaliada em 18º para oeste a longitude de Coimbra relativamente àquele centro de activa vida cultural, valor errado por excesso em cerca de 50 por cento; mas, como já oportunamente lembrou Jaime Cortesão, nada tem de extraordinário o exagero cometido na avaliação da coordenada, pois esta tendência dominava, deste Ptolomeu, as longitudes geográficas, não tendo os astrónomos árabes logrado acertá-las, por não disporem de um método expedito e seguro que permitisse deduzir os seus valores frequentes vezes.

Os factos apontados produzem, em definitivo, provas da capacidade dos astrólogos que traduziram e se serviram dos manuscritos. Eles apontavam as suas próprias observações, muito provávelmente para as compararem e criticarem, ou comentavam os textos, com oportunidade e correctamente. Numa palavra: possuíam uma preparação que lhes permitia ir além das operações rotineiras, com vista à elaboração de horóscopos e prognósticos.

3 — A PRIMEIRA PARTE DO CÓDICE

Fizemos nas páginas antecedentes referências muito gerais às matérias do Códice e a alguns dos problemas que, a seu respeito, têm de ser estudados. Em apêndice (44) damos um índice minucioso das duas partes que o constituem, com indicação da língua em que estão escritos os vários textos e as entradas ou títulos das suas tábuas. Uma vista de olhos por esse índice confirma o que já antes escrevemos: a primeira parte do volume

---

(44) Veja-se a nota II, no final desta introdução.

é muito heterogénea, contendo tabelas e indicações avulsas com interesse para a astrologia ou para a resolução de certos problemas do calendário, ao lado de dados com importância astronómica indubitável e, ainda, de elementos a que poderá atribuir-se interesse geográfico. A apresentação destes assuntos é um tanto desordenada, por vezes incompleta e até com interpolações evidentes, que mais abaixo indicaremos; a esta última falha não deve ter sido estranha, em parte, a falta de cuidado havida na relativamente recente encadernação do Códice; as restantes características de desalinho radicam a ideia de se terem nele juntado, de maneira um tanto arbitrária, folhas de várias proveniências.

Passaremos agora aos comentários que julgamos indispensaveis para apreciar o valor dos manuscritos reunidos e resolver alguns dos problemas que eles põem, começando naturalmente pela primeira parte. Reunindo as matérias aí versadas pelos domínios a que poderiam interessar, poderemos enumerá-las deste modo:

I). *Elementos referentes ao calendário:*

a) Uma tabela, incompleta, com indicação dos números de ordem dos dias de cada ano romano (fl. 1 v.); começa em Março (início do ano civil até a reforma gregoriana) e termina em Agosto (45).

b) Tabela análoga, referentes aos anos não bissestos, para o cômputo do tempo à maneira hebraica, igualmente incompleta, pois apenas abrange o periodo que vai do sétimo mês (Nisan) até o décimo segundo (Elul) (fl. 9 r.).

c) Tabela com as características da anterior, mas completa e referente aos anos bissestos (fls. 9 v. e 10 r.).

As folhas até agora referidas têm o mesmo formato e encontram-se escritas com o mesmo tipo de letra (46), constituindo um primeiro exemplo das interpolações que assinalamos.

d) Regras para a determinação da letra dominical e do áureo número de um ano, e para a fixação da data da Páscoa em cada ano (fl. 3 v.).

Regras semelhantes aparecem em muitos escritos medievais e foram até transcritas em portulanos e cartas (por exemplo: no portulano Pinelli-Walkaener e na carta catalã da Bibl. Nac. de Paris (c. 1380)). Em obras portuguesas, ou editadas em Portugal, encontram-se, no todo ou em parte, e algumas vezes de maneira truncada: no *Almanach Perpetuum* de Abraão Zacuto (que contém tabuadas para a determinação das datas das festas móveis e para se conhecer o primeiro dia da semana em qualquer mês de um ano

---

(45) No sumário incluído na nota II, já referida, referimo-nos ao que se lê na fl. 1 r., e que se sabe, por estar datada, que é texto acrescentado muito depois da elaboração dos manuscritos.

(46) Millás Vallicrosa, *loc. cit.* na nota (36), p. 391.

dado) (47); no *Livro de Marinharia* compilado por João de Lisboa (regras para se saber a letra dominical, o áureo número e os dias de lua-nova em cada ano e, ainda, a regra para se fixarem as datas das festas mudáveis) (48); e em muitas cartas portuguesas do século XVI, como, por exemplo, no Atlas de Fernão Vaz Dourado (49). Finalmente: em 1570 imprimiu-se em Lisboa um opúsculo de Gonçalo Fernandes Trancoso, intitulado *Regra geral para aprender a tirar pela mão as festas mudáveis*, onde se reuniram, com uma exposição clara e acessível, toda as regras de calendário deste tipo (50).

Na primeira das regras escritas na fl. 3 v. do Códice de Madrid, indica-se a maneira de obter a letral dominical, embora a explicação seja, sob certo aspecto, deficiente, como vamos ver.

Era para saber em que dia da semana caía um determinado dia de qualquer mês, num dado ano do calendário juliano (em vigor até 4 de Outubro de 1582, inclusivé), que se tornava necessário conhecer a letra dominical. Repetindo-se os dias da semana de sete em sete dias, o problema podia em princípio ser resolvido escrevendo-se as sete primeiras letras do alfabeto, de A a G, sucessivas vezes, ao lado dos dias do ano; tratando-se de um ano comum, e tendo-se apurado, por exemplo, que nele o dia 2 de Janeiro tinha sido ou seria domingo, correspondendo-lhe a letra B (letra dominical), teriam sido ou seriam igualmente domingos todos os dias desse ano que tivessem a acompanhá-los a mesma letra B. No caso do ano ser bissesto, como era então intercalado um dia entre 23 e 24 de Fevereiro, a letra dominical determinada só servia até o último destes dois dias, passando depois a valer como tal a letra imediatamente anterior (ou a letra G, se até 24 de Fevereiro tivesse servido a letra A.).

Mas como se determinava a letra dominical de um dado ano? Se no calendário Juliano não estivessem introduzidos os anos bissestos, como na divisão dos 365 dias do ano comum por 7 (número dos dias da semana) se obtém o resto 1, as letras dominicais repetir-se-iam por ordem inversa da alfabética em ciclos de sete anos. A intercalação de um ano bissesto depois de decorridos três anos comuns, tornava este ciclo mais longo, pois as letras dominicais só viriam a repetir-se pela mesma ordem depois de decorrido um periodo de 28 anos ($4 \times 7 = 28$).

No alto da fl. 3 v. do Códice escreveu-se a sucessão das letras dominicais

---

(47) Ed. facsimilada de Joaquim Bensaúde, pp. 334-335.

(48) Ed. Brito Rebelo, Lisboa, 1903. As duas primeiras lêem-se na p. 42, a terceira da p. 43 e a última de novo na p. 42.

(49) A. Cortesão e A. Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol. III, Lisboa, 1960, est. 293.

(50) Foi reeditado por Luciano Pereira da Silva no *Bol. da Bibl. Geral da Universidade de Coimbra*, Vol. 7 (1922-25), e depois incluído nas *Obras Completas*, Vol. III, Lisboa, 1946, pp. 185 e ss. Muitas vezes recorreremos aqui ao prefácio escrito por Pereira da Silva para esta reedição.

para os primeiros 28 anos da nossa era, e a partir da letra B, letra dominical do ano 1 da era de Cristo, em que foi domingo no dia 2 de Janeiro. O texto do primeiro parágrafo da folha que estamos seguindo, indica como, em face do exposto, podia ser obtida a letra dominical de qualquer ano: bastaria fazer a divisão do ano por 28, e em seguida contar na sucessão das letras escritas no topo da página, e da esquerda para a direita, tantas letras quantas as unidades do resto. Por exemplo: para o ano 1339, citado como exemplo no parágrafo imediato, a letra dominical seria C (portanto: o primeiro domingo do ano foi a 3 de Janeiro), visto que C é a vigésima terceira letra daquela sucessão, e 23 o resto da divisão de 1339 por 28. Para o ano imediato (1340), que foi bissexto, a letra dominical até 24 de Fevereiro foi A, que ocupa a vigésima quarta casa da sucessão, mas a partir dessa data teria de se tomar a letra G.

Como se verifica, e é esta a deficiência a que nos referimos, o texto é omisso quanto à precaução a tomar com os anos bissextos.

No segundo parágrafo da fl. 3 v. indica-se como pode ser obtido o áureo número de cada ano, regra que passaremos agora a analisar (51).

Admitindo-se que é exactamente de 19 anos o periodo em que se completa um número exacto de revoluções lunares (52), poderemos dizer que os novilúnios se repetem nas mesmas datas em ciclos de 19 anos; e essa circunstância permite dispor no calendário a indicação dos dias de lua nova, e com carácter de perpetuidade, pois não é dificil determinar o número de ordem de cada ano no ciclo a que pertence, dentro da sucessão de períodos de 19 anos começados a contar no início da era cristã.

É este número de ordem que se chama áureo número do ano considerado; e para qualquer ano com áureo número N (entre 1 e 19), estariam no calendário perpétuo assinalados com N os dias em que teria sua nova, como se pode verificar no quadro anexo (53). Por exemplo: para ano com áureo número 5, os novilúnios ocorrem em 9 de Janeiro, 7 de Fevereiro, 9 de Março, 7 de Abril, etc. Desta indicação podia-se deduzir a idade da Lua em cada dia, (dado com interesse na determinação das horas das marés), e, por consequência, também a data de todas as fases em cada lunação.

Sabendo-se que foi o 2 áureo número do ano 1 da era de Cristo, logo se vê que bastará juntar uma unidade ao resto da divisão de qualquer ano por 19, para se obter o áureo número desse ano. É o que manda fazer a regra que estamos acompanhando, e onde se expõe um exemplo, para o ano 1339, de modo bastante claro. Mas o texto chama ainda a atenção para a

---

(51) Continuamos a aproveitar os esclarecimentos de Pereira da Silva, incluídos na obra citada na nota anterior.

(52) As 235 revoluções lunares completam-se, na verdade, cerca de 1 hora e 30 minutos antes de decorridos os 19 anos do ciclo.

(53) O calendário perpétuo que juntamos para esclarecimento desta exposição, foi também respigado da obra citada de Pereira da Silva.

gravura de uma das mãos (a que se encontra colocada à esquerda da parte inferior da folha), sem explicar para que ela serve, e com a agravante da figura estar incorrecta, como vamos dizer.

Para facilitar o cálculo que conduzia ao áureo número, era corrente, (tal como aparece exposto do *Livro de Marinharia*) (54), mandar-se contar 12

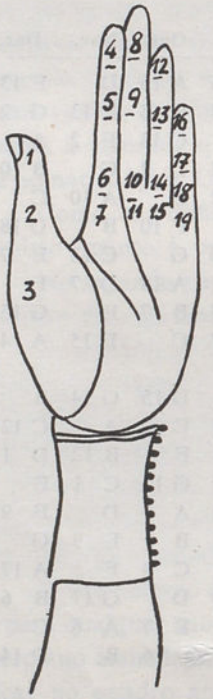
CALENDÁRIO PERPÉTUO

Dias	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agost.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1	A 3	D	D 3	G	B 11	E	G 19	C 8	F 16	A 16	D	F 13
2	B	E 11	E	A 11	C	F 19	A 8	D 16	G 5	B 5	E 13	G 2
3	C 11	F 19	F 11	B	D 19	G 8	B	E 5	A	C 13	F 2	A
4	D	G 8	G	C 19	E 8	A 16	C 16	F	B 13	D 2	G	B 10
5	E 19	A	A 19	D 8	F	B 5	D 5	G 13	C 2	E	A 10	C
6	F 8	B 16	B 8	E 16	G 16	C	E	A 2	D	F 10	B	D 18
7	G	C 5	C	F 5	A 5	D 13	F 13	B	E 10	G	C 18	E 7
8	A 16	D	D 16	G	B	E 2	G 2	C 10	F	A 18	D 7	F
9	B 5	E 13	E 5	A 13	C 13	F	A	D	G 18	B 7	E	G 15
10	C	F 2	F	B 2	D 2	G 10	B 10	E 18	A 7	C	F 15	A 4
11	D 13	G	G 13	C	E	A	C	F 7	B	D 15	G 4	B
12	E 2	A 10	A 2	D 10	F 10	B 18	D 18	G	C 15	E 4	A	C 12
13	F	B	B	E	G	C 7	E 7	A 15	D 4	F	B 12	D 1
14	G 10	C 18	C 10	F 18	A 18	D	F	B 4	E	G 12	C 1	E
15	A	D 7	D	G 7	B 7	E 15	G 15	C	F 12	A 1	D	F 9
16	B 18	E	E 18	A	C	F 4	A 4	D 12	G 1	B	E 9	G
17	C 7	F 15	F 7	B 15	D 15	G	B	E 1	A	C 9	F	A 17
18	D	G 4	G	C 4	E 4	A 12	C 12	F	B 9	D	G 17	B 6
19	E 15	A	A 15	D	F	B 1	D 1	G 9	C	E 17	A 6	C
20	F 4	B 12	B 4	E 12	G 12	C	E	A	D 17	F 6	B	D 14
21	G	C 1	C	F 1	A 1	D 9	F 9	B 19	E 6	G	C 14	E 3
22	A 12	D	D 12	G	B	E	G	C 6	F	A 14	D 3	F
23	B 1	E 9	E 1	A 9	C 9	F 17	A 17	D	G 14	B 3	E	G 11
24	C	F	F	B	D	G 6	B 6	E 14	A 3	C	F 11	A 19
25	D 9	G 17	G 9	C 17	E 17	A	C	F 3	B	D 11	G 19	B
26	E	A 6	A	D 6	F 6	B 14	D 14	G	C 11	E 19	A	C 8
27	F 17	B	B 17	E	G	C 3	E 3	A 11	D 19	F	B 8	D
28	G 6	C 14	C 6	F 14	A 14	D	F	B 9	E	G 8	C	E 16
29	A		D	G 3	B 3	E 11	G 11	C	F 8	A	D 16	F 5
30	B 14		E 14	A	C	F	A 9	D 8	G	B 16	E 5	G
31	C 3		F 3		D 11		B	E		C 5		A 13

por cada milhar contido no ano considerado, 5 por cada centena e 1 por cada vintena, atendendo a que 12, 5 e 1 são, respectivamente, os restos das divisões de 1000, 100 e 20 por 19; era da soma desses restos com as unidades

(54) *Ed. cit.*, pág. 42.

que ficassem das vintenas incompletas, que se vinha a alcançar o áureo número, contando pela mão. Na verdade, aproveitando a circunstância de as pontas e junturas dos dedos de uma das mãos perfazerem um total de 19 pontos, como na figura junta se verifica, contando a partir da cabeça do polegar, e de ponto em ponto, o total daquela soma (e voltando ao princípio sempre que se chegasse à base do dedo mínimo), o áureo número que se procurava seria aquele em que acabasse a conta, acrescido de uma unidade, para se atender ao facto, já referido, de ser 2 o áureo número do primeiro ano da era cristã.



Assim, como no número 1339, que é o ano apresentado no texto a título de exemplo, há 1 milhar, 3 centenas, 1 vintena e, ainda, 19 unidades de uma vintena incompleta, ter-se-ía $1339 = 1000 + 3.100 + 1.20 + 19$, a que correspondia de acordo com a explicação anterior, uma soma igual a 47: $12 + 3.5 + 1.1 + 19 = 47$; contando da maneira indicada sobre a mão, a contagem pararia na juntura correspondente ao número 9; o áureo número de 1339 é, portanto, 10, como já foi verificado por divisão directa (55).

Conclui-se, por consequência, que a figura da mão colocada no lado esquerdo da fl. 3 v. está errada, devendo ser substituida pela que juntamos agora. O erro deve ter sido da responsabilidade do calígrafo, que ao escrever sobre a mão, e na sua ordem natural, a sucessão dos primeiros inteiros, saltou as cabeças dos dedos, o que o levou a acabar no número quinze.

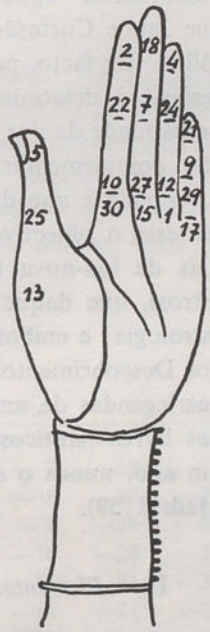
As últimas regras da fl. 3 v. ensinam a determinar o domingo pascal de cada ano. As autoridades religiosas tinham decidido, em 325, como devia ser fixado: era para tanto nacessário conhecer o dia em que caía a primeira lua-cheia desse ano, que se verificasse a 21 de Março ou em dia posterior a esta data; o primeiro domingo após o plenilúnio nessas condições, ou o imediato, no caso daquele plenilúnio ter lugar a um domingo, seria o domingo de Páscoa. A aplicação deste preceito está explicada no Códice em duas partes, como vamos expor.

A primeira delas vai até o periodo que termina com as palavras «menor de vinte, será em Abril», e corresponde à determinação do dia do plenilúnio de referência, que simplesmente se alcançava pela contagem, sobre a mão desenhada à direita e a partir do polegar, de um número de casas igual ao áureo número do ano considerado. Vamos verificar, com dois exemplos que estão certos os números escritos nesta figura, tendo presente que o

(55) Não queremos deixar de lembrar que este procedimento, hoje decerto mais demorado do que a divisão, na verdade o não era no período medieval, quando certos cálculos ariméticos se não desenvolviam com a facilidade actual.

novilúnio anterior à lua-cheia de referência tem lugar 14 dias antes desta, entrando nestes 14 dias o dia de lua-nova; deste modo, a lunação pascal será aquela que se inícia com a lua-nova de 8 de Março ou de um dos dias seguintes.

Assim, querendo-se determinar o dia de plenilúnio da Páscoa do ano 1339, note-se que é 10 o áureo número desse ano; no calendário perpétuo cai a 14 de Março o primeiro dia a que corresponde, depois do dia 8, o número 10; quer dizer: a lunação pascal iniciou-se a 14 de Março, e a lua-cheia da Páscoa caiu no dia 27 do mesmo mês; ora contando dez pontos na mão representada na figura, e a partir do polegar, lê-se no décimo lugar o número 27, sendo este dia referente ao mês de Março, pois o texto adverte que ficavam neste mês os números superiores a 20, e em Abril os menores do que 20. Para o ano imediato (1340), que tem áureo número 11, a contagem pelo modo indicado dá a data de 15 de Abril para o plenilúnio pascal; o que também está correcto, pois a primeira lua-nova depois de 8 de Março em ano de áureo número 11 tem lugar, como se pode ver no calendário perpétuo, a 2 de Abril, e a lua-cheia imediata cai, portanto, no dia 15 de Abril.



A segunda parte da regra limita-se a repetir o disposto no Concílio de 325: o primeiro domingo depois da lua-cheia, determinado como acaba de se indicar, é o domingo de Páscoa; no caso do plenilúnio assim calculado cair a um domingo, então a Páscoa seria celebrada no domingo imediato. No primeiro dos exemplos anteriores, a que corresponde a letra dominical C, o domingo de Páscoa foi a 28 de Março (de 1339); e no segundo exemplo, a que corresponde a letra dominical A até 24 de Fevereiro e G posteriormente a esta data (1340 foi bissesto), caiu num domingo o próprio dia do plenilúnio pascal (15 de Abril), como se vê no calendário perpétuo; a Páscoa festejou-se, portanto, no domingo seguinte, quer dizer, a 22 de Abril de 1340.

Jaime Cortesão escreveu que as indicações dadas nesta folha constituem uma das provas de que a primeira parte do Códice nos chegou mutilada, pois afigurava-se-lhe que as regras aí transcritas estariam incompletas: «Como se depreende de uma passagem do manuscrito — escreveu Jaime Cortesão (56) — estas regras continuavam noutro fólio, hoje perdido (57),

---

(56) *Loc. cit.* na nota (34), pág. 197.

(57) Esta observação, segundo nota acrescentada ao texto, foi recolhida por Jaime Cortesão no índice do Códice que Rico y Sinobas publicou (*loc. cit.* na nota (15), pp. 122--124); mas este historiador limitou-se a dizer que a regra estava incompleta, sem justificar a razão do asserto.

pois o conhecimento do áureo número era, por sua vez, utilizado para determinar os dias de lua-nova em cada mês; e assim as vamos encontrar mais tarde completadas nos livros de marinharia de que usavam os nossos pilotos».

Cremos que esta observação não é pertinente, e pelo contrário pensamos que o trecho está completo, embora na primeira regra falte observar que correspondiam duas letras dominicais a cada ano bissexto, e a figura da mão situada à esquerda da folha esteja manifestamente errada, como já observamos. Ignoramos de que passo do manuscrito pôde Rico y Sinobas, que Jaime Cortesão cita, inferir que tais regras deviam continuar em outro fólio. De facto, para que o áureo número, que uma delas ensina a calcular, servisse à determinação dos dias de lua-nova de um dado ano, não havia necessidade de dar mais explicações, ou de aconselhar qualquer outra operação complementar: bastava acompanhar o calendário perpétuo juliano, e ver nele a que dias cabia o áureo número do ano considerado. Supomos ser este o objectivo de quem compilou o Códice, pois o conhecimento dos dias de lua-nova (conjunção Sol-Lua) e de lua-cheia (oposição dos dois astros), que daqueles se deduzem fàcilmente, eram dados de interesse em astrologia; e embora as luas se relacionassem com as marés na marinharia dos Descobrimentos (e já muito antes assim acontecia, como se pode ver nas nas legendas de uma carta catalã da Biblioteca Nac. de Paris (58)), quando nos livros náuticos portugueses se ensina a determinar o áureo número de um ano, nunca o autor se afasta essencialmente do que se lê no Códice de Madrid (59).

II). *Elementos de interesse astronómico*, que compreendem:

a) Tabelas com as alturas meridianas do Sol, que se encontram nas fls. 2 r. e 7 v.; na primeira delas aquela coordenada do Sol é dada de três em três dias, para um ano; e na segunda de cinco em cinco dias, para igual período.

É de supor que as alturas referenciadas em qualquer das tabelas tivessem sido obtidas pelo cálculo e não em consequência de observações feitas com o astrolábio. De facto, apesar da coordenada se apresentar sempre arredondada a graus inteiros, no conjunto dos valores da fl. 2 r. podemos fàcilmente dar conta da existência de um erro sistemático (como já vamos mostrar); ora os erros de observação, que aliás eram correntes, em virtude do astro

---

(58) Buchon e Tastu, in *Notices et Extraits de la Bibliothèque du Roi et autres Bibliothèques, publiées par l'Institut Royal de France*, Vol. XIV, Paris, 1841, p. 12.

(59) Eis, para exemplo, o texto em que este problema é tratado no *Livro de Marinharia* (*ed. cit.*, pág. 42): «It. para saberes os aureos números, depois de saberes a era, darás de 1000 — 12, e de 100 — 5, e de 20 — 1. It. começarás na cabeça do dedo polegar e dele darás logo de um ao outro e contarás pelas juntas da parte de dentro dando de 1000 — 12, e de 100 — 5, e de 20 — 1, e acabando no dedo meminho tornarás ao polegar até acabares a era em que estás, e donde acabares, põe ponto, e tornarás a contar para trás até a cabeça do dedo polegar. E aquele será o áureo número daquele ano».

nem sempre ser observado rigorosamente no meridiano (60), deveriam igualmente reflectir-se nesses valores, e não há deles sequer um exemplo em qualquer das tabelas.

Na epígrafe da tábua contida na fl. 2 r. afirma-se que as alturas do Sol aí registadas dizem respeito a um lugar com a latitude 40º N. Aceitando-se esta informação como exacta, poderemos verificar que as coordenadas estão afectados de um erro sistemático: para isso basta empreender, a partir delas, o cálculo da declinação solar em cada um dos dias referidos na tabela, utilizando a fórmula

$$\delta = (h + \varphi) - 90^{o},$$

onde h é a altura meridiana do Sol e φ a latitude do lugar. No quadro I juntamos os valores de δ por este processo obtidos; neles se reconhece imediatamente que o erro apontado tem o valor de + 1º, pela circunstância da declinação solar, durante o ano, variar entre os valores mínimo de — 23º e máximo de + 25º; na verdade, com os 23º 33' adoptados pelos árabes para a obliquidade da eclítica, os arredondamentos feitos deviam levar ao mínimo de — 24º e ao máximo de + 24º (61).

QUADRO I

Dias	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1	—21º	—14º	—4º	8º	18º	24º	24º	16º	5º	— 6º	—17º	—22º
3	—21	—13	—3	9	19	24	23	15	4	— 7	—17	—22
6	—20	—12	—2	10	20	24	23	14	3	— 8	—18	—23
9	—20	—11	—1	11	21	25	22	13	2	— 9	—19	—23
12	—19	—10	0	12	22	25	22	12	1	—10	—20	—23
15	—18	— 9	1	13	22	25	21	11	0	—11	—21	—22
18	—18	— 8	3	14	23	24	20	10	—1	—12	—21	—22
21	—17	— 7	4	15	23	24	19	9	—2	—13	—21	—22
24	—16	— 6	5	16	23	24	19	8	—3	—14	—22	—22
27	—15	— 5	6	17	24	24	18	7	—4	—15	—22	—22
30	—14	— 4	7	18	24	24	17	6	—5	—16	—22	—21

(60) Erros desta natureza eram frequentes, e já, por exemplo, Aben Assafar, no seu *Tratado sobre o Uso do Astrolábio*, chamava a atenção para um modo de serem evitados, aconselhando que se iniciasse a observação antes do meio dia solar verdadeiro, e se fosse corrigindo a posição do astrolábio, até a direcção da medeclina corresponder à altura máxima. (Veja-se Millás Vallicrosa, *Assaig de les Idees Fisique i Matematiques a la Catalunya Medieval*, Barcelona, 1931, p. 31).

(61) É de advertir (e este facto já foi assinalado por António Barbosa) que as datas em que nesta primeira lista estão assinalados os solstícios (valores extremos da declinação do Sol: 12 de Junho e 9 de Dezembro) e os equinócios (valores nulos da coordenada: 12 de Março e 15 de Setembro) não coincídem com as datas que para eles se deduzem aproximadamente da tabela da fl. 7 r. (respectivamente: 15 de Junho e de Dezembro; 15 de Março e de Setembro). Pode-se supor, a partir daqui, que as duas tabelas foram preparadas para épocas diferentes e que a comparação desses dados poderia fornecer uma indicação sobre o número de anos que as separam; mas como os valores tabulados não são exactos e não foram registados dia a dia, seria sempre impugnável qualquer ilacção neste sentido tirada do confronto das duas tábuas.

A causa deste erro deve encontrar-se no facto das alturas terem sido calculadas para um lugar de latitude 39º N, e não 40º N., como no título da tabuada se escreveu. E a explicação mais simples que para o caso propomos, é a seguinte: a epígrafe que precede a série de alturas, teria sido acrescentada à cópia desta por alguém que não sabia ao certo o lugar para o qual se tinha procedido ao seu cálculo, ou que supuzesse ser Lisboa esse lugar, indicando a latitude que a esta cidade se atribuiu, embora erradamente, na lista da folha 11 r..

Na fl. 7 r. encontram-se de novo dispostos, como já dissemos, os «graus de alteza do Sol», calculados ainda para o periodo de um ano, mas agora de cinco em cinco dias. No quadro II vê-se que, deduzidas pelo caminho já referido as declinações solares para esses dias, elas se ajustam à marcha anual aparente do Sol, quando se admita que a latitude do lugar de referência é de 39º N..

QUADRO II

Dias	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
5	—22º	—14º	—4º	7º	17º	23º	22º	16º	—4º	— 7º	—17º	—23º
10	—21		—2	9	18	23	21	14	—2	— 9	—18	—23
15	—20		0	11	19	24	20	13	0	—11	—19	—24
20	—19	— 8	2	13	20	23	19	11	—2	—13	—20	—23
25	—18	— 6	4	15	21	23	18	9	—4	—15	—21	—23
30/31	—16	— 5	6	16	22	22	17	6	—6	—16	—22	—22

Em resumo: as alturas meridianas do Sol que constam das tábuas escritas nas fls. 2 r. e 7 r., parece terem sido calculadas para um lugar de latitude 39º N., tratando-se possivelmente de Lisboa, pois esta cidade situa-se no paralelo 38º 42'.

Devemos ainda dizer que António Barbosa também se ocupou destas folhas do Códice (62), mas encaminhou o seu estudo de um modo um pouco diferente, pois fez a determinação das alturas meridianas do Sol para os dias marcados nas tabelas e para as latitudes de 39º e 40º. A comparação dos valores a que chegou com os assinalados na fl. 2 r., levou-o a concluir que, salvo pequenas diferenças atribuidas a arredondamentos incorrectos, é a primeira destas duas latitudes, e não a segunda, a que convém a esses números.

A concordância dos valores de António Barbosa com aqueles que encontramos na referida tabela, pode-se dizer que é perfeita; mas para proceder aos cálculos que lhos permitiram obter, este historiador teve de usar os valores da declinação solar para os dias marcados na tabela, e esses elementos não se encontram em qualquer folha do Códice, não nos sendo revelado

(62) *Novos Subsídios para a História da Ciência Náutica Portuguesa da Época dos Descobrimentos*, 2.ª ed., Porto 1948, pp. 128- 130. Na primeira edição da obra não há qualquer referência a este assunto.

como foi suprida essa falta. Supomos que melhor se justifica o procedimento por nós adoptado, pois se baseia apenas em dados fornecidos pelo próprio manuscrito.

b) *Tábuas lunares* (63). Na fl. 4 (rosto e verso) inseriu-se a tábua do movimento da Cabeça do Dragão da Lua (nodo ascendente da órbita lunar), indicado para todos dias de um primeiro ano de qualquer ciclo de 93 anos; aceita-se aqui a avaliação que já fora feita por astrónomos da Antiguidade, e em particular por Ptolomeu, ao atribuir-se-lhe um movimento, de este para oeste, computado em 3′ e alguns segundos mais por dia, como se verifica da simples leitura da tabela.

Com o que se encontra nesta folha relacionam-se directamente alguns dados que mais à frente se escreveram (fl. 12, r. e v.), ou seja, os movimentos iguais e verdadeiros da Cabeça do Dragão da Lua, para o mesmo ciclo de 93 anos; na verdade, na explicação para o uso deste conjunto de tábuas lunares, que se lê na fl. 12 v. e adiante teremos ocasião de estudar mais de perto, há referências aos valores tabulados no fl. 4 r., não se podendo, portanto, obter o lugar da Cabeça do Dragão da Lua em qualquer data daquele ciclo, sem o recurso a elas. Suponhamos, por exemplo, que se desejava saber o lugar verdadeiro da cabeça do Dragão em 12 de Junho do 24º ano do primeiro ciclo lunar a que se refere a tabela da fl. 12 (64): tirava-se então da tabela da fl. 4 r. o número escrito em frente do dia 12, na coluna correspondente ao mês de Junho: 5º 30′ 41″; por outro lado, para o 24º ano do ciclo, a tabela da fl. 12 r. dá, na coluna do movimento verdadeiro, a indicação do signo 7 (isto é: Libra) (65), e o lugar neste signo: 5º 20′ 31″; a soma dos dois valores é o lugar verdadeiro da Cabeça do Dragão da Lua, no dia 12 de Junho daquele ano: 10º 51′ 11″ de Libra.

A colocação destas tábuas lunares no Códice comprova também, por consequência, as interpolações de folhas que se cometeram na sua primeira parte.

Nas observações sobre as tábuas, escritas à margem da fl. 12 v., faz-se notar que elas podiam ser de novo utilizadas desde o início, uma vez concluido um ciclo de 93 anos, mas com a precaução de se juntarem 30′ aos valores tabulados, para se atender ao facto de não ser o periodo de 93 anos um ciclo

---

(63) As tabelas lunares da primeira parte do Códice aparecem repetidas no *Almanaque Perdurável;* e as explicações que nos cânones deste se lhes referem, são por via de regra mais completas do que as notas que acompanham as tábuas desta primeira parte.

(64) O texto não indica em que ano se começou a contar o ciclo para o qual as tábuas foram preparadas (ano-raiz da tábuas); por isso não podemos indicar o ano da data escolhida para exemplo. Veremos como nos cânones do *Almanaque Perdurável* se dá expressamente o ano-raiz das tabelas que ele contém.

(65) Aqui e no *Almanaque Perdurável,* supõem-se os signos numerados de 0 a 11, pela ordem pela qual se dispõem no zodiaco, quando este é percorrido no sentido directo, quer dizer: Aries (0), Taurus (1), Gemini (2), Cancer (3), Leo (4), Virgo (5), Libra (6), Scorpio (7), Sagitarius (8), Capricornio (9), Aquarius (10) e Pisces (11).

perfeito. Veremos que esta observação não aparece nos cânones do *Almanaque Perdurável*, quando aí se trata do mesmo problema.

Deve-se ainda dizer que Millás Vallicrosa verificou provir este conjunto de tábuas de um almanaque preparado por Profeit Tibbón (66), o que já fora suspeitado por Joaquim Bensaúde, quando episódicamente se ocupou do Códice (67).

Na fl. 7 v. apresentam-se ainda tabelas respeitantes à Lua: com elas se resolvia o problema de determinar o dia e a hora de qualquer mês lunar futuro, conhecendo a data (raiz ou «nascença») em que se iniciara a lunação. A explicação é clara, vendo-se nas últimas linhas que a resolução do problema interessava ao autor do texto para fins astrológicos.

c) Na epígrafe da fl. 6 v. anuncia-se uma tábua para saber quantas horas iguais tem cada dia do ano, mas a folha contém outras tabelas além da que é expressamente citada. Esta última foi escrita à direita da folha, e dá a duração do dia, em horas e minutos iguais, gara o decurso de um ano e para a latitude de 39º N., mas apenas de dez em dez dias; ou seja: as horas e minutos de Sol em cada um dos dias referidos (67*). A tábua da esquerda, que já aqui foi estudada, inclui alturas meridianas do Sol em um lugar de 39º de latitude norte.

Ao fundo da página, e com orientação perpendicular à das tabelas precedentes, indica-se o número de horas de Lua visível em cada noite; os dias, apontados na primeira coluna desta tabela, deveriam ser contados a partir de cada lua-nova.

O quadro escrito no centro da folha indica, segundo supomos, o lugar da Lua à meia noite dos vários dias de um mês, correspondendo a última coluna a um caso concreto, ali dado para exemplo. Assim, se à meia noite do dia 1 de um dado mês a Lua se encontrasse em 14º de Aries (segunda coluna), continuando a ler pela segunda e pela última colunas verifica-se que à meia noite do dia imediato estaria em 27º do mesmo signo, à meia noite do dia 3 em 10º de Taurus, etc.. Outro exemplo: se à meia noite do dia 1 de qualquer outro mês a Lua estivesse em 14º de Libra (oitava coluna), seguindo esta e a última colunas, verifica-se que à meia noite do dia 2 era 27º

---

(66) *Loc. cit.* na nota (36), pp. 390 e 392.

(67) *Les Légendes Allemandes...*, ed. cit. na nota (6), Vol. I, Anexo 1.

(67*) Além das horas «iguais», em cada dia contavam-se também horas «desiguais», e «diurnas»: decompondo a duração de uma noite em doze intervalos de igual extensão, cada um deles seria uma hora «nocturna»; e, do mesmo modo, dividindo o intervalo de tempo decorrido do nascer ao pôr do sol em doze partes iguais, cada uma destas era o valor da «hora diurna». As horas «nocturnas» e «diurnas» variavam com a latitude, e em cada lugar de dia para dia, sendo sempre diferentes entre si excepto nos equinócios.

António Barbosa (*Novos subsidios para a História da Ciência Náutica Portuguesa da Época dos Descobrimentos*, ed. cit., pps. 144-150) refere-se a esta tábua, e mostra como dela se podiam deduzir, por operações muito simples, os valores das horas desiguais em cada dia apontado. Mas além disso admite existirem relações directas entre ela e alguns elementos da astronomia náutica do final do século xv, suposição que nos parece infundada.

em Libra o lugar da Lua, à meia noite do dia 3 seria 10º em Scorpio, etc.. Quer dizer: conhecido o lugar da Lua à meia noite do primeiro dia do mês, era fácil saber o seu lugar à mesma hora dos dias imediatos, contando que o seu movimento próprio correspondia a 13º por dia, andados no sentido directo. Note-se, porém, que há erros na última coluna do quadro.

d) Ainda uma outra prova das interpolações cometidas nesta primeira parte do Códice vamos encontrá-la nas tábuas e anotações das folhas 5 v., 6 r. e 7 r., que se ocupam dos eclipses lunares e solares; mas esta arbitrariedade não pode, como as anteriores, ser imputada à responsabilidade de quem mandou, em data indeterminada, encadernar as folhas em volume, pois na verdade a interpolação verifica-se com o texto escrito no fólio 6 v., folha que o compilador aproveitou para expor um assunto de índole muito diferente.

A explicação àcerca dos eclipses é insatisfatória, mesmo relativamente ao que era então habitual em obras congéneres, como fàcilmente pode ser confirmado comparando esta folha com o que se contém no *Almanaque Perdurável* sobre o mesmo problema, de que nos ocuparemos no parágrafo imediato. Na fl. 6 r. apenas se diz que, no caso da Lua se encontrar em um dos nodos (Cabeça ou Cauda do Dragão), não poderia o Sol encontrar-se a mais de 12º do lugar oposto, para se dar um eclipse da Lua (68); e acrescenta-se que o eclipse seria tanto maior quanto menor fosse a distância angular do Sol a esse nodo, mas sem que se indique o valor máximo dessa distância para que se torne possível a observação de um eclipse total da Lua. É de maneira inteiramente análoga que se aponta a possibilidade de verificação de um eclipse do Sol.

As indicações muito sumárias e incompletas desta folha não são supridas pelo contexto da fl. 7 r., onde se trata de um problema intimamente relacionado com aquele, ao ser exposta a maneira de usar as tabelas da fl. 5 v.; mas como estas têm deficiências várias, e vão aparecer repetidas no *Almanaque Perdurável* (basta aproximar, por exemplo, a *tabula latitudinis lune* desta folha com aquela que se encontra na fl. 23 v., para termos disso a certeza), deixaremos para mais tarde a referência desenvolvida que desejamos fazer-lhes.

e) Para esgotarmos as referências ao que, de maior importância, se contém na primeira parte do Códice com interesse astronómico, falta-nos falar de um catálogo de 35 estrelas que se encontra na fl. 8 v., com a latitude celeste, a longitude celeste e a declinação de cada uma (69). Nesta lista, que Millás Vallicrosa verificou provir de uma outra que anda anexa a alguns manuscritos de Azarquiel (70), as estrelas aparecem indicadas pelos nomes árabes, mas na maioria dos casos transcritos numa ortografia arbitrária e

---

(68) Este valor que se chama limite superior eclítico, está hoje avaliado em 12.º 6'.

(69) Para comodidade na consulta intercalamos, na lição que damos do texto, um número de ordem para cada estrela, que será aqui por ele designada.

(70) Millás Vallicrosa, loc. *cit.* na nota (36), p. 931.

bizarra, onde se podem adivinhar acumuladas as incorrecções dos vários copistas; por isso o reconhecimento da maior parte delas é impossível ou apenas provável; damos no quadro III aquelas cuja identificação supomos certa ou menos suspeita, tendo-nos guiado sobretudo por elementos contidos numa lista publicada por Rico y Sinobas, em apêndice à sua edição dos *Libros del Saber de Astronomia* (71), e pelas tábuas de Paul Neugebauer (72).

QUADRO III

N.º	NOME DA ESTRELA		Declinação de Neugebauer	Declinação do Códice
1.	Aldebaran	(α Tauri)	14º 58'	—14º 41
2.	Rigel algibar	(β Orionis)	— 9 26	—10 10
3.	Alhaioch	(α Aurigae)	44 42	—44 34
7.	Calb alaçed	(δ Leonis)	24 48	24 51
8.	Acimet alahazel	(α Virginis) (?)	— 8 30	—38 26
11.	Annacer atair	(α Aquilae) (?)	7 4	24 34
12.	Fomalhaut	(α Piscis australis)	—33º 42	—38 49
14.	Razagneldar	(β Persei)	37 34	38 34
17.	Calbala Crab	(α Scorpionis)	—24 17	—22 38
23.	Anne algulab	(β Corvi)	—18º 54	17 39
24.	Deneb Caytos	(β Ceti)	—22 24	—22 19

À cabeça desta relação lê-se que as coordenadas celestes aí escritas foram comprovadas para 1180-1181 da era cristã (correspondente ao ano 577 do calendário árabe, que é o referido); para o quadro que juntamos, copiaram-se também as declinações que Neugebauer atribui às estrelas identificadas em 1200, e não pode deixar de ser notado que, além de pequenas diferenças, há alguns erros no texto do Códice, mesmo para estrelas cuja identificação parece não oferecer quaisquer dúvidas. Assim, por exemplo, a estrela designada na relação da fl. 8 v. por Anne algulab é decerto a β Corvi, devendo ser por lapso que se lhe dá no Códice uma declinação septentrional.

Ao alto da fl. 8 v. escreveu-se uma nota a que não podemos deixar de prestar atenção. Recomenda-se aí, com efeito, que deviam ser acrescentados 3º aos lugares (longitudes celestes) atribuidos na lista a cada uma das estrelas: «adde [adiciona] três graus a cada um destes lugares». Parecendo indubitável que se mandava introduzir esta correcção para atender aos efeitos da precessão, acumulados desde 1180 (data em que a relação fora verificada, como na mesma folha se diz), aquela nota vai-nos permitir encontrar, indirecta e aproximadamente, o ano em que o seu autor se serviu da lista. Na verdade, supondo-se que ele aceitava 1' por ano para a precessão, valor que é citado no *Almanaque Perdurável* e se aproxima daquele a que Alba-

(71) Vol. V, pp. 197 e ss..

(72) *Tafeln zur astronomischen Chronologie*: I. *Sterntafeln von 4000 vor Chr. bis Gegenwart nebst Hilfsmittel zur Berechnung von Sternposition zwischen 4000 vor Chr. und 300 nach Chr.*, Leipzig, 1931.

ténio chegou (1º em cada 66 anos), teriam decorrido cerca de 180 anos desde a data de verificação da lista até o momento em que foi lançado a referida nota; o que nos leva a datar esta para ano à volta de 1360.

Note-se, porém, que se não deve atribuir um significado muito preciso a este cálculo; é de admitir, com efeito, que os 3º indicados representassem apenas uma avaliação grosseira para a correcção de que as longitudes das estrelas careciam. Ainda assim, esta indicação sobre a data do Códice não destoa das anteriormente deduzidas: todas o situam em meados do século XIV.

III). *Dados com interesse exclusivamente astrológico.*

Lêem-se estes dados nas fls. 8 r., 10 v. e 11 v.. Nesta última vê-se uma figura que corresponde às indicações escritas na sua parte superior sobre as dignidades dos planetas (o Sol, como habitualmente por esse tempo, é também contado como planeta), e bem assim sobre as sub-dignidades de cada um deles, etc.. O desenho circular, dividido em 12 sectores onde periféricamente se escreveram os nomes dos 12 signos do zodíaco, indica pelos seus números de ordem as dignidades que em cada desses signos correspondiam ao Sol e aos planetas. Por exemplo: em Gemini, a dignidade de Saturno é a segunda, as de Júpiter são a primeira e a segunda, as de Vénus a segunda e a terceira, etc..

Não interessa ao nosso propósito entrar aqui em pormenores àcerca da significação destas indicações; de resto, no *Tratado Breve en las Ynfluencias del Cielo*, escrito por Abraão Zacuto e publicado por Joaquim de Carvalho (73), expõe-se de um modo didáctico a utilidade destas noções em astrologia judiciária.

Com esta matéria se relaciona também o apontamento contido na fl. 8 r., onde se referem os lugares das exaltações e dos decaimentos dos planetas; e ainda uma«tábua dos termos dos planetas segundo Ptolomeu», que se encontra na fl. 10 v..

IV). *Dados com interesse geográfico.*

Como já observamos, na fl. 11 r. vem inserida uma relação com as coordenadas geográficas de vários lugares, na sua quase totalidade situados na bacia do Mediterrâneo. Dissemos já que o protótipo desta relação anda junto com a tradução de Azarquiel feita por Gerardo de Cremona, segundo averiguou Millás Vallicrosa; este historiador acrescentou que na transcrição para o manuscrito português se cometeram vários erros de carácter numérico (e nós presumimos que também ortográficos), observação que teremos ensejo de confirmar no breve comentário que segue.

---

(73) Veja-se a nota (42).

À lista de Azarquiel foram, porém, acrescentadas as cidades portuguesas de Lisboa, Santarém e Coimbra, mas com vários lapsos evidentes a que já nos referimos: assim, para a latitude de Lisboa indicam-se 40º, quando deviam ser dados 39º, e ainda com arredondamento por excesso; as latitudes de Santarém e Coimbra (para esta localidade o texto dá duas latitudes, sendo de reter a segunda, fixada em 39º 50′, por motivos já alegados) estariam então assinaladas com valores aceitáveis.

Quanto às longitudes que se anotaram, devemos ter em vista que elas não foram todas tomadas em relação a um mesmo meridiano de referência: umas relacionam-se com o meridiano tradicional de Ptolomeu, que cortava as ilhas Canárias e na folha que estamos a acompanhar se indica pela designação «da terra»; outras, ainda que em muito menor número, então referidas a um meridiano localizado a 17º 30′ para oeste daquelas ilhas, abreviadamente indicado pelas palavras da «água», maneira de contar a longitude que fora introduzida por Azarquiel. É de notar, entretanto, que numa observação escrita na margem da folha se dá como diferença de longitudes dos dois meridianos de referência o valor de 17º, inferior em 30′ ao valor exacto.

A comparação das longitudes das duas únicas cidades (Tanger e Coimbra) de que se deram essas coordenadas para os dois meridianos de referência, põe em evidência outros lapsos da relação. Na verdade, Tanger é colocada no meridiano de Toledo (quarta linha da primeira coluna), e dá-se-lhe a longitude de 28º 30′ contada «da água», valor que, na verdade, coincide com a longitude de Toledo segundo Azarquiel (74); mas na primeira linha dessa coluna arbitram-se 6º 30′ para a longitude de Tanger relativamente ao meridiano «da terra», o que equivale a tomar erradamente 22º para distância entre os dois meridianos.

Esta discordância ainda poderia ser explicada por um lapso de cópia: para o segundo valor da longitude de Tanger estariam no original apontados 9º 30′, que o copista por inadvertência converteu em 6º 30′; e nesse caso a diferença de longitudes entre os meridianos fundamentais seria exactamente de 17º, tal como se diz naquela nota marginal.

Mas é muito mais precária a única explicação que podemos dar para uma outra anomalia do mesmo género que encontramos na relação a propósito das longitudes de Coimbra: são-lhe atribuidos 23º 40′, contados «da água», e 23º 6′, contados «da terra» (duas últimas linhas da primeira coluna), com uma diferença insignificante de 34′. Dos dois valores é o primeiro que está correcto, de maneira que a segunda longitude atribuida a Coimbra deveria ser 6º 40′ ou 6º 10′, consoante se tomasse o valor exacto ou o valor aproximado, que o texto refere, para a distância entre os dois meridianos de referência. Teria o copista repetido por desatenção na última linha os 23º graus da precedente, e escrito a seguir, embora na casa dos minutos, os 6º por defeito que porventura estariam no original?

---

(74) Millás Vallicrosa, *loc. cit.* na nota (36), p. 154.

Cremos que não valerá a pena dar mais exemplos das imperfeições desta relação; os que acabamos de citar são, de resto, os mais importantes e mais evidentes. Mas supomos que será oportuno dedicar ainda duas palavras à interpretação que desta lista se deu num estudo de Jaime Cortesão. Na verdade, ao ocupar-se do Códice, este historiador atribuiu-lhe grande significado, encarando-a como manifestação de um interesse que largamente ultrapassava os limites da astrologia judiciária, por parte dos compiladores dos vários textos que nele se reuniram.

Sublinhando que aos «astrólogos da Península, considerando a astrologia nos seus desígnios, não interessava o conhecimento das coordenadas dos vários pontos do Ecúmene» (75), Jaime Cortesão pôde concluir que ela visava «uma questão de interesse meramente geográfico».

Não devemos esquecer, todavia, que tais listas de cidades medievais, com as suas coordenadas geográficas, apareciam com frequência anexas a escritos análogos, traduzidos ou adaptados do árabe. Por outro lado, na astrologia não se dispensava o conhecimento das latitudes e das longitudes dos lugares de observação: a primeira servia, por exemplo, para se obter a declinação de uma estrela, observada a sua altura meridiana; e a longitude interessava para o conhecimento da hora local e subsequente adaptação de algumas tabelas astronómicas, como no mesmo Códice se vê em nota escrita ao fundo da fl. 6 v., de que já falámos. Não surpreende, portanto, que a lista se fosse enriquecendo à medida que o manuscrito, em que estava incluida, passava de cópia em cópia, pois cada copista podia acrescentar-lhe novos lugares de que conhecesse as coordenadas. Foi isso possivelmente o que se deu com a relação contida no Códice de Madrid, na qual o tradutor teria acrescentado as cidades portuguesas às que andavam reunidas no texto de Azarquiel. Em nosso entender tal procedimento não denuncia necessáriamente um largo interesse pela geografia, ou qualquer «tendência, mais ampla e objectiva, para a observação e o estudo da natureza», como no mesmo lugar afirmou ainda Jaime Cortesão. (76).

4 — O «ALMANAQUE PERDURÁVEL»

Passaremos agora a ocupar-nos do *Almanaque Perdurável* (segunda parte do Códice), que se conserva sem mutilações e cujas folhas, reunidas em cadernos, se mantiveram na ordem inicial. O seu objectivo é fornecer efemérides do Sol e dos planetas do sistema solar, dados a que se juntaram, na parte

---

(75) *Loc. cit.* na nota (35), p. 199.

(76) Devemos, no entanto, advertir que Jaime Cortesão não teve ensejo de cotejar a relação do Códice com aquela que andava anexa à obra de Azarquiel; e por essa razão foi levado a dar também grande valor ao facto de ali se tomarem dois meridianos de refefência para a contagem des longitudes, pois lhe parecia ser isso uma prova de que o compilador recorrera a mais de uma fonte ao reunir a sua lista, facto que sublinharia o seu vivo interesse pela Geografia.

final, mais algumas tabelas com os movimentos desses astros em uma hora, a localização dos auges dos planetas, etc..

A parte tabular é precedida de uma explicação sobre a maneira de utilizar as efemérides, que ocupa no manuscrito três folhas (fls. 13 r. a 15 v.) caligrafadas com esmerada letra. Vamos analisar a estrutura dessas tábuas acompanhando estes seus cânones que, como era usual, dão conta de todos os problemas astronómicos que com elas se podiam resolver.

Os almanaques deste género podiam servir indefinidamente (eram perpétuos ou «perduráveis», como no próprio título deste manuscrito se diz), quando se admitia que os movimentos dos astros visados nas efemérides se repetiam, exactamente com as mesmas características, ao cabo de ciclos com determinado número de anos exactos. Todavia, a assiduidade das observações astronómicas, levando a um conhecimento mais perfeito da mecânica do universo, acabava em geral por revelar pequenas incorrecções nos periodos admitidos para os movimentos dos astros. E este facto possibilitava um aperfeiçoamento das tábuas dos planetas e do Sol: ao reconhecerem que qualquer dos ciclos verdadeiros se não cumpria num número inteiro de anos, os astrólogos procuravam saber de quanto deviam ser emendados, ao fim de cada ciclo admitido, os dados numéricos das tabelas, para se salvaguardar o carácter perpétuo das efemérides. Veremos como o *Almanaque Perdurável* atende já, para esse efeito, à precessão dos equinócios; mas passa ainda em claro sobre a correcção que era necessário introduzir às efemérides do Sol, para atender às deficiências do calendário juliano, ou sobre uma outra que, no movimento da Cabeça do Dragão da Lua, devia ser tomada em consideração para compensar o excesso dos 93 anos admitidos para ciclo desse movimento, sobre a sua exacta periocidade.

Para podermos acompanhar os cânones do Códice, teremos em primeiro lugar de saber as durações dos ciclos que foram neles adoptados. Vêm indicadas na fl. 15 r., e são as seguintes: 4 anos para o Sol; 76 anos para o «curso médio» da Lua; 86 anos para o «argumento» da Lua; 93 anos para o nodo ascendente da órbita lunar (Cabeça do Dragão da Lua); 59 anos para Saturno; 83 anos para Júpiter; 79 anos para Marte; 46 anos para Mercúrio; e 8 anos para Venus.

Todos estes ciclos se começavam a contar no *Almanaque Perdurável* em 1307, que é o «ano raiz» das efemérides. Já vamos ver a importância do conhecimento destes elementos no manuseamento das tábuas, a que passamos agora:

a). *Tábuas solares.* Estão naturalmente organisadas para os quatro anos do ciclo atribuido ao movimento do Sol, e dão os lugares deste astro na eclítica ao meio dia solar verdadeiro de cada dia, em qualquer ano de um ciclo. Assim, e quanto à sua estrutura, as tábuas são inteiramente semelhantes às do *Almanach Perpetuum* de Abraão Zacuto, que serviram para a elaboração das tábuas solares náuticas dos Descobrimentos portugueses, como é bem sabido. Para se escolher a tábua a utilizar na determinação do lugar do Sol em dia e mês conhecido de qualquer ano posterior a 1306, os

cânones mandam fazer a diferença de 1306 para o ano em questão, e dividir o resultado por 4; o número de unidades do resto, é o número de ordem da tábua a que se deve recorrer.

No entanto devemos advertir que, uma vez decorrido o primeiro ciclo de quatro anos, e quando de novo se voltasse à primeira tábua solar, era em rigor indispensável corrigir para o segundo ciclo (e mais tarde para os imediatos) os valores numéricos que nela e nas seguintes se encontram registados; na verdade, dever-se ia atender à circunstâncias da revolução aparente do Sol se não cumprir em número exacto de dias, não sendo, por outro lado, a fracção em excesso rigorosamente compensada pela introdução do ano bissesto de quatro em quatro anos, estipulada pelo calendário juliano (77).

Segundo se lê nos *Libros del Saber de Astronomia*, por esse tempo aceitava-se que a revolução anual aparente do Sol (ano trópico) se cumpria em $365^{d}\ 5^{h}\ 49^{m}\ 16^{s}$ (78); a correcção introduzida pelo calendário de Júlio César equivalia a tomar para esta revolução um periodo de $365^{d}\ 6^{h}$, correspondendo-lhe um excesso anual de $10^{m}\ 44^{s}$ sobre o verdadeiro valor do avanço do Sol relativamente ao ponto vernal; ao cabo de quatro anos, o Sol ficava adiantado cerca de 43 minutos. Sabendo-se que o movimento anual do Sol na eclítica é de cerca de 1º por dia, é fácil verificar que os 43 minutos de adiantamento do astro por quadriénio, impunham uma correcção de $1'\ 46''$ às suas longitudes celestes, decorrido qualquer periodo de quatro anos. Foi este o termo correctivo que Zacuto mandou acrescentar, aos valores fixados nas suas efemérides do Sol, por cada ciclo de quatro anos decorrido sobre 1472, ano raiz do seu almanaque; e apresentava até uma tabuada com os múltiplos da correcção (79), para facilitar o uso das tábuas.

Nos cânones do *Almanaque Perdurável* não há qualquer referência a esta questão, e isso nos leva a crer que o seu autor considerava desnecessário proceder a essa actualização das tabelas solares no final de cada quadriénio. É certo que nas últimas linhas da fl. 15 v. vem uma observação que, como pode ser verificado, se não encontra no original latino (adiante transcrito em roda-pé, em correspondência com a versão portuguesa), e onde se diz que: «Esto foy uerdade o ano de nosso senhor 1321. E daqui adeante por cada hum ano aiunta huum meudo [minuto]». O minuto por ano aqui referido não é mais do que o valor aproximado da precessão segundo Albaténio, visto que este a fixara, como já escrevemos, em 1º por 66 anos. No entanto, temos por muito duvidoso que o comentador, responsável por aquele reparo introduzido no texto latino, tivesse o propósito de fazer aplicar tal correcção às tábuas solares (80); é bem mais provável que a falta de refe-

(77) António Barbosa, *O Almanach de Abraham Zacuto e as Tábuas Náuticas Portuguesas*, Coimbra, 1928.

(78) O valor hoje adoptado é $365^{d}\ 5^{h}\ 8^{m}\ 17.^{s}\ 51$.

(79) É a «tabula equationis solis», in *Almanach Perpetuum*, ed. facsimilada de Joaquim Bensaúde, p. 41.

(80) Tendo então apenas ao nosso dispor algumas folhas do Códice de Madrid, errámos quando aceitámos que tal correcção se aplicasse às tábuas solares, como escreve-

rência à necessidade de se corrigirem os lugares do Sol fosse consequência de se admitir que o astro concluia o seu curso anual aparente exactamente em 365.25 dias; desse modo a compensação de um ano bissexto seria suficiente para ajustar as tábuas com os lugares do Sol, ao cabo de cada período de quatro anos.

Este procedimento não é, de resto, singular em autores da época. Ibn Ezra, que conhecia as discussões desde tempos antigos havidas sobre a duração do ano trópico, e que as comenta numa obra consagrada exactamente aos fundamentos das tábuas astrónomicas (81), afirma aceitar na prática o valor para ele admitido no calendário juliano. Não surpreende, portanto, que o autor do *Almanaque Perdurável* tivesse procedido de igual modo. Os erros assim cometidos iam-se acumulando, mas eram bastante inferiores aos que resultariam se acaso se tomasse como termo de correcção a precessão de Albaténio: decorrido um século, esta levaria as tábuas a apresentarem um adiantamento de cerca de 1º em relação aos lugares verdadeiros do Sol, enquanto o erro proveniente de as não submeter a qualquer correcção correspondia a um atrazo de 44′ 10″.

Em face do que acaba de ser exposto, parece-nos ser de concluir que no *Almanaque Perdurável* se consideravam perpétuas, tal como estão, as tábuas quadrienais do Sol. Dando por apurado este facto, só nos resta acrescentar um exemplo da maneira como eram utilizadas: suponha-se que pretendíamos saber o lugar do Sol no Domingo de Páscoa de 1340 que, como se viu, teve nesse ano lugar a 22 de Abril; como o quociente de 1340 — 1306 = 34 por 4 dá resto 2, teremos de recorrer à segunda tábua do Sol (fl. 17 v.); e nela se lê directamente que o astro, ao meio dia solar verdadeiro de 22 de Abril, se encontrava em 28º 50′ 35″ do signo de Aries.

b) Para se determinar o lugar de qualquer planeta (excepto a Lua) em determinada data, proceder-se-ia de modo inteiramente análogo ao indicado para o Sol, apenas com uma alteração: o divisor 4 no quociente que indicamos, deveria ser substituido pelo número de anos do ciclo atribuido ao planeta que estivesse em causa, decidindo-se também pelo valor do resto, o número de ordem da tabela a que se deveria recorrer.

Assim por exemplo, se quizessemos saber o lugar de Júpiter em 8 de Julho de 1497, data da partida da armada de Vasco da Gama para a Índia, atendendo a que o ciclo desse planeta se calculava em 83 anos e que, além disso, a divisão de 1497 — 1306 = 191 por 83 tem resto 15, deveriamos ir à tabela do décimo quinto ano do ciclo (primeira coluna da fl. 43 r.), onde logo se vê que o lugar procurado estaria um pouco para além de 4º em Aquário; de facto, a tabela, anunciando apenas a longitude celeste de Júpiter

---

mos in *O primeiro guia náutico português e o problema das latitudes na marinha dos séculos XV e XVI*, Coimbra. 1960.

(81) Veja-se Millás Vallicrosa, *El Libro de los Fundamentos de las Tablas Astronomicas de R. Abraham Ibn Ezra*, Madrid-Barcelona, 1947, pp. 22-23.

para os dias 1 e 11 do mês em referência, mostra que o planeta retrogradara de 5º para 4º daquele signo entre esses dias.

Este procedimento justifica-se por também se admitir que as tabelas dos planetas estavam preparadas para ciclos perfeitos, isto é, podiam ser usadas por tempo indefinido.

c) A utilização das tábuas lunares, que podiam servir a diversos fins, era um pouco mais demorada, como passamos agora a mostrar.

Em primeiro lugar, as tábuas das fls. 20 r. a 21 v. davam o «movimento médio» da Lua em qualquer dia de mês e ano conhecidos. Lembremos que o ciclo do «movimento médio» indicado nos cânones é de 76 anos; sendo assim, devia ser procurada na «prima tabula lune» (fl. 20 r.) a indicação do signo, graus e fracções que se lêem em frente do número de ordem (entre 1 e 76) do ano considerado, dentro do ciclo que estaria a decorrer; passava-se em seguida à tábua que ocupa as duas páginas imediatas do Códice («medius motus lune in mensibus»), e dela se tirava indicação semelhante para o dia e mês em causa; a soma dos dois valores lidos nas tábuas, era o «movimento médio» da lua ao meio dia da data proposta.

Se, por exemplo, quizessemos saber o «movimento médio» da Lua no dia 14 de Agosto de 1385 (data da batalha de Aljubarrota), atendendo a que é 3 o resto da divisão de 1385 — 1306 = 79 por 76, da primeira das tábuas referidas tirava-se a indicação 11º 56′ 29″ de Libra (este signo é aí apontado pelo seu número: 6) (82), escrita em frente do número 3 da coluna dos anos; em seguida, recolhia-se da fl. 21 r. o valor 23º 27′ 40″ de Taurus (signo 1), na coluna de Agosto e na linha correspondente ao dia 14. A soma destes dois valores (signo com signo, grau com grau, etc.) daria, finalmente, o «movimento médio» da Lua em 14 de Agosto de 1385: 5º 24′ 9″ de Sagitarius (signo 8).

Por um caminho inteiramente semelhante, mas utilizando então as tábuas das fls. 22 r. e 22 v. — 23 r., podia-se obter também o «argumento» da Lua, a que nas regras iniciais se atribui uma periocidade de 86 anos. Para a data do exemplo precedente ter-se-ia, portanto: 29º 11′ de Leo (signo 4), valor lido na tábua dos «argumenti luni in annis collectis», em face da indicação 79 da coluna dos anos; e 4º 55′ de Taurus (signo 1), valor do «argumentum lune in mensibus» (fl. 22 v.), para o dia 15 de Agosto; a soma das duas indicações dá 4º 6′ de Libra, que seria o «argumento» da Lua naquela data.

Os cânones indicam logo em seguida como do «argumento» da Lua, e com recurso à «tabula equationis lune» (fl. 23 v.), poderia ser deduzido o lugar verdadeiro do satélite da Terra em qualquer data. Era necessário introduzir no «argumento» já calculado um termo de correcção aditivo, que

---

(82) Os signos do zodíaco eram numerados de 0 a 11, tal como se indica na nota (65).

se obtinha por leitura directa nesta última tábua, entrando-se nela em linha de conta com o signo e os graus «do argumento» (estes lidos de cima para para baixo — primeira coluna — ou de baixo para cima — segunda coluna —, conforme o número de ordem do signo); assim, com o argumento de 4º 6′ em Libra, a que já chegamos no exemplo anterior, teriamos de contar até a quarta casa da primeira coluna (que diz respeito ao signo 6), na tábua da fl. 23 v.; a correcção referida era, portanto, de 0º 20′ 4″, quer dizer, o lugar verdadeiro da Lua seria, naquela data, 4º 26′ 4″ de Libra.

Idêntico ao prescrito para se chegar ao «movimento médio» ou ao «argumento», é ainda o procedimento que os cânones indicam para se obter o lugar da Cabeça do Dragão (nodo ascendente da órbita lunar) em qualquer data, a partir das tábuas que se escreveram nas fls. 24 r. a 25 r.; por isso supomos dispensável dar um exemplo da sua aplicação.

Devemos dizer que se não encontra qualquer observação sobre a necessidade de se corrigirem os valores tabulados, uma vez concluidos os primeiros ciclos a contar de 1306, para que se dizem preparadas todas estas tabelas da Lua; e esta precaução tornava-se, em rigor, necessária, em virtude de também não serem ciclos perfeitos os períodos de anos inteiros apontados. Sob este aspecto era mais completa a tábua da Cabeça do Dragão lunar incluida na primeira parte do Códice (fl. 12), pois vimos como aí se salientava, numa observação escrita na margem da folha, que uma vez concluidos os 93 anos que ela abrange, deviam os seus números ser aumentados de 30′. O erro provocado pela ausência desta correcção era, no entanto, inferior ao que resultava da utilização, nas mesmas condições, das tábuas solares.

A partir da fl. 14 v. a introdução que estamos acompanhando passa a explicar o modo de se obter a hora da conjunção Sol-Lua, e bem assim a maneira de prever os eclipses de qualquer destes astros.

Quanto ao primeiro destes problemas, e supondo-se sabido que em determinada data se verificava um novilúnio (ou seja: que nela caía o vigésimo nono dia de uma lunação, como no texto se diz) (83), deviam-se procurar, para o meio dia daquela data, o lugar do Sol e o lugar verdadeiro da Lua, a partir das tabelas solares e lunares, e pondo em prática as instruções que há pouco foram analisadas. A comparação das longitudes dos dois astros indicaria a que horas depois do meio dia (se a longitude da Lua fosse inferior à do Sol) ou antes do meio dia (no caso contrário), viria a ter lugar ou teve lugar a conjunção que nos interessava: sem entrar em linha de conta com o movimento do Sol (84), bastava para tanto converter os graus e fracções da diferença de longitudes celestes, em horas e minutos, utilizando a tabela intitulada «motus lune in horis», que se encontra na fl. 53 v..

---

(83) Este conhecimento era dado pelo áureo número, como já dissemos.

(84) Esta aproximação é perfeitamente aceitável (pelo menos dentro dos limites de rigor admitidos no texto), pois o movimento eclítico do Sol no máximo de 12 horas nunca podia ir além de 30′.

Vamos dispor, como exemplo, o cálculo da hora da conjunção Sol-Lua do dia 2 de Abril de 1340, que foi o do novilúnio Pascal desse ano, como já tivemos ocasião de verificar:

1340, *Abril*, 2		
Lugar do Sol (da «secunda tabula solis») (85)		9º 33' 32" Aries
(Determinação do lugar verdadeiro da Lua:)		
1340 (ano 34 do ciclo), «argumentum annis collectis»	3º 7' signo 10	
Abril 2, «argumentum in mensibus»	11º 9' signo 2	
	14º 16' signo 0	
«Equationis lune»	1º 9' 40"	
Lugar verdadeiro da Lua		15º 25' 40" Aries
Diferença de longitudes celestes		5º 52' 8"
Conversão em horas (fl. 53 v.)		10 h 27 m

Conclui-se, portanto, que a conjunção Sol-Lua no dia 2 de Abril de 1340 teve lugar 10 horas e 27 minutos antes do meio dia, pois a longitude celeste da Lua excede a esta hora a do Sol.

Devemos acrescentar que o texto é omisso a respeito das horas das oposições dos dois astros, que no entanto podiam ser calculadas de maneira semelhante; apenas era necessário tomar, em lugar da diferença de longitudes, a diferença entre o lugar da Lua e o ângulo que resultava de se adicionarem 6 signos (isto é: 180º) ao lugar do Sol.

Os cânones do *Almanaque Perdurável* passam, depois disto, a ocupar-se dos eclipses do Sol e da Lua, começando por esta observação trivial: um eclipse lunar só podia ter lugar se a oposição Sol-Lua se verificasse durante a noite e um eclipse do Sol só seria possível se a conjunção dos dois astros tivesse lugar durante o dia.

Fixemo-nos no primeiro caso, e suponha-se verificada essa condição indispensável: para se saber se efectivamente tinha lugar o eclipse da Lua, uma vez calculada a hora em que este astro estava em oposição com o Sol, tinha de saber para a mesma hora, recorrendo às tabelas das fls. 24 r. a 25 r., os lugares verdadeiros dos nodos ascendentes da órbita lunar; caso a diferença dos lugares da Lua e de um dos nodos não atingisse um grau, ter-se-ia um eclipse da Lua; este astro sofreria meio eclipse se aquela diferença andasse por cinco graus; a partir deste limite, e até 10º de diferença, o eclipse seria cada vez menor, considerando-se no texto que, a partir de 10º, o fenómeno deixava de ser observado. Considerações do mesmo género são muito sucintamente feitas, em seguida, para o caso dos eclipses do Sol.

---

(85) Na verdade, 2 é o resto da divisão 1340 — 1306 = 34 por 4.

Apesar da exposição ser muito breve, ela dá esclarecimentos mais completos do que o texto sobre o mesmo problema que se pode ler na primeira parte do Códice.

Com estes comentários damos por concluidas as observações que supomos mais convenientes, para facilitar a leitura dos cânones com que abre o *Almanaque Perdurável*. Mas convirá ainda referir que a parte tabular deste foi aproveitada para uma mistificação, cometida no final do século passado.

Já dissemos que Rico y Sinobas foi quem pela primeira vez se referiu aos almanaques portugueses da Biblioteca Nacional de Madrid: no Vol. V da sua edição dos *Libros del Saber de Astronomia* (86) dedica-lhes algumas considerações, a que mais longe acrescenta o sumário do conteúdo do Códice, nem sempre completo mas, de um modo geral, bastante correcto. Todavia, não tendo encontrado anexas aos manuscritos daquela enciclopédia afonsina, as tábuas também mandadas compilar por Afonso X de Castela, Rico y Sinobas resolveu-se a apresentar como fragmentos dessas tábuas as que se encontram no *Almanaque Perdurável*, o que, na verdade, fez no vol. IV daquela edição.

A circunstância de se ter reconhecido que as tábuas do almanaque derivam de Azarquiel, enquanto as afonsinas têm características um tanto diferentes, seria já razão suficiente para se poder considerar infeliz o procedimento de Rico y Sinobas; mais grave é, porém, o facto de ter ocultado a origem das tábuas que publicou; e muito mais graves ainda as arbitrariedades que cometeu ao mandar decalcar, por desenhador inhábil, todos os dados tabulares do *Almanaque Perdurável*, publicando-os nos *Libros del Saber* como se fossem facsímiles das tábuas do Rei-Sábio, depois de ter introduzido alterações na disposição que no original apresentam, de ter vertido em castelhano as indicações latinas que as acompanham, e de ter corrigido alguns erros, cometidos pelo calígrafo, que nelas se encontram.

Esta leviandade, se não anula a grande obra realizada pelo historiador, tem de ser apontada com palavras severas; e severíssimas são estas com que Millás Vallicrosa se referiu ao assunto, no final do estudo que dedicou aos almanaques portugueses de Madrid:

«Si bien este texto portugués era aún desconocido, hemos de decir que parte del mismo fué objecto de una lamentable mixtificación. El editor de las obras astronomicas del Rey Sabio, el señor Rico y Sinobas, afanoso de encontrar el texto original de las tablas Alfonsies, publicó como tales las tablas del almanaque portugués, junto con una tabla de otro manuscrito de la Biblioteca Nacional de Madrid, sin darse cuenta del contrasentido de presentar como tablas astronomicas lo que en rigor son unas efemerides. Y lo más triste del caso es que omitió el numero de los manuscritos, alteró el ordem de las tablas, tradujo al castellano los titulos portugueses [na verdade: lati-

(86) Veja-se a nota (15).

nos] y presentó la edición como si fuera reproducción facsimil de um texto castellano antiguo» (87).

Para se comprovar esta mistificação assinalada por Millás Vallicrosa, reproduzimos aqui lado a lado (vejam-se páginas 38 e 39) uma folha do manuscrito português e a transcrição que de parte dela deu Rico y Sinobas nos *Libros del Saber de Astronomia*.

5 — RESUMO

Vamos terminar esta introdução resumindo as conclusões mais importantes a que fomos conduzidos no estudo dos *Almanaques Portugueses de Madrid:*

1.º) O Códice 3349 da Biblioteca Nacional de Madrid reune folhas provenientes de vários manuscritos astrológicos, na sua maior parte escritos em língua portuguesa; todos eles devem ter sido redigidos na primeira metade do século XIV, a julgar pela letra do calígrafo e por indicações esporádicas que nos textos se encontram e levam à mesma conclusão.

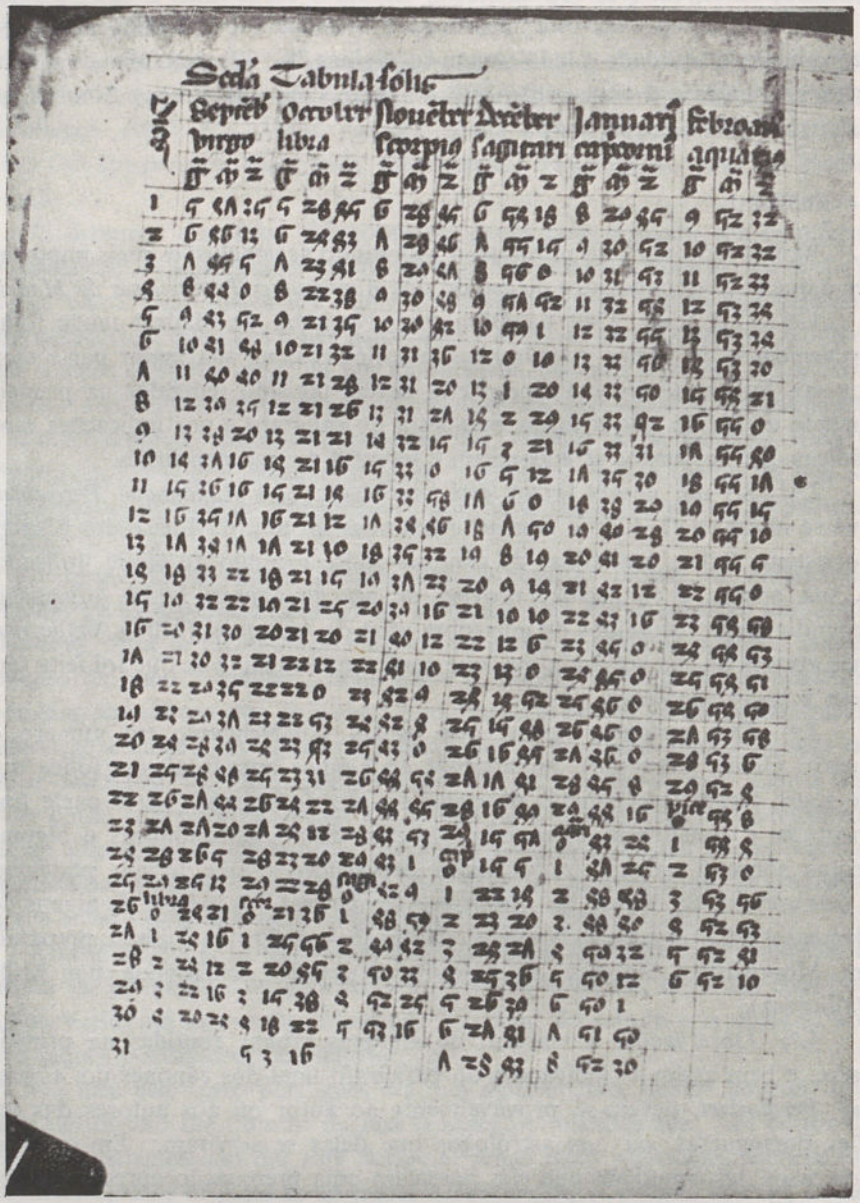
2.º) Só um desses textos está completo: é o *Almanaque Perdurável*, que se inicia na fl. 13 r. e contém efemérides do Sol, da Lua e dos planetas do sistema Solar, precedidas de cânones sobre o modo de serem utilizadas. A sua origem é conhecida: provém de um almanaque árabe, organizado segundo dados recolhidos de uma obra afim de Azarquiel (Millás Vallicrosa), mas através da sua versão latina, que corria em Aragão e de que foi feita também uma versão catalã.

3.º) Dos restantes textos, que seriam possìvelmente em número de quatro (Jaime Cortesão), juntaram-se ao Códice apenas alguns fólios que, de resto, foram interpolados na encadernação do volume. Esta parte fragmentária é constituida essencialmente por tábuas astronómicas e algumas regras sobre o calendário, podendo depreender-se que teriam pertencido a manuscritos da índole do *Almanaque Perdurável*. A origem de alguns dos elementos aproveitados para eles é o almanaque de Profeit Tibbón, preparado em Montpellier (hipótese de Joaquim Bensaúde, confirmada por Millás Vallicrosa).

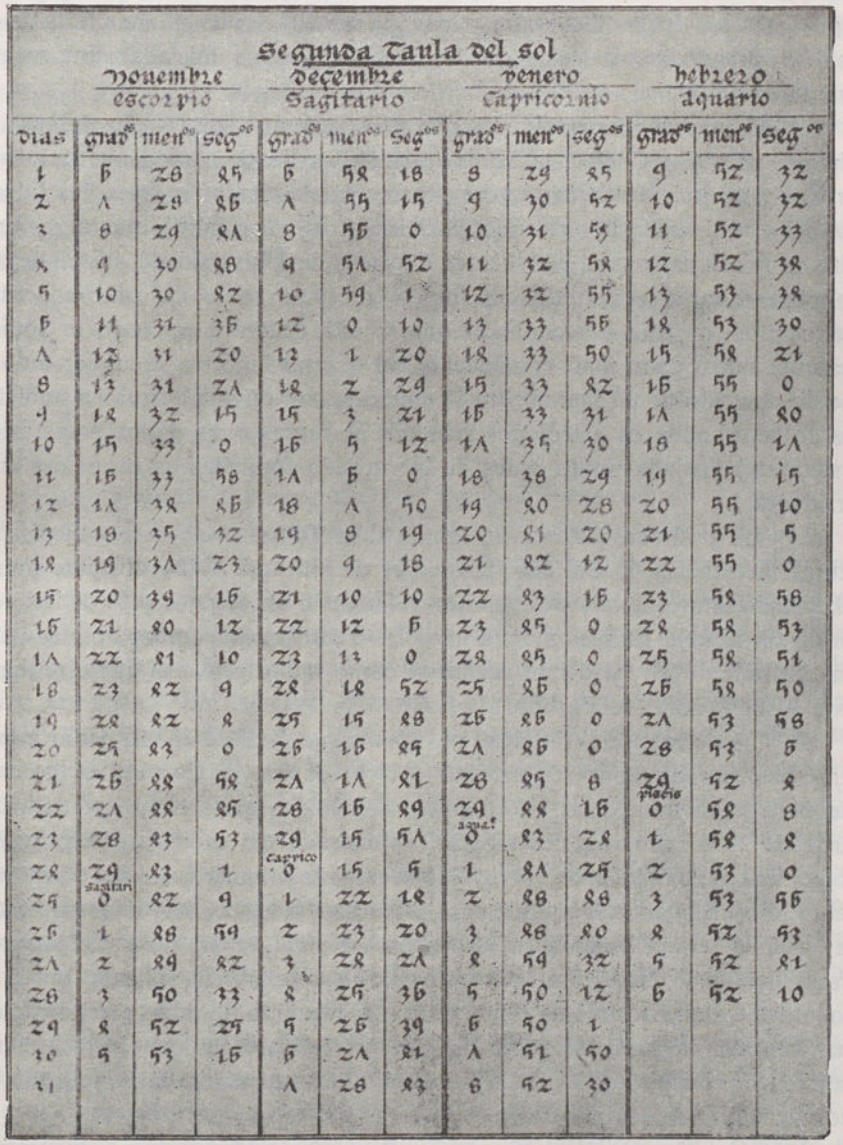
4.º) Observações à margem de algumas tábuas contidas na primeira parte, e bem assim as indicações do parágrafo final dos cânones do *Almanaque Perdurável*, devem-se provávelmente ao autor ou aos autores das versões portuguesas, ou aos astrólogos que delas se serviram. Em qualquer dos casos, testemunham que eles possuíam uma preparação apreciável sobre as matérias com que se relacionavam estes escritos.

5.º) Uma lista das coordenadas geográficas de vários lugares, foi para um dos manuscritos copiada de uma outra que aparece anexa à tradução de Azarquiel feita por Gerardo de Cremona (Millás Vallicrosa). Juntaram-se-lhe três cidades portuguesas, o que, apesar de alguns erros de que enfermam as latitudes e longitudes para elas apontadas, é ainda um índice seguro

(87) *Estudios sobre História de la Ciencia Española*, *ed. cit.*, p. 393.



Última página da segunda tábua do Sol, no *Almanaque Perdurável*. Como as demais tábuas, esta ocupa duas páginas do Códice; a que se reproduz dá os lugares do Sol, no segundo ano de um ciclo e para todos os dias dos meses de Setembro a Fevereiro. Note-se como o título e as «entradas» das várias colunas se mantiveram em latim.



Segunda Taula del sol

	Nouembre escorpio			Deçembre Sagitario			Enero Capricornio			Hebrero aquario		
Dias	grad^{os}	men^{os}	seg^{os}	grad^{os}	men^{os}	seg^{os}	grad^{os}	men^{os}	seg^{os}	grad^{os}	men^{os}	seg^{os}
1	6	28	45	6	58	18	8	29	45	9	52	32
2	7	29	46	7	55	15	9	30	52	10	52	32
3	8	29	47	8	56	0	10	31	59	11	52	33
4	9	30	48	9	57	52	11	32	58	12	52	38
5	10	30	52	10	59	1	12	32	55	13	53	38
6	11	31	56	11	0	10	13	33	56	14	53	30
7	12	31	20	12	1	20	14	33	50	15	58	21
8	13	31	24	12	2	29	15	33	42	16	55	0
9	14	32	15	15	3	21	16	33	31	17	55	50
10	15	33	0	16	5	12	17	35	30	18	55	17
11	16	33	58	17	6	0	18	38	29	19	55	15
12	17	38	56	18	7	50	19	50	28	20	55	10
13	18	25	32	19	8	19	20	51	20	21	55	5
14	19	34	23	20	9	18	21	52	12	22	55	0
15	20	39	16	21	10	10	22	53	16	23	58	58
16	21	50	12	22	12	6	23	55	0	24	58	53
17	22	51	10	23	13	0	24	55	0	25	58	51
18	23	52	9	24	14	52	25	56	0	26	58	50
19	24	52	8	25	15	48	26	56	0	27	53	48
20	25	53	0	26	16	44	27	56	0	28	53	6
21	26	58	58	27	17	41	28	55	8	29 (bisiesto)	52	8
22	27	58	56	28	18	39	29 aquar.	58	18	0	58	8
23	28	53	53	29	19	54	0	53	28	1	58	8
24	29	53	1	0 capric.	15	6	1	54	24	2	53	0
25	0 sagitari	52	9	1	22	14	2	58	58	3	53	56
26	1	58	59	2	23	20	3	58	50	4	52	53
27	2	59	52	3	28	24	4	59	32	5	52	51
28	3	50	33	4	26	36	5	50	12	6	52	10
29	4	52	23	5	26	39	6	50	1			
30	5	53	16	6	24	21	7	51	50			
31				7	28	23	8	52	30			

Última página da segunda tábua solar publicada nos *Libros del Saber de Astronomia;* Rico y Sinobas desdobrou-a por três páginas de texto, de modo que a parte transcrita só abrange os meses de Novembro a Fevereiro. O título e as indicações referentes às colunas foram, como se vê, traduzidos em castelhano.

das actividades dos astrólogos vivendo em Portugal por esse tempo. Todavia, parece-nos excessivo considerar essa relação como índice de um largo interesse pela Geografia, que já nesse tempo se manifestasse e fosse o prenúncio das viagens de Descobrimentos, iniciadas um século mais tarde.

6.º) Um dos manuscritos a que pertenceram algumas das folhas da primeira parte do Códice, teria sido possivelmente preparado ou traduzido em Coimbra, pois esta cidade vem expressamente citada em uma das folhas que dele subsistem. Por esse motivo Jaime Cortesão admitiu que tal manuscrito se relacionasse com actividades docentes da Universidade, instalada em Coimbra durante o periodo em que se presume ser o da sua redacção. Mas somos forçados a reconhecer que se não encontra em todo o Códice qualquer outro dado mais concludente em que tal hipótese se apoie: tudo o que do contexto de tal manuscrito se conhece, sem dúvida o situa na tradição dos folhetos onde os astrólogos reuniam as regras e os dados necessários à sua arte, iniciada muito antes de terem sido fundadas as primeiras universidades.

7.º) A primeira parte inclui ainda duas folhas onde se registaram as alturas meridianas do Sol em vários dias de um ano. Não obstante numa delas se declarar que tais alturas estão referidas a um lugar de 40º de latitude norte, um cálculo simples mostra que elas efectivamente foram obtidas para uma latitude de 39º, podendo aceitar-se como muito provável que esse lugar fosse Lisboa (António Barbosa).

8.º) As efemérides reunidas no *Almanaque Perdurável* são dadas como perpétuas, admitindo-se ser perfeito o ciclo de um certo número de anos que para cada uma delas se adoptou; concluidos esses ciclos, contados a partir de 1306 (ano raiz das tábuas), voltar-se-ia em cada caso à primeira tábua, sem necessidade de corrigir os seus dados numéricos. Este procedimento introduzia erros logo que, para cada caso, se entrasse no ciclo imediato, mas eles só seriam sensíveis, relativamente à precisão das observações desse tempo, depois de decorridos muitos anos. Deve-se, porém, salientar que já se procurava evitar este erro na tábua para o movimento do nodo ascendente da Lua, contida na primeira parte do Códice: numa nota que se lhe refere, mandam-se corrigir de 30′ as longitudes tabuladas, por cada período de 93 anos vencido sobre o ano raiz.

9.º) Os cânones do *Almanaque Perdurável* referem-se ao fenómeno da precessão, avaliando-a em 1′ por ano; esta observação, que se não lê na versão latina do escrito, corresponde a uma aproximação da estimativa de Albaténio, que a calculou em 1º por cada periodo de 66 anos. É de acordo com este valor que, numa nota da fl. 8 v., se mandam corrigir as longitudes celestes, obtidas para 1180-1181, das 35 estrelas referenciadas numa lista da mesma folha.

10.º) Além dos textos, também a maioria das tábuas reunidas no Códice situam este na linha tradicional dos almanaques medievais, de importância acentuadamente astrológica. Assim, não se pode dizer que o volume tenha

qualquer relação íntima e directa com a astronomia náutica iniciada nas navegações portuguesas do século XV. Mas nem por isso é menor o seu interesse, visto tratar-se do único testemunho significativo que até nós chegou sobre o nível técnico alcançado por astrólogos portugueses, ou radicados em Portugal, em época anterior aos decisivos progressos experimentadas pela marinharia dos Descobrimentos. Na verdade, estes escritos estabelecem uma prova irrefutável de que em Portugal já no século XIV viviam homens com capacidade para empreenderem com sucesso, caso isso lhes fosse exigido, a adaptação de algumas regras astronómicas às condições da sua utilização náutica.

Coimbra, Janeiro — Março de 1961.

* * *

NOTA I

Esta afirmação é contestada por alguns historiadores, e é esse o caso de Marcondes de Souza que representa, de resto, um exemplo típico.

Se não erramos, o ponto de vista defendido por este historiador resume-se no seguinte: foi depois de entrado o século XVI que os navegadores portugueses começaram a observar latitudes no mar, pois no final do século anterior ainda só determinavam a coordenada quando eventualmente desciam em terra. Em *Algumas Achegas à História dos Descobrimentos Marítimos* (São Paulo, 1958, pp. 121 e ss.), Marcondes de Souza retoma esta tese repetidas vezes exposta e ardorosamente defendida na sua extensa obra. Procura desta vez fundamentá-la em trechos extraídos da carta que em 1500 foi escrita do Brasil ao rei D. Manuel por mestre João, bacharel em artes e em medicina, e num passo das *Décadas* de João de Barros; mas cometeu a inadvertência de não prestar a atenção devida à leitura do primeiro e de não acompanhar o segundo até o fim, o que naturalmente veio a falsear as conclusões deles inferidas, como sem dificuldade podemos mostrar.

Já noutro lugar (88) tivemos ensejo de dizer que há, sobre esta questão das origens da navegação astronómica, dois problemas distintos a estudar, e que é necessário mantê-los dissociados, se não queremos correr o risco de nos vermos embaraçados com conclusões contraditórias: um consiste em saber se sim ou não se fizeram observações de latitudes a bordo das caravelas e das naus portuguesas, ainda no século XV; o outro é o de apurar se foram ou não foram grosseiros os erros cometidos nas primeiras observações desse tempo (89).

---

(88) «Algumas observações sobre o problema das latitudes na marinharia dos Descobrimentos», in *Revista da Faculdade de Ciências* da Universidade de Coimbra, Vol. 30 (1960).

(89) A resposta a esta pergunta só pode ser, quanto a nós, afirmativa.

É bem de ver que qualquer resposta ao segundo problema, mesmo no caso mais desfavorável de nos conduzir à convicção de que era excessivo o valor dessas incorrecções, não nos autoriza a negarmos, em nome de exigências actuais de rigor, que se tivesse feito uso de métodos astronómicos na náutica do final de quatrocentos.

Quando qualquer historiador da corrente a que Marcondes de Souza pertence, aponta a impraticabilidade de tais observações no mar, com o fundamento de que só conduziam a valores muito errados de latitudes, cai num equívoco que nem exigiria ser provado com o recurso aos textos, pois repugna à lógica mais elementar: na verdade, é de transparente evidência que seria impossível os navegadores reconhecerem que não podiam determinar com exactidão a coordenada, antes de terem posto em prática, e repetidas vezes, as regras que ensinavam a maneira de a calcular.

E, com efeito, é esta a lição que se tira dos trechos de mestre João e de João de Barros, citados por Marcondes de Souza, quando temos o cuidado de os ler com atenção e completamente.

O primeiro deles começa por afirmar textualmente o seguinte (e este período foi transcrito por Marcondes de Souza):

«[...] antes me parece impossível no mar tomar a altura de nenhuma estrela, porque eu trabalhei muito nisso, e por pouco que o navio balance, se erram quatro e cinco graus, de modo que se não pode fazer, senão em terra» (90).

Como se vê, mestre João apenas se refere aqui a alturas de estrelas (não esqueçamos este facto, pois não foi esse o único meio usado pelos marinheiros desse tempo na resolução do problema), mas sem dizer que tais coordenadas não fossem observadas a bordo: afirma, e isso é profundamente diferente, que nas observações astronómicas desse tipo (portanto, *elas faziam-se*), seriam de temer erros da ordem dos quatro e cinco graus.

Não vamos demorar-nos na apreciação deste erro estimado por mestre João como corrente, muito embora seja de referir que as condições em que o astrólogo realizou esses trabalhos, ao que parece recomendados pelo monarca, não eram as melhores (o navio era pequeno e ia demasiadamente carregado, factores importantes a ter em conta); mas não devemos passar em claro as palavras finais daquela carta (esquecidas na citação de Marcondes de Souza), pois elas inteiramente confirmam a interpretação por nós dada à parte do texto que acima se transcreveu:

«*No mar* — conclui mestre João — é melhor dirigir-se pela altura do Sol, que não por nenhuma estrela; e melhor com o astrolábio que não com o quadrante nem com outro nenhum instrumento».

Quer dizer: mestre João fora encarregado de fazer a crítica aos métodos utilizados para a determinação de latitudes durante as viagens (o que, evidentemente, pressupõe a sua prática anterior), e com razão concluia serem

---

(90) Fontoura da Costa, *Marinharia dos Descobrimentos*, 3.ª ed., Lisboa, 1961, apud p. 120.

as observações solares, feitas com o astrolábio, as que poderiam no mar levar a melhores resultados.

Como se vê, Marcondes de Souza citou mestre João a despropósito, visto que a única conclusão a tirar das palavras do médico lhe abala fortemente a tese. Não é outro, de resto, o sentido do passo de João de Barros em que também procurou basear-se, embora sem o transcrever. Eis a primeira parte do que o cronista escreveu nas *Décadas* (91):

«E a primeira terra que [Vasco da Gama] tomou, antes de chegar ao Cabo da Boa Esperança, foi a Baía que ora chamam de Santa Helena, [...] onde saiu em terra para fazer aguada e assim tomar a altura do sol; [ ]».

Portanto: Vasco da Gama desembarcou com o piloto na Baía de Santa Helena, suspendeu de uma cábrea (como já veremos) um astrolábio de grande diâmetro, e observou a latitude do lugar. Se o cronista se tivesse ficado por aqui, tinha Marcondes de Souza o direito de sustentar a partir dele que as práticas astronómicas dos navegadores ainda por este tempo seriam, pelo menos em muitos casos, exclusivamente feitas em terra firme. Mas a verdade é que Barros escreveu mais alguma coisa sobre o assunto, e vamos também copiar para aqui essa parte que o professor de São Paulo não leu ou se esqueceu de ter lido:

«[...] porque como do uso do astrolábio para aquele mister da navegação havia pouco que os mareantes deste reino se aproveitavam, [...], não confiava muito de a tomar dentro neles [navios] por causa do seu arfar. Principalmente com um astrolábio de pau de três palmos de diâmetro, o qual armavam em três paus à maneira de cábrea por melhor segurar a linha solar, e mais verificada e distintamente poderem saber a verdadeira altura daquele lugar; posto que levassem outros de latão mais pequenos, tão rùsticamente começou esta arte, que tanto fruto tem dado ao navegar».

Em resumo: Barros afirma agora que a precaução de Vasco da Gama referida no passo anterior, foi uma consequência de ele ter em dúvida o valor dos resultados recolhidos em viagem, pois temia os efeitos do balanço dos navios e depositava pouca confiança (como o cronista deixa entrever) nas diminutas dimensões dos astrolábios usados para tal fim; o que claramente mostra que a bordo se calculavam latitudes embora subsistissem, e em homens tão responsáveis como Vasco da Gama, fortes dúvidas a respeito dos valores para elas obtidos em tais circunstâncias.

Verifica-se, pois, que a tese defendida por Marcondes de Souza a respeito deste problema é absolutamente indefensável à luz do que verdadeiramente significam os textos invocados: nem se vislumbra, de resto, como poderá o historiador desencantar argumentos que anulem depoimentos tão afirmativos e tão contrários ao ponto de vista sustentado, como são, afinal, os de Barros e de mestre João.

Reconhecemos, no entanto, que Marcondes de Souza tem razão ao afir-

---

(91) João de Barros, *Décadas da Asia*, I, liv. IV, cap. 2, Lisboa, 1778, Vol. I, p. 280.

mar que as regras do regimento do Sol foram conhecidas muitos anos antes dos navegadores da época dos Descobrimentos as terem usado na marinharia, facto que aliás é bem conhecido e nunca foi posto em dúvida. Na realidade, os pilotos portugueses, ou os técnicos que os instruiram, não fizeram mais do que acrescentar a essas regras os casos não previstos nos textos medievais (para lugares situdos no hemisfério Sul, por exemplo) ou do que deligenciar dar delas enunciados mais simples. O contributo verdadeiramente pessoal desses homens para a astronomia náutica, reduz-se ao regimento da Estrela do Norte e aos regimentos do Cruzeiro e da Estrela do Sul (92), que embora estabelecidos empìricamente e apresentando erros, fazem prova de uma grande sagacidade na observação dos movimentos estelares. E surpreende-nos que Marcondes de Souza se não refira de espaço ao regimento do norte, pois no estudo das origens da navegação astronómica é necessário tê-lo em consideração, visto ter sido por ele que tal náutica quase com certeza se iniciou.

NOTA II

Índice do Códice. — Fazemos preceder a indicação da matéria de cada folha de uma letra (P ou L), consoante a língua em que está escrita (português ou latim, respectivamente) (93).

I PARTE

fl. 1 r. — Inicialmente em branco. Com a data de 12 de Setembro de 1410, foi neste folha lançada uma tábua de alcance astrológico, com os «dicentadores de boa ventura» (94). Não reproduzimos este texto, que deve ser considerado um elemento estranho ao almanaque, por não se encontrar fotografado no microfilme de que dispomos.

fl. 1 v. — (P) — Tábua (incompleta) com o número de ordem dos dias de cada ano, começando em Março e acompanhando apenas seis mezes.

fl. 2 r. — (P) — Tábua com as alturas meridianas do Sol em vários dias de um ano e em lugar de latitude que o texto indica ser de 40º, o que é inexacto, como supomos ter provado.

fl. 2 v. — (P) — Tábua com os azimutes em Burgos.

---

(92) Veja-se Luís Albuquerque «Sobre a Determinação de Latitudes no Hemisfério Sul, na Náutica Portuguesa dos Descobrimentos», in *Revista Portuguesa de História*, Vol. 9 (1960), pp. 177 e ss..

(93) Sumário análogo foi publicado, com pequenas incorrecções, por Rico y Sinobas, *Libros del Saber de Astronomia*, Vol. V, Madrid, 1867, p. 122-124.

(94) Millás Vallicrosa, *loc. cit.* na nota (36), p. 390.

fl. 3 r. — Em branco.

fl. 3 v. — (P) — Regras para a determinação da letra dominical, do áureo número e da data do domingo de Páscoa em qualquer ano.

fls. 4 r. — 4 r. — 4 v. — (L) — Tábua com o lugar da Cabeça do Dragão da Lua, fixado dia a dia.

fl. 5 r. — (L) — Tábuas com os cursos do Sol e da Lua em uma hora, calculados em Montpellier.

fl. 5 v. — (L) — Tábua com as latitudes da Lua e tábua para a determinação dos eclipses lunares.

fl. 6 r. — (P) — Explicações para uso das tábuas precedentes.

fl. 6 v. — (P e L) — Diversas tábuas: uma para se saberem as horas iguais em cada dia e em cada noite; outra para conhecer o número de horas de Lua por noite; e, finalmente, uma terceira indicando o lugar da Lua em cada revolução. É nesta folha que se lê a indicação, importante, do nascimento do Sol ter lugar em Coimbra $1^h\ 12^m$ (uma hora e quinta) depois de ter sido observado no lugar onde o almanaque foi preparado.

fl. 7 r. — (P) — Texto indicando como podia ser determinada a hora da conjunção Sol-Lua.

fl. 7 v. — (P) — Tábua dos mezes e dos «pojamentos», com indicação de como se procedia ao cálculo dos mezes das revoluções lunares.

fl. 8 r. — (P) — Indicações sobre os signos que se supunha determinarem as influências extremas do Sol e dos Planetas.

fl. 8 v. — (L e P) — Lista com as coordenadas de 35 estrelas, indicadas pelos nomes árabes.

fl. 9 r. — (P) — Tabuada (incompleta) com os números de ordem dos dias dos anos hebraicos não bissextos.

fls. 9 v. e 10 r. — (P) — Idem, para os anos bissextos.

fl. 10 v. — (P) — Indicação dos termos dos planetas, segundo Ptolomeu.

fl. 11 r. — (P e L) — Lista com as coordenadas de vários lugares, na sua maioria sob domínio muçulmano.

fl. 11 v. — (P) — Texto e figura com indicações de interesse astrológico, utilizáveis na preparação de horoscopos.

fl. 12 r. — (L) — Tábua com o movimento igual e verdadeiro da Cabeça do Dragão da Lua, para um ciclo de 93 anos.

fl. 12 v. — (L e P) — Texto explicativo, para uso da tábua precedente.

II PARTE — ALMANAQUE PERDURÁVEL

fls. 13 r. a 15 v. (P) — Cânones do almanaque.

fls. 16 r. a 19 v. (L) — Tábuas do Sol, para um ciclo de 4 anos.

fl. 20 r. (L) — Primeira tábua da Lua.

fls. 20 v. a 21 v. (L) — Tábua do movimento médio da Lua.

fls. 22 r. a 23 r. (L) — Tábua do argumento médio da Lua.

fl. 23 v. (L) — Tábua com a equação da Lua.

fls. 24 r. a 25 r. (L) — Tábua da Cabeça do Dragão da Lua.
fls. 25 r. a 31 r. (L) — Tábuas de Mercúrio, para um ciclo de 49 anos.
fls. 31 v. a 32 v. (L) — Tábuas de Venus, para um ciclo de 8 anos.
fls. 33 r. a 41 v. (L) — Tábuas de Marte, para um ciclo de 79 anos.
fls. 42 r. a 47 v. (L) — Tábuas de Júpiter, para um ciclo de 83 anos.
fls. 48 r. a 52 v. (L) — Tábuas de Saturno, para um ciclo de 59 anos.
fl. 53 r. (L) — Contém tábuas com os movimentos de Saturno, Júpiter, Marte, Sol (ou Venus ou Mercúrio) em um dia; tábuas para os movimentos dos planetas em uma hora; e o mesmo a respeito da Cabeça do Dragão.
fl. 53 v. (L) — Movimentos do Sol e da Lua em uma hora; tabela com os auges dos planetas.
fl. 54 r. (L) — Tábuas com as diferenças de dois planetas superiores ou inferiores.

TEXTO

(Códice 3349 da Biblioteca Nacional de Madrid) (*)

TAUOA DO CONTO DOS DIAS DO ANO ROMANO NOS MESES DO ANO Fl. 1v

1		2		3		4		5		6	
MARÇO		ABRIL		MAYO		JUNIO		JULIO		AGOSTO	
dies	la conta	dies	la conta	dies	la conta	dies	la conta	dies	la conta	dies	la conta
1	1	1	32	1	62	1	93	1	123	1	154
2	2	2	33	2	63	2	94	2	124	2	155
3	3	3	34	3	64	3	95	3	125	3	156
4	4	4	35	4	65	4	96	4	126	4	157
5	5	5	36	5	66	5	97	5	127	5	158
6	6	6	37	6	67	6	98	6	128	6	159
7	7	7	38	7	68	7	99	7	129	7	160
8	8	8	39	8	69	8	100	8	130	8	161
9	9	9	40	9	70	9	101	9	131	9	162
10	10	10	41	10	71	10	102	10	132	10	163
11	11	11	42	11	72	11	103	11	133	11	164
12	12	12	43	12	73	12	104	12	134	12	165
13	13	13	44	13	74	13	105	13	135	13	166
14	14	14	45	14	75	14	106	14	136	14	167
15	15	15	46	15	76	15	107	15	137	15	168
16	16	16	47	16	77	16	108	16	138	16	169
17	17	17	48	17	78	17	109	17	139	17	170
18	18	18	49	18	79	18	110	18	140	18	171
19	19	19	50	19	80	19	111	19	141	19	172
20	20	20	51	20	81	20	112	20	142	20	173
21	21	21	52	21	82	21	113	21	143	21	174
22	22	22	53	22	83	22	114	22	144	22	175
23	23	23	54	23	84	23	115	23	145	23	176
24	24	24	55	24	85	24	116	24	146	24	177
25	25	25	56	25	86	25	117	25	147	25	178
26	26	26	57	26	87	26	118	26	148	26	179
27	27	27	58	27	88	27	119	27	149	27	180
28	28	28	59	28	89	28	120	28	150	28	181
29	29	29	60	29	90	29	121	29	151	29	182
30	30	30	61	30	91	30	122	30	152	30	183
31	31	0	0	31	92	0	0	31	153	31	184

(*) Agradecemos vivamente à Ex.ma Senhora Dr.a D. Maria Georgina Trigo Ferreira Monteiro, Conservadora do Arquivo da Universidade de Coimbra, a colaboração amável que nos prestou no esclarecimento de muitas dificuldades encontradas na leitura do manuscrito.

Fl. 2r

TAUOA DA ALTURA DO SOL NOS LOGARES QUE SA LADEZA HE 40 GRADOS

DIAS	IANEIRO	FEBREIRO	MARÇO	ABRIL	MAYO	IUNIO	IULIO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1	29	36	46	58	68	74	74	66	55	44	33	28
3	29	37	47	59	69	74	73	65	54	43	33	28
6	30	38	48	60	70	74	73	64	53	42	32	27
9	30	39	49	61	71	75	72	63	52	41	31	27
12	31	40	50	62	72	75	72	62	51	40	30	27
15	32	41	51	63	72	75	71	61	50	39	29	28
18	32	42	53	64	73	74	70	60	49	38	29	28
21	33	43	54	65	73	74	69	59	48	37	29	28
24	34	44	55	66	73	74	69	58	47	36	28	28
27	35	45	56	67	74	74	68	57	46	35	28	28
30	36	46	57	68	74	74	67	56	45	34	28	29

Fl. 2v

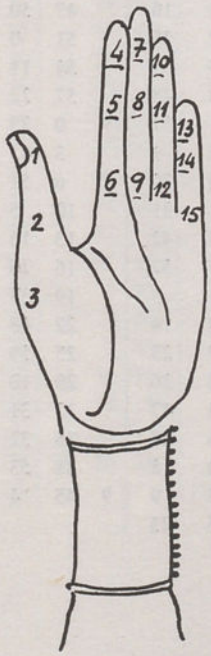
TAUOA DOS ÇOMUTES EM BURGOS

Gradus ascentije		*Libra* Septentrion		*Scorpius* Septentron		*Sagitarius* Septentrion		*Capricornius* Meridion		*Aquarius* Meridion		*Piscis* Meridion	
1	29	23º	51'	18º	40'	5º	0'	10º	12'	19º	30'	22º	58'
2	28	23	50	18	22	4	25	10	24	19	40	23	2
3	27	23	49	18	4	3	50	10	56	19	50	23	6
4	26	23	48	17	46	3	15	11	18	19	59	23	10
5	25	23	45	17	28	2	39	11	39	20	8	23	14
6	24	23	40	17	10	2	4	12	1	20	17	23	18
7	23	23	37	16	48	1	33	12	25	20	26	23	21
8	22	23	33	16	26	1	2	12	49	20	35	23	24
9	21	23	25	15	59	0	32	13	13	20	43	23	26
10	20	23	17	15	34	0	0	13	37	20	51	23	28
11	19	23	9	15	9	0	28	14	1	20	59	23	30
12	18	22	59	14	44	0	48	14	25	21	7	23	32
13	17	22	40	14	22	1	16	14	46	21	14	23	34
14	16	22	40	13	57	1	44	15	6	21	22	23	36
15	15	22	40	13	29	2	12	15	35	21	29	23	38
16	14	22	41	12	59	2	40	15	42	21	37	23	39
17	13	22	11	12	30	3	8	16	0	21	44	23	40
18	12	21	1	12	1	3	37	16	18	21	51	23	42
19	11	21	50	11	32	4	12	16	33	21	56	23	43
20	10	21	40	11	3	4	48	16	48	22	1	23	44
21	9	21	28	10	38	5	23	17	3	22	7	23	46
22	8	21	17	10	4	5	59	17	18	22	12	23	47
23	7	21	6	9	35	6	59	17	32	22	16	23	48
24	6	20	55	9	5	7	10	17	46	22	20	23	49
25	5	20	34	8	31	7	40	18	2	22	25	23	49
26	4	20	18	7	56	8	10	18	18	22	30	23	49
27	3	19	55	7	21	8	37	18	34	22	35	23	50
28	2	19	36	6	46	9	3	18	50	22	44	23	50
29	1	19	18	6	11	9	26	19	5	22	46	23	51
30	0	18	58	5	36	9	50	19	20	22	53	23	51
		Septentrion *Virgo*		Septentrion *Leo*		Meridion *Cancer*		Meridion *Gemini*		Meridion *Taurus*		Meridion *Aries*	

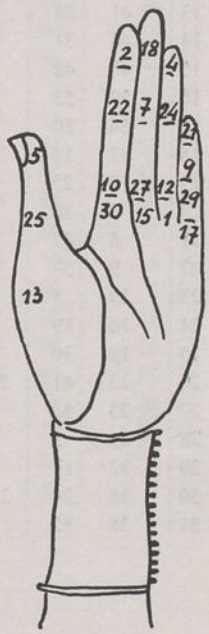
.b. a. g. e. d. c. b. g. f. e. d. b. a. g. f. d. c. b. d. f. e. d. c. a. g. f. e. c. Fl. 3v

Se queres aver a letra domigal parte os anos da era de ihesu chrispto por 28 e o que ficar deman/da na linha de suso das letras domingaaes e hu se fijce o numero aquela letra he domingal / daquel ano. e asi podes auer a letra domingal do anno presente e do pasado e do que ha/de uijr. //

A primeira mãao he feita para aureo numero que non sobe mais que ata 19. E começa na cabeça/ e procede ata cabo por ordem. O [a]ureo numero de cada huum ano se o queres saber parte os annos / da era da nacença de ihesu chrispto por. 19. e ao que ficar ade huum e seera o aureo numero daquele ano./ Exemplo. os anos da Era da nacença de ihesu chrispto som .1339. se partiremos por. 19. ficam. 9. ada/mos lhi huum. e som. 10. Ergo. 10. he o [a]ureo numero do ano presente. E no outro ano se/guinte seeram. 11. E asi por ordem ata. 19. E depoys começa na cabeça. //



Nota a me[n]or de .11. em ader .20. a mayor de .20. ti/rar .12. a me[n]or de .20. e mayor .11. tirar .11. esta/ conta começarse sempre em .5. asi como mostra esta/ mãao. //



Se queres a pascoa cada ano por as mãaos. Vei e quantos / anda o aureo numero e contarlos por as iunturas da / mãao e hu se fijce aquel numero hi seera o termho da pasco/a. de si contaras segundo mostra na mãao que esta a mãao de/reita. E o conto que se fijr em aquela chaue hii chega o conto / do aure[o] numero aquelo teras en a memoria. de si saber / qual he o primeiro domingo e ali seera a pascoa. E se o conto for/ mayor de .20. seera a pascoa no mes de março. e se for / me[n]or de .20. seera em abril. Nota que se o termho do aure[o] nu/mero posto na iuntura da mãao da pascoa for em domingo .o / outro domingo seginte seera pascoa. E se for em outro dia da / domaa. no seguinte domingo seera pascoa. E quando for compri/da aquesta tauoa começa de cima e aueras a pascoa ata / sempre. //

Fl. 4r

TABULA CAPITIS DRACONIS. MESES E DIES.

Dies	*Março*	*Abril*	*Mayo*	*Junho*	*Julho*	*Agosto* (4)
1	0º 3' 11"	1º 41' 45"	3º 17' 9"	4º 55' 40"	6º 31' 6"	8º 9' 40"
2	0 6 22	44 57	20 20	58 53	34 17	12 51
3	9 32	48 7	23 30	5 2 3	37 27	16 1
4	12 43	51 18	26 41	5 14	40 38	19 2
5	15 59	54 19	29 32	8 25	43 49	22 23
6	19 5	57 40	33 3	11 36	47 0	25 34
7	22 16	2 0 51	36 14	14 47	50 11	28 45
8	25 16	4 1	39 24	17 57	53 21	31 55
9	28 37	7 12	42 35	21 8	56 32	34 35
10	31 48	10 33	45 46	24 19	50(3) 23	38 17
11	34 59	13 34	48 57	27 30	7 2 54	41 28
12	38 10	16 45	52 8	30 41	6 5	44 39
13	41 21	19 56	55 19	33 52	9 16	47 50
14	44 31	23 6	58 29	37 2	12 26	51 0
15	47 42	26 17	4 1 40	40 13	15 37	54 11
16	50 53	29 28	4 51	43 24	18 48	57 22
17	54 10	32 9	8 2	46 35	21 59	9 0 33
18	57 14	35 49	11 12	49 45	25 9	3 43
19	1 0 25	39 0	14 23	52 56	28 20	6 51
20	3 36	42 11	17 34	56 7	31 31	10 5
21	6 47	45 22	20 45	59 18	34 42	13 16
22	9 57	48 33	23 55	6 2 28	37 52	16 26
23	13 8	51 43	27 6	5 39	41 3	19 37
24	16 19	54 54	30 17	8 50	44 14	22 48
25	19 30	58 5	33 28	12 1	47 25	25 59
26	22 41	2 1 16	36 39	15 12	50 36	29 10
27	25 52	4 27	39 50	18 23	53 47	32 31
28	24(1) 3	7 28	43 1	21 34	56 58	35 32
29	32 13	10 48	46 11	24 44	8 0 8	38 53
30	35 24	3 13 48	49 22	6 27 55	3 9	9 45 4
31	1 38 35		4 42(2) 31		8 6 25	

(1) Valor errado; deve ser 28'.
(2) Valor errado; deve ser 52'.
(3) Idem: 59'.
(4) Nesta coluna falta assinalar o valor de um dia.

Fl. 4v

Dies	*Setembro*	*Octubro*	*Nouembro*	*Dezembro*	*Janeyro*	*Febreiro*
1	9º 48' 15"	11º 23' 39"	13º 2' 12"	14º 37' 36"	16º 16' 18"	17º 54' 43"
2	51 26	26 50	5 2	40 47	19 19	57 44
3	54 36	30 0	8 34	43 57	22 29	18 1 4
4	57 47	30(1) 10	11 44	47 8	25 40	7 15
5	10 0 58	26(2) 22	14 55	50 19	24(7) 51	7 26
6	4 9	39 33	18 6	52 30	32 2	10 37
7	7 20	42 45	21 17	56 41	35 13	13 48
8	10 30	45 54	24 28	59 51	38 23	16 59
9	13 41	49 5	27 38	15 3 2	41 34	20 9
10	16 52	52 16	30 49	6 13	45 45	23 20
11	20 3	55 17	34 0	9 29	47 56	26 31
12	23 14	58 38	37 11	12 35	51 7	29 42
13	26 15	12 1 49	4(4) 22	15 45	54 18	32 53
14	29 35	4 59	4(5) 33	18 56	57 28	36 3
15	32 45	8 10	46 43	22 18	17 0 39	39 14
16	35 57	11 21	49 54	25 18	3 50	42 25
17	39 8	14 32	53 5	28 29	7 1	45 36
18	42 18	17 42	56 19	31 39	10 11	48 47
19	45 20	20 53	59 21	34 50	13 22	51 57
20	48 40	24 4	4(6) 2 38	38 1	16 33	55 8
21	51 57	27 15	5 48	41 12	19 42	58 14
22	55 7	30 25	8 58	44 22	22 54	19 1 29
23	58 12	33 36	12 9	47 33	26 5	4 40
24	11 1 23	36 47	15 20	50 44	29 16	7 51
25	4 34	39 58	18 31	53 55	32 28	11 2
26	7 45	43 9	21 42	57 6	35 38	14 13
27	10 56	46 20	22 53	16 0 18	38 49	17 24
28	14 7	49(3) 31	28 4	3 27	42 0	20 35
29	17 17	52 41	31 14	6 38	45 10	23 45
30	11 20 28	55 52	14 34 25	9 48	48 21	
31		12 59 1		16 12 58	17 51 32	

(1) Erro de cópia; deve ser 33'.
(2) Idem: 36'.
(3) Idem: 50'.
(4) Idem: 40'.
(5) Idem: 43'.
(6) Idem: 14º.
(7) Idem: 28'.

Fl. 5r *TABULE CURSUS LUNE ET SOLIS IN HUNA HORA ET HORARUM MEDIETATIS DIEI IN MONTE PESULANO*

ADEQUATUM LUNE ARGUMENTUM		CURSUS LUNE IN HUNA HORA				LOCUS NETUS SOLIS				CURSUS SOL. IN UNA HORA		HORE MEDIETATIS DIEI	
S	º	S	º	'	"	S	º	S	º	'	"	Hore	m
0	0	0	0	30	18	3	0	3	0	2	23	7	37
0	6	11	24		19		6	2	24		23		34
	12		18		21		12		18		23		32
	18		12		24		18		12		23		29
	24		6		28		14(2)		6		24		25
1	0	11	0		35	4	0	2	0		24		20
	6	10	24		41		6	1	24		24		14
	12		18		51		12		18		25	7	0
	18		12	21(*)	1		18		12		25	6	52
	24		6		12		24		6		26		44
2	0	10	0		25	5	0	1	0		26		35
	6	9	24		39		6	0	24		27		27
	12		18		53		12		18		27		18
	18		12	32	8		18		12		28		9
	24		6		24		24		6		28	6	0
3	0	9	0		42	6	0	0	0		28	5	51
	6	8	24		59		6	11	24		29		42
	12		18	33	18		12		18		29		34
	18		12		36		18		12		29		25
	24		6		55		24		6		30		16
4	0	8	0	34	14	7	0	11	0		30		8
	6	7	24		32		6	10	24		31	5	0
	14(1)		18		49		12		18		31	4	54
	18		12	35	4		18		12		32		45
	24		6		18		24		6		32		40
5	0	7	0		31	8	0	10	0		32		35
	6	6	24		43		6	9	24		33		31
	12		18		52		12		18		33		28
	18		12		58		18		12		33		26
	24		6	36	2		24		6		33	4	25
6	0	6	0	36	4	9	0	9	0				

(*) Valor errado; leia-se 31.
(1) Valor errado; leia-se 12.
(2) Valor errado; leia-se 24.

TABULA LATITUDINIS LUNE

Septentrionalis	*Meridionalis*	0		1		2	
o	o	6		7		8	
1	29	0°	5'	2°	34'	4°	23'
2	28	0	10	1(4)	38		25
3	27		16		43		27
4	26		21		48		30
5	25		27		51		32
6	24		31		56		34
7	23		37	3	0		36
8	22		42		4		38
9	21		47		9		40
10	20		53		13		42
11	19		17(1)		17		44
12	18	1	2		21		45
13	17		6		38(5)		46
14	16		12		28		46
15	15		10(2)		32		50
16	14		23		35		52
17	13		28		39		52
18	12		33		43		53
19	11		37		47		54
20	10		42		50		55
21	9		47		53		56
22	8		52		56		57
23	7		57		59		58
24	6	2	2	4	3		58
25	5		6		6		59
26	4		11		9		59
27	3		26		11		59
28	2		21(3)		14	5	0
29	1		25		17		0
30	0	2	30	4	20	5	0

TABULA ECLIPSIS LUNE IN MEDIDIETATE LONGITUDINIS

Fl. 5v

Argumentum altitudinis / lune ad tempus eclipsis.				*Digiti* (eclipsis diametrus lunae)	*Cursus lune aprimo eclipsi usque / ad finem /*	*ad medietate et de meditate*	*Dimidium more*	
Meridionalis	Septentrionalis	Meridionalis	Septentrionalis					
8	0	6	5.7					
o	'	o	'		'	"	'	"
11	42	18	18					
10	58	19	2	0	0	0		
10	26	19	34	1	18	22		
9	54	20	6	2	25	1		
9	22	20	38	3	30	33		
8	50	21	10	4	34	44		
8	48	21	42	5	38	33		
7	46	22	14	6	41	27		
6	42	23	18	7	43	59		
6	10	23	50	8	45	51		
5	38	24	22	9	48	54		
5	6	24	54	10	50	32		
4	34	25	26	11	52	19		
4	2	25	58	12	53	40		
3	30	26	30	13	43	15	12	1
2	58	27	2	14	39	20	16	18
2	26	27	34	15	37	58	18	52
1	54	28	6	16	36	32	21	39
1	22	28	38	17	34	22	23	20
0	50	29	10	18	34	9	42(5)	38
0	18	29	42	19	33	43	25	41
0	0	29	42	20	33	27	26	18
				21	33	26	26	36
				22	3	30	26	40

(1) Deve ser: 57'.
(2) Deve ser: 16'.
(3) Id.: 16'.
(4) Id.: 2°.
(5) Id.: 24'.

Fl. 6r He para aguardar que quando a luna se iunta ao sol. a cabeça ou o rabo stando / perto do grao da coniunçon a .12. graos. ou a me[n]os. sempre he o eclipsi que a deuijr / mayor ou me[n]or segundo o achegamento da coniunçon he achegada ao / rabo ou aa cabeça. E esto ha logar poderosamente no eclipsi do sol. e / per esta meesma maneira terras do eclipsi da luna. Ca se a luna conueer / con o rabo em alguum sinal. e o sol for com a cabeça e no signal opposito. / seera o eclipsi da luna e de conuerso. se o sol for com a cabeça no signal op / posito sera o eclipsi da luna outra vez. E se en eso meesmo conuehere. / seera o eclipsi geeral. Onde sempre conuem que conuenha na cabeça / ou no rabo em ese meesmo grao. ou a perto .12. graos. ou me[n]os. //

ESTA TAUOA HE PARA SABER / QUANTAS HORAS YGUAES HA CA / DA DIA . E 60 MEUDOS FA / ZEM HUMA HORA.

Os meses	Os dias	Os graos da [alteza]	Os meses	Os dias	Os graos da / alteza
Julho	5	73	Janeiro	5	29
	10	72		10	30
	15	71		15	31
	20	70		20	32
	25	69		25	33
	31	68		31	35
Agosto	5	67	feuereiro	5	37
	10	65		10	29(1)
	15	64		15	47(2)
	20	62		20	43
	25	60		25	45
	31	57		28	46
Septembro	5	55	Março	5	47
	10	53		10	49
	15	51		15	51
	20	49		20	53
	25	47		25	55
	30	45		31	57
Octubro	5	44	Abril	5	58
	10	42		10	60
	15	40		15	62
	20	38		20	64
	25	36		25	66
	31	35		30	67
Nouembro	5	34	Mayo	5	68
	10	33		10	69
	15	32		15	70
	20	31		20	71
	25	30		25	72
	30	29		31	73
Dezembro	5	28	Junho	5	74
	10	28		10	74
	15	27		15	75
	20	28		20	74
	25	28		25	74
	31	29		30	73

Tabula de loco lune inueniendo omni die anni a media nocte / sin incepto

etas lune (5)													Graus dos signos
1	aries	tau	gemi	canc	leo	virgo	libra	scorp	sagi	capri	aqua	pis	14
2													27
3	tau	gemi	canc	leo	virgo	libra	scorp	sagi	capri	aqua	pis	aries	10
4													25
5	gemi	canc	leo	virgo	libra	scorp	sagi	capri	aqua	pis	aries	tau	6
6													20
7	canc	leo	virgo	libra	scorp	sagi	capri	aqua	pis	aries	tau	gemi	3
8													15
9													19(3)
10	leo	virgo	libra	scorp	sagi	capri	aqua	pis	aries	tau	gemi	canc	12
11													25
12	virgo	libra	scorp	sagi	capri	aqua	pis	aries	tau	gemi	canc	leo	9
13													22
14	libra	scorp	sagi	capri	aqua	pis	aries	tau	gemi	canc	leo	virgo	5
15													18
16	scorp	sagi	capri	aqua	pis	aries	tau	gemi	canc	leo	virgo	libra	1
17													14(4)
18													28
19	sagi	capri	aqua	pis	aries	tau	gemi	canc	leo	virgo	libra	scorp	11
20													24
21	capri	aqua	pis	aries	tau	gemi	canc	leo	virgo	libra	scorp	sagi	7
22													24
23													4
24	aqua	pis	aries	tau	gemi	canc	leo	virgo	libra	scorp	sagi	capri	17
25													30
26	pis	aries	tau	gemi	canc	leo	virgo	libra	scorp	sagi	capri	aqua	13
27													25
28	aries	tau	gemi	canc	leo	virgo	libra	scorp	sagi	capri	aqua	pis	9
29													23
30	tau	gemi	canc	leo	virgo	libra	scorp	sagi	capri	aqua	pis	aries	6

esta tauoa he da VIIIu[a] spera ao meyo dia

Menses	Dies	horas yguaes	Meudos doraaes
Janei	10	8	58
	20	9	21
	31	9	51
feuerei	10	10	21
	20	10	50
	28	11	10
Março	10	11	49
	20	12	10
	31	12	54
Abril	10	13	25
	20	13	54
	30	14	25
Mayo	10	14	45
	20	15	5
	31	15	22
Junho	10	15	29
	20	15	29
	30	15	22
Julho	10	15	8
	20	14	48
	31	14	22
Agosto	10	13	55
	20	13	26
	31	12	51
Septe	10	12	20
	20	11	44
	30	11	19
Octub	10	10	45
	20	10	15
	31	9	42
Nouemb	10	9	17
	20	8	55
	30	8	49
Dezemb	10	8	31
	20	8	31
	31	8	41

menuta	horas	dies
....		1
1 ...		2
2 ..		3
3 .		4
4		5
4		6
5 ...		7
6 ..		8
7 .		9
8		10
8		11
9 ...		12
1 ..		13
11 .		14
12		15
11 .		16
10 ..		17
9 ...		18
8		19
8		20
7 .		21
6 ..		22
5 ...		23
4		24
4		25
3 .		26
2 ..		27
1 ...		28
....		29
non luce		30
		31

Esta tauoa / he para saber quan/tas horas da noite / e partes das h[oras] / esta a luna em cada/noit[e]. ¶ E os pontos / demostram (?) parte [de] / hora de guisa que no [pri] / mo dia anda quatro / partes duma hora. ¶ E [no] / 2. dia esta de noite / ora e .3. partes [de] / outra. e asi pelas / outras noites como / se uay demostran/do pelos dias.

Nota que en a terra / em que foy feito este / almenaque erge se / ante o sol huma ora / e quinta que en esta / de / coymbra.

(1) Valor errado; leia-se 39.
(2) Valor errado; leia-se: 41.
(3) Leia-se: 29.
(4) Devia estar 14.
(5) Nesta coluna estão no original erradas as indicações dos números dos dias depois de 23, com uma dezena a menos.

Fl. 7r

Pera saber o grado do sol e da luna em tempo da coniunçon. Veede em qual dia de qual / mes entra o sol em no sinal que he antes da coniunçon. e contade quantos dias / son da entrada do sinal ata o dia da coniunçon. e tantos grados seram tras/pasados do signal em que he a coniunçom. ¶ Se quiseres saber em que signal he / a luna ou em que grao do signal. sabe de quantos son do dia da coniunçon / ao dia que queremos saber o logar da luna. e demandeos na tauoa na / primeira linha aa maao seestra. e ueeredes na cabeça da tauoa o sinal / en que foy a coniunçon. de si ide direitamente. Deste conto do dia aa pos / trumeira linha da maao direita dos graos. e iuntade o conto dos graos / com o conto dos graaos do sinal pasados en que foy a coniunçon. e se sobre poi / arem trinta e alguma causa ficar acima de trinta. tantos seeram os graos da luna / em ho signo seguinte. se forem trinta e non mais sera a luna no começo do sinal / seguinte. e se forem me[n]os de trinta quantos forem tantos seram os grados naquel / sinal. //.

Tauoa dos meses

Meses	Dias	Horas	M.
1	28	2	57
2	56	4	35
3	84	6	52
4	112	9	10
5	140	11	27
6	168	13	45
7	196	16	11
8	224	18	20
9	252	20	37
10	280	22	55
11	309	1	12
12	337	3	30
13	365	5	47

Tauoa da poiamento

dies	H.	M.
1	13	13
2	27	26
3	41	39
4	55	52
5	69	5
6	83	17
7	97	30
8	111	43
9	124	56
10	138	9
11	152	22
12	161	35
13	18 (1)	48
14	194	1
15	208	14
16	222	26
17	236	40
18	249	53
19	263	5
20	277	18
21	291	31
22	305	44
	312	57
23	333	10
24	347	23
25	0	36
26	14	49
27	28	2
28	30	11

con
pri
meta

Fl. 7v

Quando quiseres saber o conto de qual mes / quiseres dos meses das reuoluções. cata/ quantos meses complidos son pasados. e/ busca na tauoa tal conta na regra dos / meses. e toma o que achares em seu direito na / tauoa e nas horas. e nas frauções e a/quelo que for aiuntao com os dias e horas e/ frauçoens da hora e da rayz da nacença / ou revoluçom do ano. de qual deles quiseres / começar. e o que for daquel aiuntamen/to fazeo todo meses ladinhos. ca em aquels / he a raiz das reuoluçoes. e começa na/quel mes em que foy a nacença ou reuo/luçon de qual deles começaste. e deita os / meses compridos. E o que te ficar de dias e / horas. e frauçoes. en tantos ‹ dias › do mes la/dinho sera a reuoluçon daquel mes que tu / quesisti saber sa reuoluçon. E conta do signo / do chegamento daquel anno. e de cada huum/ dos yles pela ordem dos signos. e da a ca/da mes comprido hum signo. E os yles som/ o ascendente e o sol. e a luna. e a parte / fortunada e o m[e]yo ceo. Pois aquel signo / a que te chegou a conta aquel sera gouernador / daquel mes começando de cada huum daquels / logares sobreditos segundo o estado da/quel signo iulgaras en aquel mes em ca/da huma destas cousas.

(1) Leia-se: 180.

Fl. 8r

Casas de Saturno < capricor[nio] aquario > exaltaçon Libra 17.º Decaimento. Aries

Casas de Jupiter < Sagi[tario] pices > exaltaçon Cancer 15.º Deca. Capricor[nio]

Casas de Mars < Aries scorpius > exaltaçon Capricor[nio] 28.º Deca. Cancer

Casa de Sol — Leo — exaltaçon aries 19.º Deca-Libra

Casas de Venus < Taurus Libra > exaltaçon pices 27.º Virgo

Casas de Mercurius < Gemini Virgo > exaltaçon Virgo 15.º deca. pisces

Casa de Luna — Cancer — exaltaçon Tauro 3.º deca. scorpius.

Exaltaçon capud draconis. Gemini. 3.º

Exaltaçion cauda draconis. Sagitarius. 3.º

Adde 3 graos a cada huum destes logares | Esta ladeza do equinocial | Eclíptica quer dizer a linha meyana do zodiaco e o sol uay sempre em fondom (?) de ela

TABULA LOCORUM STELLARUM FIXARUM ET EARUM LATITUDINUM AB ECLIPCA ET DECLIONUM AB EQUANOTIALIS GRADE TVNQVE MEDIAT CELUM ANO ARABE .577. VERIFICATA

Nomina stellarum cum suis ymaginibus	Longitudo stellarum Signa			Latitudo earum		Latitudinis	declí[nati]o ab ecliptica		post declinacionis	Gradus qui celum mediant Esta he a alteza das estrelas que son en a linha meridional	
1. Aldebaran	Taur.	27º	47'	5º	10'	Mer.	14º	41'	Seten.	56º	24'
2. Rigel algebar	Gemi.	4	57	31	50	Mer.	10	10	Mer.	64	49
3. Alhaioth	Gemi.	10	7	22	50	Mer.	44	34	Seten.	63	28
4. Manlribalgebar	Gemi.	16	57	17	0	Mer.	5	59	Seten.	78	30
5. Ascaic alhalor	Can.	2	47	39	10	Mer.	15	38	Mer.	92	5
6. Astare algumiaze	Can.	14	17	16	10	Mer.	6	43	Seten.	102	17
7. Carbalacer	Leo	17	57	0	10	Seten.	24	51	Seten.	140	13
8. Alchimechalazel	Libra	11	47	2	0	Mer.	38	26	Mer.	189	36
9. Alchimechalminec	Libra	12	7	31	50	Seten.	6	25	Seten.	204	56
10. Anaselarcenlzaista	Capri.	2	27	62	0	Seten.	35	27	Seten.	271	20
11. Nazel altair	Capri.	17	48(1)	29	10	Seten.	24	34	Seten.	285	35
12. Famohone algei	Aqua.	21	57	23	0	Mer.	38	49	Mer.	354	21
13. Razelmite	Aries	2	25	26	0	Seten.	24	39	Seten.	350	4
14. Razagnel. lar	Taur.	14	35	23	0	Seten.	38	34	Seten.	302	44
15. Razathosi alimial	Can.	8	15	9	0	Seten.	32	57	Seten.	99	42
16. Razacoimo alimal'	Can.	11	35	6	15	Seten.	29	16	Seten.	103	15
17. Carbala crab	Scor.	27	47	3	0	Mer.	22	38	Mer.	134	24
18. Niclyar anim	Capri.	13	55	18	0	Mer.	41	33	Mer.	272	26
19. Arcob anim	Capri.	2	40	23	0	Mer.	46	32	Mer.	273	35
20. Dreb adigeba	Aqua.	24	17	60	0	Seten.	42	53	Seten.	302	51
21. Manlraba alfaraz	Pis.	17	17	31	0	Seten.	23	18	Seten.	334	21
22. Talbalhouz	Aries.	18	48	26	20	Seten.	31	28	Seten.	4	33
23. Anne algulab	Virgo	29	15	19	40	Mer.	17	39	Mer.	170	39
24. Scemes mennartura	Aries	22	35	8	20	Seten.	16	32	Seten.	17	5
25. Acrob cleunen	Gemi.	10	35	8	0	Seten.	30	4	Seten.	67	35
26. Avnir alhennabar	Gemi.	29	35	10	50	Mer.	12	43	Seten.	89	39
27. Razalam	Sagi.	9	25	36	0	Mer.	13	39	Seten.	253	0
28. Iachfeiez alferaz	Aqua.	20	8	22	50	Seten.	6	52	Seten.	315	20
29. Denebcamus	Pis.	20	35	13	20	Mer.	22	10	Mer.	0	51
30. Sconlere (?) alabrab	Sagi.	12	25	60	0	Mer.	35	23	Mer.	248	47
31. Idembuz aldigeya	Aqua.	27	5	13	45	Seten.	36	33	Seten.	302	4
32. Razalgauze	Gemi.	11	55	0	50	Seten.	8	37	Seten.	74	25
33. Cendre alteram	Can.	25	15	0	40	Mer.	21	51	Seten.	117	26
34. Almairam	Capri.	0	5		45	Seten.	22	48	Mer.	270	4
35. Altarfa finis	Virgo	9	27	25(*)	10	Seten.	19	0	Seten.	164	40

(1) Sobre estes números escreveu-se: 9' 30'.

(*) A casa anterior, na mesma coluna, está em branco; entre as duas linhas, e sobre o número 25º, lê-se: «11».

Fl. 9r *TAUOA do conta dos anos ebraicos e arauygos non bisestilos y o conto dos dias / de seus meses e o conto de seus meses*

7		8		9		10		11		12	
Niscam raian		*yar xaabem*		*cyuar ramadan*		*tamus raauel*		*auff dualcadda*		*elul*	
dies	conta	dies	conta	dies	conta	dies	conta	dies	conta	dies	conta
1	178	1	208	1	237	1	267	1	296	1	326
2	179	2	209	2	238	2	268	2	297	2	327
3	180	3	210	3	239	3	269	3	298	3	328
4	181	4	211	4	240	4	270	4	299	4	329
5	182	5	212	5	241	5	271	5	300	5	230
6	183	6	213	6	242	6	272	6	301	6	331
7	184	7	214	7	243	7	273	7	302	7	332
8	185	8	215	8	244	8	274	8	303	8	333
9	186	9	216	9	245	9	275	9	304	9	334
10	187	10	217	10	246	10	276	10	305	10	335
11	188	11	218	11	247	11	277	11	306	11	336
12	189	12	219	12	248	12	278	12	307	12	337
13	190	13	220	13	249	13	279	13	308	13	338
14	191	14	221	14	250	14	280	14	309	14	339
15	192	15	222	15	251	15	281	15	310	15	340
16	193	16	223	16	252	16	282	16	311	16	341
17	194	17	224	17	253	17	283	17	312	17	342
18	195	18	225	18	254	18	284	18	313	18	343
19	196	19	226	19	255	19	285	19	314	19	344
20	197	20	227	20	256	20	286	20	315	20	345
21	198	21	228	21	257	21	287	21	316	21	346
22	199	22	229	22	258	22	288	22	317	22	347
23	200	23	230	23	259	23	289	23	318	23	348
24	201	24	231	24	260	24	290	24	319	24	349
25	202	25	232	25	261	25	291	25	320	25	350
26	203	26	233	26	262	26	292	26	321	26	351
27	204	27	234	27	263	27	293	27	322	27	352
28	205	28	235	28	264	28	294	28	323	28	253
29	206	29	236	29	265	29	295	29	324	29	354
30	207	0	0	30	266	0	0	30	325	0	0

TAUOA do conto dos dias e dos anos bisextilles ebraicos e la conta dos dias / e de seus meses en la conta de seus meses Fl. 9v

1		2		3		4		5		6		7	
Teserip		*marhesham*		*Aishue*		*Teberi*		*sebat*		*adar*		*adar*	
dies	conta	dies	conta	dies	conta	dies	conta	dies	conta	dies	conta	dies	conta
1	1	1	31	1	60	1	90	1	119	1	149	1	178
2	2	2	32	2	61	2	91	2	120	2	150	2	179
3	3	3	33	3	62	3	92	3	121	3	151	3	180
4	4	4	34	4	63	4	93	4	122	4	152	4	181
5	5	5	35	5	64	5	94	5	123	5	153	5	182
6	6	6	36	6	65	6	95	6	124	6	154	6	183
7	7	7	37	7	66	7	96	7	125	7	155	7	184
8	8	8	38	8	67	8	97	8	126	8	156	8	185
9	9	9	39	9	68	9	98	9	127	9	157	9	186
10	10	10	40	10	69	10	99	10	128	10	158	10	187
11	11	11	41	11	70	11	100	11	129	11	159	11	188
12	12	12	42	12	71	12	101	12	130	12	160	12	189
13	13	13	43	13	72	13	102	13	131	13	161	13	190
14	14	14	44	14	73	14	103	14	132	14	162	14	191
15	15	15	45	15	74	15	104	15	133	15	163	15	192
16	16	16	46	16	75	16	105	16	134	16	164	16	193
17	17	17	47	17	76	17	106	17	135	17	165	17	194
18	18	18	48	18	77	18	107	18	136	18	166	18	195
19	19	19	49	19	78	19	108	19	137	19	167	19	196
20	20	20	50	20	79	20	109	20	138	20	168	20	197
21	21	21	51	21	80	21	110	21	139	21	169	21	198
22	22	22	52	22	81	22	111	22	140	22	170	22	199
23	23	23	53	23	82	23	112	23	141	23	171	23	200
24	24	24	54	24	83	24	113	24	142	24	172	24	201
25	25	25	55	25	84	25	114	25	143	25	173	25	202
26	26	26	56	26	85	26	115	26	144	26	174	26	203
27	27	27	57	27	86	27	116	27	145	27	175	27	204
28	28	28	58	28	87	28	117	28	146	28	176	28	205
29	29	29	59	29	88	29	118	29	147	29	177	29	206
30	30	0	0	30	89	0	0	30	148	0	0	30	207

Fl. 10r *TAUOA do conto dos dias dos anos bisextilles ebraycos e o conto dos / dias e de seus meses na conta de seus meses*

8 *Visçam*		9 *yar*		10 *çiuam*		11 *camuz*		12 *auff*		13 *elul*	
dies	conta	dies	conta	dies	la conta	dies	la conta	dies	la conta	dies	la conta
1	208	1	238	1	267	1	297	1	326	1	356
2	209	2	239	2	268	2	298	2	327	2	357
3	210	3	240	3	269	3	299	3	328	3	358
4	211	4	241	4	270	4	300	4	329	4	359
5	212	5	242	5	271	5	301	5	330	5	360
6	213	6	243	6	272	6	302	6	331	6	361
7	214	7	244	7	273	7	303	7	332	7	362
8	215	8	245	8	274	8	304	8	333	8	363
9	216	9	246	9	275	9	305	9	334	9	364
10	217	10	247	10	276	10	306	10	335	10	365
11	218	11	248	11	277	11	307	11	336	11	366
12	219	12	249	12	278	12	308	12	337	12	367
13	220	13	250	13	279	13	309	13	338	13	368
14	221	14	251	14	280	14	310	14	339	14	369
15	222	15	252	15	281	15	311	15	340	15	370
16	223	16	253	16	282	16	312	16	341	16	371
17	224	17	254	17	283	17	313	17	342	17	372
18	225	18	255	18	284	18	314	18	343	18	373
19	226	19	256	19	285	19	315	19	344	19	374
20	227	20	257	20	286	20	316	20	345	20	375
21	228	21	258	21	287	21	317	21	346	21	376
22	229	22	259	22	288	22	318	22	347	22	377
23	230	23	260	23	289	23	319	23	248	23	378
24	231	24	261	24	290	24	320	24	349	24	379
25	232	25	262	25	291	25	321	25	250	25	380
26	233	26	263	26	292	26	322	26	351	26	381
27	234	27	264	27	293	27	323	27	352	27	382
28	235	28	265	28	294	28	324	28	353	28	383
29	236	29	266	29	295	29	325	29	354	29	384
30	237	0	000	30	296	0	000	30	355	0	000

TAUOA DOS TERMOS PLANETARVM PTHOLOMEO

Fl. 10v

	Jupiter	*Venus*	*Mercurius*	*Mars*	*Saturnus*
Aries	6	3	7	5	9
	Venus	*Mercurius*	*Jupiter*	*Saturnus*	*Mars*
Taurus	8	7	7	2	6
	Mercurius	*Jupiter*	*Venus*	*Mars*	*Saturnus*
Gemi[ni]	7	6	7	6	4
	Mars	*Jupiter*	*Mercurius*	*Venus*	*Saturnus*
Cancer	7	6	7	7	3
	Saturnus	*Mercurius*	*Mars*	*Venus*	*Jupiter*
Leo	6	7	5	6	6
	Mercurius	*Venus*	*Jupiter*	*Saturnus*	*Mars*
Virgo	7	6	5	6	6
	Saturnus	*Venus*	*Mercurius*	*Jupiter*	*Mars*
Libra	6	5	5	8	6
	Mars	*Venus*	*Jupiter*	*Mercurius*	*Saturnus*
Scorpius	6	7	8	6	3
	Jupiter	*Venus*	*Mercurius*	*Saturnus*	*Mars*
Jupiter (1)	8	6	5	6	5
	Venus	*Mercurius*	*Jupiter*	*Saturnus*	*Mars*
Capricornius	6	6	7	6	5
	Saturnus	*Mercurius*	*Venus*	*Jupiter*	*Mars*
Aquarius	6	6	8	5	5
	Venus	*Jupiter*	*Mercurius*	*Mars*	*Saturnus*
Picis	8	6	6	5	5

(1) Erro: devia ter escrito *Sagitarius*.

Fl. 11r *TAUOA DA LONGVRA DAS CIVDADES do ponto do ocidente e quanto ha do ponto en cima / de sas cabeças ata o circo equinocial. //*

TABULA LATITVDNE REGIONVM latitudine regionum que est en logon earum ab occidente et latit[udine] cuius simile est al-/titudo polo septentrionalis super eas.

Nomina regionum	*Longi-tudo*		*Lati-tudo*		*Nomina regionum*	*Longi-tudo*		*Lati-tudo*	
tangea da terra	6º	30'	35º	15'	almedina	32º	0'	36º	0'
cepta da terra	8	0	35	20	.i. africa	31	0	35	30
Corduba da terra	9	30	27	30	insula sardina	31	0	38	0
tangem. i. tolet da-goa	28	30	40	0	Roma da terra	35	25	41	50
sigumesaha da terra	15	0	24	0	rabix	36	20	32	0
ganha da terra	15	30	10	45	insola cicilla da terra	37	0	37	0
sedes rege					Tolosa dagoa	40	47	49	6
stantie da terra	23	40	45	50	insola crethe		0	30	0
Insula tule da terra	10	50	58	10	maltha		0	36	0
Cartago da terra	27	10	37	0	trabianzarab	40	0	33	0
Tunix da terra	29	0	38	0	barcha	47	31	31	0
Gruida da terra	8	0	41	55	aleyxandria	51	20	31	0
balgh (1)	108	35	38	40	trénix	54	0	31	0
altert	130	0	38	0	egiptus	54	40	31	0
Cintas (?) rege cratha	53	25	45	35	catas anuba	55	0	30	9
altin	177	0	18	30	radex	53	0	14	30
aragha	73	36	36	0	alixum	30	0	33	25
Metalli	67	0	21	0	alsnen (?)	56	30	28	20
gedda	66	30	20	15	alememe	56	40	31	30
almedina	65	20	25	0	alcaltar	55	40	32	30
algax (2)	63	50	24	0	amola	55	0	32	0
yspaen (3)	75	0	34	30	ic(e)r(usa)-l(e)m (?)	56	0	32	15
alte	86	0	37	30	sur	66	0	32	0
fargan	86	0	36	0	asustina (?)	57	0	33	0
godri	91	50	42	10	panoximun	59	0	45	0
theul	100	0	28	0	damascum	37	30	38	16
albazia	74	0	31	0	Trobubazas-sem (?)	60	0	33	0
hamei	84	30	19	45	almorn	60	35	34	0
adramanth (4)	71	0	12	30	meffie	59	0	35	30
sanahau	73	30	14	30	altufa			41	34
annema	77	30	41	0	perimis	69	30	31	50
buxthauh	107	20	36	50	[...]onaria	40	30	48	50
tiredum (?)	125	0	3	0	cremona	30	111	45	0
Constantinopolis da terra	56	40	43	40				45	30
lixbona dagoa	23	10	40	0					
santarem dagoa	23	40	39	30					
colimbria dagoa	23	40	39	30					
colimbria intira	23	6	39	50					

A longura do punto do / accidente (5) se filha por du/as maneiras. huma he do ex/tremo da terra. a outra he a/ta o logar o compete a agoa / pura sen mistura dos ou/tros elementos e da cima da / terra postumeira ata aquela / agoa. ha 17 graos.

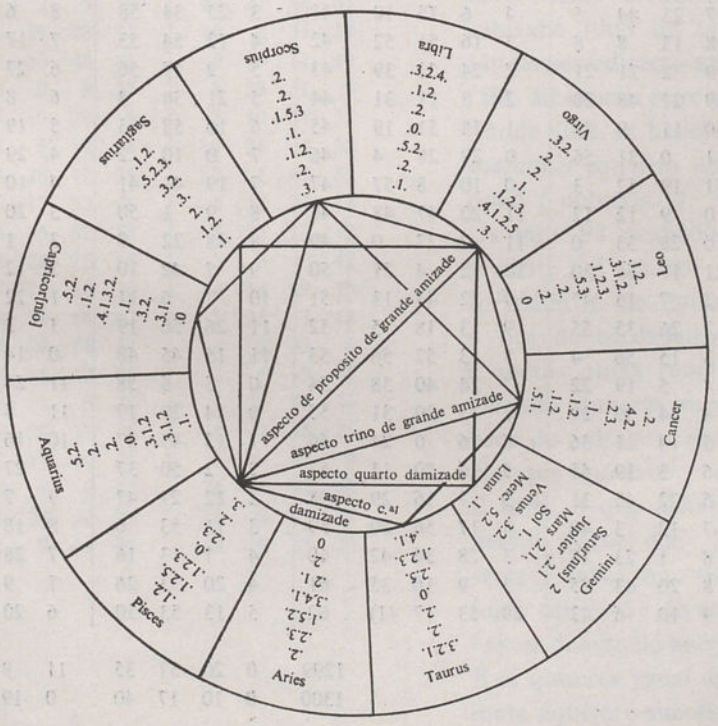
(1) Balkh?
(2) Alhagiar.
(3) Ispahan.
(4) Adramath.
(5) Leia-se: *ocidente*.

A meytade solar he do começo de leo. ata cima de capricornio. e a outra mey / dade do zodiaco he lu[n]ar; As planetas an .5. dignidades pelos signos. / E cada huma desas dignidades. ha certas dignidades ¶ pri[meira]mente an ¶ Casa. / ¶Exaltaçon ¶ triplicidade. ¶ termho ¶ E face. Outrosy a casa ha .5. dignida/des. ¶ Exaltaçon 4. ¶ a triplicidade .3. ¶ o termho .2. ¶ a façe. huma. // Fl. 11v

Signos mascolinos som os do fogo. e do aar. e som fortunados. femininos son os/da agoa e da terra e som infortunados. //

Os signos dereitos som da / prima parte de cancer / ata cima de / Sagitario. //

Os signos tortos som da prima / parte de capricornio ata / cima de gemini. //



Nota que non muyto asinadamente Saturno anda en .30. dias huum grao. e som .2. meu / dos no dia. Item Jupiter no mes .2. graos. e meudo. Item mars en .2. dias huum. grao. Item / sol. huum. grao. Item luna .13. graos 10. meudos. 35. segundos. E todo esto he certa da verdade. / O sol anda .59. meudos .8. segundos.

Fl. 12r *TABULA CAPITIS DRACONIS EQUAL[IS] ET UERUS AD ANNOS COLECTOS*

anos	Equalis Medius motus S	o	'	"	adequatus verus motus S	o	'	"
1	1	29	36	45	10	0	22	15
2	2	18	57	51	9	11	2	9
3	3	8	21	6	8	21	38	48
4	3	27	11	12	8	2	18	48
5	4	17	21	18	7	12	38	42
6	5	6	22	11	6	23	37	43
7	5	25	44	33	6	4	15	27
8	6	15	4	38	5	14	55	22
9	7	4	24	40	4	25	35	13
10	7	23	44	5	4	6	15	10
11	8	13	8	8	3	16	51	52
12	9	2	21	21	2	24	31	39
13	9	21	48	20	2	8	11	31
14	10	11	9	45	1	18	51	19
15	11	0	31	56	0	29	28	4
16	11	19	52	3	0	10	8	57
17	0	9	12	12	11	20	47	48
18	0	28	33	0	11	2	27	0
19	1	17	55	30	10	12	4	21
20	2	7	15	47	9	22	44	13
21	2	26	35	55	9	3	18	5
22	3	15	56	4	8	13	57	56
23	4	5	19	22	7	24	40	38
24	4	34	39	29	7	5	20	31
25	5	14	1	36	6	16	0	24
26	6	3	19	45	5	26	50	15
27	6	22	43	31	5	7	16	29
28	7	12	3	40	4	17	56	20
29	8	1	23	18	3	28	36	42
30	8	20	43	25	3	9	16	35
31	9	10	6	43	29	53	17	(1)

anos	Medius equalis S	o	'	"	Versus adequatus S	o	'	"
32	9	29	26	50	2	0	33	9
33	10	18	47	1	2	11	13	5
34	11	8	7	10	10	21	52	50
35	11	27	30	28	0	2	29	32
36	0	16	51	36	11	13	8	24
37	1	6	11	15	10	23	48	55
38	1	25	31	24	10	3	58	35
39	2	14	54	12	9	14	5	48
40	3	4	14	50	8	25	45	10
41	3	23	34	58	8	6	25	2
42	4	12	54	53	7	17	5	24
43	5	2	17	56	6	27	42	4
44	5	21	38	4	6	8	21	56
45	6	10	58	13	5	19	1	47
46	7	0	10	2	4	29	10	50
47	7	19	41	41	4	10	18	19
48	8	9	1	50	3	20	58	10
49	8	28	22	0	3	1	38	0
50	9	7	42	10	2	12	17	50
51	10	7	5	11	1	22	54	40
52	11	26	56	19	1	3	34	21
53	11	15	45	48	0	14	14	12
54	0	5	5	58	11	24	54	1
55	0	24	29	17	11	5	30	43
56	1	13	49	27	10	16	10	33
57	2	2	50	37	9	27	0	23
58	2	22	29	47	9	7	30	13
59	3	11	53	6	8	18	6	54
60	4	1	13	16	7	28	46	40
61	4	20	33	26	7	9	27	34
62	5	13	53	30	6	20	6	30
1299	0	20	57	35	11	9	2	29
1300	0	10	17	40	0	19	42	20

(1) Valor errado. Deve ser: signo 2, 29º 53' 17".

anos	medius equalis S	o	'	"	Verus adecatus S	o	'	"
63	2	29	16	57	6	0	42	54
64	6	18	36	7	5	11	23	53
65	7	7	57	18	4	22	2	32
66	7	27	17	29	4	2	42	31
67	8	16	40	49	3	13	19	11
68	9	6	9	59	2	23	59	1
69	9	26	9	29	2	4	8	51
70	10	14	41	17	1	15	58	43
71	11	4	3	40	0	25	56	20
72	11	23	24	40	0	6	35	11
73	0	12	45	9	11	17	15	0
74	1	2	5	10	10	27	54	57
75	1	21	28	32	10	8	31	28
76	2	10	48	41	9	19	11	19
77	3	9	8	53	8	29	51	7
78	3	19	29	5	8	10	31	55
79	4	8	52	8	7	21	7	52
80	4	28	12	35	7	1	47	35
81	5	17	32	46	6	12	27	14
82	6	6	52	58	5	23	7	2
83	6	26	16	18	5	3	43	42
84	7	15	30	30	4	14	29	30
85	8	4	56	42	3	25	3	18
86	8	24	16	54	3	5	43	6
87	9	12	40	15	2	6	19	45
88	10	3	0	26	1	26	59	33
89	10	22	20	38	1	7	38	21
90	11	11	40	51	0	18	23	9
91	0	1	4	12	11	28	55	48
92	0	20	24	23	11	9	35	37
93	1	9	44	35	10	20	15	20

Fl . 12v

Annis .93. finitis ad de (1) / super cursum equalem dimidi / um gradum uel sub trahe de / uero cursu. et abebit alia iterum / reuolucionem. //
Cursus capitis draconis in hu/na hora.//

Quando uoluerit scire capud dra/conis intra in diem qua uo/lueris. mensis qua uolueris. et / accipe quam inuenies edirecto / illius diei. Et si uellis scire uerum / locum subtrahe illud de hoc quod / in uenies edirecto ani transa / ti. Et si uelis scire equalem. / adde illud. et habebit locum dra/conis equalem uel uerum quod / uolueris. //
Os anos .93. acabados aiunta / sobre el curso ygual a meydade / de huum grao. e tira do uerdadeiro cur/so. e aueras outra reuolucion. / Quando quiseres saber a cabeça do / dragon. entra en o dia que quiseres / do mes. E toma o que achares em / dereito daquel dia. E si quiseres / saber ho verdadeiro logo. tira esto / do que acharas em dereito do ano pa/sado. E si quiseres ygual saber a / iunta aquelo e aueras ho logo do dra/gon ygual e verdadeiro qual qui / seres. //

(1) Isto é: adde.

Fl. 15r

[ALMANAQUE PERDURÁVEL]

[CÂNONES]

Em nome de noso senhor ihesu chrispto aqui se come/ça almanac perdurauel para achar os uerdadeiros / logares das pranetas en nos signos. ¶ Tira dos anos de / ihu xº .1306. E com o que ficar entra na tauoa de cada una / praneta no ano e mes e dia e acharas o seu uerdadeiro lo/go se deus quiser. ¶ do Sol asi procede parte aquelo que ficar de .1306. / anos por quatro. e se ficar huum sera o sol na primeira tauoa. e si / ficarem .2. sera o sol na segunda tauoa. e si ficarem tres sera / o sol na tercera tauoa. e se ficarem quatro sera o sol na quarta ta/uoa. ¶ E quando fores na fin da quarta tauoa outra uegada / torna aa primeira tauoa e asi sempre procede da primeira a .2.ª / e da .2.ª a .3.ª e da .3.ª a .4.ª e asi non se consome nem mengua / mais durara sempre aquele curso quanto deus quiser. ¶ E si qui / seres saber em qual grao do signo sera o sol sabe quantos di / as som do mes e entra com aquel dia em na linha primeira hu / see scrito dies do mes. e aquelo que achares em direito do mes / filha signos e graos e meudos e

---

In nomini nostri Iesu christi. Incipit almanach perpetuum ad inveniendum vera loca planetarum in signis. Substrahe igitur ab annis Christi 1306 et cum residuo intra tabulas cuiuslibet 5 planetarum in anno, mense et die et invenies suum verum locum, si Deus voluerit.

De sol sic procede, divide residuum quod remanet ab annis Christi substractis 1306 per 4, et si remaneat 1, sol erit in prima tabula. Et si remanent 2, sol erit in secunda. Et si remanent 3, sol erit in tertia. Et si 4, erit sol in quarta. Et quando erit sol in fine 4 tabule, interato revertere ad primam tabulam, et sic semper procedid a prima ad secundam et a secunda ad tertiam et a tertia ad quartam, et sic non complebitur, vero durabit semper cursus ille quamdiu Deus voluerit.

DE MOTU SOLIS PRIMO. Si ergo vis scire in quo signo sit sol et in quo gradu illis signi, scito quota est dies illius mensis in quo tu es, et intra cum illo die in linea prima ubi scribitur de super dies, et respice dies mensis, et quod videris scriptum mensis in capite tabule, et quod invenies in directo de gradibus, minutis et secundis. id est quod transivit sol in meridie de illo signo quod est cum illo mense.

segundos. e ali he o sol em me / yo dia daquel mes no dia que queres. ¶ Quando quiseres saber em qual / signo he a luna. entra com o que fica. conuem a a saber no ano em que estas. / na tauoa dos anos dos meyos mouimentos da luna e scriue // aquelo que achares endereito dela dos signos graos meudos Fl. 13v / e 2.os. Item entra com o dia do mes na tauoa dos meses e com / aquelo que hy achares dos signos. graos. meudos e 2.os e aiunta com / com [sic] os que teens meudos com meudos. e segundos com 2.os. e graos / com graos. e signaaes com signaaes fazendo de .60. segun / dos huum meudo. de .60. meudos huum grado. de .30. grados / huum signo. aiuntandoos huuns a outros. e se ficarem .12. sig/naaes ou mais. tira .12. e sabe aquelo que fica dos signos / graos. 2.os e meudos. tanto pasou a luna com o meyo mouimento / seu ao meyo dia.

¶ Item entra depois com aquelo que fica. s. com o ano em que estas na ta / uoa dos anos do argumento da luna e filha o que acharas em / dereito dela dos signos graos e meudos. e depois entra com o dia do / mes na tauoa dos meses como disemos de suso aiuntan / do huuns com outros. e sabe o que fica dos signos graos e meudos / e entra com elo na tauoa da equaçon da luna. si for o signo na cabe/ça da alta tauoa. entra com grados da linha dos altos grados / e se he o signo na cabeça da baixa tauoa entra com graos a a li/nha dos baixos grados .e cata o que achares dos graos meudos / e .2.os e depois cata o argumento. e se he mais de .6. signos // aiunta a [e]quaçon Fl. 14r

---

SECUNDO DE LUNA. Quando volueris scire in quo signo est luna, intra cum residuo 1306 cum anno scilicet in quo es, tabulam annorum medii motus lune, et scribe quod invenis in directo eius de signis, gradibus, minutis et secundis. Item intra cum die mensis tabulam mensium et sume hoc quod ibi invenis de signis, gradibus, minutis et secundis, et iunge secunda cum secundis, minuta cum minutis, gradus cum gradibus et signa cum signis, faciendo de 60 secundis unum minutum et de 60 minutis unum gradum et de 30 gradibus 1 signum, iungendo singula singulis. Et si remanent 12 signa, substrahe 12, et scias quod remanent de gradibus, minutis et secundis quia tantum transivit luna cum medio motu suo in meridie computando.

Item postea intra cum residuo, id est cum anno in quo es, tabulam annorum argumenti lune, et recipe quod invenies in directo eius de signis, gradibus et minutis. Et postea intra cum die mensis tabulam mensium, sicut diximus superius, iugendo singula singulis et scias quod remanet de signis, gradibus et minutis, et intra cum eodem signo tabulam equationis lune, et, si est signum in capite tabule, intra cum gradibus in linea superiorum graduum. Et, si est signum in capite inferiori tabula, intra cum gradibus in linea inferioris tabule et recipe quod invenies de gradibus, minutis et secundis, et preterea respice argumentum, id est numerum quem invenisti in tabulam argumenti si est in plus de 6 signis,

com que achaste com do meyo mouimento da luna. e / se he menos de .6. signos tira a equaçon do meyo mouimento da / luna e aquelo que ficar depois da diçon ou soutraçon aquelo he o logo / certo e uerdadeiro se deus quiser. ¶ Item se quiseres saber em qual sig / no he a cabeça do dragon entra com o ano em que estas na tauoa / dos anos da cabeça e cata aquelo que he em seu dereito dos sig/nos graos e meudos. e entra com o dia do mes em que estas na ta/uoa dos meses. e aquelo que achares aiunta todo em huum. s. / meudos com meudos. grados com grados. e signaaes com signaaes / como dito he no capitulo da luna. e começa de contar da cabeça / daries e huse a cabcça [sic] o numero. hy he a cabeça do dragon / e o rabo en seu oposito. /

¶ Nota que Saturno e jupiter son yguaes de .10. em .10. dias/ por que son de tarde mouimento. Mars e uenus. e mercurio son / yguaes de cinquo en cinquo dias. e se queres saber em qual signo cada / huum deles for uee o ano em que estas. e entra com el na cabeça da / tauoa daquela praneta no ano mes e dia [*à margem:* en que estas e decende ao mes e dia] e em aquel grado que acha/res em dereito das linhas hy he esa praneta. E se uires que o numero / dos grados das pranetas em direito seia menguado. sera a praneta / retrograda. e se creçer sera direito. e si non creçer nin menguar // sera estacionaria. E se crecer pouco e pouco sera de tar/de mouimento ou o curso.

Fl. 14v

---

et, si sic, iunge equationem quam invenisti in tabula equationis cum medio motu lune. Si vero numerus argumenti est 6 vel minus de 6 signis, substrahe equationem de medio motu lune, et quod remanebit post addicionem vel substractionem, ille est locus certus et verus lune, si Deus voluerit.

DE CAPITE DRACONIS. Si vis scire in quo signo est caput drachonis, intra cum anno in quo es in tabulam annorum capitis, et recipe quod invenies in suo directo de signis, gradibus et minutis, et intra cum die mensis in quo es tabulam mensium, et recipe quod iuvenies, sicut prius, et iunge totum similiter, scilicet minuta cum minutis, gradus cum gradibus, signa cum signis, sicut dictum est in capitulo lune, et incipe computare a capite arietis, et ubi finit numerus ibi est caput draconis, et cauda in suo opposito.

DE SATURNO MARTE IOVE VENERE ET MERCURIO. Nota quod saturnus et iupiter sunt equali de 10 in 10 diabus, quia sunt tardi motus, sed mars, venus et mercurius sunt equali de 5 in 5 diebus. Et si vis scire in quo signo quilibet illorum sit, recipe residuum id est annum in quo es et intra cum eo in capite tabula ipsius planete in anno, mense et et die in quo es, et descende ad mensem et diem, et in illo grado quem invenies e directo linearum est ipse planeta in signo. Et si vides quod numerus gradum planetarum tui mensis minuatur, erit planeta retrogradus. Et si crescit numerus, erit directus; et si non crescit nec diminuitur, erit stationarius; et si crescit paruum et paruum, erit tardi motus; et si crescit multum, erit velox cursu.

e se crecer muyto sera ligeiro cur/so. e [se] quiseres saber em qual ora for a coniunçon do sol e da luna ygual / da a luna com su equaçon em 29 dias do mes lunar. e ygualda o sol / aaquel dia e se for ese mesmo nos signos grados meudos e / segundos. o sol e a luna seran aiuntados em aquel meyo dia .e se / for mays que a luna tira o me[n]or ao mayor e sabe quanto fica, e / cata na tauoa do mouimento da luna as horas com quantos graaos / meudos e .2.os seran yguaaes. e aquela ora sera a coniunçon depoys / do meyo dia ou ante. E no sol for mais que a luna (1) aiunta sobre / os grados do meidie. ou tira ao meidie se a luna for mais. e / segundo adiçon ou subtraçon. sera a ora da coniunçon do sol e da luna (2) antes / do meyo dia ou ao meyo dia. E nota que se forem .6. oras depois / meyo dia hu se faz a coniunçon. ou menos que .6. ou .18. ou mais de/pois o meyo dia. a coniunçon sera de dia. e se for mais que seis e / me[n]os que .18. a coniunçon sera de noite e oposiçon tambem. Ergo se for / a coniunçon do sol e da luna de noite non sera eclipsis do sol. e se de / dia non sera eclipsis de luna. /

Se quiseres saber o ecclipsim do sol e da luna yguala a cabeça do / dragon ou o rabo aa ora da uerdadeira coniunçon. e se for de dia e a ca//beça ou o Fl. 15r

---

DE CONIUNCTIONE SOLIS ET LUNE. Si vis scire qua hora erit coniunctio solis et lune, equa lunam cum sua equatione in 29 die mensis lunaris et equa solem ad eandem diem; et si fuerit idem in gradibus, signis minutis et secundis, sol et lune coniungentur in illo meridie. Et si fuerit sol plusquam luna aut luna plusquam sol, substrahe minorem numerum a maiori numero et scias quod remanent, et respice in tabula motus lune in horis cum quantis gradibus, minutis et secundis erunt equales, et illa hora erit coniunctio post meridiem vel ante. Et si sol fuerit plusquam luna, adde super gradibus meridiei, vel substrahe a meridie si luna fuerit plus, et secundum additiones vel substractiones erit hora coniunctionis solis et lune post meridiem vel ante meridiem vel in meridie. Et nota quod si fuerit hora 6 post meridiem ubi fit coniunctio vel minus quam 6 vel 18 plus post meridiem, coniunctio erit de die. Et si fuerit plusquam 6 et infra quam 18, coniunctio erit de nocte, et opposito similiter. Ergo si coniunctio fuerit de nocte non erit eclipsis solis, et si coniunctio de die, non erit eclipsis lune.

DE ECLIPSI SOLIS ET LUNE. Cum volueris scire eclipsim solis et lune, equa caput draconis vel caudam ad horam vere coniunctionis, et si fuerit de die et fuerit caput

---

(1) Falta «ou a lua mais que o sol...».

(2) Novo salto do tradutor ou do copista: «...depois do meio dia ou...».

rabo forem em huum grado com ho sol e a luna sera todo eclipsis / do sol. e se non for em huum grado nom sera eclipsis do sol todo. E se for a/cabeça ou o rabo em huum grado com a luna em oposiçon e for de noite sera / a luna eclipsada toda. E se forem entre ellos .5. grados. sera meya eclip/sada. e se forem entre elles .10. grados sera eclipsada pouco. E se forem / antrellos mais que dez graos [*à margem:* non sera ecl[i]psis] (1) Oposiçon do sol e da luna acharas en / commo achaste a coniunçon. mais ygualdaras en .14. dias com da / meitade do mes lunar. aiuntando ou menguando nas oras e graos / ata que antre o sol e a luna non seia achado mais nem meyos (2) nos grados / meudos e segundos. e que seia uerdadeiramente na oposiçon.

¶ O sol se torna de ponto a ponto en .4. anos. ¶ O meyo curso / da luna se torna de ponto a ponto em .76. anos aos quaes se aiunta logar da luna .3. graos. e aueras uerdadeiro logo asi commo primeiro. / ¶ O argumento da luna se torna a seu ponto em. 86 anos. / ¶ A cabeça se torna a seu ponto em .93. anos. ¶ Saturno / se torna a seu ponto em .59. anos. ¶ Jupiter se torna a seu ponto / en .83 anos. ¶ Mars se torna a seu ponto. em .79. ¶ Mercurius / se torna a seu ponto em .46. anos. ¶ Venus se torna

---

vel cauda in uno gradu cum sol vel luna, erit eclipsis solis. Et si fuerit caput vel cauda cum luna in oppositione et fuerit de nocte, erit luna eclipsata tota; et si fuerint inter eos 5 gradus, erit media eclipsata; et si fuerint inter eos 10 gradus, erit eclipsata parvum; et si fuerint inter eos plusquam 10, non erit eclipsis.

DE OPPOSITIONE. Oppositionem solis et lune invenis sic sicut invenisti coniunctionem, sed equabis eos 14 die mensis lunaris cum meridie addendo vel diminuendo in horis gradibus donec inter solem et lunam non inveniatur plus vel minus in gradibus, minutis et secundis, et tunc erit vere in oppositione.

DE SPATIO CURSUS PLANETARUM. Sol reddit de puncto ad punctum in 4 annis. Medius cursus lune reddit ad punctum in 76 annis quibus adde loco lune 3 gradus et habebis [...]. Argumentum lune reddit ad punctum in 86 annis, caput reddit ad puctum suum in 93 annis; saturnus reddit ad punctum in 59 annis. Iupiter reddit ad punctum suum in 83 annis. Mass reddit ad punctum suum in 79 annis. Mercurius reddit ad punctum

---

(1) Devia seguir-se uma indicação de parágrafo.

(2) Isto é: menos.

a seu ponto em / 8. anos. ¶ Quando cada huma das pranetas acabar o curso seu / em os anos. e acabar os seus anos torna ao primeiro ano. //

Se quiseres saber la ladeza da luna ou das outras planetas / ygualai os grados da luna e grados da sua cabeça do dragon. e se / he unidade antre [e]les ou nenhuma cousa. a luna non ha lade/za. e se he antreles mais que .90. grados ou meyos (1) he setentrional / subinte. e se for mais de .90. meyos (1) de .180. sera setentrional / decendente. E se for antre [e]les 180 e non mais nem meyos (1). non ha / ladeza. e se for mais .180. e meyos (1) de .270. he meridional de/cendente. e se for mais de .270. e meyos (1) de .360. sera tornante / de meridional. E se for .360. sera sem ladeza. / Fl. 15v

Nota que este almenac he segundo a oytaua espera / e se quiseres auer ao noueno ceo. aiunta .10. graos. e .40. meudos / Esto foy uerdade o ano de noso senhor .1321. E daqui adeante / por cada huum ano aiunta huum meudo. //.

---

suum in 46 annis. Venus reddit ad suum punctum in 8 annis. Quando quilibet planeta perfecerit cursum suum in annis reddit ad primum annum inventum.

DE LATITUDINE PLANETARUM. Si vis scire latitudinem planetarum, equa gradus lune et gradus sui capitis draconis et si est unitas vel nichil luna non habet latitudinem. Et si est inter eos minus 90 gradibus est septentrionalis ascendens. Et si fuerit plus de 90 et minus de 180 erit septentrionalis descendens et si fuerit inter eos 180 et non plus nec minus non habet latitudinem. Et si fuerit plus de 180 et minus de 270 est meridionalis descendens et si fuerit plus de 270 et minus de 360 est meridionalis ascendens. Et si non habet latitudinem non habet plus. Et ita fac aliis planetis. (Como escrevemos na Introdução, este texto é tirado de Millás Vallicrora, *Estudios sobre Historia, etc., ed. cit.*, pp. 394-397).

---

(1) Isto é: menos.

PRIMA TABULA SOLIS (*).

Fl. 16r

Dies	*Marcius* piscis	*Aprilis* aries	*Madius* Taurus	*Junius* Gemini	*Julius* Cancer	*Augustus* Leo
1	7º 51' 37"	8º 20' 52"	7º 23' 20"	7º 4' 11"	5º 43' 37"	5º 26' 33"
2	8 26 38	9 10 45	8 21 21	8 2 30	6 40 28	6 24 15
3	9 28 38	10 16 33	9 18 23	8 59 45	7 38 20	7 22 6
4	10 30 47	11 15 19	10 16 26	9 55 0	8 35 20	8 20 53
5	11 34 47	12 14 6	11 13 22	10 54 15	9 32 20	9 18 22
6	12 38 47	13 12 0	12 11 19	11 52 12	10 30 20	10 16 17
7	13 40 45	14 10 51	13 9 17	12 48 42	11 27 23	11 14 13
8	14 47 41	15 9 43	14 7 12	13 45 57	12 25 25	12 12 6
9	15 46 48	16 8 32	15 4(2) 4	14 43 11	13 22 28	13 10 0
10	16 46 31	17 6 21	16 1 58	15 40 13	14 19 28	14 8 58
11	17 45 22	18 5 34	16 58 27	16 38 16	15 16 28	15 6 53
12	18 44 14	19 2 36	17 57 15	17 35 21	16 14(4) 28	16 4 57(6)
13	19 43 7	20 0 45	18 54 6	18 22 28	17 11 28	17 2 40
14	20 42 52	20 50 55	19 51 56	19 30 28	18 9 22	18 1 9
15	21 41 41	21 56 50	20 48 53	20 27 27	19 7 15	18 59 19
16	22 40 21	22 55 43	21 46 48	21 24 26	20 5 10	19 57 23
17	23 39 18	23 53 31	22 44 46	22 21 26	21 2 5	20 58 28
18	24 38 17	23(1) 51 20	23 41 41	23 18 21	21 59 35	21 55 30
19	25 37 17	24(1) 48 17	24 38 36	24 15 20	22 57 30	22 52 32
20	26 36 16	25(1) 47 12	25 36 30	25 12 20	23 54 23	23 50 36
21	27 35 24	26(1) 44 11	26 34 25	26 10 19	24 52 16	24 48 40
22	28 34 32	28 43 10	27 31 12	27 10 8	25 48 8	25 41 45
23	29 33 40	29 42 18	28 30 20	28 9 16	26 45 0	26 45 55
	ari	tau				
24	0 31 26	0 41 26	29 29 28	29 2 44	27 43 51	27 45 3
			gem			
25	1 30 26	1 38 33	0 28 36	29 59 59	28 42 45	28 44 11
				canc(3)		
26	2 28 26	2 34 38	1 30 30	0 57 16	29 41 52	29 43 19
					leo(5)	vir
27	3 27 26	3 31 38	2 27 28	1 58 32	0 41 0	0 39 41
28	4 26 26	4 28 39	3 20 28	2 54 32	1 36 21	1 38 45
29	5 25 25	5 26 39	4 15 27	3 50 33	2 34 10	2 37 48
30	6 24 23	6 25 4	5 9 27	4 46 33	3 31 10	3 35 51
31	7 22 21		6 6 55		4 39 10	4 33 56

(*) Na edição dos *Libros del Saber* foram copiadas todas as tabelas que seguem, com raras incorrecções. A transcrição começou pelas tábuas da lua, impressas mais adiante, seguindo-se as do So e as dos restantes planetas. Os títulos e as indicações tabulares foram vertidos para castelhano (esta tábua, por exemplo, vem aí indicada por «Taula primera del Sol»), e corrigidos alguns erros do manuscrito. Iremos anotando as alterações introduzidas por Rico Sinobas.

(1) Evidente erro do copista: deve ser acrescentada uma unidade ao valor dos graus. Rico y Sinobas não corrigiu este lapso.

(2) Nos *Libros del Saber* está 8'.

(3) Nos *Libros del Saber* a indicação do signo Cancer está erradamente colocada logo a seguir ao dia 26 de Junho.

(4) Na edição de Rico y Sinobas está: 18'

(5) Falta indicação do signo Leo na ed. de Rico y Sinobas.

(6) Nos Libros del Saber lê-se 54".

PRIMA TABULA SOLIS Fl. 16v

Dies	*September* Virgo	*Octuber* libra	*Nouember* scorpius	*December* sagitari	*Januarius* capricornius	*Febroarius* aquarius
1	5º 13' 51"	4º 38' 36"	5º 17' 23"	6º 9' 27"	7º 43' 54"	9º 8' 35"
2	6 2 33	5 38 33	6 26 17	7 10 11	8 44 52	10 8 42
3	7 1 16	6 38 32	7 35 15	8 10 0	9 41 43	11 8 55
4	7 59 52	7 37 31	8 45 13	9 11 50	10 32 32	12 9 0
5	8 57 40	8 37 30	9 46 11	10 12 41	11 18 30	13 9 0
6	9 54 37	9 37 19	10 46 10	11 13 33	12 8 29	14 9 1
7	10 54 42	10 37 31	11 46 9	12 15 29	13 4 30	15 9 3
8	11 53 46	11 37 38	12 47 7	13 16 27	14 0 31	16 9 5
9	12 53 49	12 36 45	13 47 0	14 17 20	15 57 32	17 10 8
10	13 53 15	13 36 53	14 47 46	15 18 16	16 52 34	18 10 21
11	14 52 17	14 36 43	15 47 32	16 19 10	17 52 30(3)	19 10 29
12	15 51 18	15 36 31	16 47 43	17 21 6	18 53 25	20 10 36
13	16 50 19	16 36 22	17 50 44	18 22 0	19 55 20	21 10 42
14	17 49 22	17 36 17	18 52 45	19 23 44	20 57 18	22 10 43
15	18 48 18	18 36 12	19 53 20	20 24 50	21 59 59	23 10 44
16	19 47 15	19 36 3	20 55 15	21 25 47	22 59 59	24 10 45
17	20 47 10	20 36 0	21 55 7	22 26 40	24 0 59	25 10 47
18	21 46 14	21 36 (1) 51	22 56 0	23 27 35	25 0 38	26 10 46
19	22 46 50	22 37 45	23 57 46	24 28 31	26 1 36	27 10 44
20	23 45 41	23 37 40	24 58 39	25 33 27	27 2 32	28 10 42
21	24 44 20	24 37 38	25 59 10	26 31 20	28 2 32	29 9 40
						pice
22	25 43 4	25 38 36	26 59 56	27 33 15	29 2 31	0 9 46
					aqua	
23	26 43 22	26 38 31	27 0 57	28 34 9	0 3 17	1 9 48
24	27 42 28	27 38 22	28 57 52	29 35 3	1 3 50	2 9 35
				capri		
25	28 41 35	28 39 15	29 52 5	0 36 14	2 3 41	3 9 30
			sagi			
26	29 40 43	29 39 7	0 59 0	1 37 18	3 8 32	4 8 27
	libra	scor				
27	0 40 10	0 40 8	2 1 4	2 38 18	4 5 21	5 8 25
28	1 40 27	1 40 16	3 6 6	3 39 35	5 6 14	6 4 23
29	2 35 10	2 43 (2) 38	4 7 14	4 40 42	6 6 28	7 7 21
30	3 31 0	3 44 35	5 7 44	5 41 46	7 7 35	
31		4 46 48		6 42 51	8 8 42	

(1) Lapso do ms., que também passou aos *Libros del Saber;* devia estar 37'.
(2) Nos *Libros del Saber:* 42'.
(3) Idem: 20''.

Fl. 17r *SECUNDA TABULA SOLIS* (*)

Dies	*Marcius* pices	*Aprilis* aries	*Madius* taurus	*Junius* Gemini	*Julius* cancer	*Augustus* leo
1	8º 6' 48"	8º 37' 26"	7º 38' 31"	7º 19' 19"	5º 58' 49"	5º 43' 6"
2	9 6 44	9 33 32	8 36 15	8 15 16	6 54 40	6 40 0
3	10 5 40	10 32 41	9 34 0	9 13 15	7 51 34	7 38 55
4	11 5 39	11 30 51	10 32 51	10 11 14	8 50 21	8 35 50
5	12 4 38	12 28 42	11 39 42	11 8 13	9 48 10	9 32 42
6	13 4 0	13 26 31	12 26 34	12 5 13	10 40 0	10 30 31
7	14 3 18	14 24 23	13 24 28	13 2 12	11 39 52	11 28 28
8	15 2 7	15 23 19	14 21 30	14 0 12	12 38 45	12 27 24
9	16 1 51	16 21 10	15 28 32	14 58 34	13 37 39	13 25 24
10	17 1 6	17 19 5	16 26 37	15 55 39	14 35 38	14 22 30
11	18 1 17	18 17 0	17 14 39	16 53 0	15 32 35	15 21 34
12	18 59 27	19 16 56	18 5 38	17 50 22	16 30 26	16 19 38
13	19 58 35	20 14 48	19 9 36	18 45 19	17 28 38	17 16 30
14	20 57 38	21 12 39	20 0 30	19 42 15	18 25 30	18 15 15
15	21 56 40	22 11 31	21 5 15	20 40 11	19 22 16	19 14 0
16	22 55 42	23 10 34	22 2 0	21 38 8	20 19 45	20 12 51
17	23 54 43	24 8 25	22 59 25	22 36 0	21 17 15	21 10 14
18	24 53 40	25 6 26	23 56 21	23 34 53	22 15 25	22 8 18
19	25 52 35	26 4 27	24 54 15	24 29 47	23 12 39	23 7 24
20	26 51 30	27 2 29	25 52 8	25 25 46	24 10 40	24 5 29
21	27 50 20	28 0 25	26 49 0	26 23 46	25 8 40	25 3 27
22	28 49 14	28 59 33	27 48 8	26(1) 21 45	26 5 41	26 1 18
23	29 48 6	29 58 41	28 47 16	28 19 45	27 2 41	27 0 41
	ari	tau				
24	0 47 14	0 57 49	29 46 24	29 18 53	28 19 49	27 59 5
			ge	canc		
25	1 45 23	1 52 29	0 38 24	0 18 1	29 18 57	28 57 13
					leo	
26	2 43 32	2 48 26	1 30 28	1 17 9	0 1 58	29 56 21
						virgo
27	3 42 48	3 46 20	2 29 39	2 14 17	0 53 15	0 55 29
28	4 40 50	4 45 16	3 28 32	3 10 19	1 50 55	1 54 37
29	5 38 52	5 43 13	4 27 34	4 5 22	2 48 41	2 50 58
30	6 37 53	6 40 51	5 27 15	5 1 25	3 46 21	3 49 55
31	7 36 55		6 26 3		4 44 22	4 48 53

(*) «Taula segunda del Sol».

(1) Assim no original, mas devia ser 27º, emenda que Rico y Sinobas introduziu.

SECUNDA TABULA SOLIS Fl. 17v

Dies	*September* Virgo	*October* libra	*Nouember* scorpius	*December* sagitari	*Januarius* capricorni	*Febroarius* aquarius
1	5º 47' 35"	5º 28' 45"	6º 28' 45"	6º 54' 18"	8º 29' 45"	9º 52' 32"
2	6 46 13	6 24 43	7 28 46	7 55 15	9 30 52	10 52 32
3	7 45 5	7 23 41	8 29 47	8 56 0	10 31 53	11 52 33
4	8 44 0	8 22 38	9 30 48	9 57 52	11 32 54	12 53(3) 34
5	9 43 52	9 21 35	10 30 42	10 59 1	12 32 55	13 53 34
6	10 41 48	10 21 32	11 31 36	12 0 10	13 33 56	14 53 30
7	11 40 40	11 21 28	12 31 20	13 1 20	14 33 50	15 54 21
8	12 39 35	12 21 26	13 31 27	14 2 29	15 33 42	16 55 0
9	13 38 20	13 21 21	14 32 15	15 3 21	16 33 31	17 55 40
10	14 37 16	14 21 16	15 33 0	16 5 12	17 35 30	18 55 17
11	15 36 16	15 21 14	16 33 58	17 6 0	18 38 29	19 55 15
12	16 35 17	16 21 12	17 34 46	18 7 50	19 40 28	20 55 10
13	17 34 17	17 21 10	18 35 32	19 8 19	20 41 20	21 55 5
14	18 33 22	18 21 15	19 37 23	20 9 14(2)	21 42 12	22 55 0
15	19 32 22	19 21 25	20 39 16	21 10 10	22 43 16	23 54 58
16	20 31 30	20 21 20	21 40 12	22 12 6	23 45 0	24 54 53
17	21 30 32	21 22 12	22 41 10	23 13 0	24 45 0	25 54 51
18	22 29 35	22 22 0	23 42 9	24 14 52	25 46 0	26 54 50
19	23 29 37	23 22 53	24 42 4	25 15 48	26 46 0	27 53 58
20	24 28 39	24 23 53(1)	25 43 0	26 16 45	27 46 0	28 53 6
21	25 28 48	25 23 31	26 44 54	27 17 41	28 45 8	29 52 4
						pice
22	26 27 44	26 24 22	27 44 45	28 16 49	29 44 16	0 54 8
					aquari	
23	27 27 20	27 24 12	28 43 53	29 15 57	0 43 24	1 54 4
				capri		
24	28 26 5	28 23 20	29 43 1	0 15 5	1 47 25	2 53 0
			sagi			
25	29 25 13	29 22 28	0 42 9	1 22 14	2 48 48	3 53 56
	libra	scor				
26	0 24 21	0 21 36	1 48 59	2 23 20	3 48 40	4 52 53
27	1 24 16	1 25 56	2 49 42	3 24 27	4 59 32	5 52 41
28	2 24 12	2 20 45	3 50 33	4 25 36	5 50 12	6 52 10
29	3 22 16	3 15 38	4 52 25	5 26 39	6 50 1	
30	4 20 24	4 18 22	5 53 16	6 27 41	7 51 50	
31		5 3 16		7 28 43	8 52 30	

(1) Rico y Sinobas: 43".
(2) Nos *Libros del Saber:* 18".
(3) Idem: 52'.

Fl. 18r *TER[T]IA TABULA SOLIS* (*)

Dies	*Marcius* pisces	*Aprilis* aries	*Madius* taurus	*Junius* Gemini	*Julius* cancer	*Augustus* leo
1	7º 51' 37"	8º 20' 52"	7º 23' 20"	7º 4' 11"	5º 43' 37"	5º 26' 33"
2	8 26 48	9 18 45	8 21 21	8 2 30	6 40 28	6 24 15
3	9 28 48	10 16 33	9 18 23	8 59 45	7 38 20	7 22 6
4	10 30 47	11 15 19	10 16 26	9 55 0	8 35 20	8 20 53
5	11 34 47	12 14 6	11 13 22	10 54 15	9 32 20	9 18 22
6	12 48 47	13 12 0	12 11 19	11 52 12	10 30 20	10 16 17
7	13 48 45	14 10 5	13 9 17	12 48 42	11 27 23	11 14 13
8	14 47 41	15 9 43	14 7 12	13 45 57	12 25 25	12 12 6
9	15 46 38	16 8 32	15 4 4	14 43 11	13 22 28	13 10 0
10	16 46 31	17 6 21	16 1 58	15 40 13	14 19 28	14 8 58
11	17 45 22	18 5 24	16 59 27	16 38 16	15 16 28	15 6 53
12	18 44 14	19 2 26	17 57 15	17 35 21	16 14 28	16 4 47
13	19 43 7	20 0 45	18 54 6	18 32 28	17 11 28	17 2 40
14	20 42 52	20 58 55	19 51 56	19 30 28	18 9 22	18 1 9
15	21 41 41	21 56 50	20 48 53	20 27 26	19 7 15	18 59 19
16	22 40 21	22 55 43	21 46 48	21 24 26	20 5 10	19 57 23
17	23 39 18	23 53 31	22 44 46	22 21 26	21 2 5	20 58 28
18	24 38 17	24 51 30	23 41 41	23 18 21	21 59 35	21 55 30
19	25 37 17	25 48 17	24 38 36	24 15 20	22 57 30	22 52 32
20	26 36 16	26 45 12	25 36 30	25 12 20	23 54 23	23 50 36
21	27 35 24	27 44 11	26 34 25	26 10 19	24 52 16	24 48 40
22	28 34 32	28 43 10	27 31 12	27 10 8	25 48 8	25 47 45
23	29 33 40	29 42 18	28 20 20	28 9 16	26 45 0	26 45 55
	aries	taurus				
24	0 31 26	0 41 26	29 29 28	29 2 44	27 43 51	27 45 3
			ge			
25	1 30 26	1 38 33	0 28 36	29 59 59	28 42 45	28 44 11
				cancer		
26	2 38 26	2 34 38	1 30 30	0 57 16	29 41 52	29 43 19
					leo	vir
27	3 27 26	3 31 38	2 27 28	1 58 32	0 41 0	0 39 41
28	4 26 26	4 28 39	3 20 28	2 54 32	1 36 21	1 38 45
29	5 25 25	5 26 39	4 15 27	3 50 33	2 34 10	2 37 48
30	6 24 23	6 25 40	5 9 27	4 46 33	3 31 10	3 35 51
31	7 22 21		6 6 55		4 29 10	4 33 56

(*) Nos *Libros del Saber:* «Taula tercera del Sol».

TERCIA TABULA SOLIS F . 18v

Dies	*September* Virgo	*Octuber* libra	*Nouember* scorpius	*December* sagitarius	*Januarius* capricornius	*Febroarius* aquarius
1	5.º 32' 37"	5º 7' 56"	6º 11' 8"	6º 39' 18"	8º 58' 46"	9º 36' 22"
2	6 31 30	6 7 42	7 6 56	7 40 27	9 53 44	10 36 14(2)
3	7 30 3	7 7 20	8 57 38	8 41 38	10 55 52	11 37 11
4	8 29 52	8 7 5	9 14 1	9 42 40	11 16 53	12 38 7
5	9 28 45	9 6 58	10 14 58	10 43 46	12 16 54	13 38 0
6	10 26 25	10 6 50	11 14 49	11 44 50	13 17 26	14 39 54
7	11 27 25	11 6 43	12 15 52	12 46 15	14 18 27	15 39 53
8	12 24 15	12 6 35	13 15 55	13 47 10	15 19 28	16 40 51
9	13 23 10	13 6 32	14 16 50	14 48 5	16 20 29	17 40 42
10	14 22 3	14 6 21	15 17 43	15 49 0	17 21 31	18 40 36
11	15 21 56	15 6 15	16 18 32	16 50 54	18 22 28	19 40 30
12	16 20 41	16 6 7	17 19 24	17 51 50	19 23 22	20 40 25
13	17 19 28	17 6 56	18 20 20	18 52 45	20 24 14	21 40 21
14	18 18 10	18 6 51	19 21 15	19 53 40	21 25 9	22 40 15
15	19 17 5	19 6 43	20 22 11	20 55 35	22 26 0	23 40 8
16	20 16 0	20 6 37	21 24 2	21 56 41	23 27 52	24 39 49
17	21 15 57	21 6 30	22 25 54	22 57 21	24 28 45	25 39 40
18	22 14 52	22 7 21	23 26 42	23 59 2	25 29 34	26 39 32
19	23 14 43	23 7 12	24 27 31	24 0 14(2)	26 29 20	27 39 29
20	24 13 34(1)	24 7 5	25 28 7	26 1 20	27 30 19	28 39 23
21	25 13 27	25 7 30	26 28 53	27 2 28	28 31 19	29 38 31 pices
22	26 12 7	26 7 30	27 29 48	28 3 29	29 31 38 aqua	0 38 39
23	27 11 15	27 8 22	28 30 46	29 4 51 capri	0 30 36	1 38 32
24	28 10 23	28 8 23	29 31 44 sagi	0 4 0	1 31 40	2 38 27
25	29 9 31 libra	29 8 24 scor	0 30 52	1 5 10	2 32 44	3 38 20
26	0 9 49	0 8 39	1 32 53	2 6 22	3 33 58	4 37 16
27	1 8 40	1 9 33	2 33 54	3 7 53	4 33 5	5 37 11
28	2 8 32	2 9 28	3 35 55	4 8 48	5 34 20	6 37 1
29	3 7 28	3 10 25	4 36 56	5 9 41	6 35 38	
30	4 6 22	4 10 28	5 38 57	6 11 37	7 35 35	
31		5 11 32		7 12 35	8 36 31	

(1) Nos *Libros del Saber:* 38".
(2) Idem: 18".

Fl. 19r *QUARTA TABULA SOLIS* (*)

Dies	*Marcius* pisces	*Aprilis* aries	*Madius* taurus	*Junius* Gemini	*Julius* cancer	*Augustus* Leo
1	7º 36' 28"	8º 5' 45"	7º 8' 15"	6º 50'(2) 32"	5º 28' 28"	5º 14' 13"
2	8 35 58	9 4 33	8 6 15	7 48 12	6 25 51	6 11 12
3	9 35 50	10 3 21	9 4 15	8 46 5	7 22 42	7 8 21
4	10 34 42	11 1 10	10 2 15	9 44 52	8 19 31	8 6 32
5	11 34 13	11 59 34	10 58 50	10 40 43	9 17 20	9 3 31
6	12 30 6	12 57 56	11 56 45	11 37 13	10 15 9	10 0 15
7	13 27 0	13 56 16	12 54 42	12 35 11	11 12 0	10 58 10
8	14 22 15	14 54 38	13 51 39	13 32 10	12 10 52	11 55 5
9	15 23 12	15 52 37	14 49 41	14 29 9	13 7 46	12 53 2
10	16 25 7	16 50 36	15 46 42	15 26 9	14 4 40	13 51 0
11	17 27 5	17 49 32	16 43 44	16 23 8	15 2 6	14 50 15
12	18 26 2	18 47 32	17 41 46	17 20 8	15 59 33	15 48 11
13	19 28 50	19 46 28	18 38 45	18 17 7	16 56 25	16 46 5
14	20 27 41	20 44 22	19 36 43	19 15 7	17 54 16	17 44 0
15	21 26 32	21 42 10	20 33 41	20 12 1	18 52 19	18 42 44
16	22 25 22	22 40 0	21 13 40	21 9 52	19 50 12	19 40 42
17	23 23 25	23 38 50	22 28 35	22 6 45	20 47 22	20 38 40
18	24 20 29	24 36 1	23 26 20	23 4 40	21 44 23	21 36 34
19	25 16 34(1)	25 34 30	24 44 11	24 1 20	22 41 28	22 35 38
20	26 12 38	26 32 6	25 22 0	24 58 16	23 38 35	23 33 31
21	27 11 46	27 30 0	26 19 58	25 55 9	24 36 39	24 32 24
22	28 10 56	28 28 51	27 17 50	26 53 2	25 34 42	25 31 15
23	29 10 40	29 26 48	28 15 40	27 52 10	26 31 35	26 29 4
	ari	tau				
24	0 10 49	0 23 44	29 12 29	28 51 18	27 29 25	27 28 55
			ge			
25	1 10 45	1 20 35	0 10 37	29 50 26	28 27 15	28 24 55
				cancer		
26	2 10 40	2 18 30	1 7 30	0 42 3	29 25 12	29 25 0
					leo	vir
27	3 11 37	3 16 21	2 4 21	1 39 0	0 23 36	0 23 31
28	4 11 32	4 15 1	3 1 5	2 36 53	1 21 30	1 22 2
29	5 10 24	5 12 5	4 59 14	3 33 40	2 19 25	2 20 34
30	6 8 18	6 9 7	5 58 37	4 31 2	3 17 21	3 20 4
31	7 7 14		6 57 31		4 15 15	4 18 57

(*) Nos *Libros del Saber:* «Tabula quarta del Sol». É de notar que nas últimas três casas da coluna de Maio estão errados os graus; devia ser 3º, 4º e 5º, respectivamente.

(1) Idem: 38".

(2) Idem: 5', valor manifestamente errado.

QUARTA TABULA SOLIS Fl. 19v

Dies	*Sete[m]ber* virgo	*October* libra	*November* scorpius	*Dece[m]ber* sagita	*Januari[us]* capricor	*Febroarius* aquarius
1	5º 17' 27"	4º 52' 17"	5º 56' 58"	6º 24' 7"	7º 57' 31"	9º 22' 14"
2	6 16 15	5 52 13	6 57 50	7 25 14	8 58 31	10 22 20
3	7 14 50	6 52 12	7 58 41	8 26 12	9 59 31	11 21 31
4	8 13 40	7 52 8	8 59 35	9 27 25	11 0 32	12 21 50(2)
5	9 12 28	8 51 8	9 59 30	10 28 20	12 1 32	13 21 42
6	10 11 12	9 51 0	11 0 32	11 29 15	13 2 4	14 22 38
7	11 10 1	10 51 53	12 1 36	12 30 11	14 2 1	15 23 33
8	12 9 3	11 51 42	13 1 39	13 32 10	15 3 13	16 24 35
9	13 8 5	12 51 33	14 2 42	14 32 10	16 6 16	17 24 35
10	14 7 40	13 50 26	15 3 44	15 33 13	17 8 19	18 24 34
11	15 6 55	14 50 20	16 4 46	16 34 15	18 10 21	19 24 33
12	16 5 54	15 50 15	17 5 47	17 34 17	19 8 15	20 24 39
13	17 4 53	16 50 8	18 5 48	18 34 19	20 9 11	21 26 48
14	18 3 50	17 49 51	19 6 47	19 36 22	21 10 18	22 24 59
15	19 2 5	18 49 42	20 7 45	20 37 25	22 11 25	23 24 36
16	20 1 0	19 49 33	21 8 44	21 39 27	23 13 28	24 24 24
17	21 0 57	20 50 29	22 9 44	22 38 30	24 14 33	25 23 19
18	21 59 55	21 51 25	23 11 40	23 34 36	25 14 38	26 21 15
19	22 58 53	22 51 20	24 12 35	24 30 40	26 14 42	27 28 10
20	23 58 3	23 52 15	25 13 30	25 25 46	27 14 47	28 27 18(3)
21	24 58 32	24 52 11	26 14 21	26 30 30	28 13 55	29 16 26
						pice
22	25 57 21	25 52 9	27 15 20	27 46 25	29 13 3	0 15 34
					aqua	
23	26 57 18	26 52 3	28 16 28	28 45 33	0 12 11	1 14 51
24	27 55 38	27 52 52	29 17 26(1)	29 44 41	1 12 31	2 15 45
			sagi	capri		
25	28 54 46	28 51 17	0 17 28	0 43 40	2 13 37	3 17 40
26	29 53 54	29 50 25	1 18 29	1 50 58	3 15 40	4 19 38
	libra	scor				
27	0 53 2	0 49 33	2 19 32	2 51 59	4 16 45	5 21 36
28	1 53 55	1 54 38	3 20 36	3 53 40	5 18 44	6 21 36
29	2 53 40	2 54 30	4 21 39	4 54 31	6 19 40	
30	3 53 3	3 55 24	5 22 56	5 56 33	7 20 30	
31		4 56 22		6 56 28	8 22 20	

(1) Nos *Libros del Saber:* 36".
(2) Este número está errado no Ms.; Rico y Sinobas leu: 40".
(3) Nos *Libros del Saber:* 19".

Fl. 20r *PRIMA TABULA LUNE* (*)

anni	Tabula meri S	o	'	"	anni	Motus lune S	o	'	"	anni	annis collectis S	o	'	"
1	9	10	1	32	26	0	6	30	13	51	2	19	47	20
2	2	2	34	18	27	4	15	52	24	52	6	29	9	31
3	6	11	56	29	28	8	25	14	35	53	11	8	31	41
4	10	21	18	40	29	1	4	36	46	54	4	1	4	28
5	3	0	40	51	30	5	27	9	32	55	8	10	36	39
6	7	23	13	37	31	10	6	31	44	56	0	19	48	50
7	0	2	35	48	32	2	15	53	55	57	4	29	11	1
8	4	11	57	59	33	6	25	6	6	58	9	21	43	47
9	8	21	20	10	34	11	17	48	55	59	2	1	5	58
10	1	13	52	56	35	3	27	11	3	60	6	10	28	9
11	5	23	15	7	36	8	6	33	14	61	10	19	50	20
12	10	2	37	18	37	0	15	55	25	62	3	12	23	6
13	2	11	59	30	38	5	8	28	11	63	7	21	45	17
14	7	4	32	15	39	9	17	50	22	64	0	1	7	28
15	11	13	54	27	40	1	27	12	33	65	4	10	29	39
16	3	23	16	38	41	6	6	34	44	66	9	3	2	25
17	8	2	38	49	42	10	29	7	30	67	1	12	24	36
18	0	25	11	35	43	3	8	29	41	68	5	21	46	48
19	5	4	33	46	44	7	17	51	52	69	10	1	8	59
20	9	13	55	57	45	11	27	23	3	70	2	23	41	45
21	11	23	18	8	46	4	19	45	49	71	7	3	3	56
22	6	15	50	54	47	8	29	8	0	72	11	12	26	7
23	10	25	13	5	48	1	8	30	11	73	3	21	48	18
24	3	4	35	16	49	5	17	52	23	74	8	14	21	4
25	7	13	57	27	50	10	10	25	9	75	8	23	43	55
										76	5	3	26	6

(*) Copiada por Rico y Sinobas sob o título: «Taula primera de la luna», e o sub-título: «Taula del mouimiento de la luna =annos collectos». Nas colunas encimadas por S indicam-se, pelo seu número (veja-se nota (65) da página 23), os signos do zodíaco. Note-se que as indicações latinas «Tabula meri (mere?), Motus lune, annis collectis», que constituem o sub-título da tábua, estão erradamente fragmentadas pelas três colunas.

MEDIUS MOTUS LUNE IN MENSIBUS (*) Fl. 20v

Dies	*Marcius*				*Aprilis*				*Madius*				*Junius*			
	S	o	'	"	S	o	'	"	S	o	'	"	S	o	'	"
1	0	13	10	35	2	1	38	36	3	6	56	3	4	27	24	4
2	0	26	21	10	2	14	49	11	3	20	6	37	5	8	34	39
3	1	9	31	45	2	27	59	46	4	3	17	12	5	21	45	14
4	1	22	42	20	3	11	10	21	4	16	27	47	6	4	55	48
5	2	5	52	55	3	24	20	56	4	29	38	22	6	18	6	23
6	2	19	3	30	4	7	31	31	5	12	48	56	7	1	16	58
7	3	2	14	4	4	20	42	5	5	25	59	32	7	14	27	33
8	3	15	24([1])	39	5	3	52	40	6	9	10	7	7	27	38	8
9	3	28	35	14	5	17	3	15	6	22	21	42	8	10	4	43
10	4	11	45	49	6	0	13	50	7	5	31	16	8	23	59	18
11	4	24	56	24	6	13	24	25	7	18	41	51	9	7	9	10
12	5	8	6	59	6	26	34	59	8	1	52	26	9	20	19	45
13	5	21	17	33	7	9	45	35	8	15	3	1	10	3	30	20
14	6	4	28	8	7	22	56	10	8	28	13	36	10	16	40	55
15	6	17	38	43	8	6	6	44	9	11	24	11	10	29	51	30
16	7	0	49	18	8	19	17	19	9	24	34	46	11	13	2	11
17	7	13	59	53	9	2	27	54	10	7	45	21	11	26	12	40
18	7	27	10	28	9	15	38	29	10	20	55	55	0	9	24	15
19	8	10	21	3	9	18	49	4	11	4	6	30	0	22	34	50
20	8	23	31	38	10	11	59	39	11	17	17	5	1	5	45	29
21	9	6	4	2	10	25	10	14	0	0	27	40	1	18	55	59
22	9	19	52	47	11	8	20	25	0	13	38	15	2	2	6	34
23	10	3	3	22	11	21	31	23	0	26	48	49	2	15	17	9
24	10	16	13	57	0	4	41	58	1	9	59	25	2	28	27	44
25	10	29	24	32	0	17	52	33	1	23	9	59	3	11	38	19
26	11	12	35	7	1	1	3	8	2	6	20	34	3	24	48	54
27	11	25	45	42	1	14	13	4	2	19	31	9	4	7	59	29
28	0	8	56	17	1	21	24	18	3	2	41	44	4	21	10	4
29	0	22	6	51	2	10	34	53	3	15	52	19	5	4	20	38
30	1	5	17	26	2	23	45	27	3	29	2	54	5	17	30	55
31	1	18	28	11					4	12	13	29				

(*) Rico y Sinobas traduziu o título para: «mouimento medio de la luna en los meses», e bem assim os nomes dos mezes, na cabeça das tábuas desta e das duas folhas imediatas.

([1]) Erro na transcrição dos *Libros del Saber*, onde se lê 22'.

Fl. 21r

Dies	*Julius*				*Augustus*				*September*				*October*			
	S	o	'	"	S	o	'	"	S	o	'	"	S	o	'	"
1	6	0	41	30	7	19	9	31	9	7	37	43	10	12	54	59
2	6	13	52	5	8	2	20	6	9	20	37	8	10	26	5	34
3	6	27	2	40	8	15(3)	30	41	10	4	4	42	11	9	16	9
4	7	10	13	15	8	28	41	16	10	17	9	17	11	22	26	43
5	7	23	23	50	9	11	51	51	11	0	20	52	0	5	37	18
6	8	6	34(1)	25	9	25	2	26	11	13	31	27	0	18	47	53
7	8	19	44	59	10	8	13	0	11	26	42	2	1	1	58	27
8	9	2	55	34	10	21	23	26	0	9	52	37	1	15	9	2
9	9	16	6	9	11	4	34	10	0	23	3	12	1	28	19	37
10	9	29(2)	16	44	11	17	44	45	1	6	13	47	2	11	30	12
11	10	12	27	19	0	0	55	20	1	19	24	21	2	24(5)	40	47
12	10	25	37	54	0	14	5	55	2	2	34	56	3	7	51	22
13	11	8	48	29	0	27	16	30	2	15	45	31	3	21	1	57
14	11	21	59	4	1	10	25	5	2	28	56	6	4	4	12	32
15	0	5	9	30	1	23	27	40	3	12	6	41	4	17	23	2
16	0	18	20	13	2	6	48	15	3	25	17	15	5	0	33	37
17	1	1	30	48	2	19	58	50	4	8	25	51	5	13	44	12
18	1	14	41	23	3	3	9	34	4	21	38	26	5	26	54	47
19	1	27	51	58	3	16	20	9	5	4	49	0	6	10	5	22
20	2	11	2	33	3	29	30	44	5	17	59	35	6	22	15	57
21	2	24	13	8	4	12	41	19	6	1	14	10	7	6	26	32
22	3	7	23	43	4	25	51	54	6	14	20	45	7	19	37	11
23	3	20	34	18	5	9	2	29	6	27	31	20	8	2	47	41
24	4	3	44	53	5	22	13	4	7	10	41	55	8	15	58	16
25	4	16	55	27	6	5	23	(4)	7	23	53	30	8	29	8	51
26	5	0	6	2	6	18	34	(4)	8	7	3	5	9	12	19	26
27	5	13	16	37	7	1	44	4	8	20	13	40	9	25	30	1
28	5	26	27	12	7	14	55	23	9	3	24	14	10	8	40	36
29	6	9	37	47	7	28	5	58	9	16	34	49	10	21	51	11
30	6	22	48	22	8	11	16	33	9	29	44	24	11	5	1	46
31	7	5	58	57	8	24	26	58					11	18	12	25

(1) Nos *Libros del Saber* 24'.
(2) Idem: 21°.
(3) Idem: 16°.
(4) Em branco no original.
(5) Nos *Libros del Saber* 28°.

MEDIO [*sic*] *MOTUS LUNE IN MENSIBUS* Fl. 21v

Dies	*Nouember*				*Dezember*				*Januarius*				*Febroarius*			
	S	o	'	"	S	o	'	"	S	o	'	"	S	o	'	"
1	0	1	23	0	1	6	40	27	2	25	8	28(1)	4	13	26	29
2	0	14	33	35	1	19	51	2	3	8	19	3	4	26	47	4
3	0	27	44	10	2	3	1	37	3	21	29	38	5	9	57	39
4	1	11	54	45	2	16	12	11	4	4	40	14	5	23	8	14
5	1	24	5	20	2	29	22	46	4	17	50	49	6	6	18	49
6	2	7	16	55	3	12	33	21	5	1	1	23	6	19	29	24
7	2	20	26	30	3	25	43	56	5	14	11	58	7	2	39	59
8	3	3	37	5	4	8	54	31	5	27	22	33	7	15	50	33
9	3	16	47	39	4	22	5	6	6	20(2)	33	8	7	29	1	8
10	3	29	58	14	5	5	15	41	6	23	43	43	8	12	11	43
11	4	13	9	49	5	18	26	15	7	6	54	18	8	25	22	18
12	4	26	19	24	6	1	36	50	7	20	4	53	9	8	32	53
13	5	9	30	59	6	14	27	25	8	3	15	28	9	21	43	28
14	5	22	46	37	6	27	58	0	8	16	26	2	10	4	54	3
15	6	5	51	9	7	11	8	35	8	29	36	37	10	18	4	38
16	6	19	1	43	7	24	19	9	9	12	47	12	11	1	15	12
17	7	2	12	18	8	7	29	45	9	25	57	47	11	14	25	47
18	7	15	22	53	8	20	40	20	10	9	8	22	11	27	36	22
19	7	28	33	28	9	3	50	55	10	22	18	57	0	10	46	57
20	8	11	44	3	9	17	1	29	11	5	29	32	0	23	57	32
21	8	24	54	38	10	0	12	4	11	18	40	7	1	7	8	7
22	9	8	5	13	10	13	22	39	0	1	50	41	1	20	18	42
23	9	21	15	48	10	26	33	15	0	15	1	16	2	3	29	17
24	10	4	26	27	11	9	43	49	0	28	11	51	2	16	39	51
25	10	17	36	57	11	22	54	24	1	11	22	26	2	29	50	26
26	11	0	47	32	0	6	4	59	1	24	23(3)	1	3	13	1	1
27	11	13	58	7	0	19	15	34	2	7	43	36	3	26	11	36
28	11	27	8	42	1	2	26	8	2	20	54	11	4	9	22	11
29	0	10	19	17	1	15	36	43	3	4	4	46	4	22	32	46
30	0	23	29	52	1	28	47	18	3	17	15	12	0	0	0	0
31	0	0	0	0	2	11	57	53	4	0	25	55	0	0	0	0

(1) Nos *Libros del Saber* está erradamente 26º.

(2) Há erro no manuscrito: devia-se ler aqui 10º, tal como vem nos *Libros del Saber*, correcção devida a Rico y Sibonas.

(3) Nos *Libros del Saber* está erradamente 33'.

Fl. 22r *ARGUMENTUM LUNE IN ANNIS COLLECTIS* (*)

anni	S	o	'	anni	S	o	'	anni	S	o	'
1	4	17	49	31	0	23	54	61	8	16	55
2	7	29	36	32	3	22	37	62	11	28	42
3	10	28	19	33	6	21	20	63	2	27	25
4	1	27	2	34	10	3	7	64	5	26	9
5	4	25	45	35	1	1	50	65	8	24	52
6	8	7	32	36	4	0	34	66	0	6	39
7	11	6	16	37	6	29	17	67	3	5	22
8	2	4	59	38	10	11	4	68	6	4	5
9	5	3	42	39	1	9	47	69	9	2	48
10	8	15	29	40	4	8	30	70	0	14	35
11	11	14	12	41	7	7	30	71	3	13	18
12	2	12	55	42	2	19	0	72	6	12	1
13	5	11	38	43	1	17	43	73	9	10	44
14	8	23	25	44	4	16	26	74	0	22	32
15	11	22	8	45	7	15	10	75	3	21	15
16	2	20	52	46	10	26	57	76	6	19	58
17	5	19	35	47	1	25	38	77	9	18	41
18	9	1	22	48	4	24	23	78	1	0	28
19	0	0	4	49	7	23	6	79	4	29	11
20	2	28	48	50	11	4(1)	53	80	6	27	44
21	5	27	31	51	2	3	36	81	9	26	37
22	9	9	18	52	5	2	19	82	1	8	24
23	0	8	1	53	8	1	2	83	4	7	7
24	3	6	44	54	11	12	49	84	7	5	51
25	6	5	27	55	2	11	33	85	10	4	34
26	9	17	15	56	5	10	16	86	1	16	21
27	0	15	58	57	8	8	59		0	0	0
28	3	14	41	58	11	20	46		0	0	0
29	6	13	24	59	2	19	29		0	0	0
30	9	25	11	60	5	18	12		0	0	0

(*) Nos *Libros del Saber* o título vem traduzido assim: «argumento de la luna= annos callectos»; e também em castelhano as indicações nas colunas das tábuas.

(1) Nos *Libros del Saber* está erradamente: 8º.

ARGUMENTUM LUNE IN MENSIBUS (*) Fl. 22v

Dies	*Marcius*			*aprilis*			*madius*			*Junius*			*Julius*			*augustus*		
	S	o	'	S	o	'	S	o	'	S	o	'	S	o	'	S	o	'
1	0	13	4	1	28	5	3	0	2	4(2)	15	3	5	17	0	7	2	0
2	0	26	8	2	11	9	3	13	6	4(2)	28	6	6	0	3	7	15	4
3	1	9	12	2	24	13	3	26	10	5	11	10	6	13	7	7	28	8
4	1	22	16	3	7	16	4	9	12	5	24	14	6	26	11	8	11	12
5	2	5	19	3	20	20	4	22	17	6	7	16	7	9	15	8	24	16
6	2	18	3	4	3	24	5	5	21	6	20	22	7	22	19	9	7	20
7	3	1	27	4	16	28	5	18	25	7	3	26	8	5	23	9	20	24
8	3	14	31	4	29	22	6	1	29	7	16	30	8	18	27	10	3	28
9	3	27	35	5	12	36	6	14	33	7	29	34	9	1	31	10	16	32
10	4	10	39	5	25	40	6	17	37	8	12	38	9	14	35	10	29	36
11	4	23	43	6	8	44	7	10	41	8	25	42	9	27	39	11	12	39
12	5	6	47	6	21	48	7	23	45	9	8	45	10	10	42	11	25	43
13	5	19	51	7	4(1)	52	8	6	49	9	21	49	10	23	46	0	8	47
14	6	2	55	7	17	55	8	19	52	10	4	53	11	6	50	0	21	51
15	6	15	58	8	1	0	9	2	58	10	1	57	11	19	54	1	4	55
16	6	29	2	8	14	3	9	16	0	11	1	1	0	2	58	1	18	0
17	7	12	6	8	27	7	9	29	4	11	14	5	0	16	2	2	1	3
18	7	25	10	9	10	11	10	12	8	11	27	9	0	29	6	2	14	7
19	8	8	14	9	23	55	10	25	12	0	10	13	1	12	10	2	27	11
20	8	21	58	10	6	19	11	8	16	0	23	17	1	25	14	3	10	15
21	9	4	22	10	19	23	11	21	20	1	6	21	2	8	18	3	23	18
22	9	17	26	11	2	27	0	4	24	1	19	24	2	21	21	4	6	22
23	10	0	30	11	15	31	0	17	27	2	2	28	3	4	25	4	19	26
24	10	13	34	11	28	34	1	0	31	2	15	32	3	17	29	5	2	30
25	10	26	37	0	11	38	1	13	35	3	28	36	4	0	33	5	15	34
26	11	9	41	0	24	42	1	26	39	3	11	40	4	13	37	5	28	38
27	11	22	45	1	7	46	2	9	43	4	24	44	4	26	41	6	11	42
28	0	5	49	1	20	50	2	22	47	4	7	48	5	9	45	6	24	46
29	0	18	56	2	3	54	3	5	51	4	20	52	5	23	49	7	7	50
30	1	1	57	2	16	58	3	18	55	5	3	56	6	5	53	7	20	53
31	1	15	0				4	2	0				6	18	57	8	3	57

(*) As entradas das tábuas estão traduzidas em castelhano nos *Libros del Seber*, bem como o título, que vem «argumento de la luna en los meses». De notar ainda que Rico y Sinobas desdobrou em 3 as duas tábuas relativas ao «argumentum lune in mensibus».

(1) Nos *Libros del Saber:* 8º.

(2) Idem: 8.

Fl. 23r *ARGUMENTUM LUNE IN MENSIBUS*

Dies	*September* S	o	'	*October* S	o	'	*November* S	o	'	*Dezember* S	o	'	*Januari* S	o	'	*Febroarius* S	'	o
1	8	17	1	9	10	58	1(3)	4	0	0	5	26	1	20	57	3	5	58
2	9	0	5	10	2	2	1(3)	17	3	0	19	0	2	4	0	3	19	2
3	9	13	9	10	15	6	0	0	6	1	2	4	2	17	5	4	2	6
4	9	26	13	10	28	10	0	13	11	1	15	8	3	0	9	4	15	10
5	10	9	17	11	11	14	0	26	15	1	28	12	3	30	13	4	28	13
6	10	22	21	11	24	18	1	9	19	2	11	16	3	26	16	5	11	17
7	11	5	25	0	7	22	1	22	23	2	24	19	4	9	20	5	24	21
8	11	18	29	0	20	26	2	5	26	3	7	23	4	22	24	6	7	25
9	0	1	32	1	3	29	2	18	30	3	20	27	5	5	28	6	20	29
10	0	14	36	1	16	33	3	1	30	4	3	31	5	18	32	7	3	33
11	0	27	40	2	29	37	3	14	38	4	16	35	6	1	36	7	16	37
12	1	10	44	2	12	41	3	27	42	4	29	39	6	14	40	7	29	41
13	1	23	48	2	25	45	4	10	46	5	22	43	6	27	44	8	12	45
14	2	6	51	3	8	49	4	23	50	5	25	47	7	10	44	8	25	49
15	2	19	56	3	21	53	5	6	54	6	8	51	7	23	52	9	8	52
16	3	3	0	4	4	57	5	19	58	6	21	55	8	6	55	9	21	56
17	3	16	4	4	18	0	6	3	2	7	4	58	8	20	0	10	5	0
18	3	29	8	5	1	5	6	16	5	7	18	2	9	13	3	10	18	4
19	4	12	11	5	14	8	6	29	9	8	1	6	9	16	7	11	1	8
20	4	25	15	5	27	12	7	12	12	8	14	10	9	29	11	11	14	12
21	5	8	19	6	10	16	7	25	17	8	17	14	10	12	15	11	27	16
22	5	21	23	6	32(1)	20	8	8	21	9	10	18	10	25	19	0	10	29(6)
23	6	4	27	7	6	24	8	21	25	9	23	22	11	8	23	0	23	24
24	6	17	31	7	19	28	9	4	29	10	6	26	11	20	27	1	6	28
25	7	0	35	8	2	32	9	17	33	10	19	30	0	4	31	1	19	31
26	7	13	39	8	15	36	10	0	37	11	2	34	0	17	34(5)	2	2	35
27	7	26	43	8	28	40	10	13	40	11	15	36	1	0	38	2	15	39
28	8	0	47	9	11	44	10	26	44	11	28	40	1	13	41	2	28	43
29	8	22	50	9	24	47	11	9	48	0	11	44	1	26	45	3	11	47
30	9	5	54	10	7	51	11	2	52	0	24	46(4)	2	9	49			
31				10	5(2)	55				1	7	58	2	22	54			

(1) Nos *Libros del Saber:* 23º.

(2) Rico y Sinobas deixou em branco a indicação dos graus.

(3) Assim no original, mas é manifesto o lapso; Rico y Sinobas corrigiu, e bem, o número do signo para 11.

(4) Nos *Libros del Saber:* 48'.

(5) Idem: 38'.

(6) Idem: 20'.

TABULA EQUACIONIS LUNE (*) Fl. 23v

Gradus	Gradus	6 0			7 1			8 2		
		o	'	"	o	'	"	o	'	"
1	29	0	5	1	2	29	6	4	17	2
2	28	0	10	2	2	33	34	4	19	36
3	27	0	15	4	2	37	3	4	22	5
4	26	0	20	4	2	42	4(3)	4	24	29
5	25	0	25	4	2	46	26	4	26	48
6	24	0	30	3	2	50	33	4	29	3
7	23	0	35	2	2	54	47	4	31	12
8	22	0	40	1	2	50(4)	54	4	33	16
9	21	0	45	0	3	2	58	4	35	15
10	20	0	49	58	3	6	58	4	37	9
11	19	0	54(1)	55	3	10	55	4	38	58
12	18	0	59	51	3	14	49	4	40	42
13	17	1	4	46	3	18	40	4	42	19
14	16	1	9	40	3	22	28	4	43	52
15	15	1	14	33	3	26	11	4	45	20
16	14	1	19	25	3	29	51	4	45	20
17	13	1	24	16	3	33	29	4	47	7
18	12	1	29	5	3	37	2	4	49	7
19	11	1	33	53	3	40	31	4	50	43
20	10	1	38	39	3	43	58	4	51	4(6)
21	9	1	43	22	3	47	18	4	52	4(6)
22	8	1	48	10	3	50	27	4	53	1
23	7	1	52	49	3	53	49	4	53	47
24	6	1	57	30	3	53(5)	0	4	54	27
25	5	2	2	37	4	0	4	4	55	0
26	4	2	6	43(2)	4	3	5	4	55	43
27	3	2	11	17	4	6	1	4	55	43
28	2	2	15	49	4	8	53	4	55	44
29	1	2	20	18	4	11	51	4	55	46
0	0	2	24	46	4	14	23	4	56	0
Gradus	Gradus	11 5			10 4			9 3		

(*) Traduzido em castelhano nos *Libros del Saber*, onde está: «Taula de la equacion de la luna». À cabeça das duas primeiras colunas, Rico y Sinobas leu mal a abreviatura de «gradus», e traduziu por «dias».

(1) Nos *Libros del Saber:* 55'.

(2) Idem: 83".

(3) Idem: 8".

(4) Assim no original; Rico y Sinobas emendou, e com razão, para 59'.

(5) Idem; emendou para 57', que devia ser, de facto, o valor exacto.

(6) Nos *Libros del Saber:* 8".

Fl. 24r *TABULA CAPITIS DRACONIS IN ANNIS COLLECTIS* (*)

anni	caput S	o	'	anni	caput S	o	'	anni	caput S	o	'
1	6	14	48	32	10	14	46	63	2	15	2
2	5	25	24	33	9	25	24	64	1	25	41
3	5	6	4	34	9	6	0	65	1	6	21
4	4	16	43	35	8	16	40	66	0	16	57
5	3	27	23	36	7	27	20	67	11	27	37
6	3	7	59	37	7	7	59	68	11	8	16
7	2	18	38	38	6	18	35	69	10	8	55
8	1	29	18	39	5	29	15	70	9	29	32
9	1	9	27	40	5	9	54	71	9	10	11
10	0	20	33	41	4	20	34	72	8	20	51
11	0	1	13	42	4	1	10	73	8(1)	1	30
12	11	11	52	43	3	11	49	74	7	12	6
13	10	22	32	44	2	22	28	75	6	22	46
14	10	3	8	45	2	3	8	76	6	3	25
15	9	13	47	46	1	13	44	77	5	14	5
16	8	24	27	47	0	24	24	78	4	24	41
17	8	5	6	48	0	5	3	79	4	5	2
18	7	15	42	49	11	15	43	80	3	16	0
19	6	26	22	50	10	26	19	81	2	26	39
20	6	7	1	51	10	6	58	82	2	7	15
21	5	17	41	52	9	17	18	83	1	17	55
22	4	28	17	53	8	28	17	84	0	28	34
23	4	8	56	54	8	8	53	85	0	9	14
24	3	19	36	55	7	19	33	86	11	19	50
25	3	10	15	56	7	9	12	87	11	0	29
26	2	0	52	57	6	10	51	88	10	11	9
27	1	21	31	58	5	21	28	89	9	21	48
28	1	2	10	59	5	2	27	90	9	2	24
29	0	12	50	60	4	13	7	91	8	13	4
30	11	23	26	61	3	23	46	92	7	23	43
31	11	4	6	62	3	4	23	93	7	4(2)	23

(*) No texto castelhano: «Taula de la cabeça del dragon en los annos collectos».
(1) Nos *Libros del Saber* escreveu-se, por lapso, 6 para a indicação do signo.
(2) Idem: 8º.

TABULA CAPITIS DRACONIS IN MENSIBUS (*) Fl 24v

meses	Dies	*caput* S	o	'	Menses	Dies	*caput* S	o	'
Septenber	3	11	20	5	Dezember	3	11	15	16
	6	11	19	56		6	11	15	6
	9	11	19	46		9	11	14	57
	12	11	19	37		12	11	14	47
	15	11	19	27		15	11	14	38(1)
	18	11	19	18		18	11	14	28
	21	11	19	8		21	11	14	19
	24	11	18	59		24	11	14	9
	27	11	18	49		27	11	14	0
	30	11	18	39		31	11	13	47
October	3	11	18	30	Januarius	3	11	13	33
	6	11	18	20		6	11	13	28
	9	11	18	11		9	11	13	18
	12	11	18	1		12	11	13	9
	15	11	17	52		15	11	12	59
	18	11	17	42		18	11	12	50
	21	11	17	33		21	11	12	40
	24	11	17	23		24	11	12	31
	27	11	17	14		27	11	12	21
	31	11	17	1		31	11	12	8
Novenber	3	11	16	51	Febroarius	3	11	11	59
	6	11	16	42		6	11	11	49
	9	11	16	32		9	11	11	40
	12	11	16	23		12	11	11	30
	15	11	16	13		15	11	11	21(2)
	18	11	16	4		18	11	11	11
	21	11	15	54		21	11	11	2
	24	11	15	45		24	11	10	52
	27	11	15	34		28	11	10	39
	30	11	15	25					

Destas duas tauoas esta da deante deve estar primeiro (**).

(*) «Taula de la cabeça del dragon en los meses».

(1) Na edição de Rico y Sinobas 36'.

(2) Idem: 29'.

(**) Rico y Sinobas não transcreve esta observação, mas atendeu a ela, juntando as duas tabuas na mesma página, e pela ordem correcta.

Fl. 25r *TABULA CAPITIS DRACONIS IN MENSIBUS*

mensib	Dies	*caput* S	o	'	mensi-bus	Dies	*caput* S	o	'
Marcius	3	11	29	50	Junius	3	11	24	58
	6	11	29	40		6	11	24	48
	9	11	29	31		9	11	24	29(1)
	12	11	29	22		12	11	24	29
	15	11	29	12		15	11	24	20
	18	11	29	3		18	11	24	10
	21	11	28	53		21	11	24	1
	24	11	28	44		24	11	23	51
	27	11	28	34		27	11	23	42
	31	11	28	21		30	11	23	32
Aprilis	3	11	28	11	Julius	3	11	23	23
	6	11	28	2		6	11	23	13
	9	11	27	52		9	11	23	3
	12	11	27	43		12	11	22	54(2)
	15	11	27	34		15	11	22	44
	18	11	27	24		18	11	22	35
	21	11	27	15		21	11	22	25
	24	11	27	5		24	11	22	16
	27	11	26	56		27	11	22	6
	30	11	26	46		31	11	21	53
Madius	3	11	26	36	Augustus	3	11	21	44
	6	11	26	27		6	11	21	34
	9	11	26	17		9	11	21	25
	12	11	26	8		12	11	21	15
	15	11	25	58		15	11	21	6
	18	11	25	49		18	11	20	56
	21	11	25	39		21	11	20	47
	24	11	25	30		24	11	20	37
	27	11	25	20		27	11	20	28
	31	11	25	7		31	11	20	14

(1) Assim no original; leia-se: 39'.
(2) Nos *Libros del Saber:* 58'.

Mensses	anni signus dies	1 pis o	2 pis o	3 pis o	4 aqua o	5 aqua o	6 aqua o	7 pis o	8 pis o	9 pis o	10 aqua o	11 aqua o	12 aqua o
Marcius	1	18	24	13	13	13	25 pis	11	24 ari	26	26	10	20
	6	16(1) ari	29 ari	10	16	21	4	20	2	27	23	15	28 pis
	11	4	4	6	21	29 pis	16	29 ari	8	24	24	22 pis	7
	16	10	7	3	28 pis	8	24 ari	7	12	20	27 pis	0	16
	21	16	10	4	6	17	4	25	13	16	2	9	25 ari
	26	21	13	7	14	26	13	23	10	14	9	18	5
Aprilis						ari							
	1	23	16	22	22 ari	6	22 tau	29 tau	6	15	17	27 ari	15
	6	20	19	19	1	16	0	3	2 tau	18	25 ari	7	24 tau
	11	15	22	27 ari	10	25 tau	8	4	29	23 ari	3	17	3
	16	11	25 tau	5	20 tau	4	15	1 ari	28 ari	0	12	25 tau	12
	21	8	1	14	0	12	19	27	1	18	21 tau	5	20
	26	9	9	23	9	20	21	23	6	16	1	14	26
Madius				tau									ge(3)
	1	12	17	3	18	27 gei	21	20	12	25 tau	11	22 ge	1
	6	17	26 ge	13	26 gei	3	18	20	20	4	21 ge	0	3
	11	24 tau	6	22 ge	4	7	14	22	29 tau	14	0	7	3
	16	2	14	1	12	9	10	27 tau	8	24 ge	9	13	0 tau
	21	11	24 can	10	19	6	7	3	16	4	17	18	25
	26	10	0(2)	18	24	1	9	11	26	13	25	20	21
Junius						tau			ge		can		
	1	29 ge	13	26 can	27	27	14	19	7	22 can	1	17	18
	6	9	22 leo	4	28	23	20	28 ge	16	0	6	12	22
	11	19	0	10	25	24	28 ge	7	26 can	9	8	7	24 can
	16	29 can	8	15	20	27 ge	6	17	5	16	8	6	1
	21	8	15	17	15	2	14	27 can	13	21	5	6	18
	26	17	22	14	12	9	23	6	21	24	0	11	16

(*) Nos *Libros del Saber:* «primera taula de mercurio».
(1) Idem: 26º.
(2) Idem: 4º.
(3) Falta esta indicação do signo nos *Libros del Saber.*

mensses	anni	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	signus	canc	leo	canc	gemi	canc	canc	canc	canc	canc	gemi	gemi	gemi
	dies	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o
Julius	1	25	27	10	14	17	2	25	29	25	25	17	24
		leo	vir						leo				
	6	3	0	5	19	25	11	23	5	22	23	25	3(1)
						can		leo				can	
	11	10	1	2	25	4	21	1	10	17	24	3	12
			leo		can		leo						
	16	15	28	2	2	13	0	8	12	13	29	12	21
											can		leo
	21	18	25	4	10	22	9	15	12	11	5	21	1
						leo						leo	
	26	19	21	9	18	2	18	20	9	12	12	1	10
Augustus	1	17	19	15	26	12	26	23	5	15	20	11	18
					leo		vir						
	6	14	20	23	5	21	8	24	1	20	28	20	26
				leo					can		leo		vir
	11	10	23	3	14	29	9	22	29	27	8	29	3
						vir				leo		vir	
	16	9	27	14	24	9	12	18	0	8	18	7	9
			vir		vir				leo				
	21	13	1	27	6	18	14	14	8	18	29	15	15
				vir							vir		
	26	17	5	6	18	25	12	13	15	29	10	22	23
September										vir		libr	
	1	23	7	15	26	28	9	16	23	8	20	5	24
					libr				vir				
	6	29	10	23	3	29	7	22	2	17	28	8	22
		vir		libr							libr		
	11	6	19	1	9	18(2)	6	29	11	20	5	9	19
								vir		libr			
	16	13	28	8	14	25	7	7	20	4	11	9	16
			libr										
	21	21	6	15	16	23	10	15	29	12	17	8	15
									libr				
	26	20	14	21	16	22	15	24	8	20	22	7	16
October		libr						libr					
	1	8	22	26	15	23	21	3	17	27	25	3	19
										scor			
	6	17	28	29	12	26	28	12	25	2	26	2	28
			scor	scor		libr	libr		scor				libr
	11	20	5	0	9	1	5	21	3	7	25	3	0
		scor		libr				scor					
	16	11	11	29	8	7	13	0	11	10	22	6	7
	21	13	16	27	9	13	21	8	16	10	29	11	15
							scor						
	26	21	19	24	12	20	0	16	23	9	18	17	23

(1) É leitura de Rico y Sinobas; o número está ilegível na reprodução de que dispomos.
(2) Assim no ms.; nos *Libros del Saber* vem corrigido para 28º.

Menses	anni dies(*) dias	1 sign.(1) o	2 scor o	3 scor o	4 lib o	5 lib o	6 lib o	7 scor o	8 scor o	9 scor o	10 scor o	11 lib o	12 lib o
November	1	28 sag	20	23	27	28 scor	9	24 sagi	26	6	19	23 scor	1
	6	3	19	25	26 scor	6	18	1	26	3	20	0	10
	11	6	16	28 scor	0	14	27 sagi	7	27	2	27 scor	8	19
	16	7	13	4	8	23 sagi	5	12	26	3	3	16	28 sagi
	21	3	12	11	16	2	13	15	24	6	10	24 sagi	7
	26	1	13	19	24	11	21	16	21	11	18	3	15
Decenber	1	0 scor	16	27 sagi	sagi 3	20	26 cap	14	20	17	26 sagi	12	23 cap
	6	28	21	8	13	28 cap	1	11	21	24 sagi	5(2)	21 cap	0
	11	20	27 sagi	15	22 cap	6	3	7	24	1	4	0	6
	16	29 sag	4	25 cap	0	13	2	5	29 sagi	9	14 cap	9	11
	21	3	11	4	8	18	1 sagi	5	6	17	3	17(6)	13
	26	7	19	13	15	21	27	7	13	26	12	24	13
Januarius	1	1(3)	27 cap	22 aqua	22	22	24	13	21	cap 5	20	29 aqua	11
	6	22 cap	6	0	28 aqua	20	22	18	29 cap	14	17(6) aqua	2	7
	11	0	16	8	3	16	23	26 cap	8	24 aqua	6	3	3
	16	9	26 aqua	15	7	12	26 cap	4	17	2	13	0 cap	1
	21	18	5	21	9	9	1	12	27 aqua	10	18	26	2
	26	27	14	26	6	9	8	21	7	18	21	22	5
Februarius	1	aqua 8(4)	23 pis	28	1 cap	11	16	aqua 0	16	26 (5)	22	19	10
	6	15	1	28	26	16	24 aqua	10	26 pis	2	19	20	17
	11	24 pis	8	25	24	22 aqua	3	20	3	7	14	23	20 aqua
	16	2	13	20	25 aqua	0	12	29 pis	10	9	9	28 aqua	4
	21	10	16	15	0	8	21 pis	8	18	6	6	5	13
	26	18	27	12	6	16	1	16	23	1	7	12	12

(*) Em lugar de «dies», leia-se: «signus».

(1) Assim no ms.; em lugar de «sign.» devia estar, na 3.ª coluna, a indicação «libra», signo em que Mercúrio se encontrava à entrada do mês de Novembro, no primeiro ano do ciclo. Rico y Sinobas teve a intenção de corrigir este lapso, mas veio a cometer outro, indicando o signo de Sagitário.

(2) O número está mal desenhado, mas a leitura mais provável é 5º. Houve, a ser assim, lapso do caligrafo, que Rico y Sinobas corrigiu para 1.º, decerto guiado pela marcha do planeta.

(3) Lugar errado; devia estar, talvez, 14º.

(4) Rico y Sinobas leu 6º.

(5) Falta a indicação do signo: Pisces.

(6) Valor errado; leia-se: 27º.

menses	anni sign. dies	13 pis o	14 pis o	15 pis o	16 pis o	17 aqua o	18 aqua o	19 aqua o	20 pis o	21 pis o	22 pis o	23 pis o	24 aqua o
Marcius	1	2	17	26 ari	16	14	11	24 pis	6	21	24	5	10
	6	12	26 ari	2	11	15	19	3	15	29 ari	26	1 aqua	15
	11	21 ari	4	6	6	19	27 pis	12	26 ari	6	26	28	22 pis
	16	0	11	7	3	25 pis	5	22 ari	11	12	24	29 pis	0
	21	9	17	4	4	2	14	2	13	16	20	2	8
	26	17	22	0	7	10	24	11	21	17	25(2)	7	16
Aprilis	1	25 tau	24	pis 25	12	19	ari 4	20	28 tau	14	13	14	25 ari
	6	2	24	22	19	28 ari	13	29 tau	3	10	15	22 ari	5
	11	8	21	23	27 (1)	7	22 tau	7	5	6	20	1	15
	16	13	16	27 ari	5	17	1	14	5	3	26 ari	10	24 tau
	21	13	12	3	14 23 tau	27 tau	10	20	2 ari	4	4	19	3
	26	12	9	10		7	18	24	27	7	13	29	12
Madius	1	8	10	18	2	16	25 gemi	26	22	12	22 tau	tau 9	21
	6	3	14	26 tau	11	25 gem	1	23	20	19	1	20 ge	29 gemi
	11	0	20	5	21 ge	4	6	18	22	27 tau	11	0	7
	16	1	28 tau	14	1	11	9	13	26 tau	5	21 ge	9	14
	21	4	7	24 ge	10	19	10	10	2	14	1	14 26	19
	26	9	16	4	19	26	7	11	10	23	11	can	22
Junius	1	16	25 ge	14	28 can	canc 1	2 tau	14	18	ge 3	20	3	23
	6	24 ge	5	24 can	6	3	27	19	27 ge	13	29 can	9	20
	11	2	15	3	12	0 ge	25	26 gemi	7	22 can	7	13	15
	16	10	24 can	12	16	25	26 gemi	4	17	1	15	14	10
	21	19	3	17	18	20	0	12	27 can	10	22	11	7
	26	28	12	27	18	17	6	21	6	18	27	6	9

(1) Falta aqui no original a indicação «aries» (correcção feita por Rico y Sinobas).
(2) Valor errado e não corrigido por Rico y Sinobas. Deve ser: 15.

menses	anni sign. dies	13 can o	14 can o	15 can o	16 can o	17 ge o	18 ge o	19 can o	20 can o	21 can o	22 leo o	23 can o	24 ge o
Julius	1	8	20	23	15	16	14	0	15	26 leo	0	1 ge	14
	6	18	28 leo	20	10	19	22 can	9	24 leo	3	29	28	20
	11	27 ge	6	17	6	24	1	18	2	9	26	8(1) can	27 can
	16	6	13	15	3	25 can	10	27 leo	10	13	22	0	5
	21	15	18	12	5	1	19	5	17	15	18	4	13
	26	23	21	15	9	9	29 leo	13	22	13	15	9	22
Augustus	1	28 can	22	20	15	17	8	21	25	9	16	16	leo 1
	6	8	20	25	22 leo	25 leo	17	28 vir	27	6	19	24 leo	11
	11	17	15	28 leo	0	3	25 vir	4	28	4	24 vir	3	22
	16	27 leo	11	6	8	12	6	9	26	5	1	12	29 vir
	21	8	11	13	16	21 vir	15	13	22	12	1	21 vir	10
	26	18	13	23	26	0	23	13	16	18	3	4	21
September	1	26 vir	18	vir 1	vir 7	8	29 liber	10	18	25 vir	4	18	27 liber
	6	0	25 vir	9	14	18	2	7	22	3	13	26 liber	3
	11	3	3	18	23 liber	28 liber	4	5	28 vir	11	21	3	8
	16	8	11	27 liber	2	9	3	6	5	19	29 liber	10	11
	21	14	20	5	10	14	9 vir	9	13	27 liber	7	17	12
	26	20	29	13	18	18	28	14	21	6	15	23	11
October	1	27 libra	liber 8	21	25 scor	17	26	20	29 liber	19	23 scor	25	8
	6	5	16	29 scor	1	14	27 liber	27 liber	8	23 scor	0	26	4
	11	13	24 scor	6	5	11	1	5	17	1	6	25	1
	16	21 scor	2	12	6	9	6	13	26 scor	9	11	23	20
	21	0	9	17	5	10	12	21	5	16	14	21	5
	26	9	16	20	2	13	19	29	13	22	15	20	10

(1) Valor errado, e não corrigido por Rico y Sinobas. Talvez devesse estar de novo 28.

menses	anni sig. dies	13 scor o	14 scor o	15 scor o	16 scor o	17 libra o	18 libra o	19 scor o	20 scor o	21 scor o	22 scor o	23 libra o	24 libra o
Nouenbris	1	18	13	21	0 liber	17	27 scor	8	21	27 sagi	14	21	17
	6	26 sagi	29 sagi	20	29 scor	23	5	17	28 sagi	0	12	24	25 scor
	11	4	4	17	0	29 scor	13	26 sagi	5	1 scor	9	29 scor	3
	16	11	7	24 sagi	3	6	22 sagi	5	10	0	8	5	11
	21	18	8	13	8	14	1	13	15	27	9	11	20
	26	23	6	13	14	22	10	21	17	24	12	18	29 sagi
December	1	26	0 scor	15	21	sagi 1	18	28 capri	18	22	17	26 sagi	9
	6	27	28	20	28 sagi	10	26 capri	3	16	22	23 sagi	4	17
	11	25	29 sagi	36(2)	6	12	3	6	12	23	0	13	25 capri
	16	22	1	13	14	28 capri	10	7	8	17(3) sagi	8	22 cap	4
	21	18	3	11	23 capri	7	16	6	6	3	16	1	12
	26	16	8	16	2	16	21	2	7	10	25	10	19
Januarius	1	16	14	26 capri	11	24 aqua	24	sagi 28	10	18	capri 4	19	25 aqua
	6	17	21	6	19	2	25	25	15	26 capri	10	26 aqua	0
	11	20	29 capri	15	27 aqua	8	22	25	22 capri	4	23 aqua	5	3
	16	25 capri	6)1)	24 aqua	5	11	17	27 capri	0	14	2	12	4
	21	2	17	3	12	14	12	1	8	24 aqua	10	17	1 caprí
	26	10	27	12	18	12	10	7	17	3	18	21	26
Fbruarius	1	19	aqua 7	21	24	7	11	14	26 aqua	13	26 pis	22	21
	6	28	18	29 pis	28 pis	2 capri	15	22 aqua	6	22 pis	3	19	18
	11	8	25 pis	6	0 aqua	29	21	0	16	0	8	14	21
	16	18	3	12	27	29 aqua	29 aqua	8	25 pis	8	11	9	25 aqua
	21	28 pis	8	14	22	2	7	15	4	15	12	6	1
	26	8	18	18	17	5	15	25	13	21	9	7	8

(1) Rico y Sinobas leu: 8.
(2) Devia estar: 16; Rico y Sinobas, no entanto, corrigiu para: 26.
(3) Leia-se: 27. Rico y Sinobas aceitou o valor do original.

Menses	anni sign. dies	25 aqua o	26 aqua o	27 pis o	28 pis o	29 pis o	30 aqua o	31 aqua o	32 aqua o	33 pis o	34 pis o	35 pis o	36 pis o
Marcius	1	16	26 pis	14	26 ari	20	30	11	19	11	22 ari	26	6
	6	24 pis	4	22	3	18	21	18	29 pis	20	0	29	3 ari
	11	3	23	22(2) ari	8	13	24	26 pis	9	29 ari	8	0	0
	16	12	22 ari	6	10	8	28 pis	9	19	7	17	27	1
	21	21 ari	1	12	7	6	4	14	29 ari	15	20	23	4
	26	1	9	18	2	8	10	29	8	22	22	19	9
Aprilis	1	2(1)	17	22	pis 28	12	14	ari 8	17	28 tau	19	16	16
	6	21 tau	25 tau	24	25	17	27 ari	14	26 tau(3)	3	14	18	24 tau
	11	0	3	22	27 ari	24 ari	6	24 tau	4	7	9	22	3
	16	9	9	18	0	2	16	4	13	9	6	28 ari	10
	21	18	13	13	5	11	26 tau	13	19	6	6	5	19
	26	26	14	11	11	20	6	21	24	1	8	13	28
Madius		ge							ge(4)	ari			ge
	1	2	11	14	18	29 tau	15	28 ge	27	27	13	22 tau	7
	6	7	7	18	24 tau	8	20 ge	4	28	24	18	1	17
	11	9	3	23 tau	4	18	2	9	24	26	26 tau	10	27 can
	16	6	4	0	13	28 ge	9	12	20	29 tau	4	20 ge	6
	21	1 tau	6	7	22 ge	6	16	14	15	4	13	0	15
	26	29	11	15	1	15	22	12	13	10	23	10	22
Junius											ge		leo
	1	23	17	23 ge	10	24 can	27 can	7	14	17	1	19	6
	16	24	24 ge	2	19	2	1	2	19	25 ge	11	28 can	15
	11	27 ge	2	11	28 can	9	2	0	24 (5)	4	21 can	6	23 vir
	16	2	10	21 can	6	15	0 ge	1	1	13	0	14	1
	21	8	18	4	13	19	25	5	9	22 can	9	21	7
	26	15	27	9	20	20	20	11	18	1(6)	17	26	12

(1) Assim, também, nos *Libros del Saber;* mas devia ler-se 12.
(2) É também a leitura de Rico y Sinobas; mas devia estar, talvez, 29.
(3) Por lapso, o signo aqui indicado nos *Libros del Saber* é Cancer.
(4) A indicação do signo Gemini, repetida nos *Libros del Saber*, é erro do copista.
(5) Devia estar aqui indicado o signo Cancer, correcção que não foi notada por Rico y Sinobas.
(6) Rico y Sinobas leu: 0.

Menses	anni sign. dies	25 ge o	26 can o	27 can o	28 can o	29 can o	30 ge o	31 ge o	32 ge o	33 can o	34 can o	35 can o	36 vir o
Julius					leo								
	1	23	6	17	1	18	19	18	28	11	25	29	14
		can							can		leo		
	6	1	15	25	4	13	21	27	7	20	1	0	11
				leo				can				can	
	11	9	24	2	5	8	24	3	17	28	6	27	7
			leo				can			leo			
	16	18	2	9	3(1)	6	0	11	27	6	10	22	2
					can				leo				leo
	21	27	10	16	29	8	7	21	8	14	13	18	29
		leo						leo					
	26	5	17	22	25	11	14	0	17	20	15	15	29
Augustus													vir
	1	13	24	23	23	16	22	9	25	25	13	16	0
			vir				leo		vir				
	6	21	0	21	25	22	1	18	2	20	8	19	4
										vir			
	11	28	4	18	29	29	11	26	8	5	4	24	10
		vir			leo	leo		vir		leo			
	16	6	7	15	8	9	21	6	13	29	7	4	17
	21	12	5	13	16	18	29	15	17	26	8	14	20
							vir						
	26	18	2	18	25	29	11	23	20	22	14	24	23
September			leo		vir	vir						leo	
	1	22	29	22	4	10	21	28	18	23	22	3	27
							libra	libra			vir		libra
	6	21	27	27	13	19	2	1	15	27	0	12	4
				vir						vir			
	11	19	29	4	23	27	10	2	13	1	8	21	9
			vir		libra	libra						libra	
	16	17	2	12	2	5	15	1	12	7	16	0	12
								vir					
	21	16	7	20	11	13	18	29	13	14	26	8	13
				28							libra		
	26	18	13	libra	19	20	20	27	16	21	15	16	12
October	1	21	20	6	27	26	21	26	20	29	14	14(2)	10
					scor	scor				libra		scor	
	6	26	28	15	2	2	19	26	26	7	23	1	8
		libra	libra						libra				
	11	2	7	24	10	6	16	28	3	16	1	7	7
				scor				libra					
	16	9	17	3	15	8	15	2	11	25	9	12	8
										scor			
	21	17	27	11	19	7	14	7	19	4	16	15	11
			scor										
	26	25	6	19	19	5	15	13	28	13	22	16	16

(1) Nos *Libros del Saber* está, por lapso: 9.
(2) Adoptamos a leitura de Rico y Sinobas.

Menses	anni sign. dies	25 scor o	26 scor o	27 scor o	28 scor o	29 scor o	30 libra o	31 libra o	32 scor o	33 scor o	34 scor o	35 scor o	36 libra o
Nouember	1	3	15	26 sagi	22	1	18	21	7	21	28 sagi	15	22
	6	12	23 sagi	2	24	0	23	29 scor	16	29 sagi	2	13	28 scor
	11	21	1	7	23	1	29 scor	7	25 sagi	6	4	11	5
	16	29 sagi	8	10	20	4	6	16	3	11	2 scor	10	12
	21	7	14	7(6)	17	8	14	25 sagi	11	15	29	11	20
	26	15	19	10	16	14	22 sagi	4	19	18	26	14	28
Decenber	1	23 capri	23	7	17	21	1	13	26 capri	19	24	16	sag 7
	6	0	25	4	20	29 sagi	10	21	1	18	24	25 sagi	16
	11	6	23	2	25 sagi	7	20	29 capri	5	15	26	1	26 capri
	16	11	20	3(3)	1	15	29 capri	7	8	11	29 (5)	8	4
	21	14	16	6	8	23 capri	7	19	10	9	4	15	12
	26	15	14	10	16	2	15	20	7	10	10	23	19
Januarius	1	13	15	15	24 capri	11	23 aqua	22	2 sagi	13	17	capri 1	26 aqua
	6	9	17 capri(1)	20	3	20	0	23	28	18	25 capri	10	2
	11	4	21	28 capri	13	18 aqua	6	23	26	25 capri	4	20	7
	16	1	27	6	23 aqua	6	10	19	27 capri	2	13	29 aqua	9
	21	2	4	14	2	13	12	14	1	10	23 aqua	8	16
	26	9	14	23	11	20	12	11	7	18	3	16	1 capri
Febroarius	1	5	20	aqua 3	19	26 pis	10	11	14	27 aqua	13	24 pis	26
	6	14	29 aqua	13	27 pis	0	5	13	23 aqua	6	22 pis	1	22
	11	21	8	23 pis	4	2	1 capri	17	2	15	0	7	23
	16	29 aqua	18	2	10	0 aqua	29 aqua	23 aqua	11	24	8	12	26 aqua
	21	7	27 pis	10	15	16(4)	1	1	21 pis	4	15	14	1
	26	16	3	18	18	21	6	10	1	13	21	12	8

(1) Esta indicação manifestamente deslocada; devia ler-se três linhas abaixo.
(2) Lapso, repetido por Rico y Sinobas; devia estar: 17.
(3) Nos *Libros del Saber* lê-se, respectivamente, 13 e 16; é evidente o lapso.
(4) Assim no original e nos *Libros del Saber,* mas devia estar: 26.
(5) Falta a indicação do signo em que o planeta entra aqui: sagitário.
(6) Assim no original, mas o número está errado.

Menses	anni sig. dies	37 aqua o	38 aqua o	39 aqua o	40 pis o	41 pis o	42 pis o	43 aqua o	44 aqua o	45 aqua o	46 pis o
Marcius	1	11	16	28 pis	13	24 ari	26 ari(2)	22(5)	7(5)	22 pis	5
	6	16	24 pis	8	22 ari	2	23	19	14	1	15
	11	22	3	18	1	8	19	22	22 pis	10	25 ari
	16	29 pis	12	27 ari	10	12	14	25 pis	0	19	4
	21	7	22 ari	6	18	13	11	2	8	29 ari	13
	26	15	2	15	15(1)	10	12	10	17	8	21
Aprilis	1	24 ari	12	23 tau	tau 0	5	25(3)	18	26 ari	16	28 tau
	6	3	22 tau	1	2 ari	1 pis	20	16 ari	6	25 tau	4
	11	12	1	8	0	28	26 (4)	5	16	13	9
	16	22 tau	10	14	25	29 ari	3	14	25 tau	10	11
	21	1	18	19	20	2	11	23 tau	4	17	9
	26	10	25	21	17	7	19	3	12	23	5
Madius	1	18	ge 1	18	17	14	28 tau	12	20	28 ge	0 ari
	6	26 ge	6	14	19	22 tau	7	21	28 ge	6	26
	11	4	8	9	24 tau	0	17	29 ge	6	16	27
	16	10	8	6	1	8	27 ge	7	11	23	29 tau
	21	17	5 0	7	8	17	7	15	15	18	4
	26	22	tau	12	16	27	16	22	18	15	11
Junius	1	14	25	15	24 ge	ge 7	25 can	28 can	16	10	19
	6	21	22	22 ge	3	17	3	3	11	7	27 ge
	11	16	24	0	12	26 can	10	4	6	3	5
	16	11	29 ge	8	21 can	6	16	2 ge	3	3	14
	21	8	5	16	0	13	21	27	5	9	23 (6)
	26	9	13	25	9	21	23	22	10	17	2

(1) Rico y Sinobas emendou, e bem, para 25.
(2) A indicação do signo Aries está aqui por lapso.
(3) Valor errado; devia ler-se 15.
(4) O planeta entra no signo Aries, indicação que falta no original.
(5) Leitura de Rico y Sinobas.
(6) Falta no original a indicação do signo, que é Cancer, como se lê em Rico y Sinobas.

Menses	anni sig. dies	37 ge o	38 ge o	39 can o	40 can o	41 can o	42 can o	43 ge o	44 ge o	45 ge o	46 can o
Julius	1	12	21	4	18	28 leo	22	19	16	26 scor	11
	6	17	29 can	14	26 leo	4	20	20	23 can	5	19
	11	24 can	8	24 leo	4	9	15	23	1	15	27 leo
	16	2	17	3	11	11	11	29 can	9	25 leo	5
	21	10	26 leo	12	18	9	8	5	18	4	12
	26	19	5	20	23	5	9	13	27	12	19
Augustus	1	28 leo	13	28 vir	25	0 can	12	21	leo 6	20	25 vir
	6	7	21	5	25	27	16	29 leo	15	27 vir	0
	11	16	28 vir	10	23 vir	28 leo	24 leo	8	23 vir	3	3
	16	27 vir	5	13	19	6	6	20	3	9	2 leo
	21	4	11	12	16	13	16	29 vir	13	14	29
	26	12	18	9	15	21	28	10	23	18	26
September	1	17	25	6	18	29 vir	vir 9	22 libra	29 libra	17	24
	6	25 libr	26	4	23	7	17	0	4	15	25
	11	2	25	4	0	15	25 libra	7	7	13	28 vir
	16	9	22	6	8	23 libr	4	14	8	12	3
	21	25(1)	20	9	16	2	11	19	7	13	10
	26	21	19	14	24	11	8	21	5	16	18
October	1	26	20	21	libra 4	19	24 scor	22	3	21	26 libra
	6	29 (2)	23	29 libra	12	27 scor	0	21	2	27 libra	4
	11	0	28 liber	7	21	4	5	19	2	3	13
	16	29	5	15	29 scor	10	8	16	6	10	22 scor
	21	27	13	24 scor	7	16	9	14	17	18	1
	26	25	20	3	15	21	8	16	17	26	9

(1) Erro do original e de Rico y Sinobas; leia-se: 15.

(2) Falta a indicação do signo, que é Scorpius, como se lê nos *Libros del Saber*.

Menses	anni sig. dies	37 libr o	38 libr o	39 scor o	40 scor o	41 scor o	42 scor o	43 libr o	44 libr o	45 scor o	46 scor o
Nouember	1	24	28 scor	22	23 sagi	25	5	19	24 scor	5	17
	6	25	7	21 sagi	0	24	3	24 scor	1	14	25 sagi
	11	28 scor	16	0	6	24	1	0	9	24 sagi	2
	16	3	15 sagi	8	11	21	2	6	17	2	8
	21	9	3	16	14	18	5	13	25 sagi	10	14
	26	16	11	23	15	17	10	21	4	18	19
Decenber	1	23 sagi	19	28 capri	13	18	16	29 sagi	13	25 capri	22
	6	1	26 capri	1	9	21	23 sagi	8	22 capri	2	23
	11	9	3	2	6	26 sagi	1	17	0	8	22
	16	18	9	0 sag	4	2	9	26 capri	8	10	18
	21	27 capri	12	27	5	9	18	5	15	11	13
	26	6	17	23	8	16	27	13	21	9	11
Januarius	1	15	18	21	13	24 capri	capri 7	21	26	4	12
	6	13(1) aqua	15	21	19	2	17	29 aqua	28 aqua	0 sagi	15
	11	1	11	23	26 capri	11	26 aqua	5	0 capri	27	20
	16	9	6	28 capri	4	20 aqua	5	10	27	28 capri	27 capri
	21	16	3	4	13	0	14	13	22	1	5
	26	21	5	11	22	10	22	14	17	6	13
Febroarius	1	24	10	19	aqua 1	19	28 pis	11	14	13	22 aqua
	6	25	16	27 aqua	11	24 pis	3	6	16	21	1
	11	22	24 aqua	4	20	7	5	1 capri	21	29 aqua	11
	16	17	2	14	29 pis	15	5 aqua	28	28 aqua	7	21 pis
	21	12	10	27 pis	8	21	29	29 aqua	6	16	0
	26	14	19	3	15	23	27	2	14	25	9

(1) Valor errado no original e nos *Libros del Saber*. Leia-se: 23.

menses	anni sig. dies	1 ari o	2 pis o	3 capri o	4 ari o	5 aqua o	6 pis o	7 pis o	8 aqua o
Marcius	1	24	8	23	14	18	13	27 ari	2
	6	28 tau	14	27 aqua	20	25 pis	8	3	8
	11	4	20	1	26 tau	1	5	9	14
	16	8	28 ari	7	2	7	3	15	20
	21	13	3	12	8	13	2	22	26
	26	16	9	18	14	19	2	28 tau	pis 2
Aprilis	1	20	16	24	21	26 ari	2	6	9
	6	24	22	29(1) pis	26 ge	3	4	12	15(4)
	11	26	28 tau	6	2	9	7	17	21
	16	28	5	12	8	15	10	23	27 ari
	21	29	11	17	13	22 28	13	29 ge	3
	26	29	17	23	19	tau	17	6	10
Madius	1	28	22	29 ari	24	4	23	11	16
	6	27	29 ge	4	29 can	10	26 ari	17	22
	11	24	4	9	4	16	1	22	28 tau
	16	22	11	16	9	22	6	30 can(3)	4
	21	19	16 23	22 28	14	28(2) ge	11	6	10
	26	15	can	tau	19	4	16	11	17
Junius	1	13	1	5	24	11	22	18	23
	6	14	7	11	28 leo	18	27 tau	24	29 ge
	11	15	13	17	1	24 can	3	29 leo	6
	16	15	19	23	4	1	7	5	13
	21	17	25 leo	29 ge	6	7	14	10	18
	26	20	1	5	7	13	20	16	23

(1) Em Rico y Sinobas, por lapso, lê-se: 20.

(2) Idem: 26.

(3) Nos *Libros del Saber* está erradamente indicado o signo Taurus.

(4) Rico y Sinobas leu 16, mas é leitura errada.

TABULA UENERIS

Menses	anni sig. dies	1 can o	2 leo o	3 ge o	4 leo o	5 can o	6 tau o	7 leo o	8 ge o
Julius	1	24	7	11	7	19	25 ge	22	30 can
	6	27 ge	13	17	7	25 leo	2	27 vir	6
	11	1	19	23	6	1	8	2	12
	16	4	25 vir	30 can	3 can	7	13	7	18
	21	9	1	6	30	13	19	12	25 leo
	26	14	7	12	28	19	25	18	3
Augustus	1	29	14	19	24	26 vir	1 can	23	8
	6	25 can	20	25 leo	20	2	8	27 libra	14
	11	5	26 libra	1	18	9	14	1	20
	16	6	1	7	16	15	20	5	27 vir
	21	11	7	14	16	21	26 leo	8	3
	26	17	13	20	16	27	3	10	9
Septenber	1	23	21	28 vir	19	4 libra	9	12	17
	6	29 leo	26	4	25	11	15	14	23
	11	5	30 scor	10	29 leo	17	21	14	29 libra
	16	11	7	16	4	23	28 vir	13	5
	21	17	12	22 29	8	29 scor	4	11	11
	26	23	17	libra	13	5	11	9	17
October	1	29 vir	23	5	18	11	17	5	23
	6	5	28 sagi	11	23	17	23	2 vir	30 scor
	11	11	3	17	28 vir	23	29 libra	29	6
	16	17	7	24	4	29 sagi	5	28	12
	21	23	12	29(1) scor	9	5	12	27	19
	26	29	16	6	15	11	18	27	25

(1) Rico y Sinobas leu, por lapso, 20.

Menses	anni sig. dies	1 libra o	2 sagi o	3 sco o	4 vir o	5 sagi o	6 libra o	7 vir o	8 [sagi] (1) o
Nouember	1	7	20	13	22	18	25 scor	29 libra	2
	6	13	25	19	28 libra	24	2	2	9
	11	19	7	26 sagi	3	30 capri	8	5	15
	16	25 scor	29 scor	3	9	5	14	8	21
	21	1	1	9	25(4)	11	21	12	28 [capri](1)
	26	7	1	15	21	17	27	15	5
Decenber	1	13	1	22 scor	27	23	sagi 3	21	10
	6	20	1 sagi	28 capri	3	28 aqua	20(5)	26	16
	11	26 sagi	28	4	9	4	16	30 scor	22
	16	2	26	11	15	9	24	5	28 [aqua](1)
	21	8	25	17	22	14	29 capri	10	5
	26	15	23	23	27	19	5	16	11
Januarius	1	22	19	30 aqua	sagi 5	25	12	23	18
	6	28 capri	18	5	11	29 pis	19	29 sagi	24
	11	4	18	30	17	4	25 aqua	4	29 [pisces](l)
	16	11	18	20	24	8	1	10	6
	21	18	20	26 pis	30 capri	12	8	16	11
	26	24	25	2	6	14	14	21	7(6)
Febroarius	1	aqua 1	27 capri	9	13	18	22	27 capri	24
	6	8	1	16	20	19	28 pis	4	30 [ari] (1)
	11	14	5	22	26 aqua	19	4	10	6
	16	20	9	28 ari	2	19	11	16	11
	21	26 (2)	15	4	8	18	18	22	17
	26	3	19	10	15	15	23	28	22

(1) Todas estas indicações dos signos estão escritas no original à margem da tábua.

(2) Falta no manuscrito a indicação do signo, que é Piscis.

(3) Assim no original e nos *Libros del Saber;* leia-se 27.

(4) Lapso do manuscrito: devia estar escrito 15.

(5) Idem: 10.

(6) Idem: 17.

Fl. 33r *PRIMA TABULA MARTIS*

Menses	anni sig. dies	1 sco o	2 ari o	3 sag o	4 tau o	5 cap o	6 tau o	7 aqua o	8 ge o	9 aqua o	10 can o	11 pis o	12 leo o	13 pis o
Marcius	1	29 sagi	24	26	9	12	25	0	15	16	11	2	20	20
	6	2	27	27 capri	12	16	27 ge	4	16	20	12	6	18	23
	11	4	0 tau	1	15	19	0	8	18	24	12	10	15	26 ari
	16	7	4	4	18	22	3	11	20	27 pis	13	13	14	0
	21	9	7	7	21	26 aqua	6	15	22	1	14	16	14	4
	26	11	11	11	24	0	9	19	25	5	15	21	14	7
Aprilis	1	13	14	14	27 ge	4	12	23	28 can	9	17	25	14	11
	6	15	17	17	0	8	15	27 pis	0	13	18	29 ari	15	15
	11	17	21	20	4	15	18	1	3	17	20	3	16	18
	16	18	24	24	7	15	21	4	5	20	22	6	17	22
	21	19	27 ge	27 aqua	10	19	24	8	8	24	24	10	18	25
	26	20	0	0	13	23	27	12	11	28	26	14	19	29
Madius	1	21	3	4	16	27 pis	0 can	16	14	2 ari	29 leo	16	20	3 tau
	6	21	6	7	19	1	3	20	16	6	1	22	21	7
	11	21	10	10	23	4	6	24	19	10	4	25	22	10
	16	21	13	14	26	8	9	27 ari	22	13	7	29 tau	24	14
	21	20	16	17	29 can	11	12	1	24 27	17	10	2	26 28	17
	26	20	20	20	3	15	15	5	leo	21	13	6	vir	21
Junius	1	18	23	23	6	19	18	9	0	25	16	10	0	24
	6	17	26 can	25	9	22	21	12	3	28 tau	18	13	3	28 ge
	11	15	0	26	12	26	24	16	6	2	21	17	5	1
	16	13	3	28	16	19(1) ari	27 leo	19	9	5	24	20	8	4
	21	12	6	29 pis	19	3	0	23	12	9	26	24	10	8
	26	11	10	0	22	6	3	27	15	12	29	27	13	11

(1) Leia-se 29, correcção feita por Rico y Sinobas.

PRIMA TABULA MARTIS Fl. 33v

Menses	anni	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	sign.	sagi	can	pis	can	ari	leo	can	leo	tau	vir	gemi	vir	gemi
	dies	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o
Julius	1	11	13	1	25	9	6	0	18	16	2	1	16	14
	6	10	16	2	28	12	9	3	21	19	5	14	19	17
					leo									
	11	10	19	3	1	15	12	7	24	23	8	7	22	21
	16	10	23	3	4	18	15	10	27	26	11	11	26	24
									vir	ge				
	21	10	26	4	8	21	18	14	1	0	14	14	29	28
			29										libra	can
	26	11	leo	4	11	24	21	17	3	3	17	18	3	1
Augustus	1	11	2	4	14	27	25	20	7	6	20	21	6	4
	6	12	5	4	17	29	28	23	10	9	24	24	10	7
						tau	vir							
	11	14	8	4	20	1	2	26	14	12	28	28	13	10
											libra	can		
	16	15	12	3	23	3	5	29	18	15	2	3	17	13
								ge						
	21	16	15	2	27	5	8	2	24	20	8	6	22	17
				1	vir				28					
	26	20	19	aqua	3	7	12	5	libra	25	13	9	27	22
Septenber													scor	
	1	22	24	28	6	8	18	7	2	27	17	12	1	25
										can				
	6	25	27	27	9	8	21	10	5	0	21	15	4	28
			vir											leo
	11	29	0	26	13	9	25	13	9	3	24	18	8	1
		capri												
	16	2	3	25	16	9	28	15	12	5	27	21	11	4
							libra				scor			
	21	5	6	25	19	9	2	17	16	8	1	24	15	7
	26	9	9	25	23	9	5	19	19	10	4	27	18	10
October	1	12	12	25	26	8	9	20	23	12	7	29	22	13
												leo		
	6	15	15	26	29	7	12	21	26	15	11	2	26	16
					libra				scor				sagi	
	11	18	18	27	3	6	16	22	0	17	14	5	0	19
	16	22	22	28	6	5	19	23	3	19	18	8	4	22
				pis										
	21	25	25	0	10	3	23	24	7	21	22	10	8	25
	26	28	28	1	13	3	26	24	11	23	25	12	12	28

Fl. 34r *PRIMA TABULA MARTIS*

Menses	anni sign. dies	1 aqua o	2 libr o	3 pis o	4 libr o	5 tau o	6 scor o	7 gemi o	8 scor o	9 tau o	10 scor o	11 leo o	12 sag o	13 vir o
November	1	2	1	3	16	0 ari	0	24	14	24	29 sagi	14	16	0
	6	5	4	5	20	28	3	24	18	26	3	17	20	3
	11	8	7	7	23	27	7	23	22	28	7	19	24	5
	16	12	10	9	27 scor	26	10	22	25	29	10	21	27 capri	8
	21	15	14	12	1	25	14	21	29 sagi	29	14	23	1	10
	26	18	17	14	4	24	17	20	2	29	18	25	5	13
December	1	22	21	17	7	24	21	18	6	29	22	27	9	15
	6	25	24	19	10	24	25	16	10	28	25	29 vir	13	18
	11	28 pis	28 scor	22	14	25	29 sagi	14	14	28	29 capri	1	17	20
	16	2	1	25	17	26	2	12	17	27	3	2	21	23
	21	5	5	28 ari	21	27	6	10	21	27	6	3	25	25 28
	26	8	9	1	24	28	10	8	25	26	10	3	29	libra
Januarius	1	12	12	4	28 sagi	29 tau	14	7	29 capri	25	14	3	aqua 3	0
	6	15	16	6	3	1	16	6	3	24	18	3	7	2
	11	19	19	9	5	2	22	6	7	22	22	3	11	4
	16	22	22	12	9	4	26	6	10	20	25	3	14	5
	21	26 ari	26 29	15	12	6	29 capri	6	14	18	29 aqua	2	18	6
	26	0	sagi	18	16	8	3	7	18	16	3	1	22	7
Februarius	1	3	3	21	20	10	7	7	22	14	7	0 leo	26 pis	8
	6	7	6	24	24	13	11	8	26 aqua	13	11	29	0	8
	11	10	10	26 tau	27 capri	15	14	9	0	12	15	27	4	9
	16	13	13	0	1	16	16	10	4	11	19	26	8	9
	21	17	16	3	4	20	22	12	8	11	24	24	11	9
	26	20	20	6	8	23	27	13	12	11	28	22	15	9

SECUNDA TABULA MARTIS Fl. 34v

Menses	anni sign. dies	14 lib. o	15 ari o	16 scor o	17 ari o	18 sag o	19 tau o	20 cap[r] o	21 tau o	22 capri o	23 ge o	24 aqua o	25 ge o	26 aqua o
Marcius	1	8	4	18	18	13	3	7	19	21	6	8	28	25
	6	7	7	20	22	16	6	10	22	25	8	12	29 can	29 pis
	11	6	10	22	25	20	9	14	25	29 aqua	11	16	0	3
	16	5	14	23	29 tau	23	13	17	27 ge	3	13	20	2	7
	21	3	18	25	2	26	16	21	0	7	16	24	3	11
	26	1	21	26	5	29 capri	19	24	3	10	18	28 pis	5	15
Aprilis	1	vir 29	24	27	8	2	22	27 aqua	6	14	21	2	7	19
	6	27	27 can	27	12	5	25	1	9	18	24	6	9	23
	11	29	0	27	15	8	28 ge	4	12	22	27	10	11	27 ari
	16	24	5	27	18	11	2	8	15	26	29 can	14	13	1
	21	23	8	26	22	14	5	12	19	29 pis	2	18	16	6
	26	22	11	25	25	16	8	15	22	4	4	21	18	9
Madius	1	22	15	25	28 ge	19	12	19	25	8	7	25	21	12
	6	22	18	24	2	22	15	23	28 can	12	10	28 ari	23	16
	11	22	22	22	5	24	18	26 pis	1	16	13	3	26	20
	16	22	25	20	8	26	21	0	4	20	15	7	29 leo	23
	21	23	28 ge	18	12	29 aqua	24 27	3	7	23 27	18	10	2	27 tau
	26	24	2	17	15	1	can	7	10	ari	21	14	5	0
Junius	1	26	5	16	18	2	1	10	13	1	24	18	8	4
	6	27	9	15	22	3	4	13	16	4	27 leo	21	11	6
	11	28 libra	12	14	25	4	7	16	20	8	0	25	13	10
	16	0	15	14	28 can	4	10	19	22	12	3	29 tau	16	14
	21	3	19	14	2	4	13	22	25	16	7	2	19	17
	26	4	22	14	5	3	17	25	28	19	10	6	22	21

Menses	anni sign. dies	14 lib. o	15 ge o	16 scor o	17 can o	18 aqua o	19 can o	20 pis o	21 leo o	22 ari o	23 leo o	24 tau o	25 leo o	26 tau o
Julius	1	7	25	15	8	2	20	28 ari	1	22	13	9	26	24
	6	9	29 can	15	11	1	23	1	5	26	16	13	28 vir	24(1) ge
	11	12	2	16	14	0 capri	26	4	8	29 tau	19	16	2	0
	16	15	5	17	18	29	29 leo	7	11	2	22	19	5	3
	21	18	9	18	21	28	3	10	14	5	26	23	8	7
	26	21	12	20	24	27	6	12	18	8	29	26	12	10
Augustus	1	24	15	22	27 leo	26	9	14	21	10	vir 2	29 ge	15	13
	6	28 scor	19	25	1	25	12	16	24	13	5	2	18	16
	11	2	22	27	4	24	15	17	27 vir	16	8	5	21	21
	16	5	25	29 scor	8	24	19	18	2	20	12	8	25	23
	21	10	28 leo	4	13	24	24	19	6	23	16	12	27 libra	26
	26	15	4	8	17	25	28	19	9	26	21	16	3	29
September	1	19	8	11	20	26	vir 1	19	12	29 ge	25	20	8	can 5
	6	23	11	14	23	27	4	19	16	0	28 libra	23	11	8
	11	26 sagi	14	18	26 vir	28	8	19	19	1	2	26	15	11
	16	0	17	21	0	29 aqua	11	18	22	3	5	28 can	18	14
	21	3	20	24	3	1	14	17	26	4	9	1	22	17
	26	7	23	28 capri	6	3	18	16	29 libra	5	12	3	26	19
October	1	10	26	1	9	5	22	18	2	5	16	5	29 scor	22
	6	14	29 vir	5	12	7	25	12	6	6	19	7	3	24
	11	18	3	8	15	9	29 libra	10	9	6	23	8	6	27
	16	21	5	12	18	11	2	9	13	6	26 scor	10	10	29 leo
	21	24	8	15	22	13	5	8	17	5	0	11	13	1
	26	28	11	19	25	16	9	7	20	4	4	12	17	4

(1) Assim no original e em Rico y Sinobas, mas devia estar 28.

SECUNDA TABULA MARTIS Fl. 35v

Menses	anni sign. dies	14 sag(1) o	15 vir o	16 capri o	17 vir o	18 aqua o	19 libra o	20 ari o	21 libra o	22 ge o	23 sco o	24 can o	25 sco o	26 leo o
Nouember	1	4	14	22	28 libra	19	12	7	23	3	7	13	21	6
	6	6	17	26	1	22	15	6	26 scor	2	11	14	25	8
	11	10	20	29 aqua	4	25	19	6	0	1	15	15	28 sagi	10
	16	13	23	3	8	28 pis	22	6	4	0 tau	19	15	1	11
	21	17	26	6	11	1	25	7	7	27	23	16	5	13
	26	21	29 libra	10	14	4	29	8	11	24	26	16	9	15
December	1	25	2	14	17	7	scor 2	9	14	22	29 sagi	16	13	16
	6	29 aqua	5	18	20	10	6	10	18	21	3	15	17	17
	11	3	8	22	23	13	9	12	22	19	7	14	21	18
	16	6	11	25	27 scor	16	13	14	26	18	10	12	25	19
	21	10	14	29 pis	0	19	16	16	29 sagi	18	14	10	29 capri	19
	26	14	16	3	3	22	20	17	3	18	18	7	3	19
Juanuarius	1	18	19	7	6	25	23	19	7	18	21	5	7	19
	6	22	22	10	9	28 ari	27 sagi	20	10	19	25	3	11	18
	11	26	24	14	13	1	0	22	14	19	29 capri	1 ge	15	17
	16	29 pis	27 scor	17	16	4	4	24	18	20	2	29	19	16
	21	3	0	21	20	7	7	26	21	21	6	27	23	15
	26	7	2	24	23	10	11	29	25	22	10	26	27	14
Febroarius	1	11	5	27 ari	26	13	15	tau 2	29 capri	24	14	25	aqua 1	12
	6	15	7	1	29 sagi	17	18	5	2	26	18	25	5	10
	11	18	10	4	2	20	22	7	6	28 ge	22	25	9	8
	16	22	12	7	5	23	26	10	9	0	26 aqua	25	13	6
	21	25	14	11	8	26 tau	29 capri	13	13	2	0	26	17	4
	26	29	16	15	11	0	3	16	16	4	4	27	21	2

(1) No original e nos *Libros del Saber* está errada esta indicação do signo, que devia ser Capricornio.

Menses	anni	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39
	sign.	leo	pis	vir	pis	sco	ari	sag	ari	sag	tau	capri	tau	aqua
	dies	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o
Marcius	1	0	10	16	27	1	11	2	26	26	11	14	29	2
		can			(2)								ge	
	6	19(1)	14	14	0	2	15	4	29	29	14	17	0	6
									tau	capri				
	11	19(1)	18	11	4	2	18	7	2	2	17	22	3	10
	16	19(1)	21	9	8	2	22	9	6	6	20	27	5	14
												aqua		
	21	19(1)	25	7	12	1	26	12	9	9	23	0	8	18
	26	19(1)	29	6	16	0	29	14	12	13	26	3	10	22
Aprilis		leo	ari			libra	tau							
	1	0	3	5	19	29	3	16	16	16	29	7	13	25
											ge			
	6	1	6	4	23	28	6	18	19	19	2	11	16	29
														pis
	11	2	10	2	26	26	10	21	22	23	5	15	19	3
					tau									
	16	4	14	2	0	14(3)	13	23	26	26	9	18	22	7
	21	6	18	2	3	13(4)	27(5)	25	29	29	13	22	26	11
									ge	aqua				
	26	8	21	2	7	21	20	27	2	3	15	26	28	15
Madius													can	
	1	10	25	3	10	20	23	28	5	6	18	29	1	19
												pis		
	6	12	29	4	14	18	27	29	9	9	21	3	4	22
			tau				gemi	capri						
	11	14	1	5	17	17	0	0	12	12	25	6	7	26
														ari
	16	16	5	6	21	16	4	0	15	16	27	13	10	0
											can			
	21	19	8	8	24	15	7	0	18	19	0	13	13	3
					27			0						
	26	21	12	10	ge	15	10	sagi	22	22	4	17	16	7
Junius	1	23	15	12	1	15	14	29	25	25	7	21	19	11
	6	26	18	14	4	15	17	28	28	28	11	24	22	14
									can	pis				
	11	29	22	16	8	16	20	27	1	1	14	27	26	18
		vir										ari		
	16	1	26	19	11	17	24	26	4	4	17	1	28	21
			ge										leo	
	21	4	0	21	14	18	27	24	8	6	21	4	1	25
							can							
	26	6	4	24	18	19	0	23	11	8	24	8	4	28

(1) Valor errado; deve ser: 29. Rico y Sinobas corrigiu este erro.

(2) Falta a indicação do signo no manuscrito e nos *Libros del Saber:* Marte deveria encontrar-se no dia 6 de Março em 0º de Aries.

(3) Valor errado; deve ser: 24.

(4) Idem; leia-se: 23.

(5) Idem; leia-se: 17. (Esta correcção foi feita por Rico y Sinobas; mas não o foram as duas anteriores).

TERTIA TABULA MARTIS

Menses	anni sign. dies	27 vir o	28 gemi o	29 vir o	30 ge o	31 libra o	32 can o	33 sag o	34 can o	35 pis o	36 can o	37 ari o	38 leo o	39 tau o
Julius	1	9	7	26 libra	21	22	3	21	14	11	27 leo	11	7	2
	6	12	11	0	25	24	7	20	17	13	0	14	10	5
	11	15	15	3	27 can	26	10	19	21	15	3	18	13	8
	16	18	18	6	2	29 scor	13	18	24	16	6	21	16	12
	21	22	21	9	5	1	16	18	27 leo	17	10	24	20	15
	26	25	24	13	9	4	19	18	0	17	13	27	23	18
Augustus	1	28 libra	28 can	16	12	7	23	19	4	17	17	tau 0	26 vir	21
	6	2	1	20	15	10	26	20	7	17	20	2	0	24
	11	5	4	23	18	13	29 leo	21	10	17	23	5	3	27 gemi
	16	9	8	27 scor	21	16	3	23	14	16	26	7	7	1
	21	14	12	2	24	21	7	25	17	14	29 vir	10	12	5
	26	19	16	7	27	25	11	28	20	12	4	13	17	9
September	1	23	19	11	leo 3	29 sagi	14	capri 0	24	11	9	15	21	11
	6	26	22	14	6	2	17	2	29 vir	9	13	16	24	14
	11	29 scor	25	18	9	6	20	5	2	8	16	17	27 libra	16
	16	3	28 leo	21	12	9	24	8	6	7	19	18	1	18
	21	6	1	25 28	15	13	27 vir	10	9	6	22	19	4	20
	26	10	3	sagi	18	16	0	13	12	6	26	19	8	22
October	1	13	7	2	21	19	3	16	16	6	29 libra	19	11	24
	6	17	9	6	23	23	6	19	19	6	2	18	15	26
	11	21	12	10	26	27 capri	9	22	22	7	6	17	18	28 can
	16	25	15	13	29 vir	1	13	25	26	7	9	16	22	0
	21	29 sagi	18	16	2	4	16	28 aqua	29 libra	8	13	15	25	1
	26	3	20	21	4	8	19	1	2	9	16	13	29	2

Fl. 37v *TERCIA TABULA MARTIS*

Menses	anni sign. dies	27 sag o	28 leo o	29 sag o	30 vir o	31 capri o	32 vir o	33 aqua o	34 libra o	35 pis o	36 libra o	37 tau o	38 sco o	39 can o
Nouember	1	7	23	26	7	12	22	4	5	10	19	11	2	2
	6	11	25	29 capri	10	16	25	7	9	12	22	9	6	1
	11	15	28 vir	3	13	20	28 libra	10	12	13	25	7	9	1
	16	19	0	6	16	23	1	14	16	15	29 scor	6	13	0 ge
	21	23	2	10	19	27 aqua	4	17	19	16	2	5	6	29
	26	27	5	14	22	1	7	20	22	18	6	4	20	27
December		capri												
	1	1	6	18	25	4	10	24	25	20	9	3	23	25
	6	5	9	22	28 libra	8	13	27 pis	29 scor	23	13	2	27 sagi	23
	11	9	11	26	0	12	16	1	2	26	16	2	0	21
	16	13	13	29 aqua	3	15	19	4	5	28 ari	19	2	4	19
	21	16	15	3	5	19	22	8	8	1	23	3	7	17
	26	20	17	7	8	23	25	11	13	4	26	3	11	16
Januarius											sag			
	1	24	28	11	10	27 pis	28 scor	15	15	6	0	4	15	15
	6	26 aqua	19	15	12	1	1	18	19	9	3	5	19	14
	11	2	20	19	14	5	4	21	22	12	7	6	22	14
	16	6	21	23	16	8	7	26	26	15	10	8	26 capri	12
	21	9	22	26 pis	19	12	10	28 ari	29 sagi	17	14	10	0	13
	26	13	22	0	21	16	13	1	2	20	17	12	4	13
Februarius	1	17	22	4	23	19	16	5	6	23	21	14	9	13
	6	21	22	8	25	23	18	9	9	26	25	16	12	14
	11	24	21	12	27	27 ari	21	12	12	29 tau	29 capri	18	16	15
	16	28 pis	20	15	28	0	24	15	16	2	3	21	20	16
	21	2	19	19	29 scor	4	27	19	19	5	6	23	26	17
	26	6	18	23	0	8	29	22	22	8	10	26	28	18

QUARTA TABULA MARTIS Fl. 37v

Menses	anni sign. dies	40 ge o	41 aqua o	42 can o	43 pis o	44 leo o	45 pis o	46 libra o	47 ari o	48 scor o	49 ari o	50 sag o	51 tau o	52 capri o
Marcius	1	20	19	16	4	24	20	15	5	21	22	19	6	7
	6	21	23	17	8	23	24	14	9	23	23	22	9	10
	11	23	27 pis	17	12	21	28 ari	13	12	25	26 tau	25	12	14
	16	25	1	18	16	20	2	12	16	27	0	28 capri	15	18
	21	27	5	19	20	19	6	11	20	29 sagi	4	1	18	21
	26	29 can	9	20	24	19	9	9	23	1	7	3	21	25
Aprilis	1	1	13	21	27 ari	19	13	7	27 tau	3	10	7	24	29 aqua
	6	3	16	23	1	19	16	6	1	4	13	10	27 ge	2
	11	6	20	24	5	19	20	3	4	5	16	13	0	7
	16	9	24	26	9	20	24	2	8	6	19	16	4	11
	21	11	28 ari	28 leo	12	21	27 tau	1	11	6	22	19	7	14
	26	13	2	0	16	22	1	0	15	6	25	22	10	18
Madius	1	16	5	2	19	23	4	vir 29	18	5	29 gemi	25	13	21
	6	18	9	4	23	24	7	29	21	4	2	28 aqua	16	25
	11	20	12	7	26 tau	26	11	29	23	3	5	1	19	28 pis
	16	23	16	9	0	28 vir	14	29 libra	27 ge	1 scor	9	4	22	2
	21	25	19	11	3	0	18	0	1	29	12	7	26	6
	26	27	23	13	7	2	21	1	3	27	15	10	29	9
Junius	1	leo 0	27 tau	16	11	4	25	2	7	25	19	12	tau 2	12
	6	3	0	18	14	6	28 ge	3	10	24	22	23	5	16
	11	7	3	21	18	9	1	4	13	23	25	14	8	19
	16	9	7	24	21	11	5	5	16	22	29 can	16	12	23
	21	12	11	27 vir	25	13	8	7	20	21	2	17	15	26 ari
	26	15	14	0	28	16	11	9	23	21	6	18	18	0

Fl. 38r *QUARTA TABULA MARTIS*

Menses	anni sign. dies	40 leo o	41 can o	42 vir o	43 ge o	44 vir o	45 ge o	46 libra o	47 ge o	48 sco o	49 can o	50 aqua o	51 can o	52 ari o
Julius	1	18	18	3	2	19	15	11	27 can	21	9	19	21	3
	6	21	21	6	5	22	18	14	0	22	12	19	24	6
	11	24	25	9	9	25	21	17	3	23	15	19	28 leo	9
	16	27 vir	28 ge	13	12	28 libra	24	20	6	24	19	18	1	12
	21	0	2	16	15	2	27 can	23	9	25	22	17	4	15
	26	3	5	19	19	5	0	25	12	27	25	17	8	18
Augustus	1	7	8	23	22	8	4	28 scor	16	28 sagi	29 leo	15	11	20
	6	11	12	27 libra	25	11	7	1	19	0	2	13	14	22
	11	15	15	2	28 can	15	10	4	22	2	5	12	17	23
	16	18	19	7	3	20	14	9	27 leo	5	10	11	22	24
	21	24	24	10	7	25	18	13	1	8	14	10	26 vir	25
	26	29 libra	28 can	14	11	29 scor	22	17	5	11	19	8	0	26
September	1	3	1	17	14	3	25	21	9	14	22	8	3	27
	6	7	4	21	27	6	28 leo	25	12	[17]	25	8	6	27
	11	10	6	24	20	10	0	28 sagi	15	20	28 vir	8	9	27
	16	14	9	28 scor	23	14	4	2	18	23	1	9	13	26
	21	16	12	1	26 29	18	7	5	21	26 29	4	10	16	25
	26	21	14	5	leo	21	10	9	25	leo	8	10	19	23
October	1	24	17	9	2	25	13	12	28 vir	3	11	12	23	21
	6	28 scor	19	12	4	29 sagi	16	16	1	6	14	13	26	19
	11	1	21	16	7	3	19	20	4	10	18	15	29 libra	17
	16	5	24	20	10	6	22	24	7	13	21	17	3	16
	21	8	26	23	13	10	24	27 capri	10	17	20	19	6	14
	26	12	28	27	15	14	27	1	13	21	28	22	9	13

QUARTA TABULA MARTIS Fl. 38v

Menses	anni sign. dies	40 scor o	41 leo o	42 sag o	43 leo o	44 sag o	45 vir o	46 capri o	47 vir o	48 capri o	49 libra o	50 aqua o	51 libra o	52 ari o
Nouember	1	16	0	1	17	17	0	5	16	25	1	24	13	12
	6	19	3	4	19	21	3	9	19	28 aqua	4	6	16	11
	11	23	3	8	22	25	6	13	22	2	7	28 pis	19	10
	16	27 sagi	4	12	24	29 capri	9	17	24	6	11	1	23	10
	21	1	5	16	26	2	12	21	27 libra	9	14	4	26	0
	26	5	5	20	28	7	14	25	0	13	17	7	29	11
Decenber	1	8	6	23	29 vir	10	17	28 aqua	3	17	20	11	scor 3	12
	6	12	6	27 capri	1	14	20	2	7	20	23	13	6	13
	11	16	6	1	3	18	22	6	9	24	27 scor	16	10	15
	16	20	6	5	4	21	24	10	12	28 pis	0	19	14	16
	21	24	5	9	5	25	27	14	15	1	3	22	17	18
	26	28 capri	4	13	6	29 aqua	libra 0	17	18	4	6	25	21	20
Januarius	1	2	2	17	7	3	2	21	21	8	9	28 ari	25	22
	6	5	0 can	21	7	7	4	25 pis	24	11	13	1	28 sag	24
	11	9	28	25	8	11	6	2	27	15	16	4	2	26
	16	13	26	29 aqua	8	15	8	3	29 scor	18	19	7	5	29 tau
	21	17	24	3	8	19	10	6	2	22	22	10	9	1
	26	21	22	7	8	23	11	9	5	25	25	13	12	3
Februarius	1	25	20	11	7	26 pis	12	13	7	29 ari	28 sagi	17	17	6
	6	29 aqua	19	15	5	0	13	17	9	2	2	20	19	8
	11	3	18	19	3	4	14	20	12	6	5	23	23	10
	16	7	16	22	1 leo	8	14	24	14	9	8	26	26 capri	13
	21	11	16	26 pis	29	12	15	28 ari	16	13	12	29 tau	0	14
	26	15	16	0	27	16	16	1	19	16	16	3	3	17

Fl. 59r *QUINTA TABULA MARTIS*

Menses	anni sign. dies	53 tau o	54 capri o	55 gemi o	56 aqua o	57 quan(1) o	58 aqua o	59 leo o	60 pis o	61 vir o	62 pis o	63 scor o	64 ari o	65 sag o
Marcius	1	21	26 aqua	10	13	3	29 pis	8	17	27	29 ari	10	14	7
	6	23	0	12	17	4	3	7	19	26	2	12	18	10
	11	26	4	14	21	5	7	6	23	24	6	13	21	13
	16	29 gemi	7	17	24	6	10	6	27 ari	22	9	13	25	16
	21	2	11	19	27 scor	8	14	6	1	20	13	14	28 tau	19
	26	5	15	23	2	9	18	6	5	18	17	14	2	22
Aprilis	1	8	19	24	6	11	22	7	8	16	20	14	5	24
	6	11	23	26	10	13	26 ari	7	12	14	23	13	9	27 capri
	11	14	27 pis	29 can	14	15	0	8	16	13	27 tau	13	12	0
	16	17	0	2	17	17	3	9	19	12	0	12	16	2
	21	20	4	5	21	20	7	10	23	12	4	11	19	4
	26	23	8	8	25	22	11	12	26 tau	12	7	10	23	6
Madius	1	26	12	11	29 ari	25	25	14	0	12	11	8	26	8
	6	29 can	16	13	3	27 leo	29	16	4	13	14	6	29 ge	10
	11	2	20	15	6	0	22	18	7	14	17	3	2	11
	16	5	23	18	10	2	26 tau	20	11	15	21	2	5	13
	21	9	27 ari	21	14	5	0	22	14	16	24 27 ge	1 0 libra	9	14
	26	12	1	24	17	7	3	25	18	17			12	14
Junius	1	15	5	27	21	10	7	27 vir	21	19	1	29	15	15
	6	18	9	29 leo	24	13	11	0	25	21	4	28	18	15
	11	21	12	2	28 tau	16	14	2	28 ge	23	7	28	22	15
	16	25	16	5	1	19	18	5	2	25	11	28	25	15
	21	28 leo	20	8	5	22	21	8	5	27	14	29 (2)	28 can	14
	26	1	23	11	8	25	25	11	8	29	17	0	2	13

(1) Leia-se: Cancer.

(2) Falta no ms. a indicação do signo: Scorpius. Nos *Libros del Saber* não se fez esta correcção.

QUINTA TABULA MARTIS Fl. 39v

Menses	anni	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65
	sign.	leo	ari	leo	tau	leo	tau	vir	ge	libra	gemi	scor	can	capri
	dies	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o
Julius	1	5	26	14	12	28 vir	28 ge	14	11	2	21	1	5	12
	6	8	29 tau	17	15	1	2	17	14	4	24	2	8	10
	11	11	3	20	19	4	5	20	17	7	27 can	3	12	8
	16	14	6	23	22	7	9	23	21	10	1	4	15	7
	21	17	9	27 vir	26 29	10	11	26 29	24 28	13	4	6	18	6
	26	20	10	0	ge	13	14	libra	can	16	8	8	22	4
Augustus	1	23	15	4	2	17	17	2	0	19	11	11	25	4
	6	27 vir	18	7	5	20	20	5	4	22	14	14	28 leo	4
	11	0	21	12	9	24	23	8	7	26 scor	18	17	1	4
	16	4	25	15	11	28 libra	26 can	12	11	1	22	21	5	5
	21	8	28 ge	19	16	3	1	16	15	6	25 29	26 sagi	9	6
	26	12	2	24	21	8	6	22	9	10	leo	0	13	8
September	1	15	4	27 libra	23	11	9	26	22	13	4	4	16	9
	6	18	6	0	26	15	12	29 scor	25	17	7	7	19	11
	11	21	8	4	29 can	18	15	3	28 leo	20	10	11	23	13
	16	25	10	7	1	22	18	6	1	24	13	14	26	15
	21	28 libra	11	11	4	26 29	21	10	4	28 sagi	17	18	29 vir	18
	26	1	12	14	6	scor	24	14	7	1	20	21	2	20
October	1	5	13	18	8	3	26	18	9	5	23	25	6	23
	6	8	14	20	10	7	28 leo	22	12	9	26	29 capri	8	26
	11	12	15	25	12	11	1	26 sagi	15	13	29 vir	2	12	29 aqua
	16	15	15	28 scor	14	14	3	0	18	17	12	6	15	2
	21	19	15	2	16	18	5	4	20	20	5	9	18	5
	26	22	15	6	18	22	7	8	23	24	8	13	21	8

Fl. 40r *QUINTA TABULA MARTIS*

Menses	anni sign. dies	53 libra o	54 ge o	55 sco o	56 can o	57 sco o	58 leo o	59 sag o	60 leo o	61 sag o	62 vir o	63 capri o	64 vir o	65 aqua o
Nouenber	1	27	14	10	19	26	10	12	26	28 capri	11	17	14	11
	6	29 scor	13	13	10	29 sagi	11	16	28 vir	2	14	20	27 libra	14
	11	3	12	17	21	3	14	20	1	6	17	24	1	17
	16	7	11	21	22	7	16	24	3	9	20	27 aqua	4	21
	21	10	10	25	22	10	18	28 capri	6	13	23	1	7	24
	26	14	9	29	22	14	21	2	9	17	25	5	10	27 pis
Decenber	1	18	7	sagi 3	22	18	21	6	11	21	28 libra	9	13	0
	6	21	5	7	21	22	23	10	13	25	1	12	16	3
	11	25	3	10	20	26	24	14	16	29 aqua	4	16	20	6
	16	29 sagi	1	14	19	29	25	18	18	2	7	20	23	10
	21	2	0 tau	18	18	3	26	22	20	6	10	23 27	26 29	13
	26	6	28	22	16	7	26	26	22	10	12	pis	scor	16
Januarius	1	10	27	26 capri	14	11	26	29 aqua	24	14	15	1	2	20
	6	14	26	0	12	15	26	3	26	18	17	4	5	23
	11	17	26	3	10	19	25	7	27	22	20	8	8	26 ari
	16	21	27	7	9	23	24	11	28	25	22	12	11	0
	21	25	27	11	6	27 aqua	23	15	29	29 pis	25	15	14	3
	26	29	28	15	5	1	21	18	29	3	27	19	17	6
Febroarius	1	ca 3	29 ge	19	4	5	19	22	libra 0	7	29 scor	23	20	9
	6	7	1	23	3	9	17	26 pis	1	11	1	26 ari	23	12
	11	11	2	27 aqua	2	13	15	0	1	14	3	0	26	16
	16	14	4	1	2	17	13	4	1 vir	18	5	4	29 sagi	19
	21	18	6	5	2	21	11	8	29	22	7	7	2	23
	26	22	8	9	2	25	9	12	28	26	9	11	5	26

SEXTA TABULA MARTIS Fl. 40v

Menses	anni sign. dies	66 ari o	67 capri o	68 tau o	69 capri o	70 ge o	71 aqua o	72 ge o	73 aqua o	74 can o	75 pis o	76 vir o	77 pis o	78 libra o	79 ari o
Marcius	1	29 tau	0	15	19	3	6	23	22	24	8	5	23	26	9
	6	2	3	18	23	5	10	25	26 pis	23	12	3	27 ari	26	12
	11	6	7	21	26 aqua	8	14	27	0	23	16	2	1	26	16
	16	9	10	14(1)	0	10	17	29 can	4	23	19	1	4	25	19
	21	12	14	27 ge	4	11	21	1	8	24	23	0 leo	8	24	23
	26	16	17	0	8	15	25	3	12	25	27	29	12	23	26
Aprilis	1	19	21	3	12	18	29 pis	5	16	26	ari 1	28	16	22	tau 0
	6	22	24	6	16	20	3	8	20	27	5	27	20	21	3
	11	25	28 aqua	9	19	23	7	10	24	29 leo	9	26	23	19	7
	16	29 ge	1	13	23	26	10	12	27 ari	0	12	26	27 tau	17	10
	21	2	5	16	27 pis	28 can	14	15	1	2	16	26	0	15	14
	26	5	8	19	0	1	18	17	5	4	20	27	4	13	17
Madius	1	8	12	22	4	4	22	20	9	6	24	29 vir	7	12	21
	6	11	15	25	8	7	25	22	12	8	27 tau	0	11	12	23
	11	14	18	28 can	11	10	29 ari	25	16	11	1	2	14	11	26 ge
	16	18	22	1	15	13	3	28 leo	20	13	5	3	17	11	0
	21	21	25	4	19	16	7	1	23	16	8	5	21	11	3
	26	24	28	7	22	19	10	4	27	28	11	7	24	11	7
Junius	1	27 can	vir 2	10	26 ari	22	14	7	tau 1	21	15	9	27 ge	12	10
	6	0	5	13	0	25	17	9	4	23	18	11	1	12	14
	11	3	8	16	3	28 leo	21	12	8	26	22	13	4	12	17
	16	6	12	20	7	1	25	15	11	29 vir	25	16	7	13	20
	20	10	15	23	11	4	28 tau	18	15	2	29 ge	19	11	15	24
	26	13	18	26	14	7	2	21	18	5	2	22	14	16	26

(1) Valor errado; leia-se: 24. Nos *Libros del Saber* está feita a emenda.

Fl. 41r *SEXTA TABULA MARTIS*

Menses	anni sign. dies	66 can o	67 pis o	68 can o	69 ari o	70 leo o	71 tau o	72 leo o	73 tau o	74 vir o	75 ge o	76 vir o	77 ge o	78 lib o	79 can o
Julius	1	16	21	29 leo	18	11	6	24	22	8	6	25	17	18	0
	6	19	23	2	21	14	9	28 vir	25	11	9	28 libra	21	20	4
	11	22	25	5	24	17	13	1	29 ge	14	13	1	24	22	7
	16	26	27	9	27 tau	20	16	4	2	17	14	4	28 can	25	10
	21	29 leo	29 ari	12	0	23	20	8	5	20	19	7	1	28 scor	14
	26	2	1	15	3	26 vir	23	11	8	23	22	10	4	0	17
Augustus	1	5	2	18	6	0	26	14	12	27 libra	25	13	7	3	20
	6	9	3	21	9	3	29 ge	17	15	0	28 can	16	11	6	23
	11	12	3	24	12	6	3	20	18	3	2	19	14	10	26 leo
	16	16	3	29 vir	15	10	8	25	23	0	7	23	18	14	1
	21	20	3	3	18	14	11	28 libra	28 can	13	11	28 scor	23	19	6
	26	25	2	7	21	19	14	3	1	17	14	2	27	23	9
Septenbro	1	29 vir	2 pis	10	23	23	16	7	4	21	17	6	leo 0	26	12
	6	2	0	13	25	26 libra	19	10	7	24	20	10	3	29 sagi	15
	11	5	29	16	26	0	21	14	9	28 scor	23	13	6	3	18
	16	8	27	20	27	3	24	17	11	1	26	17	9	6	21
	21	12	25	23	28	7	26	21	14	5	29	21	12	10	24
	26	15	24	26 libra	28	10	28 can	24	17	8	leo 2	24	15	13	27
October	1	18	23	0	28	14	0	28 scor	19	12	5	28 sagi	18	17	vir 0
	6	21	22	3	28	17	2	2	22	16	8	2	21	20	3
	11	24	22	7	28	21	3	5	25	20	11	6	24	24	6
	16	28 libra	21	10	27	25	5	9	27	23	13	9	27 vir	27 capri	10
	21	1	21	14	26	28 scor	6	13	29 leo	27 sagi	16	13	0	1	13
	26	4	21	17	25	1	7	16	1	1	19	17	3	5	16

SEXTA TABULA MARTIS Fl. 41v

Menses	anni sign. dies	66 libra o	67 pis o	68 libra o	69 can o	70 sco o	71 can o	72 scor o	73 leo o	74 sag o	75 leo o	76 sag o	77 vir o	78 capri o	79 vir o
Nouenber	1	8	21	21	24	5	7	20	3	5	21	21	6	9	19
	6	11	22	24	23	8	8	24	5	9	24	25	9	13	22
	11	14	23	28 scor	21	12	8	27 sagi	6	13	26	29 capri	12	16	21
	16	18	24	1	29(1)	16	8	1	8	17	28 vir	3	14	21	29 libra
	21	21	26	5	18	19	7	5	9	20	0	6	17	24	2
	26	24	27	9	16	23	6	9	10	24	2	10	20	28 aqua	5
Decenber	1	28 scor	29 ari	12	15	27 sagi	5	12	11	capri 0	4	14	22	2	8
	6	1	1	16	14	1	4	16	12	2	6	18	25	6	11
	11	5	3	19	13	4	3	20	13	6	8	22	27 libra	10	14
	16	8	5	23	13	8	2	23	13	9	10	25	0	13	17
	21	12	7	27 ge(2)	13	12	0 ge	27 capri	13	13	11	29 aqua	2	17	20
	26	15	10	0	13	16	28	1	13	17	12	3	5	21	23
Januarius	1	19	12	4	14	20	26	5	12	21	13	7	7	25	26
	6	22	14	8	14	24	24	9	11	25	14	11	9	20(3) pis	29 scor
	11	26	17	11	15	28 capri	22	13	10	29 aqua	15	15	11	3	2
	16	29 sagi	19	15	16	1	21	17	8	3	15	18	13	6	5
	21	3	22	19	18	5	20	21	6	7	15	24	15	10	8
	26	6	25	22	19	9	20	25	4	11	15	26 pis	17	13	11
Febroarius	1	10	28 tau	26 capri	21	13	20	29 aqua	2	15	14	0	18	17	14
	6	13	0	0	22	17	20	3	0 can	19	13	4	20	21	17
	11	17	3	4	24	21	21	7	28	23	12	8	21	25	19
	16	20	7	7	26	24	21	10	27	27 pis	11	11	21	28 ari	21
	21	24	9	11	28 ge	28 aqua	23	14	26	0	15	15	24	2	23
	26	26	12	15	0	2	23	18	25	4	19	19	25	5	26

(1) Valor errado no original e nos *Libros del Saber;* leia-se: 20.
(2) Indicação errada; o signo é «sagitário». Rico y Sinobas fez esta emenda.
(3) Valor errado; leia-se: 29. Corrigido nos *Libros del Saber.*

Fl. 42r *PRIMA TABULA JOUIS*

Menses	anni sign. dies	1 sco o	2 sag o	3 cap o	4 aqua o	5 pis o	6 ari o	7 tau o	8 ge o	9 canc o	10 leo o	11 vir o	12 libra o	13 scor o	14 sag o
Marcius	1	24	24	22	20	19	15	14	15	17	19	24	26	28	27
	11	24	25	24	22	20	17	16	15	16	18	23	26	28	27
	21	24	26	26	24	22	19	17	16	16	18	22	26	29	capri 0
Aprilis	1	23	26	27	26	24	22	18	17	17	17	20	25	28	1
	11	23	27	28	27	27	24	21	19	17	17	19	23	28	1
	21	22	27	aqua 0	29 pis	29 ari	26	24	20	18	17	18	22	27	1
Madius	1	21	27	1	1	1	29 tau	26	22	19	18	17	21	26	1
	11	19	26	1	2	3	0	28 ge	24	20	18	17	20	25	1
	21	18	25	2	4	5	3	0	26	22	19	17	19	24	1
Junius	1	17	24	2	6	7	6	3	29 can	24	21	17	18	22	0 sagi
	11	16	23	1	7	9	8	4	0	25	24	18	18	21	28
	21	15	22	1	7	11	10	7	3	26	25	19	18	20	27
Julius	1	14	21	capri 29	8	12	12	9	5	29 leo	26	20	18	19	26
	11	15	19	28	8	13	14	12	7	1	27	21	18	19	25
	21	15	18	27	7	14	16	14	9	4	29	22	19	19	23
Augustus	1	15	18	26	6	14	17	16	12	6	0	24	20	19	23
	11	16	17	25	5	14	18	17	14	8	2	26	21	19	22
	21	17	16	24	3	14	19	19	16	11	6	29	23	20	22

PRIMA TABULA JOUIS Fl. 42v

Menses	anni sign. dies	1 sco o	2 sag o	3 capri o	4 pis o	5 ari o	6 tau o	7 ge o	8 can o	9 leo o	10 vir o	11 libra o	12 libra o	13 sco o	14 sag o
September	1	18	17	23	2	13	20	21	18	13	7	1	25	22	22
	11	19	18	22	1	12	20	23	20	15	9	3	27	23	23
	21	21	18	22	0 aqua	11	20	23	21	17	11	5	29	25	25
October	1	24	19	22	29	10	19	24	24	19	18	7	sco 1	26	26
	11	25	21	23	28	9	19	24	25	21	16	9	3	28	26
	21	27	22	23	28	7	18	24	26	22	18	11	5	sagi 0	27
Nouember	1	29 sagi	24	24	29 pis	6	16	24	26	24	29	13	7	2	28 capri
	11	1	26	26	0	5	15	23	26	26	21	15	10	4	1
	21	3	28 capri	27	1	5	14	22	26	26	23	17	12	6	3
Decenber	1	5	1	29 aqua	3	5	13	21	26	26	24	19	14	9	5
	11	8	3	1	4	5	12	19	25	26	25	21	16	11	7
	21	10	5	3	6	5	11	18	24	25	27	23	18	13	10
Januarius	1	12	7	5	8	6	10	16	23	25	27	24	20	16	12
	11	14	10	7	10	7	10	15	22	24	27	25	22	18	15
	21	16	13	9	12	8	10	15	21	23	27	27	23	20	17
Febroarius	1	18	15	12	15	9	11	14	20	23	26	27	25	12(1)	19
	11	21	18	14	16	11	12	14	18	22	26	27	26	24	21
	21	23	20	17	17	13	13	14	17	22	25	26	27	26	22

(1) Valor errado no manuscrito e nos *Libros del Saber;* leia-se: 22.

Fl. 43r *SECUNDA TABULA IOUIS*

Menses	anni sign. dies	15 capri o	16 aqua o	17 pis o	18 ari o	19 tau o	20 ge o	21 can o	22 leo o	23 vir o	24 sco o	25 sag o	26 ca[pri] o	27 ca[pri] o	28 aqua o
Marcius	1	26	25	21	19	18	18	20	24	28	0	1	1	29 aqua	27 pis
	11	28 aqua	28 29	23	21	20	18	20	23	27	0 libra	2	3	2	0
	21	0	pis	26	23	21	19	20	22	25	29	2	5	4	2
Aprilis	1	2	1	28 ari	26	23	20	20	21	24	28	2	5	5	4
	11	3	2	1	29 tau	25	21	20	20	23	27	2	6	7	6
	21	4	4	3	0	27	23	21	20	22	26	1	6	9	8
Madius	1	5	6	5	3	29 ge	25	22	20	21	23	0 scor	7	10	10
	11	6	8	7	5	3	27	23	21	20	23	29	6	11	12
	21	7	9	9	7	5	29	24	21	20	22	28	6	11	14
Junius							can								
	1	7	10	11	10	7	1	26	22	20	21	26	5	12	15
	11	7	12	13	12	10	3	27 leo	23	20	21	25	4	12	16
	21	6	12	14	14	11	5	0	25	21	21	24	3	11	17
Julius	1	5	13	15	16	13	7	2	26	22	21	23	1	11	18
	11	4	13	18	18	15	10	4	28 vir	23	21	23	0 sagi	10	18
	21	3	12	18	20	17	12	6	0	25	22	22	29	9	18
Augustus	1	2	12	18	21	19	14	8	3	26	23	22	28	7	18
	11	0 capri	11	19	23	21	16	10	4	28 libra	24	22	27	6	17
	21	29	9	18	24	24	18	12	7	22(1)	26	23	27	5	15

(1) Valor errado no original e na edição de Rico y Sinobas; leia-se: 2.

SECUNDA TABULA JOUIS Fl. 43v

Menses	anni sign. dies	15 capri o	16 pis o	17 ari o	18 tau o	19 ge o	20 can o	21 leo o	22 vir o	23 libra o	24 libra o	25 scor o	26 sag o	27 aqua o	28 pis o
September	1	27	8	19	25	24	21	15	9	4	28	25	27	4	14
	11	26	6	18	25	25	23	18	11	5	29	27	27	3	12
											scor	28			
	21	26	5	17	25	26	24	20	14	7	1	sagi	28	2	11
October	1	27	4	16	25	27	26	22	16	9	3	0	29	2	10
													capri		
	11	28	4	14	24	27	27	23	18	11	5	2	0	2	9
	21	29	3	13	22	27	28	24	20	14	8	4	1	2	9
Nouember		aqua													
	1	1	3	12	22	27	29	26	22	16	10	6	3	3	8
	11	2	3	11	20	27	29	28	23	18	12	8	5	4	8
	21	4	4	11	20	26	29	29	25	20	14	10	6	6	9
December	1	6	4	10	18	25	29	29	26	22	16	12	9	7	9
								vir							
	11	8	6	10	17	24	20(1)	0	28	23	18	15	11	9	10
									29						
	21	10	7	10	16	22	28	0	libra	25	21	17	14	11	11
Januarius	1	13	8	10	15	21	27	0	0	27	23	19	16	13	13
								leo							
	11	15	10	11	15	20	27	29	0	28	24	22	18	15	14
										scor(*)					
	21	17	12	12	15	19	25	29	0	29	26	24	21	18	16
Febroarius	1	20	14	14	16	18	23	28	0	0	28	26	23	20	18
									vir						
	11	22	16	15	16	18	22	27	29	0	29	28	25	23	20
											sagi	capri			
	21	24	19	17	17	18	21	26	29	0	0	0	27	25	23

(1) Valor errado no manuscrito e na transcrição de Rico y Sinobas; leia-se: 29.

(*) A indicação de que Júpiter entra no signo escorpião devia encontrar-se na casa inferior. Nos *Libros del Saber* respeitou-se o original.

Fl. 44r *TERCIA TABULA JOUIS*

Menses	anni sign. dies	29 pis o	30 ari o	31 tau o	32 ge o	33 can o	34 leo o	35 libra o	36 sco o	37 sag o	38 capri o	39 aqua o	40 pis o	41 pis o	42 ari o
Marcius	1	25	25	22	22	25	29	3	5	5	4	2	0	28 ari	26
	11	27 ari	27 tau	23	23	24	28	2 0	4	6	6	5	2	0	28 tau
	21	0	0	24	23	24	27	vir	4	7	7	7	5	2	0
Aprilis	1	2	2	26	25	24	26	29	3	7	7	8	7	5	2
	11	4	4	28 ge	26	24	25	28	2	7	6	11	9	7	5
	21	7	7	2	27	25	25	26	1	6	5	14	11	10	7
Madius	1	9	9	4	29 can	26	25	25	libra 29	5	4	14	13	12	9
	11	11	11	6	0	27	25	25	28	4	2	15	16	14	12
	21	14	13	9	2	28	25	25	27	3	2	15	17	17	14
Junius	1	16	15	11	5	leo 0	26	25	26	2	0	15	19	19	17
	11	18	17	13	7	1	27 28	25	25	0 scor	0 sag	15	20	21	19
	21	19	19	16	8	3	vir	25	26	29	29	15	21	22	21
Julius	1	21	21	18	11	5	0	26	26	28	28	14	22	24	23
	11	22	22	20	13	7	1	27 28	27	27	27	14	22	25	25
	21	23	23	22	15	9	2	libra	27	26	27	13	23	27	27
Augustus	1	23	24	24	17	11	5	0	28	28	27	12	22	28	28 ge
	11	23	25	25	19	14	7	2	29 scor	28	27	10	21	28	1
	21	23	27	27	22	16	11	5	0	29	27	9	20	28	2

TERCIA TABULA IOUIS Fl. 44v

Menses	anni sign. dies	29 ari o	30 tau o	31 ge o	32 can o	33 leo o	34 vir o	35 libra o	36 sco o	37 sco o	38 capri o	39 aqua o	40 pis o	41 ari o	42 ge o
September	1	23	28	28	25	19	13	16	1	29 sagi	0	8	19	28	3
	11	22	29	29	25	21	15	8	4	0	1	7	17	28	3
	21	21	29	1 can	28	23	17	10	5	0	1	6	16	26	3
October	1	20	28	2	0 leo	25	19	13	7	2	2	6	15	26	13
	11	19	28	2	1	27	21	15	9	4	3	6	14	25	2
	21	18	27	2	3	29	23	17	11	6	4	6	13	26	1
Nouember	1	17	26	2	3	0 vir	25	19	12	8	6	7	12	22	0 tau
	11	16	25	1	4	1	27	21	15	11	8	8	12	21	29
	21	15	24	0 ge	4	2	29	23	17	13	10	9	12	20	28
December	1	14	23	29	4	3	0 libra	25	20	15	14	11	13	19	28
	11	14	21	28	3	4	1	27	22	16	14	12	14	19	27
	21	14	20	26	3	4	2	29	24	19	16	14	15	19	25
Januarius	1	14	19	25	2	4	3	0 scor	26	22	19	16	16	19	25
	11	15	19	24	1	4	4	2	28	24	21	18	18	19	24
	21	16	19	23	0 can	3	4	3	sagi 0	26	23	21	19	20	24
Febroarius	1	17	19	23	28	3	4	4	1	28 capri	26	23	21	21	24
	11	19	20	22	27	1	4	4	2	1	28 aqua	25	23	23	25
	21	22	20	22	26	0	3	4	4	3	0	28	26	24	25

Fl. 45r *QUARTA TABULA JOUIS*

Menses	anni sign. dies	43 tau o	44 ge o	45 can o	46 vir o	47 libra o	48 scor o	49 sag o	50 capri o	51 aqua o	52 pis o	53 ari o	54 tau o	55 ge o	56 can o
Marcius	1	26	27	29	3	7	9	10	8	6	5	4	2	2	3
	11	27 ge	27	29	2	6	9	11	10	9	8	6	4	3	3
	21	28(1)	28	29	1	5	8	12	12	11	10	7	6	5	4
Aprilis	1	0	28	29	0 leo	3	8	12	13	13	13	11	8	6	5
	11	2	29 can	29 leo	29	2	5	11	14	15	15	13	10	8	6
	21	4	1	2	29 vir	1	4	10	15	16	18	17	13	10	7
Madius	1	6	3	2	0	0 vir	3	10	15	18	19	18	15	12	8
	11	8	4	2	1	29	3	9	15	19	21	21	17	14	10
	21	10	6	3	2	29	2	8	15	20	23	21	19	16	11
Junius	1	12	8	4	4	29	0 (2)	7	14	20	25	25	21	18	13
	11	15	10	5	5	29	29	5	14	21	27	27	24	20	15
	21	17	12	7	7	29	29	3	13	21	28	29	26	21	18
Julius	1	19	14	9	9	libra 0	29	2	12	20	29 ari	(4) 0	29 ge	23	20
	11	22	16	11	11	0	29 scor	1	10	19	0	2	1	25	22
	21	24	19	13	12	2	0	1	9	18	0	2	3	27	24
Augustus	1	26	21	15	13	3	0	0	8	17	pis 29	4	4	29 can	27
	11	28 (3)	23	17	14	5	1	1	7	17	29	4	6	3	28 leo
	21	0	26	19	15	7	2	2	5	16	28	5	8	6	1

(1) A indicação do signo gemini deveria encontrar-se na casa imediata; Rico y Sinobas respeitou o original.

(2) Falta no original e nos *Libros del Saber* a indicação do signo, que é libra.

(3) Falta no original e nos *Libros del Saber* a indicação do signo, que é cancer.

(4) Idem; o signo não indicado é taurus.

QUARTA TABULA IOUIS Fl. 45v

Menses	anni sign. dies	43 canc o	44 canc o	45 leo o	46 vir o	47 libra o	48 scor o	49 sag o	50 capri o	51 aqua o	52 pis o	53 tau o	54 gemi o	55 can o	56 leo o
Septenber	1	2	28 leo	22	17	10	5	3	5	15	27	5	9	8	3
	11	4	1	28	18	12	7	4	5	14	26	5	10	9	5
	21	5	3	26	20	14	8	5	6	14	24	5	10	11	7
October	1	6	4	28 vir	22	16	10	7	6	13	23	4	11	12	8
	11	6	5	0	25	18	11	8	7	13	22	3	10	13	10
	21	7	6	2	27	19	14	10	9	14	21	1	10	13	11
Nouenber	1	7	7	4	29 libra	23	17	12	11	14	21	0 ari	9	13	13
	11	6	8	5	0	24	18	14	12	15	20	29	8	13	14
	21	6	8	7	2	27	20	18	14	16	20	28	7	13	14
Decenber	1	5	8	7	4	29 scor	23	19	15	17	20	27	5	12	14
	11	4	7	8	5	0	26	20	18	18	21	26	4	11	14
	21	3	6	8	6	2	28 sagi	23	20	20	22	26	3	10	13
Januarius	1	1	5	9	7	4	0	26	22	22	23	26	2	9	13
	11	0	4	8	8	5	2	28 capri	25	24	24	26	1	8	12
	21	29 ge	3	8	8	7	4	0	27	26	26	27	1	6	11
Febroarius	1	28	2	7	9	8	5	2	29 aqua	28 pis	26 ari	28	0	5	11
	11	27	1	6	8	8	7	4	2	0	0	29 tau	1	4	9
	21	27	1	5	8	9	8	6	4	2	2	0	1	4	8

Fl. 46r *QUINTA TABULA IOUIS*

Menses	anni sign. dies	57 leo o	58 vir o	59 libra o	60 scor o	61 sag o	62 capri o	63 aqua o	64 pis o	65 ari o	66 tau o	67 ge o	68 canc o	69 leo o	70 vir o
Marcius	1	7	11	14	15	17	14	12	10	8	6	6	8	12	14
	11	6	9	13	15	18	16	14	12	10	8	7	8	11	13
	21	5	8	12	15	18	18	16	16	12	10	8	8	11	12
Aprilis	1	5	7	11	14	19	19	18	17	14	12	10	8	10	11
	11	5	6	9	14	19	21	20	19	17	14	12	9	10	10
	21	5	5	8	13	19	21	21	20	19	17	13	10	10	9
Madius	1	6	5	7	12	18	22	24	24	22	19	15	12	10	9
	11	7	5	6	10	17	22	25	27	24	20	16	13	11	9
	21	8	5	5	9	16	22	26	28	26	23	19	15	12	9
Junius	1	9	6	5	8	15	21	27	ari 0	28	26	20	17	13	10
	11	10	7	5	7	13	21	28	2	tau 0	28	21	18	15	11
	21	12	8	6	6	12	20	28	4	2	ge 0	25	10	16	12
Julius	1	14	9	6	6	11	19	28	5	4	1	26	22	18	14
	11	16	11	8	6	10	18	27	5	6	3	can 0	25	21	15
	21	18	12	9	6	10	16	26	5	7	5	2	27	22	17
Augustus	1	20	14	10	7	9	15	24	5	9	7	5	29	24	19
	11	22	16	12	7	9	14	23	4	10	9	7	leo 1	27	21
	21	24	19	14	8	9	13	22	3	11	12	9	4	29	23

QUINTA TABULA JOUIS Fl. 46v

Menses	anni sign. dies	57 leo o	58 vir o	59 libra o	60 scor o	61 sag o	62 capri o	63 aqua o	64 ari o	65 tau o	66 ge o	67 can o	68 leo o	69 vir o	70 vir o
September	1	26	21	15	11	10	12	21	3	10	13	12	7	1	25
	11	29 vir	23	17	13	11	12	20	2 pis	10	15	13	9	2	26
	21	2	25	19	15	12	12	19	29	10	15	15	10	5	28
October	1	4	27 libra	22	17	13	13	18	28	9	15	15	12	8	libra 0
	11	6	0	23	19	15	14	18	27	8	15	16	14	9	2
	21	8	2	25	21	16	15	18	27	6	15	17	15	11	5
Nouember	1	10	4	28 scor	23	18	17	18	26	5	14	17	17	12	7
	11	12	6	0	25 28	19	18	19	25	4	13	17	17	14	9
	21	12	7	2	sagi	21	20	20	25	3	12	17	18	16	11
Decenber	1	13	9	4	0	23	21	21	25	2	11	16	19	17	13
	11	14	11	6	1	26 28	23	23	26	1	9	14	19	18	14
	21	15	12	8	3	capri	26	25	27	1	8	13	18	18	16
Januarius	1	15	14	10	6	0	28 aqua	26	28	1	7	12	18	19	17
	11	14	14	11	9	2	0	28 pis	29 ari	1	6	12	17	18	18
	21	14	15	12	10	5	2	0	0	1	6	11	16	18	18
Febroarius	1	13	15	13	12	7	4	3	2	2	5	11	15	18	19
	11	13	15	14	14	9	6	5	4	3	5	10	13	17	19
	21	12	15	15	14	11	9	7	6	5	5	9	12	16	19

Fl. 47r *SEXTA TABULA JOUIS*

Menses	anni sign. dies	71 libra o	72 scor o	73 sag o	74 capri o	75 aqua o	76 pis o	77 ari o	78 tau o	79 ge o	80 can o	81 leo o	82 vir o	83 libra o
Marcius	1	18	20	19	18	14	14	11	9	9	12	16	20	23
	11	17	20	21	20	15	16	15	11	11	13	15	18	22
	21	16	20	21	22	16	18	16	13	12	13	13	17	19
Aprilis	1	15	19	22	23	19	21	19	15	14	14	13	16	18
	11	14	18	22	24	21	23	21	17	15	14	13	15	17
	21	13	17	22	25	23	25	23	19	17	15	13	14	16
Madius	1	11	16	22	26	25	28 ari	25	22	19	17	13	13	15
	11	10	15	21	27	27	0	28 tau	24	21	18	14	13	15
	21	10	14	21	26	29	2	0	27	23	21	15	13	15
Junius						pis			ge					
	1	9	13	19	25	0	4	2	0	25	22	16	13	15
	11	9	11	18	25	1	5	4	3	26	24	17	14	15
	21	9	11	17	24	2	7	6	5	28	26	19	13	15
Julius	1	9	10	16	23	3	8	8	7	29 can	28 leo	21	16	16
	11	10	10	14	23	3	9	10	9	2	0	22	17	17
	21	11	10	13	20	2	9	12	11	4	2	25	19	18
Augustus	1	12	10	13	19	2	9	14	13	7	4	26	20	19
	11	14	12	13	18	0 aqua	9	14	15	9	6	28 vir	23	20
	21	16	14	13	19	29	9	15	17	12	8	1	27	21

SEXTA TABULA IOUIS Fl. 47v

Menses	anni sign. dies	71 libra o	72 scor o	73 sag o	74 capri o	75 aqua o	76 ari o	77 tau o	78 ge o	79 canc o	80 leo o	81 vir o	82 vir o	83 libra o
September	1	18	15	13	17	28	8	15	18	15	10	4	29 libra	22
	11	20	16	14	17	26	7	15	18	17	12	6	0	24
	21	22	17	15	17	25	5	15	19	18	14	8	2	26
October	1	24	19	16	17	24	4	14	19	19	16	10	4	28 scor
	11	26	21	18	18	23	3	14	19	20	17	12	6	0
	21	29	23	20	19	23	2	13	19	21	19	14	8	2
Nouember		scor												
	1	1	26	22	20	23	1	11	18	22	20	16	10	4
	11	3	28 sagi	24	22	24	0	10	17	22	21	18	12	5
	21	5	0	26	23	25	0	8	17	21	22	19	15	8
December	1	7	2	28 capri	25	26	0	7	16	20	23	20	16	11
	11	9	4	0	27	27	0	6	16	19	23	21	18	13
	21	11	6	3	29	28	1	6	14	18	23	22	19	15
Januarius					aqua	pis								
	1	13	8	5	1	0	1	6	12	17	22	23	20	16
	11	15	10	7	3	2	2	6	12	16	21	23	22	18
	21	16	13	9	5	4	4	6	11	15	20	23	22	19
Febroarius	1	17	15	12	7	7	5	7	10	14	19	22	23	20
	11	18	16	14	10	9	7	7	10	13	18	21	23	23
	21	19	18	16	12	11	9	8	10	12	16	21	23	23

Fl. 48r *PRIMA TABULA SATURNI*

Menses	anni sign. dies	1 libra o	2 scor o	3 scor o	4 sag o	5 sag o	6 sag o	7 capri o	8 capri o	9 capri o	10 aqua o	11 aqua o	12 aqua o
Marcius	1	29	12	22	4	13	25	5	15	26	7	18	29
	11	28	11	22	4	14	26	6	17	27	8	19	0(1)
	21	28	11	22	4	15	26	6	17	28	9	20	1
Aprilis	1	27	10	21	4	15	26	7	18	29	10	21	3
										aqua			
	11	27	10	21	3	15	26	7	18	0	11	22	4
	21	26	9	20	3	15	25	7	19	0	12	23	5
Madius	1	25	8	19	2	14	25	7	19	0	12	24	5
	11	24	8	19	2	13	24	6	19	1	12	25	6
	21	23	7	18	1	12	24	6	18	1	13	25	7
Junius	1	23	6	17	0	12	23	6	18	1	13	25	8
					scor								
	11	22	5	17	29	11	22	5	17	0	13	25	8
	21	22	5	16	29	10	21	5	17	0	12	25	8
Julius										capri			
	1	22	5	15	28	10	21	4	16	29	12	25	9
	11	22	4	15	28	9	20	4	15	28	11	25	8
	21	22	4	15	27	9	20	3	15	28	11	24	8
Augustus	1	23	5	15	27	8	19	2	14	27	10	24	7
	11	23	5	15	27	8	19	1	14	26	9	23	7
	21	24	5	16	27	8	19	1	13	25	8	22	5

(1) Falta a indicação do signo Pisces.

PRIMA TABULA SATURNI Fl. 48v

Menses	anni	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	sign.	libra	scor	scor	scor	sag	sa (1)	capri	capri	capri	aqua	aqua	pis
	dies	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o
September	1	25	5	16	27	8	19	0	12	14	7	21	5
	11	27	6	17	28	8	19	0	12	14	7	(2)	(2)
	21	28	7	18	28	8	20	0	12	14	6	19	3
October	1	29 scor	8	19	29 sagi	9	20	0	12	14	6	19	3
	11	0	9	19	0	10	20	1	12	14	6	19	3
	21	2	11	21	1	11	21	1	12	14	6	18	2
Nouember	1	3	12	22	2	13	22	2	13	14	6	18	1
	11	4	13	23	3	13	23	3	13	25	6	18	1
	21	5	14	24	4	14	24	4	14	26	7	19	1
December	1	6	15	25	4	15	25	5	16	26	8	19	2
	11	7	16	27	5	16	26	6	17	27	9	20	2
	21	8	17	28	6	17	27	7	18	28	10	21	3
Januarius	1	9	18	29 sagi	7	19	29 capri	9	19	aqua 0	11	22	3
	11	10	19	0	8	20	0	10	20	1	12	23	4
	21	11	20	1	10	21	1	11	21	2	13	24	5
Febroarius	1	11	21	2	11	22	2	12	23	3	14	25	7
	11	11	21	3	12	23	3	13	24	4	15	27	9
	21	12	22	3	12	24	4	15	25	6	17	28	9

(1) Assim no original.
(2) Em branco no manuscrito e nos *Libros del Saber*.

Fl. 49r *SECUNDA TABULA SATURNI*

Menses	anni	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
	sign.	pis	pis	ari	ari	ari	tau	tau	ge	ge	can	can	leo
	dies	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o
Marcius	1	10	22	4	18	28	11	25	8	22	6	20	5
	11	11	23	5	17	29	12	25	9	23	6	20	4
						tau							
	21	13	24	6	18	1	13	26	9	23	6	20	4
Aprilis	1	14	26	8	20	2	14	27	10	23	6	20	3
	11	15	27	9	21	3	15	28	11	23	7	20	3
	21	16	28	10	22	4	17	29	12	24	7	20	3
								ge					
Madius	1	17	29	12	24	6	18	0	13	25	8	21	3
			aqua										
	11	18	1	13	25	7	19	1	14	26	9	21	4
	21	19	2	15	26	8	21	3	15	28	10	22	4
	1	20	3	16	27	10	22	4	16	29	2	23	5
										can			
Junius	11	21	4	17	28	11	23	6	18	0	12	24	6
					tau								
	21	21	4	17	0	12	25	7	19	0	13	25	7
Julius	1	21	5	18	0	14	26	8	21	3	17	27	8
	11	21	5	18	1	15	27	10	22	4	16	28	9
	21	20	6	19	2	16	28	11	23	5	17	29	11
												leo	
Augustus	1	20	6	19	2	17	29	12	24	7	19	0	12
							gemi						
	11	20	5	19	3	17	0	13	25	8	20	2	13
	21	20	3	18	3	17	1	14	26	10	22	3	14

Fl. 49v

SECUNDA TABULA SATURNI

Menses	anni	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
	sign.	pis	ari	ari	tau	tau	ge	ge	ge	canc	canc	leo	leo
	dies	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o
September	1	19	3	18	3	17	1	17	27	11	23	5	16
	11	18	3	17	2	17	1	15	28	11	24	6	17
	21	17	2	17	2	17	1	15	29	12	25	7	18
October	1	16	1 pis	16	0 ari	16	1	15	29	13	26	8	20
	11	16	29	15	29	16	1 0	15	29	13	27	9	21
	21	15	29	14	29	15	tau	15	29	13	27	9	22
Nouember	1	15	28	13	28	14	29	14	29	13	27	10	22
	11	14	28	13	28	13	29	14	29	13	27	10	23
	21	14	28	12	27	12	28	13	28	13	27	10	23
December	1	14	28	12	26	12	27	12	28	13	27	10	23
	11	15	28	11	26	11	26	11	27	13	26	10	23
	21	15	28	11	26	10	25	11	26	12	26	10	23
Januarius	1	16	29 ari	12	26	10	25	10	25	11	25	9	23
	11	16	0	12	26	10	24	9	24	10	24	9	23
	21	17	0	12	27	10	24	9	24	9	23	8	22
Febroarius	1	18	1	13	27	10	24	8	23	8	23	7	21
	11	19	2	14	27	10	24	8	22	7	22	6	20
	21	20	3	15	27	11	24	8	22	7	21	5	20

Fl. 50r *TERCIA TABULA SATURNI*

Menses	anni	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
	sign.	leo	vir	vir	vir	libra	libra	scor	scor	scor	sag	sag	capri
	dies	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o
Marcius	1	19	3	16	19	11	23	5	17	28	9	20	0
	11	18	2	15	18	11	23	5	16	28	9	20	1
	21	17	1	14	17	10	22	4	16	20	9	20	1
Aprilis	1	17	0	14	27	9	22	4	16	20	9	20	2
	11	17	0	13	26	9	21	3	15	27	9	20	2
			leo										
	21	16	29	12	25	9	20	3	15	26	9	20	2
Madius	1	16	29	12	24	7	19	1	13	26	10	19	1
	11	16	29	12	24	6	19	1	13	25	8	19	1
	21	17	29	12	24	6	18	0	12	25	7	19	1
								libra					sagi
Junius	1	17	29	12	23	6	18	29	11	24	6	18	29
			vir										
	11	18	0	12	23	5	17	29	10	23	5	17	29
	21	19	0	13	24	5	17	29	10	22	4	17	28
Julius	1	21	1	13	24	5	17	29	10	22	4	16	27
	11	21	2	14	25	5	17	29	10	22	3	15	26
	21	22	3	15	25	6	17	29	10	21	2	14	26
Augustus	1	23	4	17	26	6	17	29	11	21	2	14	25
								scor					
	11	24	5	17	27	7	19	0	11	21	2	13	25
	21	26	7	18	29	7	20	0	12	22	2	13	24

TERCIA TABULA SATURNI Fl. 50v

Menses	anni sign. dies	25 leo o	26 vir o	27 vir o	28 libra o	29 libra o	30 libra o	31 scor o	32 scor o	33 scor o	34 sag o	35 sag o	36 sag o
September	1	28	9	19	0	10	21	1	12	22	3	14	24
	11	29	10	20	1	11	22	2	13	23	3	14	25
		vir											
	21	0	11	22	2	12	23	3	14	23	3	15	25
October	1	1	12	23	4	13	24	4	15	24	5	15	26
	11	2	13	24	5	15	25	5	16	25	6	16	26
	21	3	14	25	6	16	26	6	17	26	7	17	27
Nouember	1	4	15	26	7	17	27	8	18	27	8	17	28
	11	5	16	27	8	18	28	9	20	28	9	18	29
										sagi			capri
	21	5	17	28	9	19	28	10	21	0	10	19	0
December	1	6	18	29	10	20	29	11	22	1	11	21	1
				libra			scor						
	11	6	18	0	11	21	0	12	23	2	13	22	2
	21	6	18	0	11	22	1	13	24	3	14	23	3
Januarius	1	6	19	1	11	23	2	14	25	4	15	24	4
	11	6	19	1	12	23	3	15	26	5	16	25	5
	21	5	18	0	13	24	4	16	27	6	17	27	7
Febroarius	1	5	18	0	12	24	4	16	27	7	18	28	8
				vir									
	11	4	18	29	12	24	5	17	27	8	18	29	9
												capri	
	21	4	17	29	11	24	5	17	28	8	19	0	11

Fl. 51r *QUARTA TABULA SATURNI*

Menses	anni	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
	sign.	capri	capri	aqua	aqua	aqua	pis	pis	pis	ari	ari	tau	tau
	dies	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o
Marcius	1	11	20	2	14	28	5	17	28	10	23	5	18
	11	12	22	4	15	25	6	18	29	12	24	6	19
									ari				
	21	12	23	5	16	26	7	19	1	13	25	7	20
Aprilis	1	13	24	5	17	27	9	21	2	14	26	8	21
	11	13	25	6	18	28	11	22	3	15	27	10	22
	21	13	25	7	19	29	12	23	5	17	29	11	23
Madius						pis					tau		
	1	13	25	7	19	0	13	24	6	18	1	12	24
	11	13	25	7	19	1	14	25	7	19	2	14	26
	21	12	25	7	20	2	14	26	8	20	3	15	27
Junius	1	11	25	7	20	2	15	27	9	22	4	16	29
													ge
	11	10	24	7	19	2	15	28	10	23	5	18	0
	21	9	24	7	19	2	15	28	11	24	6	19	1
Julius	1	8	23	6	18	2	15	29	11	24	7	20	2
	11	8	22	5	18	2	15	29	12	26	8	21	4
	21	8	21	4	17	1	14	29	12	26	9	22	5
Augustus	1	8	21	4	16	0	13	29	12	26	9	23	6
						aqua							
	11	8	20	2	16	29	13	28	12	26	10	23	7
	21	7	19	1	15	28	12	28	12	25	10	23	8

QUARTA TABULA SATURNI Fl. 51v

Menses	anni sign. dies	37 capri o	38 capri o	39 capri o	40 aqua o	41 aqua o	42 pis o	43 pis o	44 ari o	45 ari o	46 tau o	47 tau o	48 ge o
September	1	7	19	1	14	28	12	27	11	24	10	24	8
	11	7	18	1	14	27	11	26	10	25	10	24	9
	21	6	18	0	13	27	11	25	10	25	10	24	9
October	1	7	18	0	13	27	10	24	9	23	9	24	8
	11	7	18	0	13	26	9	23	8	22	8	22	8
	21	8	19	0	13	26	9	22	7	21	7	22	8
Nouember	1	8	19	1	13	26	8	22	6	21	7	22	7
	11	9	20	2	13	26	8	21	6	20	6	21	5
	21	9	21	3	13	26	8	21	5	19	5	20	4
December	1	10	21	4	14	27	8	21	5	19	4	19	4
	11	11	23	5	15	27	9	21	5	19	3	18	3
	21	12	24	6	16	28	9	22	5	19	3	18	3
Januarius	1	13	24	8	18	29	10	22	6	19	3	17	2
	11	14	25	9	19	29 pis	11	23	6	19	3	17	1
	21	16	27	10	20	1	12	24	6	20	3	17	1
Febroarius	1	17	29 aqua	11	21	2	13	25	7	21	4	17	1
	11	18	0	12	22	3	14	26	8	21	4	17	1
	21	19	1	13	23	4	16	27	9	22	5	18	1

Fl. 52r *QUINTA TABULA SATURNI*

Menses	anni sign. dies	49 ge o	50 ge o	51 can o	52 can o	53 can o	54 leo o	55 leo o	56 vir o	57 vir o	58 libra o	59 libra o
Marcius	1	2	15	0	14	27	12	25	8	22	4	17
	11	2	16	0	13	26	10	24	8	21	4	16
	21	3	16	0	13	26	10	23	7	20	3	16
Aprilis	1	4	17	0	13	26	9	23	6	19	2	15
	11	5	17	1	14	26	9	22	5	19	1	14
	21	6	18	2	14	26	9	22	5	18	1	13
Madius	1	7	19	3	15	26	9	22	5	17	0 vir	12
	11	8	20	4	15	27	9	22	4	17	29	12
	21	9	22	5	16	28	10	22	4	17	29	11
Junius	1	11	24	6	17	28	10	23	5	17	29	11
	11	12	25	7	19	29 leo	11	23	6	17	29	11
	21	13	26	8	20	0	12	24	6	17	29	10
Julius	1	15	27	9	21	1	13	25	7	18	29 libra	11
	11	16	29 tau	11	22	3	14	26	8	18	0	11
	21	17	0	12	24	4	15	27	8	19	0	11
Augustus	1	18	1	14	25	5	16	28	9	19	1	12
	11	19	2	15	26	6	18	29 vir	11	20	2	13
	21	20	3	16	27	8	19	1	12	21	3	14

QUINTA TABULA SATURNI Fl. 52v

Menses	anni sign. dies	49 ge o	50 can o	51 can o	52 can o	53 leo o	54 leo o	55 vir o	56 vir o	57 vir o	58 libra o	59 libra o
September	1	21	4	17	28	10	21	2	13	24	4	15
	11	22	5	18	29	11	22	4	14	25	5	16
					leo							
	21	23	6	19	0	12	24	5	16	26	6	17
October	1	23	6	20	1	13	25	6	17	27	7	18
	11	22	7	20	2	14	26	7	18	29	9	19
										libra		
	21	22	7	20	2	15	27	8	19	0	10	20
Nouember	1	21	7	21	3	15	28	9	20	1	11	22
	11	21	6	21	3	16	28	9	21	2	12	23
	21	20	6	22	3	16	29	10	22	3	14	24
December	1	19	5	20	3	16	29	11	23	4	14	25
	11	18	4	19	3	16	29	11	23	4	15	26
	21	18	3	19	2	16	29	12	24	5	16	27
Januarius	1	17	2	18	1	15	29	12	24	5	16	28
	11	16	1	17	1	15	28	11	24	6	16	29
	21	16	1	16	0	14	27	11	24	6	16	29
Febroarius					can							
	1	16	0	15	29	13	27	11	23	6	17	29
	11	15	0	14	28	12	26	10	23	5	17	29
	21	15	0	14	27	12	26	9	22	5	17	29

Fl. 53r

MOTUS SATURNI IN QUOLIBET DIE

dies	'	2"	3"	4"
1	2	0	24	26
2	4	0	48	52
3	6	1	13	18
4	8	1	37	44
5	10	2	2	10
6	12	2	26	36
7	14	2	51	2
8	16	3	15	28
9	18	3	29	54

MOTUS IOUIS IN QUOLIBET DIE

dies	'	2"	3"	4"
1	4	59	5	32
2	9	58	11	4
3	14	57	16	36
4	19	56	22	8
5	24	55	27	40
6	29	54	33	12
7	34	53	38	44
8	39	52	44	16
9	44	51	49	28

MOTUS CAPITIS DRACONIS

dies	'	2"	3"	4"
1	3	10	46	41
2	6	21	23	22
3	9	32	21	3
4	21	43	7	44

MOTUS MARTIS IN QUOLIBET DIE

dies	o	'	2"	3"	4"
1	0	31	26	28	46
2	1	2	52	57	32
3	1	24	19	26	18
4	2	5	45	55	4

MOTUS SOLIS, UENERIS ET MERCURIJ [IN] QUOLIBET D[IE]

dies	o	'	2"	3"	4"
1	0	59	8	9	21
2	1	58	16	18	42
3	2	57	24	28	5
4	3	56	32	37	62

MOTUS PLANETARUM IN HORIS

s(a)t(urn)um	0	0	5	1
Jupiter	0	0	12	27
mars	0	1	18	
Sol	0	2	27	
Venus	0	12	30	
mercurio	0	24		
lua	0	32	56	
[?]	0	0	25	

CAPUD (sic) DRACONIS QUINQUE PLANETARUM

In cancro	13	13
In gemi[ni]s	12	2
In ariete	21	55
In tauro	29	49
In ariete	21	12

M]OTUS [SOLIS IN] HORIS

horis	o	'	''
1	0	2	27
2	0	4	55
3	0	7	23
4	0	9	51
5	0	12	19
6	0	14	47
7	0	17	15
8	0	19	42
9	0	22	10
10	0	24	38
11	0	27	6
12	0	29	34

MOTUS LUNE IN HORIS

horis	o	'	2''
1	0	32	56
2	1	5	53
3	1	38	49
4	2	11	45
5	2	44	42
6	3	17	38
7	3	50	35
8	4	43	31
9	4	57	28
10	5	29	25
11	6	20	21
12	6	35	17

AUGES PLANETARUM Fl. 53v

Sol in Gemini	19	6
Saturni in Sagitario	20	55
Joui in Uirgini	22	32
Marti in Leon	8	24
Veneris in Gemi[ni]	21	15
Mercurij in Scorpion	14	54

amici inimici

Fl. 54r

DIFERENTIA DUORUM PLANETARUM SUPERIORUM

dies	de 1º		de 2º		de 3º		de 4º		de 5º		de [6º]		[de 7º]		de [8º]		[de 9º]	
	º	'	º	'	º	'	º	'	º	'	º	'	º	'	º	'	º	'
1	0	6	0	12	0	18	0	24	0	30	0	36	0	42	0	48	0	54
2	0	12	0	24	0	36	0	48	1	0	1	12	1	24	1	36	1	48
3	0	18	0	36	0	54	1	12	1	30	1	48	2	6	2	24	2	42
4	0	24	0	48	1	12	1	36	2	0	2	24	2	48	3	12	3	36
5	0	30	1	0	1	30	2	0	2	30	3	0	3	30	4	0	4	30
6	0	36	1	12	1	48	2	24	3	0	3	36	4	12	4	48	5	24
7	0	42	1	24	2	6	2	48	3	30	4	12	4	54	5	36	6	18
8	0	48	1	36	2	24	3	12	4	0	4	48	5	36	6	24	7	12
9	0	54	1	48	2	42	3	36	4	30	5	34	6	18	7	12	8	6
	1	0	2	0	3	0	4	0	5	0	6	0	7	0	8	0	9	0

TABULA DIFERENTIARUM TRIUM PLANETARUM INFERIORUM

Dies	de 1º		de 2º		de 3º		de 4º		de 5º		de 6º		de 7º		de 8º		de 9º	
	º	'	º	'	º	'	º	'	º	'	º	'	º	'	º	'	º	'
1	0	12	0	24	0	36	0	48	1	0	1	12	1	24	1	48	1	48
2	0	24	0	48	1	12	1	36	2	0	2	24	2	48	3	36	3	36
3	0	36	1	12	1	28(1)	2	24	3	0	3	36	3(2)	12	5	24	5	24
4	0	48	1	36	2	24	3	12	4	0	4	48	4(3)	36	6	12	7	12
5	1	0	2	0	3	0	4	0	5	0	6	0	7	0	8	0	9	0

(1) Errado; leia-se: «48».
(2) Errado; leia-se: «4».
(3) Errado; leia-se: «5».

ALMANAQUES PORTUGUESES DE MADRID

(Ver pp. 1-150)

ADDENDA & CORRIGENDA

Só depois de impresso este trabalho tivemos ensejo de comparar a lista de coordenadas de vários lugares e cidades do Códice de Madrid (pág. 64 da presente edição), com outra análoga que anda anexa às «Tábuas Astronómicas de Marselha» (Bibl. Nat. de Paris, Ms. Latino 14704, fls. 110-135 v), publicada por J. K. Wright («Latitudes and Longitudes in Middle Ages», in *Isis*, Vol. 5 (1923), pp. 75-98). Essa comparação não deixa dúvidas de que ambas têm a mesma origem, pois embora incluam lugares diferentes e nem sempre sejam iguais as coordenadas que se atribuem aos que são comuns, coincidem na sua maior parte; mas leva-nos também a concluir que se trata de cópias independentes da lista de Azarquiel referida por Millás Vallicrosa, e não só pelas diferenças já assinaladas, como ainda pelo facto de ser possível em qualquer das relações corrigir, em face da outra, latitudes e longitudes que se encontram erradas.

Note-se finalmente que só por excepção os topónimos são ortografados do mesmo modo nos dois textos. Citaremos como exemplo das diferenças (em primeiro lugar indica-se a grafia usada nos *Almanaques Portugueses*): *Sigumesaha* e *Sigdmessah; Ganha* e *Gana; Altert* e *Albeyt; Aragha* e *Aracah; Alglax* (e não *Algax*, como saiu impresso) e *Algoz; Fargan* e *Fargana; Annemia* e *Armenia; Adramãth* e *Adramauth; Mecalli* e *Meca; Cirechi* (e não *Tiredum*) e *Cerendim; Catas a nuba* e *Urbs a nuba;* etc.. Assim se confirma, afinal, o que se escreveu na «Introdução»: há na lista nomes estropiados pelos copistas.

Aproveitamos esta nota para corrigir, além das apontadas, mais duas gralhas que escaparam na revisão: onde nesta lista se lê «Sedes rege *stantie* / da terra», deve ler-se «sede reges *francie* / da terra»; e onde está «trénix», devia ter-se escrito «Venix».

LUÍS MENDONÇA DE ALBUQUERQUE

SAMUEL TIBAU AND PORTUGUESE IVORY INLAID FURNITURE OF THE SEVENTEENTH CENTURY

Heavy forms, geometric patterns, strong contrasts of rich color are some of the prominent characteristics of fine furniture made all over Europe in the first half of the seventeenth century. This period produced a style in which the flat forms and austere designs of the late sixteenth century are counter--balanced by the animated turning and the vivid juxtapositions of light and dark that characterize the furniture of the Baroque world. In Portugal, where during this period chairs and tables were made in close approximation to the Renaissance fashions of Spain, fine case furniture was fashioned which had a strong character of its own. The style, which conforms to the general European taste of the period, continued into the second half of the seventeenth century, the great age of Portuguese cabinet making. One of the chief characteristics of this stately furniture is the use of ivory inlay in bold and relatively simple geometric patterns. Much of this furniture was made for churches and a number of the surviving examples are dated. Although most of it is anonymous, a few pieces are associated with a known craftsman of the period, Samuel Tibau of Coimbra.

In 1643 the regulations of the Guild of Wood Carvers (*Marceneiros*) of Lisbon were amended to contain one pertaining to the craft of ivory inlay. «Be it resolved», the new regulations stated, «that no one who has not passed the examination to be a Master Wood Carver be permitted to set ivory in desks, buffets and cabinets and that these craftsmen and these only perform this work and likewise that the said individuals may employ whomever they desire to work in ivory in their shops, because the said craft of ivory inlaying belongs to that of wood carving and whosoever breaks this regulation shall forfeit for the first offense twenty *cruzados* and for the second thirty, half of which shall go to the City and the rest to the blessed Saint Joseph» (1).

---

(1) «Que nenhum offeçial que não seja examinado do off.º de Marcineiro possa lavrar marfim para o por em escriptorios Bufetes e contadores e so os ditos offeciais o poderão por os que forem examinados e os d.os off.ais os poderão m.dar lavrar o d.º Marfim

This regulation is significant because it proves the popularity of a new technique, which the wood carvers looked upon as their exclusive privilege. The regulation was renewed in 1675 in regard to the «threads of ivory» (*fios de marfim*) to be inserted in furniture (2). From a petition of 1776 we further learn that the prohibition against working in ivory was directed against the carpenters of the Rua das Arcas (3), makers, it appears, of less expensive furniture like the utilitarian chests which gave their name to the Lisbon street in which the shops of these men were located.

Among the earliest examples of ecclesiastical furniture decorated with «threads of ivory» is the cupboard (*armário*) of the former Hieronimite monastery of Sta. Maria de Belém in Lisbon, which may date from the end of the sixteenth century (4).

The design of this cupboard in the form of a tabernacle or edicule topped by a triangular pediment is typical of church retables of the turn of the century, like those of the cathedral of Portalegre, which show numerous borrowings from the illustrations of the architectural texts of the Italian theorist Sebastiano Serlio (5). Characteristic of this taste are the fluted Ionic colonnettes and the pilasters behind them (not visible in the photograph) that frame the drawers, as well as the tapering plinth forms with stopped fluting which divide the doors of the compartments of the lower section. Similar motifs appear in the retable of the church of N.ª S.ra da Luz de Carnide, one of the most important late sixteenth-century woodcarved altarpieces of Lisbon (6).

The surface wood of the Belém cupboard is Brazilian rosewood, called *pau santo* or *pau preto,* which began to be imported for church woodwork in the middle of the sixteenth century. It is generally veneered in thin strips, as in the Belém cupboard, upon some local wood, often oak or chestnut, and sometimes upon another Brazilian wood. In the lower section of the cupboard at Sta. Maria de Belém there is geometric inlay of wood in the form of narrow bands of olive, walnut and what appears to be a darker kind of rosewood, in designs of octagons inscribed on rectangles and long rectangular panels of the sort found in high relief architectural decorations called

---

em suas tendas por quaisq̃. pessoas quiserem ainda q̃. não sejão examinados porq. so d.º off. toca por ser sembragem e o tocante ao dito officio de Marcin.ro e a pessoa q̃. o contra.º fiser pagará p.la prim.ra ves vinte crusados e pella segunda trinta os quais serão pagos da cadeia a metade p.ª a Cid.e e a outra p.ª o bem aventurado São Joseph». (FranzPaul Langhans, *As corporações dos ofícios mecânicos, subsídios para a sua história,* Lisboa, 1946, vol. II, p.294).

(2) *Ibid.,* pp. 298-99.

(3) *Ibid.,* p. 309.

(4) Height: 2,98m.; length: 1,92m.; depth: 0,38m.

(5) Sebastiano Serlio (1475-1554), author of the first fully illustrated textbooks on architecture, which he began to publish in Venice in 1537.

(6) R. C. Smith, *Portuguese woodcarved retable,* «Belas Artes», 2.ª sér., no. 2, 1950, p.32.

almofadas or pillows. This inlay, extraordinary for the period, is handled with great delicacy in a pattern of diagonal banding.

The upper section of the Belém cupboard is composed of no less than 60 drawers for the use of monks participating in the liturgy. Five of these, at the bottom, have only a simple fillet of wood as decoration. The remaining 55, on the contrary, have ivory inlay in the form of two divided rectangles, one inscribed within the other, and other strips of very thin inlay (1,5 cm.) are used around these drawers. This produces that sparkling contrast between light and dark areas that is found in the new Baroque style appearing in the various nations of western Europe around the year 1600.

The cupboard of Sta. Maria de Belém, in contrast to the handsome oak chests of drawers which flank it, is partially gilt and the outer frame is polychromed in imitation of marble. This painting was probably applied in the second half of the eighteenth century, when there was a great vogue for this kind of decoration in Lisbon. The rococo targe painted on the surface of the pediment appears to bear the arms of D. Fernando de Sousa e Silva, fourth Patriarch of Lisbon, who is buried in the church of Sta. Maria de Belém, and thus would place the painting on the cupboard the painting no the cupboard within the years 1779-1786 (7), the period of this patriarch's reign.

Much of the basic style of the Belém cupboard is found in the furniture of the sacristy of the former Jesuit church of São Roque in Lisbon, which contains one of the great ensembles of this category coming from the early seventeenth century. It consists of two gigantic chests which line the long walls of the room, one more extensive than the other because of the presence on one side of a door leading from the sacristy into the church (8). These are the traditional *arcazes* or *caixões,* which are accompanied by their *respaldos* or decorative backing of wood, containing paintings, in this case of scenes from the life of St. Francis Xavier, by André Reinoso (9), a minor Portuguese artist of the seventeenth century who was also the author of the larger paintings representing St. Ignatius loyola at the top of the walls. Between the two tiers a third row of canvases was inserted in the eighteenth century, containing angels with scrolls and episodes from the lives of Christ and the Virgin, most of which appear to be the work of André Gonsalves

---

(7) Fortunato J. Almeida, *História da igreja em Portugal,* Coimbra, 1924, vol. IV, parte 4, p. 214

(8) Height: 1,12m.; length: 4,10m.; and 5,92.; depth 1,01m. Height of *respaldo:* 1,20m.

(9) «Sem ter a melhor escolha do natural, fez cousas admiraveis pela sua viveza. Entre os melhores se conta a vida de S. Francisco Xavier em S. Roque ,sobre os caixões da Sacristia, da parte direita» (Cirillo Volkmar Machado, *Collecção de memorias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, arquitectos, e gravadores portuguezes,* Lisboa, 1823, p. 74). See also Fernando de Pamplona, *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal,* Lisboa, vol. III, 1957, pp. 280-281.

(1692-1762) (10). In addition to the *arcazes* and their *respaldos,* the sacristy of S. Roque contains four cupboards set in the short walls at north and south and a wall panel at the north end. All have in common the use of Brazilian rosewood in combination with ivory inlay.

The two *arcazes* are of different construction. The longer one, on the west side of the sacristy, is a conventional chest of drawers, composed of five banks of five drawers each, alternating with five cupboards with single doors. The *arcaz* of the opposite wall, with three banks of drawers and four doors, is constructed with hinged tops, like chests of the Middle Ages and Renaissance. Thus the simulated doors and drawers of the facade are totally superfluous.

The surface of this austere but impressive furniture is of rosewood veneered upon chestnut with some insets of ebony so as to enrich the contrast with the fillets of ivory, which trace extremely simple patterns in the form of whole or divided rectangles, like those of the Belém cupboard. The decoration of this furniture consists entirely of the play of vertical and horizontal rectangles in the drawers and doors, which in smaller scale repeat the great geometric pattern of the paintings that fill the entire wall area above the *respaldos,* each canvas being separated by narrow panels of wood inlaid with strips of ivory. There is no woodcarving of any sort in the entire sacristy.

The four inset cupboards are divided into two sections with compartments above and a series of 7 drawers below, containing what appear to be the original knobs of undecorated rosewood. The paired doors of these cupboards contain fillets of ivory forming rectangles.

It is unfortunately impossible to date the sacristy of S. Roque. There is no clue in the room itself as to when the furniture was made and Father Baltasar Teles, whose book on the Company of Jesus in Portugal (12) is the chief source of information as to the progress of the work at S. Roque, neglected to provide any information as to the decoration of the sacristy. It is reasonable however, to place its furniture within the period 1620-1635, when the earliest preserved retables of wood and marble were executed.

Arcazes like those of the Jesuit church in Lisbon were typical of some of the richest religious extablishments of Portugal. There is a similar piece, again of rosewood veneered on chestnut, which takes up one entire long wall

---

(10) *Guia de Portugal da Biblioteca Nacional,* vol. I, Lisboa, 1924, p. 228; Pamplona, *op. cit.,* vol. II, pp. 139-140.

(11) Height: 1,12m.; width: 1,43m.

(12) His reference to the sacristy as «very attractive and presently very much adorned» (*muy engraçada, & hoje muy ornada*) might indicate that the work had been completed a relatively short time before the publication of his book (*Chronica da Companhia de Iesu da provincia de Portugal,* Lisboa, II, 1647, p. 126). The anonymous *História dos mosteiros, conventos, e casas religiosas de Lisboa* (Lisboa, 1950) contains on early eighteenth-century description of the sacristy furniture, but does not give its date (vol. I, pp. 277-278).

of the majestic sacristy of the church of Sta. Cruz of Coimbra, which was constructed between 1622 and 1624 for the Canons Regular of St. Augustine. The work was done on designs of the architect Pedro Nunes Tinoco of Lisbon by Manuel João and João Gaspar, masons who brought the stone from quarries in the region of Ançã, to the north of Coimbra (13).

The immense chest of drawers at Sta. Cruz, which lacks a decorative backing like that at S. Roque, is one of the largest pieces of furniture ever constructed in Europe, for it is no less than 3,80 m. in length, 1,07 m. in height and 1,69 m. in depth. There are eight banks of four drawers each, with cupboard doors at both extremities. Again the geometric ivory ornament of the facade is the only adornment of the piece, beside of course the metal pulls and lock plates, some of which repeat a typical Mannerist cartouche design.

The drawers have the same strictly geometric decoration seen in the Lisbon furniture with ivory inlay, but here the patterns are different because of the use of lozenges, both in the form of one inscribed within another and of a lozenge set inside a rectangle. Around the outer surface of each drawer there are 50 circular inlays of ivory and in one there is the mysterious inscription Ŀ⅂ĿĿ (14) formed in ivory. The cupboard doors have a checkerboard of lozenges produced by narrow strips of ivory. Between some of the banks of drawers there are vertical rectangular panels of ivory inlay. These like all the other panels are in a bad state of repair. Some of the strips of ivory are broken or entirely missing and the veneered surface is so incomplete that not a single unit of the surface is perfect. This is the more distressing because the chest of drawers is associated with the name of Samuel Tibau, a wood sculptor of Coimbra.

«I have received», he wrote on November 27, 1634, «from Canon Sebastian Cabral one *mil reis* which was given me for the model and samples that I made for the chest of drawers in the sacristy and for the time I spent in the execution of this work and in the event that I carry it out the said one *mil reis* will be discounted». This document is one of a number involving Samuel Tibau published by Prudêncio Quentino Garcia (15).

From these papers we learn that Tibau, who is always referred to as a *marceneiro* or wood carver, was French and a native, it appears, of Montpellier (16). On February 22, 1628, he was married in the church of Santiago in Coimbra to Bernarda da Silva of that city (17). On May 30, 1642, Tibau and his wife, who is now called *Leonor* da Silva, transferred to the Rector and

---

(13) *Inventário artístico de Portugal,* II, *Cidade de Coimbra,* Lisboa, 1947, p. 48.

(14) Intended possibly to represent the year 1711, when the chest of drawers may have been altered in some way.

(15) *Documentos para as biografias dos artistas de Coimbra,* Coimbra, 1923, p. 167.

(16) *Ibid.,* pp. 343-44. Tibau is here referred to as «*natural da cidad de mamfilier* (?), which Father Garcia suggests may have meant Montpellier.

(17) *Ibid.*

fathers of the college of N. S. do Carmo, a house and garden in the Rua das Padeiras, where he had been living, for which he was to receive an annual pension of eight *mil reis,* to be paid in two instalments at Christmas and on St. John's day (18). Six years later, on April 21, 1648, Samuel Tibau signed the contract to build the principal retable of the church of S. Domingos of Coimbra, a work of great importance which has been destroyed by fire (19). He was also the author of the frames of four paintings set up as altarpieces in the nave of the Old Cathedral of Coimbra after 1637 and of a stone plaque in honor of Our Lady of the Immaculate Conception erected in 1646 (20) in the chapel of the University of Coimbra by order of the Rector, D. Manuel de Saldanha, Bishop Elect of Viseu (d. 1671), which is decorated with a conventional Renaissance acanthus leaf pattern. The letters of the Latin inscription retain vestiges of gilding.

Samuel was not the only Tibau in Coimbra at this time. On December 9, 1636, a Manuel Tibau was paid five *mil reis* in connection with the retables of the village church at Meãs do Campo, which seem to have been gilded by the painter Paulo da Serra (21). Manuel may well have been the brother of Samuel, having been associated with him in making the retable for S. Domingos, when he countersigned two preparatory drawings made by the sculptor (22). He was probably a wood carver. There was also a José Soares Tibão, mentioned in a document of 1767 as a «ceramic painter» (*pintor de louça*) (23), but no point of association with Samuel and Manuel Tibau is now known.

There is no proof that Samuel Tibau executed the chest of drawers in the sacristy of Sta. Cruz, for the model of which he was paid in 1634, but it is reasonable to suppose that he was the author. If this was the case then Tibau probably also made the ecclesiastical cupboard (24) which is in the sacristy, for the pattern of the ivory inlay is quite similar in the use of inscribed lozenges. These occur in the center of the six large drawers at the bottom (a lozenge within a lozenge) and on the faces of the 70 small square drawers above the open racks for books (lozenge inside a square). The same motif occurs at each end of the drawers of the *arcaz*.

The large drawers at the base of the cupboard have at the sides of the central lozenge the motif of a rectangle of ivory inlay within a broken rectangular panel, the device on the drawers at Belém and the doors at S. Roque

---

(18) *Ibid.*, pp. 168-669.

(19) *Ibid.*, pp. 104-109. The retable was gilded by Luís Álvares in 1664-66. (*Inventário artístico de Portugal,* II, p. 86).

(20) *Ibid.*, pp. 15a, 105.

(21) Garcia, *op. cit.*, p. 344. These retables were replaced in the eighteenth century (*Inventário artístico de Portugal,* IV, *Distrito de Coimbra,* Lisboa, 1953, p. 144).

(22) Garcia, *op. cit.*, p. 106.

(23) *Ibid.*, 328. He was at the time married and forty years of age.

(24) The cupboard proper measures 2,03m. in height; the entire composition is 2,46m. high.

in Lisbon. This is used in combination with an inscribed lozenge in eight identical passages of ivory inlay in contrasting veneers, which run across the top of the cupboard at Sta. Cruz in Coimbra.

Above this point the decoration becomes decidedly sculptural. There is a broad frieze-like band, containing a winged seraph's head in the center of a delicate rinceau of acanthus leaves, from which grapes are hanging. The style of the work is exactly like that of the contemporary woodcarved retables, where motifs of this sort, with extremely thin leaves and fragile tendrils, were frequently employed in the bases supporting the lateral columns and pilasters of the frame. What distinguishes this work, however, is the sensitive modelling of the animated head of the angel, very similar to those in the spandrels of the stone frame of the elaborately decorated cupboard and the extraordinary grace of the fluidly conceived passages of leaves and tendrils which end in a fantastic animal head reminiscent of the caprices of the Coimbra school of Renaissance stonecarving of a century before.

The last part of this impressive decoration is the lunette containing the gilt wood relief of a cross between two kneeling angels, a motif which is also found on the early sixteenth-century choir stalls of Sta. Cruz. Here again the hand of the same sculptor can be seen in the heads of the angels, while the beautiful treatment of the hands and feet and the suggestion of form beneath the draperies are worthy of the best traditions of the school of woodcarving of Coimbra, famous for its figure reliefs in the style of Gregorio Fernández of Valladolid.

There is a second lunette relief in the sacristy of Sta. Cruz over a door leading into the nave of the church, on axis with the cupboard. Here there are again two kneeling angels, holding this time with one hand a gigantic gilt chalice, around which in typical seventeenth-century fashion there is a mandorla of rays, while with the other hand they hold aloft an empty scroll. Beneath the chalice three angel heads emerge from rubbery clouds. In all these heads of angels there is the same convexity of cheeks and eye sockets, the same seaweed-like hair and high protruding foreheads. The handling of the drapery is also strikingly similar. There can therefore be no doubt that all three reliefs are the work of the same man.

Was the sculptor Samuel Tibau? This seems perfectly possible because it is known that he made reliefs of figure sculpture. In the contract of 1648 for the great Dominican retable in Coimbra the description of the sacrarium specifies reliefs of the Risen Christ, Sts. Thomas of Aquinas, Gonzalo and Hyacinth (25). There were also to be panels showing the Last Supper, the Adoration of the Magi, Nativity and Crucifixion, in short one of the most

---

(25) «E outrossi o sacrario será comforme a obra e trasa em que estão asinados os dittos lesenciado e o prior e o ditto Manoel Tibau. O qual terá no alto e remate huma figura de christo resusitado e nas quatro Ilharguas leuará quatro Imagens de vulto de rellego

important galaxies of relief sculpture in any Portuguese altarpiece of the seventeenth century, which was the principal period for this kind of decoration.

From 1634, the year in which Samuel Tibau signed the receipt for his work for the Sta. Cruz sacristy, comes the fine rosewood music stand now at the Museu Regional of Aveiro (26). This anonymous piece is dated in ivory inlay on the inclined music rest, which is placed in a lozenge inside an interrupted rectangle. One one face appears the inscription «Annos», while on the other can be read «E[ra] 1634».

The same composition is repeated in miniature in vertical form in the architectural base that supports the pedestal of this distinguished music stand, which is important not only because it is dated but because of the combination of Renaissance and Baroque motifs which decorate it, thus emphasizing again the transitional nature of Portuguese furniture of this period. The pedestal in the form of a Doric column suggests the legs of sixteenth-century French trestle tables, while the swelling at the bottom of the shaft is reminiscent of the architecture in the backgrounds of Flemish and German Mannerist paintings. The complex volutes at the angles of the base are however Baroque, in the springing movement of their curves.

Handsome as these pieces of furniture are, they are all over-shadowed by the two huge cupboards of the sacristy of what was probably the richest of the old monasteries of Portugal, the Cistercian abbey of Alcobaça. Set into the walls of this enormous room, which William Beckford, who saw it in 1796, described as «gorgeous and glistening, worthy of Versailles itself» (27), the two cupboards rise to the spectacular height of 2,23 m. They are dated in applied gilt metal letters reading «Anno Domini, 1664» and thus belong to the full Baroque period of the second half of the seventeenth century. They are all that remain of the original contents of this noble room, for the four great chests of drawers, the gilt picture frames and other furniture were introduced along with the plaster decoration of the vault in the second half of the eighteenth century.

This is the most architectural furniture of the ivory category. The two cupboards, again of veneered rosewood but this time in combination with small strips of ebony, have a base section of extremely handsome design. Above this there is the cupboard proper with 66 small drawers, each made

---

que seram sam thomas daquino samto Ambrosio de sena santo Antonio e sam digo em luguar de santo Antonio sam gomsallo e a quarta Imagem de sam Iasinto.

Terá o piam do ditto sacrario quatro paineis de meio Rellego com os doze Apostolos ofressimento dos Reis e nassimento digo Rellego nas quatro partes dello que seram a Cea do Senhor com os doze Apostollos oferesimento dos Reis e nassimento de christo elle crusefiquado» (*ibid.*, p. 106).

(26) Height 1,90m.

(27) *Italy, Spain and Portugal with an excursion to the monasteries of Alcobaça and Batalha,* New York, 1845, p. 188.

with four dovetails, and a row of large compartments. This section is framed by tapering plinths with Corinthian capitals and acanthus-covered brackets. Above, there is an entablature with brackets dividing the inscription into three parts, below the widely projecting cornice. The final zone consists of a grand, though empty, niche, like those frequently set at the apex of a church facade in the late seventeenth century. This is flanked by volutes and crowned by a targe, both of Baroque scroll form. The targe, which contains the arms of Portugal impaled beside those of the Cistercian Order, is set between a pair of vases of «top» or «turnip» composition, while at either extremity of the niche rise graceful obelisks on voluted pedestals. Here, and in the numerous brackets of the piece, the targe and its urns, there is a new emphasis upon carving, upon plastic effect, alien to the earlier pieces but typical of the new Baroque spirit of the second half of the seventeenth century.

The geometric patterns of the Alcobaça cupboards are considerably more complex and the colors of the wood veneers more varied than those of the earlier examples. The important innovations in design are the octagons of the doors of the compartments (set inside two elaborately broken rectangles), the interlaced squares of the doors of the base, and the zig-zag decoration of the tapering plinths at the sides. Also of significance is the decoration of the frame of the niches, where a quatrefoil pattern is introduced and the spandrels are ornamented with volute compositions. Here for the first time ivory inlay is used in curving, semi-naturalistic motifs reminiscent of the luxuriant vine patterns of contemporary woodcarving and marble inlay. So elaborate is the program of inlay of the Alcobaça cupboards that ivory and ebony are inserted into the under side of the cornice above the niche and there are fillets of ivory on the inside of the fall boards and the interior of the central compartments of the two grandiose constructions.

Some domestic furniture with ivory inlay, quite distinct from that of the Indo-Portuguese category, was made in the seventeenth century, mostly in the form of cabinets called *contadores,* accompanied by specially designed stands with turned legs. The salient characteristics of these pieces indicate that they belong to the austere style of the first half of the century. None, as far as this writer knows, approach the richness of decoration found in the cupboards of Alcobaça or many of the conventional ivory-less *contadores* of the second half of the seventeenth century, which were decorated with spiral ornament, ball and disk turning, acanthus and other carving, and a Portuguese version of wave ornament called *tremido* (28).

Typical of these ivory-inlaid pieces is a *contador* in the collection of the Museu Regional of Aveiro (29). Built of conventional rosewood and

---

(28) R. C. Smith, *Portuguese furniture of the seventeenth century,* II, «Connoisseur», May, 1959, pp. 268-71).

(29) Height: 0,61m.; width: 1,10m.; depth: 0,46m.

containing four banks of four identical drawers (of the three-dovetail variety), this cabinet closely resembles the simplest Spanish *papeleras* of the period, which were built entirely without architectural features, having not even a cornice. The only decoration is the double line of ivory forming a rectangle on the surface of each of the drawers. The doors, an unusual feature suggesting Flemish influence, have the same decoration on their inner face. Outside they are entirely plain.

Another rosewood cabinet of the same size and shape (30) and apparently of the same period, at the National Palace in Sintra, has a falling front like the Spanish *vargueño*. The twelve drawers reveal a design of lozenges in ivory inlay resembling that of the cupboards at the ends of the chest of drawers in the sacristy of Sta. Cruz at Coimbra, while the sides show the extremely rare feature of inlay decoration, tracing a broken rectangle, likewise in ivory. The cabinet rests on a solid base with similar decoration.

There are a few rosewood tables with ivory inlay. Typical is an example at the Palace of Sintra (31) with lozenge patterns on the drawers and in the top. The trestle base is designed in the lyre form which was popular in Spain and Italy during the seventeenth century (32).

Finally there is record of a «great Buffet of ebony, Inlaid with ivory in the audience chamber of the Royal Palace of Lisboa in 1670 (33).

What were the origins of this group of handsome furniture, which as we have seen decorated some of the finest sacristies of Portugal in the seventeenth century? Until the fifteenth century the use of wood inlaid with ivory, mother-of-pearl and metal was limited almost entirely to the Moslem world. It was from the Levant that these techniques were brought to Italy, where in the sixteenth century they created a great vogue for luxurious cabinets with figures, scenes and elaborate decorative motifs in ivory. At the same time the Portuguese were coming in contact with Moslem furniture in India. From these contacts developed a similar taste for cabinets with complicated inlay of wood and ivory in the form of fantastic birds, animals and foliage, which constitute the type of furniture, as yet little studied, known as Indo-Portuguese. Meanwhile in Spain, the western European nation most deeply influenced by Moslem ways, especially in the arts of decoration, small cabinets with ivory or bone inlay were being made along simpler lines with geometric patterns in thin fillets. This seems to be the source of the Portuguese style

---

(30) Height: 0,57m.; width: 1,03m.; depth: 0,42m.

(31) Height: 0,81m.; top: 0,84m. × 1,28m.

(32) There is, for example, a small *vargueño* decorated with interrupted rectangles of bone inlay in the Bremo de Larousselle collection (Monique Fayot, *Meubles et ensembles: Renaissance espagnole,* Paris, 1961, p.l XVI).

(33) Diego Enrique de Villegas. *Pyramide natalico y baptismal a la soberana, augusta, excelsa. magestad de la serenisima reyna, d. Maria Francisca Isabel de Saboya, princeza de Portugal. Lisboa, 1670, p. 97.*

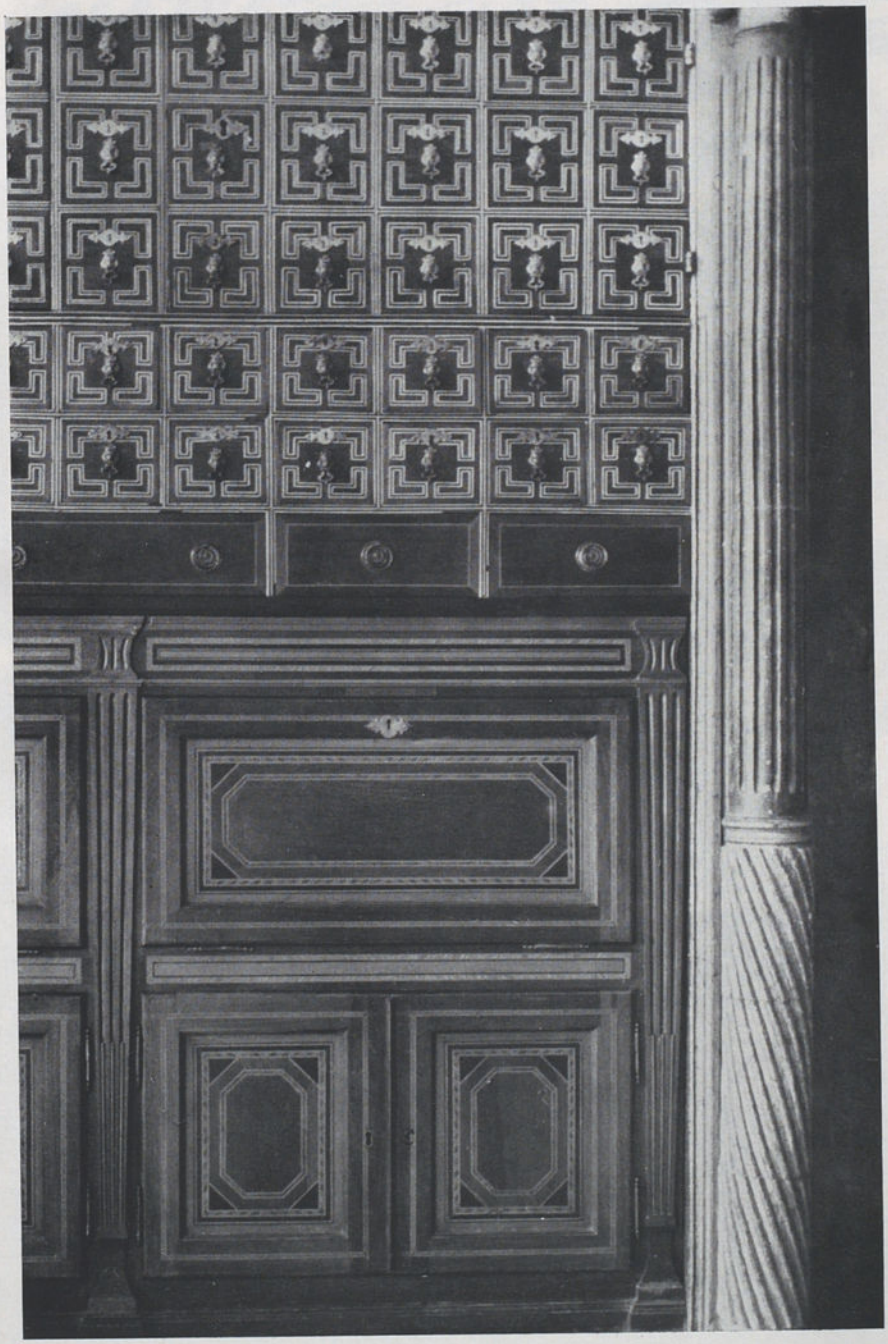
of the seventeenth century. In Spain lozenges and broken rectangles were the principal decorative motifs, just as they came to be in Portugal. The technique of the «threads of ivory» can therefore be considered one more product of woodworking produced by the union of the two crowns of Portugal and Spain in 1580, although with the essential observation that in Portugal in was given a national character by the use of the handsome tropical woods imported from Brazil.

ROBERT C. SMITH
University of Pennsylvania and Henry Francis du Pont Winterthur Museum.



LISBON. STA. MARIA DE BELÉM

Sacristy Cupboard.



LISBON. STA MARIA DE BELÉM.
Sacristy Cupboard. Detail



LISBON. S. ROQUE

Sacristy.





COIMBRA. STA CRUZ.

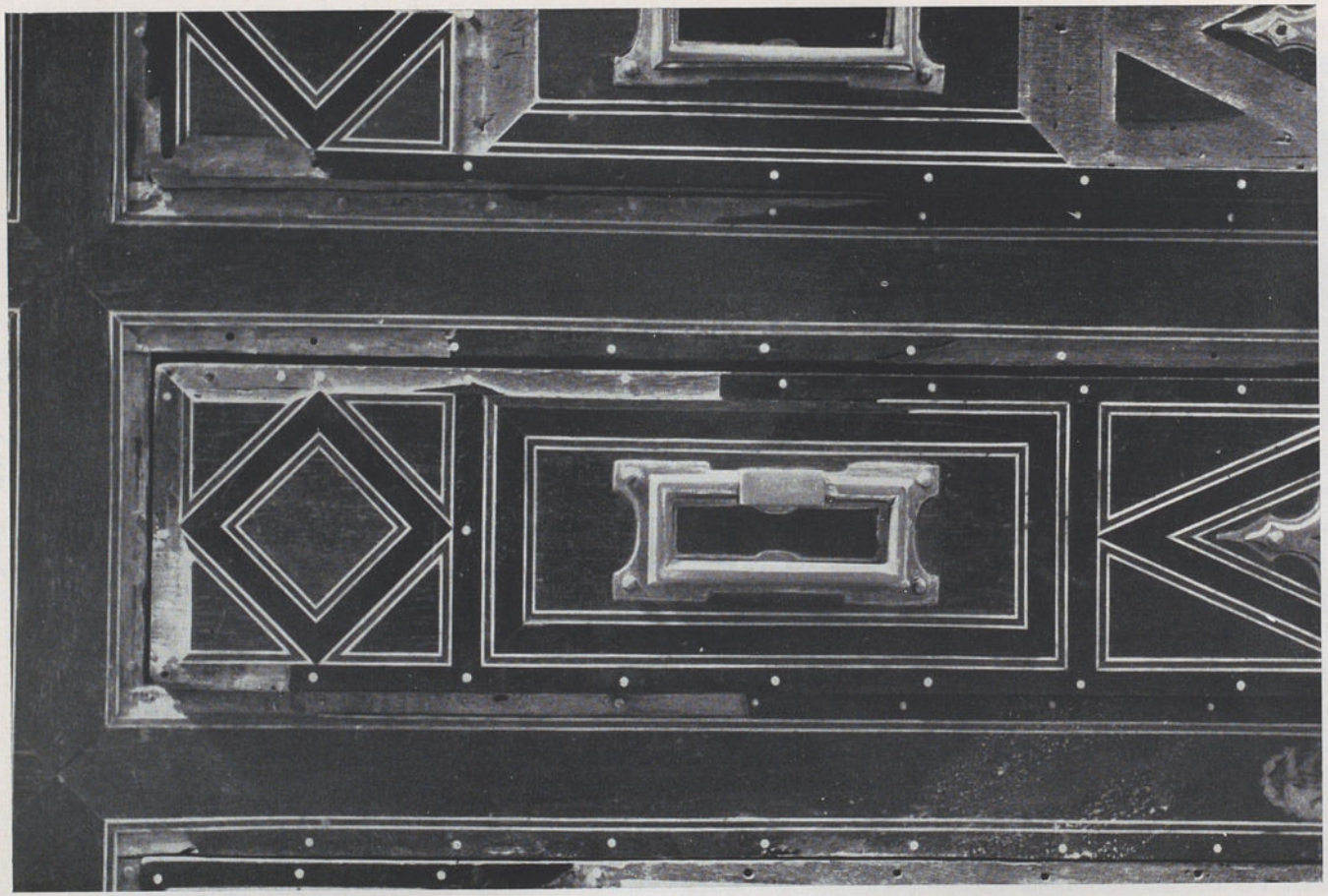
Sacristy Chest of Drawers.



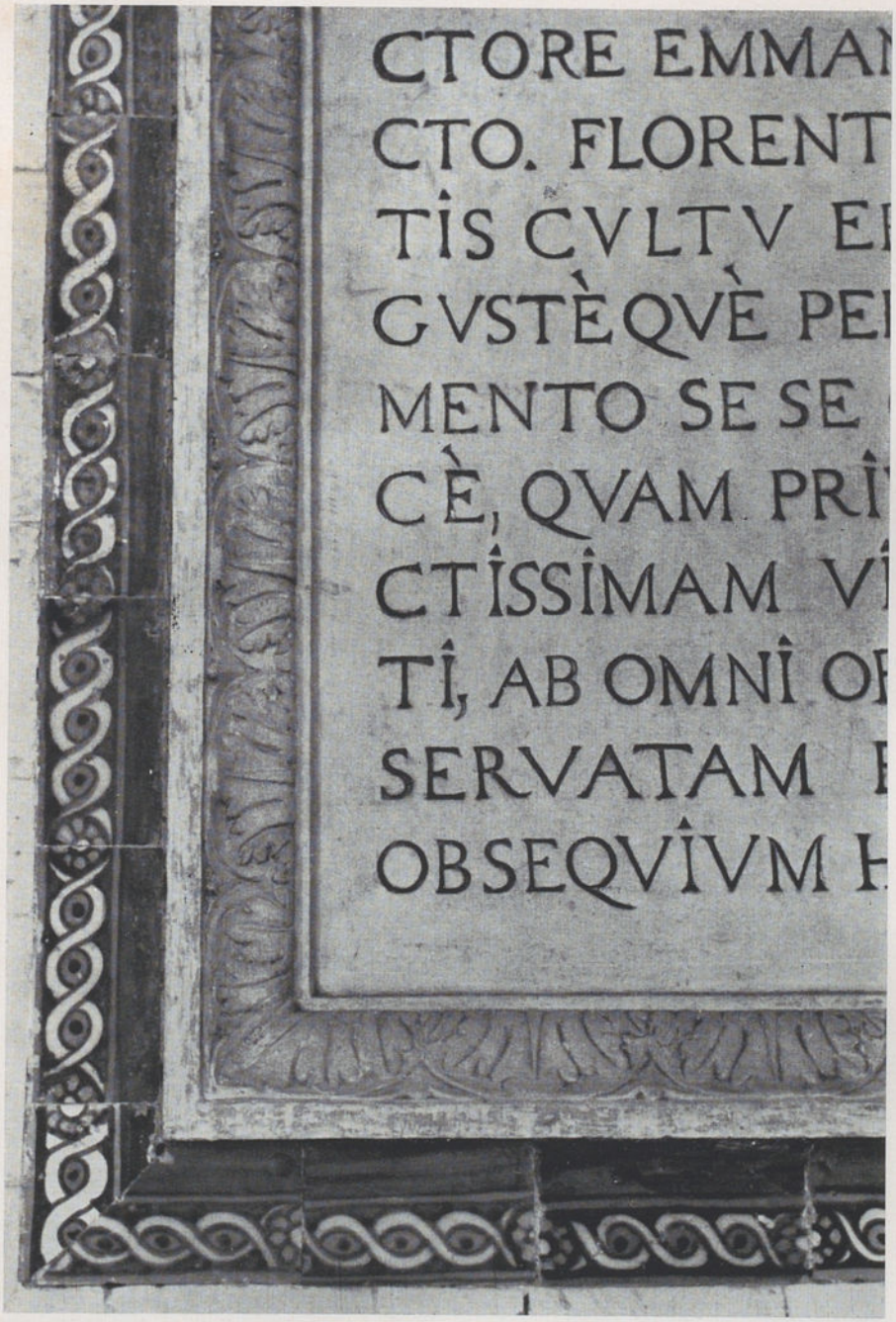
COIMBRA. STA. CRUZ

Sacristy Chest of Drawers. Detail.

(Samuel Tibau?)



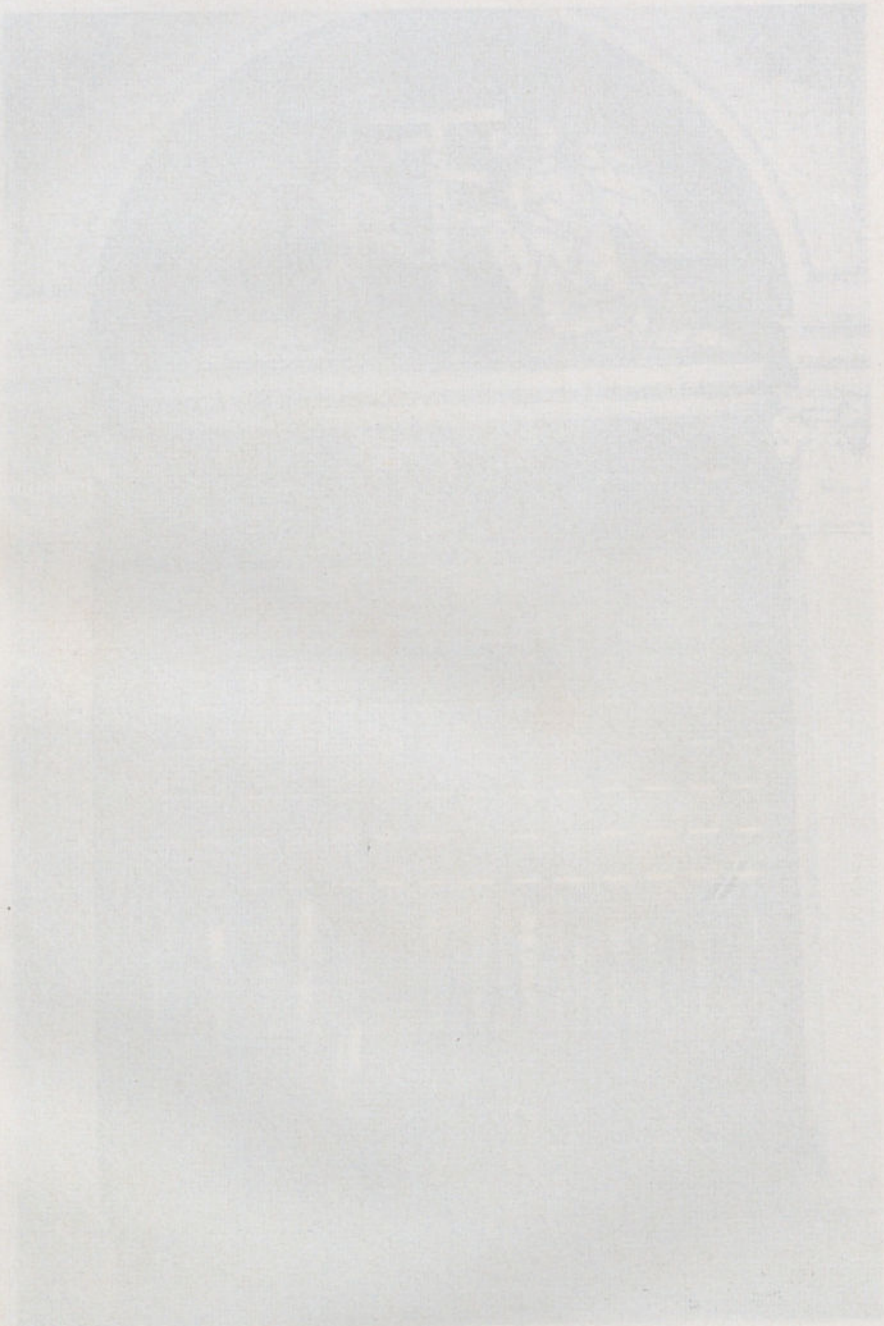
COIMBRA. STA CRUZ.
Sacristy Chest of Drawers.
Detail of Drawers.



COIMBRA. UNIVERSITY CHAPEL.
Tablet of 1646. Detail.
(Samuel Tibau).



COIMBRA. STA CRUZ.
Sacristy Cupboard.
(Samuel Tibau?).





COIMBRA. STA CRUZ.

Sacristy Cupboard. Detail of Relief.

(Samuel Tibau?).





COIMBRA. STA CRUZ.

Sacristy Cupboard. Detail of Relief.

(Samuel Tibau?).

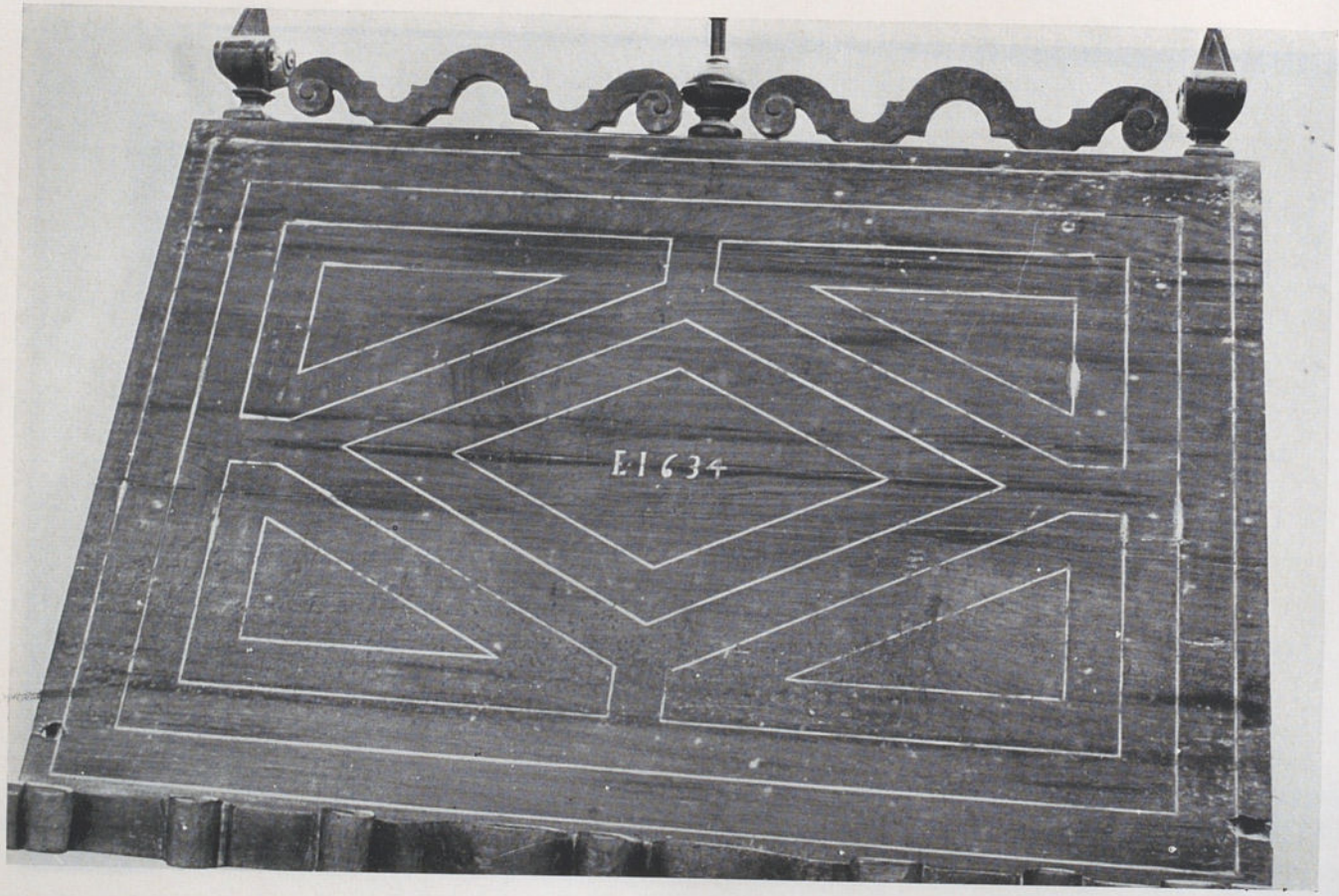


COIMBRA. STA. CRUZ.
Sacristy Relief.
(Samuel Tibau?).



AVEIRO. MUSEU REGIONAL.
Music Stand. 1634.



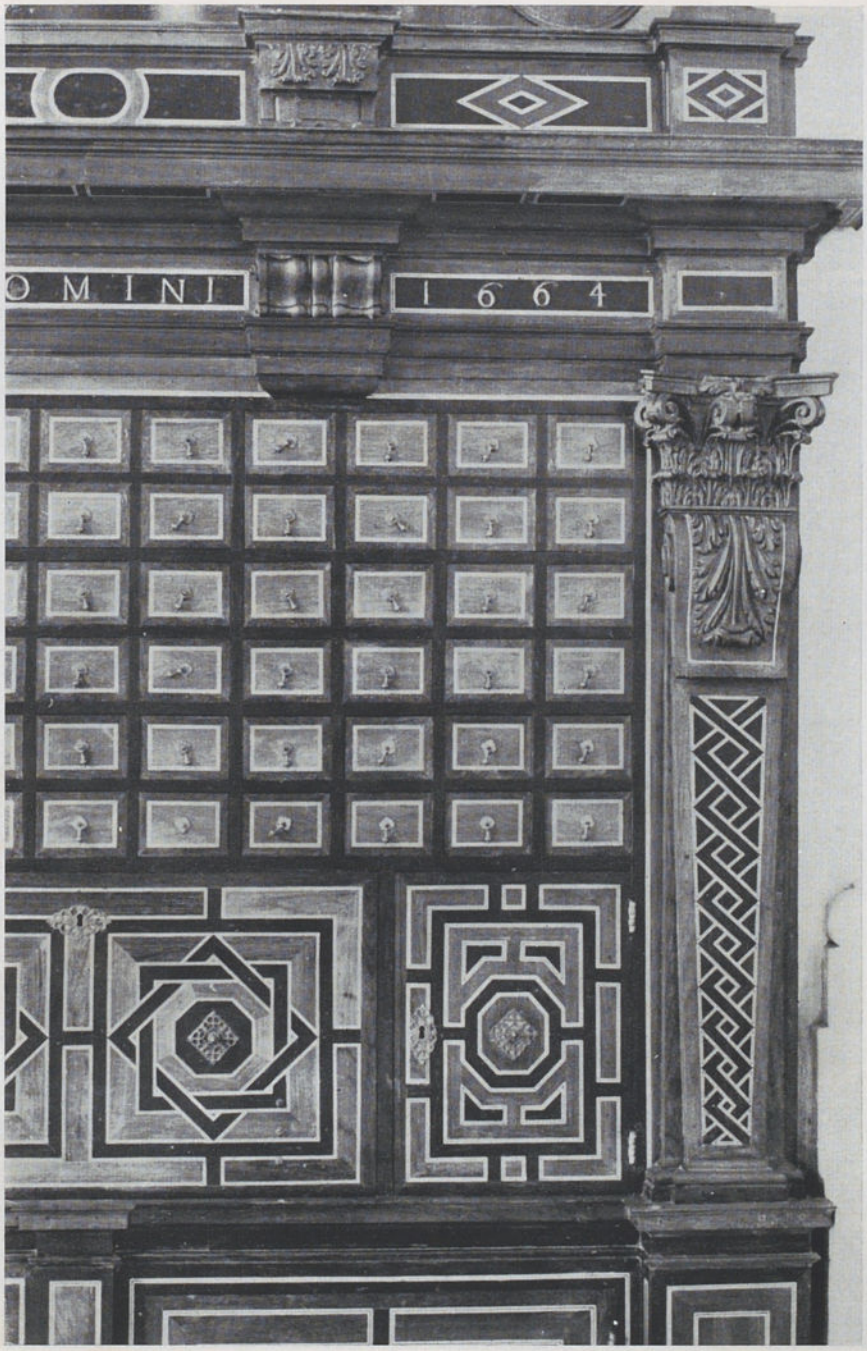


AVEIRO. MUSEU REGIONAL.
Music Stand. Detail.

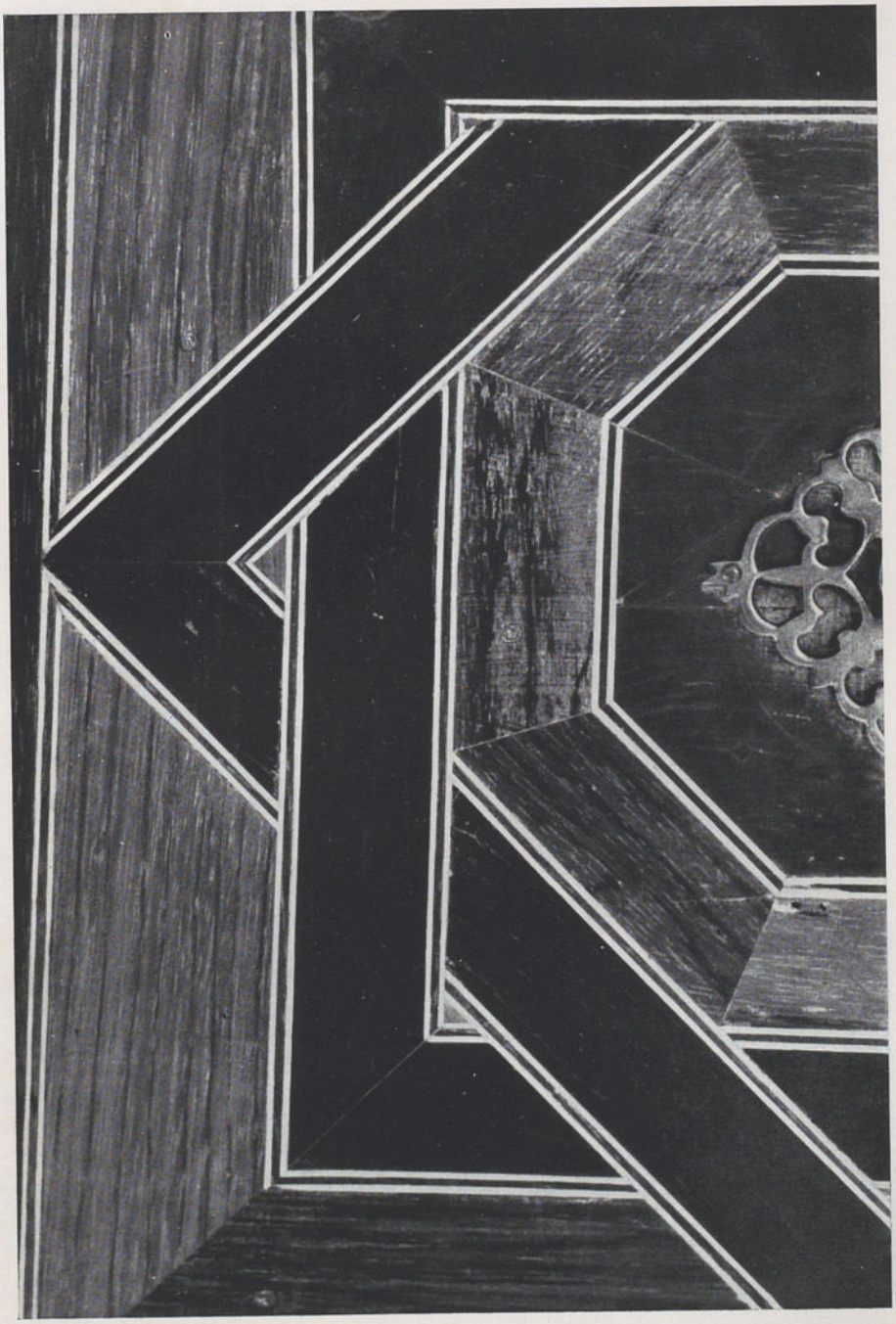




ALCOBAÇA. STA. MARIA.
Sacristy Cupboard. 1664.



ALCOBAÇA. STA. MARIA.
Sacristy Cupboard.
Detail of Drawers.



ALCOBAÇA. STA. MARIA.
Sacristy Cupboard.
Detail of Fallboard.



ALCOBAÇA. STA. MARIA.
Sacristy Cupboard.
Detail of Upper Section.





AVEIRO. MUSEU REGIONAL.
Cabinet.



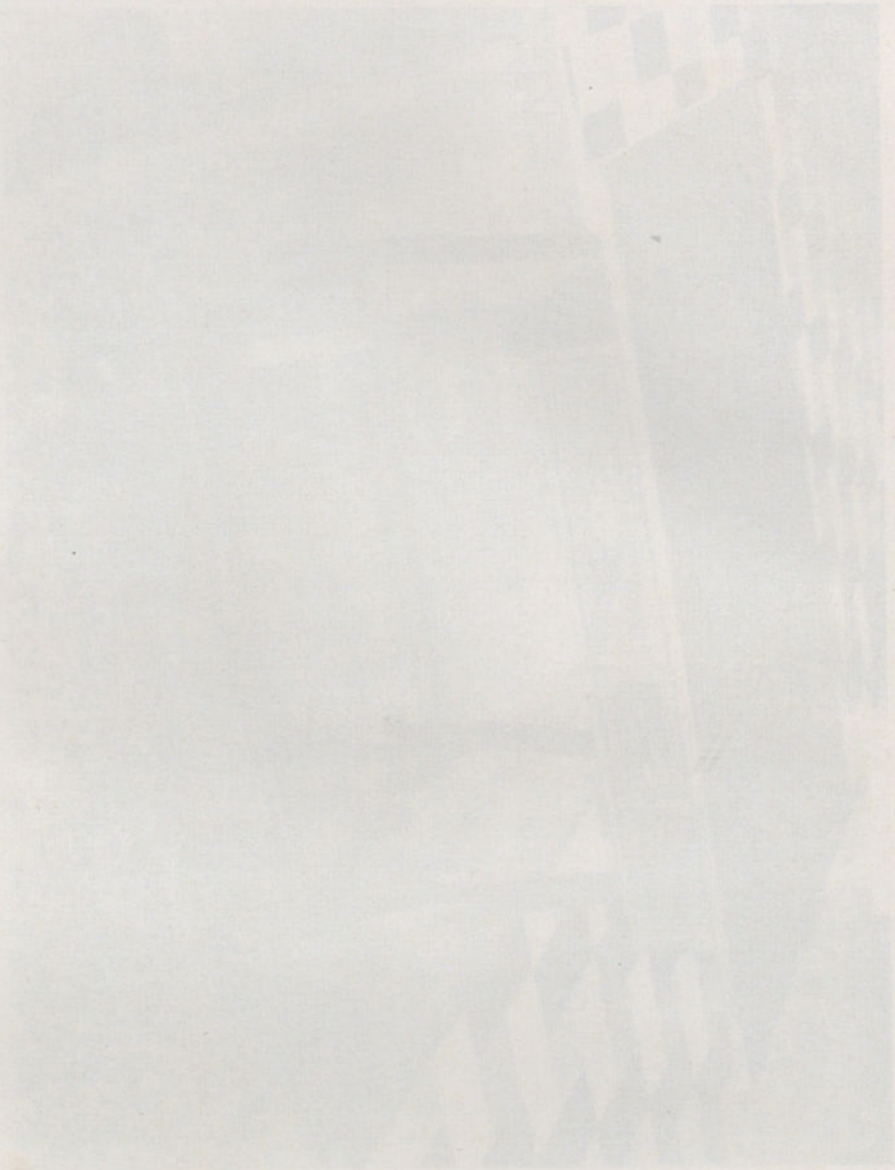
AVEIRO. MUSEU REGIONAL

Cabinet. Detail of Side.



SINTRA. PALÁCIO NACIONAL

Table.



ESPIRITUALIDADE E VALORES HUMANOS EM LUÍS DE CAMÕES

INTRODUÇÃO

São já muitos e valiosos, em Portugal e no estrangeiro, os estudos sobre Camões. O de D. Francisco Alexandre Lobo foi «o primeiro sistemático, ordenado e crítico» (1). *Aliás, o bispo de Viseu é, sem favor, na primeira metade do século XIX, um dos pioneiros da nossa crítica literária* (2). *Mas estão longe de completamente iluminadas as sombras que o tempo foi projectando sobre a vida e a obra do Poeta.*

Ainda não tem uma biografia segura, elaborada à margem de hipóteses, conjecturas ou controvérsias. E a crítica vai, cada vez mais, distante de se acordar na hermenêutica do pensamento, nos méritos das produções, no inventário das obras e porventura na identificação dos personagens.

As dificuldades são acrescentadas, artificiosamente, por lamentável parcialismo ideológico que arrasta a crítica pelas ruas da amargura. Assim, o escuro não se aclara e o claro se escurece ou eclipsa.

Por tal caminho, não surpreenderá se averigue, qualquer dia, que Luís de Camões nunca existiu e que Os Lusíadas *apareceram por acaso...*

Por enquanto, não se registam divergências sobre o seu génio. Com suas reticências e senões exagerados e apaixonados, Macedo e Verney não convencem nem se elevam (3). *Nem se discute o seu portuguesismo. Tão evidentes são um e outro que negá-los seria desacreditar-se e perder qualquer audiência. Todavia, outras facetas se impõem... e tão manifestamente que não oferecem azo a disputas razoáveis.*

---

(1) Mendes dos Remédios, *Camões e o ideal da sua obra*, p. 12.

(2) Estudou também: P.e António Vieira, Fr. Luís de Sousa, Nicolau Tolentino, Fr. Tomé de Jesus, Gabriel Pereira e Amador Arrais.

(3) Verney censura o plural *Lusíadas*, por inovação «que não tem exemplo na boa antiguidade» na epopeia. O defensor de novidades revela-se, aqui, patinador... escravo de cânones pelo menos...

Tanto impressiona a extensão e riqueza da cultura como a segurança de informação e doutrina. E basta ler Os Lusíadas, *para admitir a justiça destas palavras. Ali confluem as várias correntes da cultura, coeva e remota, e sopram ventos de todos os quadrantes do pensamento. Camões chega para destruir o mito dum Portugal asfixiado, de portas e janelas cerradas às influências da Europa, e para aniquilar a lenda dum humanismo estrangulado ao nascer e a fantasia que faz da Escolástica um elemento deformante e esterelizador.*

*Se quem conhece Dante, sabe o que foi a Idade Média, quem estudar Camões a sério, especialmente n'*Os Lusíadas, *surpreenderá a Idade Moderna, no labirinto das suas tendências; a Europa com seus dramas; a civilização mediterrânica, a expandir-se e a enriquecer-se no Atlântico, no Indico e no Pacífico; e o Mundo a revelar-se e a mirar-se no espelho, que os portugueses lhe puseram nas mãos.*

Descobrirá ainda a alma de Portugal, as suas raízes de nação, as fontes da sua dinâmica histórica e os rumos da sua trajectória...

O carácter histórico, nacional, do argumento de Os Lusíadas *não invalida, nem desactualiza nem diminui o poema, pelo simples facto de ser real e de interesse humano, universal e perene, o fundo da epopeia.*

Com ou sem a destruição de Tróia, com ou sem a viagem de Ulisses, a Grécia seria a mesma Grécia e as relações humanas e condições de vida à superfície do planeta não sofreriam alteração sensível.

Já não pode afirmar-se o mesmo das viagens do Gama e de Cabral. Que maior interesse humano, pelas humanas e perenes consequências, tem a gesta dos heróis de Virgílio e de Homero? E Camões não canta só nem principalmente heróis singulares (1), *mais ou menos representativos, mas o «peito ilustre lusitano», um povo, uma comunidade nacional em marcha e ao encontro da comunidade mundial, no comando da história.*

Não se trata de um nacionalismo acanhado, mas aberto. É uma gesta que aproxima e apresenta nações e continentes, raças e civilizações, rumo à unidade na pluralidade e diversidade.

Camões não é só o artista genial ou o bravo soldado, condecorado com a cicatriz de Mavorte («manqueija de um olho sicut et nos, *diria mais tarde de Manuel Serrão»). É mais que um boémio algo assomadiço ou um amoroso apaixonado. Não se tem reparado, suficientemente, na sua espiritualidade, tábua de valores, sentido da existência ou filosofia da vida.*

Em 1910, alguém se queixava de estar «ainda por fazer» o «estudo profundo, racional» de Os Lusíadas, *sob o aspecto social. E hoje continua a ser verdade que o «cerne», «a substância, o vigor sublime, permanecem desconhecidos para a maior parte do público»: «Mediram-se os versos, esmiuçou-se a virgulação, apontaram-se as falhas de tipografia, emperrou-se na leitura, citaram-se opiniões e frases de escritores coevos, nacionais e estranhos, solveram-se*

---

(1) O plural *Lusíadas* já manifesta a intenção do Poeta.

os embaraços, ao talante de cada editor...; mas escalpelar os altos pensamentos, desvestir as imagens, patenteando-lhes o sentido íntimo; aquilatar a perfeição dos ditames grandiosos, servindo de lição e de estímulo patriótico, civilizador, ninguém cuidou disso, até agora, a sério e a preceito» (1).

Este «deplorável prejuízo nacional» não foi ainda, em meu entender, suficientemente sustado e reparado. Algo se fez. E Mendes dos Remédios abriu o caminho, em duas notáveis conferências: «Camões e o ideal da sua obra» e «Camões, Poeta da Fé». Mas a tarefa espera ainda por alguém, por muitos...

(1) *Apontamentos sobre «Os Lusíadas», por um curioso p. 322* (Livraria Magalhães e Moniz, Porto, 1910). Este curioso é o bispo D. António Aires de Gouveia (Mendes dos Remédios, *Camões e o ideal da sua obra*, p. 12).

I

HUMANIDADE E DIVINDADE

Têm-se invocado, nos últimos tempos, alguns textos de Camões para o proclamar incréu, mais de céptico... materialista. Apontam-se os principais. Do soneto *Verdade, amor, razão:*

> «*Fortuna, caso, tempo e sorte*
> *Têm do confuso mundo o regimento*».
> .....
> *O que é mais que vida e morte*
> *Não o alcança humano entendimento* (1);

É do mesmo soneto a conclusão:

> «*Cousas há i que passam sem ser cridas*
> *E cousas cridas sem ser passadas,*
> .....
> *Mas o melhor de tudo é crer em Cristo*».

No *Correm turvas*, se colhe:

> «*Os fementidos Fados já deixaram*
> *Do mundo o regimento ou desvario*».

E ainda, aludindo ao mundo:

> «..... *anda tão confuso*
> *Que parece que dele Deus se esquece*».

Nas *Oitavas:*

> *Em Deus creria, simples e quieto,*
> *Sem mais especular nenhum secreto.*»

---

(1) As citações não se fazem, normalmente, pela ordem cronológica das obras, que é e será em discussão. Nem pela dos cantos ou, sequer, pela das estâncias. Atendeu-se mais à lógica da exposição. E não advirá prejuízo de monta, porque a doutrina não sofre alteração. O leitor o deduzirá das próprias citações, extraídas não de uma mas de todas as obras. Para a Lírica, utilizam-se *Obras Completas...* com prefácio e notas de Hernâni Cidade (Sá da Costa, Lisboa).

Também na *Carta de Ceuta:*

«*Que o mais certo que temos*
É não termos nada certo
Cá na Terra.» (1)

Estará Camões a negar a certeza e a Providência? Seria, ao menos, um fideísta que tenta crer, *cegando* a razão, por imposição da vontade ditadora?

O primeiro dos citados sonetos não aparece na edição de 1932, embora fosse inserido na de 1958, em que foram incluídos também outros de autenticidade pelo menos duvidosa. Ainda que seja de Camões, tem de ser visto à luz do contexto e dos lugares paralelos das outras composições do Poeta.

Também hoje, perante os *desconcertos* do mundo *contemporâneo*, se pode desabafar... que Deus parece esquecido dos homens... que correm por aí inúmeras mentiras aceites por verdades e verdades recusadas por mentiras... e que o melhor, mesmo o único seguro, é crer em Cristo. Sem que isso signifique cepticismo, mas antes fé, apelo e refúgio em Deus.

Não é outro o sentido daqueles versos. E assim o entendeu Mendes dos Remédios: «O único porto seguro que vence tudo: fortuna, caso, tempo e sorte — *é crer em Cristo!* (2) Quanto a estes:

«*Mas sabe que o que é mais que vida e morte*
Que o não alcança humano entendimento...»

inculcam a limitação dos conhecimentos humanos, a necessidade da revelação e que o Infinito não cabe dentro do finito. A mesma ideia exprime, mais claramente, na estância 8 do *Canto X*, pela fala de Tétis. Sublinhando que Deus é «saber alto e profundo», «sem princípio e meta limitada», acrescenta:

«... *mas o que Deus é ninguém o entende,*
Que a tanto o engenho humano não se estende.»

Os versos:

«*Em Deus creria...*
Sem mais especular...»

não sugerem a renúncia às razões da fé nem significam que a ciência suscite dificuldades à crença. Como adiante se verá melhor, Camões combate a supervalorização das *obras vãs do vulgo errado* e acentua a caducidade do terreno. E pergunta a Platão *que lucrou* de viajar por tantas regiões, e a César de as conquistar... *que alcançou.* No Céu, o espírito *nada cura*

---

(1) A *carta* supõe-se escrita de Ceuta...
(2) Camões, *Poeta da Fé*, p. 29.

da fama que fica. Melhor seria a existência do pastor, a sua alegria de viver, vendo «correr sempre clara a fonte», mas «sem imaginar a água donde nasce» nem «quem a luz esconde no horizonte», «tangendo a frauta», enquanto «o gado pasce».

Sugere aqui o Poeta, como na *Carta de Ceuta*, que Deus é o que mais importa:

«*Quem tem razão tão cerrada*
Que não saiba sendo rude
E sem respeito,
Que, sem Deus, é tudo nada
E nada, com Ele, tudo
Sem defeito?

E acentua:

E sendo isto tão certo,
Como todos (1) *confessamos*
E sabemos,
Não troquemos pelo incerto
O em que tão certo estamos,
Pois o vemos.»

Estas palavras esclarecem as outras da mesma *Carta:*

«*Que o mais certo que temos*
É não termos nada certo cá na Terra»,

evidenciando que não inculcam cepticismo, mas a inconstância ou precaridade do mundo. O Poeta sublinha, ainda mais, a ideia:

«*A seu fim todas as cousas vão correndo,*
Não há cousa que o tempo não consuma
Nem vida que de si tanto presuma
Que não se veja nada, bem se vendo.»

Bem se vendo... pois muitos, por falta de reflexão, não se vêem... situam-se fora do real. E assim a cera se tem por bronze. Se, por causa dos versos alusivos aos *desconcertos* do mundo, considerássemos céptico a Camões, teríamos de considerar céptica a própria Bíblia: «*Quare via impiorum prosperatur, bene est omnibus qui praevaricantur et inique agunt?*» (2).

Com efeito, há ímpios que nadam em prosperidade e não falta algum bem a qualquer dos prevaricadores. Cristo dirá que o Pai manda o sol para bons e maus, expressão da bondade paterna de Deus, cuja justiça se

---

(1) O *todos* documenta o pensar da generalidade do povo português, no século XVI.
(2) Jeremias, cap. II.

completará no além. Camões, nos *Disparates da India* lembrará que «bons e maus» *todos somos* «del merino», isto é... filhos de Deus. E na redondilha *Corre sem vela*, confessando que é «para os bons confusão ver que os maus prevaleceram», reconhece que eles, *se do mal se não apartaram...*

«*Sempre castigos tiveram...*»

Não se deixou entontecer com a existência do mal, cuja dramática evidência não eclipsa a *evidência metafísica* da existência de Deus. Na *Canção X*, alude à dureza do sofrimento que lhe pôs «a alma em carne viva». E, num célebre soneto, jeremiou:

«*O dia em que nasci, moura e pereça*
Não o queira jamais o tempo dar.
Que este dia deitou ao mundo a vida
Mais desgraçada que jamais se viu.»

O infortúnio parecia-lhe cadeia interminável. Assim o confessa, na *Carta de Ceuta:*

«*Em um mal outro começa.*»

E acentua:

E o triste que tem um
A sofrer outro se ofereça
E, só pelo ter, conheça
Que basta um só que tenha
Para que outro lhe venha.»

No seu drama existencial, como agora se diria, desabafa:

«*Que segredo tão árduo e tão profundo:*
Nascer para viver, e para a vida
Faltar-me quanto o mundo tem para ela.»

A queixa vem na *Canção X*. E lamenta-se da pobreza de meios e de amor, que lhe aumenta o drama:

«*Na vida, desamor sòmente vi,*
Na morte a grande dor que me ficou
Parece-me que para isto só nasci...»

Não raro, protesta contra as injustiças, «antigo abuso». Mas não esconde as próprias culpas:

«*Do mal que me ficou a culpa é minha,*
Pois sobre coisas vãs fiz fundamento.»

As causas dos seus males são as ilusões, as *altas torres que fundou no vento.* E exprime, como segue, o seu grande pesar:

«*Por um pequeno bem, que desfalece*
Um bem aventurar que sempre dura.»

Este e outros desvios sublinha:

«*Cuidando alcançar assim*
O bem, tão mal ordenado,
Fui mau; mas fui castigado.
Assim que, só para mim,
Anda o mundo concertado.»

Na mesma linha de pensamento, o verso da *Canção VII:*

«*Amor fez leis, sem ter alguma comigo.*»

Fruto da reflexão ou da experiência, deixou, em redondilhas artificiosas mas ricas de belos pensamentos, a seguinte conclusão:

«*Anda, por certo, enganado*
Aquele que quer valer
Levando o caminho errado...»

Os desaires amorosos e as injustiças dos homens são as notas dominantes do mal, na vida do Poeta. E são os primeiros que o fazem falar:

«*Daquela humana fera tão formosa,*
Suave e venenosa
Que me criou aos peitos da Esperança.»

Mas o mal nunca o afastou de Deus. Aludia à «justa lei do Céu» e resignava-se: Assim, na *Canção X:*

«*Da força soberana*
Da Providência, enfim, divina pendo.
Isto que cuido e vejo, às vezes tomo
Para consolação de tantos danos.»

Não *cuida* apenas, *vê*... o que é de notar. Uma vez por outra, a resignação volvia-se-lhe em apatia:

«*... a tal sorte vim*
Que não vejo bem algum,
Enquanto vejo
Que não nasceu para mim;
E, para não sentir nenhum,
Nenhum desejo.»

E também:

Já de mal que me venha não me arredo,
Nem bem que me faleça já pretendo
Que, para mim, não vale astúcia humana.»

A apatia, porém, não evolui para revolta. E não lhe escapou o papel do sofrimento, na recuperação dos transviados. Por isso, na *Carta de Ceuta*, fala de si mesmo, nos termos seguintes: «*...o que mais me entristece é ter contentamento, pois fujo dele, que minha alma o aborrece, porque lhe lembra que é virtude viver sem ele...*»

Não é só em *Sôbolos rios*, muito antes reconheceu a vaidade das coisas humanas. Pelo que não é de se lhe aplicar o remoque, dirigido àqueles que... começam a dar bons conselhos, quando já não podem dar maus exemplos: dera bons conselhos, antes de dar bons exemplos. Quanto ao... *bem prega Fr. Tomás*, lembrou-o a si mesmo, como veremos.

Camões viu que o mal é obra da criatura. No soneto *Cá nesta Babilónia*, fala de... «quanto mal *o mundo cria.*» E, na *Elegia VI*, alude ao *mal em que ele só é tão culpado.* Da existência do mal não deduziu a inexistência de Deus. E, de facto, só poderia deduzir a existência, no homem, da liberdade e da condição de criatura, de limitado.

Não se desviou da linha do homem histórico. Sim, o homem histórico é o «animal religioso», ainda antes de «animal político» (1). O facto é irrecusável. O positivismo, o marxismo e o freudismo apresentaram soluções radicais para o explicar. O magote de A. Comte afirma que o homem, não sabendo explicar os fenómenos da natureza, os atribuíu a seres divinos. O marxismo sustenta que o homem imaginou Deus e o Céu para se compensar da infelicidade que lhe trouxe o aparecimento das classes. E Freud ensina que o homem, não podendo responder, por qualquer impedimento, aos estímulos de Cupido, transfere ou desvia as tendências, do «Eros» para algo que idealiza, fora e acima da humanidade (2).

As explicações divergem. E as mesmas divergências mostram que eles estão às escuras. Como sabem que foi assim, com aquela simplicidade toda? Donde consta? Não se deslocam montanhas com um sopro, como se faúlhas ou ciscos. Para que o homem atribuisse os fenómenos da natureza à Divindade, era necessário que ele já dela tivesse noção. Ninguém atribui uma acção a uma pessoa cuja existência ignora. Para que o homem esperasse que Deus o compensasse das injustiças, era indispensável saber que existia

---

(1) Do homem pré-histórico, nada consta, com segurança, sobre religião. Alguns elementos do período mustierense, distante mais de cem mil anos, são susceptíveis de uma interpretação religiosa positiva. E os investigadores independentes abandonam a posição de Lubbock, que fantasiou, na *The Origin of Civilisation and Primitive Condition of Man* (1870), uma humanidade sem espiritualidade.

(2) Em Março de 1964, entidade soviética referia-se ao «namoro com Deus». Manifesta afinidade de linguagem...

um Deus, reparador da justiça violada. Ninguém apela para uma entidade cuja existência desconhece. E, para que o homem transferisse os afectos, das criaturas para o Criador, era essencial o prévio conhecimento do Criador... pois ninguém ama o que não conhece.

A interpretação do facto religioso é diferente. Diferente e natural. Se uma planta estende a raiz sobre a rocha, em determinada direcção, é porque ali existe algum alimento, embora ninguém o veja. Se os homens se inclinam sempre para o sagrado, é porque o sagrado existe, que a natureza e os instintos não se enganam.

Tal é a força do instinto religioso que, apesar das modernas pressões, coacções e fraudes com que se tem violentado ou iludido consciências ou inteligências, a grande maioria dos sábios e da humanidade mantêm-se crente. Um exemplo destas fraudes é o caso do *fóssil* de Piltdown (1). Sobre o assunto, Pierre Leconte de Nouy depõe, aludindo aos seus professores:

> «*Os que se esforçaram sistemàticamente por destruir a ideia de Deus, fizeram obra vil e anticientífica... Foram precisos trinta anos de laboratório para me convencer de que aqueles que tinham o dever de me esclarecer, me haviam mentido deliberadamente.*»

Hoje, os psicólogos não comprometidos estão a descobrir que à pretensa «ilusão religiosa» sucedeu uma real «ilusão científica». Cattel observa: «É espantoso que nenhum destes psicólogos (2) tenha percebido, à medida que ajudava a limpar os estilhaços do dogma religioso, que a sua própria ciência assinalava, claramente, os alicerces de uma nova e mais nobre estrutura da religião cientificamente fundada».

Assim, as «projecções do inconsciente» evoluem para «projecções do divino *no* inconsciente». Quando atiravam a última pàzada de terra sobre a cova de Deus, o *defunto* fazia estalar as tábuas e arremeçava os estilhaços à cara dos cangalheiros. Nisto, a história apenas se repete.

Luís de Camões, porém, defendeu-se, firmemente, do cepticismo dos retóricos Poggio, Valla, Filelfo e doutras figuras da corrente pagã do renascimento italiano. Fiel a si mesmo e ao homem de sempre. Atitude, mais que sugerida pelo sentimento instintivo, assente em fundamentos racionais. É o que se verá, nas páginas seguintes.

---

(1) Weiner, Oakley, Gros Clark, *The solution of the Piltdown problem* (1959).

(2) Refere-se aos da velha escola materialista (conf. *Deus e a Psicanálise*, de Vitor White, p. 47).

II

POLITEÍSMO E MONOTEÍSMO

Nas obras de Camões, entram os deuses. São-lhe familiares as figuras e os cultos do paganismo politeísta. Documentá-lo? É só abrir o poema grande... ou qualquer volume da Lírica. Mas não acredita nos deuses. Na estância 82 do *Canto X* de «Os Lusíadas», quando Tétis mostra ao Gama o Empíreo, o Poeta põe-lhe na boca a seguinte confissão:

> «*Aqui só* verdadeiros, *gloriosos*
> *Divos estão, porque eu, Saturno e Jano,*
> *Júpiter e Juno fomos* fabulosos,
> *Fingidos de mortal* e cego engano,
> Só para fazer versos *deleitosos*
> Servimos...» (1)

O paganismo politeísta nasceu da imaginação *(fingidos)* e da cegueira *(cego engano)* do espírito. A mitologia e o maravilhoso pagão não passam, pois, de literatura. Foi em sacrifício à moda do tempo que os utilizou, por motivos de estética... o gosto da época *(só para fazer versos ... deleitosos)*. E deixa transparecer algum escrúpulo de baralhar, mesmo só no plano artístico, religião com superstição. Assim, nas *Oitavas* (III):

> «*Ascânio (se trazer me é concedido*
> *Entre santos exemplos*, um profano...»

Chama *profano* ao exemplo tirado da mitologia *(Ascânio)*. O *se me é é concedido* traduz um reparo da consciência. Insiste na distinção entre *verdadeiro* e *falso* sagrado:

> *A ti, Senhor, a quem as sacras Musas*
> *Nutrem e cibam de poção divina,*
> *Não as da fonte Délia Cabalina,*
> *Que são Medeias, Circes e Medusas,*
> *Mas aquelas em cujo peito*, infusas,
> *As leis estão que a Lei da Graça ensina.*»

---

(1) Tétis nega-se a si mesma. Culto de Camões pela verdade que «o poeta punha acima da coerência artística» (Hernâni Cidade, *Luis de Camões, o Lírico*, p. 106).

Esta distinção aparece frequentemente e em termos semelhantes aos desta *Elegia X*. E não distingue apenas, combate, no plano das ideias, os cultos pagãos, como quimeras e formas de idolatria sugeridas pelo Demónio, como se vê da estância 47 do *Canto VII* de «Os Lusíadas»:

«*Ali estão das deidades as figuras,*
Esculpidas em pau e em pedra fria,
Vários de gestos, vários de pinturas,
A segundo o Demónio lhe fingia.
Vêem-se abomináveis esculturas...»

A *pedra fria* parece traduzir a frieza do culto pagão, chocante para o Poeta e distante do ambiente da liturgia cristã. O *abomináveis* exprime repugnância pela idolatria. A adoração dos ídolos é «supersticiosa» e de bárbaros e pagãos *(bárbaro gentio)*. E já na estância 17 anota que, entre o Ganges e o Indo, alguns os adoram e

«*Alguns os animais que entre eles moram.*»

Ainda hoje, na Índia se adoram serpentes e vacas, como é mais que notório. Numa atitude de caridade e dó de tão pobre gente, encomenda à Virgem, na *Elegia VI:*

«*Os idólatras maus*, supersticiosos,
Vários de opiniões e de costumes
Levados de conceitos fabulosos.»

Com o *maus*, sublinha-lhes a culpa (1). E no *levados* está uma atenuante.

Não acredita nos deuses. E em Deus? Invoca-O e apela para Ele, com insistência. E de modo a ser manifesto que o não faz, por literatura mera. Na cidade de Mombaça, quando os dois degradados, enviados pelo Gama à ilha deparam com Baco, disfarçado em «sacerdote cristão», a queimar incenso num templo, diante dum quadro que representava o Espírito Santo, comenta:

«*...e assim por derradeiro*
O falso deus adora o verdadeiro.»

Semelhante a este passo da estância 12 do *Canto II* de «Os Lusíadas», o da *Ode X*, alusivo ao rei Salomão:

«... *a deus alheio*, falso, *sacrificou.*»

Ainda na citada *Elegia VI*, se insurge contra a idolatria e pugna pelo monoteísmo, em termos de inequívoca autenticidade, acentuando que a

(1) Também S. Paulo censura os pagãos de, apesar de terem conhecido a Deus pela razão, não o haverem adorado, como deviam...

geração cristã «em tempo nenhum deve do gentílico culto ser tocada». Geração cristã é o homem novo, *gerado* e nascido de novo, pelo Baptismo.

Na *Elegia X*, soa ainda mais alto a sua oposição ao politeísmo e a subjacente proclamação do monoteísmo:

> «*Tomara ser Virgílio ou ser Homero*
> Sòmente no saber, *que foi divino*
> (Que ser o que eles foram, não o quero.»

Os maometanos seguem «errada seita», mas adoram o Deus verdadeiro, não lho nega, apesar de tanto os aborrecer, o que releva a sua posição monoteísta. Sabe que eles receberam dos Hebreus o monoteísmo, a esta herança várias vezes se refere e sublinha o monoteísmo judaico. Por exemplo, na estância 72 do *Canto III* de «Os Lusíadas»:

> «*E Judeia um Deus adora e ama...*»

Aliás toda a linguagem camoniana, referida a Deus, tem sabor especial, inconfundível com o tom das alusões aos deuses. Está repassada de sinceridade, de convicção. Como chispas de ferro em brasa e batido, da *Elegia VI* desprendem-se rubras centelhas de fé e de zelo, suplicando à Virgem a conversão de hereges e de judeus e das... «mais remotas gentes».

Os próprios nomes com que designa a Divindade, são elucidativos. Eis alguns: *Sumo Deus*, *Supremo Deus*, *Padre Omnipotente*, *Alta Eternidade*, *Beleza Mor*, *Beleza Geral*, *Guarda Soberana*, *Guarda Divina*, *Sapiência Suprema*, *Providência*, *Suma e Trina Essência*, *Bem Tamanho...*» que Ele só se entende e alcança» e não tem «no mundo semelhança» (1).

Todos estes nomes são extraídos do mais puro cerne da filosofia. E assim os atributos que Lhe assina: *eternidade*, *santidade*, *unidade*, *omnipotência*, *sabedoria*, *bondade*, *beleza* e *providência*.

A *Elegia VI* precisa, ainda mais e melhor, a natureza e atributos de Deus: «*altíssimo Ser, puro e Divino*»; «*sem fim e sem princípio — um ser contínuo*»; «*um Padre grande a quem tudo é possível*»; *Um saber infinito, incompreensível*»; *Uma verdade que nas cousas mora*» ... *Que mora no visível e no invisível*»; «*Esta potência, enfim, que tudo manda*» ... «*Esta causa das causas*»; *Deus alto, incriado*», «*Senhor das cousas todas que fundou*».

Filosofia profunda! Linguagem correctíssima! E tem o cuidado de advertir que não se trata de *fazer versos*, como na mitologia:

> «*Ó cristão descuidado e negligente!*
> *Pondera isto* que digo, repousado,
> *Não passes, por aqui, tão* levemente...»

---

(1) Pela natureza das coisas, na criação nada há de semelhante ao Criador. Por infinito, só Ele próprio se conhece perfeitamente, não pode ser abarcado pelo finito. Só na alma, espírito e una de essência e trina de faculdades, (memória, inteligência e vontade) o homem é *imagem* de Deus. E esta semelhança pela revelação se conhece...

A fé de Camões na existência de Deus, de *um* Deus, é indúbia e insistentemente repetida, nas suas obras e a propósito de circunstâncias várias. E este monoteísmo não é fideísta, mas racional. Camões insiste em considerar a fé como «obséquio *racional*» para usar a célebre frase de Santo Agostinho. A existência de Deus impõe-se-lhe ao espírito, de forma a justificar a breve definição de Deus, do gosto dos filósofos: «ente necessário». No passo que se vai transcrever (ainda da *Elegia VI*) *atende* o Poeta ao *ser*, *ordem*, *movimento* e *governo* do universo:

«...quando contemplamos as secretas
Causas por que este Mundo se sustenta,
E o revolver dos céus e dos planetas
.....
Aquela natureza tão possante
Dos Céus que, tão conformes e contrários,
Caminham sem parar um breve instante;
Aqueles movimentos ordinários
A que responde o tempo, que não mente,
Co'os efeitos da Terra necessários;
Se quando, enfim, revolve sùtilmente
Tantas cousas a leve fantasia,
Sagaz, escrutadora e diligente
Vê bem, se da razão se não desvia,
O altíssimo ser...
Que tudo pode, manda, move e cria.»

Já se escreveu que «São decerto os argumentos teológicos os que Camões considera fúteis» e que «a crença em Deus é uma pura opção pessoal.» O Poeta, porém, acentua que o espírito humano, *sagaz*, *escrutador e diligente*, «vê bem, se da razão se não desvia», o «altíssimo Ser». O ponto é que, na verdade, o homem se não desvie da razão. Esta é que é a «reacção pessoal» de Camões. Todo o seu pensamento está condensado em dois versos da estância 72 do *Canto II* de «Os Lusíadas»:

«Aquele a Quem tudo está sujeito
O selo pôs a quanto tinha feito.»

Um moderno, moderno e insuspeito filósofo, ao reflectir nesta realidade, observou que basta a asa de uma borboleta para derrubar um ateu. Para Camões, Deus é criador, o *motor imóvel*, «mobil primeiro»: «*criou tudo o que sente e o insensível*» e «*o fogo fez e o ar, o vento e a neve*». É senhor: «*Senhor dos Senhores*» ... «*que os Céus, a terra e o mar senhoreias*», como se lê em vários passos de «Os Lusíadas». E também legislador: «*a lei tenho dAquele a cujo império obedece o visível e o invisível*», «*lei da vida eterna*», «*lei da Jerusalém Celeste*» (1).

(1) *Lusíadas*, I, 65; III, 43; VI, 81; VII, 3 e 6.

Mas adverte que Deus actua, no universo, por meio das *causas segundas*, como pode ver-se na estância 85 do *Canto X:*

Enfim que o sumo Deus que, por segundas
Causas *obra no Mundo, tudo manda.*
E, tornando a contar-te das profundas
Obras da Mão Divina veneranda:
Debaixo deste círculo, onde as mundas
Almas divinas gozam, que não anda,
Outro corre, tão leve e tão ligeiro
Que não se enxerga: é o Móbil primeiro».

A intervenção imediata de Deus não é excluída, mas limitada, evidentemente, a casos extraordinários, como adiante se verá, quando se expuser a sua posição em face do milagre.

O Poeta afirma a omnisciência de Deus, em vários lugares. E num deles, no soneto *Ilustre e dino*, em forma negativa: «*errar não sabe...*» Especial atenção prestou ao atributo da providência, implìcitamente contida no Legislador que reconhece em Deus. Nas horas caliginosas, deprimido pelos golpes da vida, sente-se como cego:

«*Os bons vi sempre passar*
No mundo graves tormentos;
E para mais me espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.»

Repare-se na antítese das palavras *(bons* e *maus*, *graves tormentos* e *mar de contentamentos)* e na gradação do pensamento: já é chocante que os bons sofram, mais espanta que os maus tenham alegrias. A perturbação rouba-lhe aqui a perspectiva cristã. E aquele *sempre* é irreal e pessimista. O planeta para todos é *vale de lágrimas* e a todos contempla com alguns mimos. E a verdade é que o mal, comece embora com gargalhadas, acaba frequentemente em lágrimas e desespero; e o bem, mesmo realizado em sacrifício, termina em sorriso: por isso, pôde vaticinar Claudel que viveria de tal maneira que havia de morrer sorrindo...

Nos sonetos *Eu cantei* e *Erros meus*, corrige-se, reconhecendo-se culpado: «*só para mim anda o mundo concertado*». Não deixa de sentir a injustiça (a «Fortuna injusta é, mais que erros»), mas admite que os erros deram «causa a que a Fortuna» castigasse: «*errei todo o discurso dos meus anos*», confessa humildemente.

No soneto *Verdade, amor*, «o pensamento não sabe a que causa se reporte», apesar das «subidas razões», colidentes com a experiência, de certos varões doutos. E, ao observar o *desconcerto do mundo*, o bem parece-lhe muito «mal ordenado». Mas, em momentos mais lúcidos, como testemunha o soneto *Vós outros*, é mais razoável: «*Ocultos os juízos de Deus são | As gentes*

vãs não nos entenderam» / «*Parece injusto aos homens e profundo*... o que a *Deus é justo e evidente.*»

No concerto destes desconcertos, há, por vezes, notas exageradas ou, talvez melhor, encarecimento poético e até sentimental. Assim, no soneto *Tanto do meu*, só de ver uma dama:

«*É tudo quanto sinto, desconcerto*...»

E ainda na estância 138 do *Canto III* de «Os Lusíadas»:

«*Do justo* e duro *Pedro nasce o brando;*
Vede da natureza o desconcerto!»

O brando é D. Fernando. E tal desconcerto é mais poesia que surpresa do Poeta. Entre irmãos, há contrastes não menos clamorosos. O encarecimento de Camões não anula a realidade de alguma desordem. Este mal, porém, procede, frequentemente, dum grande bem, a liberdade. Muitos dela abusam, mas também sofrem, ordinàriamente, as consequências. E o Poeta, na calma da *Égloga II*, regista-o, na advertência de Almeno:

«..... *Gentil pastora,*
Não há no mundo vício sem castigo.»

É afirmação, nítida, da providência de Deus. Daqui, porém, não se tire que a economia da Providência inclua perfeição ou integralidade da justiça divina, neste mundo.

Jacinto do Prado Coelho diz o Poeta «herdeiro do fatalismo medieval, que ensombra *Menina e Moça*», esclarecendo: «na Idade Média, como se sabe, vemos a par a crença astrológica e o pensamento cristão; providencialismo e livre arbítrio; e o mesmo sucede no século XVI» (1). E, de facto, ainda hoje se encontram resquícios de superstições milenárias, nas camadas menos esclarecidas religiosamente, desde a base ao vértice da sociedade. Outra coisa é saber se Camões acreditava, realmente, no fatalismo. Na providência de Deus, sim. Mas providência não se opõe ao livre arbítrio. É certo que, no soneto *Tornou-me*, diz:

«*Contra o Céu não val' defensa humana*».

De semelhante alor é a «influição de sinos e de estrelas». Porém, não é de crer que os termos impliquem, necessàriamente, a crença no fatalismo. Na astrologia, cabiam ciência e superstição. Não parece que se refira à superstição, pois afirma: «tudo verdades puras!» Ora o fatalismo não podia ser *verdade pura* para quem defende o livre arbítrio e revela, em tudo o mais, séria cultura teológica e exemplar ortodoxia (2).

---

(1) *Biblos*, XXVIII, p. 85.

(2) Adiante se verá esta ortodoxia e a sua defesa, feita por Camões.

A citada frase — *Contra o Céu não val' defensa humana* — se afirma algo mais que o domínio de Deus sobre a criatura, não passa de encarecimento amoroso e poético. Não têm outro significado as referências deste tipo aos astros. São, também, *só* para fazer versos. Referência poética ao pecado original e alusão ao mal sucedido pendor amoroso do Poeta são as «estrelas infelices» da *Canção XIII.*

Camões distingue entre providência e fatalismo. E, na estância 38 do *Canto X* de «Os Lusíadas», tem o cuidado de observar que não se trata de «fado mau, fortuna escura» como lhe chamam as gentes insensatas, sendo «só providência de Deus pura». São altos e, muitas vezes, insondáveis os desígnios de Deus, como lembra a Bíblia. Sublinha-o a estância 69 do *Canto III* de «Os Lusíadas», acentuando que o alto Deus:

> «..... *para longe guarda*
> *O castigo daquele que o merece,*
> *Ou, para que se emende, às vezes tarda,*
> *Ou* por segredos que o homem não conhece.»

Na 29 do *Canto X*, afirmará que «ela só» «de Deus a escondida providência» «sabe o bem de que se serve». A providência de Deus não está *escondida* em todos os aspectos do governo do mundo; apenas em algumas motivações do governo dos homens que, sendo livres e respeitando-lhes Deus a liberdade, lançam os seus fios, as suas desordens, na teia da história. Esta a explicação de muitos dos *desconcertos do mundo.*

Aproximar a «*escondida providência*» das «*secretas causas*»; e reparar no «*contemplar o secreto...*» e na segurança com que descobre a Deus, no movimento, equilíbrio e leis do cosmos, na já citada *Elegia VI.*

Do *fatalismo* de *Menina e Moça* nasceu o desejo de reler Bernardim, na estante repousado e herdado desde os tempos de juventude. Da leitura foi bem fácil apurar as muito escuras sombras das penas amorosas; as sombras do *fatalismo medieval* é que não pareceram tão evidentes. Na verdade, ali se reconhece a responsabilidade dos erros pessoais, nos termos, que não apenas na medida de Luís de Camões. Este: «*Fortuna injusta é, mais que os erros...*» E Bernardim: «*a desventura* [...] *pôs mais nisto que o erro*». E em *Menina e Moça*, como em *Sôbolos rios*, «erro» aparece a rimar com «desterro».

Canta a Ama à menina Aónia:

> «*Não ouvem fados rezão*
> *nem se consentem rogar...*»

Mas nem a cantora parece acreditar, pois logo apela para Deus:

> «*Deus vos dê melhor ventura*
> *do que tiveste te' qui...*»

Prosseguindo, a cantora pedagoga acentua que o terem pelejado Dita e Formosura, «outrora tão amigas, são patranhas antigas». Adverte Aónia de que os *desastres são ordenados pela ventura, de longe e de maneira que se não podem conhecer, logo ao começo.* Mas parece que só para acautelar passos desatinados da «puella» apaixonada; pois, logo ajunta: «*ao princípio das coisas, olhem onde elas podem ir parar, que não há nenhuma tamanha que, no começo dela, se não possa resistir*».

Deduz-se, consequentemente, que os desastres, longe de irrevogàvelmente talhados pela ventura, procedem da falta de prudência, como ensina a teologia cristã, uma vez que a todos se pode atalhar, com a resistência inicial. Aliás, isto mesmo viu o poeta pagão: «*principiis obsta, sero medicina paratur...*»

Não seria extremamente árduo *descobrir fatalismo*, na linguagem dos nossos contemporâneos. Ainda hoje se publicam páginas e revistas, que não apenas secções, de astrologia. Sem que isto signifique adesão convicta ao fatalismo, da parte da generalidade dos leitores, sequer dos colaboradores.

Nos amores benardinos e, algo, também nos camonianos, pode ver-se já o choradinho fado português (até o vocábulo *fado* lembra afinidades, se não parentesco mais fundo...), instalado no pavilhão das letras nacionais. Em todas aquelas saudades, tristezas, melancolias e desesperos, não falta encarecimento artístico e cavalheiresco, a rescender a lugar comum dos *amorosos*, à Idade Média e ao homem de sempre.

O fatalismo, todavia, não cheira tanto à Idade Média, que o combateu e atenuou, como ao paganismo da Idade Antiga, de que é filho legítimo, *renascido* com a *Renascença* e utilizado pelos vates, por moda e adensar os já pesados dramalhões de amores, decaroados ou finos, mas sempre depressivos e, algumas vezes, deprimentes.

Na Grécia, o conflito da vida com os *decretos do destino* foi nascente copiosa de excelente literatura ou, talvez mais exacto, de arte maravilhosa. E a *coexistência pacífica* do paganismo *renascente* com as grandes certezas cristãs, em alguns como confusão e nos mais esclarecidos como arte, é traço observável em vários humanistas. Parece, pois, mais objectivo, no tocante a Camões, e mesmo a Bernardim, tomar aquelas expressões por arte ou imagem literária, semelhante a esta do soneto *Eu cantei já:*

> «*Fizeram-me cantar manhosamente,*
> *Contentamentos não*, mas confianças.»

Camões estende o governo da Providência aos elementos e aos homens, como se vê da estância 104 do *Canto II* de «Os Lusíadas»:

> «*Aquela alta e divina Eternidade*
> *Que o Céu revolve e rege a gente humana.*»

Esta soberania da vontade de Deus é universal. A Ele pertence, em tudo, a derradeira palavra. Ainda n'«Os Lusíadas»:

> «*E quando for que eu, impedido*
> *Por quem das coisas é* última linha...» (1)

Faz lembrar o dito vulgar, que a *Imitação de Cristo* recorda: *o homem propõe e Deus dispõe...* E o Poeta submete-se, humildemente. Assim, na *Canção X:* «no Mundo ninguém tem boa sorte, senão quem tem por boa a que tem». E também: «Da Providência, enfim, divina pendo.»

... Tal é o «Santo Deus verdadeiro» de Camões (2). A crença de Camões em Deus não é «tópico tradicional»; os deuses, esses sim, é que são *tópico*, só tópico... literário. E não o «pensamento mais profundo» de «Os Lusíadas». Camões é explícito. Explícito e terminante.

Não há dúvida. Tem razão Amador dos Anjos, quando na página 92 do «Significado de *Os Lusíadas*», escreve: «Os valores de ordem moral constituem o aspecto mais profundamente sentido por Camões, o que dá a «Os Lusíadas» o máximo de ressonância humana...»

Na verdade, considerar os últimos versos de «Os Lusíadas» como uma máscara cristã no rosto dum pagão para se escapar às malhas da Inquisição, carece de qualquer fundamento documental. Todo o poema, mais ... toda obra, afirma, insistentemente, irrecusàvelmente, a posição teísta do nosso Épico. Posição teísta e cristã, como se vai já ver.

---

(1) *Canto VI*, 55.

(2) *Lusíadas*, I, 65; II, 30-32 e 104; VI, 81; X, 81 e 90; *Carta de Ceuta* e *Sôbolos rios...*

III

CRISTIANISMO

O Deus de Camões é o dos cristãos, a *Trina Essência*, na sua admirável alusão à Trindade, que o homem pela razão não poderia conhecer e Cristo revelou. O *Filho que está no seio do Pai, Ele mesmo é que veio contar* («ipse enarravit...»), como diz S. João.

As referências a Cristo e as afirmações da Sua divindade e humanidade, encarnação e missão redentora, sucedem-se e multiplicam-se. E acentuam bem a dúplice natureza do Salvador, divina que é eterna, e humana que, no tempo, uniu à Sua divina e una pessoa. Logo na estância 7 do *Canto I* de «Os Lusíadas», chama a dinastia do rei de Portugal «árvore de Cristo, mais amada que nenhuma nascida no Ocidente». Como se vê, o Ocidente, como unidade geográfica e humana e sinónima de Cristandade, vem de longe...

Pouco adiante, na estância 65, lembra que os portugueses têm a lei dAquele «que padeceu desonra e vitupério», que «do Céu à Terra enfim desceu, para fazer subir os mortais da Terra ao Céu». E na 66, fala do «Homem-Deus, alto, infinito» cujos livros o luso «não trazia», por escusar trazer escrito...

«*Em papel, o que na alma andar devia.*»

No *Canto III*, estância 45, sublinha que tal Deus é «o filho de Maria», que na cruz se manifestava a D. Afonso Henriques. Na anterior, assinalara, ao descrever a bandeira de Portugal, que ela tem pintados, nos seus escudos, «os trinta dinheiros por que *Deus* fora vendido». Na 109, afirma que, no Salado, com «o braço dos Seus Cristo peleja». Algures, recorda que o castigo de Jerusalém, no assalto de Tito, «dos vates foi profetizado e, depois, por Jesus Cristo certificado». No *Canto IV*, estância 62, refere-se à Etiópia, que «de Cristo guarda o santo rito». Belém, onde os lusos embarcaram, tem o nome «donde *Deus* foi [...] ao mundo dado», frisa na 87, aludindo ao nascimento de Cristo. Na 12 do *Canto V*, evoca S. Tomé, ilha que «tomou o nome de um que o lado a *Deus tocou*». Na 108 do *Canto X*, alude ainda a Tomé, «barão sagrado, que a Jesus Cristo teve a mão no lado», quando descreve a Índia.

No *Canto III*, estância 87, chama Jerusalém a «cidade onde Cristo padeceu». Na estância 13 do *Canto V*, aponta o Congo, «por nós já convertido à fé de Cristo». Na 83 do *Canto VI*, diz «a santa Fé» «em terras mauritanas» defendida. Na 14 do VII, assegura que, enfrentando o perigo turco,

não «faltarão cristãos atrevimentos» na «casa lusitana». Como já se está a ver, o sal da fé cristã não aparece apenas nos *últimos versos* do poema. Nem só n'«Os Lusíadas». O soneto *Dos Céus à Terra* vale por um tratado da Encarnação:

«*Dos Céus à Terra desce a mor Beleza,*
Une-se à nossa carne e fá-la nobre;
E, sendo a humanidade dantes tão pobre,
Hoje subida fica à mor alteza.

Busca o Senhor mais rico a mor pobreza,
Que ao mundo o seu amor descobre,
De palhas vis o corpo tenro cobre,
E por elas o mesmo Céu despreza.»

Como? Deus em pobreza à Terra desce?
O que é mais pobre tanto Lhe contenta,
Que este, sòmente, rico Lhe parece.

Pobreza este presépio representa;
Mas tanto por ser pobre já merece
Que, quanto mais o é, mais Lhe contenta.»

Quem faria mais alto e mais perfeito elogio da *virtude* da pobreza? Não da pobreza, muito menos da miséria, mas da virtude da pobreza, da pobreza apenas e pobreza voluntária. Impressionam ainda os termos em que exalta a humildade e o espírito de servir. Deus *desce* para o homem *subir*... é ideia que o Épico repete. Desce «em pobreza» e *alegria: tanto Lhe contenta o que é mais pobre que este, sòmente, rico Lhe parece!* Desce para servir: atitude contrastante com a dos que tentam subir... para servir e, talvez, servir-se! E um dos maiores serviços dAquele que *veio para servir e não para ser servido*, foi a dignificação do homem. Está, em perfeita síntese, na primeira quadra do soneto: *une-se à nossa carne e fá-la nobre; e a nossa humanidade, dantes tão pobre, fica agora subida à mor alteza!*

Camões tinha clara noção do acréscimo de dignidade que ao homem veio, da união da sua natureza com a natureza divina, na pessoa do Verbo, a segunda da Trindade. À Encarnação aludiu também n'«Os Lusíadas». Assim, na estância 27 do *Canto III:*

«*E do Jordão a areia tinha vista*
Que viu de Deus a carne em si lavada.»

Na 87 do *Canto IV*, repete que Deus foi *em carne* ao mundo dado. Do assunto se ocupa, largamente, na *Elegia VI*, onde exclama:

«*Oh, não enfraqueçais*, Deus encarnado!»

À Encarnação e à divindade de Cristo se referem ainda estes versos da mesma *Elegia:*

«*Esta* Causa das causas *revestida*
Foi desta nossa carne *miseranda.*»

«Causa das causas» ou causa suprema é Deus ... em linguagem metafísica. O *miseranda* é alusão à humilde condição do homem. Também em *Sôbolos rios*, saúda a «carne divina, que na cruz esteve já». Naquela mesma *Elegia*, ainda este aceno à divindade de Jesus e ao mistério da Redenção:

«*Do amor e da justiça compelida*
Pelos erros da gente, em mãos de gente
(Como se Deus não fosse) *perde a vida.*»

Redenção, obra de justiça e de amor; exigência divina de reparação e de reabilitação do homem; e labareda da caridade de um Deus, que é Pai e amor por essência: *do amor e da justiça compelida!*

Este mistério é outra fonte da dignidade humana. O que não escapa ao Poeta. Por isso, exclama:

«*Olha, animal humano, quanto vales,*
Que por ti este grande Deus padece
Novo modo de morte, novos males.

O primeiro destes três versos da *Elegia* — *olha, animal humano, quanto vales!* — até parece um eco de S. Leão Magno, cujo latim emparelha com o de S. Jerónimo e o do próprio Cícero, e cuja figura desarmada pôde mais, diante de Átila, que a força dos exércitos. A frase deste bispo de Roma, acordada pela exclamação de Camões, é esta: *reconhece, ó cristão, a tua dignidade* — «agnosce, christiane, dignitatem tuam!»

O homem deve sentir-se grande como nunca, quando pensa que Deus por ele se fez homem e morreu! Camões espanta-se com a generosidade de Cristo. E na *Elegia X*, reverte aos temas. Dirigindo-se à «mente baixa» da «matéria humana» a quem cega a mentira e o orgulho, que lhe não deixam ver um palmo de claridade na procura da verdade, recomenda:

«*Põe os olhos da fé, pura e sincera,*
Nas altas cimas do Calvário monte,
Por onde irás à glória verdadeira:
Verás a cristalina e clara Fonte
Da vida pura, *posta em madeira*
Por te livrar da barca de Aqueronte» (1).

---

(1) Alusão aos *Diálogos* de Luciano?

A glória verdadeira está na eternidade. Cristo é fonte de vida pura. E morre, para anular a sentença da nossa condenação. Só Ele pode curar a cegueira do espírito. Por isso, o invoca:

«*Verdadeira Luz, justo Cordeiro*
Jesus benino...
Filho do Padre Eterno verdadeiro.»

E o apelo continua, agora aos habitantes do Paraíso:

«*Vós, altos Céus, de lá da mor Beleza,*
Bem sei quanto sentis a Divindade
Em tal miséria posta e tal baixeza;
Pois vedes o Senhor da Majestade
..... *submetido*
Por amor puro, *aos pés da humanidade.*»

Como se vê, volta a sublinhar que a salvação é obra de puro amor. E, dirigindo-se, directamente, a Cristo:

«*Senhor!* Que amor *foi este, tão crescido,*
Que tão dobradas forças faz singelas,
Lá de tão alto, baixo e abatido?»

Invoca ainda «as preciosas chagas», «luminárias da noute tenebrosa», e nomeadamente a do coração ou lado de Cristo, na *Elegia VI:*

«*Dessa fonte sagrada e peito santo*
Me alcançai uã gota, com que lave
A culpa que me agrava e pesa tanto.»

Refere-se ao sangue de Cristo. E na *Elegia X*, vê «serpentes e dragos» a esconderem-se, quando sentiam as marteladas que nos pés e mãos enterravam os cravos, comentando:

«*O coração, a alma que não chora,*
Vendo-Te, Redentor, com tantas dores,
Em pedra viva de diamante mora.»

E invectiva os fariseus:

«*Ó duros corações desatinados.*
.....
Lobos no sangue justo *encarniçados...*»

Aos algozes, ingratos e cavilosos, aconselha a pedir perdão Àquele cuja preocupação primeira, na hora da morte *(antes que me acabem)*, foi solicitar

ao Pai *(Padre meu Omnipotente)* o perdão para eles, alegando que não sabiam o que faziam:

Pois Ele, com humilde rogo, invoca
Ao Padre por vós benignamente,
Deitando o fel e sangue pela boca,
Dizendo: — Padre meu *Omnipotente,*
Pedir-Te quero, antes que me acabem,
Que tudo isto perdoeis a esta gente,
Pois o que fazem, certo, não o sabem.»

Sublinhando que o perdão de Jesus excede «ser e ordem da natura», comenta:

Oh! palavras altíssimas, celestes.
Nas quais mistérios e secretos cabem!

E, afirmando... interroga:

«*Dizei, dizei, mortais, que Lhe daremos*?
Por mais que O amemos e sirvamos
Que a mais pequena parte lhe paguemos...»

Por mais que façam, os homens não conseguem pagar uma parte mínima, sequer, do que devem a Deus. Mais sensíveis que o coração de muitos dos humanos, os elementos da natureza manifestaram-se na morte de Cristo. E o Poeta interpreta correctamente o respectivo passo do Evangelho:

«*Olha que o Sol no Olimpo se escurece*
Não por oposição de outro planeta
Mas só porque virtude lhe falece;
Não vês que a grande máquina inquieta
Do Mundo se desfaz toda em tristeza
E não por natural causa *secreta*?»

O fenómeno não é natural *(natural causa)*, não procede de eclipse *(oposição de outro planeta)* que nem consta da astronomia; é algo de extraordinário e alheio à ordem da natureza. Como os homens desviam a cara ou fecham os olhos diante dos espectáculos horrorosos, também o Sol *se escurece*, como que sem coragem *(só porque virtude lhe falece)* para contemplar a tragédia do Calvário.

Refere a tradição que o ateniense Dionísio, um dos ouvintes de S. Paulo quando no Areópago falou do *Deus desconhecido*, perante a convulsão dos elementos, exclamara: «*Ou sofre o Deus da natureza ou se dissolve a máquina do mundo...*» — Camões faz-se eco desta tradição:

E que até na remota e grande Atenas
O sábio Dionísio sente e teme?»

Com *remota* acentua que o fenómeno não foi local, na zona geográfica da Palestina. E com *grande* celebra a glória (a cultura) de Atenas. É de notar ainda a coincidência dos termos. Dionísio: *se dissolve a máquina do mundo;* e Camões: *a grande máquina inquieta / Do mundo se desfaz toda em tristeza.* É manifesto que *inquieta* alude ao sismo e *em tristeza* traduz a mágoa que o Poeta atribui ao planeta. A Dionísio chama *sábio.* Não, talvez, por o considerar membro do Areópago, mas pela reputação que lhe granjearam obras que correram com o seu nome e são posteriores de alguns séculos à sua época.

Este Pseudo-Dinis o Areopagita (por tal nome é hoje conhecido) não está ainda identificado, longe disso. Mas era, seguramente, um filósofo poderoso e bastante original, a julgar pelas obras que produziu e marcam mais que uma tendência *(monofisita)*, um alto nível da cultura cristã do século v (1).

... Confrontem-se os depoimentos camonianos, ou o cristianismo do nosso Poeta, com o seguinte asserto: — «*Camões está bem longe do Deus* [...] *realmente pessoal, sempre presente, de que se fala nas* Pensées (2). *O Deus de Camões pouco mais é que uma ideia; está ausente da carne do mundo*» (3).

Camões, porém, insiste na presença de Deus, presença pessoal de um Deus pessoal. Mais que presença, união de naturezas, união hipostática, união que enobreceu a humanidade. Pois, a nossa *carne* que, antes, era pobre, agora é *nobre.* Nobre, seja qual for a pigmentação da cútis que a reveste. E por este Deus e contando com Ele, combate em Ourique o *povo baptizado:* combate e reza, no mar borrascoso, enfurecido pelo gigante Adamastor:

«.... *a gente chama / Aquele que a salvar o mundo veio.*» (4)

---

(1) São elas: «Hierarquia Celeste», «Hierarquia Eclesiástica», «Nomes Divinos» e «Teologia Mística» (Tixeront, *Précis de Patrologie*, Paris, 1934).

(2) Como é sabido, o autor dos «*Pensamentos*» é Pascal.

(3) António José Saraiva, *Luís de Camões*, p. 95).

(4) *Lusíadas*, III 43 e VI, 75.

IV

CATOLICISMO

Todos os particularismos fechados e todos os racismos, contemporâneos e futuros, foram arredados por S. Paulo: *não há Judeu nem Gentio, Grego ou Romano, mas uma só Humanidade, um só Deus que é Pai de todos, e um só Cristo e um só Baptismo...* O próprio Jesus tinha vincado a unidade da Igreja (a «minha» Igreja, no singular) e falara de venturos falsos profetas, lobos com aparência de cordeiros (o tropo é evangélico), cujas obras os denunciariam. E, semelhantemente, S. Paulo anunciou tempos em que muitos não suportariam a «sã doutrina» e trocariam a verdade por fábulas, escolhendo mestres de sua feição. Preveniu até: *mesmo se eu, ou um Anjo do Céu vos anunciar o contrário do que vos ensinei, não acrediteis...* (1)

Mercê de vários factores, entre os quais as humanas limitações *(errare humanum est)* e a influência das culturas pagãs, além do orgulho e da ambição dos homens, surgiriam interpretações do Cristianismo, discordantes da oficial, chame-se-lhe assim. E ainda em vida dos Apóstolos. No século II, seria a explosão da gnose, proliferação indefinida de gnoses, com alguns traços comuns, certa afinidade com o futuro racionalismo dos tempos modernos (*Πιστις-σοφία*) e nítido alor mitológico e dualista.

Entretanto, prosseguiria a Igreja o seu caminho na história. Na primeira década do século II, crismou-a de *católica* (Igreja Católica) S.to Inácio, de Antioquia. Já fora nesta cidade que os discipulos de Jesus, pela vez primeira, tinham sido chamados *cristãos*, por volta do ano 43. No século IV, Paciano, bispo de Barcelona, na *Carta a Simproniano*, reivindica o «cognome» de *católico: Christianus mihi nomen est, Catholicus vero cognomen.* Esclarece que o povo cristão, com este apelativo, se distingue dos hereges: *Quare ab haeretico nomine, noster populus hac appellatione dividitur, cum Catholicus nuncupatur.*

O neologismo, de raiz helénica e composto, significa universal e, no futuro, serviria para identificar a Igreja de Cristo. Os grupos dissidentes circuitavam na sua órbita, cada vez mais distantes, até desaparecerem, séculos depois, na escuridão dos tempos, como se apagam parcelas desintegradas dum astro. O fenómeno da cisão foi-se repetindo. E mais uma vez, em vastíssima dimensão, na versão protestante do Cristianismo, de estilo revolucionário, exactamente no século de Camões.

---

(1) Na carta aos Romanos, também previne contra os disputadores, que não se submetem à verdade, mas crêem na iniquidade.

Sobre os principais tópicos das divergências de doutrina, pronuncia-se o Poeta, ao longo das obras. Não *ex professo*, mas acidentalmente, o que valoriza o seu depoimento. E, assim, do pecado original escreve:

> «*Mas ó tu, geração daquele insano,*
> *Cujo pecado e desobediência*
> *Não sòmente do reino soberano*
> *Te pôs neste desterro e triste ausência,*
> *Mas ainda de outro estado, mais que humano,*
> *Da quieta e simples inocência...*»

Os tópicos essenciais da teologia da queda original estão focados. A natureza da falta que não foi apenas desobediência («*Cujo pecado e desobediência*»), mas algo mais, talvez orgulho e ambição («*sereis como deuses...*» é a sugestão a que alude o *Génesis*), algo de que a desobediência é consequência. Depois, a transmissão do pecado por hereditariedade («geração *daquele insano*»). E ainda a inocência primitiva («*simples inocência*») e a elevação ao estado sobrenatural, antes do lapso («*estado mais que humano*».

Impressiona a justeza dos conceitos e a propriedade e... tecnicismo dos termos. Repare-se, por exemplo, no adjectivo *simples*, colado a inocência. A divergência fundamental com os protestantes, neste ponto, está na definição ou extensão das consequências da falta. Lutero, Calvino e Zuínglio, baseando-se nas dificuldades, pessoalmente experimentadas, de reger a sensibilidade e domar as paixões, concluíram, generalizando: a natureza humana ficou *totalmente viciada;* o homem perdeu o livre arbítrio; é incapaz de praticar o bem; todos os actos humanos são pecado; por isso, ninguém se pode salvar pelas suas boas obras; estas nem são possíveis nem necessárias; a fé em Cristo basta para a salvação.

Camões, fugindo destes extremos, desvia-se dos escolhos, onde naufraga a ortodoxia e, com ela, o real. Nem optimismo exagerado (muito longe, portanto, do naturalismo de certa corrente do *Renascimento* e de Rousseau) nem o pessimismo luterano, que nega a liberdade:

> «*Minha ou vossa, vendo-se cativa*
> *Quem Deus livre criou...*»

Será este passo, da Ode XIII, referência à liberdade do homem, antes do lapso dos nossos protoparentes? A *Ode I* esclarece:

> «*Cada vez mais na minha teima insana!*
> *Tendo livre alvedrio*
> *Não fujo o desvario...*»

Nas duas citações, se afirma a liberdade do homem, *antes* da queda («*Quem Deus* livre criou», diz na primeira). Mas *cativa*, pode sugerir que nega a liberdade (*vendo-se cativa...*) *depois* da queda. Porém, o *tendo livre*

alvedrio, da segunda, tira qualquer dúvida. E, em *Sôbolos rios*, reforça a confirmação:

«*E aquele poder tão duro*
Dos afeitos com que venho,
Que encendem alma e engenho;
Que já me entraram o muro
Do livre alvedrio que tenho.»

Aqui, como na *Ode I*, releva, em fina análise psicológica, a influência da afectividade sobre a inteligência e a vontade, diminuindo a luz e travando a força das deliberações. Foca a perda do original equilíbrio, acentuada ainda em *Sôbolos rios:*

«*Estes que tão furiosos*
Gritando vêm a escalar-me,
Maus espíritos danosos
Que querem, como forçosos,
Do alicerce derrubar-me.»

Os vocábulos... *furiosos*, *forçosos* e *derrubar-me* mostram a violência da luta. *Gritando* traduz o barulho dos sentidos, que estonteia e ensurdece a razão. *Danosos* assinala os malefícios resultantes. *Escalar-me* compara o prélio espiritual com o assalto a uma cidadela. *Alicerce* nesta e *muro* na anterior *(quintilhas)*, sugerem que o homem não está condenado a render-se sem combate e lhe cabe resistir, defender-se e vencer.

A liberdade é activa, como vinca ainda mais, no verso de *Sôbolos rios* que chama à alma *minha fortaleza.* Activa, com um papel a desempenhar nesta guerra. Portanto, a natureza humana não resultou totalmente corrompida, apenas ferida. Deste acidente na raiz da humanidade, procede o grande drama, tecido de dramas em cadeia, de indivíduos e de gerações.

Este fraco da natureza é registado já na *Carta de Ceuta:* «*Ainda que queira, não posso o que quero*». Cita, além disso, o latino que o experimentara, como todos os mortais, e de que se faz eco a «*Imitação de Cristo*»: — *Video meliora, proboque, sed deteriora sequor.* Camões, na *Canção X*, traduz:

«*Com ter livre alvedrio, mo não deram,*
Que eu conheci, mil vezes, na ventura,
O melhor e o pior segui, forçado.»

O problema está mais na vontade e sensibilidade que na inteligência. No *com ter livre alvedrio*, reafirma a liberdade. No *conheci o melhor e o pior segui*, o drama e a derrota, não uma, mas *mil vezes!* Todavia, a vontade pode triunfar, apoiada na graça que restabelece o equilíbrio, pelo recurso à

oração. E, assim, em *Sôbolos rios*, reza o Poeta, no fragor da batalha com os *afeitos:*

«*Derrubai-os, fiquem sós,*
De forças fracos, imbeles,
Porque não podemos nós,
Nem com eles ir a Vós
Nem sem Vós tirar-nos deles.»

No *derrubai-os* e em *fracos, imbeles*, nega-se a fatalidade da derrota e afirma-se a possibilidade de submeter as paixões. Com não menor vigor, afirma a necessidade da graça». Sem Deus *(sem Vós)*, «não podemos» «tirar-nos deles» (dos vícios). E, simultâneamente, declara impossível a salvação sem rompimento com os mesmos («*não podemos nós... com eles ir a Vós*»).

Em outra estrofe, insiste:

«*Não basta minha fraqueza*
Para me dar defensão,
Se vós, santo Capitão,
Nesta minha fortaleza
Não puserdes guarnição.»

A terminologia *(Capitão, defensão* e *guarnição)*, de sabor militar e talvez cavalheiresco, testemunha o carácter de luta que tem a vida (a vida em dignidade e graça especialmente). Nesta pugna, ferido embora pelo acidente original (raiz da... «minha fraqueza») o homem não podia ficar de fora. Até porque ela se trava dentro dele... e é ele que está em causa. Na violência dos combates com a carne que («*mil vezes!*») *se levanta contra quem a senhoreia*, tem de recorrer à «disciplina crua», ferir-se «mais que uma vez», fazer «nódoas na carne» que «já a carne na alma fez.»

A guerra, porém, começa e decide-se, no interior, nos pensamentos frescos *(recentes)*, antes de serem vícios graves e urgentes. Há que opor-lhes *logo* (de início) resistência furiosa *(furor santo)* e desviar as imaginações da «carne má» para a «carne divina», que sofreu na cruz. Assim marca a posição da alma, nas últimas estrofes de *Sôbolos rios*. E, ali mesmo, acentua que a humana *fraqueza* não chega («*Não basta*»), para vencer. Só prevalecerá, com «ajuda celeste».

Deus tem de participar nesta guerra quotidiana. E a parte, grande, de Deus e a insuficiência dos recursos da natureza nestes prélios, são bem assinaladas, mais uma vez, naquela frase: «*Se Vós não puserdes guarnição*» (na cidadela), a *minha fraqueza não chegará para me dar defensão*. Já n'«Os Lusíadas», assume esta posição. Ela não representa, pois, evolução nenhuma. Assim, na estância 59 do *Canto II:*

«*Pouco vale o coração, astúcia e siso,*
Se lá dos Céus não vem celeste aviso.»

Alude a um episódio da viagem, situado em Melinde... Da *necessidade* passa à eficácia da graça. Ela «tanto pode» que salva *(dá saúde)*, muda as vidas e transforma os vícios em estímulos *(degraus)* para virtude. É o caso dos grandes convertidos, cujo zelo explosivo, por vezes, lhes faz perder a noção da medida. Bem distante fica, na verdade, o Poeta... do naturalismo de Pelágio, precursor de Rousseau, no século v, e do pessimismo de Lutero. Para este, a salvação é obra toda de Deus. Para Pelágio, toda do homem. Para Camões, é de Deus e do homem. Para Rousseau, mais radical e surdo à voz do sobrenatural, o problema nem existe. Tudo está em admitir-se ou não a integridade *essencial* da natureza do homem e a sua liberdade. Sobre ela, polemicaram Lutero e Erasmo. Este reivindicou-a, no *De libero arbitrio*. Aquele replicou com o *De servo arbitrio*. Erasmo treplicou com *Hyperaspites*, em 1526.

Camões estava, pois, com Erasmo e contra Lutero. Com Erasmo e em perfeita consonância com a Revelação, o Magistério da Igreja e o testemunho da própria consciência, afirmativo da liberdade e da consequente responsabilidade. Admitida a existência, necessidade e a eficácia da graça, é lógico insistir na oração, como efectivamente faz o Poeta, não apenas para fielmente referir atitudes históricas, mas como expressão de uma convicção religiosa, pessoal. Já acima se viu rezar, no drama de *Sôbolos rios*. E na *Elegia X:*

> «*E dá-me Graça e tanto espírito*
> *Para que sempre louve, qual espero*
> *O Teu saber profundo, infinito.*»

Roga auxílio para o seu estro, não como quem invoca as musas, mas com sinceridade transparente, no desejo de *louvar dignamente* a Deus. É só atentar nos versos:

> «*Mas já que não posso este desejo,*
> *O qual tomara só para louvar-Te,*
> *Meu Deus, de dar-Te pouco não me pejo,*
> *Porque eu*, para dar mais, sou pouca parte.»

A sinceridade, religiosa, da sua invocação espelha-se ainda em outro e já citado passo da mesma *Elegia:*

> «*Tomara ser Virgílio ou Homero,*
> *Sòmente no saber, que foi divino,*
> (Que ser o que eles foram, não o quero).»

Declara-se inferior em dons da natureza, mas com humildade se sente superior nos da graça, por ser cristão: *ser o que eles foram* (pagãos) *não o quero*... Nesta mesma oração, oferece os versos a Deus:

> «*Recebe*, pão da vida, *este pequeno*
> Sacrifício de mim, à *sombra escrito*...»

É em Deus que Nuno confia *(se atreve)*: «*Capitão devoto, que apartado/ Orando, invoca a suma e trina Essência*, sublinha a estância 30 do *Canto VIII* de «Os Lusíadas». E a imediata evoca, ainda, a oração de Nuno Álvares, em Valverde:

> «*Mas olha com que santa confiança*
> *Que «inda não é tempo» respondia*
> *Como quem tinha em Deus a segurança*
> Da vitória que logo lhe daria.»

Na estância 29, mais de fiel relator, apõe uma nota pessoal, religiosa, dizendo que Nuno «pode o que impossível parecia». E sugere o contexto que foi por força da oração. E à oração de petição e louvor acrescenta a de graças. Depois de Aljubarrota, D. João I:

> «*Com ofertas depois e romarias*
> *As graças deu a Quem lhe deu vitória.*

Nesta estância 45 do *Canto IV* de «Os Lusíadas», como na 31 do *Canto VIII*, atribui a Deus a vitória. Nas *Oitavas (II)*, foca, magistralmente, o subjacente problema da harmonia entre a graça e a liberdade:

> «*As obras que são boas e o desvio*
> *Está nas mãos dos homens* o cometê-las,
> *E nas de Deus está* o sucesso delas...» (1)

Um segundo fulcro de sérias divergências, entre católicos e protestantes, é o sacramento da Ordem. Nem todos os dissidentes, ditos reformados, negam o sacramento. Alguns só não aceitam a distinção entre bispos e presbíteros: são os *Calvinistas*. Outros professam a democracia religiosa radical sem hierarquia, sem sacerdócio: os *Luteranos* que dizem iguais todos os cristãos. Terceiros admitem o episcopado, mas não o primado do Romano Pontífice: não uma Igreja monárquica, mas oligárquica; mais ou menos monárquicas, apenas as dioceses ou cristandades locais.

Com a Ordem, também rejeitam a vida religiosa quase todos os protestantes. Camões depõe, apenas indirectamente, nas referências ocasionais, circunstância que reforça o valor do seu testemunho. Não poupa mazelas, mas reconhece a validade da instituição, as suas raízes divinas e a sua missão. Serão os sacerdotes os «secretários / Das consciências reais, de que fala nos *Disparates*... perguntando-lhes porque não travam as desonestidades dos

---

(1) Parece um eco de S. Paulo.

governantes? A eles se refere, sem dúvida, na estância 99 do *Canto VIII* de «Os Lusíadas»:

> «*Até os que só a Deus omnipotente*
> Se dedicam, *mil vezes ouvireis*
> *Que corrompe este encantador e ilude,*
> *Mas não sem cor, contudo, de virtude.*»

Só a Deus se dedicam... é referência aos sacerdotes e religiosos (pessoas consagradas) e mostra ela que o Poeta reconhecia a sua missão. Alude à sedução do dinheiro, a que nem eles *(Até os...)* conseguem sempre fugir, embora dentro de atitudes mais discretas. E na estância 150 do *Canto X*, insiste:

> «..... *toda a ambição terão por vento*
> *Que o bom Religioso, verdadeiro*
> *Glória não pretende nem dinheiro.*»

Depois do negativo, o positivo:

> «*Tenham Religiosos exercícios*
> *De rogarem por vosso regimento*
> *Com jejuns, disciplina, pelos vícios*
> *Comuns...*»

Atribui-lhes, para além da santificação pessoal, a missão de colaboradores na promoção do bem comum, orando pelo rei *(vosso regimento)* ou governantes e satisfazendo pelos pecados da comunidade *(vícios / Comuns)*, com suas penitências *(jejuns, disciplina)*. E ao estado religioso considera mais alto que o dos filósofos, que alardeiam desprezo da riqueza:

> «*Diógenes pisava de Platão,*
> *Com sórdidos pés, o rico estrado,*
> *Mostrando outra mais alta prevenção*
> *Em desprezar fausto tão prezado.*
> *Diógenes, não vês que extremos são*
> *Esses que segues, de mais alto estado?*

O mais *alto estado* a que neste passo das *Oitavas (I)* se refere, é o religioso. O Poeta considera a presunção de Diógenes maior *(mais alta)* que a dos luxos de Platão. Aos sacerdotes joga gracioso remoque, num irónico trocadilho dos *Disparates...*:

> «*Por isso, gentis pastores,*
> *Vos chama a vós mercadores* (1)
> *Um só que foi pastor bom.*»

---

(1) Nestes tempos da *Igreja do silêncio*, da *Igreja serva e pobre* e de acesso às posições da vida, esta censura mal se compreende...

«Um só...» é Cristo que Se definiu *Bom Pastor:* «*Eu sou o Bom Pastor...*» Camões força o texto, ao pretender que Cristo chamou mercenários aos sacerdotes; *mercadores*, na tradução do Poeta. Jesus fez, apenas, dois retratos, um do *bom* e outro do *mercenário* pastor. Do que vem por amor e acode ao apelo do Pastor supremo, e do que se infiltra no aprisco, para tosquiar e não para apascentar e defender dos lobos. E quem serão os *lobos* de que fala Jesus?

O sentido da frase é este: só Ele é plenamente bom pastor. Outra, paralela, a ilumina: *só Deus é bom.* No latim: *Nemo bonus nisi solus Deus...* Mas há diferença muito importante.

Esta é *superlativamente* exclusiva: «*Ninguém...* é bom». Aquela afirma apenas a bondade eminente do divino Pastor, como consta, irrecusàvelmente, do contexto. Sá de Miranda tem um dito semelhante e de análogo sentido, embora de mais amplo horizonte, na *Carta a El-Rei D. João:* «*Só Deus é o verdadeiro... Sim, que* [...] *quem muito sabe, duvida...*» da sinceridade dos homens. É o que está em causa na *Carta*, nìtidamente. Camões, exortando, invectiva os sacerdotes:

> «*E vós outros que os nomes usurpais*
> *De mandados de Deus, como Tomé,*
> *Dizei se sois mandados, como estais*
> *Sem irdes a pregar a santa fé?*»

É a eles que, por especial mandato *(ide, ensinai...)*, incumbe pregar a fé. Se o não fazem, não merecem o nome *(usurpais)* de enviados *(missionários* no Latim e *apóstolos* no Grego). Reconhece-lhes, portanto, missão divina. E sabe do sacerdócio comum dos fiéis: sacerdócio do próprio Cristo, participado por todos os baptizados, como membros do Corpo Místico, de que o mesmo Cristo (supremo Sacerdote) é cabeça. A este sacerdócio dos leigos, de que fala S. Pedro (1), alude na *Elegia VIII.* Mas distingue-o, nìtidamente e sem confusão possível, do hierárquico, em oposição manifesta ao Luteranismo.

Negando a Ordem que aos sacerdotes confere os poderes de *oferecer o Sacrifício e de perdoar os pecados*, é lógico que os protestantes neguem, na sua grande maioria, a Missa e o sacramento da Penitência. Aliás, dentro da doutrina por eles originalmente professada: as obras não são necessárias. Camões fala da Missa, acidentalmente, num soneto amoroso:

> «*O culto divinal se celebrava*
> *No templo, donde toda a criatura*
> *Louva o Feitor divino, que a feitura*
> *Com seu sagrado sangue restaurava.*»

(1) ...«raça eleita, sacerdócio real, gente santa» (I, 2, 9-10).

Os três elementos *(culto divinal, celebrado no templo e sagrado sangue do Feitor divino a restaurar a criatura)*, associados, não deixam dúvidas, acenam realmente à Missa e à Eucaristia. Repare-se também no conhecimento que tinha do culto de louvor, essencial no Sacrifício: *toda a criatura/ Louva o feitor divino.* O *toda* sublinha a obrigação universal (dos homens) de reconhecer a soberania de Deus e de O glorificar. Os termos *restaurar com seu sagrado sangue...* sugerem também um sentido soteriológico, aliás evocado na Missa, renovação incruenta do sacrifício do Gólgota: *humana substância admiràvelmente criada e mais admiràvelmente restaurada* («condidisti» e «reformasti» no latim da Liturgia).

É ainda acidentalmente que se refere à Penitência:

E dês que tomam a mão
Falam sem necessidade;
E, se algua hora é verdade,
Deve ser na confissão.»

Fustiga os palradores *(Falam sem necessidade)*, fabricantes e comerciantes de mentiras. Nota que... *se alguma vez falam verdade, deve ser na confissão.* Mesmo nela, na confissão, ainda tem suas dúvidas. A observação mostra a seriedade que atribuía e era ordinàriamente atribuída ao sacramento da Penitência. No soneto *Ditoso* (amoroso também...), há eco do clima da penitência sacramental. Acena à *necessidade* do arrependimento:

«*Mas triste que se sente magoado*
De erros em que não pode haver perdão
Sem ficar na alma a mágoa do pecado.»

Não pode haver perdão, sem arrependimento. Este é dor *na alma*, «*mágoa do pecado*». Assim define a contrição e muito bem. Do mesmo sabor, os versos do soneto *Se tomar:*

«*Se tomar minha pena em penitência*
Do erro em que caíu o pensamento...»

Na *Elegia VI*, alude à *piedade e justiça* de Deus, aos pecados da *idade Verde e quase inocente...* e ao perdão que humildemente se deve pedir:

«*E pedindo, dos erros que na idade*
Verde e quase inocente já fazia,
Perdão à pia e justa *Majestade.*»

O Purgatório, também negado pelos irmãos protestantes, é o complemento da insuficiente penitência. Destina-se a satisfazer à pena temporal, não totalmente perdoada na confissão, que desvincula da pena eterna ou condenação. A ele se refere, de passagem, na *Carta da Índia:* «*sem pecado que me obrigasse a três dias de Purgatório...*»

O primado do Papa que todos os protestantes rejeitam, é o de jurisdição. Não o de honra (admitido por alguns deles) que faz do bispo de Roma apenas (e mercê de circunstâncias históricas principalmente...) *o primeiro entre os seus iguais.* O primado é o fundamento da unidade, fundamento assente pelo próprio Cristo, na pessoa de Pedro, chefe dos Apóstolos. É ponto em que o Épico insiste. Nas estâncias 4-5 do *Canto VII* de «Os Lusíadas»: «*Do sucessor de Pedro rebelado*» ... e ... «*nova forma de Cristandade*». E também na estância 7 do mesmo *Canto: da Igreja o canto...* «Canto» significa pedra angular, consoante a palavra de Cristo: «*Tu és Pedro* (no Grego *pedra...* de *Πετρος*) *e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja.* É o versículo 18 do capítulo XVI de S. Mateus. Nas *Oitavas (IV)*, ainda insiste: «*Tomai também a seta veneranda | Que a vós o sucessor de Pedro manda.*» E em *Sôbolos rios:* «*Na Pedra que veio a ser | Enfim, cabeça do Canto*». Adiante, se verá a série de invectivas aos revoltados contra a autoridade de Pedro. Também aqui, de «Os Lusíadas» a *Sôbolos rios...* não se regista evolução (1).

Outro ponto não aceite pelos protestantes, na doutrina católica, é o culto dos santos. Nisto estão, quase todos eles, de acordo. Mas este culto aflora, frequentemente, na obra camoniana. Especialmente o dos mártires. E também o culto das relíquias, ìntimamente ligado ao culto dos santos. Já se viu, a propósito da seta de S. Sebastião, oferecida pelo Papa ao rei português do mesmo nome. Na estância 74 do *Canto III* de «Os Lusíadas», celebra S. Vicente:

> «*E depois que do* mártir *Vicente*
> *O santíssimo corpo* venerado
> *Do sacro promontório conhecido*
> *À cidade Ulisseia foi trazido.*»

Refere-se à trasladação das relíquias de S. Vicente, do Algarve para Lisboa. *Venerado* e não adorado, como desonestamente insinuam protestantes sem responsabilidades... Na estância 93 do *Canto X*, evoca o martírio de Gonçalo da Silveira em Moçambique (Benomotapa), obra de «selvática gente, negra e nua»:

> «*Onde* Gonçalo *morte e vitupério*
> *Padecerá, pela fé santa sua.*»

Na estância 99, é lembrada a mártir e *intelectual* Santa Catarina:

> «*Olha o monte Sinai* que se enobrece
> *Com o sepulcro de Santa Catarina.*»

---

(1) A S. Pedro, presente nos seus sucessores, os Papas que detêm o poder das chaves, chama *Porteiro divino* («Lusíadas», III, 15).

Será eco da oração do Missal? S. João Baptista, «posto em deserto», aparece nas *Oitavas (III);* e também S. Jerónimo, «com pedra na mão ferindo o peito»; e ainda o mais celebrado pelo Poeta e *mártir* por antonomásia, S. Sebastião: cavaleiro (1) que, na morte por Cristo, «foi de setas mil passado». E basta para se ver que o Poeta não era hóspede em hagiografia e não estava com Lutero, na rejeição do culto dos santos.

Também o culto dos Anjos está presente na obra de Camões. Mas não é ao Anjo da Guarda que se refere com as expressões «Guarda soberana» e «Guarda divina» de «Os Lusíadas». Os adjectivos *soberana* e *divina* claramente o mostram. E o erro de José Agostinho, em «A Chave de *Os Lusíadas*», resulta mais evidente da análise da estância 32 do mesmo *Canto II:* «*Pois só por Teu* (da Guarda divina) *serviço navegamos.* A missão dos Anjos, bons e maus, está sintetizada nos versos:

> «*Os que são bons, guiando favorecem,*
> *Os maus, enquanto podem, nos enfraquecem*».

O *enquanto podem* esclarece que não lhes é dado tirar-nos a liberdade e que Deus não permite sejamos tentados acima das nossas forças, como consta da Bíblia (2). Os bons estão ao serviço de Deus e ajudam-nos *(guiando favorecem...)* São colaboradores da Providência que «por espíritos mil governa o mundo». Tal colaboração é testemunhada pela «profética ciência», «em muitos dos exemplos que apresenta». Aqueles «espíritos mil» não são deuses, como supõe crítico eminente (3). O contexto sugere que são Anjos, como seria de esperar da informação e mentalidade do Poeta. Repare-se nos quatro versos da estância 84 do *Canto X*, onde se desenvolve o pensamento da anterior:

> «*Que os Anjos da celeste companhia*
> *Deuses o* sacro verso (4) *está chamando;*
> *Nem nega que esse nome preminente*
> *Também* aos maus se dá, *mas falsamente.*»

A «profética ciência» é a da Bíblia. E um dos exemplos que ela aponta... de pelos espíritos (anjos) a Providência conduzir os homens, poderá ser o de Tobias, na viagem acompanhado por Rafael.

---

(1) Alude aos combates da cavalaria cristã da Idade Média, batendo-se pela fé...

(2) O homem, com a graça que a ninguém é recusada, tem possibilidade de vencer.

(3) A confusão talvez resulte da referência aos «nomes que a antiga Poesia / A seus deuses já dera, fabulando...» e a Júpiter. Mas repare-se no *fabulando* e em que o Poeta expressamente declara que Júpiter representa ali a Providência...

(4) Alude ao livro dos *Salmos*, da Escritura.

A Virgem, cujo culto também é negado pela maioria dos protestantes, é contemplada com expressões de singular ternura, que lembram a piedade mariana de Dante:

«*Tu, Virgem pura, santa,* Ave-Maria,
Cheia de Graça, *Esposa, Filha e Madre,*
Mais formosa que o Sol ao meio-dia,
Que vás buscando ao Esposo, Filho e Padre».

Nestas expressões, andam abraçadas a Bíblia e a Teologia Dogmática. São da *Elegia X*, que prossegue:

«*Vai,* Raínha dos Anjos *mui amada*
E preciosa pedra adamantina,
De perfeição e graça esmaltada,
Vai, Estrela do Mar; *vai, luz divina.*»

A invocação *Estrela do Mar* fica bem ao cantor de nautas e reflecte a devoção dum povo de marinheiros. Continuando, chama-lhe *pombinha:*

«*Branca, sem fel,* bendita entre as mulheres,
Vai, mãe da Lei da Graça, *vai asinha,*
Ao monte do Calvário...»

Parece paráfrase e desenvolvimento da Ave-Maria. Na expressão *mãe* da *Lei da Graça*, parece subjacente o título de *Mãe da Igreja.* Sempre o alor dos textos sagrados. E nunca falta a ternura. A pomba é *branca* ou *cândida*, consoante se refere à Virgem ou ao Espírito Santo. Este desceu sobre Maria, a «única fenix, virgem pura». É sabido que a fenix era a legendária ave que, por ser única, não se podia reproduzir. E, para não acabar a espécie, renascia das próprias cinzas. Mas a virgindade de Maria é mais explìcitamente sublinhada, na fala do maometano Monçaide, que vem na estância 69 do *Canto VII* de «Os Lusíadas»:

«*Tem a lei de um profeta, que* gerado
Foi, sem fazer na carne detrimento
Da mãe, *tal que por bafo está aprovado*
Do Deus que tem do Mundo o regimento.»

Oriundo do norte de África, Monçaide faz, na Índia, a apresentação dos portugueses. E o passo reflecte o respeito dos muçulmanos por Nossa Senhora. Também neste ponto, Camões se desvia dos *reformados.* E, ainda a este respeito, se não regista evolução de pensamento, desde «Os Lusíadas» às «Elegias». Impressionam a segurança e rigor de pensamento. Tão à vontade, que nem se ressente dos naturais apertos do verso.

E o Épico não é um caso, único, apenas um dos muitos, dos... todos da época. Desde António Ferreira e Sá de Miranda a Gil Vicente, Tomé

de Jesus (tão admirado e estudado hoje, nas universidades estrangeiras!) e Diogo Bernardes. A língua portuguesa é cristã no corpo e na alma, por nascimento e formação. Os seus lídimos representantes, os mais próximos das fontes, os mais originais e poderosos e até os mais populares, como não podia deixar de ser, falam e escrevem em... Cristão.

Camões é fiel ao cristianismo integral. Cristianismo dinâmico e militante. Nas *Oitavas (IV)*, solicitando amparo para a encarcerada do Limoeiro, justifica a sua *intervenção*, lembrando que urge evitar o seu completo descarrilamento *(crudelíssimo sucesso)*. Esta preocupação de impedir que ela rompa com a Igreja e acabe por se perder, é significativa:

> *E ao jugo da Igreja* inda sujeita,
> *E que pode nascer de tal processo*
> *Um grande* e crudelíssimo sucesso.»

Este zelo ou espírito apostólico também se espelha na *Elegia VI*, ao pedir a intercessão da Virgem:

> *Assim* todos, *enfim, Senhora, venham*
> *Confessar um só Deus crucificado*
> *E por nenhum respeito se detenham.*»

«Todos...» são os *idólatras, judeus, muçulmanos* e *hereges*. Repare-se nos termos: *todos venham* e *por nenhum respeito* se detenham... E n'«Os Lusíadas», na estância 119 do *Canto X*, se insurge contra a falta de zelo dos pregoeiros do Evangelho:

> «*Olhai que, se sois sal e vos danais*
> *Na pátria onde profeta ninguém é,*
> *Com que se salgarão em nossos dias*
> *(Infiéis deixo) tantas heresias*?»

«Se sois sal...» é eco do Evangelho: *Si sal infatuatum fuerit in quo salietur*? (1) Foi também Cristo quem advertiu que *ninguém é profeta na sua pátria*. O zelo do Poeta preocupa-se mais com as heresias (os movimentos protestantes) que com os infiéis *(Infiéis deixo)*. O zelo o arrasta para a polémica. E assim, na *Elegia VI*, referindo-se aos Hebreus, chama-lhes povo...

> «*...Pertinaz no antigo rito,*
> *Que só o desterro seu, que tanto dura,*
> *Lhe diz que é pena igual ao seu delito.*»

Considera castigo a dispersão de Israel. E a frase ... *que tanto dura...* releva a grandeza do pecado do deicídio, podendo também inferir-se dela que não tinha por impossível a restauração do Estado judeu. É mais duro

(1) S. Mateus, V, 13.

com o «torpe Ismaelita» (1) que *mistura* as leis com os «preceitos viciosos» do «vicioso Mafona». Mistura... porque no Alcorão consignou Maomé dados do Antigo e Novo Testamento *(leis)* e disposições próprias, relativas à sua *missão* e adaptadas ao meio ético-sociológico do *mundo* árabe *(preceitos viciosos)*.

Em espírito de polémica, invectiva os «Alemães, soberbo gado» que «novo pastor» (Lutero) e «nova seita» inventa e que, com o «cego error se não contenta», mas faz a guerra aos cristãos e não ao superbíssimo Otomano». Increpa o «duro Inglês» que «nova maneira faz de Cristandade» (cisma de Henrique VIII) e para os de Cristo desembainha a espada, em vez de para os muçulmanos, que se apoderaram de Jerusalém:

> «*Para os de Cristo tem a espada nua,*
> *Não para tomar a terra que era sua.*»

Enquanto o Sultão lhe guarda a «Hierosólima terrestre», Henrique VIII não guarda a «santa Lei» de Deus (da «Hierosólima celeste»), pois é adúltero e cismático. Não obstante, ainda se *nomeia* rei de Jerusalém. Mas quem a senhoreia é o Ismaelita. E o Poeta pergunta, em ar de censura:

> «*Quem viu honra tão longe da verdade?*»

Critica a aliança de Francisco I com maometanos e protestantes:

> «*Pois de ti, Galo indigno, que direi?*
> *Que nome* cristianíssimo *quiseste*
> *Não para defendê-lo, nem guardá-lo,*
> *Mas para ser contra ele e derribá-lo?*»

Para contraste, evoca a posição de Carlos Magno e de S. Luís:

> «*De Carlos, de Luís o nome e a terra*
> *Herdaste, e as causas não da justa guerra?*»

Contra a política ambiciosa da França, dirigindo-se ainda ao *Galo indigno:*

> «*Achas que tens direito em senhorios*
> *De cristãos, sendo o teu tão largo e tanto?*»

Também não poupa os Italianos. Eles «gastam as vidas», «logram as divícias, esquecidos do seu valor antigo:

> «*Contigo, Itália, falo, já submersa*
> *Em vícios mil e de ti mesma adversa.*» (2)

---

(1) Os Árabes consideram-se descendentes de Abraão, através de Ismael.
(2) «Lusíadas», VII, 4-8.

Sugere que a decadência de Roma e da Itália seria permitida por Deus, integrada no plano da economia da Providência:

Mas depois que o Porteiro tem divino,
Perdendo o esforço veio e bélica arte;
Pobre está já da antiga potestade,
Tanto Deus se contenta de humildade.» (1)

Merece atenção especial a adjectivação com que tenta retratar o temperamento e os descarrilamentos colectivos dos europeus. Aos alemães chama, como se viu há pouco, «soberbo gado». O vocábulo *soberbo* não é aplicado só aos tudescos. Surge frequentemente n'«Os Lusíadas» e, com particular insistência, no *Canto III:* «Soberba Europa», «Soberba Veneza», Soberba castelhana» e «Arraial soberbo» (2). Do *Canto VI*, estância 65, é este verso relativo aos *Doze...*:

«*Cai a soberba Inglesa do seu trono.*»

«Soberbo...» aparece como sinónimo de poderoso e de orgulhoso. E há uma certa afinidade, realmente, entre orgulho e poder, por vezes tão unidos que mal se distinguém, nos pobres mortais (3). No *Canto III*, visa o Poeta a dureza glacial, o egoísmo indiferente da Inglaterra, recreando-se nas nórdicas neves, alheia aos problemas da Europa. O rico a quem nada falta senão respeito pelo que é dos outros, serve-lhe de símbolo da França daqueles tempos, desperta e cobiçosa, representada por Francisco I que, já então, não desdenhava certa forma de... «politique d'abord».

Na Itália, censura a ociosidade degradante e gozadora das pecúnias da mercancia. Alfobre de quezílias intestinas e de tiranetes que Maquiavel retratou no «Príncipe», este país parece-lhe algo degenerado. E ciente do egoísmo e materialismo dos europeus, tenta acordá-los para as realidades, aponta-lhes o perigo da «turca geração» que reforça a sua penetração na «Europa rica».

Recorda que Gregos, Trácios, Arménios e Georgianos já pagam «duro tributo» ao «povo bruto», exortando os povos do Ocidente a gloriarem-se de punir tais violências e a não serem *arrogantes*, contra os seus *mui possantes* (4). O *duro tributo* que aqueles já pagam, é forçarem-lhes os filhos a seguir a religião de Maomé, exercendo violência nas consciências dos pais:

«*Bradando-vos estão que o povo bruto*
Lhe obrigue os caros filhos aos profanos
Preceitos do Alcorão (duro tributo!).»

---

(1) «Lusíadas», III, 15.
(2) Estâncias: 6, 14, 34, 41 e 99.
(3) Conf.: «superbíssimo Otomano...»
(4) «Lusíadas», VII, 7-13.

A linguagem atinge, por vezes, a violência. «Cães» chama aos usurpadores do túmulo de Cristo e «repugnantes» as cizânias, que a *Fúria entre os cristãos vai semeando*. Os termos cheiram, realmente, a violência, mas revelam a sinceridade e o fogo da alma do Poeta. Insiste na *unidade* da Igreja, pois os «míseros cristãos», que uns aos outros se dão a morte dura», são «todos de um ventre produzidos» (1). Na *Elegia VI*, ergue-se contra o «danado e falso espírito» dos hereges, que perturbam a «Santa Igreja». E nas *Oitavas (IV)* nota que «Deus peleja por quem estende a fé da Madre Igreja», da «Santa Igreja que floresce» (2).

Não faz referência ao Concílio de Trento, em que participou, honrosamente, a cultura portuguesa. Ao menos uma alusão, breve, integrava-se perfeitamente na linha geral da sua obra. Este silêncio, divergente dos usos do Poeta que evoca figuras, episódios e simples tradições, de que possa tirar partido para glorificar a Pátria e a Cristandade, carece de uma explicação. E terá de inserir-se em perspectivas cronológicas e coordenadas biobibliográficas.

No primeiro período do Concílio (1545-1547), Camões estava em Ceuta, quase desde os primórdios. No segundo (1551-1552), residia em Lisboa, mas na cadeia, desde Junho de 1552 a Março de 1553. Ali não levaria a representação portuguesa, no regresso, informações, ainda confidenciais certamente, a um condenado, absorvido aliás pelas preocupações da própria situação. No terceiro período (1561-1563), já era no Oriente e desde 1553. Voltou a Lisboa em 1570, já feita a promulgação, eclesiástica e civil, dos decretos tridentinos (3). Em 1572, saía a primeira edição de «Os Lusíadas».

Não dispunha de informações que, só mais tarde, vieram a lume, nas actas e diários do concílio. Informações que nunca dispensou para escrever com a seriedade, que era seu timbre. Por outro lado, «Os Lusíadas» estavam concluídos. E Camões via aproximar-se o termo de seus dias... Mas a sua desassombrada atitude, perante a revolução religiosa, já estava marcada. Deplora até os sucessivos banhos de sangue da Europa. Sangue que os portugueses, com entusiástico louvor de Camões, preferiram derramar, *dilatando a fé*, não discutindo-a; e acrescentando o império, não com usurpações e guerras fratrícidas, mas com a revelação de terras virgens ou ocupadas por inimigos da fé e da Europa.

Nas manchas da tiara e nas nódoas da púrpura, que não faltaram, não tange. Nada que possa enfraquecer, ou ser mais uma acha para o já temeroso incêndio. Será também esta a razão do verso: «*Mas passo esta matéria perigosa...*» depois do reparo aos que não saem, a «pregar a Santa Fé?»

---

(1) «Lusíadas», VII, 9.

(2) O *floresce*... relativo a tempos tão difíceis, mostra a confiança de Poeta nos destinos da Igreja.

(3) Sobre esta promulgação, conf.: Marcelo Caetano, *Recepção e Execução dos Decretos do Concílio de Trento em Portugal* (Lisboa, 1965).

... Lutero em 1546, depois de chamar Anticristo ao Papa... e o «pior dos porcos» a Henrique VIII; este, em 1547, depois de haver desfeitiado meia dúzia de mulheres, das quais mandou decapitar duas, recambiou outra por ser feia e ameaçou a última... salva, porque a morte paralizou o braço deste papa... da Inglaterra; e Carlos V, em 1558, já voluntàriamente recolhido e penitente, num convento da Espanha e desde 1556: fecharam, todos, os olhos ainda a tempo de não verem o pior sangue, muito mais sangue. Já por 1560, o futuro da revolução protestante saíra dos debates das consciências para a órbita dos interesses económicos e dos malabarismos de governos e facções. É o caso de se aplicar: «*Tudo começa em mística e acaba em política...*»

Na Europa, era à vista a madrugada de fogo e de sangue da definitiva dilaceração, que Erasmo previu e classificou de «carnificina atroz». Afinal, a revolução não terminaria com o *casamento* de Lutero, como aquele tinha ironizado:

«*Tudo* acaba *como nas comédias, por um casamento...*»

Era mais de comédia, tragédia. E o Islão preparava-se para apertar a corda da meia-lua ao pescoço dos europeus e cristãos, desavindos. Era tal a incompreensão da Europa, para lá dos Pirinéus e para cá dos Alpes, que o Papa Pio II teve um gesto de supremo apelo, vizinho do desespero e semelhante ao da visita de Paulo VI à *ONU:* escreveu a Maomé II uma carta, minuciosa e veemente, convidando-o a trocar a bandeira da meia-lua pela da cruz, e a proclamar-se Imperador do Oriente...

Entretanto, o mundo do lado de cá dos Pirinéus não se considerou atrasado. Não se ouviram as angústias de consciências débeis ou ingénuas, em acacianas interrogações: — *Só nós temos razão, só nós vemos claro*? Tínhamos razão; afirmava-se; não se interrogava... A Igreja recuperou e nunca foi tão católica *(universal)* como hoje, depois de reduzida, em Trento, quase só à Espanha, Itália e Portugal, que no mais era perdida ou contaminada de reformismo...

Na própria Itália, os estragos do *Renascimento* eram mais que deploráveis e a sua influência no mundo eclesiástico assumia aspectos de escândalo. Então na França, não se tinha olvidado o Concíliarismo, democrático e parlamentar, de Basileia, que sobrepunha o concílio ao Papa e sentava os bispos nos degraus dos tronos régios. E esta sombra podia ter chegado, como se luz fora, à histórica aula de Trento. Receios houve de que, entrada pelas janelas ou frestas, viesse perturbar o trabalho daquela veneranda assembleia, sem a qual a Europa e o mundo seriam hoje diferentes e, seguramente, não melhores...

Camões louva-se na fidelidade portuguesa. Confia na *geração do Luso*, que não se afastará da Igreja e, nem por «cobiça» nem por «pouca obediência», será estorvada ou desviada das suas tarefas missionárias e humanas.

V

IMORTALIDADE E SANÇÕES

Sendo religioso, não é preciso acrescentar que o Poeta acreditava na imortalidade da alma. A religião, sem a existência de Deus e da vida futura, não teria razão de ser. E a existência da alma, no homem como nos outros animais e nas plantas, não se discute. Onde estiver vida, estará alma. Como é sabido, a alma (no Latim *anima)* é que distingue os seres *animados* dos *inanimados*, os vivos dos não vivos.

Mas convém, antes de mais, acentuar a diferença entre plantas, animais e homem. A planta vive, tem alma: nasce e morre, adoece e convalesce, alimenta-se e multiplica-se... e até se move, à sua maneira. O animal, além da vida vegetativa, possui a sensitiva e cognoscitiva: sente e *conhece*... o dono, por exemplo. E não conhece *só*, nem às vezes *principalmente*, pelos olhos, mas pelos outros sentidos, pelo olfacto como sucede nos cães que, depois de *verem*, recorrem à pituitária apuradíssima, como para confirmar.

Há, portanto, notável diferença entre a vida e alma das plantas e a vida e a alma dos animais. A diferença aprofunda-se, entre a alma dos irracionais e a do homem. Este *sente* e *conhece* como os animais, mas está enriquecido de três notas bem humanas: *religioso*, *inteligente* e *progressivo*. O homem tem o instinto religioso, abre-se para a Divindade como a flor para o Sol: esta é nota humana, porque exclusiva e universal. É inteligente, raciocina, deduz, descobre, inventa e, por isso, progride. Da racionalidade procede a *progressividade*, também exclusiva dos humanos, e um conhecimento muito mais perfeito que o dos irracionais. Nenhum outro íncola do planeta constrói civilizações, sai donde está por si mesmo, senão o homem. A sua alma é diferente. Vê-se pelas suas faculdades e pelas respectivas operações. Não se confunde com a matéria, desta não depende intrìnsecamente, é capaz de actividades que ultrapassam as possibilidades dos elementos.

O espírito do homem não está sujeito às leis da matéria, passa de um extremo a outro sem tanger os pontos intermédios. Reflecte sobre si mesmo. Cada um *sabe* que *sabe* que *não sabe*. Uma das coisas nítidas, em Camões, é precisamente a nítida distinção entre alma e corpo. No soneto *Em um batel:* «*O espírito é pronto, a carne é enferme*». A frase aparece na obra do Poeta, pelo menos três vezes, com ligeiras variantes (1). Também em vários lugares, o corpo é chamado prisão, prisão do espírito, «prisão terrestre

(1) «Lusíadas», IV, 80: «...*espírito e carne é pronta*».

e escura» (1). No soneto *A morte*, afirma que a terrível Parca é poderosa, mostrando «a sua imperial potência» no «apartar de um corpo a alma». É *criada*, por Deus e para Deus: por isso, é *divina*, como lhe chama na *Carta de Ceuta*. Em «Os Lusíadas», na estância 28 do *Canto III*, regista a morte do conde D. Henrique, dizendo que «o espírito deu a Quem lho tinha dado». O mesmo conceito surge na *Égloga I:*

«Tal te pinto, Tiónio, dando o espírito
A Quem to tinha dado...»

Criada... para Deus e não para a Terra. E, até por isso, não se estranhe que esta nos seja madrasta, adverte na *Carta de Ceuta:*

«Pois, para seus não nascemos...»

Por isso também, adverte a alma de que «nada na Terra a pode descansar». Não foi destinada só para esta vida, «escassa», «finita e humana», mas para outra, «divina, infinita», acentua no soneto *Não passes*. Esta vida, diz a *Elegia VIII*, é «breve sonho». E no Céu, «já acordado / Deste sonho tão breve» (2) está, «seguro e repousado», D. Miguel de Meneses. O «mundo é estalagem em que pousam nossas vidas, de corrida».

A alma humana é espiritual *(o espírito deu a Quem lho tinha dado...)* e, por isso, não morre, ao separar-se do corpo; vive eternamente, como diz num célebre soneto:

«Repousa lá no Céu eternamente...»

E na *Elegia II*, sublinha que nem a morte acaba com o amor, porque este é paixão da alma e participa da sua eternidade:

«Porque, enfim, a alma vive eternamente
E o amor é afeito de alma, e sempre dura.»

Os termos... *prisão terrestre e escura e desatar o nó da vida* podem induzir no erro de supor-se que a alma, nesta vida, se encontra numa situação de violência, de vencida e condenada. Tal sentido teria laivos, nítidos, de heresia. Camões, porém, dá-lhe um sentido moral; afirma que a morte liberta a alma duma situação transitória e dramática. E, nisto, não há ressaibo algum de dualismos nem de gnose. Que assim é, vê-se do soneto *Pelos extremos*, onde a *união* da alma com o corpo é celebrada e chamada *liga generosa:*

Aquele saber grande que ajuntou
Espírito e corpo em liga generosa...»

---

(1) *Elegia II* e *Oitavas (I)*. Nas *Oitavas (II)*, também chama ao corpo *véu, véu corporal*. Não é que negue a humana realidade corpórea, acentua, apenas, a principalidade da alma... Na *Ode VI*, note-se ainda, chama ao corpo «terreno manto».

(2) No soneto *Vós que escuitais*, diz: «quanto ao mundo apraz, é *breve sonho*».

Liga... *generosa*, pela dignação de tão estreitamente ter *ajuntado*, em união substancial e pessoal, o anjo e o animal, para formar o homem que, sendo as duas coisas, é um só e não é nenhuma delas, como diria Pascal. E, uma vez separada do corpo, a alma não regressa a novo *cárcere*, como presume a metempsicose, com as sonhadas e sucessivas transmigrações. Expressamente o declara na *Elegia I:*

«*Se noutro corpo a alma se trespassa,*
Não como quis Pitágoras, na morte,
Mas como quer Amor na vida escassa...»

Camões tão vigorosamente afirma a imortalidade da alma humana, como ri dos que a atribuem à alma dos irracionais, como se pensava nas margens do rio Mecão:

«*A gente dele crê*, como indiscreta,
Que pena e glória têm, depois da morte,
Os brutos animais de toda a sorte.»

A censura deste passo de «Os Lusíadas» (1), está discreta no *indiscreta* ou... insensata... Aqui se alude também à sanção *(pena e glória...)*, depois da morte. Para os homens, sim, existe mal e bem, liberdade e responsabilidade do que se fizer ou omitir nesta vida. Daqui, o julgamento após a morte e, mais tarde, o juízo final, a que se alude na *Elegia VIII* (2):

«*Quando se ouvir o extremo som sonoro.*»

E também, em *Sôbolos rios:*

«*No grão dia singular*
.....
Lembrai-vos de castigar...»

E Cristo será o supremo julgador, como Ele mesmo declara no Evangelho e o lembra Camões, na *Elegia VI:* «sumo juiz». O sentido da vida, com as inerentes responsabilidades, é nota repetida e insistente na *Carta de Ceuta*. Deste mundo, «levam de passagem» nossas vidas:

«*Ser bem ou mal recebidas*
Na outra vida...»

---

(1) X, 127.
(2) Discute-se a autenticidade desta *Elegia*.

E sublinha:

«*Ponderemos e vejamos*
Que ganhamos em viver,
Os que nascemos:
Veremos que não ganhamos
Senão algum bem fazer,
Se o fazemos.»

Mais claro ainda, referindo-se à vida ou sentido da existência:

«*Pois sòmente nos é dada,*
Para que ganhemos nela
O que sabemos.
Se se gasta mal gastada
Juntamente com perdê-la
Nos perdemos.»

Esta vida está ordenada para outra, outra vida, e não para o nada:

«*Nascemos para morrer,*
Morremos para ter vida...

Vida de Glória, com maiúscula, para os inscritos no «Grão livro dos viventes» (na Bíblia, *Livro da Vida*), onde estarão registadas as obras dos eleitos, como se lê em *Sôbolos rios*. Para os cristãos, o Céu não se confunde com o «mundo inteligível, platónico». Também Camões o não confunde. Tinha do Paraíso uma correcta noção:

«*E a alma, do mundo apartada,*
Está em tamanhas cousas ocupada
Que da fama que fica, nada cura.»

Estes versos das *Oitavas (I)* mostram que, no Céu, a contemplação de Deus absorve a alma *(em tamanhas cousas ocupada)*. E de tal maneira que da terrena glória *nada cura*. Esta contemplação de Deus será tão absorvente que exclua também o conhecimento dos familiares e amigos? Dos versos seguintes, alusivos a D. Miguel de Meneses (1), parece inferir-se que não:

«*Onde com Deus unida a forte e bela*
Alma, com teus Maiores reluzindo...»

Alguém, referindo-se a alguns dos versos do Poeta, que põem a alma no Paraíso, anotou: «*que se figura ir para o Céu...*» Ora, se há pessoas que entendem tratar-se apenas de *figurar* ou *imaginar*, o crítico sabe muito bem que Luís de Camões não pensava assim, mas com o senso comum da humanidade. Outro crítico, com semelhante intenção, sublinha que Dina-

(1) Morto em Ceuta e não na Índia.

mene, sendo chinesa não cristã, não podia ser posta por Camões no «paraíso cristão». Estes *vetos a posteriori* são nulos... E o Catecismo ensina que há um só Paraíso, para onde vão todos os que se salvam, ainda que não cristãos (1).

O homem, porém, pode frustrar os seus destinos, perder-se no caminho e não atingir a meta, usando mal da sua preciosa e melindrosa liberdade. E já no soneto *Aquela triste*, alusivo à despedida de uma dama, acena ao Inferno:

> «*Ela ouviu as palavras magoadas*
> *Que puderam tornar o fogo frio*
> *E dar descanso às almas condenadas.*»

Também na *Elegia X*, se lhe refere, lembrando que Cristo foi posto na cruz «para te livrar do lago mui profundo» (2). Já na *Elegia VI*, acentuara que a morte de Cristo foi para salvar o «mísero Adão». E insiste na eternidade da sanção: cativeiro *eterno* que mereço; na *Elegia X*, o homem é «feitura à morte condenada *eternamente*».

A essência da condenação está, em síntese, nos citados versos da *Carta de Ceuta:*

> «*Juntamente com perdê-la*
> *Nos perdemos...*»

E:

> «*Assim que a Deus perdemos...*»

A grande frustração (perda de Deus) é o sofrimento ou tormento máximo dos réprobos. Chama-lhe a teologia «pena de dano». O *Nos perdemos* também parece sublinhar que a condenação é da nossa responsabilidade.

Não falta, sequer, alusão ao Limbo, semelhantemente instrumento da justiça de Deus. Quando, na *Elegia VI*, invoca o «Deus encarnado», acrescenta:

> «*Que aquelas altas vozes que lá soam*
> *De Padres são que estão no Limbo escuro,*
> *Que já de louro e palma Vos coroam,*
> *Todos Vos bradam que subais ao muro*
> *Da cidade infernal, e que arvoreis*
> *Em cima essa bandeira, mui seguro.*»

Cristo é aqui um «Cavaleiro sublimado» (reflexo do ideal cavalheiresco da Idade Média), que escala os muros dum cárcere-fortaleza, a implantar

---

(1) A Igreja ensina que podem salvar-se quantos sem grave culpa estão fora dela, uma vez que, em boa fé, cumpram a lei natural...

(2) *Lago profundo* é expressão dos textos litúrgicos...

a bandeira da liberdade, a cruz. *Padres do Limbo* são todos os justos que viveram antes de Cristo, impedidos de entrar no Céu, enquanto o Salvador os não libertasse, destruindo com a Sua morte, o quirógrafo da nossa condenação, como se exprime a Escritura. *Cidade infernal...* soa como o tradicional *desceu aos infernos.* Nada tem que ver com o Inferno, onde não há salvação possível: *nulla est redemptio.* Da impossibilidade de se voltar para Deus o cativo no Inferno, volvendo ódio em amor, talvez seja eco esta redondilha *(Senhora, pois me chamais):*

«Terá por novo e moderno
Ter quem vive no Inferno
O pensamento no Céu.»

Moderno... parece remoque às novidades dos protestantes («os inovadores») e documentar a suspeição caída sobre a modernice do tempo. Pensando na vocação do homem ao sobrenatural, nas suas raízes e destino, assim como na sanção das leis que regem a vida, Luís de Camões convida a reflectir na morte: «*Nunca vi cousa mais para lembrar e menos lembrada que a morte... Nenhuma cousa me enche tanto as medidas para com estes que vivem na bonança, como ela; porque, quando lhes menos lembra, então lhes arranca as amarras, dando com os corpos à costa; e, se vêm à mão, com as almas no Inferno, que é bem ruím gasalhado*».

Por isso, acrescenta:

«Não nos engane a riqueza
.....
Gastamos em arrancá-la
A vida; e, quando queremos
Usar dela,
Nos tira a morte lográ-la;
Assim que a Deus perdemos
E a ela.»

Não obstante, já se atribuíu a Camões «o sentimento de que a morte é definitiva e total». Mas como observa José Régio e Alberto de Serpa, é, pelo menos em crítica literária, inútil discutir com a natureza profunda dum povo (1). Eles acrescentam: *ainda mais quando revelada e sancionada pelos poetas.* Poderia dizer-se... *seja ou não* revelada e sancionada pelos poetas. E, em vez de natureza profunda dum povo, natureza profunda *do homem*, obra e espelho de Deus. E aos humanos, descontentes com a *objectividade* das imagens, só resta partir o espelho. Mas não o conseguem, sem se destruírem a si mesmos, negando-se ou deformando-se.

Camões está com o sentir não apenas do seu e nosso povo, mas com o de todos os povos, não importando que à sanção chamem Inferno ou Tártaro.

(1) «Na Mão de Deus» (Portugália Editora, 1958).

VI

TÁBUA DE VALORES

Não se pode avaliar da mentalidade de Camões, através do boémio que arrasta os seus fracassos donjoanescos e a sua penúria económica, ou do brigão com seus recontros pelas ruas. Tinha a sua escala de valores, que não podem negar-se, sem negar a própria vida, nas suas raízes, exigências e naturais impulsos. Soldado mutilado e funcionário na miséria, sabe que, para muitos, a «pobreza não tem nenhum respeito» (1). Ele, porém, pensa que:

> «*Não lava o muito dinheiro*
> *A nódoa da desonra...*» (2)

E previne que não canta «movido de prémio vil» ou de «vil esperança», que não quer ser «doce adulador, sagaz e agudo», até porque:

> *Dirão que, com lisonja, ajuda peço*
> *Contra a miséria injusta que padeço.*»

Sente-se ofendido, apesar de saber que a justiça costuma chegar atrasada, muitas vezes só depois da morte, porque na vida, declara nas *Oitavas (II)*, «*Ninguém alcança a glória merecida*». E então o dinheiro, mais ainda que a glória, é ronceiro. Não se veja, nos citados versos, uma contradição do Poeta, que já vimos fazer maravilhoso encômio da pobreza... Repare-se que não se queixa, neste passo, da pobreza, mas da miséria. Desta também Jesus não fez elogio. Confronte-se a «miséria injusta» de Camões com a «miséria imerecida» de Leão XIII, na *Rerum Novarum*...

O pior da miséria é ser má conselheira, constituindo as pessoas em «vil necessidade», de que é exemplo a «moça nobre», reclusa no Limoeiro:

> «*Pois quem houvera aí que não caíra,*
> *Vendo-se em tal extremo, em tal miséria*?»

Insurge-se também contra a avareza, censurando os «de boca aberta», para se encherem de tesouros. É ainda nas *Oitavas (I)*:

> «*Doentes desta falsa hidropisia*
> *Que, quanto mais alcança, mais queria.*»

---

(1) Oitavas, *Haja, senhor.*
(2) Auto de Filodemo.

Chama-lhe doença. E são, de facto, doentes... da alma. Até onde pode arrastar a febre do ouro, está nos *Disparates da Índia:*

Pois um pedaço de Inferno
Por pouco dinheiro alheio
Se vende a mouro e a judeu.»

Não falta quem mercadeje com as consciências, que às vezes se vendem por pouco dinheiro. E à maneira de explicação, o Poeta interroga:

«*Pois, tu, parvo não sabias*
Que lá vão leis, onde querem cruzados?»

N'«Os Lusíadas», insiste no poder de corrupção do dinheiro. E à ponta do seu bisturi acode o pus das várias chagas humanas, produzidas pelo mesmo vírus:

«*Este rende munidas fortalezas*
Faz tredores e falsos os amigos;
Este a mais nobres faz fazer vilezas
E entrega Capitães aos inimigos;
Este corrompe virginais purezas
Sem temer de honra e fama alguns perigos
.....
Este interpreta mais que sùtilmente
Os textos; este faz e desfaz as leis;
Este causa os perjúrios entre a gente
E mil vezes tiranos torna os Reis.»

Este, este, este... o poderoso inspirador desta galeria da humana miséria moral, é sempre o rei Dinheiro. É ele que fabrica traições, falsos amigos e perjúrios, violências e desvergonhas, as leis iníquas, as sentenças injustas e as tiranias. E no soneto *Cá nesta*, anota que tal corrupção é que faz a Babilónia, «onde o mal se afina e o bem se dana», «onde errada e cega monarquia cuida que um nome vão a Deus engana».

Não ignora que o «metal louro», como chama ao ouro no soneto *De quantas*, é o «metal que a fortuna a tantos nega» e «por que mais a gente sua» (1). Todavia, não deixa de sentir que é «gente bruta» a que o põe acima da virtude (2). Na mesma linha de pensamento, *Florimena* não troca *ser pastora* honesta por *ser senhora* desonesta. No mesmo rumo e pela boca

(1) «Lusíadas», II, 98 e X, 93.

(2) Dobrar o joelho ao bezerro de ouro parece-lhe sintoma de embrutecimento...

da Rainha, em *El-Rei Seleuco*, condena a ambição e lembra que a maior riqueza é a alegria *(contentamento)*:

«*Que não há mor desvario*
Que o forçado casamento
Por alcançar tal assento;
Que, enfim, todo o senhorio
Está no contentamento.»

Entende que honras e dinheiro devem ser merecidos por valor e serviços, por «virtude justa e dura». Assim o declara n'«Os Lusíadas», na estância 98 do *Canto VI*. No *Canto IX*, estância 93, é ainda mais explícito e terminante:

«*Porque essas honras vãs, esse ouro puro,*
Verdadeiro valor não dão à gente:
Melhor é merecê-los sem os ter
Que possuí-los sem os merecer;

O Épico conhecia que o homem vale pelo que *diz*, mais pelo que *sabe*, mais ainda pelo que *faz* e, sobretudo pelo que *é*. Mostra-o também o certeiro remoque a Salomão, o «sábio hebreu»:

«*Se muito soube e teve, muito errou*» (1).

Semelhante posição, no soneto *Quem jaz*, onde sublinha que, afinal, D. João III, que «tudo pôde e tudo teve», no sepulcro é... «Ninguém»; *que nisso se torna tudo...*

Outro aspecto, insistentemente focado, da humana presunção, está acenado nestes versos, de tom zombeteiro e tão cáusticos como graciosos:

«*Achareis rafeiro velho*
Que se quer vender por galgo:
Diz que o dinheiro é fidalgo...

É mais um dos *Disparates da... Índia*. E noutro lugar observa que, nas fidalguias como na linguagem, «não há trigo sem alguma ervilhaca» e que «o sangue é todo vermelho». Mas destas alfinetadas não se conclua que assumiu, perante a nobreza, uma atitude negativa e demolidora. A sua posição está definida em duas estâncias de sentido educativo e social, de «Os Lusíadas» (2). Nelas salienta o mérito do trabalho e a pedagogia do

(1) O verbo *errar* tem aqui sentido moral, como é manifesto.
(2) 95-96 do *Canto VI*.

sacrifício. Com efeito, as honras imortais conquistam-se, mas não é, na verdade, de qualquer maneira:

«Não encostados sempre nos antigos
Troncos nobres de seus antecessores;
Não nos leitos dourados, entre os finos
Animais de Moscóvia zebelinos...»

E prossegue, insistindo:

«Não com manjares novos e esquisitos,
Nem com passeios moles e ociosos,
Não com vários deleites e infinitos
Que afeminam os peitos generosos,
Não com nunca vencidos apetitos
Que a Fortuna tem sempre tão mimosos
Que não sofre a nenhum que o passo mude
Para alguma obra heróica de virtude.»

Ufana-se de possuir «honroso calo», «desprezador das honras e dinheiro» que venham por estas vias, como acentua n'«Os Lusíadas»:

Das honras e dinheiro que a ventura
Forjou e não virtude justa e dura.» (1)

Ventura... não são os fados, mas os trabalhos dos seus maiores e o nepotismo dos poderosos e dos reis. Duns e doutros são filhos naturais os contemplados na estância 41 do *Canto VIII:*

«Outros também há grandes e abastados
Sem nenhum tronco ilustre donde venham.»

A estes, nem a outros, não celebra:

«Deixo aqueles que tomam por escudo
De seus vícios e vida vergonhosa
A nobreza dos seus antecessores
E não cuidam de si que são piores.»

Assim nas *Oitavas (I).* E nas *Redondilhas*, não poupa a «feminina simpreza / Donde estão as culpas aos pares»:

«Que por um Dom de nobreza
Deixam dões da Natureza
Mais altos e singulares.»

---

(1) *Canto VI*, 98.

No olvido deixa «degenerados, em gostos e vaidades atolados». Mas:

«*Não nego que há, contudo, descendentes*
De generoso tronco e casa rica,
Que, com costumes altos e excelentes,
Sustentam a nobreza que lhes fica.»

Neste passo de «Os Lusíadas» (1), são considerados vários valores: *tronco generoso, casa rica, esforço* (sustentam) e *costumes.* E nas *Oitavas (IV)*, a condição de nobreza é para atender, no aspecto da exigência:

«*Bem sei que de ter culpa não carece*
Só por não ser do sangue seu lembrada.»

Refere-se à jovem do Limoeiro. E consona com o *noblesse oblige...* Mas é, igualmente, de ter em conta, no aspecto da condescendência. Lembra-o, ao solicitar piedade para a encarcerada do Limoeiro:

«*Haja também cuidar que é sangue nobre...*»

Sensatamente, não investe com as classes, mas com os vícios, onde lhe parece descobri-los. Acima do dinheiro e das honras, está a cultura. Mas esta palavra cujo conteúdo é bastante discutido, é para muitos um ídolo... verbal. A literatura vácua e presunçosa merece-lhe severa punição. Tem-na por desperdício do precioso tempo, pecado que é preciso evitar. O conceito está na estância 66 do *Canto VI* de «Os Lusíadas»:

«*Gastar palavras em contar extremos*
De golpes feros, cruas estocadas
É desses gastadores, que sabemos
Maus do tempo, com fábulas sonhadas.»

O que fica, é dito a propósito do episódio dos *Doze da Inglaterra.* E quem são os que malbaratam o tempo, com histórias por eles mesmos inventadas, não é difícil ver nos *Disparates da Índia:*

«*Mas tornando a uns enfadonhos*
Cujas cousas são notórias,
Uns que contam mil histórias
Mais desmanchados *que sonhos,*
Uns mais parvos *que Zamboas*
Que estudam palavras boas
A que ignorância *os atiça.*»

Enfadonhos criadores de histórias, de palavras estudadas que denunciam a desordem do seu pensamento *(mais desmanchados que sonhos)* e a

(1) VIII, 39 e 42.

sua ignorância. Se vivesse no nosso tempo, Camões não seria mais benévolo. E acrescenta:

«*Vereis uns, que no seio*
Cuidam que trazem Paris...»

O *cuidam* foca a ilusão e presunção. E *Paris...* é toda a universidade do Sena. Na ironia, transparece o prestígio da douta instituição parisiense, naquela época. Mas daquela cultura de palavras e de histórias, esta sim *livresca* e palreira, não podia rezar bem o estro de Camões. O seu apreço paira no que é válido. E bem patente está na estância 39 do *Canto VIII* de «Os Lusíadas»:

«*Outros muitos verias que os pintores*
Aqui também por certo pintariam
Mas falta-lhes pincel, faltam-lhes cores,
Honra, prémio, favor que as artes criam...

E prossegue, esclarecendo:

«*Culpa dos viciosos sucessores,*
Que degeneram certo e se desviam
Do lustre e valor dos seus passados,
Em gestos e vaidades atolados.»

Interessante é a definição de pintura: «muda poesia». E também a de poesia: «pintura que fala...» O Poeta exprime a sua mágoa de os capitães portugueses não serem «Virgílios nem Homeros». Reconhece, porém, que não é pela carência de faculdades, mas de interesse e de tempo, e por cópia de trabalhos:

«*Por isso*, e não por falta de natura,
.....
Mas o pior de tudo é que a ventura
Tão ásperos os fez e tão austeros,
Tão rudes e de engenho tão remisso
Que a muitos lhes dá pouco ou nada disso.»

Exagera, todavia, na estância anterior (97) do mesmo *Canto* (1) de «Os Lusíadas», quando declara:

«*Enfim, não houve forte Capitão*
Que não fosse também douto e ciente,
Da Lácia, Grega ou Bárbara nação,
Senão da Portuguesa tão sòmente.
Sem vergonha o não digo...»

(1) É o *Canto V*.

Latinos, gregos e bárbaros heróis estão longe de ser «Virgílios ou Homeros». Virgílio e Homero estão distantes dos grandes heróis. Ele, o Poeta, sim, foi soldado e Virgílio ou Homero. É certo que César nas «confusas guerras» nunca deixou o estudo... e nem «as armas da ciência são escusas»:

> «*Numa mão livros, noutra ferro e aço.*
> *Uma rege e ensina, a outra fere,*
> *Mais com saber se vence, que com o braço.*»

Assim pensa na *Elegia V.* Mas é preciso não esquecer que Alexandre, César e Camões são excepções raras. Camões foi menos soldado que César e Alexandre, mas foi mais «Virgílio ou Homero» que aqueles dois somados. O nosso Poeta virá atenuar:

> «*De Formião, filósofo elegante,*
> *Vereis como Aníbal escarnecia,*
> *Quando das artes bélicas diante*
> *Dele, com larga voz tratava e lia.*»

E n'«Os Lusíadas» (1) acentua ainda que a disciplina militar:

> «*Não se aprende, senhor, na fantasia*
> *Sonhando, imaginando ou estudando,*
> *Senão vendo, tratando e pelejando.*»

A palavra *ciência* aparece em Camões com mais de um sentido e como sinónimo de cultura. O facto presta-se a equívocos. Mas já nada se estranha, quando alguns dos nossos professores ensinam que Deus e alma são substantivos abstractos! Ignorância, confusão ou posição tomada? Deus e alma, para o comum dos homens (e dos dicionários...) têm existência *real* e não *ideal*, não são acidentes em substâncias, nem qualidades em seres, mas substâncias, seres... E Deus, o primeiro... fonte do *ser* e o *único* que *é*, como diz a razão a todos os homens e Ele mesmo confirmou a Moisés: *Ego sum qui sum...*

Com a palavra *ciência* ocorre equívoco semelhante e não raro tendencioso, embora de consequências menos relevantes. É sabido que, no tempo de Camões, o conceito de ciência não tinha a *precisão, complexidade e balizas* de nossos dias. Não seria, pois, honesto atribuir-lhe determinada posição, em face de certos problemas de nomenclatura, divisão e metodologia da ciência ou das ciências. Melhor será apresentar ao leitor uma panorâmica da palavra e de expressões análogas, consideradas nos textos e nos contextos. E a principiar pelo grande poema de «Os Lusíadas».

Fala da «clara Grécia, não menos por armas que por letras» (III, 13). Não é duvidoso que nas *letras* inclua a filosofia. E também dos Venezianos,

---

(1) *Canto X*, 153.

«gente sublimada, não menos nos engenhos que na espada (IV, 14). É manifesto que, nos *engenhos*, se alude a toda a cultura. Refere-se aos conhecedores «só por puro engenho e por ciência» (V, 17). Convida os «sábios» a estudar nos livros os «segredos da Natura» (V, 22), aplicando o termo *sábios* aos cultores das ciências da natureza. Aparece Octávio a compor «versos doutos e venustos» (V, 95). Repare-se no adjectivo *doutos*, aplicado a *versos*... E logo, na imediata estância, César é exemplo de que «as armas não impedem a ciência». A ciência de Júlio César, no caso, é a de autor do *De bello gallico*. Também Cipião é exemplo dos que têm nas «comédias grande experiência» (V, 96). Quem dirá que esta *experiência* se refere ao método de observação e de experimentação? Só, por sonho... Menos ainda aquela outra: «de amor a experiência» (III, 127). Na estância seguinte, fala ainda, com admiração, de todo o Capitão «douto e ciente» das várias línguas. É *vã* a *ciência* dos mortais, na medida em que lhe são inacessíveis certos segredos ou domínios (X, 76).

E «Os Lusíadas» continuam o seu depoimento. Lá se fala da «profética ciência» (conhecimento do futuro) e de «um que primeiro pôs o nome à ciência» (IV e VII, 40). Alude o Poeta a Pitágoras. E na Lírica, a perspectiva é análoga, como se viu e confirma agora. A *ciência* nem aos deuses pode valer, nos intrincados meandros do amor (Soneto *O Filho*). Mas com alto *engenho, habilidade e ciência*, podem as pessoas já experimentadas mostrar o *não sei quê*... que mais se pode sentir que exprimir *(Ode V)*, como lùcidamente interpreta Hernâni Cidade. A ciência de Apolo *(minha ciência)* poderia defender as obras de Pedro de Magalhães, a quem as musas tinham ensinado as «Artes e a Ciência» *(Elegia V)*. Octávio é, mais uma vez, exemplo... de «altos corações» que «Foram sempre coluna / Da Ciência gentil...» *(Ode VII)*.

Gentil ciência... é a das letras e da poesia especialmente. A «grande experiência é o grão perigo» (Soneto *Vós outros*), mas não se vê muito bem a razão. E lá surge, porém, Garcia de Orta:

> «..... *traz a vária* experiência
> *Um velho que, ensinado*
> *Das gangéticas Musas* na ciência
> *Podalíria sútil e* arte silvestre...»

Das três palavras ... *experiência, ciência* e *arte* (com o adjectivo *silvestre* são quatro), poder-se-á dizer que encerram uma opção metodológica ou a rejeição dá investigação *racional*?

Considerando, em Garcia de Orta, o soldado e o médico, observa:

> «*Assim que as mãos que a tantos morte deram,*
> *Também a muitos a vida dar puderam.*»

Note-se o tom gracioso, no trocadilho:

«*Ua Orta produz várias ervas*
Nos campos indianos...»

E, anunciando a publicação do *Colóquio dos Simples (Ode VII)*, observa:

«*Que impresso à luz saindo,*
Dará da Medicina um vivo lume,
E descobrir-nos-á segredos certos
A todos os Antigos encobertos.»

Digno de nota é o conceito de dois versos do soneto *Pode o desejo:*

«*Que, como a grave pedra tem por arte*
O centro desejar da Natureza...»

... A baralhada dos conceitos de *arte, ciência e sabedoria* é manifesta. E Simónides é mais um exemplo, na *Égloga I:*

«*Em coisas* da ciência *praticando,*
Uma arte singular *lhe prometia*
Que então compunha, com que lhe ensinasse
A se lembrar de tudo o que fazia.»

Comentários não são precisos; apenas se regista que o equilíbrio moral, alheio a depressões e euforias, sereno nestas e firme naquelas, senhor da personalidade e do sentido e dignidade da vida, lhe merece o nome de sabedoria: «o *verdadeiro* sábio *está livre de alvoroço e de quebranto*», declara na *Elegia VIII*. Semelhante confusão à de acima está nas Redondilhas: «Roma o mundo sujeita [...], com armas, *saber* e temor». Do que não pode duvidar-se é da sua curiosidade científica, como se vê na descrição da tromba marítima:

«*Vejam, agora, os* sábios *na escritura*
Que segredos *são estes da* Natura.» (1)

Não se refere à Bíblia, como o leitor desprevenido de alguns compêndios, que trazem *escritura* com maiúscula, pode imaginar ou supor. Não se trata de cepticismo do Poeta, bem o mostra a estância imediata:

«*Se os antigos Filósofos, que andaram*
Tantas terras por ver segredos delas,
As maravilhas que eu passei, passaram,
A tão diversos ventos dando as velas,
Que grandes escrituras *que deixaram...*»

(1) «Lusíadas», VI, 22.

Escritura significa, pois, obra do escritor (1). E um dos escritores filósofos a que faz concreta referência, é Platão. O pendor experimentalista não tem o sentido que alguns compêndios lhe atribuem, nem é tão evidente como por vezes se julga. N'«Os Lusíadas» (2), fala o Velho do Restelo no «saber *só* de experiências feito». E o soneto *Verdade, amor...* de autenticidade ainda em discussão, bem nota que são «experiências mais provadas» que «razões subidas» e que «é melhor ter muito visto». Porém, lá surge o reverso, no mesmo grande poema:

«*Os casos vi que os rudes marinheiros*
Que têm por mestra a longa experiência
Contam por certos, sempre, e verdadeiros,
Julgando as coisas só pela aparência.
E os que têm juízos mais inteiros
Que só por puro engenho e por ciência,
Vêem do Mundo segredos escondidos,
Julgam por falsos ou mal entendidos.» (3)

Não é crível que Luís de Camões, dada a sua formação intelectual e o seu equilibrado realismo, tenha professado o experimentalismo exclusivista. Se a razão sem a experiência fica iludida e às escuras em muitas coisas, outras há sobre que a experiência nada pode dizer. Nem a razão precisa que o diga. Ao contrário, a experiência nada adianta, se não for inspirada, conduzida e concluída pela razão. O louvor à experiência e ao testemunho directo não ultrapassa a impressão do homem da rua, no crucial momento das grandes revelações marítimas.

No soneto *Conversação*, conclui:

«*E não falo senão verdades puras*
Que me ensina a viva experiência.»

Invoca a experiência *interna*, da vida... (experiência *viva*), como se depreende dos antecedentes:

«*Não são isto que falo, conjecturas,*
Que o pensamento julga na aparência,
Por fazer delicadas escrituras,
Metido tenho a mão na consciência...»

---

(1) O mesmo sentido em Zurara: «nem por *escritura* nem por memória de nenhuns homens foi sabido».

(2) IV, 94.

(3) V, 17.

Camões não era homem para estreitos exclusivismos. E louva-se, nos três valores: *talento*, *honesto estudo* e *experiência* (1). E, vistos o conceito e apreço da *ciência*, não será ocioso considerar o lugar que lhe atribui, na escala dos valores humanos. Censura Platão de empregar mal o tempo, em viagens de curiosidade (*só por ver*... o vulcão Etna na Sicília e o Nilo no Egipto), ou à procura de matéria para seus escritos: *por «escrever em alto estilo da* natural ciência em muitas artes». E, a propósito, observa-lhe, interrogando:

> «*E repartes*
> *Tão mal do teu estudo as horas breves*
> *Que, enfim, do falso Febo o filho adoras*?»

Quer dizer: tanto trabalho para não saíres da idolatria, continuas a adorar um deus falso! É evidente que põe o conhecimento da verdade religiosa muito acima da conquista das verdades da natureza. Isto, porém, é muito diverso de fazer consistir a felicidade na «ditosa ignorância», como pretende e anota Rodrigues Lapa (2). O que o Poeta afirma é que a felicidade não está na ciência... e que andam mal quantos atendem ao menos, em detrimento do mais e do essencial.

No *Desconcerto do Mundo*, aprecia a felicidade do pastor, numa vida simples, livre de grandes ambições e de pesadas preocupações. Ele, o pastor:

> «*Veria correr sempre a clara fonte*
> *Sem imaginar a água donde nasce*
> *Nem quem a luz esconde no horizonte.*»

Mas já na *Égloga I*, retomando o argumento, felicita o pastor num sentido mais positivo:

> «*Este bem fàcilmente descobriria*
> *As causas naturais de toda a cousa:*
> *Como se gera a chuva e a neve fria...*»

Considera os rústicos capazes de descobrir, sem muito se cansarem, as causas dos fenómenos vulgares da natureza, contando, certamente, com o seu realismo e espírito de observação. Para inteligência do seu pensamento, não perder de vista que os primeiros três versos são exemplo duma vida simples e em contraste com a de César e de Platão, dramática e cobiçosa de glória... do que, na outra vida, a alma «nada cura». Quanto aos segundos três versos, são também exemplo e de contraste com os trabalhos da Índia, evocando o contentamento dos felizes lavradores, sem vestido perfumado, sem palácios de mármore e ouro, sem esmeralda ou jacinto e sem piropo, mas na «doce companhia das mansas ovelhinhas». E tudo converge para

(1) «Lusíadas», X, 154.
(2) Lírica, p. 85.

mostrar «quanta vaidade em nós se encerra». Nas duas composições, canta-se o primado do espiritual.

Lamenta-se ainda não haver ninguém:

«Por mais que filosofe nem que entenda,
Que algum pouco do mundo não pretenda.»

Este é, realmente, um dos maiores *desconcertos do mundo*. E tem a mesma raiz dos outros, a cegueira do orgulho e da vaidade:

«Ó mente baixa de matéria humana
Cega no bem e vista na maldade,
Que tão soberba vás e tão ufana,
Que vás buscando a fonte da verdade
E cega-te a mentira, de maneira
Que não vês palmo já de claridade.»

Ergue-se aqui, mais uma vez, contra o orgulho presunçoso da «vã ciência». E reconhece as limitações do seu objecto, até porque... *«não se caça vento com redes...»* «Vã» ciência, livresca ou não, dos *«errados* e míseros mortais!» Assim no *Canto X* (estância 76) de «Os Lusíadas». E já na estância 98 do *Canto VIII*, fustigara, e com mais violência ainda, a desonestidade dos intelectuais, que vendem a inteligência por dinheiro ou por outros interesses:

«Este deprava, às vezes, as ciências
Os juízos cegando e as consciências.»

«Este...» é o dinheiro, sempre o dinheiro! Mas o pecado frequente dos intelectuais é o orgulho, por sua natureza inimigo da verdade. Ninguém tem razão para se ensoberbecer do que não é obra sua. E nenhum homem se fez a si mesmo. Por isso, perguntava S. Paulo, muito pertinentemente: — *Que tens que não hajas recebido*? *Se o recebeste, porque te glorias, como se o não tivesses recebido*?

— De facto, nem os nossos pais sabiam, quando nascemos, se seríamos muito ou pouco inteligentes. Se cada um nada pôde fazer para ser muito inteligente, quem se atreverá a vangloriar-se da sua inteligência? Seria atribuir-se o mérito de uma obra, que lhe não pertence. Mas não é, só, sob este aspecto, que o orgulho é inimigo da verdade. É que o orgulho cega, mais ainda que as outras paixões. Camões o disse na já citada *Elegia X: — Ó mente baixa da matéria humana... tão soberba e tão ufana... vás buscando a fonte da verdade*, mas *cega-te a mentira...* não vês um palmo já de *claridade...*

Repare-se na *mentira* a *cegar...* Mentira é também a vaidade. O vaidoso sabe perfeitamente que não *é*, mas quer *parecer* que é. O orgulhoso... está convencido de *ser*, *pensa* que *é*. Por isso, é um doente mais difícil de curar, até porque menos disposto a receber o auxílio da graça de Deus que resiste aos soberbos, na frase da Escritura. Nem os homens podem com

a soberba, não perdoam aos outros as suas arrogâncias. E, à semelhança de Deus, também eles se deixam enamorar da humildade, que é verdade, reconhecimento da realidade, mesmo pessoal, tanto dos defeitos como das prendas. O Poeta aceita ser o homem «bicho da terra tão pequeno», os lusos no mundo «tão pequena parte» e «pequena» a casa lusitana. E, para explicar o sucesso dos portugueses, exclama, n'«Os Lusíadas»: «*...tanto, ó Cristo, exaltas a humildade!*»

A soberba poderá *matar* o homem, mas não matará a Deus nem abolirá a verdade, por mais que Nietzsche grite...

Camões sabia que a verdade tem inimigos: «*Agora ou se há-de viver no mundo sem verdade ou com a verdade sem o mundo*». É da *Carta de Ceuta*, onde acentua que *só a morte é mais aborrecida que a verdade*, e «tem-se em menos conta que a virtude». Esta, se autêntica, é mal vista pela falsa, observa n'«Os Lusíadas»:

> «*Que inimiga não há tão dura e fera*
> *Como a virtude falsa da sincera.*» (1)

A dureza e ferocidade são apanágio de certos que não perdoam que haja bons, que são para eles censura permanente, embora muda. Mas o Poeta lùcidamente adverte, na *Carta de Ceuta:* «*Uma cousa sabei: que o mal, inda que às vezes o vejais louvar, não há quem o louve com a boca que o não tache com o coração.*»

É um problema de sinceridade (de verdade...) e de fraqueza, igualmente posto nos conhecidos versos:

> «*Outros vejo por aí*
> *A que se acha mal o fundo,*
> *Que andam emendando o mundo*
> *E não se emendam a si.*»

É a fraqueza do próprio Camões, humildemente confessada na *Carta de Ceuta:* «*ainda que queira, não posso o que quero*». S. Paulo tinha dito: «*Não faço o bem que quero e faço o mal que não quero...*» E, mais directamente: «*A tudo isto podeis responder que morremos do mal de Faetão, porque* del dicho al hecho va gran trecho...» Mas assim entrou o mundo e assim há-de sair: «muitos a repreendê-lo e poucos a emendá-lo». Camões lá tinha os seus motivos, para escrever, na *Elegia X*, que o «homem é má semente».

Reconhecendo, porém, que este mundo é *caminho de bons e de maus*, flagela sobretudo a hipocrisia. E, assim, nos *Disparates...*:

> «*Mas os maus são de teor*
> *Que*, dês que mudam de cor
> *Chamam logo a el-rei compadre.*»

---

(1) X, 113.

O *mudar de cor*, como se vê, é mal remoto. E a espécie dos camaleões perde-se na noite dos tempos. Também n'«Os Lusíadas», investe com ela recusando cantar:

> «*Nenhum que use do seu poder bastante*
> *Para servir o seu desejo feio,*
> *E que, por comprazer o vulgo errante,*
> Se muda em mais figuras que Proteio.» (1)

Visando alguns que aparentam *consciência, siso e mansidão* (e seriam magistrados como sugere Agostinho de Campos e parece inferir-se das «*Fraldas largas*» e «*grave aspeito/ Para Senador Romano*») conclui: «*Mas que lobo está em ti / Metido em pel de oveja!*»

Com os falsos, é cáustico:

> «*Na paz mostram o coração,*
> *Na guerra mostram as costas.*»

E o azorrague não pára:

> «*Mostram-se bons amigos,*
> *Mas, se vos vêem em perigos,*
> *Escarram-vos nas paredes...*»

A justiça é ainda uma forma de verdade. O Poeta refere-se especialmente à justiça distributiva e social (2), a fazer ou promover pelo Estado. E, assim, interroga-se:

> «*?Que dizeis duns, que as entranhas*
> *Lhes estão ardendo de cobiça*
> *E, se têm mando, a justiça*
> *Fazem de teias de aranha*
> *Com suas hipocrisias?...*»

Justiça sinistra e desleal, que prende e devora as suas vítimas desprevenidas. Camões protesta contra semelhantes iniquidades e recusa cantar n'«Os Lusíadas» os que violam a justiça:

> «*Nem quem ache que é justo e que é direito*
> *Guardar-se a lei do Rei severamente*
> *E não ache que é justo e bom respeito*
> Que se pague o suor da servil gente.» (3)

---

(1) VII, 85.
(2) Os termos *justiça social* são modernos e recentes; não assim o conteúdo.
(3) VII, 86.

São os de «hábito honesto», açodados chegam, não para servir, mas «por contentar o Rei no ofício novo», a «despir e roubar o pobre povo», esclarece na estância anterior. Não cantará, nunca, os que fazem economias, dispondo, como lhes apraz, do suor alheio:

«*Nem quem com pouco esperto jeito*
Razões aprende e cuida que é prudente,
Para taxar com mão rapace e escassa
Os trabalhos alheios que não passa.»

Os termos focam e castigam, perfeitamente, o aspecto saloio da esperteza e ratonice. Ainda n'«Os Lusíadas» (1), investe com o arbítrio e a ingratidão:

«*A baixo estado vir, humilde, escuro,*
Morrer nos hospitais, em pobres leitos
Os que ao Rei e à Lei servem de muro,
Isto fazem os Reis cuja vontade
Manda mais que a justiça e a verdade.»

Na estância seguinte, concretiza mais, atingindo o mal na raiz... a *lisonja*, que o Poeta chama «doce», certamente porque é açúcar para os ouvidos e coração:

«..... *os bens mal repartidos,*
Se não os dão a sábios cavaleiros
Dão-nos logo a avarentos lisonjeiros.»

E já no *Canto VIII*, estância 41, tinha acentuado:

«*Culpa dos Reis que às vezes a privados*
Dão mais que a mil que esforço e saber tenham.»

Camões pede: justiça a todos e especial protecção aos fracos. Receita: «na paz as leis iguais», «constantes» que *aos grandes não dêem o dos pequenos;* e na guerra, «armas rutilantes», fazendo «os reinos grandes e possantes». Assim, todos terão mais e «nenhum menos». Muitas vezes, infelizmente, a protecção especial é para os grandes, como sublinha nos *Disparates da India:*

«*Para os pequenos, uns Neros,*
Para os grandes, nada feros.»

---

(1) X, 23.

O Poeta, porém, quer os «fortes muros» do Estado assentes:

«*Sobre órfãs amparadas com maridos*
E pagos os serviços bem devidos» (1)

Das qualidades dos homens de Estado, destaca a fidelidade e a consciência ou virtude, *interna* e não aparente:

«*Ó quanto deve o Rei que bem governa,*
De olhar que os conselheiros ou privados
De consciência ou de virtude interna
E de sincero amor sejam dotados.»

É da estância 54 do *Canto VIII* de «Os Lusíadas». Na seguinte, previne ingenuidades, acrescentando:

«*Nem tão pouco direi que tome tanto*
Em grosso a consciência limpa e certa,
Que se enleve num pobre e humilde manto
Onde a ambição acaso ande encoberta.»

E justifica:

«*E quando* um bom em tudo é justo e santo
Em negócios do mundo pouco acerta,
Que mal com eles poderá ter conta
A quieta inocência em só Deus pronta.»

Alude à excessiva confiança *(inocência)* e, talvez, à insuficiência da santidade para bem governar, como ensinam desastrosas experiências, mesmo na Igreja. Exemplo significativo é o do Papa Celestino V, em que até parece que o Poeta estaria a pensar... As qualidades do homem de Estado estão ainda apontadas, na estância 130 do *Canto X*, alusiva à monarquia electiva da China:

«*Mas elegem aquele que é famoso*
Por cavaleiro, sábio e virtuoso.»

E também na 58, fora bem explícito e terminante:

«*Quem faz injúria vil e sem-razão*
Com forças e poder em que está posto,
Não vence, que a vitória verdadeira
É saber ter justiça, nua e inteira.»

---

(1) *Oitavas (II)*.

O poder não é para se abusar dele. E, por isso, já na estância 84 do *Canto VII*, afirmara que não cantaria:

«*Nenhum ambicioso que quisesse*
Subir a grandes cargos...
Só por poder *com* torpes exercícios
Usar mais largamente de seus vícios».

Entende até que o poder se não há-de conquistar nem solicitar:

«*Subirá (como deve) a ilustre mando*
Contra vontade sua, e não rogando.»

São dois versos preciosos, estes da estância 99 do *Canto VI*, de «Os Lusíadas». E o Poeta comenta, dizendo que assim será, «*onde tiver força o regimento / Direito e não de afeitos ocupado*».

Mas onde prevalecer a ambição, teremos *vilões mandões*, que tanto detesta, como declara na *Carta de Ceuta:* «Duas cousas se não sofrem sem discórdia» — «companhia no amor» e «mandar vilão ruím sobre cousa de seu interesse». Afirma de direito divino e natural o primado do bem comum, não apenas de direito humano e positivo, pois quem não tiver na devida conta este primado, é *Inimigo da divina e humana lei.* Assim, não cantará:

«*A quem ao bem comum e do seu Rei*
Antepuser seu próprio interesse,
Inimigo da divina e humana lei.» (1)

Também n'«Os Lusíadas», aponta os cuidados da governação, no exemplo de D. Manuel I, que passa as noites em grande inquietação e consultas ao travesseiro:

«*Estando já deitado no áureo leito*
Onde imaginações mais certas são,
Revolvendo contínuo no conceito
De seu ofício e sangue a obrigação,
Os olhos lhe ocupou o sono aceito,
Sem lhe desocupar o coração.» (2)

Boa doutrina *(obrigação de seu ofício e sangue...)* e fina e penetrante observação psicológica: cerram-se os olhos, mas o coração vela!... A defesa

(1) «Lusíadas», VII, 84.
(2) *Canto IV*, 68.

que o Poeta faz do «pobre povo», nada tem que ver com a supersticiosa e ambiciosa idolatria dos demagogos:

> «*Não é muito, Senhor, se o moderado*
> *Governo se blasfema e se desama;*
> *Porque o povo, a larguezas costumado,*
> *A lei serena e justa dura chama.*»

É das *Oitavas* (II), onde acrescenta, contra a desordem:

> «*E como com virtude necessária*
> *Mal entendida de juízo alheio,*
> À desordem do vulgo temerária
> *Na santa paz* ponhais o duro freio...»

Sublinha ainda que a tirania é «vil», mas que a liberdade não é «desenfreada enfermidade» nem as «tormentas populares» do «baixo vulgo», «vulgo errado», «plebe ignara» e «rudes gentes». E recorda como o «povo ignaro» pagou mal a Temístocles, ao liberal Cimon, ao justo Aristides e a Demóstenes, que lhe chama «vil povo horrendo» e um dos três monstros com que Palas se contenta. Logo na estância 6 do *Canto I* de «Os Lusíadas», vê no rei o símbolo da liberdade, liberdade que é antiga entre nós: «*lusitana antiga liberdade...*» Na estância 28 do *Canto VIII*, acentua que, se o rei for «natural», a sua autoridade será «doce freio». E nas *Oitavas* (III), chama-lhe «segurança da nossa liberdade».

A autoridade nunca é posta em causa, apenas e uma vez por outra o exercício dela. É pelo tom humano. E, assim, o «grande Capitão»:

> «*Mais há-de ser um* brando companheiro
> *Para os seus, que juiz* cruel e inteiro».

Este passo é de «Os Lusíadas» (1) e bem assim o seguinte, onde anota que, desta maneira, a autoridade dos reis se faz obedecer melhor:

> «*E com rogo e palavras amorosas*
> *Que é um mando nos Reis que a mais obriga.*» (2)

Na mesma ordem de ideias, os versos:

> «*Que a virtude louvada vive e cresce*
> *E o louvor altos casos persuade.*» (3)

---

(1) X, 45.
(2) IV, 78.
(3) «Lusíadas», IV, 81.

Não gosta de arrogâncias. Por isso, se louva na atitude dos portugueses que, ao mostrarem as armas ao régulo moçambicano, não fazem fogo com as bombardas, comentando:

«*É fraqueza entre ovelhas ser leão.*»

Condena a violência e a crueldade, pela boca de Inês de Castro, de olhos postos nos filhos, que já vê órfãos. Lembrando que até as aves de rapina e as próprias «brutas feras» são condescendentes com «pequenas crianças», como é observável e grita o exemplo da loba de Roma, suplica ao Rei:

«*Ó tu que tens de humano o gesto e o aspeito*
A estas criancinhas tem respeito...»

Nesta pincelada trágica de «Os Lusíadas» (1), revela-se a sensibilidade e humanidade de Camões. Com um traço a um tempo vigoroso e delicado, exalta o amor materno. Este amor e *o que aos pais se deve*, já foram apontados, em caracteres de fogo, em anteriores estâncias do mesmo *Canto III* do grande poema. Apesar de D. Teresa ser «mãe inica» e «mãe que tão pouco o parecia» que «a seu filho negava o amor e a terra», adverte, aludindo ao desastre sofrido por D. Afonso Henriques, depois de ter posto a ferros a autora de seus dias:

«*Mas de Deus foi vingada em tempo breve,*
Tanta veneração aos pais se deve.» (2)

A importância das qualidades de chefe, no exercício da autoridade, não podia ser mais relevada n'«Os Lusíadas»: «fraco Rei faz fraca a forte gente», observa na estância 138 do *Canto III*. E na 17 do *Canto IV*, aludindo a D. Fernando e a D. João I:

«*Pois se, com seus descuidos ou pecados,*
Fernando em tal fraqueza assim vos pôs,
Torne-vos vossas forças o Rei novo,
Se é certo que co Rei se muda o povo».

Supremo representante do bem comum e símbolo da pátria, o Chefe do Estado tem direito à suprema dedicação. Exemplo dela é Vasco da Gama:

«*Por vós, ó Rei, o espírito e carne é pronta.*»

O verso evoca a frase de Cristo: *o espírito é pronto, mas a carne é fraca.* Atribui ao Gama a audácia e presunção (poéticas...) de ir mais longe: *não*

(1) III, 126-7.
(2) III, 33.

apenas o espírito, também a carne é pronta... (1). A subordinação do particular ao comum é ponto a que revém, com frequência. E, assim, na estância 52 do *Canto IV*, já acentuara:

«*Viu cativo o santo irmão Fernando*
(Que a tão altas empresas aspirava),
Que, por salvar o povo miserando
Cercado ao Sarraceno se entregava
.....
Por não se dar por ele a forte Ceita
Mais o público bem que o seu respeita.»

A mesma ideia surge na *Elegia VIII:*

«*Quando pela razão devida e dina*
Do Rei, da Pátria e honra dos passados
Sacrificar a vida *nos ensina...*»

Não é desprezo pela vida que se ama e se defende, por instinto, como lembra o Velho do Restelo, na estância 99 do *Canto IV:*

«*Já que prezas em tanta quantidade*
O desprezo da vida, que devia
De ser sempre estimada, pois que já
Temeu tanto perdê-la Quem a dá...»

Não é desamor à «doce vida» (2) mas amor à pátria. Não nega o temor de perdê-la, afirma que se deve vencer ou desprezar, por maior que seja:

«*A vida pola Pátria e polo Estado*
Pondo, vossos Avós a nós deixaram
Terras, mares, exemplo sublimado,
Eles a desprezar nos ensinaram
Todos o temor...» (3)

O «medo infame» a que a vida se não deve render, é a cobardia. E um concreto *exemplo sublimado* está ainda no Infante D. Fernando:

«*Só por amor da Pátria está passando*
A vida de senhora feita escrava.» (4)

---

(1) Lusíadas, IV. 80.
(2) «Lusíadas», III, 37.
(3) *Elegia VIII.*
(4) «Lusíadas», IV, 52.

A traição à pátria e a Deus é a negação de todas as raízes do homem, telúricas e divinas. Investe, por isso, com a *desusada e má deslealdade*, que também *entre portugueses traidores houve por vezes* (1). São exactamente os que:

> *Negam o Rei e a Pátria, e se convém,*
> *Negarão (como Pedro) o Deus que têm.*» (2)

São ainda os irmãos de D. Nuno:

> «*Os Pereiras, também arrenegados,*
> *Morrem arrenegando o Céu e os Fados.*» (3)

É o amor da pátria que o leva a celebrar a «própria e natural fidelidade»; «aquela *portuguesa* alta excelência de lealdade e firme obediência», de que nenhum trabalho» tira os portugueses, frisa na estância 72 do *Canto V*. Magalhães, esse «no feito com verdade português, porém não na lealdade» (4), é mais uma concreta excepção, a confirmar a regra. E, com os olhos na pátria, a «doce e cara terra», reza:

> «*Fazei, Senhor, que nunca os admirados*
> *Alemães, Galos, Italos e Ingleses,*
> *Possam dizer que são para mandados,*
> *Mais que para mandar, os Portugueses.*» (5)

Mas não é apologista da guerra. Aprecia a paz, chama-lhe *áurea, divina*. Louva o rei *lavrador* e *trovador:*

> «*Com este o reino próspero floresce*
> *(Alcançada a paz áurea, divina)*
> *Em constituições, leis e costumes,*
> Na terra já tranquila, claros lumes.»

Aludindo à fundação da Universidade, acrescenta:

> «*Fez primeiro em Coimbra exercitar-se*
> *O valoroso ofício de Minerva.*» (6)

---

(1) «Lusíadas», IV, 33.
(2) «Lusíadas», IV, 13.
(3) «Lusíadas», IV, 40.
(4) «Lusíadas», X, 140.
(5) «Lusíadas», X, 152.
(6) «Lusíadas», III, 96-7.

E com o soberano, após a guerra, todo o país se entrega às tarefas de reconstrução e a colher os saborosos frutos da paz:

«*Nobres vilas de novo edificou*
E quase o Reino todo reformou.» (1)

Condena a guerra injusta ou contra o direito. Não chama valentia «a bruta crueza e feridade». E quem à guerra fosse, «de ambições movido», seria «Dino da eterna pena do profundo», sendo «justa a lei que sigo e tenho» (2). Um exemplo de guerra de ambição é a dos espanhóis, em Aljubarrota:

«*Alguns vão maldizendo e blasfemando*
Do primeiro que a guerra fez no mundo;
Outros a sede dura vão culpando
Do peito cobiçoso e sitibundo
Que por tomar o alheio, o *miserando*
Povo aventura às penas do profundo,
Deixando tantas mães, tantas esposas,
Sem filhos, sem maridos, desditosas.»

Nesta estrofe 44 do *Canto IV*, apontam-se as causas e consequências da guerra. O homem a faz e o homem a suporta, vítima de si mesmo. E aos responsáveis pela guerra injusta ameaça com o Inferno. Na estrofe 22, fala da guerra justa e defensiva, a fazer pelos portugueses, precisamente em Aljubarrota:

«*Das gentes populares uns aprovam*
A guerra com que a Pátria se sustinha;
Uns as armas alimpam e renovam
Que a ferrugem da paz gastadas tinha;
Outros fazem vestidos de mil cores,
Com letras e tenções de seus amores.»

Alude, frequentemente, à «justa guerra», para sublinhar a legitimidade das empresas ultramarinas, contra as «tiranias» e «piratarias» dos Otomanos, perturbadores do comércio e segurança dos mares (3). E até o Velho do Restelo acha justa a guerra ao Ismaelita, que segue do «Arábio a lei maldita» (4). O Poeta não duvida da legitimidade da guerra, das conquistas ou reconquistas aos muçulmanos, usurpadores e ameaça às posições ainda

---

(1) «Lusíadas», III, 98.
(2) «Lusíadas», IV, 99 e 102.
(3) *Oitavas (II)*.
(4) «Lusíadas», IV, 100.

mantidas pela Cristandade. E o carácter defensivo da acção ultramarina está bem explicitado no caso de Ceuta, onde D. Fernando, filho de D. João I:

«...porque se Espanha não temesse
A cativeiro eterno se convida.» (1)

Também D. Fuas Roupinho «está contente de acabar pelejando», «em tão santa e justa guerra» (2). E, como ele, Teotónio Prior, Mem Moniz, Paio Correia, Geraldo Sem Pavor, Martins Lopes, Rodrigues Landroal, Gil Fernandes, o bispo D. Soeiro (3) e Nuno Álvares batem-se pela fé e pela bandeira do «rei natural» (4). E a galeria dos heróis das causas justas, nacionais e europeias, prossegue: os Infantes D. Pedro e D. Henrique, D. Pedro de Meneses e D. Duarte, Álvaro de Braga, etc., etc. Heróis seleccionados, não pelo estreito critério de classes ou de ridícula demagogia, mas pelo dos serviços prestados à comunidade, ao povo português que o Poeta exalta, nem *sabendo qual é mais excelente... se ser do mundo rei, se de tal gente...*

A nação e o seu património ético-sociológico estão ao serviço do homem. A este chama, na *Canção IX*, «bicho da terra vil e tão pequeno»; e na estância 106 do *Canto I* de «Os Lusíadas», «bicho da terra tão pequeno». Mas reconhece e destaca, como se viu, a dignidade humana e suas raízes. Esta não se confunde com nível social ou cultural, pois Filodemo bem adverte que, sensatamente, a que «na serra mora»:

«... *antes toma ser pastora*
Que perder a castidade,
A troco de ser senhora...»

No retrato de D. Miguel de Meneses, talvez se possa identificar o homem camoniano ideal. E será, por mero acaso, que Luís de Camões começa pela alma e acaba no corpo o retrato do homem? Atente-se já neste verso:

«*Mais para o Céu que para a Terra feito.*»

Repare-se nos predicados morais, apontados na *Elegia VIII:*

«*Em verde idade*, siso já maduro;
Alegre riso, *ledo e aberto peito*,
Em repousado espírito *seguro*,
Não soberbo *e por arte contrafeito...*»

---

(1) «Lusíadas», IV, 53.
(2) «Lusíadas», VIII, 17.
(3) Camões confundiu-o com D. Mateus.
(4) «Lusíadas», VIII, 17-34.

Atenda-se ao físico:

«*Também do corpo a* humana gentileza,
O bem talhado gesto *que mostrava*
Forças iguais e manhas com destreza;
A cor que ao fresco rosto matizava,
As rosas, flores novas de alegria
Com que o Verão as faces adornava.»

Outro paradigma poderia ver-se em Henrique de Meneses:

«*Gentileza de membros corporais*
Ornados de pudica continência,
Obra por certo rara da Natura:
.....
Estas virtudes e outras muito mais,
Dinas todas da homérica eloquência
Jazem debaixo desta sepultura.» (1)

Notável é que, entre os predicados do homem, Camões não falte com o da castidade *(ornados de pudica continência...)*.

O apreço de Camões pela segunda metade humana é tão forte como o conhecimento da sua psicologia, com suas riquezas e fraquezas. Nestas estaria a pensar, quando escreveu as seguintes *Voltas:*

Uma diz que me quer bem,
Outra jura que me quer,
Mas em jura de mulher
Quem crerá, se elas não crêem?
.....
Não sei qual mais me engana...
.....
Mas quem mente, não me engana.»

Fere algumas damas menos formosas que Helena, mas tão altivas como «umas beatas de S. Domingos». Os galanteadores são alvejados, certeiramente, pela tonta confiança em «dama tão dama» que, pelo ser de muitos, se a um mostra bom rosto, aos outros não mostra ruím, porque lhe não quer mal». É da *Carta de Ceuta*, onde acrescenta: «Ao redor de cada uma destas, vereis estar uma dúzia de parvos... encostados sobre as espadas, os chapéus enterrados até aos olhos e a parvoíce até aos artelhos».

Feminina é também a «doença» da murmuração, embora as filhas de Eva estejam longe de possuir o monopólio desta droga. E o Poeta não

---

(1) Soneto *Esforço grande.*

estava imunizado... Chama-lhe «lagarta das más línguas» e nota que é preciso evitar que «roa as vidas alheias», o que está certo. Certo está, igualmente, que o poder do sexo fraco não reside no músculo mas na graça. E que poder, que força! Tanta que a presença das ninfas, belas e ataviadas, com grinaldas de rosas e mais formosas que as estrelas, bastou para dominar a conspiração do Olimpo, imobilizar o gigante (o horrendo Adamastor!) e atar sem cordas nem cadeias as mãos e os pés dos próprios deuses (1).

E sublinha as manhas do amor, que fazem em água a cabeça dos médicos, mesmo quando aninhadas em corações masculinos. Assim, em *El-Rei Seleuco:*

«*Mas a sua doença é tal*
Que entender-se não consente.
Os físicos vêm e vão
Uns e outros a miúde,
Sem o poderem dar são.
Quanto mais cura lhe dão
Então tem menos saúde.»

Também a moda é um valor, especialmente para a mulher. Eis algumas imagens do seu império na Europa e no mundo:

«*Vestido o Gama vem* ao modo hispano
Mas francesa era a roupa *que vestia*
De cetim da adriática Veneza,
Carmesim que a gente tanto preza.»

Note-se a presença da França e de Veneza... Mas o Poeta continua a focar os luxos rutilantes:

«*De botões de ouro as mangas vêm tomadas*
Onde o sol, reluzindo, a vista cega;
.....
E com pontas do mesmo, delicadas,
Os golpes do gibão ajunta e achega;
Ao Itálico modo a áurea espada,
Pruma na gorra, um pouco declinada.» (2)

Os tecidos usados pelo Gama eram estrangeiros, mas o *modo* ou moda era peninsular... Se Madrid e Lisboa começassem a olhar um pouco menos para Paris, Londres e Roma, neste domínio, talvez encontrassem imaginação para criar modelos próprios... e subordinados não ao critério *usa-se* ou *é novidade*, apenas, mas também e principalmente, ao da higiene e comodidade,

(1) «Lusíadas», VI, 88.
(2) «Lusíadas», II, 97-8.

decência e gosto, que é muito pessoal e não uniforme. O que hoje não falta, são tecidos nacionais.

Ainda esta colorida pincelada de «Os Lusíadas»:

> «*Nos da sua companhia se mostrava*
> *Da tinta que nos dá o múrice* (1) *excelente*
> *A vária cor, que os olhos alegrava*
> .....
> *Tal o formoso esmalte se notava*
> *Dos vestidos, olhados juntamente,*
> *Qual aparece o arco rutilante*
> *Da bela ninfa, filha de Taumante.*» (2)

O vilancete *Descalça vai para a fonte*, alusivo a moça portuguesa, talvez rural (Ricardo Jorge chamou ao vilancete «aguarela silvestre...») documenta a atenção de Camões a estas coisas. E o costume tão peninsular das touradas (esta *moda* somos nós que a ditamos...) serve-lhe para zombar, com uma ponta de malícia, na boca de Brónia, criada ladina:

> «*Há os homens de trazer*
> *Nos amores assi mornos,*
> *Só para ter que fazer;*
> *E, depois, ao remeter,*
> *Lançar-lhe a capa nos cornos.*»

Do *Auto dos Anfitriões* a «*Os Lusíadas*», onde o belo pincel do grande artista nos deixou um belo quadro:

> «*Mas o animal atroce, nesse instante,*
> *Com a fronte cornígera inclinada,*
> *Bramindo, duro corre e os olhos cerra,*
> *Derriba, fere e mata e põe por terra.*» (3)

É um desporto... daquele e do nosso tempo, a tourada. Outro é... a caça. E Venadoro, em *Filodemo*, como exercício e terapêutica a considera:

> «*Aprovada antigamente*
> *Foi, e muito de louvar*
> *A* ocupação *de caçar*
> *E da mais antiga gente*
> *Havida por singular.*»

---

(1) Molusco de que é extraída a tinta para o fabrico da púrpura.
(2) É a deusa Iris... Arco-Iris. Vem na estância 99 do *Canto II*.
(3) I, 88.

Mais de *ocupação*, é defesa da moral:

«*É o mais contrário ofício*
Que tem a ociosidade,
Mãe de todo o bruto vício;
Por este limpo exercício
Se reserva a castidade.»

Desta amostra, poderá concluir-se que Luís de Camões, se fosse do nosso tempo, atribuiria ao desporto valor e sentido éticos e não apenas atléticos? E que pensará o leitor das alusões deste amoroso apaixonado à castidade? Não o julgue só pelos «crespos fios de ouro, desparzidos pelo colo que a neve escurecia», nem pelo «áureo crino» de «ouro fino» (1) ou semelhantes expressões. Ainda menos, pela crueza realista do *Canto IX* (2). Mais uma vez os deuses, aqui as deusas, servem para... fazer versos. O próprio Camões declara que a Ilha dos Amores, com as ninfas enamoradas e sensualonas, não passa de alegoria, como é sabido:

«*Que as Ninfas do Oceano, tão formosas*
Tétis e a Ilha Angélica pintada,
Outra coisa não é que as deleitosas
Honras.....
Os triunfos, a fronte coroada
De palma e louro, a glória e maravilha:
Estes são os deleites desta Ilha.» (3)

Foi um amoroso apaixonado e versos incontáveis o manifestam. Nem ele oculta os descarrilamentos da «frágil mocidade». É larga a lista das mulheres ligadas ao seu nome, desde Isabel Tavares e Francisca de Aragão às discutidas Natércias ou Catarinas. Mas a inspiradora da quase totalidade dos seus versos, pelo menos dos versos principais, foi uma, no dizer do Prof. Dr. José Maria Rodrigues que sublinha: «Depois das composições à *Menina dos olhos verdes*, apenas uma mulher domina, durante toda a vida de Camões». Discorde-se embora da tese do insigne mestre, relativa aos amores pela Infanta D. Maria, mas também Storck o vê prisioneiro *duma só paixão* e há que reconhecer que é algo diferente do que pintou Camilo Castelo Branco (4). Pensa ainda o Dr. José Maria Rodrigues que, das outras mulheres, muitas não passam de «meros carnais acidentes, e sem outro valor na biografia amorosa de Camões que *as damas de aluguer*, a que o poeta alude em uma das suas cartas particulares.»

---

(1) Soneto *Dizei Senhora.*
(2) 83.
(3) 89.
(4) Cancioneiro Alegre (Porto, 1879)

Certo é que, no soneto *Se a ninguém*, afirma que o «amor é um, não pode ser partido». Igualmente certo que, muito para além daqueles «carnais acidentes», outro amor o dominou, como se vê deste soneto:

«*Este amor que vos tenho, limpo e puro,*
De pensamento vil não tocado
Em minha tenra idade começado...»

Esta fidelidade no amor talvez se possa considerar documentada nos sonetos *Busque amor* e *Se tanta pena*. No primeiro, declara que não teme «contrastes nem mudança». E no segundo:

«*Que mores sofrimentos* e firmezas
Sustentarei, na guerra desta vida...»

Eram muito do tempo, do condicionalismo da vida, as misérias da carne. Nas *Oitavas (IV)* o afirma:

«*Eu, certo*, não duvido que o piloto
O mestre, o marinheiro, o capitão
Usem do costumado vício roto,
Com todas as *que em seus poderes vão,*
Dai-me vós, Senhor, um que estê remoto
De tal delito, *nesta ocasião*
E eu direi ser falso o que vos digo
Tomando sobre mim todo o castigo.»

E acrescenta:

«*Já não há i* Hierónimo tão certo
Que, com pedra na mão, ferindo o peito
Da carne estimulado, assi lhe diga:
Não te chegues a mim, carne inimiga.»

Há uma alusão à penitência de S. Jerónimo na Palestina, onde combatia os estímulos da carne e as lembranças da sua juventude em Roma e noutras terras do Ocidente, batendo no peito com uma pedra. Não era só no mar, também em terra, como deixa ver na *Carta de Lisboa*. Naquela «baixa boémia» da *Torre de Babilónia*, o Poeta estava longe de sentir-se satisfeito, observa Hernâni Cidade. Sentia-se... enojado: «*Se... essa vida vos não contenta, vinde trocar pela minha, que eu vos tornarei o que for bem*».

Se a vontade sucumbiu, nunca o juízo se turvou em Camões. Classifica a devassidão de «vício vil». Cair é «render o jugo à vil matéria», a «baixo amor» que «tira o siso» e abastarda os caracteres:

«*Ou foi castigo claro do pecado*
De tirar Leonor a seu marido
E casar-se com ela, de enlevado
Num falso parecer mal entendido,
Ou foi que o coração, sujeito e dado
Ao vício vil, *de quem se viu rendido*,
Mole se fez e fraco; *e bem parece*
Que um baixo amor os fortes enfraquece.»

Assim, nesta estância 139 do *Canto III* de «Os Lusíadas». Na 47 do *Canto X*, aponta, entre os grandes crimes: «abominoso incesto», violento estupro em virgem pura» e «adultério desonesto». Em *Ao desconcerto do mundo*, equipara o adultério ao latrocínio e assassínio. Na *Carta a uma Dama*, fala do camão:

«*Que, se da casa onde mora*
Vê adúltera senhora,
Morre de pura paixão.»

E acentua:

«*Mas oh! ditoso animal,*
Que pode perder a vida
Quando vê tamanho mal.»

Ainda num soneto *(Aquela que)* exalta a fidelidade:

«*Aquela que de* pura castidade
De si mesma tomou cruel vingança...
.....
Venceu à formosura a honestidade,
Venceu no fim da vida a esperança,
Porque ficasse viva tal lembrança,
Tal amor, tanta fé, tanta verdade...
.....
Feriu com duro ferro o brando peito
Banhando em sangue a força do tirano»
.....
Estranha ousadia, estranho feito!
Que dando morte breve ao corpo humano
Tenha sua memória larga vida.»

Mostra-lhe a história que estes crimes não ficam impunes. Sexto Tarquínio, filho de Tarquínio o Soberbo, não pôde suceder ao pai, por ter sido proclamada a república, depois de ter oprimido Lucrécia. Páris morreu, por causa do rapto de Helena. Ápio, decênviro e raptor de Virgínia, ocasionou a abolição do decenvirato. Davide seduziu Betsabé, mulher de Urias, e os filhos morrem-lhe ou são assassinados. Os habitantes de Guindá (tribo de Benjamim) foram chacinados, por terem abusado de uma mulher da tribo de Levi. Por causa de Sara, mulher de Abraão, muito houve de sofrer o Faraó, com todo o Egipto. E Siquém, por a Jacob ter raptado a formosa Dina, foi trucidado com todos os seus. Lembra-o na estância 140 do *Canto III* de «Os Lusíadas»:

> «Do pecado *tiveram sempre pena*
> *Muitos*, que Deus o quis e permitiu;
> *Os que foram roubar a bela Helena*
> *E com Ápio também Tarquínio o viu;*
> *Pois por quem Davide santo se condena*?
> *Ou quem a tribo ilustre destruíu*
> *De Benjamim*? *Bem claro no-lo ensina*
> *Por Sara Faraó, Siquém por Dina.*»

Nas estrofes seguintes, alude a desastres paralelos, de Marco António e Aníbal. Este, por causa da «moça vil» da Apúlia. E aquele, por causa de Cleópatra, vítima de «amor desatinado».

Repare-se na riqueza de informação histórica, contida numa estância! Riqueza semelhante se encontra no *ABC Poético*... embora os tercetos não sejam maravilha poética.

Depois dos estranhos, os domésticos exemplos. D. Teresa não escapa, na sua incontinente viuvez:

> «*Olhai que ainda Teresa* peca *mais!*
> Incontinência má, cobiça feia,
> *São as causas deste erro principais:*
> *Cila, por uma, mata o* velho pai,
> *Esta, por ambas*, contra o filho *vai.*» (1)

Tal paixão sacrifica o *pai* e o *filho*, a nada atende, tudo espezinha. E mais poderosa se torna, e desatinada, se aliada à *cobiça feia*... Atinge também a mãe de D. Beatriz:

> «*Por filha de Fernando reputada,*
> *Se a corrompida fama lho consente.*

(1) «Lusíadas», III, 32.

Fustiga, directamente, Leonor Teles:

«*Matando vão amigos e parentes*
Do adúltero *Conde e da Rainha*
Com quem sua incontinência desonesta
Mais (depois de viúva) manifesta.» (1)

Estas paixões, que empurraram a mãe para a guerra ao filho, no caso de D. Teresa, nem o Velho do Restelo as poupa:

«*Ó vã glória de mandar! Ó vã cobiça...*
Dura inquietação da alma e da vida
Fonte de desamparos e de adultérios...» (2)

Camões acentua, de modo muito especial, a tirania e cegueira da sensualidade, precisamente quando se refere aos desvarios de D. Teresa:

«*E não vê a soberba o muito que erra*
Contra Deus, contra o maternal amor;
Mas nela, o sensual era maior.» (3)

E nesta cegueira, de raiz sensual, encontra atenuantes para os desvarios de D. Fernando:

«*Desculpado, por certo, está Fernando*
Para quem tem de amor experiência;
Mas antes, tendo livre a fantasia,
Por muito mais culpado o julgaria.» (4)

Não é mera compreensão, experiência amarga... é que julga. Nenhuma paixão prende e cega tanto como a erótica. Lá teve suas razões a mitologia, para *criar* um menino *cego* a que pôs o nome de Cupido. Camões chama *cego* ao maometano: «*povo cego*» e «cega gente» (5). E o Poeta não adjectivava ao acaso. Nem parece alusão à cegueira ou teimosia religiosa, à sua proverbial recusa de ouvir... razões. Pois ao judeu, não menos obstinado na sua crença, não chama *cego*, só «*pertinaz no antigo rito*». Não denunciará, com aquela adjectivação, a sensualidade e os costumes poligâmicos dos árabes, que o Alcorão não se atreveu a banir?

Cegar é o termo que emprega, ao evocar a paixão do vencedor de Golias por Betsabé... «que el-rei Davide *cegou*», como vem nas *Redondilhas.*

---

(1) «Lusíadas», IV, 4 e 7.
(2) «Lusíadas», IV, 95-6.
(3) «Lusíadas», III, 31.
(4) «Lusíadas», III, 127.
(5) «Lusíadas», III, 80 e 109.

E «vicioso» e «bruto» chama ao povo a que Maomé permitíu quatro mulheres legítimas (e a si próprio dezasseis): «vicioso Maoma», «Vicioso Mafona» e «povo bruto» (1). Vicioso e «*torpe*», mais significativo ainda, pois a Teologia Moral designa *torpe* a matéria de pecado atinente às prevaricações sexuais: «*in re turpi*». Camões insiste no adjectivo: «torpe Mauritano», «torpe Maometa» (2) Torpe e nefando... até o exército e o próprio sangue (3).

O Poeta não se limita a diagnosticar... uma doença: «*como as febres são da carne humana / Assim os afeitos da alma são doença*» (4). Entra, decisivamente, na terapêutica. O «verdadeiro sábio (não é o cientista de hoje...) olha a dor como defesa e estímulo, «santa disciplina». Porém, logo adverte: «*Eu não vos amoesto que estreiteis o coração na estóica disciplina*». E apela, isso sim, para a dignidade cristã: «*Nós somos geração a Deus dicada...*» (5) Mas, contando com a graça, sabia que ela não dispensa uma salutar austeridade. E assim, pela boca de Ambrósio, em *El-Rei Seleuco: «passear com casa juncada, fogueira com castanhas, mesa posta com alcatifas e cartas; além disso, auto para esgaravatar os dentes. Esta é a vida de que se há-de fazer consciência?»*

Tinha a noção do valor e necessidade da penitência. E deste conhecimento se vale, na sátira, visando uma dona, cujo marido se chamava Quaresma:

> «*Que mulher que é tão malvada*
> *É bem que pela Quaresma*
> Seja bem disciplinada.»

E explica:

> «*Se a penitência vos val,*
> *Mui bem açoitada estais:*
> Pois por Quaresma pagais
> Vossos vícios de carnal.»

Depois da terapêutica, a profilaxia:

> «*Não torneis a ser errada*
> *Não condeneis a vós mesma,*
> *Pois estais já emendada;*
> *E não sereis por Quaresma*
> *Outra vez disciplinada.*»

---

(1) «Lusíadas», VI, 13 e 17.
(2) «Lusíadas», III, 20 e IV, 49.
(3) «Lusíadas», III, 52 e 75.
(4) *Elegia VIII.*
(5) Consagrada pelo baptismo.

Assim receita nas *Voltas*. A mesma linha profiláctica nas *Oitavas (IV)*, apontando a necessidade de evitar a ocasião do pecado:

«*Cortar ocasiões com fio agudo*
Porque, não se cortando,
Abre-se a porta ao lascivo desejo.»

E o combate tem de partir da alma, dos «pensamentos recentes», à primeira investida, para «não virem a parar em vícios». Vícios «poderosos», «forçosos», «urgentes», «tiranos» (1). Conhecia Camões as particulares dificuldades da juventude. Por isso, mais exalta a mocidade pura e radiosa. Referindo-se àquele Meneses, «cuja idade / É maior na prudência que nos anos», acentua n'«Os Lusíadas»:

«*Vence os inimigos da alma* todos sete;
De cobiça triunfa e incontinência
Que, em tal idade, é suma de excelência.» (2)

Os *sete inimigos* da alma são os sete pecados capitais. Mas o grande drama do Poeta é o da carne. Nesta luta especialmente insiste, em *Sôbolos rios*. Batalha do corpo, ganha dentro da alma. Batalha do homem livre, livre pelo espírito. Livre e feliz. Eco do *Salmo (beatus, beatus, beatus...)* e do *Sermão da Montanha* (bem-aventurados os limpos do coração: *beati mundo corde...* porque eles *verão* a Deus; na estrofe 71, *verá* tão profundo / Mistério na suma Alteza»). Eco, não apenas vocabular e de conteúdo: luta e esperança, esforço e prémio em glória. Eco também na forma pedagógica e no estilo didático: proclamação e convite, convite instante e insistente, mas... sempre convite.

Na escala da sua tábua de valores, Camões põe sempre o moral e o sobrenatural acima do material e natural. Florimena:

«*Tanto estima a honestidade*
Que antes toma ser pastora
Que perder a castidade
A troco de ser senhora.»

A virtude que salva, acima da ambição que perde. Mesmo na mulher (e nela talvez mais...), beleza sem virtude é algo como *capelas imperfeitas*. E já nas *Redondilhas*, o Poeta pede:

«*Cristo vos* acabe em graça
E vos faça piedosa
Tanto quanto sois formosa.» (3)

(1) *Sôbolos rios*, 59, 66 e 67.

(2) X, 55.

(3) Também a Rainha, em *El-Rei Seleuco: é maior a dita da mulher virtuosa que a da mulher formosa.*

Para além do precário, o definitivo e eterno. Assim, no soneto *Vós que escuitais:*

> «*Sirva de exemplo claro meu tormento*
> *Com que todos conheçam claramente*
> *Que, quanto ao mundo apraz, é sonho breve.*»

Repare-se em *claro* e *claramente*, em *sonho* e *sonho breve*... Firme... só o tempo, no ciclo das estações:

> «*E, se há i quem saiba ter firmeza,*
> *É sòmente esta lei da Natureza.*» (1)

Para além do material, o espiritual. Por isso, não se estranhe que, no seu apelo aos europeus, ao lembrar o «duro tributo» que muitos deles já pagam aos invasores muçulmanos, não ponha a *dureza* do tributo nos impostos, mas no imposto *credo* maometano (2). A pátria, simbolizada pelo Chefe do Estado, e Deus... são, nos planos do temporal e do intemporal, os valores supremos (3). E tanto respeita o bem público que, nas *Oitavas (II)*, considera pecado (que não quer fazer...) tirar aos responsáveis o tempo necessário à administração do Estado.

Se algo houvesse de sublinhar-se, seria que a panorâmica das citações não permite que, honestamente, se lhe aplique o já citado remoque... dirigido aos que «*começam a dar bons conselhos, quando já não podem dar maus exemplos...*».

---

(1) *Elegia I.*
(2) «Lusíadas», VII, 13.
(3) «Lusíadas», IV, 13.

VII

FILOSOFIA

Entre os valores da cultura, ocupa a filosofia um dos lugares cimeiros. E não foi pequena a sua contribuição, ao lado da teologia, para alimentar a poderosa cerebração de Camões. Joaquim de Carvalho considera-o de «fraca tendência especulativa», embora admire a sua «assombrosa variedade de conhecimentos». Nem sempre se pode concordar com este mestre de Coimbra. Por exemplo, quando aos *escolásticos* opõe os *independentes* (entre estes cita Descartes) e aos *crentes* os *espíritos livres* (1). Se os *crentes* são *dependentes* e não *livres*, porque inclui Joaquim de Carvalho a Descartes que era crente, entre os *independentes*?

Também não é de aceitar a «nova religião platónica», surgida no século XVI e «desconhecida da *impolida* Idade Média». Confusão, inocente, de filosofia com religião e maneira *polida* de desdizer de uma época muito caluniada.

Tão pouco é de acatar a autoridade do mestre da Atenas portuguesa, quando afirma, simplesmente, que a *Grécia moldou o pensamento europeu*... como se o Cristianismo e a Idade Média que nos salvaram, revelaram, purificaram e enriqueceram o pensamento helénico, não tivessem existido! Lá está o pensamento grego a dizer, por uma das suas maiores figuras, que há homens livres e homens escravos por natureza! Como Aristóteles e os outros grandes, da Hélada, estavam distantes de S. Paulo!

Já não é tão polida a oposição de *livres* a *crentes*. Do próprio Camões diz que, pela sua formação religiosa e filosófica, *não podia ter* outra opinião (2); porém, que os seus termos distam da «simples fé popular» e são de «quem estudou o assunto». E reconhece que tinha, como Dante, o espírito «aberto a todas as influências» (3). Mas não «teve como Antero inquietações metafísicas, nem o seu espírito se debateu num conflito de ideias, que lhe impusesse a necessidade intelectual de racionalizar o real» (4). Por outro lado, «o espírito de Camões elevou-se à contemplação da causa de todas as causas, o que lhe proporcionou intelectualmente o domínio das certezas, com o correlativo sentimento da serenidade intelectual» (5).

---

(1) *Estudos sobre as leituras filosóficas de Camões*, p. 244 e 252, nota 2.
(2) *Ob. cit.*, p. 233.
(3) *Ob. cit.*, p. 256.
(4) *Ob. cit.*, p. 228.
(5) *Ob. cit.*, p. 236.

Em face do que, seria lícito perguntar se *podia* ou *não podia* ter outra opinião, se era *crente* ou *livre* (a antítese é de Joaquim de Carvalho...), se tinha o espírito *aberto* ou fechado, se se determinou ou não por motivos racionais e se fez ou não reflexão filosófica... Nem é verdade que a Idade Média ignorasse Platão. Conhecia-o melhor que Aristóteles, de quem, até ao século XII, se ignorava quase tudo, com excepção da «Lógica». E mesmo quando Aristóteles suplantou Platão, este não foi esquecido. Bem o nota Klibansky, professor do *Oriel College de Oxford:* «a teoria de uma completa ruptura entre o platonismo medieval e o do Renascimento, que tem dominado a história da filosofia, não pode manter-se, quando se examinam mais de perto os factos» (1). A Idade Média conhecia Platão. E combatia-o, no que tinha de inconsistente e fantasioso, como fez S. Tomás de Aquino na *Summa Theológica* (2). E dos depoimentos de Joaquim de Carvalho ainda se colige que os filósofos *crentes* são *livres*... e racionais nas suas posições metafísicas e que a serenidade não é nociva, mas útil e necessária à descoberta ou consolidação dos fundamentos racionais da fé, como se vê até do trágico exemplo e desfecho do drama de Antero.

Em polo oposto, o bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, convém em negar a Camões *exacto* e *vasto* conhecimento da *filosofia natural*, embora o tenha por *não hóspede na matéria*. Talvez a opinião se explique pelo preconceito anti-aristotélico e anti-escolástico, que chegou à Universidade com a reforma pombalina e o Prelado professou oficialmente na cátedra, em consonância com o regimento. Ou, quiçá, estará a referir-se à Física Experimental, História Natural e Química Teórica e Prática, que a pombalina reforma incluira na nova faculdade de Filosofia Natural! Quanto ao *exacto*, não tem Alexandre Lobo qualquer razão. No tocante ao *vasto*, uma atenta leitura das obras revela surpreendente largueza de informação.

Le Gentil não foge de considerar *Sôbolos rios* a «mais alta expressão da filosofia de Camões» (3). Certo é que, assim como estrofes sérias surgem borrifadas com o unguento do amor, também nas amorosas, mesmo nas frívolas e atrevidas, sente-se, não raro, o sopro do filósofo. Camões filosofa muito mais que Joaquim de Carvalho diz... E até este tem de reconhecer que os versos do Poeta se não fundam num *tópico doutrinal*, mas na crença religiosa, «robustecida pelo estudo» (4). O que importa é não esquecer que o filósofo existe no poeta e não o poeta no filósofo, no caso de Camões. Este — não se olvide também — reconhece os direitos e limites da razão, tão ufano de uns como realista quanto aos outros. E vê nobreza e liberdade, não humilhação, na consciente aceitação da verdade, meta natural da inteligência. Nem confunde filosofia com história da filosofia... ou do pensamento... Diogo do Couto deveria ter as suas razões, para o depoimento

(1) Citado por A. Freire, em *Platão*, p. 212.
(2) 1.ª q. XV, art. I.
(3) «Camoens» em «Les Cent Chefs-d'Oevres étrangers», I, 27 (Paris, 1924).
(4) *Ob. cit.*, p. 237.

relativo ao desencaminhado «*Parnaso de Luís de Camões*»: «muita poesia, filosofia e outras ciências».

Nos capítulos anteriores, especialmente nos relativos ao monoteísmo, Cristianismo e Catolicismo, já o leitor descobriu que o Poeta foi teólogo e filósofo. Todavia, não será supérfluo mostrar, aqui, a presença da filosofia: desde a Lógica, Metafísica e Cosmologia à Moral e Psicologia. Exemplos de como até num verso amoroso nos salta, improvisamente, o filósofo são os sonetos *Transforma-se* e *Pede o desejo*. Neste, afirma:

> «*Não há cousa a qual* natural seja
> *Que não queira* perpétuo o seu estado.»

Naquele:

> «*Que, como o* acidente *em seu* sujeito
> *Como a* matéria *simples busca a* forma.»

De especial significado são os seguintes versos de *Sôbolos rios...*

> «Sofistas *que me ensinaram*
> Maus *caminhos por* direitos»

Sofistas são as paixões ou vícios. Mas os versos condensam mais que fina análise psicológica e um conteúdo moral, uma séria problemática no campo da lógica. A sofística é a *arte de traficar nas coisas da alma*, disse Platão. E Aristóteles não foi mais benévolo: *sofista é o que adquire dinheiro, por meio duma ciência aparente, não real...* Ambos os depoimentos cheiram a mercantilismo. E mostram que o termo *sofista* tanto pode ter sido apanhado por Camões em Aristóteles como em Platão. Além de que nenhum destes dois grandes tinha o exclusivo do vocábulo, não é de crer...

Nos vários domínios da Metafísica, revela uma linguagem técnica, rigorosa e descontraída. Leiam-se, por exemplo, os primeiros trinta versos da *Elegia VI*. Desta já são as seguintes expressões que ensaiam uma definição de Deus: «*altíssimo Ser!*» «*Ser contínuo!*» «*Sem fim e sem princípio!*» «*Saber infinito, incompreensível!*» «*Verdade!*» «*Potência!*» «*Causa das Causas!*» «*Deus alto, incriado!*»

Sobre a origem do Mundo, professa a criação do nada *(ex nihilo)*. Criação *livre* e *por amor*, sem o qual *nada se gerou*. E o acto criador prolonga-se, de alguma sorte, na conservação... também livre e por amor. Por amor, conservou a *causa principal* o «mundo amado», diz na *Égloga VII*. A acção das «segundas causas» é resultante e dependente, como de sua raiz, do «móbil primeiro» (1). A criação do *nada* é ponto em que insiste. Sirvam de exemplo as *Elegias VI* e *X*. Nem se contenta com uma positiva

(1) «Lusíadas», X, 85.

exposição do seu pensamento filosófico, passa à refutação dos erros e até com ares de polémica. Assim, na *Elegia V*, sustenta que Deus tudo criou:

«*Não do* confuso caos, *como cuidou*
A falsa teologia e o povo escuro
Que nesta só verdade tanto errou.»

A *falsa teologia* é a herética, influenciada por Platão, como sugere Joaquim de Carvalho. O *povo escuro* é o muçulmano (alusão ao averroísmo). E o erro é, realmente, grosseiro: *só nesta verdade tanto errou!* Em Platão, Ovídio *(Metamorfoses)*, Algazel, Avicena e Averróis, o *caos* é a matéria *informe*, matéria *eterna*, ao lado de Deus que a organizou ou estruturou no tempo, *criando* o Mundo, substituindo o caos pela ordem e conferindo forma ao informe. Para Averróis, a matéria não seria bem o caos, porque nela existe, diz, virtualmente a forma. Nem ensinou a oposição entre filosofia e religião, nem excluíu o sobrenatural. E nenhum dos citados negou a existência de Deus. Apenas a contingência do mundo e a liberdade de Deus na criação. E afirmam o dualismo de princípios.

No esclarecimento do pensamento e sempre no combate, Camões prossegue na *Elegia VI*. Deus criou:

«*Não dos átomos de Epicuro*
Mas só do pensamento casto e puro.»

Casto e puro... surgem frequentemente em Camões e na literatura da época. Francisco de Holanda diz que o pintor deverá «contemplar *em casto espírito*» os coros dos anjos e chegar «ante a primeira fonte e causa da pintura divina» (1). Tal como a carne é sinónimo de impureza, também o espírito se toma por sinónimo de castidade ou pureza. Ainda na *Elegia VI*, continua o Poeta o combate ao materialismo. Deus criou:

«*Não do largo Oceano, como Tales...*»

Este passo da *Elegia* alude aos chamados *elementos...* os «quatro Elementos» (2). Tales afirmou que a *água* era o primeiro princípio das coisas. Anaximenes sustentou que tal era o *ar*. Heráclito estava pelo *fogo*. E, aos três, Empédocles acrescentou a *terra*, tornando-se o pai da teoria dos «quatro Elementos», que dominou até Lavoisier, sábio que a Revolução Francesa eliminou sem contemplações. No soneto *Pelos extremos*, diz que Deus *(Aquele saber grande* que *ajuntou espírito e corpo...)* fabricou a «mundana máquina» de «só quatro Elementos». Mas n'*Os Lusíadas* (3), parece relegar tudo para o mundo mitológico — os «quatro Elementos» e o «velho Caos».

---

(1) Conf. Joaquim de Vasconcelos em «*Da Pintura Antiga*» (Porto, 1918).
(2) «Lusíadas», VI, 8-14.
(3) VI, 8-14.

Combate o materialismo, em todas as suas modalidades. Reponta contra Demócrito, por ter afirmado que os deuses são só dois, a *Pena* e o *Benifício*, comentando, nas *Oitavas (I)*:

«*Que se ambos vêm por não cuidada via*
A quem os não merece, é grande vício
Em deuses sem justiça e sem razão.
Segredo algum será da fantasia
De que eu achar não posso claro indício.»

Espírito indagador, não se limita a invocar e contrapor autoridades: *eu achar não posso claro indício...* Registe-se a frequência com que emprega *fantasia* como sinónimo de pensamento. E repare-se no quanto lhe repugnam deuses injustos ou de mente cega como o destino ou acaso. Conclui, optimista:

«*Mas Demócrito o disse, e Paulo não.*»

Não deixa dúvidas a sua confiança em S. Paulo. Demócrito era atomista e mecanicista em cosmologia e hedonista em moral. Dizendo que tirou a «vista tanto estimada», como faz noutro lugar, Camões evoca a lenda que narra que Demócrito se cegou, para melhor filosofar, livre das distracções do exterior. Quanto a moral, o Poeta não aceitava por bastante a estóica. Na *Elegia VIII*, é bem claro:

«*Eu não vos amoesto* que estreiteis
O coração na estóica disciplina,
Onde livre de afeitos vos mostreis:
Que mal Natural nossa determina
Medo, esperança, dores e alegria
Como o cínico velho nos ensina.»

O *cínico* é Diógenes. Além de Diógenes de Sínope (da escola cínica de que procede a estóica), figuram mais três Diógenes de relevo, na história da filosofia: Diógenes de Apolónia (s. v a.C.), Diógenes de Enoanda (epicuriano do s. v a.C.) e Diógenes de Babilónia. Este último era estóico. Entende Camões que a moral estóica nega a natureza. Tal *disciplina* é colete demasiado apertado e, dentro dele, à-vontade se não sente o coração do homem. Neste aspecto, acha mais razoável e próxima da atitude cristã a posição de Ovídio (1). E cita o depoimento do latino, na mesma *Elegia:*

«Inanidade estúpida *(dizia*
O Sulmonense canto) e vil rudeza
É não sentir afeitos que a alma cria.»

---

(1) Combate sobretudo a epicuriana. E n'«Os Lusíadas», joga-lhe remoque, alusivo à mesa: «*deleite que tanto ama / A seita epicureia*» (VI, 75).

Mantém-se, pois, à margem de extremismos e de soberbas, num equilíbrio de razão e humanidade:

«*Porém*, se sentir nada é bruteza
E se paixão de vida se consente,
Também o sentir muito é já fraqueza.»

E, ultrapassando a moral natural e estóica, receita a cristã:

«*Se esta doutrina vedes que é* profana,
Ponde os olhos na nossa, que é divina
E sobre todas santa e soberana...»

Sempre militante, investe com os erros. Erros reconhecidos pela razão, que não se trata de mero *debate filosófico-teológico, imposto pelo dogma e sustentado pela exegese*, como... pretende Joaquim de Carvalho.

Na Universidade do Mondego, toda esta problemática era lida e comentada aos estudantes pelos mestres de Artes, antes, durante e depois dos *Conimbricenses*. O mesmo sucedia noutras escolas portuguesas. Esse clima tem eco nos escritores da época, desde Jerónimo Osório *(De vera sapientia)* ao lisboeta Gomes Hispano já no século XV *(Quaestio perutilis)*. E, mais longe ainda, outro lisboeta, Pedro Hispano, oferecia às escolas da Europa, onde por séculos foram lidas e apreciadas, as *Summulae Logicales*. E lisboeta também, português quase das raízes da nacionalidade, foi o primeiro frade menor a ensinar nas universidades. Evoca-se Santo António, que em Portugal havia feito a sua preparação, antes de existir por cá universidade.

O tecnicismo vocabular, o toque no centro das questões intrincadas, a sobriedade, clareza e rigor dos conceitos... documentam uma escolaridade. Mas sem leituras, sem estudo pela vida fora, breve se evaporariam estas questões, apesar da sua tenacíssima memória. Leu muito sobre história e mitologia. Tão larga informação mitológica não podia ser colhida só nos textos pagãos dos cursos das escolas. Também os problemas filosóficos lhe devem ter merecido leituras e estudos, talvez abrangidos no verso de «Os Lusíadas»:

«*Não me falta na vida honesto estudo...*» (1)

Aventa Joaquim de Carvalho que terá lido a versão latina de Diógenes de Laércio: *De vitis et moribus philosophorum*. Mas reconhece, honestamente, que Aristóteles e S. Tomás foram os seus guias e a Escolástica a matriz do seu pensamento filosófico. Quanto Camões admirava Aristóteles, está, bem explìcitamente, nos seguintes versos da *Ode X:*

«*E o grão Sábio que ensina,*
Passeando, os segredos da Sofia.»

(1) X, 154.

VIII

PSICOLOGIA

A penetrante agudeza do espírito de Camões brilha especialmente no domínio da filosofia, vulgarmente conhecido pelo nome de *psicologia*. O vocábulo que tanta fortuna havia de fazer, vem do século XVII e começou a generalizar-se desde Cristiano Wolff. Mas foi já Aristóteles quem primeiro estruturou uma doutrina da alma, de forma verdadeiramente sistemática. E abrangia os vários graus da vida da superfície do planeta. Ele «via, na alma, o princípio formal e substancial dos processos vitais», no que o Estagirita foi seguido pela Escolástica Medieval e, em parte, pela moderna Neo-escolástica.

Da psicologia que descobre na alma, não simples abstracção ou ideia ou qualidade mera, mas uma substância espiritual, já se falou no capítulo *Imortalidade e Sanções*. Aqui, o rumo é diferente, como o leitor irá ver, e de tendência algo experimental. O escopo é julgar da capacidade de observação e análise de Camões. Diz nas *Voltas:*

> «*Anda sempre tão unido*
> *O meu tormento comigo*
> *Que eu mesmo sou meu perigo.*»

O perigo está na própria alma e sensibilidade. Pelo que, conclui:

> «*Força é logo que assim passe:*
> *Ou com desgosto comigo*
> *Ou sem gosto e sem perigo.*»

Sabe também, pela pessoal e alheia experiência, que a paixão não se abranda com transigências ou concessões. E, assim, na *Carta a uma dama*, confessa a sua insatisfação:

> «*Do mal que amor em mim cria*
> *Quando aquela Fenix vejo*
> *São de todo ficaria;*
> *Mas fica-me a hidropisia,*
> Que quanto mais, mais desejo.»

No soneto *Ferido sem*, insiste:

«*Mas é tão doce vossa formosura*
Que fico como hidrópico doente
Que, com beber, lhe cresce mor secura.»

Se a paixão não se acalma, o bem não está seguro:

«*Não sei para que é ter contentamento*
Se mais há-de perder quem mais alcança.» (1)

No *Corre sem vela*, previne, dizendo que vê perigos correr:

«*Quem não cuida que há mudanças.*»

Em *A umas suspeitas*, lembra também:

«*Que nunca mal suspeitei*
Que certo não me saísse.»

Numa *Glosa*, adverte ainda:

«*E se tinha dito* o não,
Muitas vezes diz a boca
O que nega o coração.»

Aos distraídos... e doentiamente insatisfeitos, que não apreciam nem reconhecem os bens que fruem, recorda:

«*Nunca o prazer se conhece,*
Senão depois da tormenta.» (2)

Na mesma linha psicológica desta *Glosa*, aos educados (ou deseducados...) em clima de facilidades, tão incapazes como inconscientes e ambiciosos, tipo de *chegar*, *ver* e *vencer*, oferece pela mão de Júpiter, no *Auto dos Anfitriões*, esta poção de sabedoria:

«*Toda a pessoa discreta*
Terá, Senhora, assentado
Que um bem muito desejado
Se há-de alcançar por dieta
Para ser sempre estimado.»

---

(1) Soneto *De vós me aparto.*
(2) Em *Sobolos rios: o que mais vale, então se sente melhor quanto mais perdido for.*

A influência da vontade sobre a inteligência é assinalada na *Egloga III*. E dela se defende Almeno:

> «*Não pode ser verdade isto que vejo;*
> *Que fàcilmente aos olhos se afigura*
> *Aquilo que se pinta no desejo.*»

Embora directamente referido à sensibilidade, o *desejo*... cuja pressão sobe até à vontade, não pode deixar de ser eco da latina sentença: «*Quod volumus, facile credimus*... Para não haver dúvidas, nem esqueceu o Poeta de traduzir o advérbio *facile* por *fàcilmente*. O duelo entre razão e apetite ficou admiràvelmente focado em poucas pinceladas-mestras:

> «*Assim que, indo perdendo o sentimento*
> A parte racional, *me entristecia*
> Vê-la a um apetite sometida;
> *Mas dentro na alma o fim do pensamento,*
> *Por tão sublime causa*, me dizia
> Que era razão ser a razão vencida.»

O pensamento acabava por convencer-se de ser *racional* que a razão não prevalecesse sobre o coração. E o Poeta afirma, então, interrogando:

> «*Quem será que não julgue por celeste*
> *A causa donde vem tamanho efeito,*
> *Que faz num coração*
> *Que venha o apetite a ser razão?*

Mas é só para o *coração*. E a *causa* disto é celeste. Deus assim estruturou o homem, na sua psicologia. Porém, a razão também não podia ser aniquilada, nem subjugada. Por isso, lá vem a *Canção VII:*

> «*Assim que, quando a via ser perdida,*
> *A mesma perdição a restaurava;*
> E em mansa paz estava
> Cada um com seu contrário num sujeito.»

É o que o Poeta chama «grão concerto» e atribui a Deus. Todavia, no soneto *Sempre a razão*, anota que o equilíbrio é *instável:*

> «*Sempre a razão vencida foi de amor,*
> *Mas porque assim o pedia o coração*
> *Quis Amor ser vencido da Razão.*»

E, com subtileza, acrescenta:

> «*Mas a razão que a luta vence, enfim,*
> Não creio que é razão; *mas há-de ser*
> *Inclinação que eu tenho contra mim.*»

Certo, certo... é que «Amor não se rege por razão...» assim o declara no soneto *Tempo é*. Note-se, também, a distinção entre *razão* e *pensamento*, este mais amplo e rico:

> «*A razão sujeitei ao pensamento*
> *Que rendida os sentidos lhe entregaram.*»

Este é o depoimento do soneto *Tal mostra*. Os sentidos, vitoriosos, entregaram, prisioneira, a razão ao pensamento... E a luta assume aspectos de emboscada. A esta conclusão chega Belisa, na *Égloga III:*

> «*Conversação foi fonte deste meu engano*
> *Que, por meu dano, entrou em falsa cor,*
> *Porque o amor, na ninfa que é segura*
> *Entra em figura de vontade honesta.*»

Por isso mesmo, difícil é e também gloriosa... a vitória sobre nós próprios, que na *Elegia V* louva em Pedro de Magalhães:

> «*... de cristão magnânimo e seguro,*
> *A si mesmo venceu por derradeiro.*»

Vitória esta ainda mais árdua que a alcançada sobre invejas e ingratidões, glorificada no soneto *Que buscais:*

> «*Mais é vencer na pátria, desarmado,*
> *Os monstros e as quimeras que venceis*
> .....
> *O que vos dá mais nome inda no mundo,*
> *É vencerdes, Senhor, no reino amigo*
> Tantas ingratidões, tão grandes invejas.»

O encômio é dirigido ao vice-rei, D. Luís de Ataíde. Num plano algo diferente, mais experimental, mas filosofando sempre, regista o fenómeno das compensações entre faculdades. O enfraquecimento ou anulação duma reforça as outras, como vem na *Glosa:*

> «*Como aquele que cegou,*
> *É cousa vista e notória*
> *Que a Natureza ordenou*
> Que se sobre em memória
> O que em vista lhe faltou.»

Estaria Camões a pensar em si próprio? Em *Sôbolos rios*, observa que o descontentamento não vem só da precaridade e insegurança das coisas, mas da nossa mudança pessoal. Na estrofe 17:

> «*Mudando-se a vida,*
> *Se mudam os gostos dela.*»

E na 19:

Gosto que se alcança,
Amanhã já o não vejo.»

Na 27, a psicologia do medo:

«*E, de noite, o temeroso*
Cantando refreia o medo.»

Também n'«Os Lusíadas»:

«*Que nos perigos grandes, o temor*
É maior, muitas vezes, que o perigo;
E, se o não é, parece-o...»

E ainda:

«..... *em todo o feito,*
Segue o temor os passos da esperança.» (1)

Sobre o sofrimento, no soneto *Como fizeste:* «*dor costumada não se sente*». E no soneto *Ditoso:* «*Menos se teme a dor, quando se sente*». E da tristeza: «*tristeza no coração é como traça no pano*». E da psicologia do choro:

«*E, com o seu apertando o rosto amado,*
Que os soluços e as lágrimas aumenta,
Como menino da ama castigado,
Que quem o afaga, o choro lhe acrescenta.» (2)

Aludindo aos desastres da África, diz, na *Égloga I*, da *temerária* «segurança» que «em força ou em razão se não assegura»: «*É falsa e vã...* E, da solércia:

«*Que donde cuidei caçar*
Eu mesmo fiquei caçado.»

Também da psicologia da velhice, no *Auto de Filodemo:* «Dom Lusidardo anda no pomar todo o dia; que todo o seu passatempo é enxertar e dispor, e outros exercícios de agricultura, *naturais a velhos*». E nas *Cartas de Ceuta e da Índia*, aparecem jóias lapidadas pelo fino espírito de Camões: *coisas impossíveis é melhor esquecê-las que desejá-las; onde razão não governa pela vontade, há muito que praguejar e pouco que louvar; grande parte da saúde é, para o doente, trabalhar por ser são*».

---

(1) IV, 29 e VIII, 66.
(2) «Lusíadas», II, 43.

Na obra camoniana, aparece frequentemente o vocábulo plural «espíritos», coisa bem diferente de «espírito», no singular. Num caso ou noutro, porém, o sentido é análogo. Assim, dirigindo-se a D. Manuel de Portugal, na *Ode VII:*

«*Imitando* os espíritos *já passados*
Gentís, altos, reais,
Honra benina dais
A meu tão baixo quão zeloso engenho.»

Espíritos... são os Mecenas que estimularam os génios da poesia, com os quais aqui modestamente se confronta: *baixo engenho.* Ordinàriamente, a palavra *espíritos* refere-se à *alma,* mas no domínio da sensibilidade, de seus excitantes e manifestações. Na quintilha 59 de *Sôbolos rios,* fala do «*poder tão duro dos afeitos... que encendem alma e engenho*». Atente o leitor nos *afeitos,* como ateiam *(encendem) alma e engenho.* Está o Poeta de acordo consigo mesmo, na frase que diz que os *afeitos doença são da alma.* São estes os «maus espíritos» da estrofe 60 do poema *Sôbolos rios:*

«*Estes, que tão furiosos*
Gritando vêm a escalar-me,
Maus espíritos *danosos*
Que querem como forçosos
Do alicerce derrubar-me.»

Na *Elegia IV:*

«*Se meus* baixos espíritos, *de pequenos,*
Ainda não merecem seu tormento,
Que quero eu mais, que o mais não seja menos?»

Baixos espíritos... serão, talvez, amores de temperatura não escaldante. E *Duriano* acentua que «a mor rapazia do mundo foram *altos espíritos...*» amorosos exaltados, parece. Fidodemo, por sua vez, do pai herdando «nada mais que os *altos espíritos,* enamorou-se de Dionísia, filha de seu senhor e tio». Filodemo, nisto, imita o pai, naufragado na fuga com a princesa raptada. Donde parece inferir-se que *altos espíritos* são as flamas de Cupido. E Almeno, na *Egloga II:*

«*Que, se esta fera, que anda em trajo humano*
Vires pela montanha andar vagando
.....
Com os espíritos vivos inflamando...»

Na *Ode I* lembra à deusa das parturientes:

«*Das castas virgens sempre os altos gritos,*
Clara Lucina, ouviste,
Renovando-lhe a força e os espíritos.»

E Frondoso, na *Egloga III*, interroga:

> «*Onde está aquela fala, que soía*
> *Só com doce tom, que me chegava,*
> *Avivar-me* os espíritos cansados?»

Sentido semelhante, na *Carta a uma dama:*

> «— *Aviva* os espíritos
> *Que pois em teu favor sou,*
> *Esta pena que te dou*
> *Fará voar teus escritos.*»

E ainda, na *Canção III:*

> «*Os pássaros que cantam*
> Meus espíritos *são, que a voz levantam*
> *Manifestando o gesto peregrino*
> *Com tão divino som, que o mundo espantam.*»

É certo: Camões, «mesmo jogando com trocadilhos, quase não escreve um verso que não seja traduzível em termos de realidade moral» (1). Poderia acrescentar-se que será rara a composição camoniana em que, ao lado do moralista, se não descubra o lógico, o metafísico e o psicólogo: um poeta conhecedor dos vários corredores e aposentos do palácio da Filosofia.

---

(1) Hernâni Cidade, *Obras Completas de Luís de Camões*, I, 28. Nota aos versos 19-20 (Sá da Costa).

IX

PARÁFRASE LÓGICA E IDEOLÓGICA DE *SOBOLOS RIOS*

Máximo de Formont declara não conhecer, posteriormente a Camões, «poesia mais elevada» (1) que a deste maravilhoso poema. Alexandre Lobo considera estas redondilhas «não pouco inferiores» ao *Salmo*, em «ternura e naturalidade» como «na beleza, veemência e patético». Penso, todavia, que a paráfrase (à falta de melhor termo...) é mais rica e mais densa de humanidade. Não respeita apenas uma situação concreta da história de Israel, mas a própria condição humana, embora a propósito do caso pessoal de Camões. Ao *Salmo* chama a *Bíblia de Jerusalém* «Balada do Exilado». E em *Sôbolos rios*, vê G. Storck «uma das jóias de mais alto valor que a Lírica conhece»: «de fina e conscienciosa arquitectura e de esmeradíssima execução». Apetece ajuntar que se trata de uma confissão em verso e para a história, de uma autobiografia espiritual, da *história duma alma escrita por ela própria*. E, em muito... simplesmente da história da alma humana...

Máximo de Formont compara o seu simbolismo com as alegorias místicas e filosóficas de Petrarca e Dante. Le Gentil pende a ver nestas belíssimas quintilhas «a mais alta expressão da filosofia de Camões». E este aspecto, mais ainda que o estético, importa aqui. Por isso, se tenta uma paráfrase à paráfrase do *Salmo*, paráfrase *logica* e *ideológica*. A tarefa não é fácil. Na espontaneidade e complexidade da urdidura, ornada de trocadilhos (de palavras e frases, de sentimentos e ideias), não é possível encontrar e segurar o fio do pensamento condutor do poema, sem conjugar certos elementos essenciais para a hermenêutica: paralelismo dos textos (camoniano e bíblico), paralelismo e antinomismo (conjugados) do poeta sonhador (desgostoso ou sucumbido por motivos sentimentais) e do poeta acordado (pela graça) para a reflexão e as realidades do sobrenatural.

Mas o permanente, incansável e labiríntico bailado de metáforas, simetrias e assimetrias de pensamentos, atitudes e situações... revela a subtileza, riqueza e potência de espírito do autor. Atenda-se, desde já, às expressões: *Todo o bem passado não é gosto* [4]; *com muito trabalho / Comprar arrependimento* [8]; *... depois que assentei / Que tudo o tempo gastava* [11] e *mudando-se a vida / Se mudam os gostos dela* [17] (2). Elas, as citadas

---

(1) *Círculo Camoneano*, I (Porto, 1889-90).

(2) Os números em parêntese são das estrofes ou quintilhas.

expressões, traduzem a grande metánoia e marcam o alor espiritual da atitude de Camões, não apenas sucumbido e saudoso como outrora, mas decidido, com nova perspectiva e novas esperanças, voltado para o futuro... Para maior clareza, atende-se apenas ao essencial, à *ideia* dominante, deixando reflexões marginais, o que reduzirá algumas estrofes a poucas palavras. Faz-se uma ou outra anotação, onde se torne necessário esclarecer o pensamento ou justificar a interpretação. E, ainda por causa da clareza, muda-se da primeira para a terceira pessoa, para dar à paráfrase feição mais narrativa. O texto original não se insere, em apêndice, para não alongar o presente volume e por ser fácil o leitor havê-lo à mão, para confronto e juízo de objectividade:

1

Em Babilónia, chorou o Poeta as lembranças de Sião.

2

Babilónia é o mal *presente* e Sião o tempo *passado* (mocidade amorosa).

3

Evadindo-se da realidade... do mal presente (as penas amorosas), *sonha* com o passado: as coisas *ausentes* fazem-se *presentes* em lembranças agradáveis *(contentes)* (1).

4

Acordado (pela graça) deste *sonho* (imaginação), a luz divina faz-lhe ver que todo o *bem passado não é gosto, mas é mágoa* (motivo de arrependimento) (2).

5

À nova luz, vê enganos e danos... de mudanças e de anos, em cadeia de causas e de efeitos (3).

6

O *maior* bem dura *pouco*, o mal chega depressa: triste, por isso, é o estado de quem se fia da sua ventura.

---

(1) Recordar é viver...

(2) Passo decisivo, na marcha ideológica do poema. Chora ainda... mas já não de saudade... das cebolas do Egipto, é de arrependimento (do *mal* que viveu e não do *falso bem* que perdeu...).

(3) *Descobre* toda a inconstância e fragilidade das coisas deste mundo. E, nas três seguintes, desenvolve o pensamento...

7

Já sabe o *que mais vale*, depois de o ter perdido. Viu ao bem suceder mal e a um mal outro pior (1).

8

Sente-se como alguém que atira palavras tristes ao vento, não vê contentamento, mas comprar arrependimento com trabalhosa penitência.

9

Bem são rios as águas com que banha o papel e tudo lhe parece dor e confusão (2).

10

Como o soldado, depois da guerra, deixa as armas nas paredes do templo...

11

Também ele decide pendurar a frauta nos salgueiros (no Salmo: *In salicibus, in medio ejus, suspendimus organa nostra)*, rompendo com o passado... ao reparar que tudo o tempo leva (3).

12

E deixou mesmo, pendurado no arvoredo, o instrumento do canto da vida passada, a frauta (4).

13

Não a ouvirão mais os *montes*, nem as águas dos rios.

14

Nem os tigres que amansavam, nem as ovelhas que deixavam de pastar... por causa das suas melodias.

15

Nem os abrolhos que ela transformava em rosas, nem a corrente que parava para escutá-la.

---

(1) Depois de *acordado deste sonho* [4], é que viu o *que vale mais:* não é, portanto o amor profano dos tempos da mocidade *o que mais vale...*

(2) Justifica, com o *bem*, a imagem ou comparação: *rios de lágrimas e de Babel a confusão...*

(3) *Novo* passo *decisivo*, na marcha do poema: bem acordado, corta com o passado, pendura a frauta dos amores profanos.

(4) Nas seguintes, 13-17, faz as despedidas da lira amorosa, lembrando os mágicos poderes da sua arte, mas insistindo na decisão de romper com o passado.

16

Nem a *fonte pura* que ela costumava atrair...

17

Ficará ali, oferecida à Fama *(que sempre vela...)*, porque, *mudando-se a vida, mudam-se os gostos dela* (1).

18

Assim, os jovens na maioridade já não apreciam os prazeres da primeira mocidade.

19

Também a mudança nos traz de esperança em esperança, de desejo em desejo (2).

20

Nesta vida, caminhada curta e anúncio da morte, não há firme esperança (3).

21

Não cuide a gente futura que será obra só da idade... a mudança.

22

Pois idade, tempo e espantosa brevidade da vida nunca, no passado, conseguiram que ele deixasse a causa dos seus cantares, quando deixava o canto (4).

23

Mas tinha, sempre, em tristezas e alegrias, diante dos olhos, aquela causa (a mulher amada) (5).

---

(1) Justifica a decisão, com a mudança da vida, mudança *psicológica*... Nas quintilhas 18-19, desenvolve e aclara o pensamento, recorrendo a comparações.

(2) Não é insatisfação vinda apenas da precaridade das coisas, também da mudança das pessoas: *um gosto que hoje se alcança, àmanhã já o não vejo* (não reconheço nem aprecio).

(3) Também a conversão é mudança e situa-nos na maoridade espiritual, que nos rasga mais altas esperanças e mais nobres aspirações. Tem o cuidado de advertir que a sua mudança é fenómeno psicológico de ordem sobrenatural. A idade serviu mais de comparação que de explicação, como se vê, claramente, na estrofe imediata (Vid. estrofes seguintes).

(4) Argumenta com a experiência pessoal...

(5) Explicitação do argumento da estrofe 22.

24

Agora, abandonava a frauta, em despojo seu e troféu de quem o tinha vencido (a graça) (1).

25

Que era da música que ele cantava, em Sião? (2)

26

Que foi daquele cantar tão celebrado das gentes? Porque deixava de o usar? (3)

27

O canto ajuda nos trabalhos... (4)

28

Quem canta no trabalho, este lhe pesa menos.

29

Ele que sentiu estas coisas na alma amargurada, às *lembranças* respondeu que em terra alheia (fora de si, em exílio psicológico) não podia entoar o *doce canto* (5).

30

Ele não aceita descansos nem alívios (6).

31

Cantar Sião em Babilónia (no exílio...) não lhe parece *razoável* nem próprio *(idóneo)* para abrandar a paixão (7).

---

(1) Naquela situação e disposições é que o tinham interpelado *as lembranças da afeição que ali o tinha cativo*.

(2) Para as interpelantes, Sião era o tempo passado. E elas *(as lembranças da afeição)* insistiam, como se vê na quintilha imediata.

(3) Note-se a ambiguidade do vocábulo *gentes*... (gentios). Refere-se ao passado... não se esqueça o *nunca puderam* da 22 e o *deixava* da 24.

(4) Justificação do convite... que prossegue na imediata.

(5) Recusa repetida e reforçada na sua motivação, nos estrofes seguintes, não reconhecendo validade às razões das... lembranças.

(6) Nesta e nas seguintes, desenvolve a resposta dada no passado...

(7) Não seria calmante, mas excitante...

32

Se o peso da saudade lhe quebrantasse a resistência, antes morresse de tristeza, que para abrandá-la, cantasse.

33

Não tem medo ao tormento, o seu maior contentamento seria morrer de puro triste (1).

34

Não cantará, nem escreverá... pois cansaria a pena e ele não teria descanso.

35

Não o teria e cansaria a pena de escrever pena (2) tamanha, continuando-se noutra esta curta vida e assim o mandando amor.

36

Cansando-se, porém, a pena de escrever, que não cansasse a memória para voar em Sião (3).

37

Se da alma lhe for mudada (4) por qualquer movimento (atitude pecaminosa) caia a sua pena (de escrever) em perpétuo esquecimento.

38

E a pena deste desterro (obra já escrita) que ele deseja sempre dure... *esculpida em monumento de pedra ou ferro)*, essa nunca seja ouvida, em castigo do seu erro (possível regresso ao passado).

---

(1) Nas 34-36, continua a resposta às lembranças, insistindo na recusa e justificação.

(2) Repare-se no trocadilho...

(3) No termo da resposta que no passado costumava dar às *lembranças*, recorda, reafirmando, a posição das estrofes 22-23 (a amada nunca era esquecida) e prepara a transição do seu pensar antigo para o actual... de *acordado* (estrofe 4), do terreno para o espiritual, duma para outra Sião, da Sião do homem *velho* para a Sião do homem *novo*. Sião a terminar a 36 e *Terra bemaventurada* a iniciar a 37, como pilares da ponte que liga as duas margens... paralelas. A transição de *Sião* para *Terra bemaventurada* é eco da passagem de *Sião* a *Babilónia* e de *Babilónia* a *Sião*, na estrofe 4. Transições discretíssimas e continuadas... Nas 21-22, acena ao sobrenatural e proclama-o causa determinante do seu rompimento. Nas 23-36 marca a atitude no passado (na maré do amor infeliz) e responde, em atitude de contraste, aos apelos da Sião do presente (desde a 4, a Jerusalém celeste...) que agora quer ter sempre no pensamento.

(4) Sião ou Terra da Glória.

39

Se relapso e cativo em Babilónia, quiser cantar sem ver Jerusalém (antes de morrer), pede ao Céu (Jerusalém) lhe congele a voz no peito (1).

40

A língua se lhe apegue às fauces, pois perderia Sião, se viesse tempo em que a negasse ou esquecesse.

41

Sem a ter visto na essência, não sabe como lhe lembra na ausência. Mas adverte: é que não é a memória, é a imaginação *(reminiscência)* que lha faz presente.

42

Sim, que a *alma é tábua rasa.* E, com a tinta da doutrina revelada *(escrita)* e com o pincel da fantasia, nela se pinta a Terra da Glória, aonde voa o pensamento.

43

Logo, a saudade não é *das terras onde nasceu a carne*, é do Céu, onde a alma tem a sua origem, porque obra de Deus.

44

Aquela humana figura... *não é quem se há-de buscar*, é só raio da única Formosura que se deve de amar.

45

Que os olhos e a luz que ateia o fogo que cá sujeita (escraviza) — não do sol mas da candeia — é sombra apenas *daquela ideia que em Deus está mais perfeita* (2).

46

Os vícios é que o fizeram cativo e o iludiram, ensinando-lhe caminhos errados, com aparência de certos ou verdadeiros.

---

(1) Nesta e na seguinte, acompanha de perto o *Salmo*... e acentua o paralelismo entre a Jerusalém terrestre e a celeste...

(2) Nas 44-45, faz das criaturas espelho do Criador. Não se diz que imita S. Paulo, até porque é um ditame da razão...

47

O seu tirano mando é que o obriga a entoar cânticos de amor profano por versos de amor divino (1).

48

Ele, porém, iluminado pela graça *(santo raio)*, não cantará... pois tal só se deve ao Senhor. E vencerá... (2)

49

A graça que dá a salvação, pode tanto que *ordena que a vida mude* (na 17, *mudando-se a vida...*) e transforma os pecados em degraus para as virtudes (3).

50

A graça faz que o natural amor suba da sombra ao real, da beleza da criatura à do Criador *(Beleza Geral)* (4).

51

Apoiado na graça, troca a velha frauta *(Fique logo pendurada)* por lira dourada *(tome a lira)*, para cantar só de Jerusalém (o amor sagrado).

52

Cantar... não escravizado em Babilónia (terra do pecado), mas desatado de vícios e levado em pensamento à Jerusalém celeste (5).

53

E, se voltasse a curvar a cerviz aos vícios *(urgentes)*, fosse riscado do *Livro da Vida* quanto já tinha feito.

---

(1) Obriga (forceja...) traduz a pressão da paixão inveterada, pois a luta continua e dramática... Na estrofe 53, ainda chama *urgentes* e *tiranos* aos *afeitos*. Mas não reconhece a soberania de Babilónia. O final consona com o da anterior: o *por divinos* corresponde a *por direitos* e os *cantares de amor profano* a *maus caminhos*.

(2) Declara-o na imediata.

(3) Lembra o final que os convertidos são mais generosos e ardorosos, na prática do bem.

(4) É a graça (e não Platão...) que eleva e transfigura o amor. Repare-se no *E* que liga à consecutiva... *Que ordena* («que a vida mude») da anterior a *faz que* «este natural Amor / Suba...» As duas orações têm o mesmo sujeito: a graça.

(5) Desta e da anterior se vê não ser verdade que decida não cantar o amor divino, como supôs Agostinho de Campos.

54

E começa a tarefa nova... tomando já na mão a lira santa: «Cale-se esta confusão / Cante-se a visão da paz» (Céu).

55

E o mundo *(do pastor ao rei)* admire-se do seu novo tom *(acento santo)* (1).

56

Só para Deus quer ir... mas não pode chegar à Torre de Sião, sem se apoiar na graça (*«mão» do Senhor)*.

57

No *grão dia singular (Dies irae...)*, ao soar a tuba *(douto som)* que Deus não deixe sem castigo os *ruins filhos* de Edom.

58

Nem os manchados de sangue nem os orgulhosos do seu poder fiquem impunes: reconheçam, então, que são *humanos* (não deuses) (2).

59

Que arraze também o poder dos vícios que já lhe entraram o muro do livre arbítrio.

60

Eles, furiosos, o assaltam e tentam derrubar.

61

Derrubados sejam eles pelo Senhor, pois nem sem Ele podemos livrar-nos deles, nem com eles nos podemos salvar.

62

Não conseguirá defender-se, se Deus não puser guarnição na fortaleza da sua alma (3).

---

(1) Notem-se as expressões ou termos «lira santa» e «acento santo» das estrofes 54-55. Também elas mostram não ser verdade que decida não cantar o amor divino...

(2) Condena a violência e a soberba... Faz-se eco da justiça invocada no *Salmo*...

(3) Nesta estrofe e na anterior, sublinha a necessidade da graça...

63

E a batalha mais dramática é a da carne, *que mil vezes se levanta* contra quem a submete. *Filha, tão feia de Babel* (No Salmo: *Filia Babylonis misera).*

64

Feliz, só quem a vencer, com auxílio da graça.

65

Feliz, só quem, com severa disciplina (1), faz na própria carne as nódoas que na alma a carne já fez. (No Salmo: *beatus qui retribuet tibi retributionem tuam, quam retribuisti nobis*») (2).

66

Feliz quem romper com as tentações, mal subam ao pensamento, antes de se tornarem forçosas *(urgentes).*

67

Feliz quem desfizer os maus pensamentos nascentes, batendo com eles na pedra (No Salmo: *Beatus qui tenebit et allidet parvulos tuos ad petram*), opondo-lhes indomável resistência («furor santo») e recorrendo aos meios espirituais da Igreja, representada em Pedro (3).

68

Feliz quem retirar o pensamento da carne má para a carne de Cristo crucificado.

69

Feliz quem passar logo o entendimento do *contentamento vil* para as coisas do Céu («mundo *inteligível*») (4).

70

Lá encontrará alegria perfeita, que nem é pouca nem enfastia.

---

(1) Instrumento de penitência, a própria penitência...

(2) Repare-se no paralelismo da estrofe e do salmo: paralelismo de oposição e represália salutar... A repetição do conceito e termo *retribuir* será *arte* e não pobreza?...

(3) Isto é... no Papa.

(4) *Inteligível* opõe-se a sensível. As realidades espirituais... só a inteligência (não os sentidos) as pode apreender. *Inteligível*... de *intelligere*, como *sensível* de *sentire*.

71

Verá em Deus mistério tão profundo (1) que as cumeadas do terreno lhe parecerão a maior baixeza.

72

«Se só com te imaginar
Tanto sobe o entendimento
Que fará, se em Ti se achar?» (2)

73

Feliz quem morrer tão *justo* e *penitente* que mereça lá subir e descansar eternamente (3).

(1) Santíssima Trindade, na visão beatifica...

(2) O Poeta saúda, como em êxtase, a «pátria singular...»

(3) De notar a insistência e veemência com que opõe o seu critério de felicidade (e de valor) aos critérios mundanos. Repare-se no *só*. «Feliz só...» [64]. Notável ainda a insistência no termo e na ideia de felicidade: sete vezes, três expresso e quatro subentendido (65 e 67-69), aparece *feliz* em *Sôbolos rios...* e «*beatus*», no *Salmo*, apenas duas. A paráfrase é sempre mais longa que o *Salmo*, mas aqui está extraordinàriamente desenvolvida. Tem, um pouco, o sabor do estilo didático, oriental e tìpicamente bíblico, do *Sermão da Montanha*. Neste Código da Felicidade, inclui Cristo *os limpos do coração*, como seguros candidatos. E justifica: «*porque eles* verão *a Deus*». Camões justifica a felicidade do vencedor da *carne má:* «verá tão profundo mistério, na suma Alteza». Afeiçoado aos latinismos e fiel aos lusitanismos, traduz «beatus» por *beato* e, uma vez, por «ditoso».

X

A BÍBLIA EM CAMÕES

Camões colheu em todos os horizontes que o estudo e as viagens lhe rasgaram, no Ocidente e no Oriente, entre os clássicos antigos e modernos, de gregos e latinos, de judeus e árabes, de italianos, espanhóis e portugueses (1). Mas os humanos valores universais surgem num contexto histórico nacional. N'«Os Lusíadas», por exemplo, ressoa a voz de Lopes da Castanheda, João de Barros, Duarte Galvão, Rui de Pina, António Ferreira, Damião de Góis e Jorge Ferreira de Vasconcelos.

Nem as tradições lhe escapam: a criança a aclamar D. João I em Évora, o «milagre» de Ourique, o báculo de D. *Mateus* e até as rosas de Santa Isabel, como parece inferir-se deste passo das «Redondilhas»:

> «*Que pois amor vos fez* rosas
> Milagrosas...»

Também parece alusão ao sermão de Santo António aos peixes esta passagem da *Égloga II:*

> «*E nos convida ao canto com que os mudos*
> *Peixes saem ouvindo ao ar aberto.*»

Peixes *mudos*, mas não surdos... Nem repugna acene à hipoteca das barbas do herói do Oriente, na *Elegia VI:*

> «As santíssimas barbas *do Deus vivo*
> *De resplendor ornadas Lhe arrancaram*
> Para desempenhar Adão cativo.»

Dos escritores portugueses, poucos cita nominativamente. D. Pedro é lembrado como soldado, não como autor. Recordado é Bernardim Ribeiro. Na *Ode VIII*, destaca Garcia da Orta. Porém, os mestres José e Rodrigo, inventores (com o alemão Martinho Bahaim) do «novo instrumento do astrolábio», não são apontados pelos seus nomes.

---

(1) Sobre a formação cultural de Camões, conf. Hernâni Cidade: *Luís de Camões, O Lírico.*

Dos espanhóis, há referências a Boscan, Garcilaso e a outros. Semelhante à frase de Santa Teresa — *a vida é uma estalagem* — é esta de Camões:

> «Mundo, és estalagem,
> *Em que pousam nossas vidas*
> *De corrida...*» (1)

Dos italianos, registam-se os nomes de Dante, Petrarca, Sannazaro, Ariosto e Tasso. Dos latinos, Plauto, Ovídio, Plínio, César, Cícero, Virgílio, Horácio, Lívio e Plutarco. Dos helénicos, além do grande trio — Sócrates, Platão e Aristóteles — aparecem Pitágoras, Simónides, Tales, Demócrito, Diógenes, Demóstenes, Zeuxis, Sólon e Leónidas. Nota Hernâni Cidade que a referência a Demócrito se baseia em Plínio.

No soneto a D. João III, «observante da Lei de cima» e atento «na paz e na guerra», «Joane de Portugal, terceiro sem segundo», que *sustentar* mais que *adquirir* se estima», pergunta: — *Quem jaz no grão sepulcro...?* — *Ninguém, que nisso, enfim, se torna tudo...*»

Será este *Ninguém...* eco do «*Ninguém* me chamam» do diálogo de Ulisses com o Ciclope? (2) Homero, aliás, é expressamente citado por Camões. E do *Ninguém* de Homero e do *Ninguém* de Camões será eco, por sua vez, o *Ninguém* de Garrett, no *Fr. Luís de Sousa*? É bem possível. Mas a alma, o espírito informador da mentalidade de Camões é da Bíblia e da Escolástica que decorre. Pelas citações já feitas, nos capítulos anteriores, e colhidas em todas as obras do Poeta, já se pode avaliar do fundamento do asserto.

Não será, porém, ocioso registar, ainda em abono, mais alguns exemplos e figuras bíblicas. Nas *Redondilhas*, alude-se a S. Lucas: «*Zacarias emudeceu...*» (3) N'«Os Lusíadas»: «*sequazes da Verdade que o Filho de Davide nos ensinou* (I, 71); «*os trinta dinheiros por que Deus fora vendido*» (III, 54); «*a Sansão Hebreu a guedelha* (IV, 12); «templo santo de Jerusalém» (VIII, 9); «*a fé move montanhas* (VIII); «*nome tem do belo / Guiador de Tobias a Gabelo* (V, 78); «*descendentes da escrava Agar...*» e «*de Agar os netos*» (III, 26 e 110); «*Profeta falso e noto que do filho da escrava Agar procede* (VIII, 47); «*torre de Babel*» (VI, 74 e VII, 45); «*cristãos olhos a ver Deus usados em forma humana*» (VII, 47); «*Dês que Adão*» (IV, 70); «*Suez, estrada de Moisés*» (X, 98); «*Esequias rei Judaico*» (VII, 80). E, regressando às *Redondilhas:* «*Judite que o duro Holofernes degolou*»; e «*como vos há-de ouvir Deus, se vós não ouvis ninguém*», eco do... *perdoai-nos*, como nós perdoamos.

---

(1) Seria sentença ou dito espiritual, corrente? Santa Teresa é mais velha cerca de dez anos e morreu pouco depois do Poeta.

(2) *Odisseia*, IX, 366.

(3) Evangelho, I.

E a série prossegue, para além de «OS Lusíadas» e das *Redondilhas*, em toda a Lírica: «*Sete anos de pastor servia Jacob*», em célebre soneto; *Atado à coluna do sofrimento* (Canção X); «*Qual é o Josué que te deteve...* meu claro Sol», na *Égloga V;* «*Zorobabel que disse que a coisa mais forte é a verdade*», nas *Oitavas (II);* «*Linda Sara...*» na *Canção IV;* e «*piscina cuja água se move*», também na *Canção IV;* e «*Vereis Arão*» na *Elegia VIII.*

Este Arão é bíblico e não monge e irmão de D. Miguel de Meneses, como já se aventou, mas irmão de Moisés: «*Eu sei que Arão, teu irmão Levita... saíu-lhe ao encontro, no monte de Deus* (Êxodo, IV, 3, 14 e 27).

Aproveita o combate de Golias e Davide, para relevar a desigualdade das forças, na batalha do Salado:

> «*Qual o membrudo e barbudo Gigante,*
> *Do Rei Saúl, com causa, tão temido,*
> *Vendo o Pastor inerme estar diante,*
> *Só de pedras e esforço apercebido,*
> *Com palavras soberbas, o arrogante*
> *Despreza o fraco moço, mal vestido*
> *Que, rodeando a funda, o desengana*
> Quanto mais pode a Fé que a força humana.» (1)

O último verso mostra a intenção de lembrar o poder de Deus, que é, afinal, o poder da fé.

Cita frases do Evangelho, muito a propósito e em latim: *Solus peregrinus in Israel* (da conversa na estrada de Emaús); *cum gladiis et fustibus* (armados... os que prenderam Jesus); *Tu ex illis es...* (Tu és dos de Cristo... no diálogo com Pedro) (2). E também frases do Antigo Testamento, como esta do Salmista: *in vanum laboraverunt...* (em vão trabalharam... os que defendem a cidade, se Deus a não defender). É referência a Salomão a destes versos da *Ode X:*

> «*Famoso rei hebraico*
> *Que mais que todos soube, mais amou,*
> *Tanto que a Deus alheio*
> *Falso sacrificou...*»

A Igreja aplica à Virgem as seguintes frases e conceitos da Bíblia, que são do *Livro dos Provérbios: Ego sapientia habito in consílio et eruditis intersum cogitationibus... Nondum erant abyssi et ego iam concepta eram* (3). São referências, não à sabedoria em abstracto, mas a um ser concreto e divino (não é criatura), porque existia antes da criação e para ela concorreu: é o

---

(1) «Lusíadas», III, 111.
(2) «Lucas», XIV, 70.
(3) 18, 12-20.

próprio Cristo. Como a Igreja, também Camões as aplica à Virgem, num célebre soneto:

«*No Seu alto conceito te formou*
Primeiro que a primeira criatura.»

São frequentes, na obra camoniana, as imagens inspiradas na Bíblia. Dum salmo, é esta, do *Canto IV* de «Os Lusíadas»: «*E o Guadiana atrás tornou as ondas de medroso*» (1). O texto bíblico reza: *Et Jordanis conversus est retrorsum...* E a «*fonte pura*» essa não era de medrosa, nem por obediente ao poder do Criador, mas de encantada que voltava atrás, para ouvir a frauta de Camões (2). Job chama a Deus «custos hominum» (3) e Camões «guarda divina» (4). Job implora do Senhor que não afirme o seu poder contra uma folha que o vento arrasta *(contra fodium quod vento rapitur ostendis potentiam tuam?)* (5) e Camões que não mostre o seu poder *contra um bicho da terra tão pequeno* (6).

Não apenas imagens e comparações, mas composições inteiras. A mais célebre é *Sôbolos rios.* Ela e outras do mesmo tema nasceram dum salmo e do génio do Poeta. Falam, por si mesmas. As composições e os ecos bíblicos em cadeia interminável. Pela substância do seu conteúdo e mais ainda pela tonalidade que assumem. Confronte-se ainda o soneto *O dia em que nasci*, com o princípio do Capítulo III de Job. Eis o soneto:

«*O dia em que nasci moura e pereça,*
Não o queira jamais o tempo dar;
Não torne mais ao mundo e, se tornar,
Eclipse, nesse passo, o Sol padeça.

«*A luz lhe falte, o Sol se lhe escureça,*
Mostre o mundo sinais de se acabar.
Nasçam-lhe monstros, sangue chova do ar,
A mãe ao próprio filho não conheça.

«*As pessoas pasmadas, de ignorantes,*
As lágrimas no rosto, a cor perdida,
Cuidem que o mundo já se destruíu.

«*Ó gente temerosa, não te espantes*
Que este dia deitou ao mundo a vida
Mais desgraçada que jamais se viu.»

---

(1) 28.
(2) *Sôbolos rios...*, 16.
(3) Cap. VII, 20.
(4) «Lusíadas», II.
(5) Cap. XIII.
(6) «Lusíadas», I, 106 e *Canção* IX.

Repare-se, agora, em Job:

> «Pereça o dia em que nasci, *e a noite em que se disse:*
> *Foi concebido um homem.*
> Converta-se aquele dia em trevas.
> *Deus não olhe para ele do alto do Céu,*
> nem seja iluminado pela Sua luz,
> Escureçam-no as trevas e a sombra da morte,
> cerque-o uma negra escuridão
> e seja envolto em amargura.
> Um tenebroso remoínho ocupe aquela noite,
> não seja contado entre os dias do ano,
> nem seja numerado entre os meses.
> .....
> Escureçam-se as estrelas com suas trevas;
> *espere a luz, mas não a veja*
> *nem veja o despontar da aurora nascente;*
> porque não fechou o ventre que me trouxe,
> *nem apartou dos meus olhos os males*». (1)

Esta é a fonte inspiradora do soneto anterior. Nele, «as imagens valem como símbolos dum estado de alma, que se apodera de nós com o vigor alucinante duma visão apocalíptica», escreveu Jacinto do Prado Coelho, que ainda sublinhou: o «poeta exprimiu, dramàticamente, o desespero do seu infortúnio» (2). O francês Le Gentil observa, a propósito da presença da Bíblia em Camões, que este redescobriu» o brilho e o pitoresco da poesia hebraica, a qual, só muito mais tarde, no alvorecer do Romantismo, fará sentir a sua influência na literatura europeia». Mas não será necessário lembrar a leitores portugueses que a presença bíblica e cristã, na literatura lusíada, não sofre solução de continuidade. Gil Vicente é só mais um exemplo. Os portugueses abriram-se ao válido do Renascimento, mas não renegaram o válido de sempre, fosse antigo ou medieval. No caso concreto do nosso Poeta, as amostras bíblicas, apresentadas, consolidam no espírito o que já era manifesto: que o Deus de Camões é o de Abraão, de Isaque e de Jacob, de Descartes e Pascal...

---

(1) P. Matos Soares, *Bíblia Sagrada*, II, 550.
(2) Biblos, XXVIII, p. 88.

XI

PLATÃO EM CAMÕES?

Tem-se afirmado e ùltimamente acentuado a influência de Platão em Camões. Explicam-se, até, as atitudes, pensamentos e frases religiosas e filosóficas do Poeta, por sugestão platónica. Sustenta António Sérgio que o platonismo se manifesta em outras composições, mas de modo especial em *Sôbolos rios...* e que este poema é o eixo de toda a lírica camoniana (1). Salgado Júnior convém no platonismo de *Sôbolos rios* e de outras composições líricas. Costa Pimpão, em 1939, considerava o de Joaquim de Carvalho o estudo mais completo, até àquela data publicado em Portugal, sobre o platonismo em Camões (2). E, apoiando-se no conceito de *reminiscência*, como Joaquim de Carvalho, procurava confirmação na palavra *palinódia*, que teria transitado do *Phaidros* para *Sôbolos rios...* Virgílio Ferreira observou que a palavra *palinódia* podia ter sido apanhada na *Ode XVI*, de Horácio, não no texto, mas na epígrafe ou nota de introdução.

E, acentuando que, até àquela altura, se não tinha reparado, devidamente, na possível influência em Camões de autores latinos, capazes de fornecer ao Poeta noções atribuídas à leitura da tradução dos *Diálogos*, nota que, verificada a presença de tais noções naqueles autores, ficaria o problema de saber se Camões bebeu na taça servida por Marsílio Ficino ou na dos autores latinos (3). E afirmou ainda que foi Joaquim de Carvalho quem primeiro reparou, com a devida atenção, nos versos de *Sôbolos rios:*

> «*Não me lembras na memória,*
> *Senão na* reminiscência.»

José Maria Rodrigues tem que *Sôbolos rios* é a *única* das composições camonianas, onde o platonismo vivamente se acentua. Mas não hesita em considerar Camões «*inacessível* à influência do... platonismo, segundo o qual a idealização de um Ser superior, desejado e inatingível, é a fonte da dor lírica, religiosa ou metafísica». Baseia-se na análise da obra e do temperamento do Poeta, de tendência irresistível para o real, com «um constante

---

(1) *Ensaios*, IV, 85 (1934).

(2) *Biblos*, XV, 379.

(3) *Biblos*, XVIII, p. 225-6 (1942). Semelhante problema está no termo «órgãos», em *Sàbolos rios* (11 e 24), a significar instrumentos. Seria helenismo bebido no grego, se não estivesse já no Latim... «*organa*».

sentido da realidade». Sublinhando que, «entre todas as Líricas célebres, nenhuma se poderá achar, apar de tão soberana na arte de expressão, menos arte pela arte», acrescenta: «*A idealização camoniana jamais se perde no indefinido metafísico*». E, mesmo quando fala de Amor — anota ainda o insigne camonista — a poesia de Camões é sempre «vivida», «alheia ao vago das congeminações abstractas» e muito dentro do concreto.

A dor, mesmo a moral, é «alma em carne viva». E até o espírito religioso de Camões caracteriza-se por um sentido nacional, insere-se no concreto da missão histórica do país, impõe-se não pelo *sentimento místico*, mas «pela força da consciência política, lusitana e cristã» (1). A faceta *realista* de Camões é inegável e não passou despercebida a Carolina Michaëlis, considerando «digno de nota» o apreço que o próprio Poeta dá à verdade pura dos assuntos que trata. Como a prevenir uma interpretação sonhadora, que dizem platónica, da sua poesia amorosa, adverte:

> «*Nem eu delicadezas vou cantando*
> *Com o gosto de louvor, mas explicando*
> *Puras verdades já por mim passadas,*
> *Oxalá foram fábulas sonhadas.*»

Muito insiste neste aspecto da sua poesia e dele se ufana, nas *Oitavas (III)*:

> «*Estes humildes versos que pregão*
> *São destes vossos Reinos*, com verdade...

No soneto *Conversação*, também:

> «*Metido tenho a mão na consciência*
> *E não falo senão* verdades puras.»

Ainda, n'«Os Lusíadas»:

> «*E tudo sem mentira*, puras verdades.» (2)

E logo no princípio do grande poema:

> «*Ouvi que não vereis como vãs façanhas*
> *Fantásticas, fingidas, mentirosas*
> .....
> As verdadeiras vossas, *são tamanhas*
> *Que excedem as sonhadas, fabulosas.*» (3)

---

(1) *Lírica de Camões*, V-VII e V-VIII.
(2) V, 23.
(3) I, 11

O próprio Joaquim de Carvalho reconhece que o platonismo em Camões não é «extenso» nem «intenso» (1). De platonismo se tem falado e se tem escrito bastante, talvez demasiado, mas pouco ou nada do que seja *platonismo camoniano*. E porque se insistirá, tanto, em Platão e não em Sócrates e Aristóteles? Camões glorifica Sócrates, pela sua sabedoria e serenidade e fortaleza... de filósofo *prudente e constante*, que não se deixa perturbar pelos mais graves acontecimentos. É certa e densa a presença do Estagirita na obra camoniana, ao menos através da Escolástica. E quem diz que a mentalidade de Camões não é cristã, mas aristotélica? Quem afirmaria que a mentalidade de S. Tomás, que tanto aproveitou de Aristóteles, não é cristã mas peripatética? Leu Dante e Boscão, transcrevendo-lhes versos, em italiano e espanhol, mas quem fala de *dantismo* ou *boscanismo* camoniano?

Também se pode perguntar se há qualquer vantagem em negar a influência de Platão em Camões. E não se vê nenhuma. A presença, nítida e profunda, da Platão em S.to Agostinho não diminui o génio de Aurélio Agostinho nem anula o pensamento cristão do bispo de Hipona. O *platonismo camoniano* não assusta ninguém, ponto é que seja uma realidade. Aos espiritos sérios uma só norma serve, a de Cícero, lembrada pelo genial Leão XIII: *a verdade, só a verdade, toda a verdade...*

Viu o leitor a interminável série de ecos, sugestões e referências, evocações e citações, alusões ou acenos, palavras e frases, pensamentos ou sentenças, imagens ou figuras, factos e personagens ou nomes da Bíblia, Liturgia, Teologia Dogmática e Moral, Hagiografia e História da Igreja, em consonância de sentimentos, em preocupação apologética insistente, em vincada posição de ortodoxia integral e de combate à idolatria e às heresias... Pois tudo isto não chega para mostrar o cristianismo do Poeta! E, *mirabile dictu:* meia dúzia de vocábulos, de que os platónicos não tinham monopólio, mais que discutíveis ou duvidosos e de natural sentido cristão, bastam para dizer platónico, *visceralmente* platónico, o pensamento de Camões!

Não seria mais lógico falar do... pensamento *judeu* na obra de Camões? Talvez ele se não inquietasse muito, lá na *terra da verdade*, ciente, como está, de que, através da Bíblia e da Igreja, do Cristianismo, o mundo inteiro, nas suas culturas e nas suas instituições, está hoje mais ou menos influenciado pelo *pensamento* de Cristo, que, *secundum carnem*, era judeu... Aliás, *pensamento* judeu e *pensamento* cristão constituem uma só mensagem, o mesmo diálogo, em duas fases e planos diferentes. A crítica deve fugir daquela doença, que o Prof. L. Hertling diagnosticava, nos seguintes termos: *explicar o claro com o escuro...*

É chegado o momento de analisar o *fundado* ou *infundado* do *platonismo camoniano*. Com a isenção e a autoridade que não é favor reconhecer-lhe, João Mendes chamou a atenção para «coincidências, realmente muito curiosas»

---

(1) E reconhece que é muito mais profunda a influência de Aristóteles.

entre Camões e Ficino, considerando «talvez das mais flagrantes» a função atribuída aos olhos, no «processo da génese amorosa». No nosso Poeta, sublinha, a «nota do olhar» torna-se «quase obsessiva». E afigura-se-lhe possível uma explicação mais fundada que a de feição psicológica... da compensação pela deficiência resultante do ferimento de Ceuta, sugerida por Afrânio Peixoto (1). Mas o pormenor terá, realmente, a relevância e significados que lhe têm sido atribuídos? E será ele, de facto, um exclusivo (como nota dominante e insistente) de Ficino e Camões?

Aquele papel dos olhos consta da vida quotidiana e da literatura, em prosa e verso (2). E o fenómeno enraíza no instinto, brota da própria vida. Até na Bíblia, fala o exemplo de Holofernes que «ficou cativo de seus olhos» (3). Perto andava Gil Sanches, quando cantarolava: «*Tu que ora viste* os olhos seus / *digas-me mandado dela por Deus...*» (4) Não muito distante a cantiga atribuída a Vasco Gil: «*Eu não soube, por cousa alguma, vingar melhor* do que *me vinguei* dos meus olhos... / *E dir-vos-ei que mal que os mates: / Levei-os aonde viam sua senhora... / E na ocasião em que achei que eles tinham maior gosto de a ver... / Ainda que isso me custasse muito, levantei-os dali.*»
E, já em 1965, pude ler, em cerca de cem páginas, então publicadas *só para uma roda de amigos*, esta composição para *Album:*

> «*Um «pensamento» original e dito*
> *Só para si, para guardar aqui?*
> *Original? Diferente?... Não, repito*
> *O que*, em meus olhos, sempre trago escrito:
> «*Penso em si*».»

Também esta:

> «Olhos azuis, *alto sonho*
> *Que tanto me perturbou...*
> .....
> Vi teus olhos *um momento*
> *E passo a vida a sonhar...*

Outra:

> «*Quando te vejo a orar,*
> Os olhos postos *em Deus*
> Vão meus olhos *de joelhos,*
> *Implorar a luz* dos teus.»

---

(1) *Brotéria*, n.os 8-9 (1966).
(2) Mesmo da poesia popular...
(3) Judith, X, 17.
(4) Vid. *A Poesia dos Travadores*, p. 45, de Vitorino Nemésio.

Mais uma:

«*Só eu não sei de que modo*
Meus olhos dos teus *guardar*
Que m'os *traz cegos de todo*
Tão *formosa luz de olhar.*»

E é coisa singular
Que os livros não explicam:
Se lhes falta o teu olhar,
Meus olhos *mais cegos ficam.*

Assim vivem neste encanto
Meus olhos *sem compreender*
Que esses teus os cegem *tanto*
Sem eles não possam ver.» (1)

Até parece eco de Platão, num octogenário. Pelo menos não destoa da «... nova vista me cegou de todo», com que o Poeta evoca a *súbita paixão amorosa*, desencadeada por «certos olhos», em Sexta-Feira Maior. Não parece, também, necessário recorrer à psicologia de compensação, basta a psicologia geral dum *amoralhudo* poeta. As mulheres lá sabem porque, ainda agora, se preocupam tanto com os olhos, na sua pintura de... valorização estética...

Joaquim de Carvalho apela para a imagem do cisne (que Platão teria sido o primeiro a empregar), no intuito de identificar influências platónicas em Camões, como se dessa prioridade, ainda que certa, se pudesse concluir alguma coisa, a tal respeito. A imagem, que surge repetidas vezes em Camões (2), era corriqueira na literatura do tempo, como acaba por admitir o próprio Joaquim de Carvalho.

Mas é em *Sôbolos rios* que alguns críticos vêem a sombra de Platão. Ali descobrem saudades de uma vida «mais distante» que a juventude e a mesma infância, anterior à vida presente, numa afirmação da preexistência dos espíritos, antes de encarnarem nos seres humanos. Assim, Agostinho de Campos (3), cuja sinceridade é nobre e exemplar, e Joaquim de Carvalho. Numa coisa são concordes os espíritos lúcidos: Babilónia não é desterro do Poeta, fora da metrópole, é *tempo* e não *lugar*, como nota Hernâni Cidade e salta à vista do leitor atento. Aliás, os possíveis desterros de Camões continuam tão duvidosos como nublosos. E Sião ou Jerusalém é «a terra

(1) Silvério Abranches, *Poesia* (1965).
(2) Soneto Õ *cisne*, *Canção* III e *Elegias* II e X.
(3) *Camões Lírico*, III.

da Glória». E, lògicamente, a saudade não é de Portugal europeu, mas da «pátria divina»:

«*Não é logo a saudade*
Das terras onde nasceu
A carne, mas é do Céu,
Daquela santa Cidade
De onde esta alma descendeu.»

A alma *desceu do Céu*. Logo, concluem alguns críticos, já existia antes de informar o corpo. Mas a expressão «... *De onde esta alma descendeu...*» não significa a preexistência da alma, apenas a sua origem divina: é criada por Deus, vem de Deus, como ensina a Bíblia, a Escolástica e a Igreja, e não do pó da terra, nem é *criada* pelos pais. Aliás, *descender* também significa origem ou proveniência *(descendência)*. Camões, aludindo à Mãe de Deus, na *Elegia VI*, emprega o verbo *descender*, no apontado sentido:

«*A ver o Filho que na cruz pendia,*
Donde a nossa saúde descendeu.»

A saúde (salvação) *descendeu da Cruz*... só quer dizer que foi Cristo o autor da nossa salvação, morrendo por nós na Cruz. Muito mais que da «reminiscência» ou saudade do Céu, *donde esta alma descendeu*, poderiam alguns deduzir platonismo dos seguintes versos:

«*Eu tinha a minha fé,*
ao descer à terra
perdi-a...
Senti desânimo atroz,
ao cair do Ceu;
rasgaram a mensagem que trazia...
Disseram que não tinha mais valia.»

E ainda:

«*Adeus, Pátria Sagrada,*
Pátria minha doutro Tempo
donde em triste Hora
emigrei:
De Ti
no tempo fiquei
separada...»

Nestes versos, fala Julieta Osório, na estreia *Sem Rumo* (1) que, positivamente, não é uma profissão de fé... platónica. Camões chama a Jerusa-

(1) Edição da Autora (Porto, 1966).

lém celeste «pátria divina» e «pátria singular». E já no século v, o sacerdote bracarense Paulo Orósio chamava «verdadeira pátria», «pátria que ele amava», ao Paraíso: «*quae vera est et illa quam amo, patria...*» (1). Também a algumas pituitárias cheira a platonismo a estrofe seguinte, a 44:

«*E aquela humana figura*
Que cá me pode alterar,
Não é quem se há-de buscar,
É raio da Formosura
Que, só, se deve de amar.»

A expressão *raio da Formosura* não é portadora de platonismo. À margem de qualquer platonismo ou mesmo da Escolástica, à *luz natural da razão*, sem escola nem sistema, as criaturas são reflexos, raios ou espelhos do Criador. Será platonismo afirmar-se que «Os Lusíadas» reflectem o génio e o patriotismo de Camões? Não se tome a nuvem por Juno, se não queremos ter muitas Junos...

Não há mais fundamento para se pensar em platonismo, na quintilha 45:

«*Que os olhos e a luz que ateia*
O fogo que cá sujeita,
— Não do Sol, nem da candeia —
É sombra daquela ideia
Que em Deus está mais perfeita.»

No soneto *Dizei Senhora*, há uma expressão afim, relativa às ideias: «*da Beleza ideia*». Não é momentoso averiguar se ela significa *ser a mesma beleza* ou apenas mulher em quem a beleza se reflecte. Não se trata, evidentemente, de uma relação de causa-efeito. Mas não será de rejeitar que *ideia* signifique exemplo, modelo ou forma, como parece sugeri-lo o étimo grego.

No soneto *Transforma-se*, alude Camões à «linda e pura semideia»:

«*Que, como o acidente em seu sujeito,*
Assim com a alma minha se conforma,
Está no pensamento como ideia.»

Se estar no pensamento como ideia é como acidente em seu sujeito, não se confunde ideia com pensamento. E, neste sentido, a ideia não se confundiria com Deus, embora esteja em Deus. Mas parece aceitável que *ideia que em Deus está mais perfeita* (quintilha 45) signifique, simplesmente, Deus... a *luz verdadeira* de que a outra é apenas sombra ou efeito. Em Santo Agostinho, «o próprio Deus aparece como Ideia absoluta ou ideia das ideias, enquanto Sua infinita plenitude abarca todas as essências... E S. Tomás de Aquino enquadra esta doutrina no seu aristotelismo, como

(1) *Historiarum... libri VII.*

observa Brugger (1). Com S. Tomás, ensina a Escolástica, familiar a Camões, que as ideias de todas as coisas, antes de estas serem criadas, existem em Deus, como causa exemplar. E desta doutrina até n'«Os Lusíadas» se faz eco o Poeta:

> «*Uniforme, perfeito, em si sustido,*
> *Qual, enfim,* o Arquétipo *que o criou.*» (2)

De tudo resulta que a noção em causa pode ter sido apanhada na Escolástica, em S. Tomás ou em Aristóteles, não sendo, por tanto, necessário recorrer directamente a Platão... *Ideia* é maneira poética e filosófica de se referir a Deus. Algo como Sabedoria, Eternidade, Beleza, Alteza, e Majestade, esta usada até com pessoas reais, sem qualquer cheiro a platonismo (3). Também na estrofe 50 reparam alguns críticos:

> «*E faz que este* natural
> Amor, *que tanto se preza*
> Suba da sombra ao real,
> *Da* particular *beleza*
> *Para a* Beleza geral.»

A *particular beleza* é a própria de cada criatura, que é reflexo ou espelho da *Beleza geral*, que é Deus. *Suba da sombra ao real...* é elevar-se do caduco, *de tudo o que o tempo gasta* [11], ao imperecível, *ao que mais vale* [7]. A imagem da *sombra* é felicíssima. As coisas são, realmente, como sombra de Deus, perecíveis e dependentes de Deus, que as conserva no ser, como a sombra depende do objecto que a projecta. Mas, afinal, quem *sobe*? O *natural Amor*, elevando-se da criatura ao Criador... Atitude cristã e dado da razão, ao alcance do homem comum, até ao sentido realista dos rurais. Já o faziam os monges, rudes na sua maioria, no Egipto, no século IV. E, até hoje, no rodar dos tempos, não deixaram de o fazer milhares de almas generosas, sem pensar ou sonhar, sequer, Platão.

Com nobreza e lealdade, Hernâni Cidade, depois de chamar a atenção para o *platonismo amoroso* de Camões, anota: «*É preciso dizer, todavia, que esse conceito de amor dificilmente difere do que possa fornar-se dentro das balizas da doutrina cristã... No sincretismo cultural herdado da Idade Média, não será ousado afirmar que se dá a coincidência da sugestão platónica com a doutrina do amor cortez, de raízes cristãs, que persistiu no lirismo europeu.*» (4)

---

(1) Dicionário de Filosofia, p. 277.

(2) X, 79 (Refere-se ao mundo).

(3) Quando Camões fala da *Ideia que el mundo enfrena y rige com su mando*, exprime a espiritualidade de Deus...

(4) Dicionário das Literaturas — Portuguesa, Galega e Brasileira (Liv. Figueirinhas, Porto).

Seria apenas de observar que o elemento de fundo, que vem actuando há cerca de dois milénios no saneamento dos sentimentos humanos, é o Cristianismo. Este é que faz que o amor suba... Pela doutrina e pela graça. No caso concreto, é a graça e não Platão, como se tem sugerido, que faz que o Amor *suba*.. Repare-se (como já se fez em anotação à estrofe), no *E* que liga à consecutiva... *Que ordena* (que a vida mude») da quintilha anterior... a *faz que* «este natural / Amor... / Suba». As duas orações têm o mesmo sujeito, a graça... *Que ordena* e e *faz que... suba.*

Neste... *platonismo* amoroso de Camões, bem pode ver-se a sombra daquela atitude racionalista, que se atreveu a afirmar que os Padres da Igreja tiraram a doutrina da existência e natureza dos anjos, não da Bíblia, mas de Platão! Asserto espantoso para quem leu a Bíblia e as citações que dela fazem os autores da Patrística! E não é mais positivo o resultado do exame da estrofe 69, onde o adjectivo *inteligível* tem dado aso a... equívocos. Rima, ali, com *possível* e, como se anotou, contrasta com *sensível*. *Inteligível* procede de *intelligere*, como *sensível* de *sentire*. O vocábulo em causa alude às realidades espirituais que só a inteligência (não os sentidos) pode apreender. Nem a inteligência *sente* as realidades materiais, nem os sentidos apreendem as realidades espirituais, que não são *sensíveis*, mas *inteligíveis*. Por associação de ideias, evoca-se F. Thompson:

Ó world invisible, we view thee
Ó world intangible, we touch thee
Ó world unkowable, we clutch thee
Inapprehensible, we clutch thee

Afirmando embora o aroma platónico daquelas estrofes de *Sôbolos rios*, Joaquim de Carvalho insiste mais nos seguintes versos:

«*Não me lembras na memória*
Senão na reminiscência...»

Eles respondem à pergunta:

«*Mas, ó tu, terra da Glória,*
Se eu nunca vi tua essência,
Como me lembras, na ausência?»

Aquela «reminiscência» não é o despertar do conhecimento de uma vida anterior. Se a alma tivesse existido no Céu, antes de se unir ao corpo, como poderia Camões alegar que nunca vira a «terra da Glória»? Diria, então, que a tinha olvidado:

«*Se eu* nunca vi *tua essência*
Como me lembras, *na ausência*?»

E explica:

«*Não me lembras na memória*
Senão na reminiscência.»

Admitindo-se que a *reminiscência* é faculdade distinta da memória, se a alma *descendeu do Céu* em sentido platónico, não trouxe apenas a reminiscência, também a memória, salvo se *descendeu* incompleta... Mas não: a reminiscência é a própria memória, memória atenuada, quase extinta... das realidades apreendidas. O que se acorda com o platónico conceito, segundo o depoimento de Cícero, evocado por Virgílio Ferreira: *memória é a recordação de uma vida anterior...* e «*aprender é recordar*» (1).

De qualquer modo, a explicação de Camões resultaria incongruente, além de frustrada. A reminiscência não explicaria, melhor que a memória, a lembrança do que *nunca se viu.* Ninguém pode recordar-se, na memória ou na reminiscência, do que nunca viu. E ficaria sempre a dificuldade: se o Poeta nunca viu a «terra da Glória», como pode a alma ter de lá descido? O sentido de *reminiscência* é outro, poético e definido pelo Poeta, na estrofe 42, que explica a conclusão *Senão na reminiscência* da anterior, a que está ligada pelo sentido:

«*Que a alma é tábua rasa*
Que, com a escrita doutrina
Celeste, tanto imagina
Que voa *da própria casa*
E sobe à pátria divina.»

A *alma é tábua rasa* é expressão que o próprio Joaquim de Carvalho diz de «formação escolástica» e de «origem aristotélica» e não platónica. A reminiscência é a *imagem* que do Céu procura pintar, na *tábua rasa* da alma, com as tintas da doutrina *escrita* e *celeste* (revelada na Bíblia...) e com o pincel da inteligência e fantasia. Assim, tanto *imagina* que *voa* e *sobe*, mentalmente, à *pátria divina.* Aqui, na quintilha 42, é a *reminiscência que voa*, na 36 é a *memória* que *voa em Sião.* Para Camões, portanto, reminiscência é sinónimo de pensamento e fantasia ou imaginação. E também de alma: «*a alma é tábua rasa que tanto imagina que voa...*»

A ideia de pátria divina, pátria singular, não deriva da lembrança duma vida anterior, como pretende Joaquim de Carvalho, mas da razão, da revelação de Deus e da fantasia. E a estrofe 72 acaba de esclarecer e confirmar, plenamente, esta hermenêutica:

«*Ó tu, divino aposento*
Minha pátria singular!
Se só com te imaginar
Tanto sobe o entendimento
Que fará, se em ti se achar?»

---

(1) *Bibíos*, XVIII, p. 241.

A reminiscência, distinta de memória na quintilha 41, é sinónimo de fantasia ou imaginação. A esta conclusão conduziu uma análise atenta das estâncias em causa. A exploração dos vocábulos, também em causa, na obra camoniana não pareceu ociosa. E não pode dizer-se que não haja sido frutuosa. E até uma outra estância de *Sôbolos rios*, a que talvez se não tenha dado a merecida atenção, trouxe alguma luz, a confirmar. É a 3:

«*Ali*, lembranças *contentes*
Na alma se representaram
E minhas cousas ausentes
Se fizeram tão presentes
Como se nunca passaram.»

É manifesto que se refere às *cousas* deste mundo e não às da eternidade. Mas o paralelismo é gritante e esclarecedor, no campo da terminologia. Atenda-se aos vocábulos e expressões: *lembranças*, lembranças *representadas*, representadas na *alma*, cousas *ausentes* tornadas *presentes* de ... *representadas*. Mas a confirmação continua. Nesta *Glosa:*

Porque a alma namorada
A traz tão bem debuxada
E a memória tanto voa
Que, *se a não vejo em pessoa*,
Vejo-a na alma pintada.»

Aqui se tem a *memória* por *imaginação* e a *voar*. Se a não vejo *em pessoa* (confronte-se com... *na essência)*, vejo-a *na alma pintada (*conferir com ... *reminiscência)*. Noutra Glosa:

«*Eu que*, em ausência vos vejo,
Tenho piedade e pejo
De me ver tão pobre estar...»

Confronte-se *ver em ausência* com *lembrar na ausência*. Não longe, embora não tão claro, no soneto *Dai-me uma lei:*

«*Tudo me defendei*, senão só ver-vos
E dentro na minha alma contemplar-vos.»

Não menos certo é o paralelismo do soneto «*Apartava-se...*

..... *Nise de Montano*
Em cuja alma, *partindo-se, ficava*
Que o pastor na memória a debuxava.»

Considere-se esta *ausência (partindo-se...)* que não tira a *presença (na alma ficava...)*, porque na memória a debuxava *(pintava, imaginava)*.

Atenda-se à terminologia: *memória* (sinónimo de fantasia...), *debuxava* e *alma*... E compare-se com a de *Sôbolos rios: a alma é tábua rasa que tanto imagina*...

Tão claro que até parece paráfrase de *Sôbolos rios*, o soneto *Ondados fios:*

«*Se*, imaginando só *tanta beleza*,
De si, em nova glória, a *alma se esquece*,
Que será, quando a vir? Ah! quem a visse...»

De... *Se, imaginando só*... aproxime-se o *Se só com te imaginar*. E do *Que será, quando a vir*? aproxime-se também o *Que fará, se em ti se achar*? Nem falta o *se*, nem a forma *interrogativa*... e nem sequer a tal *ausência*, pois o soneto interroga também:

«*Que fora, se de vós não fora ausente*?»

Ninguém aventará que a lamentada e contemplada *ausente* foi *presente*, numa vida anterior, como deusa do Olimpo... Ainda a mesma nota e no mesmo tom, na *Égloga II:*

«*Não canse* a fantasia
De estar em si pintando
O gesto delicado...» (1)

E também na *Canção IV:*

«*Um gesto delicado*
Que sempre na alma me estará pintado...»

Nas duas composições está o ... *gesto delicado;* nas duas, a *pintura* na alma ou na fantasia; e, na primeira, o *Não se canse a fantasia*, semelhante ao *Não se canse a memória* de *Sôbolos rios:*

«*Não se canse para voar*
A memória em Sião.»

Nada mais evidente, no caso, que não ser memória e reminiscência mais que fantasia... nada tendo com lembrança duma vida anterior. A presença de simples vontade, desejo ou saudade... cintila ainda, na mesma *Égloga II:*

«*Oh! tempo já passado!* Quão presente,
Te vejo abertamente, na vontade.»

---

(1) Fala Almeno...

Assim exclama Agrário, que insiste:

«*Em todo o povoado e companhia,*
Sendo ausentes de si, estão presentes.
Como lhes pinta *sempre* a fantasia.»

Sempre a fantasia e a fantasia sempre pintora... e a fazer o milagre da *ausência* ser *presença!* E na *Égloga III:*

«*Desta arte me afigura* a fantasia
A vida com que vivo, desterrado
Do bem que noutro tempo possuía...
Ali com templo o gosto já passado
Que nunca passará, pela memória
De quem o tem na mente debuxado.»

Ainda a fantasia *pintora (me afigura a fantasia...);* o desterro... do bem que noutro tempo fruíra; a *visão* do passado *(contemplo...)* que nunca passará; memória, sinónimo de *fantasia* e a alma sinónimo de *mente (memória* de quem o tem na *mente debuxado).* Semelhantemente, na *Canção X,* onde afirma não dominar as lágrimas de saudade («memória») dos passados anos:

Senão com fabricar na fantasia
Fantásticas pinturas de alegria.»

Também a *Ode VI* fala de *olhos ausentes,* e de *contemplar de longe a formosura* e ainda do *desejo a dar asas ao pensamento para ver na ausência.* Até n'«*Os Lusíadas*» se encontra terminologia análoga. Na estância 98 do *Canto IV:*

«*Mas ó tu, geração daquele insano,*
Cujo pecado e desobediência
Não sòmente do reino soberano
Te pôs neste desterro e triste ausência.»

O reino soberano, de que o homem está *ausente* e *desterrado,* não é o Céu platónico, não é uma vida anterior a esta. Refere-se o Épico, indiscutìvelmente, ao *paraíso terrenal* («estado de inocência»), pois fala de Adão, aquele insensato («insano...» no singular), e das consequências do seu pecado, que pesam nos descendentes *(geração daquele...).* Foca a falta original que o *Génesis* aponta como a matriz, sinistra, das tragédias humanas. Atenda-se, mais uma vez, ao vocabulário *(desterro e ausência,* em causa na composição *Sôbolos rios)* e tire-se a conclusão.

Camões conhecia Platão. E talvez não seja temerário pensar que o leu, considerando a maneira como fala dele e o julga. Maria Helena Ribeiro da Cunha, assistente, na Universidade de S. Paulo, da cadeira de Camonologia' uum recente artigo sobre *O neo-platonismo na Ode VI,* pende a crer que bebeu

o licor platónico nas taças dos *Assolanos* ou do *Cortegiano* ou do *Commentarium... in Convivium*, servidas por Bembo ou Castiglione ou Marsílio Ficino, mais que na dos *Diálogos*, servida por Leão Hebreu e ordinàriamente apontada pelos crentes... do «platonismo camoniano» (1). Mas leitura implica dependência ou mentalidade platónica? Ter lido Platão e haver sido um platónico não se equivalem. Se fosse claro ou certo o platonismo em Camões, não se procuraria tanto... Se ele existe, não é nos textos apontados por Joaquim de Carvalho.

Quanto ao platonismo da *Ode VI*, será ele uma realidade indiscutível? Estará na... «outra espécie melhor que a corporal», por ventura na exaltação do amor puro *(nobre desejo, pureza e vergonha)*, ou ainda na graça *pura* a ser *raio da Divina fermosura* e também na citação da Laura de Petrarca? Camões evoca igualmente a Beatriz de Dante... Ser a formosura dos seres criados reflexo ou efeito *(raio)* da formosura do Criador, já se viu que tanto há de platonismo como de aristotelismo ou de simplesmente racional. A glorificação do amor puro tem fonte original e límpida no cristão amor cavalheiresco, como foi anotado e adverte Hernâni Cidade. Para admitir «outra espécie melhor que a corporal», basta ser cristão ou simplesmente espiritualista e conhecer a Escolástica...

Bem se embrenha o Poeta na mitologia do paganismo... e quem lhe chama *politeísta*? Ele mesmo diz que tais deuses só servem para fazer versos, já se viu. Só estes *deuses*... é que temem que os portugueses, assenhoreados dos mares, venham a ser deuses e eles humanos (2).

As obras de Camões mostram linha, não quebrada, de pensamento de fundo cristão... e não um pensamento cristão a suceder a um pensamento platónico. E registam-se contrastes vivos, mesmo gritantes, em pontos essenciais, entre Camões e Platão. Para este e para Sócrates, as virtudes são *ciências* e os vícios *ignorâncias*. Pois conhecida a verdade, assim pensaram os dois mestres helénicos, a vontade segue-a, necessàriamente. Camões sentiu, na própria carne, que não é assim. E declarou-o, apelando para o celebrado e psicológico dito do poeta latino: *Video meliora, proboque, sed deteriora sequor*... Em causa não está, realmente, a luz da inteligência, mas a rectidão da consciência e a força da vontade.

O Poeta discorda de Platão e toma posição contra ele, também no plano do amor, parecendo levá-lo à troça, na fala de Duriano: «*dizeis que o amor fino, como melão, não há-de querer de sua dama que amá-la; e virá logo o vosso Petrarca e o vosso Bembo, atoado a trezentos Platões, mais safado que as luvas de um pagem de arte, mostrando razões, verosímeis e aparentes, para não quererdes mais de vossa dama que vê-la...*» E Duriano conclui:

«*Eu, os meus amores, são pela activa.*» (3)

---

(1) *Revista Camoneana*, n.º 2.
(2) «Lusíadas», VI, 29.
(3) *Auto de Filodemo*.

Atoado... significa seguir cegamente a opinião de outro, o que mostra, no caso, que Luís de Camões mantinha grande independência em relação ao grande mestre do pensamento helénico. O Poeta conhece perfeitamente a doutrina católica, guarda escrupulosa fidelidade à ortodoxia, combate a falsa teologia (teologia de tendências heréticas e de inspiração neoplatónica, no dizer do próprio Joaquim de Carvalho). Como iria, então, pisar aqui o risco, admitindo a preexistência dos espíritos, ensinada por Orígenes, sob o influxo de Platão, mas condenada pela Igreja? Se combate essa teologia como *falsa*, como a professaria *verdadeira*? Na frase *falsa teologia* não é Platão a ensinar ou ser mestre de Camões, é Camões a censurar e combater Platão. Contra Platão nega, como se viu, a metempsicose ou transmigração das almas. Contra Platão, nega que a matéria seja eterna e afirma que foi criada por Deus...

XII

MISSÃO DE PORTUGAL

Abre-se este capítulo, com o depoimento dum moderno historiador, cuja independência, para não dizer insuspeição, é mais que notória. Escreveu Jaime Cortesão: «*Todos os factores, científicos, filosóficos e até políticos, que determinaram a empresa dos descobrimentos, revestem* [...] *uma tonalidade religiosa*». Sublinha ainda que a expansão portuguesa assenta em «profundo sentimento nacional», «na consciência religiosa» e «no anseio universalista da propagação da fé», acumulados desde D. Afonso Henriques.

Portugal não se lança nos descobrimentos, levado apenas de razões de carácter nacional. Os mortos que ficaram nos sertões, nas praias ou no fundo dos mares, ofereceram o seu sacrifício por algo de mais alto ainda. Aludindo a um deles, talvez ao padre Gonçalo da Silveira, acentua Camões que a sua imolação *foi oferecida a Deus e ao mundo:*

> «*Quem derramar seu sangue não duvida*
> *Por seguir a bandeira esclarecida*
> *De um capitão de Cristo que mais ama.*
> *Ditoso fim, ditoso sacrifício,*
> Que a Deus se fez e ao mundo juntamente.» (1)

O *Capitão de Cristo* deve ser S.to Inácio de Loiola, ex-oficial e fundador da Companhia de Jesus, cuja orgânica, espírito e o próprio nome sugerem o zelo do apóstolo e a disciplina e sacrifício do soldado. Nos seus *Exercícios Espirituais*, incluíu a célebre meditação das bandeiras, a que pode fazer alusão a ... *bandeira esclarecida*, se é que, em tudo isto, não anda, como parece, o cheiro ao cristianismo da cavalaria medieval. Merece atenção especial, como testemunho dos sentimentos pessoais, a exclamação: *Ditoso fim, ditoso sacrifício!*

Este sentido espiritual da empresa dos descobrimentos e da expansão, integra-se na linha de pensamento de D. João I. Antes de aprovar o projecto da expedição a Ceuta, quis averiguar se era serviço de Deus: «*ca por mui grande honra nem proveito que se me dello possa seguir, se não achar que é serviço de Deus, não entendo de o fazer, porque somente aquella cousa é boa e honesta, na qual Deus inteiramente é servido*». Linha de pensamento seguramente mantida pelo Duque de Viseu, o Infante de Sagres, que tinha a grande

(1) Soneto *Não passes*.

preocupação de... «*acrescentar em a santa fe de nosso senhor Jhu XP.º e trazer a ella todallas almas que se quisessem saluar.*»

A missão de Portugal foi, em resumo, a de arauto da mensagem de unidade e fraternidade. Coube-lhe proclamar o princípio da integração de todos os valores humanos, no respeito da verdade e sem transigências aviltantes. E Camões, como português largos anos em serviço no Ultramar, com «*a vida/ Por o mundo em pedaços repartida*» (1) deixou na sua obra marcas irrecusáveis da mentalidade lusíada. O Prof. Dr. Costa Pimpão afirma que ele revelou a Portugal o «sentido missionário da sua existência.» (2) E, há séculos, desde os tempos de Camões, a pátria é, como ele, «pelo mundo em pedaços repartida». E, de facto, para ele apela, quando quer revelar a sua alma de nação e o sentido da sua trajectória histórica.

Quando se pretende vincar as determinantes espirituais da expansão portuguesa, não se remete apenas às fontes, cita-se Camões... e, quase invariàvelmente, o verso ou frase ... «dilatando a Fé e o Império» (3). O testemunho seria de restrita significação, se fosse isolado. Mas não é. A intenção religiosa sobrenada, como se viu, as torrentes dos versos camonianos. D. Sebastião é «*certíssima esperança do* aumento *da pequena Cristandade*» (4) Pequena, porque além de circunscrita à Europa e norte de África quase sòmente, fora pelo protestantismo reduzida, nacionalmente, à Itália, Espanha e Portugal a Igreja Católica, como já se frisou.

O rei de Portugal é *maravilha*... «dada ao mundo por Deus, que todo o mande» «para do mundo a Deus dar parte grande» (5). Estes e outros semelhantes assertos começam logo no início e dedicatória do poema. Mas Camões insiste e não desiste de sublinhar a ideia missionária:

> «*E, se Te move tanto a piedade*
> *Desta mísera gente peregrina,*
> .....
> *Ou nos mostra a terra que buscamos,*
> Pois só por Teu serviço navegamos.» (6)

O *só* é significativo. E a ideia religiosa é apontada logo na raiz da nacionalidade, nas lutas de reconquista cristã. D. Henrique e D. Raimundo não eram dos que vinham «para na guerra esclarecer-se», mas...

> «... *com amor intrínseco* acendidos
> Da Fé, *mais que das honras populares.*» (7)

---

(1) *Canção* IX.
(2) Rimas de Luís de Camões, p. 6.
(3) «Lusíadas», I, 2.
(4) «Lusíadas», I, 6.
(5) «Lusíadas», I, 6.
(6) «Lusíadas», II, 32.
(7) «Lusíadas», III, 24.

E dos *muitos* cruzados, germânicos e britânicos, que auxiliaram D. Afonso I na reconquista de Lisboa, acentua que eles, «com tenção santa eram partidos» (1). Até o Velho do Restelo convida a saciar a fome de riqueza e de glória das armas, lutando contra os que seguem «do Arábio a lei maldita», e aponta o ideal missionário:

«*Se tu pela de Cristo só pelejas...*» (2)

A preocupação de defesa e expansão do Cristianismo é quase obsediante. Não há canto de «Os Lusíadas» onde ela não aflore, quando não arde em labareda. Até no *Canto IX*, surgem expressões eloquentes: «*superstição falsa e profana | Da religiosa água maometana.* Falsa, junto a superstição, parece redundância, mas está a acentuar a inautenticidade da revelação maometana. E ainda, no *Canto IX*, é comentário significativo: *Ditoso Africano que a clemência | Divina assim tirou da escura treva*» (3). Refere-se à conversão de Monçaide.

Evoca as missões no Congo e no Japão, «*terra que, com a lei divina, ilustrada será*» (4). À Índia vamos «*semear de Cristo a Lei*» e «dar novo costume e novo Rei» (5). Será pura coincidência antepor aqui a *lei de Cristo* a *novo Rei*? Sintomática é a declaração de João Martins, quando lhe perguntaram: «*Quem te trouxe a estoutro mundo | Tão longe da tua pátria lusitana*? *Vimos buscar* (respondeu) *do Indo a grâ corrente | Por onde a lei divina* se acrescente». E o berbere, encontrado na Índia, replica:

«*Deus por certo vos traz, porque pretende*
Algum serviço Seu por vós obrado;
Por isso, só, vos guia e vos defende.» (6)

O móbil religioso da viagem é insistentemente sublinhado... E, não menos, o significado de Ceuta:

«*Este é o primeiro rei que se desterra*
Da pátria, por fazer que o Africano
Conheça pelas armas quanto excede
A lei de Cristo à lei de Mafamede». (7)

---

(1) «Lusíadas», III, 58.
(2) «Lusíadas», IV, 100.
(3) «Lusíadas», IX, 2, 15.
(4) «Lusíadas», X, 131.
(5) «Lusíadas», VII, 15.
(6) «Lusíadas», VII, 25 e 31.
(7) «Lusíadas», IV, 48.

Parece que a pensar nos modernos desenraizados e nos estrangeiros de consciência metalizada ou carcomida pelo vírus da inveja, adverte:

> «*Não somos roubadores que, passando*
> *Pelas fracas cidades descuidadas,*
> *A ferro e a fogo as gentes vão matando*
> *Por roubar-lhes as fazendas cobiçadas.*» (1)

Depoimento precioso... para os tempos que correm. Em *fracas* e *descuidadas*, condena a violência e o abuso da força. E, nesta posição, recusa cantar os ambiciosos e exploradores, o que reforça a validade do seu testemunho:

> «*Aqueles sós direi que aventuraram*
> *Por seu Deus, por seu Rei, a amada vida.*» (2)

Também aqui é de saber se será ainda pura coincidência, ou ordem de valores e peso de razões... o antepor *seu Deus* a *seu Rei*. *O «Aqueles sós...»* é eloquente. E, assim, não deixa no olvido Henrique de Bona, morto na reconquista de Lisboa, nem Gonçalo da Silveira, nem Cristóvão da Gama que *perde a vida*, combatendo os Turcos, na defesa dos povos abexins, «de Cristo amigos» (3). Censura a negligência, como já se notou, no apostolado missionário:

> «*Dizei se sois* mandados, *como estais*,
> Sem irdes a *pregar a Santa Fé.*» (4)

Isto é muito diferente do que escreve António José Saraiva: «*Assim, o pensamento mais profundo e mais vivo de* «Os Lusíadas» *não é o expresso pelos seus heróis e pelas acções ferozes por eles praticadas, mas sim o representado pelo mundo gratuito dos seus deuses e deusas*» (5). Nesta altura, já o leitor está habilitado a ver quão *gratuito* é o asserto. Não obstante, apetece recordar o pensamento do Poeta, há pouco referido: *não somos roubadores que, a ferro e fogo, vão matando as gentes das fracas cidades descuidadas.* E de lembrar parece, também, a advertência de Camões: *os deuses só servem para fazer versos!* Aquele *só*... não situa a literatura acima dos valores da vida, que soam e ressoam n'«*Os Lusíadas*». O Épico era muito realista e muito positivo, embora não positivista *(avant la lêttre*... evidentemente). O seu entusiasmo pela arte não o cega nem arrasta para deplorável inversão de valores.

---

(1) «Lusíadas», II, 80.
(2) «Lusíadas», VII, 87.
(3) «Lusíadas», VIII, 18 e X, 93, 95 e 96.
(4) «Lusíadas», X, 119.
(5) *Ob. cit.*, 163.

Não é só n'«Os Lusíadas». Também na Lírica acentua a determinante espiritualista, na raiz da nossa dinâmica histórica. E daqui se tira, ainda, não ser «lugar-comum», nem simples eco da opinião pública, a qual todavia é formal desmentido à descoberta da última hora, que faz da religião apenas bandeira oficial, a *camuflar* ambições. Leiam-se estes versos das *Oitavas:*

«*Pois o zelo*, em virtude só fundado
De salvar almas da tartárea flama,
Com a água salutífera de Cristo,
Poderá porventura ser malquisto?»

Repare-se no *zelo de salvar*, fundado *só em virtude*, a sublinhar a nobreza de intenção. E, sublinhando, continua:

Quem quisesse negar tão grã verdade
Qual é o seu efeito, santo e pio,
Negue também ao Sol claridade
E certifique mais que o fogo é frio.»

É o que fazem certos negadores demolidores. Os versos testemunham a autenticidade da fé, a profunda convicção pessoal do autor. Já o Prof. Dr. Leite Pinto salientou, a propósito: «*Segundo os cronistas, a aventura dos descobrimentos foi impulsionada, em primeiro lugar, pela fé. O que eu, no entanto, desejo pôr em relevo é que estes sentimentos espirituais aparecem nas crónicas, expressos por gente de todas as classes. Da canalha aos fidalgos, todos vão em serviço de Deus e do príncipe. Isto quer dizer que os valores fundamentais da cultura portuguesa, quando iniciámos a expansão europeia, foram a fé e a honra*» (1).

Camões diz «honra e liberdade», no soneto *Os Reinos*. Europa cristã, diz Camões e, com razão, até porque a Europa foi Europa pela acção missionária, como acrescenta Leite Pinto: «*A Europa, tal como a conhecemos no mapa, foi obra dos monges. Os valores intelectuais e morais da civilização ocidental foram levados a todos os cantos da Europa, pela criação de verdadeiras colónias espirituais: os conventos. Cada casa-mãe de uma ordem religiosa foi metrópole de colonização. Cada convento foi centro de educação, de irradiação:* Ide e ensinai...» É, com efeito, o que gritam as fontes medievais, que guardam memória da construção da Europa. O gesto simbólico de Paulo VI, proclamando S. Bento padroeiro da Europa, em 24 de Outubro de 1964 e em Monte Cassino, não foi arbitrário nem gratuito (2).

O Prof. Leite Pinto fala de termos iniciado a ... *expansão europeia*. De facto, fomos os primeiros *europeus*. Os primeiros a pensar e proceder como membros da comunidade continental. Não assim Veneza e outros

---

(1) No jornal *A Voz*, 1-XII-1963.

(2) Os monges beneditinos predominaram, séculos, na Europa e chegaram a ser nela ordem quase única...

Estados contemporâneos que indignam o Poeta, por causa do seu egoísmo. Porque ameaça a Portugal e a toda a Europa, além de «açoute da Cristandade», Camões chama nomes vários aos muçulmanos. Maomé é «vaso de nequícia» e os seus povos sofrem de «túmida vaidade» (1). Os Mouros são «lobos tingitanos», na *Eglóga I.* E os sarracenos «maligna gente», como o árabe... «torpe Ismaelita» e «povo imundo».

Para se compreender esta linguagem, é necessário ter presente que a Cristandade e a Europa estavam de corda ao pescoço, perante o cerco religioso, económico e militar do mundo árabe e arabizado. Lúcida noção de tal perigo para o mundo cristão e europeu reflecte este passo de «Os Lusíadas», em que o Poeta foca a consciência orgulhosa que os muçulmanos tinham do seu poder, na fala de um deles:

> «*Nós temos a Lei certa que ensinou*
> *O claro descendente de Abraão*
> Que agora tem do mundo o senhorio,
> *A mãe Hebreia teve e o pai Gentio*». (2)

Aliás, também Camões tinha consciência do carácter absoluto do Cristianismo, que tanto justifica a *polémica* medieval e a *controvérsia* moderna, como o *diálogo* contemporâneo. Sem o reconhecimento do carácter absoluto da religião, o diálogo não é possível, é mesmo impensável. Da Europa fala o Poeta, do seu poder e das suas gentes, virtudes e defeitos: *dividida* e *soberba*. Lá vem a «inculta» Noruega, a «fria» Lapónia, a «ilha» Escandinávia, Prussianos, Danos, Suécios, Rutenos, Moscos, Polónios, Livónios, Saxões, Boémios, Panónios e Dalmatas. O mosaico dos nomes, com seu sabor original, reflecte mais que geografia e história, a civilização e cultura da Europa, a mentalidade e a língua portuguesas.

Mas a panorâmica alarga-se. Segue-se a Itália, a «clara» Grécia e Macedónia... e «outras várias nações, do Reno ao Danúbio. E também a Espanha que se engrandece, com diferentes nações, cuidando qualquer delas que é melhor. Esta, a Espanha, é a cabeça de toda a Europa (3). Cabeça, não apenas pela configuração geográfica, mas porque estava no comando e ao serviço da *Europa toda*, apesar das rivalidades das nacionalidades hibéricas, a que alude discretamente. Esta Europa sauda ou aponta, com certo orgulho:

> «*Vês Europa cristã, mais alta e clara*
> *Que as outras, em polícia e fortaleza.*» (4)

---

(1) «Lusíadas, VIII, 37 e 65.
(2) *Canto I*, 53.
(3) «Lusíadas», III, 10-11 e 17-18.
(4) «Lusíadas», X, 22.

A superioridade da Europa *entre as outras* partes do planeta, superioridade em poder e civilização, é reivindicada sem hesitações. E, «*quase no cume da cabeça da Europa toda*, fica o Reino Lusitano, onde «*a terra acaba e o mar começa*» (1):

«*Esta é a pátria minha amada...*»

E dela, da pátria e do que ela realiza, tanto na paz como na guerra, se ufana:

«*E folgarás de veres* a polícia
Portuguesa, *na paz e na milícia.*» (2)

Civilizados, os portugueses. E respeitadores do sagrado:

«*De toldos armada e leda, de arte*
Que bem mostra estimar o santo dia.» (3)

Povo fiel, a Deus e à pátria, o da Lusitânia, na sua lealdade simbolizado por Egas Monís, «claro espelho» para «leais vassalos»:

«*Determina de dar a doce vida*
A troco da palavra mal cumprida.» (4)

Portugal não está só ao serviço da Europa. Na África não via apenas uma ameaça de cerco, também a selva a cultivar e a gente a civilizar.

«*Vês África, dos bens do mundo avara,*
Inculta e toda cheia de bruteza (5);

Neste negro continente, «*jazem os povos a quem nega | O filho de Climene a cor do dia*». A frase, além do valor descritivo da cútis dos africanos, define-lhes a situação, no termo *jazem*, se admitirmos que traduz o seu milenário sono. Os seus povos *jazem*, estão deitados ou sepultos, no seu crónico imobilismo. É a «selvática gente, negra e nua», a «bruta multidão», «bando espesso e negro de estorninhos», «confiados nos seus ninhos», «as casas dos negros sem portas» (6). Assim, na África Oriental, no império de Benomotapa. Na África Central, «gente sem Lei, quase infinita». E o Poeta

(1) «Lusíadas», III, 20-21.
(2) «Lusíadas», VII, 72.
(3) «Lusíadas», II, 73.
(4) «Lusíadas», III, 37.
(5) «Lusíadas», X, 92.
(6) «Lusíadas», X, 92 e 94.

continua a mostrar-nos o mundo que espera algo de Portugal e a Portugal reserva trabalhos, sem conta nem medida:

> «*Andaríamos todos, quão perdidos*
> .....
> *Quanto a desesperar já compelidos,*
> *Por céus não naturais*, de qualidade
> Inimiga da nossa humanidade.»

Neste passo de «Os Lusíadas» (1), alude-se à severidade do clima da costa oriental da África. Vem, seguidamente, o imenso mundo da Ásia. Na Indonésia, os guéus «de selvagens vidas», que «*Humana carne comem, mas a sua | Pintam com ferro ardente, usança crua*». Nas Arábias, donde vêm «*Ligeiros* e ferozes» cavalos «de alta raça», «gente vaga e baça». Na Índia, «um reino Maometa e outro Gentio», a quem tem o «Demónio leis escritas». Entre o Ganges e o Indo, «várias nações», «quase infinitas». No Ganges morrem banhados muitos indianos, «tendo por certeza» que, «ainda que sejam grandes pecadores», esta «água santa os lava e dá pureza». Meliapor adora «os antigos ídolos» (2).

Não é esquecida a América, de polo a polo:

> «*Várias províncias tem de várias gentes*
> *Em ritos e costumes diferentes.*» (3)

O sentido da acção dos portugueses está indicado pelas necessidades dos povos, que o Poeta regista. Referindo-se ainda aos costumes da Índia, no *Canto VII*, sublinha:

> «*A lei* da gente toda, rica e pobre,
> *De fábulas formada se imagina,*
> *Andam nus e sòmente um pano cobre*
> *As partes que a cobrir a natureza ensina.*»

Na *lei de fábulas*, é assinalada a inanidade supersticiosa das crenças dos naturais *(da gente toda)*. Aflora ainda nos versos, como natural, a noção do pudor. E toca-se no melindroso problema das castas:

> «*Dous modos há de gente, porque a nobre*
> *Naires chamados são, e a menos dina*
> *Poleás tem por nome, a quem obriga*
> *A lei não misturar* a casta antiga.» (4)

---

(1) *Canto* V, 70.
(2) «Lusíadas», X, 100, 108, 121 e 126.
(3) «Lusíadas», X, 139.
(4) 37.

Esta discriminação racial tem implicações sociais, familiares e profissionais:

«*Porque os que usaram sempre um mesmo ofício,*
De outro não podem receber consorte;
Nem os filhos terão outro exercício
Senão o de seus passados, *até à morte...*»

E não lhe escaparam, como era de esperar, por notórias e lógicas, as repercussões religiosas:

«*Para os Naires é certo grande vício*
Destes serem tocados, de tal sorte
Que, quando algum se toca porventura,
Com cerimónias mil, se alimpa e apura.» (1)

Os *intocáveis* são os Poleás. E tal orgulho, cego e farisaico, compara ao dos homens da Palestina, no tempo de Jesus:

«*Desta sorte o judaico povo antigo*
Não tocava na gente da Samaria.»

É de notar o termo *tocava...* E também o *estranhezas* (que mostra quanto esta descriminação era chocante para a mentalidade portuguesa) nos versos da mesma estância:

«*Mais* estranhezas *inda das que digo*
Nesta terra vereis de usança vária.»

E a pintura prossegue:

«*Brâmanes são os seus religiosos,*
Nome antigo e de grande preminência,
Observam os preceitos tão famosos
De um que primeiro pôs nome à ciência,
Não matam cousa viva e temerosos
Das carnes têm grandíssima abstinência;
Sòmente no venéreo ajuntamento
Têm mais licença e menos regimento.»

Alude a Pitágoras, nìtidamente. E é manifesta a mordacidade da crítica... na *abstinência da carne* dos irracionais, em contraste com a licença para a

(1) «Lusíadas», VII, 38.

carne humana... Significativos são os vocábulos *licença* e *regimento*. E o humor salpica também a estância seguinte, a 41:

> «*Gerais são as mulheres, mas sòmente*
> *Para os da geração de seus maridos:*
> *Ditosa condição, ditosa gente,*
> *Que não são de ciúmes ofendidos.*»

É do *Canto II*, estância 46, esta concretização do sentido da empresa ultramarina dos lusitanos:

> «*Fortalezas, cidades e altos muros*
> *Por eles vereis, filha, edificados:*
> «*Os Turcos, belacíssimos e duros,*
> *Deles sempre vereis desbaratados,*
> *Os reis da India livres e seguros*
> *Vereis ao Rei potente subjugados;*
> *E, por eles, de tudo enfim senhores*
> Serão dadas na terra leis melhores.»

Segurança em terra e mar, segurança portuguesa e europeia *(fortalezas, altos muros, Turcos desbaratados...)*; libertação dos reis oprimidos pelos maometanos na Índia *(reis livres e seguros)* e novas *cidades* e *leis melhores* na terra, eis *o mundo que os portugueses criaram*. No plano moral, é de salientar, ainda, a medicina anti-racista, levada na alma e no sangue, a todos os cantos do planeta, pelos portugueses. Atitude natural e cristã (antes de política), reflectida na pessoa de Camões, mesmo nas suas fraquezas ou devaneios sentimentais. É ver as endechas a Bárbara, fosse ela indiana ou africana, nativa pura ou mestiça. O mesmo significado tem Dinamene, a cantada e chorada chinesinha...

O predomínio do espiritual está sublinhado em vários dos cantos de «Os Lusíadas». Assim, o Gama, enfrentando o *Adamastor*, vendo-se prestes a ser engolido pelas ondas, reza:

> «*Chama aquele* Remédio santo e forte
> *Que o impossível pode, desta sorte*»

Remédio, remédio *santo* e *forte*, omnipotente *(que o impossível pode)*, é Deus. O modo *(desta sorte)*, no caso concreto, é esclarecedor. Primeiro, apela para os precedentes. Evoca, antes de mais, a passagem do Mar Vermelho:

> «*Tu, que a todo Israel refúgio deste,*
> *Por metade das águas Eritreias.*»

A seguir, lembra o naufrágio de S. Paulo:

«*Tu, que livraste Paulo e defendeste*
Das sirtes arenosas e ondas feias.»

Depois, recorda o dilúvio e como nele foi salvo Noé (a quem chama *segundo povoador*), com os filhos e suas famílias, que fizeram o repovoamento:

«*E guardaste, com filhos, o segundo*
Povoador do alagado mundo.»

E, como argumento supremo, observa que a empresa é legítima, moralmente correcta e destinada exclusivamente a glorificar a Deus:

«*No fim de tantos casos trabalhosos,*
Porque somos de Ti desamparados?
Se este nosso trabalho não Te ofende,
Mas antes Teu serviço só pretende?» (1)

O *só pretende...* não carece de comentários; mesmo que nele haja algo de encarecimento poético, concorda com a tonalidade, insistente, do poema. E aí ficam apontadas as terras, por onde os *cavaleiros*, «com seu sangue intrépido e fervente» estenderiam «*não sòmente a lei de cima, mas ainda vosso império*» (2). (Mais uma vez, a fé *(lei de cima)* antes do império). Aí ficam indicadas algumas das «*mais remotas gentes onde o lume / Da Fé não chega, nem que tenham / Religião alguma se presume*» (3).

Nas longínquas terras da Índia, o sangue dos *cruzados portugueses* iria misturar-se com o de S. Tomé:

«*Chorou-te toda a terra que pisaste;*
Mais te choram as almas que vestindo
Se iam da santa Fé que lhe ensinaste.» (4)

Exemplo rutilante deste generoso sangue derramado, é o do missionário S. João de Brito. Missionar, para humanizar as «terras viciosas», é a missão histórica da nação. Lá está na estância 3 do *Canto VII.*

«*Vós, portugueses,* poucos *quanto fortes,*
Que o fraco poder vosso *não pesais;*
Vós que, à custa das vossas várias mortes,
A Lei da vida eterna dilatais.»

---

(1) *Canto VI*, 81-82.
(2) *Canto X*, 151.
(3) *Elegia VI.*
(4) «Lusíadas», X, 118.

Tal como hoje, não se pesam sacrifícios, nem poder. Não nos determina o economismo do *Deve e Haver*. Nem as terras nem as gentes estão em venda. Os valores humanos superam qualquer aritmética e não cabem em cálculos... Esta missão é acentuada, na mesma estância:

«*Assim do Céu deitadas são as sortes*
Que vós, por muito poucos que sejais,
Muito façais na santa Cristandade:
Que tanto, ó Cristo, exaltas a humildade.»

Sem arrogâncias, tem a noção das realidades, reconhecendo que os lusos são *poucos* e *fraco* o seu poder. Poucos, no mundo e na Cristandade:

«*Que tão* pequena parte *sois no mundo*
E no curral *de Quem governa o céu rotundo.*»

Mas, porque têm missão de Deus, faremos muita história com pouca gente, à custa de muito sacrifício *(à custa das vossas várias mortes)*. O contraste entre a limitação dos recursos e a grandeza da tarefa é uma constante da metrópole lusíada. E diz bem com a bandeira da nação, que Deus lhe «*deu por armas as que Ele para si na cruz tomou*» (1). Tudo está apontado na bela e rica pincelada:

«*Não faltarão* cristãos atrevimentos
Nesta pequena casa lusitana:
De África tem marítimos assentos,
É na Ásia mais que todas soberana,
Na quarta parte nova os campos ara,
E, se mais mundo houvera, lá chegara.» (2)

A obra não está concluída nem terminada (longe disso) a missão do país, até porque é lenta a marcha da história, necessàriamente lenta, se não quer sepultar de novo as gentes no caos da desordem, sob o signo da fome e da violência. Mas Portugal, olhando só ao que está feito, não falhou. Alheio a miopias indígenas ou peregrinas, Eugénio d'Ors o sublinha:

«*De Portugal, com efeito, provém metade da nossa história espiritual. Que digo...* da nossa? *De toda a história europeia. Disse, muitas vezes, que neste composto que tem o nome de cultura, a Europa apenas*

(1) «Lusíadas», I, 7.
(2) «Lusíadas», VII, 14.

apresenta, segundo uma análise rigorosa, dois corpos simples: Grécia e Portugal.»

Acode ao pensamento o *Diário de Lisboa*, que se cita de outiva ou memória, visando, em Março de 1960, *os que há um século usam de todas as lentes, para se verem nos espelhos estrangeiros, e choram de não termos um Pascal, Descartes, Bacon ou Spinosa, quando tivemos mais que isso, na pessoa do Infante D. Henrique...*

Camões cantou a revelação e o domínio do planeta pelo homem, através da gesta lusíada. Terá amanhã a conquista do cosmos o cantor que merecerá? Sabemos, sòmente, que um empreendimento precedeu e condicionou o outro, na ordem cronológica como no plano científico e técnico. E, desde já, se proclama que a conquista do espaço será sempre glória da Europa, na medida em que, sem a Europa (Portugal e Espanha particularmente, porque estiveram no comando dos descobrimentos), seria impossível, no plano histórico, a existência da América, como potência humana, cultural, económica e técnica. Nos espaços cósmicos haverá seres ou interesses humanos ou afins, a salvaguardar e promover? Incógnita carregada de mistérios... Mas nada repugna admiti-lo. Se um arquitecto não planifica um prédio de muitos andares e aposentos vastos e incontáveis, para só um destes ser habitado, é de supor que o Arquitecto do imenso cosmos estaria longe de reservar, para ser habitado, apenas o minúsculo aposento da Terra.

Como homem dos largos horizontes e das grandes esperanças, o cristão esclarecido não se perturba, confia e olha com optimismo tão vastas perspectivas, na fidelidade a si mesmo. Ainda nisto, deu exemplo Camões, em situação paralela. Vê cair colunas e desabar estruturas. Participa nos movimentos culturais do continente. Assiste aos fluxos e refluxos dum formigueiro de erros que, em vagas, assaltam todos os países e desorientam os europeus, divididos e queimados de paixões violentas e guerras sangrentas. Viaja largamente e contacta com povos, religiões, culturas, mentalidades, instituições e costumes diferentes e contraditórios. Não se mete na concha, abre as janelas, julga, aproveita e rejeita, enriquece-se de experiências e de estudo.

Mas nunca hesita, duvida ou tergiversa nos princípios. Não se abastarda, não se nega nem se rebela, não se contagia nem cria complexos, mantém, com exemplar firmeza, fidelidade à pátria, não obstante agravos, injustiças ou ingratidões. Em patriotismo, escreveu Alexandre Lobo, *foi formosura sem senão*. Alheio a xenofobias e a xenofilias, à idolatria do estranho e à superstição provinciana, recusa trocar a nossa por outras maneiras de humanidade, que nos tornariam irreconhecíveis e desprezíveis e seriam *por nosso dano*. Está na *Elegia X:*

> «*Se ao ver ritos, vidas* e maneiras
> *Tão diversos, que há aí* por nosso dano,
> *Nas apartadas gentes estrangeiras.*»

E o Poeta apela... e confia em que as gerações não venham a perder de vista os exemplos dos seus maiores. É nas *Oitavas (II):*

> «... *Ó grão Nuno, a eterna tua*
> *Memória causará, se me não engano,*
> Que qualquer teu menor tanto se estime,
> Que nunca possa ser senão sublime.»

A meta do sublime é um anseio. Nem todos poderão ser sublimes, mas ao alcance de todos está o serem, sempre, bons portugueses. Não tire a juventude os olhos dos caminhos apontados por Camões ... e não serão passos perdidos os seus passos. Verá que, realmente, «melhor que atirar pedras, é contemplar as estrelas». Estrelas... cintilantes são os valores humanos que soam e ressoam em Camões, com a delicadeza das filigranas, a virilidade do bronze e acentos de eternidade.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES (Silvério) — *Poesia*. Viseu, 1965.

ANJOS (Amador dos) — *Significado dos Lusíadas*. Lisboa, 1958.

BARROSO (Gustavo) — «*Os Lusíadas*» *de Luís de Camões*. Tavares Martins, Porto, 1965.

CAETANO (Marcello) — *Recepção e Execução dos Decretos do Concílio de Trento em Portugal*. Lisboa, 1965.

CALMON (Pedro) — *O Estado e o Direito n'«Os Lusíadas»*. Rio de Janeiro, 1945.

CAMPOS (Agostinho de) — *Camões Lirico*. Bertrand, 1923.

CARVALHO (Joaquim de) — *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XVI*. Coimbra, 1947.

CIDADE (Hernâni) — *Obras Completas de Luís de Camões* (Sá da Costa); *Luís de Camões o Lírico; As Cartas e o seu Conteúdo Biográfico*. Bertrand.

CORREIA (Maximino) — *A Medicina n'«Os Lusíadas»*. Coimbra.

COUTINHO (B. Xavier) — *Ensaios — Vária Camoniana*. Porto, 1941.

FERREIRA (Vergílio A.) — *Biblos*, XVIII. 1942.

FREIRE (António) — *Platão, Aspectos duma Filosofia*.

LOBO (D. Francisco Alexandre) — *Memória sobre... Luís de Camões*. Obras, I.

MICHAËLLIS (Carolina) — *Zeitschrift fur die Romanische Philologie, e Revue Hispanique*.

MOTA (Viana da) — *Pensamentos de Camões coordenados*. Porto, 1919.

MOUTA (J. Henriques) — *Escritores Portugueses e Sua Ideologia*, art. *Camões*. Viseu, 1963.

NEMÉSIO (Vitorino) — *A Poesia dos Trovadores*. Bertrand.

OSÓRIO (Julieta) — *Sem Rumo*. Porto, 1966.

PEIXOTO (Afrânio) — *Medicina d'«Os Lusíadas»*. R. de Janeiro, 1924.

PIMPÃO (Álvaro Júlio da Costa) — *Biblos*, XV (1939) e *Rimas de Luís de Camões*. Atlântida, 1961.

REMÉDIOS (Mendes dos) — *Camões e o Ideal da sua Obra* e *Camões Poeta da Fé*. Coimbra, 1924.

RODRIGUES (José Maria) — *Lírica de Camões* (Coimbra, 1932) e *Fontes de «Os Lusíadas»*. Coimbra, 1905.

SALGADO JÚNIOR (A.) — *Camões e «Sôbolos rios»*. Separata da *Labor*. Aveiro, 1936.

SÉRGIO (António) — *Ensaios*, IV. 1934.

Sousa (M. de Faria e) — *Rimas Várias de Luís de Camões*. Lisboa, 1685.

Storck (Guilherme) — *Vida e Obras de Luís de Camões*. Trad. de Carolina Michaëllis.

Veloso (Agostinho) — *O Homem em face de Deus*. Livraria Sampedro.

Viegas (Artur) — *Luís de Camões, Introdução a «Os Lusíadas», anotados para uso das escolas*. Porto.

Vieira (Afonso Lopes) — *Lírica de Camões* (em colab. com J. Maria Rodrigues) e *Nova Demanda do Graal*. Bertrand, 1942 (1).

(1) Remetemos ainda o leitor para: «*Platão*», número comemorativo do XXIII Centenário da sua morte, em «Revista Portuguesa de Filosofia» e *Apontamentos sobre «Os Lusíadas»*, por um curioso obscuro. Porto, 1910.

ÍNDICE ANTROPONÍMICO

Abraão, 39, 78 e 111
Agar, 108 e 114
Agostinho (José), 36
Agostinho (St.º), 114 e 118
Algazel, 86
Aníbal, 78
Anjos (Amador dos...), 19
António (Marco), 78
António (St.º), 88 e 107
Antero, 83-84
Ápio, 78
Aquino (S. Tomás de), 118-119
Arão, 109
Aragão (Francisca de), 75
Ariosto, 108
Aristides, 66
Aristóteles, 83-85 e 88-89
Arrais (Amador), 1
Ataíde (Luís), 92
Atila, 22
Averróis, 86
Avicena, 86
Bacon, 139
Bahaim (Martinho), 107
Baptista (S. João), 36
Bárbara, 136
Barros (João de), 107
Beatriz, 78 e 125
Bembo, 125
Benjamim, 78
Bento (S.), 131
Bernardes (Diogo), 38
Betsabé, 78-79
Bona (Henrique de...), 130
Boscan, 108
Braga (Álvaro de...), 71
Brito (S. João de...), 131 e 137
Brugger, 119
Cabral (Pedro Álvares), 2
Calvino, 27
Campos (Agostinho de), 103
Carlos V, 42
Carlos Magno, 39
Carvalho (Joaquim de...), 83-84, 86, 88, 112, 114, 116, 120, 121, 125 e 126
Castanheda (Lopes da...), 107
Castiglione, 125
Castro (Inês de...), 67
Catarina (Santa...), 35
Catarinas, 75
Cattel, 10
César, 5, 55 s. 59 e 108
Cícero, 22, 108, 114 e 121
Cidade (Hernâni), 11, 56, 76, 107, 108, 119, 125
Cimon, 66
Cipião, 56
Claudel (Paul), 15
Cleópetra, 78
Coelho (J. Prado), 16 e 111
Correia (Paio), 71
Comte (Aug.), 9
Cortegiano, 125
Cortesão (Jaime...), 127
Couto (Diogo do...), 84
Cunha (Maria Helena Ribeiro da...), 124
Dante, 2, 37, 83, 96, 108 e 125
Davide, 78-79 e 109
Demócrito, 87 e 108
Demóstenes, 66 e 108
Descartes, 83 e 111
Diná, 78
Dinamene, 136
Diógenes, 32
Diógenes (Vários...), 87 e 108
Dionísio (o Areopagita...), 24-25
Duarte (D.), 71
Empédocles, 86
Erasmo, 30 e 42
Esequias, 108
Fernando (D.), 67 e 79
Fernando (Príncipe), 68 e 71

Fernandes (Gil...), 71
Ferreira (António...), 37 e 107
Ferreira (Virgílio...), 112 e 121
Ficino (Marcílio...), 112, 115 e 125
Filelfo, 10
Formont (Máximo de...), 96
Francisco I, 39-41
Freud, 9
Gabelo, 108
Galvão (Duarte...), 107
Gama (Cristóvão da...), 130
Gama (Vasco da...), 2, 11-12, 67, 73 e 136
Garcilaso, 108
Garrett, 108
Gentil, 84, 96 e 111
Gil (Vasco...), 115
Góis (Damião de...), 107
Golias, 79 e 109
Gouveia (D. António Aires de), 3
Hebreu (Leão), 125
Henrique VIII, 42
Henrique (Conde D.), 44
Henrique (Infante D.), 71, 128 e 139
Henriques (D. Afonso), 20, 67, 127, 129
Heráclito, 86
Hertling (Ludov.), 114
Hispano (Gomes), 88
Hispano (Pedro), 88
Holanda (Francisco de...), 86
Holofernes, 108 e 115
Homero, 2, 13, 30 e 108
Horácio, 108 e 112
Inácio de Antioquia (Santo), 26
Isabel (Santa), 107
Isaque, 111
Ismael, 39
Jacob, 78, 109 e 111
Jeremias, 6
Jerónimo (S.), 22, 36 e 76
Jesus (Fr. Tomé de...), 1 e 37
João I (D.), 67, 71, 107 e 127
João II (D.), 8 e 108
Job, 110-111
Jorge (Ricardo), 74
José (Mestre), 107
Josué, 109
Judite, 10 e 115
Klibansky, 84
Landroal (Rodrigues), 71
Lapa (Rodrigues), 59
Lavoysier, 86
Leão Magno, 22
Leão XIII, 114
Leónidas, 108
Levi, 78
Lívio (Tito), 108
Lobo (Alexandre), 1, 84, 96 e 139
Loiola (St.º Inácio de...), 127
Lublock, 9
Lucas (S.), 108
Lucrécia, 78
Luís (S.), 39
Lutero (Martinho), 27, 30, 39 e 42
Macedo (Agostinho de...), 1
Mafamede, 130
Magalhães (Pedro de...), 56 e 92
Maomé, 80 e 132
Maria (D.), 75
Martins (João), 129
Martins (Lopes...), 71
Mateus (D.), 107
Mem Monis, 71
Mendes (João), 114
Meneses (Henrique), 72
Meneses (Miguel), 44, 46, 71, 109
Meneses (Pedro), 71
Michaëllis (Carolina), 113
Miranda (Sá de...), 33 e 37
Moisés, 108-109
Monçaide, 129
Natércias, 75
Nemésio (Vitorino), 115
Nouy (Leconte de...), 10
Nuno Álvares, 31, 69 e 71
Octávio, 56
Orósio (Paulo), 118
Osório (Julieta), 117
Ors (Eugénio d'...), 138
Orta (Garcia de...), 56 e 107
Ovídio, 86-87 e 108
Paciano, 26
Páris, 78
Pascal, 25
Paulo VI, 126 e 131
Paulo (S.), 102 e 137
Pavor (Geraldo Sem), 71
Pedro (Infante D.), 71 e 107
Pedro (Papa), 105 e 109
Peixoto (Afrânio), 115
Pelágio, 30
Pereira, 1
Pereiras, 69
Petrarca, 96 e 108
Pimpão (Álvaro Júlio da Costa), 112 e 128
Pina (Rui de...), 107
Pinto (Leite), 131
Pio II, 42
Pitágoras, 56, 108 e 135

Platão, 5, 32, 58-59, 84-86, 103, 112-114, 116, 119, 124, 126 e 139
Plauto, 108
Plínio, 108
Plutarco, 108
Poggio, 10
Portugal (D. Manuel de...), 94
Raimundo (D.), 128
Rafael, 36
Régio (José), 48
Remédios (Mendes dos...), 1, 3 e 15
Ribeiro (Bernardim...), 17
Rodrigo (Mestre), 107
Roupinho (D. Fuas), 71
Rousseau (J.J.), 30
Salgado (Júnior), 112
Salomão, 12 e 109
Sansão, 108
Sanches (Gil), 115
Sannazaro, 108
Sara, 78 e 109
Saraiva (António José...), 25 e 130
Sebastião (D.), 128
Serpa (Alberto de...), 48
Serrão (Manuel), 2
Silveira (Gonçalo), 127 e 130
Simónides, 108
Simproniano, 26
Siquém, 78
Sócrates, 114 e 125
Soeiro (D.), 71
Sólon, 108
Sousa (Luís de...), 1
Spinosa, 139
Storck (G.), 75 e 96
Tales, 86 e 108
Tarquínio (Sexto), 78
Tarquínio (Soberbo), 78
Tasso, 108
Tavares (Isabel), 75
Teles (Leonor), 79
Temístocles, 66
Teotónio (S.), 71
Teresa (D.), 67 e 78-79
Teresa (Santa), 108
Tétis, 5 e 11
Thompson, 120
Tito, 20
Tobias, 36 e 108
Tolentino (Nicolau...), 1
Tomé (S.), 137
Ulisses, 108
Urias, 78
Valla (Lourenço), 10
Vasconcelos (Jorge Ferreira de...), 107
Velho do Restelo, 68, 70 e 79
Verney (L. A.), 1
Vicente (Gil), 37 e 111
Vieira (P.e António), 1
Virgílio, 2, 13, 30, 55 e 108
Virgínia, 78
Zacarias, 108
Zêuxis, 108
Zorobabel, 109
Zuínglio, 27
Weiner, 10
White (Vitor), 10
Wolf (Christ.), 89

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS E ANALÍTICO

INTRODUÇÃO

Estudos camonianos; o primeiro «sistemático» e «crítico»; sem uma biografia segura; divergências, sombras e conspiração; génio e patriotismo; espelho do Renascimento em Portugal e da Idade Moderna; humanidade do grande poema; comunidade mundial, unidade e pluralismo; tábua de valores e sentido da existência; tarefa que espera por muitos...

I

HUMANIDADE E DIVINDADE 4

Nem incréu nem céptico nem fideísta; o que Deus é ninguém o entende; a ciência não suscita dificuldades à crença; não defensor da ignorância; o que mais importa; a Bíblia não é manual de ateísmo; as injustiças dos homens e a justiça de Deus; o mal, as contradições e os dramas da existência; a evidência do mal não anula a evidência metafísica do Invisível Evidente; o Épico sofre mas não se revolta; dá bons conselhos, antes de dar bons exemplos; fiel ao homem histórico...

II

POLITEÍSMO E MONOTEÍSMO 11

Os deuses, a poesia e a moda; paganismo, filho da fantasia e da cegueira; o verdadeiro e falso sagrado; a idolatria é dos bárbaros; o falso deus adora o verdadeiro; o paganismo de Virgílio e de Homero; nomes da Divindade em Camões; a crença em Deus é obséquio racional; o ateísmo é desvio da razão; a acção de Deus, pelas causas segundas; Deus não sabe errar; erros e castigos; providência não é fatalismo; fatalismo e Idade Média; Deus não é um *tópico*, mas a «última linha das coisas»....

III

CRISTIANISMO 20

O Deus de Camões; Deus «encarnado»; duas naturezas e uma pessoa; Ocidente, sinónimo de Cristandade; o que na alma deve andar, não precisa de papel; tratado da Encarnação, concentrado num soneto; elogio da pobreza cristã; Cristianismo e dignidade humana; uma obra de justiça e de amor; onde está a verdadeira glória; soteriologia; dívida e gratidão; testemunho dos elementos; o Deus de Camões e o de Pascal....

IV

CATOLICISMO 26

Anti-racismo na raiz; unidade e universalidade; diversas interpretações do Cristianismo; a gnose e o racionalismo; baptismo e crisma da Igreja Católica; neologismo de identificação; tópicos da teologia do pecado original; nem Lutero nem Rousseau; liberdade, antes e depois do acidente original; afectividade e inteligência e vontade; natureza e graça; guerra decidida no interior; Deus participa na luta; polémica entre Lutero e Erasmo; graça e liberdade; sinceridade religiosa; sacerdócio e vida religiosa; o bom pastor; mazelas e virtudes; a Missa e a Eucaristia; a verdade na confissão; mágoa do pecado; Purgatório, complemento da penitência; o primado do Papa; o culto dos santos; anjos bons ajudam e os maus perturbam; Nossa Senhora; teólogos leigos portugueses, no século XVI; zelo e polémica dum poeta...

V

IMORTALIDADE E SANÇÕES 43

Alma e vida; três notas de humanidade; carne e espírito; alma humana, distinta do corpo; criada por Deus e para Deus; é imortal; o homem, o anjo e o animal; a alma não migra como sonha a metempsicose; será julgada; sentido da existência; vida na glória; só existe um paraíso; Inferno, frustração total e definitiva; Limbo, terra da Esperança; no Inferno não se espera; riquezas e morte; como se perde o dinheiro e a alma...

VI

TÁBUA DE VALORES 49

Dinheiro e honra; pobreza não é miséria; avareza é doença; vendem-se pedaços do Inferno, por pouco dinheiro; dinheiro e corrupção; gente bruta põe o dinheiro acima da virtude; a felicidade está na alegria; honras, dinheiro e valor pessoal; o dinheiro é fidalgo; trabalho e pedagogia do sacrifício; dons da natureza e da nobreza; nobreza e responsabilidade; cultura e palradores; literatos enfadonhos e pretensiosos... com a universidade de Paris no ventre...; poesia e pintura; soldados e cultura; ciência e experiência; talento e estudo; a cegueira da vã ciência; os camaleões; a virtude falsa, inimiga da verdadeira; verdade e justiça; adulação do poder; justiça a todos e protecção aos fracos; cobardia; honestidade e sagacidade do homem de Estado; cobiça do poder, sinal de o não merecer; vilões mandões; primado do bem comum; o povo; liberdade antiga; autoridade e seu tom; amor materno; amor à vida; amor à pátria; medo e cobardia; traição e lealdade; guerra justa e injusta; paz e prosperidade e cultura; expansão ultramarina; homem e nação; dignidade humana; o homem camoniano; castidade; murmuração; a força do sexo fraco; manhas do amor; a moda; touradas; caça e desporto; fidelidade no amor; amor e crime; a paixão é cega; penitência, pecado e ocasião; combates internos; virtude e felicidade; virtude e beleza; temporal e intemporal....

VII

FILOSOFIA 89

Poeta filósofo; sofística e sofistas; tecnicismo vocabular; origem do mundo; erros de Gregos e Árabes; os quatro elementos; contra Demócrito e Tales; moral estóica e moral cristã; filosofia em Coimbra; guias do pensamento de Camões....

VIII

PSICOLOGIA 89

Observação e análise; o perigo está em nós; a transigência com a paixão não acalma; um bem inseguro; apreço dos bens perdidos; o fácil não se aprecia; pressão da vontade sobre a inteligência; duelo entre a razão e o apetite; razão e coração; equilíbrio instável; o amor não se rege pela razão; as emboscadas do amor; vitória do homem e da graça; triunfo sobre invejas e ingratidões; compensação entre faculdades; psicologia do medo; psicologia do choro; psicologia do sofrimento; a esperança é companheira do temor; temeridade não é esperança; a tristeza rói o ânimo; «espíritos» e espírito....

IX

PARÁFRASE DE SÔBOLOS RIOS... 96

História da alma humana; um dos mais belos poemas da Lírica universal; a mais alta expressão da filosofia de Camões; espelho da potência do espírito do Poeta; a grande metánoia; perspectiva nova, sonho novo e canto espiritual....

X

A BÍBLIA EM CAMÕES 108

Valores universais e suas fontes; alguns nomes portugueses; o *Ninguém* de Homero e o *Ninguém* de Garrett; ecos da Bíblia; mais pode a fé que a força; imagens inspiradas na Bíblia; soneto com fundo de Job e forma de Camões; redescoberta não, mas uma constante da cultura clássica portuguesa....

XI

PLATÃO EM CAMÕES? 113

História do «platonismo» em Camões; idealismo de Platão e realismo do Épico; cristianismo crismado de platonismo; o tópico dos olhos; o depoimento do cisne; Babilónia é tempo ou estado e não lugar; a alma vem de Deus; não se tome a nuvem por Juno...; Deus não é uma ideia... mas pode chamar-se-Lhe Ideia; amor platónico e amor cristão; o que faz subir o amor; reminiscência que é sinónimo de imaginação; SÔBOLOS RIOS... no contexto das obras do Poeta; linha não quebrada, a do pensamento cristão de Camões; admira... mas discorda de Platão, combate-o...

XII

MISSÃO DE PORTUGAL 128

Depoimento de Jaime Cortesão; para além da nacionalidade, a humanidade; sacrifício a Deus e ao Mundo; expansão e «serviço de Deus»; alma e pátria pelo mundo em pedaços repartidas; significado de Ceuta; não somos roubadores; positivo, mas não positivista; Epopeia e Lírica, paralelas e convergentes; Europa colonizada; S. Bento, padroeiro da Europa; Europa e Cristandade, de corda ao pescoço; Portugal e a Europa; panorâmica africana; América e Ásia; anti-racismo e duas pagãs no Paraíso; missionar para iluminar e humanizar; humildade e cristãos atrevimentos; muita história com pouca gente e muito sacrifício; missão ainda não terminada; Eugénio d'Ors e a sua análise...; o Infante, visto pelo «Diário de Lisboa» de 1960; espera-se o cantor da conquista do cosmos...; «formosura sem senão»; lição de Nuno Álvares: melhor que atirar pedras, é contemplar as estrelas.

LIÇÃO INAUGURAL DA CADEIRA DE CLÍNICA PEDIÁTRICA E PUERICULTURA 1966-1967

Iniciamos hoje o nosso trabalho na regência da cadeira de Clínica Pediátrica e de Puericultura da Faculdade de Medicina de Coimbra com o desejo e com a esperança de que ele seja caracterizado por uma franca e mutua cooperação.

Apresento a todos os meus cumprimentos, com votos sinceros por que todo este labor decorra em ambiente da maior harmonia e do mais desvelado interesse.

Esta nossa primeira lição vai ser consagrada a destacar a importância que a Pediatria e a Puericultura têm para a vida profissional do médico e para a vida da Nação e a definir algumas designações que importa ter sempre presentes.

A *Pediatria* é um ramo da Medicina que — podemos dizê-lo — nasceu na nossa época, visto que, efectivamente, só no século XX é que ela conquistou a sua independência e criou a sua autonomia, se bem que, no século XIX, se tivesse já começado a ensinar a higiene e as doenças da criança. Efectivamente, a primeira cátedra de Pediatria foi inaugurada em Stockolmo em 1848 e, antes do termo do século, também o ensino da Pediatria começou a fazer-se em diversas Universidades da França.

Em Portugal, a cátedra de Pediatria foi criada pela Reforma de Ensino de 1911. A de Lisboa teve como seu primeiro proprietário um Mestre de grande renome — o saudoso Professor Jaime de Salazar de Sousa — que, em 1916, iniciou o Ensino da Pediatria. Imediatamente depois, começou, no Porto, o ensino desta cadeira. Em Lisboa, sucederam ao Professor Jaime Salazar de Sousa os Catedráticos Castro Freire e Carlos Salazar de Sousa. No Porto, a cátedra foi sucessivamente ocupada pelos Professores Almeida Garrett e Fonseca e Castro. Em Coimbra, conclui, pelas consultas que fiz dos Anuários da Universidade, que as aulas só começaram, efectivamente, no ano escolar de 1917-1918; mas a primeira inscrição de alunos para a frequência das aulas da cadeira de Pediatria já havia tido lugar no ano lectivo de 1914-1915. Desse Anuário consta só um nome — o de Júlio de Sousa Refoios que, ao tempo, já era, também, 2.º Assistente da Faculdade de Medicina; porém, no Horário, não se encontra qualquer registo de qualquer aula nem o nome do Professor designado. No ano seguinte, 1915-1916, houve

três alunos inscritos e, quanto a aulas e professor, não houve qualquer alteração — tudo se passou como no ano anterior.

Em 1917-1918, começou a funcionar a cadeira com 23 alunos e foi seu professor o Doutor Morais Sarmento.

Foi no ano lectivo de 1918-1919 que o ensino da Pediatria foi confiado ao Professor Elisio de Moura. Assim continuou até Junho de 1928, sendo, então, o Prof. Elisio de Moura substituido pelo Prof. João Porto. Em 1936, tomou conta da cadeira o Prof. Lúcio de Almeida que ensinou Pediatria até Maio de 1966 (30 anos).

Foram estes os professores que deram relevo ao ensino de Pediatria nos três Centros Universitários e que a impulsionaram de modo a dar-lhe o relevo que hoje tem.

A Puericultura vem de mais longe. Passemos em claro toda a história da falta de protecção à Mãe e à Criança antes da era cristã. Façamos tábua-rasa das épocas em que o infanticídio e o sacrifício eram moeda corrente por motivos económicos, religiosos e de pura superstição e, até, para equilíbrio de representação dos sexos nas Tribus dos persas, cartagineses e antigos egípcios.

Lembremos, porém, o antigo código de Hamurabi, onde este príncipe mandou gravar em pedra (que hoje se encontra no Museu de Louvre) regras higiénicas da antiga Caldeia. Recordemos, igualmente, o papiro de Ebers (1550 A.C. que se encontra na Biblioteca da Universidade Leipzig) e que foi descoberto em 1862, pelo Prof. Jorge Ebers numa tumba de Tebas o qual contém regras de protecção alimentar à criança, da criação dos filhos legítimos, do amparo às famílias e que se ocupa da sua educação física, condensando o repositório das medidas da protecção feita pelos egípcios, especialmente no campo da profilaxia. Há um outro papiro — o de Berlim (existente no Museu de Berlim), escrito em 1450 A.C. e consagrado especialmente à saúde da criança.

Mais perto de nós, os 5 livros de Moisés que contém valiosas regras de higiene preventiva. No Velho Testamento, encontram-se referências à protecção à gestante e ao recém-nascido. O Talmud também se preocupava com a saúde e a medicina das crianças. No que toca aos indus, há que assinalar o célebre Rig-Veda em cujo vol. Jayur Veda e na sua 5 divisão se consagram regras de higiene da criança.

Recordemos que foi com o advento da civilização cristã que ressurgiram os cuidados pela criança. Foi ela que permitiu que fossem florescendo tantas instituições, criadas com o maior carinho, mas muitas das quais viveram sem respeito pela higiene da infância e que foram verdadeiras «antecâmaras da morte» de tantas crianças ali recolhidas. S. Vicente de Paulo aparece-nos, ao longo da sua vida, como um lutador iluminado contra a falta de protecção à criança. As «Rodas» que são quase do nosso tempo, foram muito justamente designadas por «berços da morte», «Caixas de infanticídios» e por «máquinas de supressão do Estado» (como Ramache propunha que se designassem).

Em Portugal, tal como no Brasil, tivemos triste experiência das «Rodas». Já no nosso tempo e na nossa vizinhança, assistimos ao que aconteceu com as «*Inclusas*» que bem mereceriam que se lhes afixasse o cartaz proposto por Merulla: «Aqui, morre-se a expensas públicas»! O Dr. António Muñoyerro lutou heròicamente e quanto poude pela modificação das Inclusas.

No Brefotropio da Anunciata, em Nápoles, num só ano, das 856 crianças admitidas houve 853 mortes, diz o Prof. De Toni. Ao lado dos Brefotropios para recolher meninos abandonados, havia Orfanotropios, destinados a receber órfãos.

Este termo *puericultura* parece não vir de muito longe. O Prof. Martagão Gesteira, grande mestre brasileiro de puericultura, afirma que o termo foi criado em 1750, há pouco mais de 2 séculos, por Ballexerd, médico suíço, de Genève (1726-1774) que escreveu um compêndio sobre «Higiene da gestante, da parturiente e do recém-nascido» e outro sobre «Educação Física das crianças desde o nascimento até à puberdade», que foi traduzido em Castelhano em 1765 (3 anos depois da edição francesa). Tive recentemente a felicidade de compulsar o primeiro que é obra rara, nos arquivos dum grande mestre da Pediatria europeia, mas não consegui topar com o termo, através das páginas que, cuidadosamente, folheei.

O conceito da puericultura tem evoluido através dos tempos e alargado contínuamente o seu âmbito. Para Caron, há 1 século, ela era «a arte de criar fisiológica e higièn icamente os recém-nascidos». Para se avaliar o que nessa época se pensava a tal respeito, recorda-se que este mesmo médico francês quando, em 1865, pretendeu ocupar-se de puericultura numa reunião médica de alto nível, em Paris, — a dos «delegados científicos das Províncias» — não foi autorizado a fazê-lo... para não provocar a hilariedade e para não comprometer o êxito da Conferência. Só 30 anos mais tarde, em 1895, o Grande mestre da Obstetrícia Francesa, o Prof. Pinard, conseguiu, pela primeira vez, ocupar-se da Puericultura na Academia de Medicina de Paris, apresentando uma «Nota Sobre a Relação entre o repouso da gestante e o peso do feto».

Pinard tinha da Puericultura uma mais lata concepção: «a ciência que tem por objectivo o estudo e a concretização das causas relativas à conservação e ao melhoramento da raça humana», — tão lata que mais parece uma definição Eugenia do que da Puericultura.

Martagão Gesteira, nosso contemporâneo, diz que é função da Puericultura proteger a criatura humana contra os perigos que a ameaçam, desde os primordios da sua formação e desenvolvimento até ao termo da infância e define-a, portanto, como:

«a parte da ciência médica que se ocupa em cultivar a vida e a saúde das crianças, esforçando-se por que cheguem ao Mundo sádias e fortes e se desenvolvam normalmente e bem, sob todos os aspectos, amparadas contra os múltiplos perigos que as ameaçam, resultantes de factores biológicos, ambientais e sociais».

O mestre brasileiro subdivide a Puericultura em *prévia* e *pós-natal*.

A *prévia* compreende e *pré-concepcional* (ou Eugenia) e a *pré-natal* (ou intra-uterina) e esta, por sua vez, é subdividida em *individual e social.*

A pré natal individual compreende toda a assistência à grávida desde a concepção ao parto e a *social* todas as medidas legislativas e organizações médico-sociais que lhe dizem respeito.

A *pós-natal* (ou extra uterina) também reveste as características *Individual e social* do mesmo género que a pré-natal e abrange a 1.ª, a 2.ª e a 3.ª infâncias.

A Puericultura moderna engloba, portanto, todo o período da vida humana desde antes da concepção até à adolescência e tem um carácter eminentemente preventivo. Os seus aspectos sociais tomaram, no nosso século, uma extraordinária importância e justo é, por isso, que, ao lado da Puericultura individual ou familiar, se coloque e se desenvolva a *Puericultura Social.* O Prof. Lelong diz que esta é a «*Medicina Preventiva Colectiva da infância*».

Repito o que já um dia disse:

«Assim concebida, a Puericultura Social é campo vasto onde se conjugam os esforços de médicos, de enfermeiras, de puericultoras, de assistentes sociais, de professores, de psicólogos e de pedopsiquiatras e onde cabem as vacinações, a epidemiologia, a nutrição, o crescimento e o desenvolvimento das crianças, os exames sistemáticos, a análise das estatísticas do nado-mortalidade, de morbilidade e da mortalidade infantis e, ainda, a educação sanitária da população» (S. Bessa, «O Médico, n.º 540, 1962).

A Pediatria também sofreu uma notável evolução, deixando de ser um ramo da medicina consagrado à criança doente: deixou de ser Pediatria clínica para abranger um carácter mais lato, de modo a criar jus à designação de *Pediatria Social.*

Como disse o Prof. Florencio Escardó, os problemas da Pediatria de hoje, em relação aos de há 20 anos, são não sòmente mais profundos, mas radicalmente diferentes — é, aliás, o que acontece em todos os ramos da Medicina, mas de forma muito mais evidente na Pediatria, por causa da «peculiar dinâmica que a presença da criança impõe a todo o acto médico».

A Pediatria não se limita a ser a medicina da criança, mas é verdadeiramente medicina prospectiva do homem, já que a criança é o futuro homem, em marcha continua, sem sobressaltos, para esse escalão e, portanto, o homem será tanto melhor quanto mais bem cuidada fôr a criança. E quanto melhor assistida ela fôr, mais se aliviam as tarefas dos psiquiatras, dos geriartras e dos sociólogos que se ocupam do bem estar da comunidade.

Por isso mesmo, o médico de crianças há-de ter sempre um sentido social a nortear a sua acção e, portanto, ao cuidar de cada uma, há-de fazê-lo não como se ela fosse uma entidade isolada, mas como um elemento de um grupo social.

«A Pediatria é a medicina dum sistema bio-social funcionante e cada dia deve tender mais decisivamente a sê-lo». «A medicina individual é, na realidade, a pior pediatria» (Fl. Escardo).

O pediatra que se limita a tratar a doença de que a criança sofre não conhece nada do que a pediatria pretende alcançar e realizar.

«Quem trata a doença actual duma criança, faz *clínica médica;* quem, por cima disso, reconhece, vigia e projecta esse transe no futuro psico-físico da criança e no presente bio-social, faz pediatria» (F. Escardó).

A *Pediatria Social* é uma aplicação à medicina das crianças da *Concepção Social da Medicina* que é característica do nosso século. É especialmente ao Centro Internacional da Infância e ao seu ilustre fundador, o Prof. Robert Debré, que se deve a criação e a difusão do Conceito da Pediatria Social. Esta abrange a criança sã e a doente, em função do grupo humano de que faz parte e engloba portanto a Pediatria Clínica e a Pediatria Preventiva. Foi o Prof. Henri Bonnet que organizou e dirigiu os primeiros doze cursos de Pediatria Social do Centro Internacional da Infância. Não se trata de uma nova disciplina, mas antes duma atitude de espírito do médico em face da criança. E é esta atitude de espírito que leva o médico moderno a aplicar os conceitos da Pediatria Social, mesmo no *campo individual* (Pediatria familiar) e até perante o seu doente de clínica privada. Neste campo, pode e deve fazer *pediatria clínica* e *pediatria preventiva.* Também nas obras que resultam do esforço colectivo ou público pode e deve fazer Pediatria clínica e Pediatria Preventiva.

Por via desta atitude de espírito, não se limitará o médico moderno a fazer um diagnóstico e a estabelecer um tratamento; mas considerará igualmente os factores ambientais do lar ou da região que possam ter gerado a doença; as condições económicas da família; as relações dos pais, filhos e outros elementos do agregado familiar; e, se há lugar para isso, a escolaridade, o comportamento social e mesmo a futura profissão.

É esse mesmo estado de espírito que o forçará à declaração da doença infecciosa à autoridade sanitária, se houver razão para tal; a aconselhar as medidas de higiene que o caso comporta; a fazer educação sanitária dos familiares no que toca aos contactos individuais, à higiene geral, às vacinações e à nutrição.

Quanto aos *aspectos colectivos da medicina da criança*, devemos considerar englobados nesta todos os esforços colectivos realizados a favor da parte jovem da população: hospitais, maternidades, creches, ninhos, parques infantis, escolas, cantinas, refeitórios para crianças, etc.. Por isso mesmo, à luz deste conceito, a Pediatria Social está intimamente relacionada com muitos outros sectores humanos, tais como:

estatísticas da morbilidade e da mortalidade da infância e dos adultos;

epidemiologia das infecções, das carências nutritivas, dos desiquílibrios alimentares e das doenças crónicas e acidentes e inferiorizações psíquicas e motoras da criança;

psico-sociologia da infância e métodos pedagógicos aplicados à criança;

salubridade do meio;

todas as especialidades médicas.

Se os hospitais, os Centros de Diagnóstico e Tratamento, os Centros de Reeducação, os Tratamentos a domicílio, a profilaxia e o tratamento da Tuberculose e doutras doenças visam particularmente a *criança doente;* as Campanhas Colectivas de vacinação preventiva, os esforços no campo da salubridade do meio, das consultas pré-natais, dos dispensários materno-infantis, das creches, dos ninhos, dos parques infantis, etc., dizem particularmente respeito à *criança sã.*

É esta consciência social que o médico moderno carece de possuir. É neste sentido amplo que hoje é encarada a Pediatria. É nesta via que têm de ser orientados os novos médicos. E a sua preparação pode fazer-se ao longo do seu curso, tanto junto do leito do doente, como em consultas dispensariais bem organizadas (frequentadas por crianças doentes ou por crianças sãs), como nas creches e parques infantis e até no próprio domicílio. Em toda a parte, surgem elementos para ajudar a criar no médico moderno este estado de espírito, este novo conceito da Medicina do nosso tempo.

«A Pediatria actual, já não se limita, na maioria dos países, a combater a mortalidade infantil. Essa é uma fase já ultrapassada: agora domina-a outra preocupação mais alta — a de garantir a ausência de doença e a de promover o crescimento e o desenvolvimento harmónico, do ponto de vista psíquico e somático, das respectivas crianças» (S. Bessa, Alocução presidencial na Soc. Port. de Ped., Dez de 1960).

De Toni, o grande mestre de Pediatria Italiana, afirmou, há alguns anos: «Cremos não nos enganarmos ao predizermos que, no futuro, vamos assitir a um desenvolvimento cada vez mais vigoroso da puericultura — de tal modo que a parte preventiva da medicina infantil assumirá uma importância igual, pelo menos, à da medicina curativa».

Por mim, creio que a Puericultura é já mais importante que a Pediatria.

A cadeira cuja regência me foi confiada abrange as duas. Preparemo-nos para as servir como o exigem as tendências do nosso tempo e como o impõem as condições sanitárias deploráveis que, neste sector tão importante da nossa população, se verificam em Portugal.

Convém lembrar que o médico geral tem de estar preparado para atender crianças doentes e para cuidar e guiar o desenvolvimento das crianças sãs e que, no nosso País, cerca de 35% da população tem menos 15 A — portanto mais de 1/3 da população a que terá de assistir será constituída por crianças.

A nossa missão, no ensino desta cadeira, não é de fazer especialistas de Pediatria; mas sim a de preparar médicos para saberem observar crianças; ajuizar do seu estado nutritivo; vigiar o seu crescimento e o seu desenvolvimento; diagnosticar e tratar os desvios mais correntes da sua saúde, cooperar activa e conscientemente na resolução dos problemas sanitários nacionais do sector materno-infantil.

Para conseguir obter dos futuros médicos esta cooperação consciente e activa, é preciso criar no estudante de medicina o espírito da prevenção, a preocupação da medicina preventiva, dar-lhe noções de ecologia humana. Este conceito fundamental das inter-relações do homem e do seu meio se

é certo que há-de dominar todas as disciplinas, é particularmente importante na de Pediatria e de Puericultura. É preciso que o médico moderno se familiarize com as incidências sociais e económicas da doença no indivíduo, na família e na colectividade e vice-versa. Manter viva, ao longo da sua actuação profissional, esta chama da medicina preventiva, esta preocupação da prevenção das doenças e dos acidentes e da prevenção da saúde nos indivíduos e nos grupos populacionais a que assiste, em complemento da sua acção terapêutica, é dever inalienável do médico moderno. Todos os médicos, tanto especialistas de vários ramos como os não especializados ,qualquer que seja o lugar onde exerçam a sua profissão, têm um sector importante de medicina preventiva a realizar. Não carecem, para isso, de ser funcionários da Saúde Pública. A sua acção, neste campo, deve ser de cooperação constante com estes. E bom será, também, para que a resolução dos problemas seja mais perfeita e mais rápida, que o médico de Saúde Pública não ignore, como tantas vezes sucede, os colegas que exercem nas zonas onde vai actuar.

Se é certo que o público é cada vez mais exigente no sentido de se lhe garantir uma medicina curativa cada vez mais perfeita, não é menos verdade que ele exige também cada vez mais que os médicos estejam preparados para evitar a doença, fazer a recuperação e promover a saúde. As campanhas de rastreio e de vacinações profilácticas colectivas, mesmo as realizadas entre nós, têm demonstrado que o público das nossas aldeias e das nossas cidades colabora francamente nelas, o que significa que está preparado não só para aceitar, como para exigir estas actividades médicas preventivas.

Pelo que toca à Pediatria e a Puericultura, Portugal precisa cada vez mais que todos os médicos colaborem activamente no esforço sanitário a realizar nos sectores da assistência à grávida, à parturiente, ao recém-nascido, ao lactente e aos outros períodos da infância. Todos podem e devem fazê-lo sem que, para isso, careçam de ser especialistas.

Pela minha parte, hei-de ter a preocupação de que os alunos que por aqui passem se não encontrem na mesma situação em que estavam os clínicos gerais americanos quando, em 1959, tiveram de responder ao inquérito da Academia Americana de Medicina — 80% declararam-se possuidores de insuficientes conhecimentos respeitantes ao desenvolvimento da Criança, à sua nutrição e comportamento e à atitude que perante ela deviam tomar. Espero que os alunos tenham a mesma preocupação.

As nossas taxas de *partos sem assistência do médico e da parteira, de nado-mortalidade, de mortalidade neo-natal, de mortalidade peri-natal, e de mortalidade infantil* são extraordinàriamente elevadas em relação às de todos os países da Europa e, por isso mesmo, há necessidade de promover um forte esforço sanitário, com a cooperação de todos os médicos, para que o mais ràpidamente possível se modifiquem as nossas actuais condições.

Para que os senhores possam tomar consciência do problema, vamos analizar o nosso panorama sanitário neste sector:

A nossa taxa de partos sem assistência de médico nem de parteira manteve-se, até 1958, sempre a cima de 60% e só depois disso tem vindo a descer

muito lentamente, chegando, em 1964, a 46,8‰. Ora, o número total de partos anda à roda de um pouco mais de 200 mil por ano. Em 1962, foi de 205.332. E, nesse ano, foram 110.055 os que se realizaram sem assistência de médico nem de parteira! E em muito maior número, com certeza, foram as grávidas que não tiveram a mais elementar assistência pré-natal.

Não admira, portanto, que a taxa da nado-mortalidade, a da mortalidade materna e a da mortalidade neo-natal e peri-natal tenham sido tão elevadas — as mais elevadas da Europa.

Antes de prosseguir, vamos definir estas designações, mesmo partindo do princípio que a maioria dos alunos já as conhece.

Chama-se taxa de *mortalidade materna* o número de mortes de parturientes ou de puerperas, por causas relacionadas com a gravidez e o parto, em relação a 1.000 partos.

Quanto à *nado-mortalidade*, não vai longe o tempo em que o produto da concepção expulso sem manifestações de vida se chamava *nada-morto* ou *aborto*, conforme tinha ou não tinha figura humana e caracteres sexuais que permitissem fàcilmente afirmar o sexo. Mandava assim a lei portuguesa. Aqui, como nos demais países, só eram registados, para efeitos estatísticos, os nado-mortos; dos abortos, nenhum país se ocupava para efeitos estatísticos. O conceito do nado-morto, porém, não era e continua a não ser o mesmo em vários países e, por isso, as estatísticas internacionais se não podem confrontar sem um forte factor da correcção que não é fácil fixar.

Efectivamente, enquanto nós consideravamos como nado-mortos os fetos expulsos sem vida e com 4 meses de gestação ou pouco mais (quando já são verificáveis os elementos que apontei), noutros países só se consideravam como tais os que tinham viabilidade, portanto os que tinham cerca de 6,5 a 7 meses de gestação. A nossa estatística era agravada por esta diferença de conceitos quanto ao limite inferior do *nado-morto*, incluindo fetos que morriam e eram expulsos entre os 4 meses e os 6,5 ou 7 meses de gestação, que os outros países não registavam. Quanto ao limite superior, também havia fortes diferenças: nós incluíamos sòmente os que nasciam sem qualquer manifestação de vida; mas, em alguns países, podem registar-se como nado-mortos quer os que não vivem mais de 24 horas (Espanha) quer os que falecem antes do 3.º dia (França).

Esta diferença no limite superior do conceito do nado-morto, pelo que respeita à Espanha e à França, devia anular a que provinha do limite inferior; mas como a taxa da *mortalidade infantil* (número de crianças falecidas com menos de 1 ano de idade em relação a 1.000 nado-vivos) é um índice considerado de muito mais valor para apreciar o estado sanitário de um país do que a dos nado-mortos, os países que seguem o critério acima apontado subtraem à taxa de mortalidade infantil todas as crianças que falecem ora nas primeiras 24 horas, ora nos primeiros 3 dias. E o número é importante porque quanto mais baixa é a idade da criança, mais frequentes são as mortes.

Tudo isto levou a O.M.S. a recomendar a uniformização dos conceitos do nado-vivo e do nado-morto e a substituir, nas estatísticas oficiais, esta

designação pela de *Morte-Fetal*, aconselhando, para tanto, a marcação de 4 grupos de duração de gravidez (a contar do 1.º dia do último cataménio e por períodos completos de 7 dias — o 1.º com menos de 20 semanas de duração; o 2.º com 20 a 28 semanas de gestação e o 3.º com mais de 28 semanas, e o 4.º em que são incluídos as gravidezes cuja duração se não pode determinar. Assim, as mortes fetais designar-se-iam por *precoces*, *intermédias* ou *tardias*, conforme pertencessem a gestações com duração que as incluissem, respectivamente, no 1.º, 2.º ou 3.º grupos. O nosso país procedeu conforme a recomendação (o que nem todos fizeram...) publicando o Decreto-Lei n.º 44 128 de 28 de Dezembro de 1961.

Depois desta data, para efeitos de estatísticas oficiais, somos obrigados a registar *todas* as mortes fetais, sejam elas precoces, intermédias ou tardias. O nosso antigo *aborto* devia corresponder, mais ou menos, às nossas actuais *mortes fetais precoces*.

Quanto à *taxa da mortalidade infantil*, tem havido a preocupação de subdividir os seus registos de harmonia com a preponderância dos factores que originam a morte das crianças no 1.º período e nos que se seguem durante o primeiro ano. Assim, é hoje regra correntemente observada em todos os países apresentar a taxa da mortalidade infantil subdividida em mortalidade *neo-natal* e *pós-neo-natal*.

O limite superior do período de vida a que correspondem às *mortes neo-natais* não é uniforme: alguns hospitais, maternidades ou países adoptam o 7.º dia, outros o 10.º e outros o 28.º. Portanto, a *taxa da mortalidade neo-natal* será dada pela relação entre os que morrem, em cada ano, nos primeiros 7, 10 ou 28 dias (conforme o caso) e 1.000 nado-vivos. Há ainda quem separe, dentro da mortalidade neo-natal, a *precoce ou hebdomadaria* (respeitante à 1.ª semana e que é, também, chamada obstétrica) e a *tardia* ou *pós-hebdomadária*, englobando as mortes verificadas entre o 7.º e 28.º dias.

A *taxa da mortalidade pós-neo-natal* obtém-se relacionando as mortes verificadas entre o 7.º, 10.º ou 28.º dia (conforme o caso) e o 365.º dia de vida com 1.000 nado-vivos.

Quando se comparam estatísticas de vários países ou diversas instituições, é necessário saber como elas são organizadas, isto é, como são obtidos os dados que serviram à sua elaboração.

As causas mais importantes da morte das crianças, no período neo-natal, não são as que originam as do período pós-neo-natal. Enquanto que nesta preponderam as que constituem os perigos infeccioso e alimentar, naquela são sobretudo as que pertencem aos perigos genético, congénito e obstétrico.

Ora, como estes três últimos influenciam conjuntamente as mortes fetais e neo-natais, passaram a estudar-se sob a mesma rubrica umas e outras, com a designação de *mortalidade peri-natal*.

O Prof. Menchaca, da Argentina, diz que foi Pfaunder que, em 1939, ofereceu esta designação ao mundo médico, incluindo nela os nado-mortos e os que morriam durante o 1.º mês de vida.

Os limites inferior e superior do período peri-natal não são os mesmos para todos os autores e, daí, a necessidade de nos prevenirmos ao considerarmos os dados estatísticos publicados.

Uns autores americanos consideram o *período peri-natal I*, outros o *período peri-natal II* e outros arranjam outras variantes.

Os que se seguem o *período peri-natal I* incluem nele mortes fetais desde 1.000 grs. de peso (isto é, a mortalidade fetal tardia) e os recém-nascidos falecidos nos primeiros 7 dias após o parto.

Os que adoptam o *período peri-natal II* metem nele os fetos mortos com mais de 500 grs. e os recém-nascidos que morreram dentro dos primeiros 28 dias, de vida extra-uterina.

Quer dizer: os do *período peri-natal II* abrangem muito maior número de mortes.

Edith Potter, por sua vez, inclui na mortalidade peri-natal os fetos mortos com 400 grs. (5.º mês) e mais os recém-nascidos que morrem até ao 10.º dia.

Todos fazem a taxa em relação a 1.000 partos.

A O.M.S. recomenda o *período peri-natal I* mas em relação a 1.000 nado-vivos e não em relação a 1.000 partos (nado-vivos ou não), ao contrário do que faz a Academia Americana de Pediatria.

Julgo não estar ainda defenida oficialmente a duração do período peri-natal. Há recomendações da Academia Americana de Pediatria e prosseguem os estudos do Sub-Comité de peritos da O.M.S..

A partir de 1955, a conferência sobre Arquivo e Estatística (U.S.A.) tem realizado muitos trabalhos tendentes à verificação de dados, discutindo, entre outros, estes pontos extremos:

a) Componente da morte-fetal — a partir das 20 ou das 28 semanas
b) Componente da morte-pós-natal — até ao 7 ou até ao 28.º dia da vida extra-uterina.

Como um 1/4 das mortes fetais e neo-natais, nos U.S.A., ocorre em fetos ou recém-nascidos que tiveram gestações inferiores a 28 semanas, não se compreende que só comecem a contar-se, para fins estatísticos, os de 28 ou mais semanas de gestação.

Cerca de 8% das mortes neo-natais por causas pre-natais ocorrem depois do 7.º dia; mas, por outro lado, há muitas crianças que morrem entre o 7.º e o 28.º dias, por causas pós-natais (infecções e outras).

Além disso, com a curta estadia dos recém-nascidos nas Maternidades e Hospitais a seguir ao nascimento, a estatística é mais rigorosa usando o limite do 7.º dia, do que alargando-o para o 28.º.

Por isso, a Conferência, em 1956, dicidiu-se pelo limite das 20 semanas em relação aos fetos e 7 dias em referência aos recém-nascidos.

As Conferências dos cuidados Materno-Infantis da Associação Médica Americana, realizadas em Filadélfia, em 1957, e em Chicago, em 1960, mantiveram os limites de 20 semanas e de 7 dias — portanto, o limite inferior do período II e o superior do período I.

Em 1960, afirmou-se, em relatório de peritos da O.M.S.:

«Ainda não há uma disposição internacional oficialmente adoptada pela O.M.S.».

«Há tendência para fixar as 28 semanas; mas no limite superior, as opiniões divergem entre o 7.º e o 10.º dia».

O Prof. Robert Debré diz que é mais dignificativa que a mortalidade peri-natal, a *mortalidade feto-infantil*, abrangendo as mortes fetais e as mortes verificadas durante o primeiro ano da vida (em relação a 1.000 partos, naturalmente), tendo a sua componente *dura* (mortes fetais e mortes do 1.º mês) e a sua componente *lábil* (do 1.º ao 12.º mês).

Efectivamente, a mortalidade fetal interessa-nos igualmente, quer se trate da tardia, da intermédia ou da precoce.

Qual é a situação de Portugal em relação a estes elementos? No que respeita à *mortalidade infantil*, temos taxas muito altas — as mais altas da Europa; mas, pior do que isso, é a *linha de tendência* com que se opera a descida.

Desde o trabalho de Huntington, em 1915, se tem proclamado que a taxa da mortalidade infantil é inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento do País.

Há 33 anos, Debré e colaboradores classificaram, assim, as taxas de mortalidade infantil dos diversos países:

Muito forte	— superior a 100
Forte	— de 99,9 a 70
Média	— de 69,9 a 40
Fraca	— inferior a 40

Arbelo, pediatra espanhol, propôs os seguintes valores, mais consentâneos com a realidade, depois das descobertas das sulfamidas e da penicilina:

Muito forte	— superior a 60
Forte	— de 59,9 a 40
Média	— de 39,9 a 20
Fraca	— inferior a 20

Segundo este conceito, a nossa taxa continua a ser *muito forte*.

Temos ainda (1964) 68,4‰ no Continente e 75,3‰ nas Ilhas Adjacentes.

Em 1963, quando tínhamos 72,5‰ só a Yougolavia se nos avantajava, com 77,5‰.

A Espanha, a Grécia e a Itália tinham, então, taxas respectivamente, de 41,4, de 40,4 e de 39,5‰. Todos os outros países as tinham abaixo de 30 e a Suécia havia atingido 15. Quer isto dizer que por cada 100 crianças nascidas vivas na Suécia, em 1963, não tinham chegado a morrer 2, em média, ao fim de 12 meses! A nossa taxa era 5 vezes superior à deste país e 3 vezes

mais elevada que a da França. Quanto à linha de tendência, os cálculos matemáticos mostram que, se não se modificarem as coisas, só em 1975 atingiremos taxas que já hoje estão ultrapassadas em muitos países. Ora, depois da última guerra mundial, mercê das descobertas no campo dos antibióticos e do avanço realizado no das vacinas profiláctica, a descida, em muitos países, fez-se como que em cascata!

A taxa da mortalidade infantil é um índice sanitário e demográfico muito importante porque a criança está exposta aos múltiplos factores ambientais do país e pode servir para apreciar o desenvolvimento dos seus serviços de Saúde Pública, o seu nível de vida e os seus progressos económicos. Quanto piores estes forem, mais alta será essa taxa; portanto, será inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento dos países.

A nossa taxa é considerada *muito forte*. Neste grupo, acompanham-nos sòmente 4 outros países europeus: Albânia, Polónia, Roménia e Youguslávia.

A Taxa da *mortalidade neo-natal* também é muito elevada entre nós. Passámos para baixo de 30‰ em 1928, para logo voltarmos a subir e mantivemo-nos acima dela até 1953. Desde então até 1964, baixou, com algumas oscilações para 26‰. Quando, em 1963, tínhamos 26,4‰, tinha a Itália 21, a Inglaterra 14, a França 12 e a Holanda 11.

A componente *pós-neo-natal* (do 1.º ao 12.º mês) é 5 vezes mais alta que a da França e 15 vezes mais elevada que a da Suécia. Nela, têm larga representação os prematuros que correspondem, entre nós a 7 a 10% dos partos ocorridos, que é como quem diz a 14 a 20 mil prematuros em cada ano. A taxa da mortalidade dos prematuros, quando não há assistência especializada, é de 50%; quando ela existe, pode baixar a 25% e até a 15%.

Estas duas componentes — neo-natal e pós-neo-natal — não descem paralelamente. As causas que as geram são diferentes como já disse e, enquanto que a pós-neo-natal obedece francamente a medidas de higiene e de profilaxia, a neo-natal é mais renitente, mesmo nos países de melhores condições sanitárias. Quer dizer que nem mesmo nestes as 2 curvas são paralelas. A da mortalidade pós-neo-natal cruza a da neo-natal tanto mais ràpidamente quanto mais elevado é o grau de sanidade do país.

A Suécia que trouxe a sua taxa de mortalidade infantil para 17‰ nado-vivos, fê-lo, sobretudo, à custa da redução de mortes do período pós-neo-natal; a do período neo-natal continua renitente e representa hoje 75% das mortes infantis.

Nos U.S.A., de 1915 a 1955, também a redução da mortalidade pós-neo-natal foi muito superior à neo-natal. Na raça branca, passou de 60 para 6‰ nado vivos, enquanto que a neo-natal passou sòmente de 45 para 18‰.

A França só em 1956 conseguiu que o número de mortes que ocorriam entre o 28.º e o 365.º dias fosse inferior ao dos que ocorriam entre o nascimento e o 28.º dia. A mortalidade neo-natal só então passou a representar 50% das mortes infantis. De 1936-38 a 1952-55, a primeira sofreu uma redução de 53% e a 2.ª só baixou 28%.

Em Portugal, infelizmente, as duas curvas são quase paralelas e não podemos prever quando é que a mortalidade pós-neo-natal virá a cruzar a da neo-natal.

Igualmente elevada é a nossa *taxa de mortalidade fetal* — a dos antigos abortos e nado-mortos — tanto no seu valor absoluto como em relação às dos outros países. Já em 1950, na Europa, nós estavamos à cabeça ou quase dos demais países. E nem admira, já que a consulta pré-natal só em alguma cidades se faz com certa regularidade, (embora sòmente a um reduzido número de grávidas) e que os partos sem assistência de médico ou de parteira estiveram sempre acima de 50% até 1963. Só a partir desta data baixaram para 49,6 e para 46,8%

Do mesmo modo também a mortalidade dos *grupos etários de* 1 *a* 4 *anos* é muito elevada. Estes grupos são particularmente influenciados pelas carências alimentares e pelo baixo nível de vida da população. Enquanto nós temos uma taxa de 8,5‰, a Yougulávia tem a de 4,6 e os outros países estão abaixo de 2 ou de 1. E 5 vezes mais alta que a da França e 9 vezes mais elevada que a da Suécia.

Se formos analizar as causas de morte das crianças, entre nós, veremos, com profundo desgosto, que é no sector das *doenças evitáveis* que os números são menos favoráveis ao nosso país. A tuberculose, a difteria, a tosse convulsa, etc., continuam a registar altos valores letais que já se não vêem nos outros países.

Quais são as consequências de tudo isto?

Deixando de lado a situação internacional que, por esta via, nos é criada, estas perdas de vidas em tenra idade, associadas a uma tendência para a redução da taxa de natalidade e a *um aumento da duração média da vida* levam forçosamente a um *envelhecimento da população*, o que, do ponto de vista demográfico e económico, tem sérios inconvenientes. As percentagens dos indivíduos de menos de 14 anos tem vindo a baixar (em qualquer dos 3 grupos etários: 0-4 A; 5-9 A e 10-14 A). A percentagem dos indivíduos de menos de 19 A passou, em meio século (de 1900 a 1950), de 43,3 para 38,3.

Os saldos fisiológicos anuais de 100 a 128 mil vidas não podem servir para nos iludir a este respeito. Eles provêm essencialmente duma taxa de natalidade (que, a despeito da redução sofrida, ainda é alta) e da redução da taxa da mortalidade geral. Esses saldos mascaram os graves problemas das mortalidades específicas. (Dr. Santos Reis).

Àqueles elementos temos que juntar o que se tem passado nos últimos anos — a mobilização dos rapazes para o nosso Ultramar e a emigração maciça dos elementos mais válidos da população que agravam a taxa da natalidade e elevam a percentagem dos velhos.

Como poderemos melhorar a nossa situação a este respeito?

Podemos enunciar, dum modo geral, as medidas a pôr em prática.

1.º — Melhorando a consulta pré-natal, estimulando o seu interesse e alargando-a ao maior número possível de grávidas;

2.º — Aperfeiçoando a assistência técnica às parturientes, quer se trate de parto no domicílio quer do que se realiza na Maternidade;
3.º — Garantindo uma melhor assistência médica às crianças, sobretudo à primeira infância e especialmente aos recém-nascidos, em dispensários e em hospitais.
4.º — Multiplicando as cheches, os parques infantis, os ninhos, as colónias de férias.
5.º — Montando em novos moldes a saúde escolar.
6.º — Intensificando a educação sanitária;
7.º — Modificando os factores sociais e económicos.

Os 3 primeiros grupos de medidas estão inteiramente relacionados com o número, a preparação técnica e a formação dos nossos médicos no sentido da medicina preventiva.

E não só dos médicos, também das enfermeiras e das enfermeiras-parteiras-puericultoras. Isto implica reforma do ensino médico e de enfermagem, criação de centros e sua ampliação para a formação de pessoal para a assistência obstétrica, ginecológica e pediátrica.

Igualmente importante é a organização dos serviços, particularmente dos da periferia.

É necessário que tudo isso se modifique, de modo a garantir o êxito do que nos propomos conseguir.

O 4.º e o 5.º são de grande importância dada a nossa penuria nesses campos.

O 6.º é um extraordinário valor. É necessário preparar as grávidas, as mães e os seus familiares para uma activa e consciente cooperação com os médicos e o demais pessoal que tem a seu cargo a saúde pública. Sem ela, pouco se poderá conseguir. Nela compreendemos a puericultura eugénica ou preconcepcional e intra uterina ou pré-natal e a puericultura pós-natal, abrangendo nesta os problemas da higiene geral da infância, os da nutrição, imunização, etc..

O 7.º é de acção mais lenta, mas seguramente de grande importância.

Nos «Raports Techniques» da O.M.S. n.ºs 51 (1952), 115 (1957) e 331 (1966) encontram-se as propostas e as justificações de quanto há a fazer em defesa da maternidade e da infância.

Nem tudo se poderá resolver, no que toca ao combate às causas de morte da criança; mas muito se poderá conseguir.

Steer e Kojar agruparam essas causas quanto à mortalidade peri-natal, em 3 grupos:

a) *Provàvelmente evitáveis* — as doenças maternas os traumas obstétricos e 30% das doenças fetais.

b) *Possivelmente evitáveis* — As complicações devidas ao cordão, ao descolamento prematuro da placenta, à placenta prévia e à imaturidade.

c) *Inevitáveis* — Anomalias congénitas e causas desconhecidas.

Sabemos, porém, que, neste último grupo, há factores ambientais geradores de anomalias congénitas sobre os quais se podem aplicar com êxito medidas profilácticas. Aqueles autores calculam que são evitáveis, na época actual, 60% das mortes. É este o objectivo *ideal* a alcançar com medidas apropriadas.

Na puericultura pós-natal, também são muitas as mortes evitáveis.

Debré e colaboradores, já em 1929, se preocupavam com as *mortes evitáveis* das crianças e proclamavam que muitas se poderiam evitar se as crianças fossem melhor assistidas e se outra fosse a organização económica e social da França.

Um inquérito parisiense, feito em 1949, mostrou que de 596 mortes péri-natais verificadas em 5 maternidades e cujas histórias foram cuidadosamente estudadas, 23 eram evitáveis, 43 provàvelmente evitáveis e 160 talvez evitáveis. Portanto, 17,6% eram seguramente evitáveis e 38% talvez o tivessem sido.

No inquérito de Nova York, em 1950, incidindo sobre 250 nado-mortos, 500 mortos de 0-6 dias e 250 mortos de 7 a 30 dias, concluiu-se haver 35% de mortos evitáveis (Kohl).

Ora, mesmo sem inquérito, pode-se afirmar, sem correr risco de errar, que, se nos inquéritos das maternidades de Paris e de Nova York, as mortes evitáveis atingiram 35 e 28%, entre nós a percentagem das mortes evitáveis será muito mais elevada. E como, na nossa estatística, estão particularmente sobrecarregadas as mortes por causas evitáveis, fàcilmente se conclui como está ao nosso alcance baixar intensa e ràpidamente os números que respeitam à morte das crianças portuguesas.

E, como diz Sauvy, «mesmo sem haver uma subida da taxa da natalidade, uma fraca taxa de mortalidade infantil só por si contribuirá para manter a juventude da Nação».

Pois o combate à nossa taxa da mortalidade infantil e a luta antituberculosa continuam a ser em Portugal, os mais sérios problemas da Saúde Pública. O da Tuberculose está em via de solução. A taxa da mortalidade infantil ocupa, agora, lugar cimeiro — é o problema número um da nossa Saúde Pública: há que atacá-lo sem demora; ele deve ser dominado como o foi em muitos países.

Conhecemos as técnicas para conseguir tal objectivo. Não há senão que pô-las em prática.

JOSÉ DOS SANTOS BESSA

LIVROS SEGUIDOS NA CADEIRA:

UGARTE — *Manual de Medicina Infantil* — 2.ª edição, 1966.

NELSON — Tratado de Pediatria — 2 volumes.

LÚCIO DE ALMEIDA — *Lições de Pediatria.*

BIBLIOGRAFIA

MARTAGÃO GESTEIRA — *Puericultura* — Brasil.

MARIA CAROLINA DE ALMEIDA SANTOS MONTEIRO — *Origem e Evolução da Pediatria* — Tese — Lisboa, 1963.

OM.S — Rapport Technique 199 — *Groupe d'études sur l'enseignement de la Pédiatrie.*

—— 269 — *Stimulation du médicin praticien pour la médicine preventive.*

—— 51 — *Groupe d'éxperts de la maternité.*

—— 115 — *Groupe d'éxperts de la protection maternelle et infantile.*

—— — 331 — *Groupe d'éxperts de la maternité et du rôle de la Sage femme.*

X Congresso Internacional de Pediatria — Lisboa, 1962.

COURRIER — (C.I.E. — Paris) — vol. XV, n.º 5, Maio 1965, António Arbelo, «La Mortalité Infantile en Europe».

Congresso Beirão — Coimbra, 1965 — SANTOS BESSA — *Para uma melhor protecção das crianças das Beiras.*

«O Médico», N.º 540, 1962 — SANTOS BESSA — *Panorama actual da Puericultura.*

Revista Portuguesa de Pediatria e Puericultura — Ano XXV, n.ºs 9 e 10, 1962 — SANTOS BESSA — *Mortalidade peri-natal.*

Anuários Demográficos — I. N. Estatística.

Informação Social — Ministério da Saúde e Assistência — vários números.

GIUSEPPE BARETTI
E AS SUAS «CARTAS DE PORTUGAL»

I

ESBOÇO BIOBIBLIOGRÁFICO

Giuseppe Baretti nasce em Turim em 25 de Abril de 1719. Os seus primeiros estudos são irregulares, marcados pela repressão paterna que lhe recusava o acesso a determinadas matérias do seu agrado. A autoridade do pai continua a manifestar-se na escolha sucessiva de carreiras que não atraem o jovem, desenhando-se assim, desde muito cedo, um conflito permanente entre pai e filho que culmina com o abandono do lar pelo rapaz quando, aos dezasseis anos, lhe falta a mãe.

Começa então para Baretti um período de vida instável e errante, mas verdadeiramente formativo. Sabemos que os seus interesses se tinham dirigido para a poesia cavaleiresca italiana e que fizera muitas leituras, mas estas pecavam por falta de orientação. Anos depois, no seu periódico LA FRUSTA LETTERARIA, escreverá: «Ho letti da fanciullo e da giovane tutti quegli autori comunemente da noi chiamati di Crusca, e se non tutti, la maggior parte, come ancora molte centinaia di quelli che non sono di Crusca». Como observa Jonard, até aqui «ele acumulou sem escolher [...], mas está a fazer para o futuro uma vasta colheita de palavras e locuções toscanas» [1].

Os contactos que de ora em diante vai ter com figuras do mundo literário da época, abrem-lhe consideráveis horizontes culturais.

Logo em Guastalla, onde se recolhe na casa de um tio, trava conhecimento com o poeta humorista Carlo Cantoni [2], que lhe deixa marcas suficientes para que Baretti o recorde com apreço por toda a vida como seu

---

[1] NORBERT JONARD, *Giuseppe Baretti, l'homme et l'oeuvre*, p. 21.

[2] Natural de Novellara, 1674-1752. Embora seja, na literatura italiana do séc. XVIII, uma das muitas «vozes menores» da poesia, é certo que o seu volume de *Rime* (publicado póstumo, em 1752, por um editor de Milão) contém várias composições apreciáveis: por ex., um soneto em louvor de S. Francisco de Sales, mais tarde imitado por Giuseppe Parini; uma série de fábulas satíricas contra a nobreza, a riqueza e as modas; um grupo de doze sonetos sobre a infelicidade do amor sensual; etc.

mestre de poesia. Foi com efeito ele que fez despontar no aprendiz de escritor a admiração por Berni e o desdém pela Arcádia.

Com Tagliazucchi [1], de novo em Turim, beneficia da experiência clássica deste professor da Universidade, que com os teorizadores árcades se opunha ao gosto barroco.

E seguem-se estadias noutras cidades. Em Veneza (1738-1739) conhece a celebradíssima Luísa Bergalli Gozzi, os irmãos Gozzi, bons cultores da tradição linguística italiana face às inovações e às licenças que se delineavam por parte dos iluministas; em Milão (1740-1742) liga-se de amizade com o dr. Gian Maria Bicetti, com o conde Giuseppe Maria Imbonati, com Gian Carlo Passeroni, Domenico Balestrieri, e sobretudo com o poeta milanês Carlo Antonio Tanzi e Don Remigio Fuentes, isto é, com toda uma plêiada de onde haveria de sair o núcleo central da Academia dos «Trasformati». Volta a Turim, passa a Cúneo onde lhe facultam um emprego, num incessante deambular pelo Norte de Itália.

Entretanto Giuseppe Baretti, que se dedicara todo à poesia de imitação bernesca, começa a produzir trabalhos de circunstância, com alguns dos quais colabora na colectânea burlesca de Balestrieri *Lacrime in morte di um gatto*.

Nesta fase, embora a sua personalidade literária se encontre ainda em embrião, já podemos descobrir no nosso piemontês algumas ideias que manterá sempre e, especialmente, a figura humana que irá sobressair mais tarde, com as suas características de moralista e batalhador perfeitamente vincadas.

A motivação dos seus primeiros escritos não é fundamentalmente artística: escreve pelo prazer puro de escrever, para desafogar o seu ardor combativo contra um bom adversário, ou muito simplesmente numa tentativa para arranjar o dinheiro que lhe faz falta.

Surgem assim em Veneza as LETTERE DI GIUSEPPE BARETTI TORINESE AD UN SUO AMICO DI MILANO SOPRA UN CERTO FATTO DEL DOTTOR BIAGIO SCHIAVO DA ESTE (1747), três cartas em que o autor procura humilhar o P.e Schiavo, que lhe enviara um soneto anónimo cheio de impropérios.

Ainda do mesmo ano e princípios do ano seguinte são as TRAGEDIE DI PIER CORNELIO TRADOTTE IN VERSI ITALIANI CON L'ORIGINALE A FRONTE... (Veneza). Da tradução em si, o próprio Baretti dirá ao amigo Don Francesco Cárcano em 1763: «quel mio Cornelio [...] che mi ricordo benissimo che lo feci italiano per danari e non per fama acquistare» [2]; as três cartas-prefácio, pelo contrário, têm sido repetidamente assinaladas desde Luigi Piccioni como um notável antecedente da «Frusta», não só pelo tom que

---

[1] Girólamo Tagliazucchi, natural de Módena (1674-1751). Em Turim ocupou até 1745 a cátedra de Eloquência Italiana. A sua posição ideológica apresenta três tópicos bem definidos: tendência petrarquista; ligação com os Árcades da «colónia» de Bolonha; luta contra o uso da mitologia em literatura.

[2] In *Scritti scelti, inediti o rari di Giuseppe Baretti*, Milano, 1823, vol. II, p. 24.

assumem, mas também pela afirmação de alguns princípios básicos do autor [1].

Em 1750 publica-se em Milão o PRIMO CICALAMENTO DI GIUSEPPE BARETTI SOPRA LE CINQUE LETTERE DEL SIGNOR GIUSEPPE BARTOLI INTORNO AL LIBRO CHE AVRÀ PER TITOLO: *LA VERA SPIEGAZIONE DEL DITTICO QUIRINIANO*, libelo em que se ataca ferozmente certa erudição ociosa dos arqueólogos e o tempo perdido com a «letteraria ciarlataneria»; e pouco tempo depois vêm a lume LE PIACEVOLI POESIE (Turim, 1750), «corbellerie che non valgono un fico», segundo as palavras da «Lettera dell'autore» na reedição de 1763.

Mas o tempo havia passado e, com mais de trinta anos, Baretti não encontrara a estabilidade económica nem a projecção artística que ambicionava. Como muitos escritores italianos do século XVIII, sente o fascínio da Inglaterra, pátria da liberdade e do avanço cultural. O seu conhecimento da realidade britânica era nessa altura escasso, mas as dificuldades encontradas em Itália para conseguir uma colocação, as inimizades que contraíra com as suas frequentes polémicas, principalmente contra a figura egrégia de Bártoli, decidiram-no, depois de algumas poucas leituras, como o *Spectator* de Addison [2], e do seu encontro com lorde Charlemont, a emigrar para o país onde lobrigava boas perspectivas de trabalho.

Vai lá ficar nove anos (1751-1760), dos quais restam poucas notícias, porque o seu epistolário particular é reduzidíssimo; a crítica é no entanto unânime em afirmar que o autor deve ter passado bastantes dificuldades nos primeiros tempos. Sabemos que teve um emprego no «Teatro Italiano», donde teria saído por alguma incompatibilidade com o director. Baretti, que chegara a Inglaterra pràticamente desconhecedor da língua, como nos diz nas «Lettere Familiari» [3], começa a estudar o inglês com afinco, obtendo em pouco tempo óptimos resultados. Passa então a exercer a actividade de professor de Italiano e principia a escrever em inglês.

As obras que publica nesta época definem-se pelo carácter eminentemente pedagógico e de divulgação da língua e cultura da Itália.

Passamos a citá-las por ordem cronológica:

— A DISSERTATION UPON THE ITALIAN POETRY IN WHICH ARE INTERSPERSED SOME REMARKS ON MR. VOLTAIRE'S ESSAY ON THE EPIC POETS (Londres, 1753).

— A HISTORY OF THE ITALIAN TONGUE IN THE ITALIAN LIBRARY, CONTAINING AN ACCOUNT OF LIVES AND WORKS OF MOST VALUABLE AUTHORS OF ITALY... (Londres, 1757).

---

[1] Principalmente estes dois: o teatro francês é superior ao teatro italiano (não esqueçamos que Baretti escrevia antes de Vittorio Alfieri); a poesia rimada é incomparàvelmente superior à poesia sem rima. Os chamados *versiscioltai* tiveram sempre em Giuseppe Baretti um adversário irredutível.

[2] LUIGI PICCIONI, «Baretti prima della *Frusta Letteraria*», p. 154.

[3] Veja-se a carta 11.ª.

— A DICTIONARY OF THE ENGLISH AND ITALIAN LANGUAGES, este acompanhado de *Prefazioni al dizionario delle lingue italiana ed inglese*, (Londres, 1760).

Em Londres, o temperamento individualista do piemontês afasta-o dos seus patrícios lá residentes, e o desejo de conhecer bem a vida do país, e provàvelmente a vontade de se lançar entre os espíritos cultos da cidade, leva-o a travar relações com as personalidades locais mais em foco.

Penetra no círculo de Samuel Johnson, o homem que mobilizava os interesses intelectuais do tempo. Aí encontra o romancista Richardson, o juiz Fielding, o pintor Reynolds, Garrick, célebre actor e intérprete de Shakespeare; mas é o contacto com Johnson que verdadeiramente lhe será proveitoso. Mais adiante deter-nos-emos nesta questão fundamental nos estudos barettianos, mas podemos assinalar desde já que o conhecimento desta figura, com a qual tinha aliás algum parentesco espiritual, faz cimentar no nosso autor ideias que ele trazia de Itália mais ou menos indecisas e abre-lhe novos centros de interesse.

O que é realmente essencial nestes anos ingleses de Baretti é a orientação mais séria e positiva que o seu pensamento vai sofrer. Em 1754 escreve ao cónego Agùdio: «Della poesia ne faccio molto moderato uso; e una tenebrosa meditazione di Sherlock o di Young sopra la morte, o una fredda e filosofichissima dissertazione morale di Tillotson o di Johnson, ti dico il vero, calonaco [1], mi cominciano a quadrar più che non tutto il *nonsenso* del Petrarca e del Berni, che un tempo mi parvero il *non plus ultra* dell'umano intelletto» [2].

No entanto, se o autor evoluíra, não perdera contudo muitas das suas características de juventude: entre elas, um certo espírito de aventura. Deste modo, quando consegue juntar algum dinheiro e lhe é proporcionada uma ocasião de viajar acompanhando Edward Southwell até Veneza, abandona o país em que se acolhera. Parte, certamente, com a convicção de que a sua bagagem cultural lhe daria lugar a movimentar ideias na pátria, a ser útil, a fazer uma carreira.

Chega a Itália em 1760, depois de uma viagem de alguns meses através de Portugal, Espanha e França, que lhe forneceria matéria para editar dois anos mais tarde as LETTERE FAMILIARI DI GIUSEPPE BARETTI A' SUOI TRE FRATELLI FILIPPO, GIOVANNI E AMEDEO (1.º tomo: Milão, 1762; 2.º tomo: Veneza, 1763). Envolvido numa série de problemas com a censura, de que trataremos no devido lugar, Baretti resolve lançar em Veneza um «foglio» periódico que, à semelhança dos inúmeros jornais ingleses, principalmente do já mencionado «Spectator» de Addison e dos dois publicados pelo dr. Johnson

---

[1] *calonaco* é forma obsoleta, já no século XVIII, por *canonico* (= cónego).

[2] Carta ao cónego Giuseppe Candido Agudio, Londres, 15 de Abril de 1754, in *Opere di Giuseppe Baretti*, a cura di Franco Fido, p. 1011. As palavras citadas vêm a p. 1013.

(«Rambler» e «Idler»), fosse uma forma de actuação directa na sociedade, de um guia de gosto literário e poético, uma forma de democratização da cultura. Com a criação da figura de Aristarco Scannabue, um velho cheio de experiência e de sensibilidade artística espontânea, que critica segundo um sentimento pessoal próximo do do público vulgar, Baretti atinge talvez o seu ponto mais alto no campo das Letras.

Mas a combatividade da sua perspectiva e a invectiva frequente originam-lhe diferendos de várias ordens, que vão das inimizades pessoais aos conflitos diplomáticos. A vida do jornal resultou, pois, efémera: iniciado em Outubro de 1763, os Reformadores do «Studio» de Pádua proibem a sua publicação «per oggetti di prudenza» [1], em Janeiro de 1765. Refugiado nos Estados Pontifícios, o autor faz sair mais alguns números com data falsa, desenvolvendo uma campanha contra Appiano Buonafede, que o tentara difamar em *Il bue pedagogo*.

De novo sem grandes possibilidades de continuar a sua vida em Itália, resolve regressar à ilha que já o recebera uma vez (1776); e as ideias que levava exprimem-se claramente na carta a Chiaramonti, de Fevereiro de 1766: «Dato che avrò fine a quelle due opere, addio lettere italiane, non ci vo' più pensare, e vo' immergermi di nuovo nelle lettere inglesi pel resto de' miei anni, ché allora avrò fatta la parte mia ver la patria, e non avrò più a rinfacciarmi di non aver procurato con tutte le mie forze di migliorarla e di renderla un miglior soggiorno che non è.» [2]

Em Inglaterra reata as antigas amizades e vai gozar então de uma certa estabilidade e até de alguma projecção: um triste caso de homicídio em que se vê envolvido mostra a onda de solidariedade que gerou entre personalidades influentes na capital britânica. E dando ao irmão Filippo notícias da sua vida literária, afirma: «Il Re medesimo ha letta la mia opera, e ha dichiarato che gli è piaciuta; né v'è persona rinomata per letteratura in questa città che non si pregi ora della mia amicizia» [3]. Embora para um encargo puramente honorífico, é nomeado, por decreto real, Secretário para a correspondência estrangeira da «Royal Academy of Painting, Sculpture and Architecture», dirigida por Joshua Reynolds. Faz algumas pequenas viagens ao continente, mas até ao fim da vida vai-se manter na sua «segunda pátria», e é lá e para os Ingleses que continua a sua tarefa de escritor, embora não totalmente divorciado da Itália, que aliás tenta fazer conhecer nas suas obras.

Sai dos prelos em 1769 AN ACCOUNT OF THE MANNERS AND CUSTOMS OF ITALY; WITH OBSERVATIONS ON THE MISTAKES OF SOME TRAVELLERS, WITH REGARD TO THAT COUNTRY, em que Baretti responde e procura invalidar as más opiniões de Samuel Sharp sobre a Itália.

---

[1] Archivio dei Riformatori allo Studio di Padova, Filza n.º 32. Publicada por Achille Neri, em *Giuseppe Baretti e i Gesuiti*.

[2] In «SCRITTI SCELTI, INEDITI O RARI...», ed. cit., vol. II, p. 108.

[3] Carta de 26 de Março de 1768, *ibidem*, p. 150.

De 1770 é a versão inglesa das «Lettere Familiari», aparecida sob o título de A JOURNEY FROM LONDON TO GENOA, THROUGH ENGLAND, PORTUGAL, SPAIN AND FRANCE.

Dois anos depois surgem TUTTE L'OPERE DI NICCOLÒ MACHIAVELLI, SEGRETARIO E CITTADINO FIORENTINO, CON UNA PREFAZIONE DI GIUSEPPE BARETTI (em três volumes), onde se tenta analisar o pensamento político de Maquiavel e onde são especialmente importantes as páginas dedicadas à questão linguística italiana.

O DISCOURS SUR SHAKESPEARE ET SUR MONSIEUR DE VOLTAIRE, escrito em francês e publicado no ano de 1777, uma das suas obras mais apreciadas e que levou alguns críticos a descortinarem em Baretti facetas pré-românticas, é uma ousada contestação dos méritos de Voltaire como crítico do dramaturgo inglês, bem como do seu conhecimento de línguas estrangeiras. Neste trabalho, «composto per acquistar fama e non per interesse» [1], o nosso Autor expõe de uma forma perspicaz e interessante as suas ideias sobre o problema da tradução.

Segue-se mais um trabalho de finalidade didáctica, a SCELTA DI LETTERE FAMILIARI FATTE PER USO DEGLI STUDIOSI DI LINGUA ITALIANA (2 vols., 1799): são oitenta e seis cartas, todas de autoria de Baretti, menos uma de Annibal Caro, apresentadas sob hipotéticos nomes de italianos conhecidos e dadas a público como bons exemplos de língua.

A última obra que edita é mais uma polémica, desta vez em defesa de Johnson: STRICTURES ON SIGNORA PIOZZI'S PUBLICATION OF DOCTOR JOHNSON LETTERS (1788).

No ano seguinte, a 5 de Maio de 1789, o escritor falece em Londres.

* * *

Pelo panorama muito geral que acabamos de esboçar, vemos que Giuseppe Baretti teve uma vida como a de muitos homens modernos da sua época: viagens, entre as quais uma longa permanência em Inglaterra; contactos e intercâmbios sociais e ideológicos; interesses variados em certa medida cosmopolitas; confiança em si próprio na expressão dos seus juízos.

Como autor, contudo, a figura que caracterizámos apresenta simultâneamente um aspecto ora versátil ora monolítico, que, se atrai algumas vezes, explica também os seus fracassos. Baretti é capaz de dirigir a sua atenção para todas as coisas, mas tem, no entanto, uma típica rigidez de princípio nas suas apreciações.

Procuraremos sublinhar o que resulta de tão bizarra combinação de factores.

---

[1] Carta de 5 de Maio de 1777, à Condessa Angioletta Gozzi-Ferrigo, *ibidem*, p. 272.

II

A CRÍTICA BARETTIANA

A) O PAPEL DE LUTADOR

Embora à primeira vista pudéssemos imaginar que Baretti, pela sua actuação crítica, se teria tornado uma espécie de condutor das consciências dos seus contemporâneos, tal não sucedeu verdadeiramente. A audiência que alcançou em Itália, e mesmo em Inglaterra, veio-lhe muito mais da sua vivacidade polémica do que das ideias professadas durante a sua vida de escritor. Deixadas por Boswell, lembramos as palavras de Samuel Johnson: «Baretti tem poucos argumentos, mas segura-se bastante bem com eles».

De facto, o nosso Autor não foi um cerebral ou um pensador e as suas ideias definem-se mais pela insistência com que são expressas, do que pela originalidade programática com que são apresentadas.

Ao fazermos uma apreciação global da produção barettiana, acabamos por averiguar que a sua preocupação máxima é o homem, mas o homem vivo, integrado numa sociedade que é possível e interessa cultivar e civilizar: «La mia principal faccenda» — escreve na *Frusta Letteraria* a 15 de Outubro de 1763 — «fu sempre di esaminare gli uomini vivi [...], senza mai buttar via troppo tempo in ammucchiare incertezze ed inutilità.» O papel do indivíduo humano é social (o que, aliás, é sentença bem antiga e consagrada), e, dentro do grupo em que se insere, cada um tem a obrigação de contribuir de algum modo para o bem-estar da comunidade, até escolhendo profissões úteis que seja capaz de desempenhar convenientemente: vale mais um bom sapateiro do que um poetastro, diz ele a cada passo.

Portanto, a mundividência de Baretti traduz-se na actuação prática e despreza as especulações filosóficas. Quando toma o encargo de publicar um periódico literário, um dos seus cuidados é o de divulgar a ciência, digamos, aplicada. Dotado de uma enorme capacidade em se interessar pelas coisas novas, o seu gosto pelo imediato e pela sensação é tão dominante que quase lhe impossibilita o abeirar-se demorada e persistentemente dos problemas, para os analisar e depois resumir as conclusões de uma forma lógica e sistemática; e esta falta de concentração dirigida impede-o de construir uma estética literária, ficando os seus juízos críticos a flutuarem na esfera bastante vaga do ocasional. Por vezes, quando nos asseguramos da sua assistematicidade ou o ouvimos preferir as verdades comuns às regras complicadas dos eruditos, julgamos desvendar um ideário onde coubesse uma estética da espontaneidade; mas isso provém mais da nossa tendência instintiva para sistematizar, do que de uma orientação conscientemente seguida pelo Autor. Em Baretti, temos de concluir, a imediatez da opinião

é muito mais uma disposição temperamental que se exterioriza, do que um critério alicerçado em normas e objectivado posteriormente.

Como quer que seja, «fez-lhe falta uma ideia definida da Poesia e da Arte» [1] e dos esquemas mentais que daí surgiriam, porque, a par de algumas verdades muito felizmente intuídas, apresenta uma série de conceitos incompletos, não suficientemente coordenados numa visão orgânica, ou até contraditórios, estando o Autor confiado apenas em certa sugestão momentânea que o arrebata, sem grande atenção à continuidade de uma linha a seguir. Os seus escritos — como explica Franco Fido, o mais recente e autorizado editor das obras de Baretti — «non riflettono tanto il progressivo maturare e arricchirsi di una mente capace di riconoscere nel «presente» di ieri il «passato» di oggi, quanto una serie di presenti sostanzialmente irrelati, ottimisticamente goduti di volta in volta per la loro supposta conformità a una astratta costante etico-psicologica: quel «buon senso» che è sembrato a più di un critico la chiave del caso Baretti» [2]. O «bom senso» e uma firme confiança na boa qualidade do seu gosto bastaram-lhe geralmente durante toda a vida, mesmo quando se transformou no Aristarco da *Frusta Letteraria*, ficando a sua produção de crítico assaz prejudicada, já que, não existindo uma verdadeira coerência e ligação entre os diversos momentos em que opina, não conseguimos libertar-nos de uma vaga e molesta sensação de descontinuidade. Os seus juízos não se completam, não se desenvolvem nem evoluem segundo uma orientação apreensível, porque lhes falta, a conglomerá-los, a identidade de pensamento que vem da reflexão verdadeira. É por isso também que Baretti se repete contìnuamente sem aduzir elementos novos, de novas congeminações: a poesia italiana, por exemplo, carece de rima porque é a sua forma de expressão «natural»; a Arqueologia é perniciosa por ser um estudo desnecessário para a sociedade; Metastásio deve reputar-se «l'unico che meriti *ad litteram* il raro appellativo d'inimitabile» [3], porque é claro, preciso, moral, sublime, natural...

Entretanto, apesar das limitações da sua crítica, exprime juízos com a convicção e a energia de quem não hesita, não duvida ou não acha possível uma opinião diferente da sua. O panorama filosófico e ideológico barettiano é um tanto limitado, mas as suas verdades são tomadas como universais: o que sai da sua perspectiva torna-se motivo de disputa. Não há no escritor piemontês disponibilidade intelectual para aceitar relativismos; as coisas colocam-se em dois campos nìtidamente definidos e separados, sem interferências possíveis: de um lado ficam as ideias ou os valores certos, do outro estão os que devem ser combatidos como reprováveis. E como lhe não

---

[1] «...a lui fece difetto un'idea determinata e nuova della poesia e dell'arte». [Cfr. p. 441 de: BENEDETTO CROCE — *Problemi di Estetica e contributi alla storia dell'Estetica Italiana*. 4.ª ed. Bari, 1949].

[2] GIUSEPPE BARETTI — *Opere* a cura di Franco Fido. (Milano, 1967). Cfr. p. 10.

[3] Cfr. «LA FRUSTA LETTERARIA», n.º III, Roveredo, 1.º de Novembro de 1763. [*ut supra*, p. 307].

interessa ceder, mas sim atacar o que lhe parece testar errado, trava às vezes uma espécie de diálogo de surdos, em que se não vislumbra qualquer tentativa de compreensão dos pontos de vista alheios, já que o entusiasmo da fé nas suas convicções o lança constantemente a tornar por sua dama, a afirmar as próprias posições. Nem sempre toma um texto rigorosamente como ele é, porque se serve dele como exemplo comprovativo das suas asserções ou, em caso contrário, como amostra do que se não deve fazer.

Quando na *Frusta Letteraria* critica Bembo, é movido, em primeiro lugar, pela intenção de demonstrar as deficiências dos quinhentistas: quer provar que eles, como poetas, não eram insuperáveis e, pelo contrário, exprimiam pensamentos falsos que o desenvolvimento da Ciência não podia suportar. Com esta determinação, sujeita a obra daquela grande figura do Renascimento italiano a uma crítica perfeitamente racionalista e fechada ao espírito que o escritor transfundiu nela. É-lhe indiferente esquecer os predicados que noutras ocasiões apregoa como necessários para se apreciar poesia: o aflato poético, com aceitação da fantasia e até do inverosímil, quando o poeta soubesse criar condições razoáveis dentro do espírito da obra. Estribado neste princípio, Baretti valoriza, por exemplo, Ariosto e Shakespeare, mas, quando escreve com uma ideia preconcebida, todos os processos se justificam e se lhe afiguram válidos, porque gosta da luta e sente a necessidade da vitória. Uma rápida vista de olhos à sua bibliografia leva a concluir sem sombra de dúvida que são bem poucos os seus escritos não iniciados com clara intenção polémica. E vemo-lo desde novo à procura do adversário digno, aproveitando todas as oportunidades que lhe permitam desenvolver o seu ardor combativo.

Assim, na génese da *Frusta Letteraria*, embora com certo distanciamento entre o seu «eu» e a figura de Aristarco Scannabue, há desde o início uma atitude decididamente polémica, quer na escolha do título da revista, quer no pseudónimo escolhido para assinar os artigos, quer ainda na frequente rispidez da linguagem e dureza de opinião que distinguem Aristarco: «bisogna o star zitto o dir cose buone e non parole, e parole inutili a noi e agli altri». A própria defesa de uma literatura simultâneamente válida como arte e como meio de intervenção na vida ético-intelectual dos seus concidadãos tinge-se de certa dose de exagero, porque Baretti sabe que essa é uma forma de chamar a atenção do grande público e de conquistar triunfos relativamente fáceis, carregando de tons escuros o panorama literário italiano. É com esta finalidade que o crítico se debruça por vezes sobre escritos de segunda categoria, ou aproveita as facetas menos representativas e mais fàcilmente atacáveis de uma obra. Exemplifiquemos com um caso típico, «et ab uno disce omnes...». Como tem sido apontado bastas vezes, a escolha das comédias de Goldoni como objecto de crítica na *Frusta Letteraria* parece orientada por um certo plano preconcebido. Assim, ao encarar a vasta produção goldoniana, surgem artigos sobre peças de carácter ambíguo e de dramatização convencional, tais como as duas *Pamela*, enquanto as facetas mais positivas

daquele teatro são deixadas à margem. Aristarco limita-se a assinalar as falhas na apresentação dos «caracteres», os erros de geografia ou de costumes, a grosseria da linguagem ou a proposta de uma virtude que não é verdadeira. Aliás os seus juízos fundamentam-se principalmente no texto escrito e não no espectáculo teatral que este pode originar.

De um modo geral, porém, Baretti não é mal-intencionado, e a sua reacção é posterior à leitura de alguma obra mais ou menos ruim. Não teme mesmo confrontar-se com vultos respeitados na época, e assim, quando surge em França a questão suscitada pelas traduções de Shakespeare da autoria de Le Tourneur, escreve o *Discours sur Shakespeare et sur monsieur de Voltaire*, em que afirma sem rodeios e procura demonstrar que ao filósofo de Ferney falta qualquer competência para emitir juízos sobre obras de língua italiana ou inglesa e, em especial, sobre o teatro daquele dramaturgo britânico. O conhecimento das realidades de além-Mancha e o convívio com Johnson e Garrick devem ter aberto o espírito de Baretti para os valores da poesia shakespeariana: bem se compreende, por isso, que se sentisse ofendido com as palavras algo injuriosas escritas pelo crítico francês. E, embora fique um tanto perplexo para demonstrar objectivamente os méritos do autor que advoga, e se tenha cingido bastante de perto às ideias professadas por Johnson no prefácio da sua edição das peças de William Shakespeare, esse duro piemontês é um dos primeiros escritores do mundo latino a perceberem a grandeza daquele trágico e afirmarem pùblicamente a sua admiração. Segundo Baretti, o poeta de Stratford vivia (e até no meio do povo, o que, como veremos, era muito importante para o nosso Autor) pela sua enorme capacidade de invenção e pela liberdade e naturalidade com que tratou os seus temas. Baseado neste princípio de «beleza interna» e da própria beleza da linguagem, não aceita uma análise fria e racional, como a de um Voltaire habituado aos esquemas do teatro francês, e ainda menos as suas traduções, literais, mas totalmente incapazes de despertar sentimentos idênticos aos do texto original. A este respeito o «Discours» alonga-se em considerações muito perspicazes sobre o problema teórico da tradução, tomando em linha de conta os diferentes conteúdos sentimentais que frases aparentemente paralelas provocam em indivíduos de idiomas diferentes, e portanto a grande dificuldade que daí advém para se traduzir qualquer obra, e principalmente a poesia. Mas deixemos este parêntese, que não podemos aqui desenvolver.

Apesar de todas as qualidades positivas, o *Discours sur Shakespeare et sur Monsieur de Voltaire* torna-se por vezes mais um ataque pessoal a Voltaire do que uma apologia do poeta isabelino: a tendência para a luta não se perde, nem quando as obras são adiadas por algum trabalho de reflexão, e é tão constante a sua presença no escritor piemontês, que talvez se deva considerar como um dos factores que maior projecção lhe granjearam na memória dos vindouros.

De um modo geral, Baretti interessou-se pelos temas vulgares do seu tempo, isto é, preocupou-se com os problemas vivos que outros igualmente

sentiram e tentaram resolver. Não chegou a penetrar em caminhos por trilhar, nem teve grandes rasgos. O que de actual resta à sua figura, mais do que as ideias ou opiniões, é a forma de acção: directa, espontânea, quase jornalística e imediata. É por isso que, ao aproximarmo-nos dele, avulta a figura do polemista. Pode não afirmar conceitos novos ou desconhecidos, mas soube fazer ouvir a sua voz no momento exacto, e exteriorizou sem rebuço nem timidez as suas opiniões, quase sempre repassadas de bom senso e despidas de qualquer nebulosidade.

* * *

B) BARETTI E A «QUESTÃO» DA LÍNGUA ITALIANA

O problema linguístico, que tomou corpo em Itália com Dante e foi centro das disputas mais variadas até Manzoni, avolumou-se no séc. XVIII e passou a constituir uma das questões dominantes da época.

Depois do confronto a que foram submetidos Antigos e Modernos e da primazia dada a estes últimos, os homens de Setecentos assumem a consciência de que fazem a História e que o mundo evolui segundo um jogo de forças dinâmicas e mutáveis de geração em geração. Sentem-se actuar nos acontecimentos, e pretendem por isso orientá-los por meio de uma acção directa, adaptada ao momento presente, deixando de lado os passadismos anacrónicos e sem efeito. Vivendo num mundo social diverso, enriquecido pela suma de saber acumulado e pelos novos conhecimentos científicos, torna-se imperioso ao indivíduo culto dar a conhecer ao maior número de pessoas essas verdades recém-apreendidas e, paralelamente, encontrar as formas de expressão adequadas ao contexto.

É por isso que a língua, embora sendo apenas um meio de expressão, desempenha um papel tão importante no panorama cultural setecentista italiano. De facto, se são as ideias o elemento básico de qualquer exposição, como sublinham os escritores que se abeiraram do tema, e as palavras constituem sòmente o grande suporte da sua transmissão, é principalmente através da linguagem articulada que se adquirem e manifestam os valores de uma civilização e cultura, e ela torna-se, por assim dizer, uma pedra fundamental da sua afirmação.

Ora dentro da realidade linguística italiana a comunicação a nível geral enfrentava sérios entraves, com a diversidade dos dialectos de aplicação diária e coloquial por um lado, e a linguagem tradicional escrita e toscanejante por outro. Entre as duas áreas, ficava, como diz Battaglia [1], uma espécie de vazio, pràticamente preenchido pela prosa literária: e esta, porque se funda-

---

[1] SALVATORE BATTAGLIA — *Il problema della lingua dal Baretti a Manzoni* (Liguori Editore, Napoli, 1965), p. 11.

mentava em textos e não na fala real em acto diário, só oferecia exemplos estiolantes, ainda orientados por Boccaccio e sem qualquer estímulo de compreensão fácil. Devido a estas determinantes, a questão linguística surge, de um modo geral, ìntimamente ligada ao problema do estilo, isto é, à forma de expressão individual, nomeadamente quando escrita e literária. Para os autores mais progressistas, a discussão cifra-se, em linhas gerais, no estabelecimento de uma prosa acessível, clara e precisa, susceptível de traduzir as novas ideias para os novos indivíduos.

É numa esfera em que pontificam figuras como Muratori, Gravina, Algarotti, Bettinelli, Cesarotti ou os Verri, que encontramos Baretti, para quem as perguntas sobre a língua e o estilo foram talvez as que melhor meditou durante toda a vida. Aliás, embora as suas opiniões se definam mais pela negação dos sistemas estabelecidos do que por uma crítica que proponha soluções concretas a adoptar, o escritor assume neste caso uma atitude invulgarmente moderada e uma posição não desprezível pelas ideias que deixou assinaladas. Afasta-se igualmente da orientação da «Crusca» e do «Caffè», situando-se num local que poderíamos considerar como o ponto de divergência das duas correntes antagónicas.

Para ele, o florentino é certamente o dialecto mais belo e refinado que existe em Itália, e o dicionário da Academia da Crusca «il più ampio registro alfabetico da noi posseduto delle parole che devono entrare nella composizione della lingua universale d'Italia, vale a dire in quella de' nostri libri» [1], mas não pode aceitar, como querem os partidários da Academia, que ele englobe toda a língua italiana. Esta tem de ser geral, como acontece nos outros países, onde ao lado da diferenciação regional vive um idioma entendido por todos. Além disso, muitos dos termos propostos no 'Vocabolario' são francamente de rejeitar, por serem arcaísmos desusados ou regionalismos puros. O italiano e os dialectos da Toscana (ou o florentino, mais precisamente) não coincidiriam, portanto, senão numa parcela, grande mas não total. Dos falares toscanos recusam-se os plebeísmos, as palavras arcaicas e as ùnicamente significativas dentro da área regional; para a língua italiana devem convergir formas exteriores às consignadas no dicionário.

Entretanto, continua Baretti, durante dois séculos os escritores italianos imitaram Boccaccio e os Quinhentistas, e isto em nada fez progredir a língua, porque foram pouquíssimos os vocábulos novos introduzidos por eles. Poderia a línguagem, escrita em tempos «affatto barbari e privi totalmente di scienze e di critica» [2] ter atingido a perfeição? A resposta, que o Autor não dá, é evidentemente negativa e parecer-nos-ia razoável concluir que ele via a língua como um organismo evolutivo, sujeito ao nascimento e morte das suas formas: aberto, pois. Contudo, não nos propõe claramente o que

---

[1] «LA FRUSTA LETTERARIA», n.º XXV, Roveredo, 15 de Janeiro de 1765, ed. cit., de Franco Fido, p. 573.

[2] «LA FRUSTA LETTERARIA», n.º XXV, Roveredo, 15 de Janeiro de 1765, p. 577 da edição citada.

preconizava para a realização desse ciclo vital, deixando o assunto em suspenso, sem dizer por que processo ou via deveriam entrar os novos vocábulos no idioma. A impossibilidade de perfeição a que alude é, para o Autor, muito mais estilística do que lexical e, naquele campo, a sua oposição às ideias defendidas tradicionalmente e à Academia da Crusca acentua-se: a imitação fez abortar toda a liberdade e originalidade expressiva. E ao tentarem um estilo elaborado e erudito, muitos autores produziram obras obscuras, quando afinal «il formarsi un buono stile in prosa è faccenda di così poco momento» [1]. Segundo Baretti, as transposições do verbo para o final do período repugnam à natureza da língua italiana; e a ordem natural que torna clara a frase (sujeito, verbo, complementos), surge normalmente ao escritor espontâneo. Se «invece d'andare alternamente accettando e rigettando una espressione, s'avvezzassero [...] a scrivere quel che vien viene [...], vedrebbero come la natura sa al primo cenno correre in aiuto di chi la chiama», [2] diz Aristarco no artigo de 15 de Novembro a propósito de Di Gennaro. Foi por ouvir a natureza que Cellini, «uomo ignorantissimo», criou um dos melhores estilos que há em Itália, enquanto homens bem mais sábios e filósofos não souberam exprimir o seu pensamento. Exemplo típico seria o caso de Genovesi, a quem, depois de enaltecer animadamente o elevado engenho filosófico, o nosso Autor condena a forma que dera às *Meditazioni Filosofiche*, porque «proprio m'annoia e m'infastidisce quasi da un capo all'altro del suo libro, perché troppo a studio intralciato e rigirato sì, che non poche volte abbuia il pensiero, e mi obbliga a leggere due volte un periodo se voglio intenderlo» [3].

Baretti exige portanto um estilo fácil, de compreensão imediata e sem malabarismos expressivos que oprimam e confundam as ideias, afastando-se decisivamente dos que propugnavam como supra-sumo da beleza a linguagem consignada por Boccaccio e a codificada pela Academia de Florença. Mas a sua educação literária fizera-se no estudo das formas toscanas e florentinas e proporcionara-lhe uma base muito sólida na tradição linguística italiana. O interesse pela palavra, no seu valor próprio e nas suas possíveis extensões, orientara-o inclusivamente na juventude para a senda de imitação de Berni, com os seus jogos humorísticos e verbais. Com este património cultural, a sua consciência estilística reage perante a posição que os irmãos Verri e outros iluministas defendiam no *Caffè*, de liberdade total da língua face às necessidades modernas. O facto de dizerem «coisas e não palavras» não justifica perante o piemontês a iconoclastia linguística com a adopção de todos os estrangeirismos úteis. Frente à invasão de vocábulos peregrinos proposta pelo pensamento mais racionalista, para Giuseppe Baretti entram em linha de conta a tradição e a pureza da língua a conservar. De facto,

---

[1] *Ibidem*, n.º IV, Roveredo, 15 de Novembro de 1763, p. 323 da edicão citada.
[2] *Ibidem*, n.º IV, Roveredo, 15 de Novembro de 1763, p. 323 da edição citada.
[3] *Ibidem*, n.º II, Roveredo, 15 de Outubro de 1763.

escreve ele, «noi dobbiamo da quegli scrittori [= dos *clássicos*] imparare i vocaboli e [...] a distinguere tra le frasi native e le frasi forestiere, e a ben ravvisare quel totale di esse che si chiama indole o genio della lingua toscana»; depois de estarmos de posse desses valores «buttiamo via e Boccaccio e Casa e Firenzuola [...] e scriviamo [...] quel che vien viene» [1]. Isto é, o léxico seria em grande medida culto e livresco; no estilo, os autores teriam de ser originais. Baretti está comprometido com a tradição italiana pela sua formação classica, mas submete-se à sua tirania ùnicamente numa primeira fase, a de estudo, e não na de realização pessoal de uma obra escrita. É por isso que o seu contributo mais positivo não é o que provém das suas teorias, esparsas em toda a obra e necessitadas de melhor definição dos objectivos e das soluções preconizadas, mas sim o que ele nos oferece na realidade concreta da sua prosa [2].

---

[1] «LA FRUSTA LETTERARIA», n.º IV, Roveredo, 15 de Novembro de 1763, p. 324 da edição de Franco Fido.

[2] Quer-nos parecer que foi M. Fubini quem definiu *in nuce* e com subtil clareza a posição teórica de Baretti neste problema da língua e do estilo: «Quale deve essere la lingua, quale lo stile convenienti alla prosa italiana moderna? Questo problema si impose dapprima a lui scrittore come problema pratico: si impose poi alla sua mente come problema teorico e, cercando di darne la soluzione, egli ebbe coscienza di teorizzare una esperienza personale». [A pp. 237-238 de: MARIO FUBINI — *Dal Muratori al Baretti*. (Bari, 1954)].

III

LETTERE FAMILIARI DI GIUSEPPE BARETTI

A' SUOI TRE FRATELLI, FILIPPO, GIOVANNI E AMEDEO

A) *Baretti viajante — Horizontes europeus — Cartas aos Irmãos.*

Regressando a casa depois de um longo período de ausência em Inglaterra, Baretti escolhe um trajecto susceptível de lhe fornecer contactos e conhecimentos novos. A Península Ibérica era na época um daqueles centros desconhecidos que excitavam a curiosidade dos europeus cultos, famintos de exotismo, e Portugal sofrera recentemente abalos internos realmente estrondosos como o ainda falado terramoto, a tentativa de assassinato de D. José e a expulsão dos Jesuítas. A própria economia lusitana, estranha no seu atraso e dependente em último grau das trocas realizadas com a Grã-Bretanha, era propícia a despertar o interesse de um indivíduo que por tantos anos vivera no país que nos abastecia e recebia em pagamento o ouro brasileiro.

Giuseppe Baretti decide-se, pois, a seguir um caminho com possíveis riquezas e facetas inéditas a desvendar. Durante o percurso vai tomando notas, às quais presidia desde o início a intenção de fazer gemer os prelos. Referindo-se à possibilidade de aborrecimento que as suas cartas poderiam causar pela prolixidade, não o faz muito convicto, porque, «se pensassi di seccare voi o gli altri che le leggeranno, non mi darei il tanto incomodo che mi do per iscriverle» [1], e elogiando no prefácio da *Journey* o papel orientador de Samuel Johnson, afirma que este lhe indicara «the topics which would most interest and most delight in a future publication» [2]. A própria escolha de temas, ainda que definida em grande parte pelo capricho do autor, não se afasta do que ele julgará serem os polos de interesse dos leitores. Sentimos uma atitude francamente comercial até no prólogo da edição italiana, em que o autor é apresentado «nella abbastanza matura età di quarant'anni», depois de ter viajado por diversas partes da Europa, vivido em Inglaterra e ter estudado homens, livros e línguas: é o viajante óptimo e o escritor ideal de uma narrativa «agradável e instrutiva» para toda a gente.

Realmente, pouco inclinado para as obras de ficção demasiado flutuante e assistemático para a crítica como a entendemos hoje, sem grande fantasia, mas dotado de um espírito entusiasmável, Baretti dificilmente encontraria melhor local de movimentação.

---

[1] V. carta 21.ª das «*Lettere Familiari*».

[2] «*A Journey from London to Genoa*», prólogo, p. VI.

As notas de viagem como género, aliás dentro da tradição epistolográfica italiana desde o Renascimento [1], permitem-lhe que, autor-viajante, esteja permanentemente no centro da obra. Pode dar escape ao seu individualismo porque é dele que vão nascer os impulsos, a ele compete observar e decifrar as situações, enfim é ele que critica e avalia todas as coisas. E que Baretti não é inconsciente do facto, vemo-lo na apresentação da *Journey*, onde receia a certo ponto que o tachem de egoísta, porque «I have passed too frequently from my subject to myself and made myself as much too often the hero of my own story» [2].

Essa incidência parece-lhe até justificável, porque, além de fornecerem animação e vivacidade, os apontamentos do que lhe aconteceu e poderia suceder igualmente a outro viajante servem de exemplo e ainda caracterizam e descrevem os ambientes que encontra. No fundo, tudo lhe é permitido desde que dê uma ideia aceitável do país e seus habitantes, «the chief and of a traveller's narrative» [3], porque o autor ainda se serviu de outro artifício: a redacção, tendo tomado a forma de cartas dirigidas aos irmãos, facilitava-lhe a adopção de um tom pessoal dentro do coloquialismo espontâneo, possibilitava-lhe as atitudes joco-sérias e o recurso aos motivos da vida diária a que dava tanta importância.

Parece-nos razoável a ideia de que, quando decidiu publicar as *Lettere Familiari di Giuseppe Baretti a' suoi tre fratelli Filippo, Giovanni e Amedeo*, o não fez ocasionalmente. Apresentou a público uma obra acabada, a primeira cronològicamente, convencido até de que granjearia certo êxito. É provável, como veremos, que as causas económicas não andassem afastadas e fossem determinantes da publicação, mas essas contingências são posteriores e externas ao plano geral da obra que já estava traçado, e por isso, embora a não deixassem talvez amadurecer convenientemente, pouco a afectaram. Mais determinante foi o ambiente político que permitiu as ingerências diplomáticas e a censura na vida das «Lettere». Tentaremos seguidamente dar uma ideia dos acontecimentos.

---

[1] De Filippo Sassetti, com as «*Cartas de Portugal e da Índia*», a Algarotti, muitos foram os autores que se orientaram para esta forma de expressão. [Cfr.: LETTERATI MEMORIALISTI E VIAGGIATORI DEL SETTECENTO, a cura di ETTORE BONORA, Milão/Nápoles, 1951].

[2] *Journey*, prólogo, p. VI.

[3] *Ibidem*, p. VII.

B) *À procura de emprego — Publicação do primeiro volume das «Lettere». Diligências oficiais portuguesas em Milão e em Veneza. O segundo volume e o fim da publicação.*

Em Itália, Baretti passa jovialmente os primeiros tempos. Comprometeu-se a levar até Veneza Edward Southwell, o inglês que acompanhara na viagem de Inglaterra; tem a família e os amigos a visitar; conhece novas personalidades; vive, enfim, toda a excitação da chegada, depois de uma ausência de dez anos.

As poucas cartas datadas dessa época (1760-1761) mostram-no despreocupado e bem disposto. Já em princípios do ano seguinte, de Casale Monferrato, aparece-nos sucumbido, triste, porque longe das pessoas caras, a suportar a desconsolada lentidão de dias e dias [1]. Esta melancolia vai continuar por muito tempo. O que sucedera, entretanto?

Baretti nunca foi rico; em Inglaterra tivera de trabalhar duramente dando lições, tivera de publicar livros escolares para viver. A quantia que lhe fora paga antes da partida pela edição do Dicionário Inglês-Italiano (1760) e as duzentas libras que parece ter recebido para acompanhar o «matto inglese», fora um pecúlio limitado, gasto em grande parte na viagem. Não podia entregar-se, pois, ao ócio dos bafejados pela sorte; necessitava de trabalhar e desejava «un impiego» que lhe desse «pane e quiete».

Quando em Milão, após a chegada, fora apresentado ao conde Carlo di Firmian, Governador da Lombardia austríaca, com certa ingenuidade julgou poder lobrigar um futuro cheio de boas perspectivas. O conde de Firmian era um homem culto que se fazia rodear por uma plêiade de espíritos notáveis, e o nosso piemontês caíu, ao que parece, improvisamente nas suas boas graças. Durante algum tempo teria feito parte do seu círculo, ouvido dele a promessa de colocação «fattami e ripetutami tante volte» e, finalmente, porque ela não vinha e lhe saía dispendioso esse convívio próximo, ter-se-ia afastado. As relações existentes mantiveram-se, no entanto, íntegras e Firmian continuou a dedicar-lhe a maior estima e interesse. É esta, pelo menos, a visão dos factos que o Autor dará mais tarde em carta ao irmão Amedeo [2], e disto devia estar convencido.

Assim, durante longos meses, até Janeiro de 1763 pelo menos, embora sem que nenhuma indicação positiva o pudesse levar a crer na boa vontade do conde, Baretti tenta repetidamente manter-se vivo junto dele, em investidas feitas directamente ou por intermédio de um seu amigo, o economista António Greppi.

---

[1] V. Achille Neri — «Lettere inedite di Giuseppe Baretti ad Antonio Greppi», in «*Archivio Storico Lombardo*», Serie Seconda, Anno XIII, Fasc. III, Milano, 1886, p. 645.

[2] Carta de Milão, 26 de Outubro de 1762, publicada por Morandi in «*Voltaire contro Shakespeare, Baretti contro Voltaire*», 2.ª ed., 1884, pp. 289 e segs.

Pela correspondência trocada entre os dois amigos compreendemos quão grande e infundada era a esperança que Baretti tinha na protecção do Governador: Firmian fica insensível a todos os acenos, não se digna sequer responder às instâncias que o piemontês lhe faz por carta; ignora-o por completo. E o «debil raggio di speranza» torna-se mais débil ainda.

O desejo do tão falado emprego deveria no entanto ser muito grande, porque, já de Veneza, Giuseppe Baretti tentará ainda pôr em campo o prestígio de Mellerio, que, indo a Viena, se encontraria com Calzabigi, conselheiro áulico e personagem grata a Kaunitz [1]. Mas nem então, movendo outras influências, conseguirá o que pretende, isto é, um cargo de Estado muito provàvelmente. Não antecipemos, contudo, os factos.

Sem trabalho, o escritor lembra-se das *Cartas*. «Perduta ch'io ebbi ogni speranza dell'impiego promessomi, pensai a stampare il mio *Viaggio*, sulla probabilità di guadagnarvi qualche migliaio di lire», conta na referida carta de Outubro de 1762 ao irmão Amedeo.

Em princípio de Junho desse ano, depois de ter passado algum tempo com os irmãos, desloca-se para Milão e pede que lhe mandem o baú que contém os seus manuscritos. Já nesta altura devia estar decidida a publicação das *Lettere Familiari* e é provável que tivesse começado a trabalhar nelas imediatamente, porque o primeiro volume sairia dentro de pouco tempo.

* * *

Corre o mês de Setembro de 1762, quando o impressor régio Giuseppe Richino Malatesta traz a lume o primeiro tomo das LETTERE FAMILIARI DI GIUSEPPE BARETTI A' SUOI TRE FRATELLI FILIPPO, GIOVANNI E AMEDEO.

São vinte e seis cartas que abrangem como matéria as despedidas de Inglaterra, a travessia do Atlântico e os primeiros contactos com Portugal. Aqui, numa tentativa de descoberta do país, o autor alongara-se a descrever espectáculos, ruínas e costumes, usando tons por vezes um tanto sarcásticos.

Prepara-se o segundo volume, do qual já estão impressas algumas folhas, quando a publicação é sùbitamente embargada. A causa vem de uma carta-protesto do embaixador português: Freire de Andrade manifestara sem dúvida o seu desagrado pelas referências menos benignas sobre Portugal com que Baretti presenteara os leitores estrangeiros e sobre o prosseguimento dessas notas de viagem [2].

E para lhe ser agradável, Firmian não teve quaisquer dúvidas em tomar medidas restritivas contra o acusado: os documentos do Arquivo de Estado de Milão são bastante explícitos sobre o desenvolvimento do processo.

---

[1] A. NERI, *op. cit.*, p. 654.

[2] Foi com pesar que renunciámos às tentativas feitas para descobrir o paradeiro do protesto sempre referido, mas cujos termos se desconhecem. Nem no nosso país, nem em Itália conseguimos encontrá-lo.

Examinados pelo Secretário do Senado, Bersani, os originais das cartas a editar, e achando este que «se il mentovato ministro di Portogallo erasi con V. E. dichiarato malcontento delle prime Lettere già pubblicate, molto più avrebbe a lagnarsi delle successive» e «attese le gelose circostanze di detta nazione» [1], decidiu-se a proibir a continuação da estampa e a apreender as folhas já estampadas.

O Governador, muito satisfeito com a actuação do Secretário, dá ao embaixador lusitano conhecimento de todas as diligências feitas, informando-o até adicionalmente da possibilidade de o autor tentar prosseguir a sua obra noutra cidade [2].

---

[1] Ofício de Bersani a Firmian (15/Out./1762), publicado por A. Neri, *o. c.*, pp. 648-649.

[2] Porque resume bastante bem a situação, traduz-se seguidamente o ofício do conde de Firmian ao embaixador Andrade.

«Ao Ministro de Portugal

Sr. Conde Frayre de Andrade

1762, 4 Dez.

Excelência

Não esquecido das instâncias feitas por V. Ex.ci[a] em relação às conhecidas publicações de Giuseppe Baretti saídas desta tipografia de corte, não deixei de convocar o Secretário Bersani, Revisor dos Livros por parte do Governo e do Senado, e encarreguei-o formalmente de não permitir saíssem à luz páginas semelhantes, antes de por ele terem sido revistas e corrigidas, expurgando delas todas as asperezas que pudessem ofender a corte de Portugal ou qualquer outra Nação. Assim advertido, ele quis corrigir de novo as folhas corrigidas e revistas já enviadas à tipografia para a impressão, as quais estavam na iminência de sair; e reflectindo que, se tinham desagradado a V. Ex.cia as primeiras cartas, muito mais lhe desagradariam as seguintes, porque mais exageradas, decidiu Bersani impedir a sua saída a público, sequestrando todas as folhas já impressas; e para que não surgisse qualquer litígio entre o tipógrafo e o autor Baretti sobre a despesa e pagamento das ditas folhas, tomou o expediente económico, por mim aprovado, de reembolsar o tipógrafo com o seu próprio dinheiro, para alívio e desencargo de Baretti, guardando em sua casa todas as ditas folhas impressas, que não eram de pouco volume nem valor, atendendo à grande venda que delas fazia o autor quer no país, quer nos circunvizinhos.

O autor, que primeiro se tinha deixado persuadir pelo Revisor a modificar as coisas já publicadas e a observar uma maior cautela na continuação das suas outras cartas, disse ùltimamente ao Revisor que, não lhe sendo fácil desdizer o já dado ao conhecimento do público, tinha decidido mudar-se para outro país, para lá prosseguir a sua obra.

Só pude aplaudir a escrupulosa diligência praticada pelo secretário Bersani no assunto em questão e, para não o deixar prejudicado com o dinheiro por ele dispendido, fi-lo prontamente reembolsar, bem contente por ter de tal forma cortado o mal pela raiz e de poder dar a V. Ex.[a] este testemunho não indiferente da atenção que me mereceram as vossas amáveis instâncias. Só me resta informar V. Ex.[a] que Baretti se transferiu para Veneza, onde, pelo que deixou aqui transpirar, tenciona prosseguir, sem perigo de ser incriminado, a edição das suas Cartas, sob a falsa data de Milão. Se isto suceder, como posso recear, tocará a V. Ex.[a] fazer as diligências oportunas em Veneza. Também por esta informação calcule V. Ex.[a] até onde se estende o vivo interesse que tenho em ir ao encontro dos seus desejos. E com imutável obséquio passo a subscrever-me.

[Veja-se a fotocópia do original, a pp. 378-381].

Ambrósio Freire de Andrade e Castro foi Ministro Plenipotenciário junto da Corte de Viena durante longos anos (1752-1770). [Cfr. Luiz Teixeira de Sampayo, *O Arquivo*

Entretanto Baretti, que se decidira realmente a publicar o seu livro «in un luogo dove nessun riguardoso e timido plenipotenziario mi frastorni», tenta mostrar-se ainda confiante. Ao irmão Amedeo, talvez em parte para o tranquilizar, desmente a opinião de que caíra em desgraça junto de Firmian; a suspensão seria devida a um receio de qualquer admoestação mandada de Viena pelo que se ia escrevendo no segundo tomo, mas o livro continha tão poucas coisas políticas que «in nessun luogo del mondo mi sarà impedito lo stampato» e, nesse caso, continua dizendo, «sii pur certo che non ne sarà impedita la introduzione a Milano».

Sabemos que as coisas se passavam de outro modo, porque a apreensão das provas tipográficas foi consequência de um protesto motivado pelo primeiro volume, já publicado, e não de vagas suspeitas a censuras do governo austríaco que, como tenta fazer crer Baretti, teriam surgido ao Governador quando este lia com interesse as folhas que iam saindo impressas. O que sem dúvida o escritor não imaginava é que a indiferença do Conde lhe permitira aconselhar Andrade a interferir também no destino das «cartas» em Veneza. Desta maneira, logo depois da sua chegada a Veneza, os Inquisidores de Estado, certamente postos de sobreaviso pelo diplomata português, fazem saber aos Reitores das diversas cidades da República que um tal «abbate Baretti espulso da Milano» [*sic*], ficava proibido de dar à estampa «alcuna cosa [...] di qualunque genere ella si sia» [1]. Vão passar longos meses obscuros até se poder publicar a continuação das *Familiari*.

Já em Maio, sem aludir a problemas especiais com a censura, o Autor confessa a Don Francesco Cárcano: «Non so che vi dire degli altri tre tomi del mio *Viaggio*. Sono sei mesi che i Revisori li hanno in mano, e mi fanno morire con la lentezza loro; ma in Vinegia tutto si fa senza fretta» [2].

Apesar de já ter dado início ao seu jornal crítico LA FRUSTA LETTERARIA, cujo primeiro número sai em Outubro de 1763, as «Cartas» não são descuradas, porque, como diz a Chiaramonti, «io non intendo poi che la *Frusta* abbia a supplire agli altri tre tomi delle mie *Lettere*». Mas só em Novembro é

Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros ... etc.», Coimbra, 1926]. A forma «Frayre», que vem no endereço do ofício e é a geralmente usada pelos críticos quando se referem ao ministro português, corresponde evidentemente a «Freire». Não é impossível que tenha nascido de uma adaptação do esp. «frayle», termo com o qual os milaneses deviam estar familiarizados.

[1] Ofício de 6 de Janeiro de 1762, ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA, *Inquisitori di Stato*, busta 64, n.º 742.

É conveniente informar que até 1797 se usava nos ofícios o antigo calendário véneto. Veja-se, por exemplo, o que diz A. CAPPELLI sobre o assunto: «O véneto começava o ano no dia 1 de Março, adiando de dois meses o cômputo actual. Foi [...] chamado «stile veneto» pelo longo uso que se fez dele em Veneza, na Idade Média e em tempos modernos, até à queda da República. Em alguns documentos encontra-se designado pela fórmula «more Veneto», noutros apenas pelas siglas «m.v.».

[2] Cfr. SCRITTI SCELTI INEDITI O RARI DI GIUSEPPE BARETTI», vol. II, p. 28, Milano, MDCCCXXIII. (Carta de 9 de Maio de 1763).

que pode participar ao amigo a saída do segundo volume [1]. Fá-lo aliás com um inocente ar de vitória, calando o facto de ter sido obrigado a escrever mais uma carta, a trigésima oitava, com a qual deveria redimir o mal que dissera dos Portugueses.

Editado pelo tipógrafo Pasquali, este segundo tomo compreende vinte e uma cartas, e termina com a data da de Zevolla, em Espanha (2 de Outubro de 1760). Como o terceiro e quarto volumes não chegaram a aparecer em língua italiana, a obra fica reduzida às quarenta e sete cartas publicadas.

O imenso trabalho e a preocupação causada pela redacção do periódico literário que encetara, as demoras e exigências da censura quanto às suas narrativas de viagem, devem-no ter feito desinteressar do prosseguimento da obra. Só muito mais tarde, de novo em Inglaterra, e depois de informações subsequentes arranjadas noutras viagens a Espanha e França, é que o Autor vai dar a público, desta vez na íntegra e totalmente refundidas, as suas impressões de viajante. Isso acontece em 1770, quando sai dos prelos a JOURNEY FROM LONDON TO GENOA THROUGH PORTUGAL, SPAIN AND FRANCE.

* * *

Não pretendemos avolumar a importância das vicissitudes que acabamos de relatar, mas cremos que passaram de um simples episódio. Não que o protesto de Freire de Andrade tenha tido uma influência decisiva no prosseguimento da obra, coagindo-a a uma orientação diferente da que tomara, mas justifica e esclarece a ausência do Baretti escritor dos centros de interesse mais vivos em Portugal, na época da sua visita.

Parte das alterações a que foram sujeitas as *Familiari* parecem ter sido feitas ainda no primeiro volume, se atendermos às notas bastante explícitas do Autor nas cartas vigésima e vigésima quarta [2]. Como vimos, a previdência não foi suficiente, porque o ministro português encontrou no livro motivos de desagrado; mas a censura em Veneza não se tornou tão severa que tirasse ao conjunto da obra a unidade de tom que apresenta. O adoçamento do segundo volume, aliás pouco sensível, nasce só da carta trigésima oitava e das explicações mais lógicas que dá para o não tratamento dos temas de política ou com ela relacionados.

Com efeito o escritor, tendo-se na conta de viajante «filósofo» e homem-de-letras, não deixa de patentear o interesse que teve em se informar e conhecer os «strani accidenti» [3] dos primeiros anos do reinado de D. José. Para não ser tachado de superficial, Baretti aponta-os, mas em forma de títulos que não desenvolve. No volume editado em Milão promete espraiar-se em esclarecimentos que afinal não aparecem, porque «probabilmente non ha

---

[1] Carta de 2 de Novembro de 1763, *ibidem*, p. 33.

[2] V. ACHILLE NERI, *o.c.*

[3] V. a carta 17.ª.

giudicato bene di stampare, o che non gli è permesso di stampare» [1] o que escreveu, ou ainda porque «l'autore s'è forse scordato» [2]; em Veneza, embora assinalando os problemas que pensou tratar, a atitude inicial é de reserva: «prevedo che non potrei contentare tutti» [3], ou são assuntos que requerem um autor «minutamente informatissimo» [4]. Por outras palavras, o projecto inicial de falar «di qualche ministro e del governo di Portogallo», como afirma na carta trigésima oitava, foi imperativamente submetido a uma revisão que obrigou o autor a limitar o mais possível esses temas, sem deixar de os referir, e a dar explicações plenamente aceitáveis para o seu silêncio (a incerteza dos conhecimentos ou das informações), o que não acontecera no primeiro tomo da obra; mas não nos custa a crer que parte das imposições de 1762-63 se tenham tornado mais tarde voluntárias, na edição de 1770, em Londres. Assim a JOURNEY FROM LONDON TO GENOA, apesar de mais aberta do que a sua antecessora italiana, não difere tanto dela como seria de esperar.

Baretti escreve em Inglaterra, para ingleses, e ajusta a obra ao gosto dos presumíveis leitores. A adaptação vai desde o adoçamento dos tons sarcásticos e mordazes à forma de exposição tornada mais sóbria e linear; e faz-se sentir ainda noutros aspectos: supressão de temas demasiado conhecidos, das grandes tiradas pseudo-filosófico-moralistas, até de personagens como o «procrastinatore» senhor Eduardo, enfim de grande dose de exagero. Os próprios materiais de informação crescem, porque o Autor fer novas viagens a Espanha e França para adquirir conhecimentos mais pormenorizados dos vários assuntos.

No que respeita estritamente a Portugal, embora esteja assente não ter Baretti voltado ao nosso país [5], a informatividade aumenta igualmente. Menos dispersa, a edição de Londres documenta o carácter dos Portugueses de uma forma mais concreta do que a italiana que a precedeu. Surgem temas como o da devoção ritualista, da tendência para o amor, do gosto pelo divertimento e pela dança... A mentalidade britânica, com um maior afastamento da

---

1 V. carta 20.ª.

2 V. carta 20.ª.

3 V. carta 30.ª.

4 V. carta 38.ª.

5 É curioso notar que, embora não tenha voltado a Portugal, a edição de 1770 apresenta pormenores a respeito de terras, ou culturas de regiões, inéditos. Isto pode-nos levar a suspeitar que o autor não dispôs em Milão de tempo suficiente para organizar o material, ou de todas as notas que fora tirando durante a viagem. Como quer que seja, não deixaremos de registar um pormenor de certo interesse: em 1766 Baretti esperava regressar à querida Inglaterra após ter realizado o périplo marítimo da Península Ibérica, partindo de Génova, para depois ir a Paris e daí a Londres; mas teve de renunciar a esse aprazível programa turístico e cultural, porque em Génova lhe roubaram um baú cheio de fatos e roupa, adoeceu sèriamente e — *last, not least* — o Governo português lhe recusou o «visto» de entrada em terras lusitanas com desembarque em Lisboa... Assim Baretti não teve outro remédio senão seguir directamente de Génova para Paris e, depois de certa demora na capital francesa, dirigir-se a Londres, no mesmo ano de 1766.

realidade portuguesa do que a italiana, estava com certeza mais apta a apreciar estas matérias e o Autor sabe explorar com vantagem os paralelos entre as duas civilizações, fazendo ressaltar as divergências e salientando, assim, por contraste, as características do povo e do país que tentava dar a conhecer.

Não há dúvida de que a *Journey* foi ponderada muito mais do que as *Familiari* e, no entanto, no capítulo de política portuguesa são poucas as adições introduzidas: no fundo prolonga-se quase sempre o mesmo silêncio, também aqui justificado pelo autor.

Na carta trigésima primeira, referindo-se às proibições do governo e ao receio dos Portugueses em falar «about anything that looks political», afirma que os esclarecimentos obtidos dos estrangeiros «are so full of uncertainty, contradiction, and evident partiality», que «it will be better to save them for oral entertainment».

É uma posição idêntica à da carta trigésima italiana, mostrando que fez os possíveis por reunir dados de informação; a mais do que ela, porém, está a ideia assente de não tocar nesses pontos, porque o véu que os encobre é demasiado espesso para ter podido desvendar o mistério de uma forma justa. A afirmação é categórica: não fala, porque não sabe, não teve fontes seguras. É perfeitamente normal que as opiniões sobre os últimos acontecimentos ouvidas em Lisboa fossem limitadas, contraditórias ou deformadas; e se Baretti não era totalmente um neófito em coisas portuguesas quando desembarcou no Tejo, trazendo interrogações e perguntas formuladas que se fizera muito provàvelmente junto do círculo de Johnson, a sua estadia foi curta e a «attenzione» e «diligenza» com que tenta suprir «la brevità del soggiorno» [1] seriam difìcilmente suficientes quando o ambiente se mostrava pouco disposto a aceitar a abordagem dos referidos problemas. Depois, as suas relações limitaram-se em grande parte a estrangeiros e, se isso lhe foi útil algumas vezes, dificultou-lhe a visão da realidade portuguesa em si mesmo, isto é, independente das várias interpretações anteriores à sua.

É portanto natural a reserva em imprimir opiniões pessoais sobre temas sérios que não estariam fundamentadas sòlidamente. Este motivo, porém, não é novo em 1770; teria de existir fatalmente sete anos mais cedo, e nessa altura foi menos ponderado. Só o facto de a edição inglesa ser mais elaborada e de, no entretanto, o piemontês ter sido o centro das disputas surgidas à roda das *Cartas* e da *Frusta Letteraria* o poderia ter levado a um equilíbrio e a uma voluntária cautela não habituais.

No entanto há um ponto onde tal cautela parece não ter sido mantida: concretamente, a larga discussão sobre o problema dos Jesuítas, imputados no crime de regicídio de 1758, e a reacção consequente do governo português.

Sobre tais factos Baretti apresenta os seus argumentos de uma forma lógica, e conclui que a Companhia não poderia ter-se conjugado toda para participar num atentado que nem sequer lhe era útil. E o procedimento

---

[1] Cfr. a carta n.º 9.

usado para com eles, de expulsão geral, fá-lo suspeitar mais ainda da sua inocência, visto que poderiam ser justiçados legalmente e de forma individual os que estivessem, de qualquer modo, comprometidos no acontecimento.

Mas logo a seguir não os poupa: se os defende de um acto em que os julga inocentes, critica-os por todos os defeitos que diz conhecer-lhes. É uma posição razoável, que dá ao leitor a ideia de ser a expressão de uma opinião sincera e imparcial. Que motivos, porém, teriam levado o escritor a quebrar o silêncio tão bem guardado e a acusar tão claramente o governo português com estas páginas, quando elas são pràticamente as únicas em que acrescenta a edição de 1762-63, quanto às atitudes políticas dos Estados? A posição dos estudiosos de Baretti é muito vaga sobre este ponto. Achille Neri, depois de aventar uma tese de jesuitismo barettiano [1], em que admite inclusivamente que a *Frusta* não passaria de um jornal forjado para combater os antijesuítas, condena e estranha o procedimento do escritor na *Journey*, por o achar inconsequente com as ideias que professara anteriormente e ingrato para com a Companhia. As referências dos outros críticos não chegam a qualquer conclusão apreciável.

Pensamos que, depois dos problemas surgidos com a proibição da *Frusta*, da querela com Appiano Buonafede e da fama de jesuitismo granjeada entretanto, o nosso Autor quisesse dar prova da sua isenção. Além disso, o tema dos Jesuítas, relevante em quase todos os países católicos, tivera repercussões bastantes para se tornar assunto atraente aos olhos de um público que, por ser liberal e não directamente ligado ao problema, lhe permitiria uma abordagem confiante num auditório sereno e imparcial.

Falávamos na cautela da edição de Londres: ao referir-se aos Jesuítas não arriscou muito. Ganhou até mostrando-se industrioso e perspicaz, ao trazer a lume a sua opinião. Isto não o impediu, contudo, de observar em grande medida a moderação que se impusera na publicação italiana, até

---

[1] V. *Giuseppe Baretti e i gesuiti*, no Suplemento n.º 2 do «Giornale Storico della Letteratura Italiana», pp. 106-129.

Neste particular, devemos confessar não estarmos convencida do enfeudamento do Autor, como sugere Neri, a uma facção panfletária e defensora da «Companhia de Jesus», porque, logo em primeiro lugar, surge a ideia de que o temperamento individualista de Baretti lhe não devia permitir tamanha despersonalização. É um facto que o piemontês se relacionou com Jesuítas ou figuras que mantinham contactos com eles, mas as informações que temos são todas bastante vagas. A crítica que faz Achille Neri e que parte da opinião, corrente na época, de jesuitismo barettiano, parece-nos uma base débil e discutível quanto ao processo de raciocínio, tanto mais que a opinião pública tinha pràticamente conveniência em rotular os diferentes indivíduos num dos campos do debate. Entretanto, as referências que o nosso Autor inclui na *Journey* e na *Scelta di Lettere Familiari*, levam-nos a pensar que Baretti andava bastante longe de nutrir um especial afecto pelas ordens religiosas em geral. Parece verosímil que se sentisse um pouco escandalizado com a hipocrisia que julgava descobrir nos propósitos do governo de Portugal, sem por isso ser um acérrimo defensor dos Jesuítas. Mas limitamo-nos, como até aqui tem sido feito, a expor opiniões pessoais: o problema carece de maior estudo.

porque é mesmo possível que o Autor tivesse acreditado em parte nas suas limitações.

Em conclusão: o incidente diplomático suscitado pela edição italiana das *Lettere* é mais um episódio curioso para a historiografia portuguesa da época de Pombal do que um ponto capital nos estudos barettianos. Não parece no entanto de desprezar, porque, se não tivesse existido, a obra apresentaria sem dúvida um aspecto diferente e, pela certa, poderíamos dispor agora de quatro volumes em língua italiana, em lugar dos dois que Baretti nos deixou.

C) UMA LITERATURA DO CONCRETO

Enquadrando-se no pensamento italiano mais avançado, Baretti pretende uma literatura de «coisas» afastada do verbalismo estéril que desde o «mau século» vinha prevalecendo.

Embora os teorizadores árcades tentassem dar um passo no caminho da vida, a Arcádia não conseguira realizações mais positivas nesse sentido do que as anteriores. Porque acreditavam na superioridade clássica, entregavam-se sem originalidade à imitação; e, fechados numa sociedade de gostos e tendências comuns, os Árcades julgavam ter recriado as épocas mortas que deveriam dar validade às formas estereotipadas que cultivaram. No fundo, o retrocesso resultava numa literatura fria e inoperante, porque completamente alheia do rolar do tempo.

Depois da explosão barroca, transbordante de força, viera uma poesia descorada, sensabor, vazia na sua toada simples e repetida até à saciedade. A Literatura ganhara pouco com a evolução e os homens alimentavam-se com as pseudobelezas de um mundo anacrónico e falso.

Tendo os iluministas à frente, Baretti e os autores de «bom senso» dos meados do século XVIII são quase unânimes em afirmarem as suas reivindicações por uma expressão mais concreta do real. É uma opção pela verdade, pela intervenção do quotidiano na arte, contra a persistência dos poetas e homens de letras em trilharem caminhos estafados e sem efeitos apreciáveis em prol da sociedade. E, nesta luta, o nosso Autor engloba os «rimatori», eruditos e os pedantes, «perdigiornate», como lhes chama no *Primo Cicalamento*, ocupados em investigações na maior parte desnecessárias e fúteis.

Para Baretti, qualquer obra impressa não está desligada de uma função social formativa; literatos, filósofos e sábios devem fornecer, com o seu talento e trabalho, realizações proveitosas. E com efeito, quando no prefácio das *Lettere Familiari* se julga ter sido conseguida esta finalidade suprema de versar assuntos «dilettevoli non meno che istruttivi ad ogni genere di persone», descortinamos nessas palavras o verdadeiro ideal barettiano de qualquer publicação. O tom deve ser agradável e o conteúdo capaz de prestar serviço público.

A literatura (na acepção evidentemente muito lata da época) deixa de ser privilégio de um escol para se democratizar; contribui até decisivamente, com os estudos vários, para civilizar as nações. «Dove la letteratura non è in voga e sparsa qui e qua per una nazione, quella nazione dev'essere quasi per necessaria conseguenza scorretta e piena di vizio e di barbarie, i suoi individui [...] debbono operare più animalescamente che non gl'individui d'altre nazioni rese colte da' loro molti teologi, da' loro molti filosofi, da' loro molti poeti e da' loro molti studiosi di tutte cose», afirma o autor na carta vigésima terceira para explicar o estado grosseiro do povo português.

É por querer fazer uma «literatura de coisas» que, ao escrever as *Lettere*, Baretti se serve em tão grande medida dos materiais palpáveis que vai encontrando. Tenta dar a conhecer de uma forma aceitável a «face of the country, as the manners of the inhabitants», que segundo ele é a principal finalidade de um livro de viagens [1], e baseia-se fundamentalmente no que presenciou da vida portuguesa e espanhola.

* * *

Apresentando-se as *Lettere Familiari* como um livro de viagens que pretende divulgar países bastante ignorados como a Espanha e Portugal, «perché di tanti scrittori [...] nessuno ha detto [...] cose che dieno una sufficiente idea e che soddisfacciano» [2], afirma-se nelas uma intenção fundamentalmente informativa. A convicção do autor, de que é capaz de conseguir esses objectivos melhor do que outros escritores anteriores, leva-o a entregar-se à sua tarefa de narrador com prazer, e assim vemos perpassar por toda a obra o interesse e a curiosidade em fazer descobertas para depois relatar: o tempo de que dispõe, «parte lo impiego in vedere il visibile, parte a informarmi dell'invisibile», assegura aos irmãos na carta vigésima primeira.

Mas importa dizer coisas «suficientes» e que «satisfaçam», porque, «volendo in queste mie lettere farla da vero viaggiatore, cioè da filosofo che osserva ogni cosa» [3], o viajante gostaria de possuir noções generalizadas, para prestar esclarecimentos minuciosos de tudo o que encontra. Assim as «Cartas» mostram-nos o protagonista que passeia a pé por Lisboa, entra nas oficinas dos artífices, tenta aproximar-se dos espíritos que imagina mais aptos a darem-lhe um resumo da vida intelectual do país e, pela mesma razão, vemo-lo ocupado com as medidas de um monumento ou o número de frades que habitam um mosteiro...

Dentro de um plano tão lato e ambicioso, de acolher o maior número de coisas possível, a escolha de temas quase desaparece nas *Familiari* que exibem um «caos di roba», como muito justamente se diz no prefácio: os

---

1 V. *Journey*, Prólogo, p. VII.
2 V. c. 9.ª.
3 V. c. 21.ª.

assuntos mais significativos chegam a perder-se de vista, dando lugar a peripécias e pormenores sem grande sentido para individualizar uma nação.

Havia, certamente, alguns motivos básicos a tratar, mas, esgotados estes, «di qualcosa bisogna empier la carta quando s'ha la smania di scrivere nelle dita» [1], e então a obra oferece-nos geralmente o quotidiano. Como não existem a cada passo «tremendi terremoti», «monarchi assassinati» e «gesuiti banditi», envereda pelas cenas que se podem presenciar no dia a dia.

Mas a escolha desta orientação não é apenas um recurso: escrito na primeira pessoa, o *Viaggio* propala, por assim dizer, as tendências e impressões do autor-viajante, e a valorização dos factos triviais ou o acolhimento da reacção imediata que eles podem originar é o resultado de uma tomada de posição consciente do escritor. As pequenas coisas, afirma Baretti a certo momento, são tão dignas como as grandes e fundamentais, porque muitas vezes são elas até que tornam a vida confortável e grata; e a seguir acrescenta: «quante cose mi metterei a imparare se avessi a ricominciar la vita, e massime di quelle più trite e più comuni» [2]. Talvez por este gosto e propensão, as cartas mais felizes são precisamente aquelas onde o prazer de um espectáculo inesperado e simples se traduz no relato espontâneo. As máscaras de Estremoz, as danças de Elvas ou as crianças de Meaxaras, animam o escritor de uma boa disposição que fica impressa na clareza, movimentação e simplicidade da narrativa. São os momentos de alegria que o nosso Autor fixa com mais êxito. Como notou Fubini, o que verdadeiramente se pode descobrir nas *Lettere Familiari* é a «schietta e semplice umanità di uno spirito sano, che si compiace di trovarsi tra i popoli simili di diverso paese e di diversa condizione, di conoscere le usanze e gli umori, e che sa prendere interesse alle piccole cose della vita quotidiana, libero dalle prevenzioni del letterato» [3].

No entanto, mesmo dentro do domínio da crónica de acontecimentos ou na descrição, as *Lettere* nem sempre atingem grandes alturas, porque o concretismo de Baretti o torna incapaz de criar para além das realidades evidentes. Apegado em demasia ao quadro que observa, não tem imaginação suficiente para se afastar dele um pouco, analisar os dados de que dispõe e formar depois uma imagem sua do ambiente.

O «perché io non ho veduto più di quello che ho realmente veduto», se justifica, em parte, o pouco bem que disse de Portugal, não explica a limitação que teve em só referir o que vira com os olhos ou ouvira com os ouvidos. Face às situações, o que não é descrição ou comentário imediato de espectáculo presenciado esbate-se e as *Cartas Familiares* tomam assim no conjunto um aspecto um tanto monótono de reportagem fotográfica e de insistência no que é visível pela maioria dos indivíduos, sem nos transmitirem impressões verdadeiramente originais.

---

[1] Cfr. a carta 45.ª.

[2] Cfr. a carta 29.ª.

[3] MARIO FUBINI — *Baretti* in «Dizionario Biografico degli Italiani», vol. VI, Roma, 1964, pp. 329-330.

A natureza, a solidão ou o exótico raramente ganham relevância na caracterização dos países que as «Cartas» se propõem figurar e, nos passos em que surgem, o sentimento mais fundo que transmitem é a pouca atenção que o Autor dedica a estes temas de tão vastas possibilidades e tanta audiência no espírito da época.

Vejamos como ele reage perante a natureza e como a fixa no seu livro.

Em princípio, Baretti não é impotente para sentir a beleza nem para se animar com ela. Depois de ter visitado a Nossa Senhora da Pena e o convento dos Capuchos na Serra de Sintra, desdenha a descrição do convento de Mafra porque «la fantasia gravida di cose infinitamente meno grandi, ma infinitamente più piacevoli, [...] vuole ch'io l'aiuti prima a sgravarsi di quello che l'ha dilettata oggi» [1]. Mas esta ideia de quase euforia em que o supúnhamos desaparece totalmente quando vemos a forma como o Autor se exprime, porque de facto o que lhe interessa é a descrição de mais um dia em que só entra vagamente o novo factor. Para transmitir a beleza que sentiu, limita-se a enumerar muito racionalmente os elementos particulares que a constituem e formam a paisagem, de maneira que, não tendo uma dimensão maior do que qualquer outro aspecto da realidade, ela só se impõe em medida mínima para se sumir quase logo, sem que esmoreça o espírito informativo.

Assim, atravessando a serra de Sintra, o que o preocupa é não saber botânica para poder identificar as várias plantas que crescem por lá. Nas *Lettere* não há autonomia da natureza; ela é só um enquadramento da vida, e o homem completa-a até e dá-lhe um toque final de variedade e perfeição. No Convento da Cortiça, embora a dita natureza se tenha «sbizzarrita facendo tante buche nel sasso», foram estas «aiutate un poco dall'arte» que o tornou «il più bell'eremo che l'imaginazione possa formare» [2].

O belo de uma paisagem deveria ser «gentile» e «poetico»; mas este «poetico», mais do que um factor de lirismo capaz de criar poesia, é antes o que faz recordar a natureza cantada pelos poetas. É por isso que as ideias que mais depressa lhe vêm à mente, quando goza uma paisagem bela, são as reminiscências dos poemas cavaleirescos, onde os ambientes eram modificados pela magia das fadas: «quei giardini rendono tutta la pendente riva della riviera come un luogo fatto per negromanzia, come l'albergo della fata Alcina» [3].

Como em qualquer outro domínio, Baretti tem as suas preferências: a vista de uma grande extensão, composta de parcelas variadas, constitui panorama encantador, e a perspectiva, a distância a que se encontra quem o examina, fazem aumentar o agrado, mas o momento de deleite não provoca qualquer sentimento contemplativo, e sim uma observação pormenorizada.

---

[1] Cfr. a carta 27.ª.
[2] Cfr. a carta 27.ª.
[3] Cfr. a carta 16.ª.

Ficamos, enfim, com a impressão de que no fundo a natureza não o interessa: se o atrai esporàdicamente, como em Aldeia Galega [1], onde «una fetta di luna» lhe provocara a «voglia d'andare un po' notturnamente a spasso», a sua atenção não se concentra nela, mas nas atitudes e nos murmúrios dos outros homens que com ele tomavam a fresca.

Não é de admirar, portanto, que uma planura como o Alentejo, uniforme, árido e quente, lhe originasse reflexões ligadas não à grandiosidade ou força dos elementos, mas à sua comodidade de viajante: «bisogna di certo avere una frega estrema di vedere il mondo per sostenere tanto disagio senza smarrirsi» [2], E no navio, atravessando o oceano, a «ondeggiante pianura» [3], só o choca pela monotonia que o «ammazza».

A natureza que nos é, pois, dada nas *Familiari* resume-se a um entre os vários componentes da realidade que circundam o protagonista da viagem, sem nenhuma profundidade ou ressonância especial na alma do escritor: efeito daquele mesmo concretismo de que falávamos, e que, como já notou Jonard [4], faz deslizar nas cartas barettianas uma imagem da Espanha e de Portugal igual à de toda a gente, e resultante do tratamento exclusivamente descritivo de matérias que pelo seu ineditismo ou pela sua diversidade seriam propícias a considerações de ordem pessoal.

A corrida de touros, por exemplo, merece-lhe como único comentário as palavras «cosa da empire di stupore» e «passatempo di tanta crudeltà». Em toda a carta que lhe é dedicada, o escritor nem adere ao espectáculo, nem reage pela desumanidade que aparentemente via nele: limita-se a considerar alguns passes como de espantosa destreza ou a apontar o gáudio da assistência nos momentos de maior crueza. Relata a tourada com indiferença, prendendo-se aos episódios curiosos ou ridículos que se foram sucedendo ao longo das horas, à posição dos monarcas presentes nos camarotes, à pouca riqueza das suas vestes e, especialmente, à necessidade de fazer humor.

Do mesmo modo, as pequenas povoações aparecem-nos nas *Lettere* apenas como os locais onde está algum monumento ou um mero ponto de passagem necessário para a viagem do Autor. As suas características ou tipicismo são totalmente desaproveitadas, para darem lugar às descrições um tanto fastidiosas de almoços e jantares.

É que, quando no seu caminho chega a uma aldeia, Baretti lança-lhe uma mirada de desprezo, porque se não esquece das belas metrópoles conhecidas. Despontam as comparações, francamente desprovidas de sentido de proporção, e o fluxo de palavras brota para descrever as más estalagens e as piores refeições...; o «maldito enxergão» é quase elevado a figura central na maioria das cartas, depois da saída de Lisboa. De facto a personalidade do viajante está muitas vezes concentrada em determinados ângulos visuais,

---

1 Cfr. a carta 32.ª.

2 Cfr. a carta 33.ª.

3 Cfr. a carta 7.ª.

4 Cfr. «Giuseppe Baretti, l'homme et l'œuvre», p. 151.

e as coisas raramente ficam despidas dos paralelismos a que o Autor as submete. A aceitação ou o repúdio das situações novas dependem, em certa medida, da sua conjugação com os esquemas de vida, bastante elaborados e rígidos, que o nosso piemontês trazia em si.

No entanto, se nem sempre sabe tirar todo o partido que as circunstâncias lhe oferecem, esforça-se por informar o melhor que sabe e, de um modo geral, reúne um material interessante e animado de algumas cenas da vida contemporânea peninsular. É verdade que é por vezes pouco capaz de interpretar os dados da sua observação, mas, tudo considerado, o mal que disse de Portugal e lhe havia de causar os dissabores já referidos, e o pouco bem que escreveu da Espanha não parecem muito de admirar. O atraso da Península, especialmente face à Inglaterra donde acabava de sair, devia ser flagrante e confrangedor. Os costumes do povo, primitivo, inculto e fanático, colidiam certamente com as ideias de progresso, de humanismo e de civilização que o Autor ouvira e professava. Aliás as suas críticas não são isoladas, pois quase todos os escritores estrangeiros que nesse período viajaram por estas paragens, clamam em uníssono contra o seu estado deplorável.

Limitado como esteve o Autor, no tempo de que dispôs, nas informações que obteve, na impossibilidade de escrever tudo o que queria e apesar de todas as deficiências de visão — as *Lettere Familiari* não deixam de ser muito positivas, na sua procura de se aproximarem das pequenas coisas da vida quotidiana e de darem a conhecer sem reservas as realidades do mundo concreto.

D) A EXPOSIÇÃO DA CULTURA E DAS IDEIAS

Falámos de um dos aspectos essenciais das *Lettere Familiari* — a transmissão do quotidiano e das realidades evidentes. Mas a perspectiva que configurámos deixa de fora outras dominantes da obra, embora talvez menos importantes.

Se apreciássemos as *Cartas* na sua totalidade e as avaliássemos genèricamente, poderíamos aceitar como justas as palavras de Fubini, segundo as quais o Baretti se apresenta aqui «libero dalle prevenzioni del letterato e lieto di muoversi lontano dall'atmosfera libresca e di dover occuparsi d'altro che di libri» [1]; mas aproximando-nos para particularizar, notamos que nem sempre a alegria de se encontrar fora dos ambientes livrescos e teóricos impede o autor de patentear que isso é um facto casual e que ele não é um homem sem conhecimentos.

Vimos já que, no que respeita à política portuguesa, embora coagido a não publicar tudo o que gostaria, não deixou de mencionar os tópicos

---

[1] MARIO FUBINI, *ob. cit.*, vol. VI, p. 330.

principais dela, induzido pela vontade de se mostrar um «viajante filósofo», capaz de tratar qualquer assunto, trivial ou elevado. Dirigindo-se a toda a gente, a obra devia albergar descrições, conhecimentos e raciocínios que agradassem a qualquer tipo de leitores. Frívolos ou filósofos, teólogos ou cientistas, «tutti troveranno in queste Lettere di che mettersi talora la mente in moto», afirma Malatesta no prólogo das *Familiari.* E «né solamente leggendo questo Viaggio voi accompagnerete il signor Baretti passo passo con la fantasia da Londra sino a Torino, ma sbalzerete con esso episodicamente ora sotto il freddo Polo, ed ora sotto l'ardente linea, perché egli ha non soltanto viaggiato molto di qua e di là con la persona, ma è ancora ito, lanciandosi col cervello, per un modo di dire da un globo all'altro nel nostro planetario sistema», assegura ainda a apresentação aos leitores. Com efeito, Baretti quis mostrar que era um autor versátil e apto a penetrar em todos os campos: o homem culto a par do viajante despretensioso. É por isso que as citações de bons autores antigos e modernos, as referências às obras e seus personagens conhecidas fervilham aqui e ali por todo o livro.

É certo que, em muitos casos, estes apontamentos de erudição não são mais do que uma tentativa de fazer humor. Às vezes, pela aproximação de figuras mais ou menos grotescas com grandes personagens da história literária, procura-se criar uma situação risível; com essa finalidade nasce, por exemplo, a comparação do soldado miserável à entrada de Estremoz a um Pátroclo ou a um Brandimarte... se tivesse de comer um guisado; e intenção também cómica e de certo modo irónica tem o pedaço de eloquência lusitana forjada na carta vigésima segunda. Outras vezes, as amostras de sapiência são usadas apenas com o propósito muito definido de ridicularizar os processos de que se servem os eruditos do tempo. Referindo-se, na carta trigésima quinta, ao que os escritores antigos haviam escrito das bailarinas peninsulares, o autor das *Familiari* afirma: «Fortuna vostra [...] che non ho meco né Marziale, né Giuvenale, né Scaligero. Oh se li avessi! non vorrei certamente lasciarmi scappar di mano l'occasione di farvi qui una bartolaggine maladetta d'erudizione, con le sue maladette postille in margine, che il più maladetto squaccheramento di sapienza non l'avreste mai visto!»; o curioso é que já antes, a título puro e simples de informação, Baretti havia falado na opinião dos três escritores ilustres e aí fizera-o de uma forma perfeitamente compenetrada.

Mais explícito ainda naqueles propósitos é uma passagem da carta de Plymouth a respeito da etimologia de certa palavra; «Che peccato, quando si viaggia, non portar con sé il *Malmantile* del Lippi con le note del Salvini! Se avessi ora meco quel poema, subito correrei a cercare quel che dice il dottissimo commentatore di *Oga Magoga*, essendo certo che il Lippi non può avere lasciata fuori quella fiorentineria dal suo *Malmantile;* e Dio sa che pezzo d'erudizione il Salvini avrà costì appiccato collo sputo all' *Oga Magoga* [1].

[1] Cfr. a carta 3.ª, que não figura no presente trabalho.

Mas deixemos esta faceta de erudição forçada e intencional, porque as *Lettere* evidenciam outra perfeitamente séria; e é a das muitas considerações que vai fazendo, ao longo do texto, sobre a Academia da Crusca e os problemas linguísticos, a poesia, a história ou a etimologia.

A falta de matérias concretas [1], uma pequena observação ou a averiguação de um facto banal pode ser o ponto de partida para exposições longas; e acontece algumas vezes termos a noção de estarmos a ler passagens desligadas e quase independentes da obra, introduzidas nela com certa violência para o recheio ser mais substancial. Estas interferências, surgindo no momento menos oportuno, são com frequência totalmente negativas na economia da obra.

Em Elvas, depois de páginas em que a festa da alegria popular é admiràvelmente recriada e onde se manifesta o entusiasmo e poder de comunicação do protagonista atento ao acontecimento inesperado, irrompem os comentários acerca dos perigos que correm os homens de coração sensível ao atravessarem a Espanha, por causa das Catalinas e suas irmãs. A vivacidade inicial perde-se e desaparece com as alusões aos antigos moralistas divorciados da vida e desconhecedores do coração humano.

Aqui, como noutros passos, julgando-se filósofo [2] e dono de um raciocínio profundo, o escritor não quer perder a oportunidade de se regalar a discutir conceitos abstractos para os quais não tinha sequer preparação adequada, nem tendência, e, não sendo de maneira nenhuma o pensador que se imaginava, as *Cartas* oferecem ao leitor não o desenvolvimento de um raciocínio filosófico, mas reflexões de moralista. A atitude feminista que aparece nas *Lettere* nasce, por exemplo, quase só da averiguação de qualidades morais mais desenvolvidas nas mulheres do que nos homens: seria por isso que se afirma a virtude potencial da mulher, que é um «anjo» em forma terrena, e o papel negativo e perversor do homem. E este pendor para a moral, manifestado concretamente de onde a onde, existe como um substrato sempre presente na dureza do escritor face às convicções dos outros, no desejo de fazer aceitar os seus princípios e de melhorar o mundo.

Entretanto, ligados a esta orientação ou independentes dela, há na obra momentos em que encontramos o Baretti pedagogo, e neste domínio ele consegue prender-nos pelo realismo e até modernidade dos seus pareceres.

Das palavras que escreve sobre pedagogia, ressalta em primeiro lugar a ideia de que a cultura, a civilização e a moral estão ìntimamente ligadas e dependem em grande medida da educação.

Observando que a psicologia feminina portuguesa enferma de defeitos graves, o Autor compara-a à inglesa e nota que as diferenças abismais entre elas provêm fundamentalmente do tipo de educação ministrado nos dois

---

[1] «Non avendo argumento per una lunga lettera datata da Merida, ho voluto schiccherare quella tantafera dell'uniformità», justifica o autor na carta quadragésima.

[2] «Poeta, filosofo e lessicografo», são as palavras com que se retrata na carta 26.ª.

países. Num deles, deixa-se o crescimento do indivíduo entregue a si mesmo; no outro, ele é orientado e dirigido desde o início para a realização de certos objectivos a conseguir.

Se as mulheres portuguesas têm má formação e com isso criam problemas de todas as ordens, a culpa não é delas, porque «se i padri loro sapessero educarle moralmente e cristianamente di buonora, e coltivare le loro menti, ed empiere loro di notizie e d'idee, e se sapessero correggere in esse per tempo l'umana natura» [1], tal não aconteceria. É porque em Inglaterra, afirma ainda o nosso Autor, a educação é cuidadosa e procura não descurar aspectos da personalidade, que as mulheres são tão cultas ou mais do que os homens, e moralmente sãs.

Vemos, portanto, que os ideais pedagógicos explanados dão igual lugar à educação espiritual ou moral e à instrução pròpriamente dita. Neste âmbito, as *Lettere Familiari* chegam a oferecer-nos indicações concretas sobre alguns tipos e métodos de estudo convenientes.

Na carta décima primeira, dirigindo-se especialmente ao irmão Filippo, Baretti dá-lhe conselhos práticos acerca da melhor maneira de o filho aprender línguas vivas. E já em Portugal, indo visitar o convento das freiras inglesas em Lisboa, afirma que gostaria muito que existisse um mosteiro idêntico na sua cidade e outros de religiosas que falassem outras línguas, pois «barattando le nostre nobili fanciulle da un monistero all'altro» elas aprenderiam fàcilmente esses idiomas «e una persona che sappia molte lingue è forza che abbia pure molta quantità d'idee che, secondo il mio pensare, son quelle che fanno sdrucciolar la vita molto meglio che non l'ignoranza, la quale in nul-l'altro consiste che in mancanza o paucità d'idee» [2].

Explìcitamente, as *Cartas* não tornam a referir planos de estudos, mas sabemos, por frases esparsas aqui e ali ao longo de toda a obra, que são considerados válidos todos os conhecimentos artísticos ou científicos, porque são eles que «allontanano l'uomo dal bruto e l'avvicinano all'angelo».

Embora se considere a si mesmo como um homem douto, o Autor lembra-se às vezes de que «in proporzione di quello che v'è in questo mondo da sapere, il più gran filosofante che viva sa tanto poco che è proprio vergogna che vada tronfio», o que o leva a apreciar muitos ingleses «letteratissimi» que, apesar disso, se julgam uns grandes ignorantes.

Sem o dizer categòricamente, via a aquisição da cultura como um processo activo e permanente, cheio de utilidade até, porque tornava mais agradável a vida, de si monótona, e melhor o género humano.

Mas, como já observámos, as palavras de Baretti contêm sempre uma grande amplitude que as torna indefinidas. Notando o seu interesse pedagógico e moralista, ouvindo-o repetir que era «cidadão da sociedade universal» como parte do «género humano», poderíamos imaginar no nosso Autor um espírito penetrado daquele humanismo típico do séc. XVIII que tendia a igua-

---

[1] Cfr. a carta 22.ª.

[2] Cfr. a carta 25.ª.

lizar povos e indivíduos de todas as raças e classes sociais. Contudo, parece que somos nós que lhe conferimos uma dimensão diferente daquela que ele realmente possuía, ao isolarmos no contexto geral da sua obra formas que eram na época lugares-comuns e ao darmos-lhes um valor que elas não tinham para o escritor.

Na *Frusta Letteraria* o escritor dirá que «la mia principal faccenda fu sempre di esaminare gli uomini vivi e d'apprendere i loro costumi e d'informarmi del loro poco o del loro molto sapere, e delle loro varie idee sì generali, che particolari, senza mai buttar via troppo tempo in ammucchiare incertezze ed inutilità» [1]. Com efeito, existia bem nítido em Baretti uma simpatia pelo homem vivo, que se revela na curiosidade em o conhecer e no ideal ético-pedagógico que marca a sua produção literária; mas o humanismo barettiano não é o humanismo dos iluministas seus contemporâneos. Nas *Lettere Familiari* podemos averiguar que só determinadas camadas ou grupos sociais o interessam verdadeiramente; os outros são marginais e votados ao desprezo. A educação que gostaria de ver generalizada é para os nobres; quem caracteriza uma nação são os «benestanti»; e o povo é a populaça vil que lhe não merece qualquer simpatia e de quem só fala, como dos povos exóticos, para apontar os defeitos.

Algumas vezes, porém, encontramos nas *Lettere* indícios de adesão a elementos ou grupos colocados muito baixo na escala social, como é o caso das cartas quarta e décima segunda, em que se detém a falar da infelicidade da hospedeira de Tavistock e das meretrizes de Londres. Conforme nos conta, «la mia natura sempre inquisitiva mi fece fare molte interrogazioni alla vecchia ostessa», prejudicada pelo feitor do duque de Bedford, mas além da emoção ocasional que tal facto lhe pôde merecer, da reacção de humanidade natural face à exploração de gente pobre e miserável, a sua conclusão primordial é que as «vantate leggi d'Inghilterra» são menos eficazes do que os Ingleses querem fazer crer às outras nações: «qui come altrove, i pesci grandi mangiano i piccini».

O humanismo barettiano tem toda a sua realidade na propensão do escritor em observar o homem, em o querer conhecer, e algumas vezes modificar, mas a sua investigação é feita do lado de fora, sem possibilidade de conferir a cada pessoa ou grupo de pessoas a individualidade espiritual de que é portadora.

Afastámo-nos um pouco da nossa linha com as considerações sobre a humanidade do nosso Autor, mas pareceu-nos oportuno fazê-las, porque elas ajudam a compreender talvez melhor as *Lettere Familiari*. Estas apresentam no seu conjunto um aspecto de pesquisa das realidades concretas e inquirição do homem vivo, que, nem por isso, se torna o centro da obra, porque o humanismo de Baretti é essencialmente pragmático. No verdadeiro fulcro do *Viaggio* permanece o autor, o viajante, com as suas inclinações e descobertas, e não o país, o povo, ou o mundo que encontra.

---

[1] Cfr. *La Frusta Letteraria*, ed. cit., n.º II, p. 176.

E) O PROSADOR

Sabemos que ao longo de toda a vida Baretti deu grande importância às questões da língua e do estilo e, por isso, tentámos extrair das suas palavras a linha mestra das suas cogitações. Agora, interessa-nos verificar até que ponto executou os seus princípios e, especialmente, avaliar a sua contribuição como escritor nas LETTERE FAMILIARI.

Acima de qualquer plano nota-se nas «Cartas» barettianas a decisão e o desejo de escrever: vemo-lo não só nas afirmações repetidas nesse sentido, como também na própria escolha (ou não escolha) dos temas. Mantidas como um diário de viagem, elas são o repositório das ideias e dos acontecimentos que vão surgindo ao protagonista que caminha em direcção a casa. Apesar do cansaço das noites mal dormidas e péssimos trajectos nas estradas ibéricas, todos os dias, invariàvelmente, Baretti gasta algumas horas a «scarabocchiare» as suas impressões mais recentes.

Não quer deixar passar o tempo sobre as sensações que lhe despertam os factos, porque «se vogliamo scrivere con vivezza bisogna scriver le cose subito che si vedono o che accadano, e non procrastinare; altrimenti le idee s'indeboliscono, e le pitture che cerchiamo fare riescono insulse e fredde» [1].

A sua vontade é a de ser espontâneo para ser vivo, de fixar as «coisas» imediatamente, de dar escape à fantasia e à imaginação quando elas ainda estão em acto. Vemo-lo assim deixar a descrição de coisas grandiosas para dar preferência a outras mais pequenas, mas cujo poder de excitação ainda se não perdeu [2].

Orientado por este ideal repentista, que no fundo é o que melhor se adequa à sua maneira de ser, e dirigindo-se aos irmãos, o escritor traça as cartas numa linguagem sem esforços aparentes, num tom onde ressalta um ameno coloquialismo. É exactamente nas ocasiões em que o entusiasmo de um acontecimento inesperado ou de uma cena movimentada se mantém presente que Baretti nos dá as suas melhores e mais interessantes páginas, porque nessas alturas, esquecidas as reminiscências literárias, o estilo ganha uma fluência e liberdade quase de conversa oral, propícia ao emprego de expressões felizes e pessoais, com um certo sabor a novidade. «Siamo lontani dall'esercizio stilistico di un letterato a tavolino (come erano i precedenti scritti barettiani) e siamo portati a riconoscervi un esempio di giornalismo moderno», diz Mario Fubini.

No mesmo sentido de aligeiramento da prosa erudita e tradicional, coloca-se o desenvolvimento da veia humorística do autor. De facto ele é perito em descobrir, até em situações aparentemente desprovidas de graça, certa dose de ridículo e o filão cómico escondidos sob a visível seriedade,

---

1 Cfr. a carta 41.ª.

2 Cfr. a carta 27.ª.

e o permanente ar de gracejo joco-sério chega a conferir às *Familiari* a unidade que lhe faltava quanto ao conteúdo. E a sugestão, a comparação oportuna, o paradoxo, vivem numa forma muito pessoal, onde a imagem peregrina e o neologismo bem cunhado têm a sua parte.

Contudo, também neste ponto Baretti não sabe manter-se numa justa medida. O universo de Berni, que imitara na juventude, nunca se apagou totalmente nas suas recordações e reaparece de vez em quando nas *Lettere* em verdadeiros «capitoli», como notou Fubini a propósito de algumas cartas escritas durante a navegação no Atlântico. O «bell'ingegno» de que se julga dotado não consegue resistir à tentação de provocar o riso, e então, o escritor tenta ser faceto indiscriminadamente, exagerando, caindo no sarcasmo corrosivo, perdendo de vista por momentos qualquer outro objectivo. E esta atracção pelos esquemas de Berni nem sempre é inconsciente: as referências ao poeta quinhentista e a intenção de competir com ele estão bem marcadas em alguns passos das *Cartas*. As descrições das hospedarias portuguesas tornaram-se talvez um pouco carregadas porque, segundo confessa o próprio autor, «m'è venuto più fiate il bello di mostrarmi acremente faceto e dispettosamente morale», o que lhe fez sentir vontade de competir com Berni numa «rettorica burlesca», para que «la mia descrizione non ceda a quella d'un somigliante mal pasto e d'un altro mal albergo fatta dal Berni nel suo famoso capitolo al medico Fracastoro» [1]. Mas esta tentativa, longe de resultar em excursos recreativos, causa ao leitor um certo aborrecimento e desagrada exactamente pela retórica desenvolvida no sentido do sarcasmo que tudo destrói.

Desta qualidade enfermam as descrições de quase todas as estalagens portuguesas e dos almoços «lautissimi» oferecidos pelos melhores hospedeiros de toda a Lusitânia; e a frase, até aí clara e coloquial, adensa-se em formas carregadas de sufixos pejorativos e adjectivos de sentido distorcido em todas as direcções possíveis.

Baretti aproveita as situações para se mostrar um bom prosador, e parece lícito concluir de novo com Fubini que nas *Lettere* as «coisas» se tornam muitas vezes um mero pretexto para nos mostrarem a desenvoltura do escritor.

Semelhantes exercícios de estilo, tão cuidados como os anteriores, são os que o Autor procura fazer quando a matéria de que trata é susceptível de grande elevação. Exemplo flagrante e sempre apontado, é a carta sobre o terramoto de 1755: o esforço de se colocar à altura do tema afasta sentimentalmente Baretti, que, assim, escreve um relato, cuja tensão estilística se não identifica necessàriamente com uma tensão emotiva que não podia estar presente, senão como esforço mental, no coração de quem não viveu na carne e no espírito o horror daquela tragédia (o mesmo acontece a Plínio-o-Moço em duas célebres cartas sobre a erupção do Vesúvio). Daí o lançar mão de recursos expressivos, não despidos de certo matiz de retórica, aptos a recriar

---

[1] Cfr. a carta 38.ª.

«a frio», à distância de cinco anos, uma atmosfera abrasada de sofrimento e desespero: embora seja visível o esmero em imaginar a sucessão dos factos e o cuidado em procurar termos variados, o escritor emprega aquele estilo, que tantas vezes combatera ou combateria, de transposição verbal, de colocação do adjectivo no fim do período, ou de expressões meramente retóricas. Estas páginas, que tanto lhe agradavam, saltam à vista como exemplos daquela prosa boccaciana que Baretti detestava; o que levou Jonard a ver nelas algumas semelhanças com trechos de Boccaccio sobre a peste em Florença.

A preocupação de se pôr ao nível dos assuntos manifesta-se igualmente nas várias ocasiões em que o Autor tenta mostrar-se culto e, por estranho que pareça, a prosa das *Lettere* perde em qualidade, exactamente nos pontos em que a intenção de se evidenciar como escritor o absorve.

O balanço final do estilo que Baretti adoptou no seu livro é, porém, inteiramente positivo; parece até ser de plena justiça afirmar que constitui a contribuição mais válida da obra. No fundo, todas as situações lhe agradam, porque o seu interesse máximo é o de escrever. Por tudo isto as *Familiari* oferecem ao leitor momentos de verbalismo fácil ou de estudada retórica, mas «o sentimento» mais vivo que circula no livro é a alegria do escritor que encontrou pela primeira vez a própria matéria e se compraz em exprimi-la de várias formas, ensaiando as suas forças» [1].

* * *

A título de pura curiosidade, não nos parecem descabidas algumas considerações sobre o conhecimento que Baretti teria tido do idioma português, sabida como era a sua propensão para as línguas e referindo-se o Autor expressamente ao seu estudo no texto das LETTERE FAMILIARI.

Giuseppe Baretti preocupou-se desde jovem com as línguas vivas. Diz-nos ele mesmo que em novo procurava imitar a pronúncia das «máscaras» da *Commedia dell'Arte* e a do povo da sua região natal. Teria sido esse exercício que lhe deu um certo hábito de acomodar os órgãos fonadores aos mais diferentes sons e lhe facilitou depois a aquisição oral do inglês, que uma longa estadia na Grã-Bretanha havia de aperfeiçoar e completar com um conhecimento profundo da linguagem escrita, literária e coloquial. O seu domínio do francês e do espanhol, embora menos perfeito, era também apreciável, e nas cartas que data de Portugal dá a entender, em diferentes passos, que não era um ignorante em português.

Afirma na carta décima primeira: «chi si vorrà mettere da buon senno a studiare, imparerà qualsisia lingua, come faccio ora con la portoghese, che non giungerò in Lusitania senza saperla, come che io non mi sia messo a studiarla in sul serio che da cinque o sei settimane in qua, e come che io non mi aspetti di aver a sbarcare in Lisbona in meno d'un'altra settimana».

---

[1] Cfr. MARIO FUBINI *Dal Muratori al Baretti*, p. 258.

A verdade é que o autor não tencionava «imparare tanto portoghese da riuscire un critico di tal lingua» e contava com as «molte affinità» do espanhol, como auxiliar na sua aprendizagem do português.

Baretti julga-se apto a compreender bastante bem este idioma, mas a confiança nas suas possibilidades nem por isso é grande; «Gli è vero, fratelli, che mi dà l'animo d'intendere e di farmi intendere in questa lingua con le non poche parole e frasi che ho rubate a una cattiva grammatica lusitanica, e più con l'aiuto di quel tanto castigliano che studiai vent'anni fa, e che ho in gran parte richiamato alla memoria [...]; nulladimeno giudicai bene di farmi venir dietro [...] il mio oste inglese, il quale parla il portoghese francamente».

Aliás Baretti não tinha uma noção exacta dos limites e da individualidade do nosso idioma: como ainda hoje é algo corrente, considerava-o um dialecto do castelhano, e é por isso que tem tanta confiança num estudo de algumas semanas. No entanto, se o conhecimento do espanhol o auxiliou sem dúvida na compreensão do português, a influência daquela língua persiste sempre que o escritor quer usar termos nossos, sujeitando as palavras a contaminações permanentes, quando não escreve mesmo os vocábulos castelhanos em seu lugar. E o que é interessante é que mesmo a toponímia sofre de espanholização.

Apesar da indubitável facilidade e do gosto do piemontês pelas línguas, neste caso o resultado não foi satisfatório. É perfeitamente normal que assim tenha acontecido e o contrário seria de espantar, com tão pouco tempo de estudo. Mas não parece sequer que Baretti tivesse plena consciência da ajuda prejudicial que o espanhol lhe deu na aprendizagem do português.

ALGUNS DOCUMENTOS

A

JOURNEY

FROM

LONDON TO GENOA,

THROUGH

ENGLAND, PORTUGAL, SPAIN, and FRANCE.

By JOSEPH BARETTI,

Secretary for Foreign Correſpondence to the Royal Academy of Painting, Sculpture, and Architecture.



IN FOUR VOLUMES.

VOL. I.

LONDON,

Printed for T. DAVIES, in Ruſſel-Street, Covent-Garden; and L. DAVIS, in Holborn.

MDCCLXX.

Rosto do primeiro volume das *Lettere Familiari* na redacção inglesa do próprio Autor.

IL BERETTI

INSTRUITO

NELLE COSE

DI PORTOGALLO,

E SUOI ERRORI,

CON UN OPUSCOLO

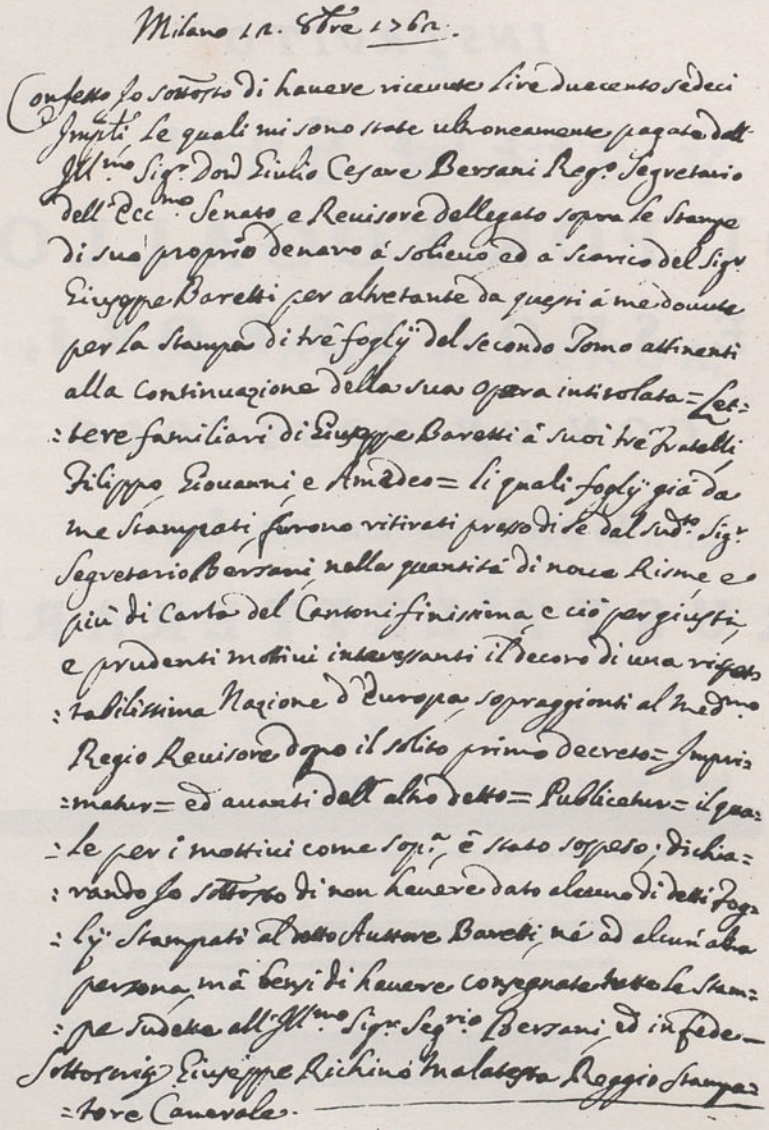
CONTRO LA DI LUI

FRUSTA LETTERARIA.

ROVEREDO 1765.

CON LICENZA DE' SUPERIORI.

Rosto de um opúsculo anónimo contra Giuseppe Baretti



Milano 12. 8bre 1762.

Confesso Io sottoscritto di hauere ricevuto Lire duecento sedeci Imperiali Le quali mi sono state ultroneamente pagate dall'Ill.mo Sig.r Don Giulio Cesare Bersani Reg.o Segretario dell'Ecc.mo Senato e Revisore dellegato sopra le Stampe di suo proprio denaro á sollievo ed á scarico del Sig.r Giuseppe Baretti per altrettante da questi á me dovute per la stampa di trè fogli del secondo Tomo attinenti alla Continuazione della sua opera intitolata = Lettere familiari di Giuseppe Baretti á suoi trè Fratelli Filippo Giovanni e Amadeo = li quali fogli già da me stampati furono ritirati presso di se dal suddetto Sig.r Segretario Bersani nella quantità di nove Risme e più di Carta del Cantoni finissima e ciò per giusti e prudenti motivi interessanti il Decoro di una rispettabilissima Nazione d'Europa sopraggionti al medesimo Regio Revisore dopo il stilato primo decreto = Imprimatur = ed avanti dell'altro detto = Publicatur = il quale per i motivi come sopra è stato sospeso; dichiarando Io sottoscritto di non hauere dato alcuno di detti fogli stampati al detto Autore Baretti, né ad alcun'altra persona, ma bensì di hauere consegnate tutte le stampe suddette all'Ill.mo Sig.r Segr.io Bersani ed in fede = Sottoscritto Giuseppe Richino Malatesta Reggio Stampatore Camerale.

4

Declaração do impressor milanês Giuseppe Richino Malatesta, datada de 12 de Outubro de 1762, em que o tipógrafo atesta ter recebido a quantia de 216 liras «imperiais» a título de indemnização pelas primeiras três folhas do 2.º volume das *Lettere Familiari* de Giuseppe Baretti, embargadas depois de impressas.

[*O original guarda-se no* Archivio di Stato, *em Milão*]

Eccellenza



In esecuzione de' veneratissimi comandi a viva voce comunicatimi da V.E. al provido oggetto di riparare ogni ulteriore richiamo del Ministro di Portogallo sopra la continuazione delle lettere, che Giuseppe Baretti intendeva di pubblicare con queste stampe intorno ai suoi viaggi, non ho tralasciato con la norma di quelle superiori prevenzione di nuovamente esaminare l'originale delle successive altre lettere di detto Autore già da me prima veduto, e le quali erano in procinto di essere pubblicate.

Ritrovetti perciò che se il mentovato Ministro di Portogallo erasi con V.E. doluto malamente delle prime lettere già pubblicate, molto più avrebbe potuto lagnarsi delle successive, come alquanto più risententi i difetti di quella Nazione.

E sebbene per ispirito del mio officio non mi sarebbe mancata in Sala appunto una giusta difesa sul reimpio di tanti libri stampati altrove, i quali appaiono più liberamente parlano dei difetti delle Nazioni in generale, ed in particolare della Portoghese, come si può vedere nella Grammatica Geografica del Gordon stampata in Venezia l'anno 1754. nella stamperia di Andrea Poletti con le dovute revisioni ed approvazioni di quei Magistrati dove alla pagina 142. compendiosamente descrive i costumi dei Portoghesi. Ciò non pertanto atteso il richiamo come sopra, attese le gelose correnti circostanze di detta Nazione, e pel dovuto riguardo ai Superiori ordini di V.E. ho stimato necessario d'impedirne la pubblicazione, giacchè ora in tempo di poterlo fare, con ritirare presso di me tutte le carte già stampate nella quan-

1 -tità

nella quantità di nove ritme

Acciocchè poi non nasca ad insorgere qualche privato litigio trà lo stampatore, e l'Autore Barretti sopra la spesa, e pagamento di detti fogli stampati, e ritirati presso di me, ho parimente preso l'espediente di rimborsare col mio proprio denaro lo stampatore a sollievo ed a totale servicio del Barretti, come V.E. si degnerà riconoscere dalla ingiunta copia di conto di detto stampatore

L'Autore poi, il quale prima si era lasciato persuadere a volersi modificare le sopra già pubblicate sistemate ad alcuni difetti da lui notati dei Lavagli, e ad osservare una già riservata cautela nella Continuazione delle altre sue Lettere, mi ha poscia ultimamente detto, che non riuscendogli agevole di ciò fare, aveva determinato di non voler proseguire la sua opera in questa stampería

Col formarsi adunque la stampa di detta Lettera in questo Dominio, potrà essere ben contento il Ministro di Portogallo, il quale dovrà astenersi riconoscerlo per un provido effetto della grazia, accordiscendenza di V.E. alle di lui premure

Forse potrebbe accadere che l'Autore facendo stampare altrove le dette sue Lettere, vi facesse porre sul di queste stampe la data di Milano, ma di questo, qualora si verificasse, ben vede l'E.V. che io non sarei tenuto a darne ragione, bastandomi di aver accennato questo caso come compreso fra i possibili, affinchè V.E. quando lo creda opportuno, ne faccia avvertito l'Autore a non abusarsi di tal data

Spero che V.E. si degnerà di aggradire la già sovrapposta diligenza da me praticata nell'affare, di cui si tratta, anche con lo spontaneo

sagrifizio del proprio denaro a sole fine di con' meglio prevvidere le
provide intenzioni di V.E. e di eseguire colla maggiore possibile attenzione
li sapienti comandi delle medesime, alla quale umilmente soggiungo
come le provvidie della revisione delle stampe per se così gelose,
e così frequenti, si è un di più delle altre incumbenze del mio
officio di Segretario del Senato, e per cui non vi è alcuno emolumento,
o stipendio fisso
Stò l'onore d'inchinarmi a V.E. con profondissimo ossequio, e di essere

Di V.E. Milano 15. ottobre 1762.

3

Umilissimo divotissimo servidore
Giulio Cesare Bersani
Segretario del Senato, e Revisore delegato -

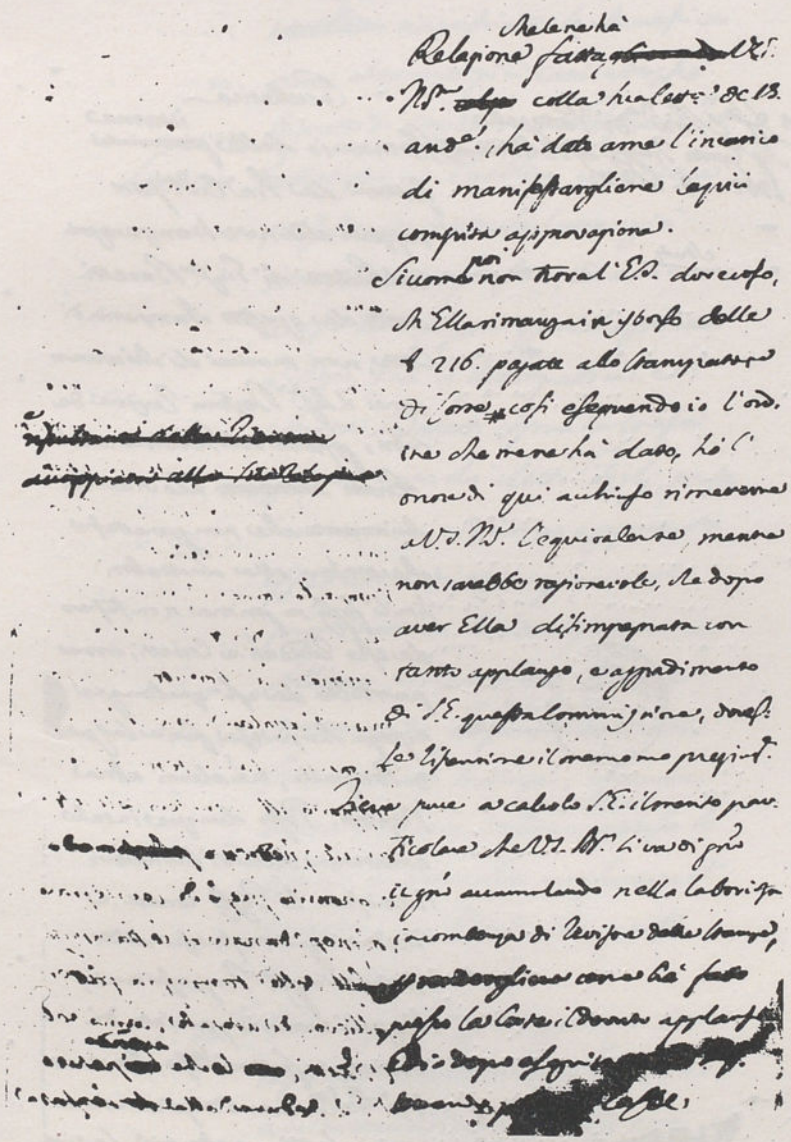
Ofício, datado de 15 de Outubro de 1762, em que Giulio Cesare Bersani, Secretário do Senado e Revisor Delegado em Milão, relata ao conde Carlo di Firmian, Governador da Lombardia austríaca, as suas diligências acerca do protesto apresentado pelo embaixador português Freire de Andrade contra a publicação das *Lettere Familiari* de Giuseppe Baretti.

[*O original guarda-se no* Archivio di Stato, *em Milão*]

Ill.mo Sig.r Co: Bagliani
Vol. 24. Stor.

Ill.mo Sig.r

Doppoche V.S. Ill.ma ritenuta la
prevenzione fattale dal S.r il
P.e M.o S. ~~viene bruciando~~,
Bianchi
a dopo aver nuovamente esaminate le altre
diffusive cose dell'Bacci, che
erano in procinto di essere pubblicate
ha stimato della sua somma sua
saviezza, e prudenza, di impe-
dirne la pubblicazione, col privare
presso se tutte le stampate, già stam-
pate perche troppo avrebbero
potuto di pregiudizio all'Onore di
Bonfalco come alquanto più
caricanti li difetti di quella
Nazione, ha dovuto l'E.V. com.
mend.e applaudire, e alcun per-
to consegno datoli tenuto per
rapporto all'onorifico dell'affare,
e all'esprimerle ~~pienissimo~~
economico preso di reintegrare
col prop.o danaro il 6 stampatore
~~[illegible]~~ delle stampe già fatte
[illegible] Ed avendo scritto al
Bacci, come ha che [illegible]
[illegible] dedurre dalle sue lettere



Louvor do Governador da Lombardia austríaca, conde Carlo di Firmian, ao «Revisor Delegado» Giulio Cesare Bersani pela eficiência da sua actuação no melindroso problema das *Lettere Familiari* de Giuseppe Baretti. Data: Milão, 24 de Outubro de 1762.

[*O original guarda-se no* Archivio di Stato, *em Milão*]

All'Illma Sig.ra Sig.ra Padrona Col.ma
Il Sig.r di Pomyalo
1762. 4. Dec.

Studj

Eccellenza

Ilmo

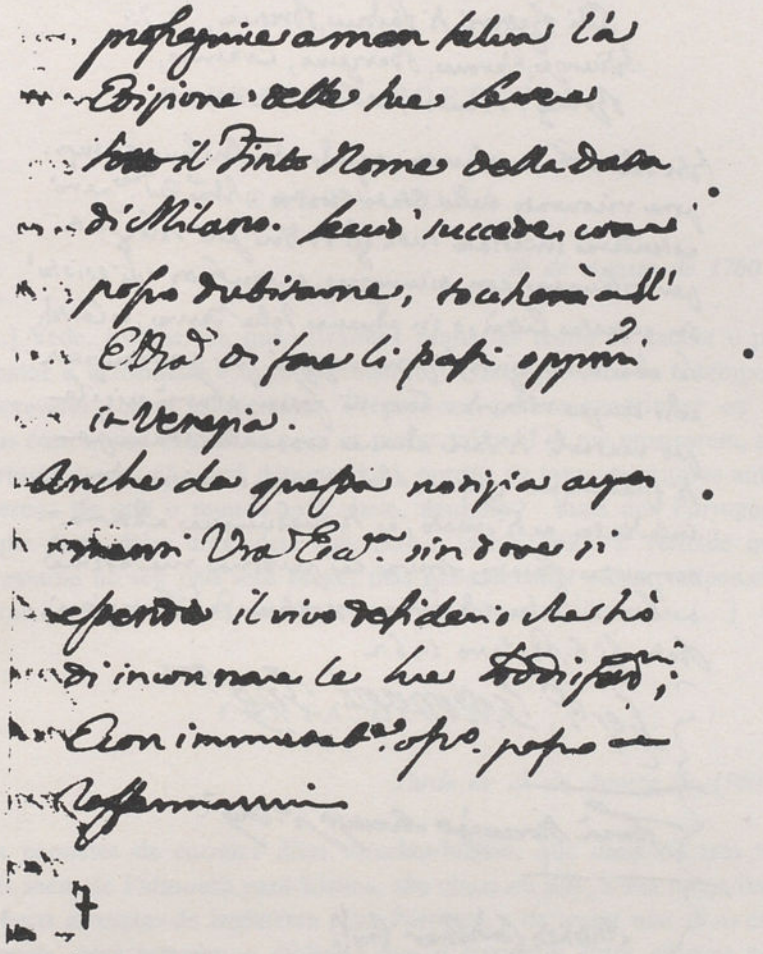
Stimo io della piena fiducia
fattemi dalla Vra Eccza per
rapporto alle nove stampe
della Bibbia di Sig.r Baretti
uscite da questa stamperia di
Corte, non mancai di chiamare
avanti il Sig.r Reform. Cenjnes da
Libri, appresso del Governo, e del
Censore ecclesiastico gli incarichi
loro fatti da Vra Eccza che non permettesse
che uscisse alla Luce alcun
simile foglio se prima non fosse
da esso Cenjnes, come pure da
altri qualunque
stampa la presente fosse stata posta
di Pomyalo, né alcun'altra
ragione. Posto dunque in tale
avvertenza dalle di Lui mani
ricevette li Fogli correti, e
riveduti già rimessi alla
stamperia dell'Impressione,
li quali erano in procinto di
uscire; e fattomi dire, che se da
Vra Eccza avesse di piacere la
prima lettera, molto più la

...allora ninc[illegible] le seccature
...come alquanto più caricate, che
...stimato di impedirne [illegible] la
...[illegible] al Pubblico con ridurre
...presso di le tutte le Carte già
...impresse; ed acciò non
...avesse ad insorgere qualche pretesa
...diritto fra lo Stampatore, e l'
...Autore Baretti sopra la spesa,
...spogliamento di detti Fogli, prese
...l'economico, e d'ame approvato
...spedizione di rimborsare col
...proprio danaro lo Stampatore a
...pubblico, e carico del Baretti,
...ritenendo in sua casa
...le accennate stampe, che non
...erano di poco volume, avuto a
...spazio grande, che ne faceva l'
...Autore si in Parte, che nelli
...Aromicini.

L'Autore poi il quale prima si era
...spiacato grandemente del Cavaliere
...aver modificate le Opere già
...pubblicate, e ad operare una
...più riservata [illegible]

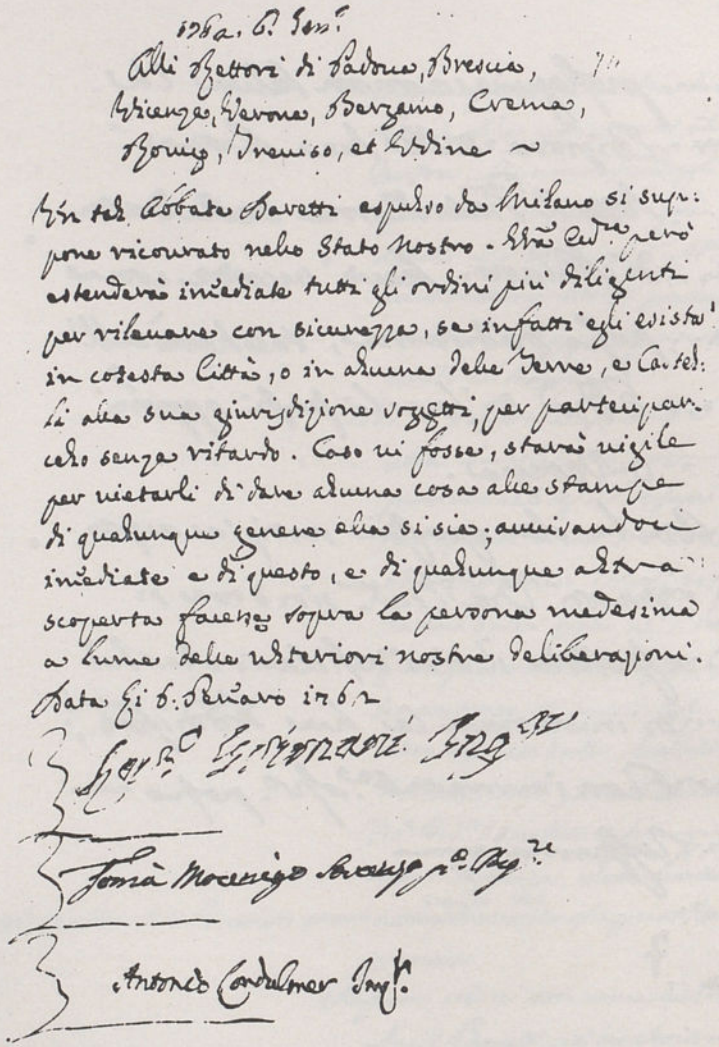
5 Bis

continuazione delle altre sue
Lettere, dirà ultimamente al
Veritas, che non intendendo gli
agevole di ritrattare ciò già
dedotto alla notizia del Pubblico,
aveva determinato di portarsi
in altro Paese, e proseguire in
quello la sua opera.
Non hò potuto che applaudire
alla singolare diligenza
praticata dal Sig.r Bertani
nell'assunto, di cui si tratta, e
non lascierò in dubbio del
danaro datoli spesso, nè l'hò
fatto prontam.te rimarcare,
ben conscio di aver in tal
modo rapito dalle sue Labbri
il Male, e di poter dare a
Vra Ecc.za questa testimonio
non indifferente ~~della mia~~
verso la
dell'zjuardo, che hò voluto avere adempiuta alla ossequiosa sua
premura.
Resami noto di avermare a V.E,
che il Bertani si è trasferito a
Venezia, dove giunto ha lasci-
to qui respirare i suoi abbi di



Ofício do Governador da Lombardia austríaca, conde Carlo di Firmian, ao embaixador português Freire de Andrade, pondo-o ao corrente das resoluções que tinham sido tomadas sobre as *Lettere Familiari* de Giuseppe Baretti. Data: Milão, 4 de Novembro de 1762.

[*O original guarda-se no* Archivio di Stato, *em Milão*]



Circular enviada pelo *Inquisitore di Stato* da República de Veneza, Lorenzo Grimani, aos Reitores dos distritos de Pádua, Brixia, Vicência, Verona, Bérgamo, Crema, Rovigo, Treviso e Údine, proibindo Baretti de publicar qualquer obra dentro do Estado de Veneza. Data: 6 de Janeiro de 1762, *M. V.*

[*Original no* Archivio di Stato, *em Veneza* (Inquisitori di Stato: Busta 64, n.º 742)]

CARTAS DE PORTUGAL

CARTA NONA

28 de Agosto de 1760

[...] Vede, irmãos, de que estranhas ninharias tenho de encher o papel para matar a ociosidade e o aborrecimento! Mas aproxima-se o tempo em que escreverei coisas estupendas. Preparo-me para esquadrinhar os Portugueses com muito cuidado e para os pintar tal qual se me mostrarem, coisa que certamente vos não será desagradável, porque de tantos escritores antigos e modernos de que o mundo está cheio, nenhum [1] disse dos Portugueses, nada que desse deles uma ideia suficiente e satisfatória. É verdade que a minha estadia no seu país será breve; mas nada deixarei passar despercebido e superarei a brevidade da estadia com a atenção e a diligência. [...]

CARTA DÉCIMA

Tarde de 28 de Agosto de 1760

Os paquetes de carreira ditos «packet-boats», que duas ou três vezes por mês saem de Falmouth para Lisboa, são cinco ou seis; a sua única função é a de levar as cartas de Inglaterra para Portugal, e de trazer não só as cartas de resposta, mas também o dinheiro que o comércio entre os dois países rende aos Ingleses.

Sabeis que os portugueses têm um país com muitas regiões estéreis e que as produtivas, além de vinho e citrinos, não dão aos habitantes nada em excesso que, por consequência, possa ser mandado para os países vizinhos. Como a Inglaterra não produz nem citrinos nem vinho, Portugal fornece-a abundantemente destas duas mercadorias, que se consomem incrìvelmente naquela

---

[1] O período de maior interesse dos estrangeiros por Portugal ainda não chegara, mas, ao tempo, muito se havia escrito já, porque o terramoto celebrizara tràgicamente o país. [Cf. p. 400, nota 1]. Das publicações e rumores que corriam, devia o nosso Autor estar medianamente informado, por fazer parte do círculo de Johnson. É aliás evidente da leitura das *Lettere*, que Baretti não chegou à Península totalmente ignorante a respeito dela, ou, pelo menos, despido de interrogações.

ilha. Os portugueses têm ainda na América meridional o reino do Brasil, que dantes só produzia açúcar e tabaco e que há poucos anos se descobriu casualmente ser farto em ouro e diamantes e, por isso, tornou-se para eles uma colónia importantíssima, não muito inferior a qualquer das três famosas colónias espanholas do México, do Peru e do Chile que, como todos sabem, enviam há muitos anos inumeráveis riquezas para Espanha. Além do Brasil, na América, os Portugueses possuem Goa nas Índias Orientais e alguns outros territórios nas costas de África e da Ásia, e outras terras e ilhas em várias partes do mundo, e tudo isto em conjunto torna o rei de Portugal um senhor poderoso, porque lhe rende três para quatro milhões de libras [1]. Contudo, uma grande parte de tamanha riqueza, mal lhe chega às mãos, passa logo para as dos Ingleses, Franceses, Holandeses e outros povos, que, vendendo aos Portugueses muitas coisas que o país não produz e das quais não podem prescindir, são todos pagos com o esplêndido ouro do Brasil. Mas o que os Franceses, os Holandeses e outras nações sacam do erário do rei de Portugal e das bolsas dos seus súbditos por via comercial, é muito pouco em comparação com o que é sacado pelos Ingleses. Estes são os principais abastecedores de Portugal em cereais, panos, sedas, coiros, peixe salgado e outras inumeráveis coisas, geralmente manufacturas, pelas quais recebem em troca vinho e citrinos, como já referi. Mas como o vinho e os citrinos não chegam nem de longe para pagar aos ingleses as tantas mercadorias que fornecem a Portugal, o excedente é-lhes pago em divisas. É esse dinheiro que os barcos-correio transportam todas as semanas de Lisboa para Falmouth; e a gente aqui a bordo diz-me que raramente trazem neste navio menos de quarenta mil lisboninas [2], o que significa mais de um milhão de liras de Sabóia, ou seja mais de cem mil cequins venezianos.

Às vezes acontece até que o dinheiro para transportar é tanto que o navio se mete de popa ou dá à banda mais do que o normal para um lado, e, por isso, não corre com tanta velocidade como devia. Têm os ingleses muita razão quando destinam os seus melhores barcos para este efeito e quando diligentemente os mandam querenar no fim de cada viagem, para que sulquem àgilmente as águas, e fiquem aptos a fazer uma travessia rápida de um país

---

[1] Talvez um pouco de exagero barettiano. Nota-se, no entanto, em toda a carta, um conhecimento bastante sério do problema económico português. A «Journey» alarga-se um pouco mais quanto às vantagens que o comércio traria a ambas as nações e prevê a continuação das trocas por longo tempo.

[2] *Lisboninas*: nome dado pelos Franceses a moedas portuguesas de ouro do século XVIII, que gozaram de circulação internacional. Ao que parece, trata-se de moeda de D. João V e talvez da dobra de 4 escudos (6 400 réis), criada em 4 de Abril de 1722. A. C. Teixeira de Aragão, «Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governantes de Portugal», não contém qualquer referência. P. Batalha Reis, «Cartilha de Numismática Portuguesa», vol. I, Lisboa, 1952, pp. 379 e 486, refere a designação, mas não dá indicações muito precisas. Pelo texto, não é claro se se trata de denominação geral dos franceses para peças de ouro, ou se se aplica exclusivamente a uma específica moeda.

para o outro e capazes de, em sendo preciso, se escaparem às emboscadas e aos caçadores de tão grande tesouro.

Calcula-se portanto que, ano sim ano não, os Portugueses dêem aos Ingleses dois milhões de libras, além dos vinhos e citrinos de que a Inglaterra precisa e cujo valor se calcula noutro meio milhão de libras. Os Portugueses poderiam reter muito desse dinheiro no país, se quisessem ser activos, dar-se à agricultura e criar manufacturas próprias; mas a preguiça e a vaidade, pelo pouco que deles ouvi, não lhes permite pensar em se industriarem e em trabalharem com afinco. Creio que também eu, se pudesse, deixaria de me afadigar e industriar.

Valete, fratres.

CARTA DÉCIMA PRIMEIRA

Do navio, 29 de Agosto de 1760

[...] Quem se quiser pôr a estudar com vontade aprenderá qualquer língua, como faço eu agora com a portuguesa, que não chegarei à Lusitânia sem a saber, embora me não tenha posto a estudá-la a sério senão há cinco ou seis semanas e espere desembarcar em Lisboa daqui a menos de outra semana. Isto, que à primeira vista vos parecerá quase incrível, já vos não parecerá tal quando vos disser que a língua portuguesa tem muitas afinidades com a espanhola, que agora refresquei totalmente. E não pretendo aprender tanto português que me torne um crítico em tal língua. Chegar-me-á saber o bastante para me fazer entender e entender medìocremente os outros. Aqui no navio há três ou quatro que falam português e, quando estou muito atento ao que dizem, são poucas as palavras que me escapam; por isso espero que, quando só ouvir à minha volta palavras portuguesas, o meu ouvido se acomode depressa ao som. Foi isto que me aconteceu em Inglaterra. [...].

CARTAS XII—XIII—XIV—XV

[Omitem-se estas cartas que se não referem a Portugal.]

CARTA DÉCIMA SEXTA

Lisboa, 31 de Agosto de 1760

Depois de um mais que próspero navegar, ontem, às oito horas da noite, desembarcámos nesta cidade. O nosso amável capitão queria a todo o custo reter-nos ainda uma vez, para jantar e dormir na sua casa oceânica; mas o

fastio do mar, o balanço do navio e o contínuo fragor de sete dias e sete noites tinha-me moído tanto, que não consegui resolver-me a fazer-lhe a vontade.

Se vocês fôsseis os descendentes de Cristóvão Colombo [1], rir-vos-íeis de mim, irmãos, ouvindo-me falar com tanta repulsa de uma viagem de mil milhas apenas, que cerca de mil milhas fizemos nós, saindo da rota duas vezes para evitar perseguidores. Mas não é brincadeira, para quem não está acostumado ao mar, percorrer sem parar um pouco em terra a vigésima primeira parte da circunferência do globo terráqueo [2]. Só sei que, quando desci para a praia, mal me podia ter em pé, e que tiveram de me dar o braço, como se eu fosse uma bela dama, para me levarem até à hospedaria; e tão-pouco me foi fácil dormir um bocado na noite passada, de tal modo o sangue e a alma me estuavam ainda no corpo como se estivesse a dormir na minha essa [3].

Ontem, pelas cinco horas da tarde, vimos bastante nìtidamente um promontório que os navegantes ingleses chamam THE ROCK OF LISBON (O Penedo de Lisboa) [4], e que é um monte quase tão alto como o de Superga [5]. Esse penedo, visto de longe, parece um amontoado de penhascos estéreis; no entanto, dizem-me que de cima a baixo existem lá óptimas pastagens para manadas e rebanhos, aprazíveis arvoredos e vinhas de grande beleza.

O navegante que vê pela primeira vez este promontório tem de pagar qualquer coisa de beber aos marinheiros, senão atam-no a um mastro, puxam-no para cima e depois deixam-no cair a prumo na água, duas ou três vezes, para divertir a comitiva. Por isso, o senhor Eduardo e eu, que não gostamos de nos embriagar de água salgada como a mãe de Aquiles [6], usamos para com eles da nossa costumada liberalidade. Este costume é tão religiosamente mantido por aqueles marotos que a despótica autoridade dos capitães sobre as equipagens cessa neste caso e não está nas suas mãos livrar alguém de pagar ou de sofrer o mergulho. E fez-me rir muito um renegado de marinheiro, que por muito pouca pecúnia me ofereceu o espectáculo desse mergulho na sua própria pessoa. Merecia ver-se como berrava e simulava horror e medo mortal quando o içavam, e mais ainda quando o deixavam cair!

No mais alto píncaro do Penedo de Lisboa, descobri com o óculo do capitão um edifício tosco, a modo de convento, que os meus ingleses, pouco conhecedores das nossas ordens de frades, chamam «The Cork Convent» (O Convento da Cortiça) [7] e não me souberam dizer por que espécie de reli-

---

1 O descobridor da América. *[N. do A.]*.

2 Calcula-se que o diâmetro da Terra tenha cerca de sete mil milhas. *[N. do A.]*.

3 Sentido humorístico: o beliche era tão mau que mais parecia um ataúde.

4 O Cabo da Roca.

5 Monte a pouca distância de Turim e conhecidíssimo por um bonito templo que tem no cimo, no qual repousam as cinzas de Vittorio Amedeo, primeiro rei da Sardenha. [*N. do A.*].

6 A deusa Tétis. *[N. do A.]*.

7 É o convento dos Capuchos, descrito na carta XXVII.

giosos é habitado. Suponho, contudo, pela descrição que me fizeram dos hábitos, que são Franciscanos. Chamam-lhe «Convento da Cortiça», porque, segundo dizem, as mesas, os bancos, as camas e todos os outros móveis de casa desses religiosos são feitos da madeira a que nós chamamos cortiça, com a qual se fabricam rolhas para as garrafas de vinho.

Ultrapassado o promontório, vi muitas, muitas casas ao longo da costa e, entrando depois de uma hora de velejar no famoso rio Tejo, é impossível descrever a magnífica e graciosa vista das inúmeras construções que lhe alindam especialmente a margem direita. Perguntei ao nosso cirurgião, onde tinha sido o terramoto, porque naquela margem não conseguia ver nenhum efeito dele; respondeu-me que infelizmente os veria, e bem pavorosos, na cidade, que estava algumas milhas mais acima. Da embocadura do rio, contudo, os castelos e as torres, e as fortificações e os palácios e as casas sem fim, todas bem caiadas, com as vidraças bastante limpas e as portadas das janelas pintadas de verde, fazem o mais gracioso efeito que existe. Acrescente-se a isto os jardins que aparecem de onde em onde por entre as habitações; eles tornam todo o declive da margem do rio como um lugar criado por magia, como o palácio da fada Alcina [1]. Sei que de perto tudo isto não parecerá tão excelente; mas, de longe, é uma coisa extremamente bela e perfeitamente comparável à cidade e arredores da soberba Génova.

Mal se entra no Tejo, cuja foz se alarga mais de duas milhas, vê-se uma aldeia, chamada Belém, onde o rei tem vivido sempre desde o terramoto, porque o seu palácio na cidade foi por aquele tremor de terra inteiramente destruído. Quem do rio vê Belém e as tantas casas que servem de residência aos príncipes de sangue, ao Patriarca, aos ministros estrangeiros e aos principais senhores deste reino, já se não lembra de espectáculos que, lhe tenham contentado mais a vista do que este.

Pelas oito horas lançámos a âncora, descemos para o escaler e dirigimo-nos para a cidade. E eis-me muito confortàvelmente alojado, um pouco fora de Lisboa, no alto de uma colina chamada «Buenos Aires», em casa de um estalajadeiro inglês que imediatamente me abasteceu de melões, figos, uvas e melancias dos quais eu estava morto por fazer uma barrigada, porque em Inglaterra figos, uvas e melões não são vulgares nem tão bons como os nossos, digam o que disserem alguns senhores ingleses que, às vezes, chegam a ter a desfaçatez de julgar os seus frutos melhores do que os nossos. E de melancias, que eles chamam «melões-de-água» [2], só vi algumas muito insípidas e pequeníssimas, em todos os anos que passei naquela ilha.

---

[1] Veja-se Ariosto. *[N. do A.]*. Como é sabido, a mágica Alcina é das personagens mais fascinantes do *Orlando Furioso:* veja-se a descrição dos seus jardins encantados no c. VI, oitavas 20-25, e ainda a sequência das suas vicissitudes nos cantos VII (16...; 73...), VIII (12...) e X (48...).

[2] No texto surge a forma «poponi d'acqua» que reproduz a inglesa, «water-melon». Em vários falares dialectais, principalmente da Itália do Sul, a melancia tem exactamente o nome de «melone d'acqua».

Passaremos aqui alguns dias e visitaremos a cidade e seus arredores miùdamente; e oh, pelo que prevejo quantas coisas terei para vos escrever sobre Portugal! Entretanto, desta minha janela gozo uma vista muito pitoresca da cidade, de Belém, das colinas em redor esparsas de novas casas, ou antes de novas aldeias, do rio e dos navios que lá estão fundeados em bom número. Daqui a pouco vou sair para ir à igreja e depois começar a ver qualquer coisa, e a seguir ao almoço iremos assistir a uma tourada que, segundo me dizem, promete ser uma coisa estupenda e a respeito da qual sabereis o meu parecer, se o sol me não derreter e as moscas me não comerem, porque o sol aqui queima bastante e de moscas há nuvens. Entretanto encontrei um tal Baptista, francês, que me serviu muitos anos em Inglaterra e me deixou no ano passado para correr atrás de uma apaixonada, que se tornou depois aqui sua mulher. Não quis trazer um criado de Londres sabendo que este estava em Lisboa e esperando tê-lo comigo nesta viagem. Devo dizer que o rapaz me é altamente afeiçoado, conhece muito bem a Espanha e palra quatro ou cinco línguas; é fiel, robusto, activo e corajoso. Virá comigo apesar dos prantos da mulher, a quem prometi reenviá-lo mal tenha chegado a casa.

Vou à missa. Adeus.

CARTA DÉCIMA SÉTIMA

Lisboa, 1 de Setembro de 1760

A tourada, para quem a vê pela primeira vez, não se pode negar que é uma coisa de encher de admiração. Mas asseguro-vos que não tornaria a esbanjar um ceitil para ver outra, e que me escandalizou muito ver tantos cristãos, e especialmente tantos padres, a assistir a um passatempo de tanta crueldade no próprio dia santo de Domingo [1]. Mas, para começar a contar-vos esta monstruosa desumanidade pelo princípio, ontem, pelas três horas da tarde, subi para uma caleça puxada por duas mulas, que é aqui a viatura mais comum, e depois de uma horazita de bom trote chegámos, o senhor Eduardo e eu, a um lugar chamado «Campo Pequeno». Aqui ergue-se uma construção toda de madeira, em forma de decágono e com cerca de duzentos e cinquenta passos de diâmetro. O piso térreo de tal edifício contém bancos dispostos em anfiteatro e o de cima é composto por camarotes, em cada um dos quais poderiam caber perfeitamente uma dúzia de pessoas ou mais. Parte da gente que está no anfiteatro senta-se nos bancos e outra parte apoia-se a uma barreira de tábuas que chega ao queixo das pessoas de estatura normal. Quem está nos camarotes senta-se nuns pequenos mochos muito incómodos. Nós

---

[1] Em toda a carta Baretti assume um tom de reprovação perante um espectáculo que não compreende e se lhe apresenta cruel. O facto de o Autor não estar familiarizado com a terminologia do toureio concorre para aumentar a tonalidade bárbara do quadro.

estávamos do lado da sombra, quase em frente do camarote do Rei [1] e afastados três do da Rainha. O rei, vestido de uma seda azul sem ouro nem prata, estava com o irmão D. Pedro [2], que há poucos meses se consorciou com a princesa do Brasil, primogénita do rei. A rainha, como me ficava de lado, nunca a pude ver de frente, mas disseram-me que tinha consigo no camarote as quatro filhas, que também não pude observar, porque se mostravam bem pouco. O povo espectador era muito numeroso; homens, entenda-se, porque as mulheres não me parece que ultrapassassem a centena. Em baixo, atrás da barreira, estavam umas duzentas pessoas, na maioria sentadas no chão. Guardas do rei não havia nem um; e uma figura a cavalo vestida como um «Brighella» [3], com um longo e fino pau na mão, estava parado sob o camarote da rainha. Mal o rei chegou, entraram no cercado dois carros como que de triunfo, puxados cada um por seis mulas. Esses carros eram bastante toscos e sem ornamentação. Num deles estavam oito birbantes que representavam guerreiros mouros e no outro mais oito com aspecto de guerreiros indianos. Depois de uns tantos caracoleios feitos a toda a brida, os mouros e os indianos saltaram dos carros e começaram uma breve e desajeitada briga, na qual os oito indianos foram estendidos mortos no terreno pelos valentes negros com as espadas de madeira; depois, os negros vivos e os indianos mortos correram todos juntos com muitas risadas para um canto do cercado e deram lugar a dois cavaleiros que se deviam bater com os touros, e que se adiantaram, vestidos à espanhola e com penachos na cabeça, em dois belíssimos cavalos bizarramente arreados. A libré de um era amarela; a do outro, carmesim.

Terminadas as cortesias e as vénias feitas à rainha, ao rei e a toda a assistência, e encorajados os dois campeões pelo aplauso geral, um deles foi-se colocar em frente de uma porta que estava quase por baixo do camarote da rainha e o outro galopou para o lado oposto do cercado. Aberta a dita porta, por um indivíduo que ao abri-la se escondeu atrás dela, eis um toiro que em três saltos se atira ao campeão amarelo que esperava o enfurecido animal com um rojão em punho. O touro levou no cachaço metade do rojão, e o «toreador» [4] fez o seu Rabicão [5] saltar para o lado com muita destreza,

---

[1] *O Rei...* era, naturalmente, D. José I, aclamado rei, na sucessão de seu pai D. João V, a 7 de Novembro de 1750.

[2] *Dom Pedro:* o futuro rei de Portugal D. Pedro III era o quinto filho de D. João V, portanto irmão de D. José I, com cuja filha, a princesa D. Maria, casou em 6 de Julho de 1760. Baretti diz «há poucos meses»; com efeito, havia apenas dois.

[3] *Brighella* é uma das mais famosas «máscaras» venezianas (embora oriunda de Bérgamo) da «Commedia dell'Arte», principalmente por obra de Goldoni. Como personagem civilizada está um tanto acima de Arlequim: canta, toca, fala com certa polidez, veste com alguma pretensão um fato branco debruado com galões verdes. Em matéria de comportamento é oscilante. Por vezes, revela-se intriguista, manhoso e ladino; outras vezes (e isto dá-se de modo especial no teatro goldoniano) é o criado probo que escrupulosamente cuida dos interesses do amo.

[4] No original aparece constantemente este termo espanhol.

[5] Rabicão era o nome do cavalo de Argalia. Veja-se Boiardo. *[N. do A.]*. Com efeito, *Rabicano*, um dos mais velozes corcéis dos poemas cavaleirescos italianos, surge

para evitar as não muito temíveis hastes que tinham as pontas protegidas e emboladas com um pedaço de madeira torneado. O animal, sentindo-se ferido, atravessou a praça com muita fúria, com o cavaleiro a segui-lo e a voltear-lhe em torno e, quando ele investiu de novo, tornou a trespassar-lhe o cachaço com outro espeto; e o touro, ao fugir dele, atirou-se ao «toreador» carmesim, que lhe cravou um terceiro espeto, também no cachaço; e o campeão amarelo, desembainhando um espadeirão, vibrou no desesperado animal um fendente tão certeiro e com tanta força entre duas costelas, no dorso, que o fez tombar, meio de costas, a derramar imenso sangue. Mal o touro caiu, muitos «toreadores» a pé saltaram-lhe em cima e, segurando-o pelas hastes, trespassaram-no de inúmeras espadeiradas. O «Brighella», ou arauto, ou oficial que não sei como lhe chamam, galopou logo para uma porta que está defronte ao camarote da rainha, e, dada a ordem, entrou uma quadriga de mulas que arrastou para fora o animal, ainda não de todo morto, com um mouro que por brincadeira se sentara sobre o derrubado corpanzil [1].

Seria aborrecido, irmãos, narrar as pouco diferentes peripécias que aconteceram para abater todos os dezoito toiros que, um a um, perderam a vida naquele dia. Alguns, antes de morrer, chegaram a ter oito espetos no cachaço, cravados umas vezes pelos dois «toreadores» a cavalo, outras pelos «toreadores» a pé. Mas é realmente espantoso ver um agilíssimo «toreador» a pé que, segurando com a mão esquerda a cauda do cavalo, ora de um ora de outro campeão, e com a direita uma bandarilha, salta e corre sem nunca largar a cauda: com a bandarilha irrita e cita o animal, que investe para ele ou para o cavaleiro e, mal arranca, este fere-o de frente ou de lado e depois esquivam-se ambos, continuando a voltear com uma destreza indescritível. O touro nunca é espetado senão de frente e quando investe, porque espetá-lo por trás, de flanco, ou quando foge, seria tido como chavasquice e provocaria a indignação da assistência [2]. Um dos toiros, perseguido e apavorado com a gritaria dos aludidos indianos e negros e dos «toreadores» a cavalo e a pé, saltou de um pulo a barreira e provocou uma confusão terrível; apesar disso, nenhum dos numerosos ocupantes daquele lugar ficou morto ou aleijado, tal é a agilidade e a prática dos portugueses em se atirarem para os lados e

---

no *Orlando Innamorato*, de Matteo Maria Boiardo (fins do séc. XV), no c. I, 18: pertence ao guerreiro Argalia, que no mesmo poema acabará morto por Ferraú. Depois de várias vicissitudes aventurosas, reaparece no *Orlando Furioso*, de Ludovico Ariosto (1516), em poder de outro cavaleiro, Astolfo (c. VII, 77). O Poeta enaltece as suas qualidades nos cantos XV, 40 e XXXV, 49. Roubado por Atlante (c. XXII, 10), torna em poder de Astolfo (c. XXII, 22), que numa certa altura o confiará à gentil Bradamante (cc. XXII, 28 e XXIII, 11). Escusado será acrescentar que *rabicão* é corrente em português como nome comum, com étimo óbvio: *rabo* + *cão* < lat. *canu[m]* = branco, por ser um cavalo com cauda malhada de branco e de uma cor escura.

[1] Não lhe escapa nenhuma prova da insensibilidade dos participantes da corrida, nem, como iremos ver, da multidão de espectadores.

[2] Além de apreciar as atitudes curiosas que vê, o Autor detém-se nas regras que as justificam.

para dentro do cercado, quando sucedem tais casos. A ousada fera foi degolada à espadeirada pelos presentes nos degraus do anfiteatro e, desconjuntada em poucos minutos a trincheira, veio a quadriga de mulas que a arrastou para fora. E por este acontecimento os espectadores fizeram grande festa, festa que não faria eu, com certeza, se, por desgraça, estivesse naquele lugar. Algumas das bandarilhas que os «toreadores» cravaram no corpo de um ou outro touro tinham bombas e bichas de rabiar na ponta, e quando o fogo começava a fazê-las sibilar e a estalejar o touro ficava como louco e dava saltos pavorosos, e quando estoiravam, o clamor e a alegria dos bárbaro scircunstantes regurgitava cheio de estrépito, porque então o touro se tornava como que endemoninhado.

Um negro com uma bandarilha em punho, esperou intrèpidamente um dos touros e, na altura em que a rês baixou as hastes para o colher, pulou-lhe ligeiro como um pardal para a cabeça e dando uma cambalhota incompleta sobre o dorso do animal, saltou com segurança para o chão. Um outro negro agarrou o chifre esquerdo de um touro com a mão esquerda e, arrastado com grande fúria pelo feroz animal, continuou agarrado à presa, e com a mão direita deu-lhe muitas espadeiradas no focinho e na cabeça, deixando-se depois cair docemente de lado, no chão, sem sofrer o mínimo dano.

Mas o décimo oitavo e último touro esteve mesmo para fazer as justas e fraternais vindictas, conseguindo, com uma tremenda marrada, deitar por terra o belo cavalo do «toreador» amarelo e passar por cima da barriga do pobre que lhe tinha metido dois ou três espetos no cachaço; e se não fossem os bocados de madeira torneada que tinha na ponta das hastes, estripava pela certa o senhor cavaleiro e, o que é pior, aquele lindíssimo cavalo «que nenhum dos quatro pés pôs nunca em falso» [1]. Mas Rabicão por um lado e Argalia [2] por outro, puseram-se de pé num ápice. Rabicão, saltando como uma cabra, afastou-se do animal que lhe pregara aquela bela partida e o amarelo Argalia arremeteu iradamente e de espadão em riste contra o touro e deu-lhe tão horríveis golpes no dorso, que se não fossem os ossos fortes como ferro com que a natureza dotara o animal, tê-lo-ia rachado como uma melancia. Enfim, toda a turba dos «toreadores» a pé deu tantas lançadas, sabradas e adagadas ao pobre décimo oitavo que, passado pouco tempo, tinham-no libertado e tirado do tormento. E assim acabou a cruel festa,

---

[1] Aquele lindíssimo cavalo, «che niun de' quattro piè mai pose in fallo»: veja-se o poema *Ricciardetto*, de Niccolò Forteguerri, canto II, v. 56.

[2] Veja-se o «Orlando Innamorato», como já disse. *[N. do A.]*. Argalia (cujo fantasma, no *Orlando Furioso*, de L. Ariosto, aparece inesperadamente a Ferraú: c. I, oitavas 25...) é irmão de Angélica, filha do rei do Cataio, isto é, da China. O rei do Cataio manda dois jovens para França, a fim de — com as armas enfeitiçadas que levavam — seduzir e vencer os valentes guerreiros cristãos que ele odiava. O fantasma de Argalia (que fora morto por Ferraú) torna a animar alguns episódios do «Orlando Furioso», de Ludovico Ariosto, em que Angélica vem a ter um papel primacial, depois de ter sido protagonista de muitas aventuras no poema de Boiardo.

com muito gáudio, alegria e satisfação dos fidelíssimos súbditos de Sua Majestade Fidelíssima.

Não quero porém deixar de fora o melhor capítulo desta bela história, que é o seguinte: depois da morte do oitavo ou nono touro, levantou-se no anfiteatro um enorme rebuliço do lado onde estava o rei, e a gente começou a atirar-se às centenas da barreira para o cercado com uma extraordinária precipitação, como se todo o edifício de madeira tivesse sido posto a fogo, e todos corriam desenfreadamente para o meio da arena. Os que se encontravam do lado oposto, onde eu também estava, começaram a perguntar aos gritos a causa daquela súbita barafunda; e a gritaria dos que se atiravam ou eram atirados para o cercado por um lado, e o clamor dos que queriam saber porque estavam os outros tão alvoroçados era de tal maneira forte que, em casa do Diabo [1], talvez se não ouça metade do estrépito que lá se ouvia. E por mais que uns interrogassem e os outros respondessem, os próprios trovões dos Alpes e da Cordilheira [2] não se teriam ouvido naquele momento.

Aquela tremenda barafunda durou um quarto de hora, e se não tivessem os acenos que o rei fazia com o leque para acalmar aquele imenso tumulto, e se a rainha e as princesas não se tivessem debruçado tanto dos camarotes para acenar à multidão que se aquietasse, não sei como teria acabado o caso. Por fim, começou-se a saber que alguns dos que estavam no anfiteatro tinham gritado «terramoto!», e que a esta palavra, agora extremamente assustadora para os Portugueses, todos se tinham lançado furiosamente para fora do anfiteatro, com medo de que a construção de madeira e os que estavam por cima nos camarotes, desabassem sobre eles e os fizessem num bolo. E não passou muito tempo que se soubesse também que os gritos tinham sido astutamente dados por alguns carteiristas e pilharetes, que, tendo com o grito de «terramoto!» posto o povo repentinamente em confusão, furtaram muitas coisas que, com a pressa, a amedrontada turba deixara ficar nos assentos.

Já alguma vez, irmãos, ouvistes uma partida mais subtil, mais audaciosa, mais desesperada do que esta? Vede que almas de facínoras se encontram neste Portugal! Cometer uma patifaria desta espécie sob os olhos de um rei e de uma nação..., que mais se pode fazer? Realmente os ladrõezinhos lusitanos não se podem tachar de pouco afoitos. Voltou finalmente cada um

---

[1] Traduzimos assim a expressão *a casa le anime dannate*, que é um idiotismo sintáctico prevalentemente toscano com tradições cultas (Dante, Boccaccio). Consulte-se:

GIORGIO PASQUALI — *In casa i Frescobaldi*. [In LINGUA NOSTRA: Ano I, n.º 1, pp. 8-10. Florença, 1939].

ENRICO BIANCHI — *Ancora «in casa i Frescobaldi»*. [IBIDEM: Ano I, n.º 2, pp. 44-45. Florença, 1939].

MARIO A. PEI — *La costruzione «in casa i Frescobaldi»*. [IBIDEM: Ano I, n.º 4, pp. 101-103. Florença, 1939].

E. POPPE — *Ancora «in casa i Frescobaldi»*. [In ATTI E MEMORIE DELL'ACCADEMIA TOSCANA DI SCIENZE E LETTERE «LA COLOMBARIA»: Vol. XXXI, pp. 217-249. Florença, 1966].

[2] Cadeia de montanhas altíssimas da América do Sul. *[N. do A.]*. Refere-se naturalmente aos Andes, que por antonomásia tomam muitas vezes o nome de Cordilheira.

ao seu lugar e, quem não partira nenhum membro nem perdera nada na barafunda, riu-se muito do medo próprio e do alheio; e todos do acordo deixaram continuar a festa, que acabou do modo já dito.

Mas esta carta está tão longa e eu tão cansado de escrever que tenho de parar por agora e ir merendar quatro fatias de melão, embora muitas outras coisas que me aconteceram ontem, antes que a noite me reconduzisse a casa, me fiquem por contar. Portanto, pena minha, fica calada por agora, mas só até logo à noite antes de ir para a cama. Descansemos.

CARTA DÉCIMA OITAVA

Lisboa, noite de 1 de Setembro de 1760

Ainda mal fora arrastado para fora o último touro, e já a curiosidade me espicaçava e me sugeria que fosse ver de perto um monarca cujo reinado se tornou demasiado fecundo em singulares acontecimentos. Por isso, antes que a turba se começasse a movimentar, desci a correr do meu camarote e, dando por fora uma meia volta ao edifício de madeira, fui-me postar de atalaia para esquadrinhar bem Sua Majestade com as minhas lunetas. Notei que à frente da entrada por onde se sobe para o camarote real estava erguido um não sei quê de tábuas, a modo de vestíbulo, e sob ele a caleche nada magnífica de Sua Majestade, puxada por uma única parelha de mulas negras como o nanquim; à porta do vestíbulo, só quatro dos seus guardas a cavalo, muito pobremente vestidos. Era este todo o séquito ou corte, como quisermos chamar-lhe, de um Senhor que em riqueza só pede meças ao Grão-Mogol [1]. Mas o que me pareceu ainda mais estranho, foi que nenhuma das pessoas do povo que já saía em tropel do anfiteatro, mostrasse curiosidade em ver o soberano, coisa que talvez não aconteça noutro país do mundo. O senhor Eduardo e eu fomos os únicos, uniquíssimos espectadores que tiveram e mostraram desejo de ver um rei. E o nosso desejo acabou por ser frustrado, porque o rei, depois de descer as escadas com o seu irmão e genro D. Pedro, subiu para a caleche, correu as cortinas na sua frente e o boleeiro esporeou a sua mula, chicoteou a outra e toca a andar como um relâmpago, deixando o vosso curioso irmão com um nariz de palmo e meio. Perguntei depois a vários ingleses se o rei, quando saía, corria sempre as cortinas como hoje, e responderam-me que não, que pelo contrário anda sempre descoberto, de modo que quem o quisesse ver poderia à vontade satisfazer esse desejo; assim, para outra vez, poderei também eu saciar o meu capricho.

---

[1] O Grão-Mogol é o imperador do Indostão, reino vastíssimo da Ásia. *[N. do A.]*. Mais pròpriamente, o nome de uma dinastia da Índia cujos soberanos dominaram de 1526 a 1867. Desaparecida, depois da conquista inglesa da costa do Malabar, o termo manteve-se para designar países ricos.

Tendo falhado a minha cartada com o rei, retrocedi a passos largos para ver a rainha e as filhas, mas o caminho foi-me logo cortado por um grupo de damas, todas sem merinaque, uma das quais, jovem e bela, estava muito pitorescamente vestida. Estaquei, porque não queria passar pelo meio, em atenção ao sexo, nem me permitia o ajuntamento das caleças e outras viaturas contorná-las e passar mais adiante. Fiquei portanto muito hirto junto de uma delas, senhora dos seus quarenta anos ou pouco mais. Estava vestida de uma seda cor de castanha e não tinha os cabelos penteados tão em pirâmide como as suas companheiras mais jovens. Um lenço negro cobria-lhe o pescoço e os pendentes das orelhas eram de algum valor, mas não trazia nenhuma outra jóia nem na cabeça nem no vestido. Os braços tinha-os enfeitados com rendas, rendinhas inglesas enroladas em várias voltas e laços; meias brancas, sapatos de felpa negra, segundo me pareceu; um rosto sobre o regular, um olhar de monja e a carnação amorenada como se estivesse bronzeada pelo sol. Foi esta a única da comitiva que pude examinar da cabeça aos pés sem as minhas lunetas, tão próxima me estava.

Mal a gravara na mente, eis que surge um carrocim de seis mulas com quatro lugares sentados, não como os nossos, mas todos voltados para as mulas, como se fossem dois canapés com as costas de um viradas contra o assento do outro. Das sete ou oito damas que fossem, quatro entraram para o carrocim: primeiro a senhora a quem me referi atrás, depois uma outra mais ricamente adornada e coberta de jóias; para o segundo canapé a jovem bonita vestida pitorescamente, e para o seu lado esquerdo uma velha que talvez tivesse nascido com a pele branca, mas que os anos e o sol enegreceram bastante. Depois de instaladas, os boleeiros puseram-se a andar, seguidos a bom galope por seis soldados a cavalo, muito melhor vestidos do que os guardas do rei.

Mas quereis saber, meus senhores, que aquela dama de quem tinha estado tão próximo e que, sem me atrapalhar nada, retratara tão à vontade com o pincel dos olhos, era a senhora rainha de Portugal em corpo e alma? Com os diabos, quando o soube um momento depois pareceu-me cair das nuvens, não tendo visto um único circunstante que, parando, desse indício de que esta era a soberana! A dama que se lhe sentou ao lado esquerdo era a filha casada, princesa do Brasil. A beldade que se lhe sentou à frente era uma outra das suas filhas, e a velha, uma das suas damas principais. E para outro cochezinho subiram as suas outras duas filhas com duas damas idosas.

Ruminando hoje no pouco desejo que os Portugueses mostram em ver os seus príncipes, sempre que o poderiam fazer sem esforço, concluí que não é fácil decifrar este insólito fenómeno do coração humano. Os homens estão habituados, desde o dia em que nascem, a ouvir louvar os seus príncipes e, de meninos, são levados a amá-los e venerá-los; e se nenhum acaso se opuser a esta espécie de natureza que adquirem, amam-nos e veneram-nos toda a vida, e consequentemente procuram ver e contemplar os objectos do seu amor e veneração. Por que é que em Portugal acontece o contrário do que em todos

os outros países do mundo, ou pelo menos da Europa, deixá-lo-ei meditar e explicar aos filósofos, que eu não tenho ânimo para o fazer, sendo um homem recém-chegado pela primeira vez a Lisboa e, por consequência, desconhecedor da educação dada a esta gente desde a infância; ela é talvez de tal molde, que inspira na alma um respeito pela real família igual ao de certos povos do Oriente, dos quais se diz que nunca ousam fitar os seus monarcas, reputando-se firmemente indignos de tão grande bem. Lembro-me do que o autor da famosa *Viagem de Mylord Anson à volta do mundo* [1] narra sobre os chineses que andavam à pesca no mar, quando aquele afortunado argonauta apareceu junto à costa num vaso de guerra de sessenta canhões, o bastante para, em sendo preciso, destruir e reduzir a pó todas as armadas do seu imperador. Os chineses, pobres pescadores, não se preocuparam sequer em levantar a vista para examinar uma construção de madeira que, afinal, devia parecer infinitamente estupenda e digna de ser mirada e remirada, e depois tornada a mirar e remirar, por quem nunca vira outra igual, como era o caso desses pescadores. E o autor muito filosòficamente atribui aquela absoluta falta de curiosidade dos chineses à sua animalesca estupidez natural.

Mas o caso dos chineses não se pode aplicar de maneira alguma aos portugueses que, embora sejam talvez o povo menos culto da Europa, têm, sem comparação, muito maior cultura do que os idólatras da China. Quanto a faculdades naturais não são com certeza estúpidos, antes o contrário; e mostram em todas as circunstâncias amar a vista de coisas singulares e grandes, como as touradas, as magnificentes cerimónias de igreja e outros espectáculos. Por isso resolva o enigma quem puder, que eu não posso, porque não encontrei hoje ninguém no Café Inglês que tenha querido ajudar-me a resolvê-lo; e lá também não me souberam dizer por que é que o rei e as pessoas da família real vestem tão simplesmente como fazem regra geral, de tal forma que quem os não conhecer de vista nem por sinais os poder econhecer. Asseguram-me, até, que o rei andava mesmo sem guardas por toda a parte, antes de lhe acontecer o feio caso de ser traiçoeiramente assaltado e ferido pelo duque de Aveiro.

O rei não é amante do luxo e não quer a confusão de uma numerosa corte à sua volta quando sai; a rainha, que é altamente devota como são geralmente todas as rainhas, é provável que se abstenha das pompas por devoção e humil-

---

[1] GEORGE ANSON — Almirante inglês (Shugborough, 1697-1762). Chefiou três expedições às Ilhas Carolinas do Sul, de 1724 a 1735. Em 1739 foi-lhe confiada uma expedição à América do Sul contra as colónias espanholas, mas a sua pequena armada foi quase completamente destruída por uma tempestade. Apesar disso, só com dois vasos, conseguiu chegar ao Peru, onde travou batalhas e conquistou Paita. Daí passou, depois, para o arquipélago dos Ladrões, e seguidamente para a China, regressando à Inglaterra pelo Cabo da Boa Esperança. Em 1747 venceu a esquadra francesa no Cabo Finisterra. O rei nomeou-o Par de Inglaterra e, mais tarde, Almirante-Chefe. O *Voyage round the World* é a obra que recorda a sua viagem de circum-navegação, escrita, sob a sua orientação, por Richard Walter e Benjamin Robins.

dade cristã; e o resto dos grandes e ricos do reino têm de se cingir aos grandes exemplos. Foi por isso que, na tourada de ontem, não vi nem fatos, nem carruagens, nem qualquer outra coisa luxuosa [1]. O serralheiro ou ferrador do rei deveria, porém, cuidar que as ferraduras das mulas reais lhes não caiam dos cascos quando Sua Majestade Fidelíssima sai da carruagem, como aconteceu ontem à ida para a praça de touros, o que obrigou a minha e todas as viaturas que se encontravam no estreito caminho do «Campo Pequeno» a parar, até que uma das senhoras mulas que se tinha desferrado fosse ferrada de novo: descuido escandaloso de quem superintende nos meios de viagem da corte e, nomeadamente, nas coisas que devem servir à própria pessoa do monarca. Um caso parecido aconteceu da última vez que o actual rei de Inglaterra [2] foi a Harwich, para passar para Hanôver, no começo da presente guerra. O seu carrocim de viagem fora de tal maneira descuidado que se partiu depois de algumas milhas, e o impaciente senhor teve de arranjar a fleuma suficiente para ficar numa casa desconfortável, até que ele fosse reparado.

De admirar é que as carruagens de jornada se partam quando achem oportuno partir-se, e as mulas percam os ferros quando lhes dá na cabeça de os perder, sem atenções cortesanescas e sem temerem a carranca e o encrespar de uma régia fronte, como fazemos nós, insignificantes mortais, apesar de nos reputarmos muito mais importantes do que as malas-postas de Inglaterra ou as mulas negras de Portugal. Adeus.

CARTA DÉCIMA NONA

Lisboa, 2 de Setembro de 1760

Fui visitar as ruínas provocadas pelo sempre memorável terramoto que abalou os reinos de Portugal e Algarve e grande parte da Espanha, fazendo-se terrìvelmente sentir na terra e no mar em muitas outras regiões, no ano de mil setecentos e cinquenta e cinco, dia de Todos-os-Santos.

Misericórdia! É impossível descrever o horrível quadro que fazem estas ruínas, e farão ainda por talvez mais de um século, porque pelo menos um século será preciso para as fazer desaparecer. Ao longo de uma rua com mais de três milhas de comprimento, que era a principal da cidade, só se vêm acervos enormes de cal, de pedras e de tijolos amontoados ao acaso, do meio dos quais surgem colunas quebradas em muitos pedaços, fragmentos de estátuas e destroços de paredes com milhares de formas. E das casas que

---

[1] A falta de luxo que Baretti nota era, talvez, um pequeno efeito das leis sumptuárias então em vigor. Já decretadas por D. João V, elas foram confirmadas em seguida por D. José, mas nunca tiveram muita força, como teremos o ensejo de ver na carta relativa à função patriarcal.

[2] Jorge II. *[N. do A.]*.

ficaram de pé ou meio a cair, noventa e nove em cem não têm telhados nem tectos, que ou desabaram com os repetidos abalos ou foram lastimosamente consumidos pelo fogo. E nas paredes há tantas fendas, tantos buracos, tantos tijolos caídos e tantas estaladelas de reboco, que já não é possível pensar em remendá-las e torná-las de certa maneira utilizáveis. Casas, palácios, conventos, mosteiros, hospitais, igrejas, campanários, teatros, torres, arcadas, tudo está numa ruína indescritível. Só a vista do paço real, que espectáculo confrangedor, irmãos! Imaginai um edifício de linhas assaz belas, todo construído de mármores e blocos de pedra desmedidos, mais sobre o baixo que o demasiado alto, com as paredes mestras espessas mais de três pés «liprandos» [1], e tão vasto que daria para a corte de um imperador do Oriente, quanto mais para a de um rei de Portugal. Contudo, este edifício, que a espessura e a módica altura das paredes deviam tornar sólido como um monte de bronze, foi tão ferozmente sacudido que já não admite conserto. E esses blocos de pedra e esses mármores foram não só desconjuntados e soltos pelos tremendos abalos, mas muitos também rachados em dois ou mais bocados; e as grossíssimas ferragens arrancadas dos seus lugares, outras dobradas e torcidas, outras quebradas em duas pela mais tremenda e mais irresistível de todas as violências naturais. O molhe da alfândega na margem do Tejo, todo de pedras quadradas e grossíssimas, com doze ou quinze pés de largura e outro tanto de altura, e que durante muitos e muitos anos aguentara e repelira firmemente o pesadíssimo furor das quotidianas marés, desmoronou-se e desapareceu repentinamente de forma tal que não ficou dele vestígio. E muita gente que tinha corrido para lá, para se salvar nas barcas presas às suas grossas argolas de ferro, foi com tanto ímpeto arrastada com barcas e tudo para debaixo de água ou para qualquer sorvedouro que se abriu de repente sob a terra, que nenhum cadáver voltou à superfície, nem sequer parte das suas roupagens. Para qualquer lado que se olhe, só se vêem ferros, madeiros e escoras de toda a espécie, postos por toda a parte, não tanto para manter em pé algum quarto térreo ainda habitável, mas para impedir que as paredes despedaçadas desabem, esmagando e soterrando quem por lá passe. E tendo-se dado tamanho flagelo num dia de festa soleníssima [2], enquanto uma parte do povo estava a preparar o almoço e outra tinha acorrido à igreja, o mal que coube a esta desventurada cidade foi, por estas duas razões, incomparàvelmente maior do que teria sido, se noutro dia e noutra hora fosse mandado tanto extermínio pela divina Providência; porque, além das numerosas pessoas que pereceram aqui e ali nas casas e nas ruas, as que estavam nas igrejas superlotadas foram, todas juntas, cruelmente despedaçadas e sepultas sob os telhados e as cúpulas, que portas demasiado grandes haveriam

---

[1] O «piede liprando» era uma medida de comprimento em uso no distrito de Turim, equivalente a cerca de 51 centímetros: 1 *piede liprando* = 12 *once* = $^1/_6$ de *trabucco* = = m. 0,514 403.

[2] O dia de Todos-os-Santos, como já se disse *[N. do A.]*.

de ter para darem a todos a possibilidade de fugir. Por isso sucumbiu muito mais gente nos lugares sagrados que nos profanos.

Oh espectáculo cheio de infinito horror [1], ver as pobres mães e os pais mesquinhos, apertando nos braços ou arrastando pela mão os filhos desfalecidos, a correr desvairados para os lugares mais abertos; os maridos, embriagados de raivosa dor, empurrarem ou puxarem com desordenada pressa as consortes, e estas, de mãos perdidas mas enamoradas, agarrarem-se aos desesperados maridos ou aos filhos e filhas, e afeiçoados servos correrem ofegantes com os patrões enfermos às costas, as mulheres grávidas desmaiarem e abortarem, caírem no chão ou abraçarem, fora de si, qualquer coisa que se lhes deparasse; e muitos homens meio despidos, muitíssimas mulheres quase nuas e até pobres monjas com os crucifixos na mão, fugirem das casas e mosteiros não sòmente pelas portas e saídas, mas atirarem-se também das janelas e varandas para escapar, a maior parte em vão, à terrível morte que se se lhes deparava por todos os lados! Quem poderia contar, quem poderia imaginar sequer, os confusos e terríveis gritos dos que fugiam com os membros já mutilados ou no perigo iminente de os mutilar, e os frementes gemidos dos que, sem serem mortos de repente, ficavam cruelmente aprisionados sob os escombros das suas próprias casas ou das alheias? E, embora pareça um caso estranho e quase impossível, aconteceu a muitas infelizes pessoas morrerem sob as ruínas, sem terem sofrido a mínima ferida ou contusão. Está ainda viva uma pobre velhinha, tirada de uma cave depois de lá ter ficado fechada e como que soterrada pelo terramoto, que conservou a vida alimentando-se de cachos de uvas que poucos dias antes pendurara felizmente no tecto para as conservar, como aqui vulgarmente se faz. Os tristes aleijões e as singulares mortes causadas por um tão calamitoso acidente foram inumeráveis; e inumeráveis foram os pais que perderam toda ou parte da sua prole, e os filhos que perderam os pais; e pouquíssimas as famílias que não foram privadas ou do pai, ou da mãe, ou de um ou mais filhos, ou de outro próximo parente e consanguíneo. Em suma, todos sem excepção, todos sofreram danos na vida ou pelo menos nos haveres, porque, estando, como já disse, acesas todas as lareiras, visto ser a hora em que em todas as casas estavam a preparar os almoços, e luzindo nas igrejas infinitas velas pela solenidade do dia, o alastrar daqueles tantos lumes nos inúmeros pavimentos de madeira, o ruir dos sacros candelabros sobre os altares, o fender-se das lareiras e dos telhados e a mistura de tantos carvões e chamas com tantas matérias combustíveis, fez com que logo se espalhasse o voraz elemento e se ateasse em tantos

---

[1] O esforço para exprimir toda a grandeza da calamidade leva Baretti ao emprego de um estilo sem *πάθος* instintivamente genuíno, próprio de quem descreve acontecimentos trágicos que não presenciou, É de notar (porque as suas preferências iam para o campo oposto) o agrado do Autor por esta carta: «non è ella sublime almeno in qualche parte la mia descrizione del terremoto?», pergunta a Francesco Cárcano (carta de 17 de Março de 1764), e na *Frusta Letteraria* (n.º V) Aristarco Scannabue transcreve-a como um belo exemplo de língua italiana.

pontos da cidade ajudado por uma incessante nortada, que, não havendo quem pudesse acorrer a extinguir o incêndio tornado de repente geral, e desmoronando-se também os aquedutos que abasteciam de água Lisboa, em poucas horas aquele deplorável fogo acabou por cumular de extrema e irremediável miséria o resto do angustiado povo, que, estupefacto com tantos e repetidos males, em vez de o atacar de qualquer modo, lhe deixou tudo como livre presa e correu berrando e chorando loucamente pelos campos e prados, onde os que puderam já se tinham refugiado para fugir ao primeiro desastre. Aí, o infortúnio comum tinha igualado todas as categorias de pessoas; os maiores senhores e damas do país, não exceptuando os príncipes e princesas de sangue real, tiveram a mesma sorte da plebe mais abjecta; e muitos dos que por doença ou pelo jejum da antecedente vigília estavam extenuados em demasia pela fome, caíram na noite seguinte mìseramente desmaiados, e não poucos morreram de inédia sob os olhos do seu adoradíssimo soberano, que por aquele tão desastroso dia só tinha para lhes dar lágrimas amargas. Oh quantos grandes ricos, quantas nobres matronas, quantas modestas donzelas foram constrangidas a implorar piedade e socorro, ou a suportar a repugnante companhia de fedorentos patifes e de imundas marafonas e, por vezes, a cobiçar uma côdea de pão esmolado que algum mendigo tirava do bolso para comer! Todos os tão gabados tesouros do Brasil ou de Goa, não seriam naquela altura equivalentes a uma bucha de bolorento biscoito de marinheiro, nem sequer à casca podre do fruto mais vulgar, de tal forma em poucas horas a fome se tornou raivosa e geral. Entristece indizìvelmente a alma, irmãos, visitar aquelas ruínas com algumas das pessoas que foram testemunhas de tão grande calamidade e ouvi-las dizer a cada passo: «aqui ficou morto o meu pai; ali ficou sepultada a minha mãe; nesse lugar pereceu uma tal família sem escapar um só; acolá perdi o meu melhor amigo! Eis os restos do palácio de um tal grande personagem que foi num repente extinto com todos os seus, e eis os vestígios daquele belo templo no qual mais de quinhentos cristãos foram de improviso soterrados! Cem frades acabaram num instante aqui os seus dias, enquanto estavam a cantar no coro loas ao Senhor; e este mosteiro perdeu cento e cinquenta monjas em menos tempo do que se leva a dizer o nome de Deus. Daqueles rochedos escarpados precipitaram-se muitos cavalos e machos espantados, uns com os cavaleiros e boleeiros, outros com as carruagens e as caleças que puxavam cheias de gente! Eis os fragmentos do muro que desabou sobre o embaixador de Espanha, e foi aqui que os guardas que seguiam o nosso fugitivo monarca foram, pela morte, sùbitamente arrebatados ao seu olhar real!...»

Um estrangeiro que vá errando por estas ruínas dignas de compaixão, ouve replicar àqueles que o acompanham milhares de tais aflitivas coisas; e um interrompe o outro para lhe contar uma, ainda mais cruel que a primeira; e quem passa e nota a curiosidade alheia pára logo, e com gestos cheios de medo e um rosto talhado de mágoa, embora já tenham passado cinco anos depois do dia fatal, narra com palavras ainda trémulas a dolorosa história das suas desgraças e informa das irreparáveis perdas que sofreu; depois vai-se

suspiroso e cheio de tristeza. E fazem-nos arrepiar de novo quando se recordam do frio, do vento e das chuvadas que durante vários dias, depois do terramoto, fizeram morrer muitíssimos dos que tinham escapado àquela fúria, porque estavam muito mal providos de roupas na desventurada hora da fuga; por isso não é de espantar se ainda irrompem em prantos, em gemidos e em soluços, até em gritos frementes, quando se lembram do seu tormentoso inteiriçar de membros, tendo sido constrangidos a ficarem por várias noites sem o mínimo abrigo, contra a enfurecida e insuportável intempérie da gelada estação. E a tantos, tantos, a tantos danos e males, acresce a completa carestia de todas as vitualhas, que os forçou não só a comer a carne crua dos galináceos e quadrúpedes comestíveis que lhes apareceram, como a de cães, gatos e ratos e até erva, raízes, folhas e cascas de árvores, mais para aplacar a irada fome do que para prolongar a vida.

Vários foram os relatos [1] que então correram mundo sobre este infinito desastre, e os portugueses, quando o tempo começou a trazer algum remédio aos seus acerbos e intensos males, calcularam que em mais de noventa mil pessoas fora o seu povo dizimado só nesta cidade; mas mesmo que tivessem exagerado em metade, como costumam fazer os infelizes, continuaria a ser no entanto uma tristíssima coisa para lamentar eternamente.

Noutra carta vos direi, irmãos, alguma coisa sobre o estado actual desta metrópole, que há cinco anos era considerada pelo número de habitantes a terceira cidade da Europa [2]. Adeus.

CARTA VIGÉSIMA

Lisboa, 3 de Setembro de 1760

Vi o rei de Portugal e toda a sua corte em trajo de gala, visto hoje ser um dia de aniversário memorável, porque, no ano de 1758 aos três de Setembro, Sua Majestade Fidelíssima esteve à beira de ser traiçoeiramente assassinada

---

[1] A reacção psicológico-social ao abalo de 1755 foi, de facto, enorme. Como argumento de posições filosóficas (de Voltaire — *Poème sur le désastre de Lisbonne, ou éxamen de cet axiome: Tout est bien*, 1756, até ao Cavaleiro de Oliveira, *Discours Pathétique:* Londres, 1756), ou em meras descrições, o fenómeno foi largamente comentado. Em Londres, onde Baretti se encontrava à data, a notícia divulgou-se ràpidamente: pelas ruas vendia-se o *Poem on the Earthquake at Lisbon*, periódicos acolhiam narrações de testemunhas oculares («Gentleman's Magazine»). À Itália, o acontecimento chega na *Relazione* do cônsul genovês em Lisboa, Vigànego. Entretanto, alguns mantêm-se cépticos, como Johnson, que durante seis meses não deu crédito à destruição (HESTER PIOZZI — *Anecdotes of Samuel Johnson*). Sobre a matéria desta nota veja-se, por ex.: GUIDO BATTELLI — *Il terremoto di Lisbona nelle memorie degli scrittori italiani contemporanei.* [In *Biblos:* vol. V, pp. 541-553. Coimbra, 1929).

FÉLIX WALTER — *La littérature portugaise en Angleterre à l'époque romantique*, (Paris, 1927).

Veja-se também o espólio manuscrito e impresso da Biblioteca Municipal de Lisboa.

[2] O autor considera Londres a primeira e Paris a segunda. *[N. do A.]*.

pelo duque de Aveiro, o qual, depois dos príncipes de sangue, era tido como a primeira personagem deste reino, pois além de ríquissimo era também o chefe de uma família dividida em muitos ramos, todos bastante notáveis e poderosos não tanto pela vaga coisa chamada «nobreza de linhagem», quanto por uma outra um pouquinho mais substancial denominada «quantidade de dobrões». Os pormenores dessa tentativa de assassínio contar-vo-los-ei num outro dia, juntamente com as consequências que teve, muitas e invulgares, e que por si só dariam matéria terrífica para uma história [1]; hoje, quero falar-vos sòmente da cerimónia que vi de manhã e como foi celebrado este aniversário. Na aldeia chamada Belém, onde o rei mora agora permanentemente e se poderia não impròpriamente chamar um arrabalde de Lisboa, à distância de um tiro de mosquete do real domicílio e no próprio local onde o mencionado duque de Aveiro e dois seus criados, Policarpo e António, fizeram fogo sobre o soberano, foi erguida uma construção de madeira com o comprimento de oitenta dos meus passos e a largura de vinte e cinco. O edifício estava forrado por dentro com uma sarja de lã escarlate adornada de franjas e galões, não de ouro mas de ouropel, mesquinhez tola e destoante do resto do aparato. No meio do edifício fora colocado um altar muito ricamente decorado e, em frente dele, a tribuna da rainha, junto à do rei; próximo desta, um lugar destinado ao Secretário de Estado, Carvalho, personagem, segundo creio, muito falada nessa vossa Itália e de quem contarei muitas coisas antes de abandonar este reino [2]. Sob a tribuna da rainha, em frente ao altar, estava um pequeno trono para o Patriarca [3]. Do resto do espaço, uma parte era ocupada por muitos religiosos e músicos que deviam celebrar o ofício divino, e outra pelos senhores do reino, embaixadores e estrangeiros bem vestidos, todos misturados e sem distinção de grau, devido à estreiteza do lugar, realmente apertado demais para um dia que foi tão quente como os mais quentes no trópico de Câncer.

Às oito da manhã o edifício já estava todo cheio, e pelo lado de fora formigava o numeroso povo que por duas grandes portas e muitas janelas mirava quem estava lá dentro. Pelas nove horas chegou o dito Secretário de Estado, precedido por muitos gentis-homens, muitos criados, um tambor e um corneteiro, todos a cavalo. Sua Excelência vinha numa carruagem puxada por seis cavalos esbranquiçados, rodeada por vinte e cinco guardas reais a cavalo. De cada lado da carruagem seguiam dois palafreneiros. Por respeito, a maior parte do povo afastou-se para trás do edifício, do lado oposto àquele por onde ele entrou. Não muitos súbditos noutros países

---

[1] O autor promete aos irmãos contar-lhes muitas coisas que talvez tenha escrito, mas que provàvelmente não achou bem publicar, ou não lhe é lícito imprimir, porque certas coisas não se podem dizer a toda a gente. *[N. do A.]*.

[2] Talvez o autor se tenha esquecido desta promessa, porque fala bastante pouco de tal personagem tanto nesta carta como nas seguintes. Vede a nota 1. *[N. do A.]*.

[3] *O cardeal Saldanha*, pouco tempo antes nomeado Reformador da Companhia de Jesus, bom amigo de Pombal.

se vêem cingidos de tão fulgurante glória. Poucos minutos depois, eis o Patriarca. E que Patriarca! Tirando o Papa, não há senhor eclesiástico no mundo rodeado de tanta pompa. Precediam o seu carro dois coches de seis cavalos, repletos dos seus oficiais e ministros. Entre eles e o coche de Sua Eminência, marchavam a pé em duas certíssimas filas mais de cinquenta fâmulos, uns seculares, outros eclesiásticos. A libré deles era roxa, agaloada de seda carmesim. O hábito dos seculares era de pano, o dos eclesiásticos de seda. Todos tinham amplas capas até aos pés e a cabeça descoberta e empoada. Um padre a cavalo levava a cruz e precedia tão grande comitiva. Aos lados da carruagem patriarcal caminhavam a pé dois padres tão grandes, que D. Fracassa e D. Tempesta [1] os não teriam recusado por companheiros de procissão. Cada um trazia na mão um guarda-sol de veludo carmesim guarnecido de franjas de ouro. O coche de Sua Eminência lusitânica era coberto por dentro e por fora de veludo roxo e todo enfeitado de talha dourada; os dois que o precediam eram também adornados com talhas e pinturas belíssimas. Atrás do Patriarca vinha a sua carruagem, estilo pontífice, que mais bela não creio que a tivesse a rainha Semíramis [2], e a seguir mais três repletas doutros seus oficiais e ministros. Cada um dos quatro primeiros era puxado por seis daqueles cavalos que nós chamamos *piche* [3], por serem malhados de branco e preto como as pegas, e iam todos num galope tão curto e majestoso que, embora galopando, não andavam mais depressa do que os fâmulos, que caminhavam a pé com um passo repousado e sumamente grave. Cada um dos três outros que seguiam o pontifical era puxado por seis mulas negras como a noite, das mais belas que vi neste país. O Patriarca estava vestido de pontifical e não levava consigo no coche senão um outro eclesiástico, que se lhe sentava defronte. De várias bandas foram aparecendo os dignitários e cónegos da sua catedral, cada um num coche puxado por seis mulas; e estes senhores eram mais de vinte. À medida que entravam no edifício, cada um segundo o seu grau, ia tomar lugar à direita ou à esquerda do Patriarca.

---

[1] Veja-se o «Ricciardetto». *[N. do A.]*. DON FRACASSA e DON TEMPESTA são duas pitorescas personagens do poema heróico-cavaleiresco «Ricciardetto», da autoria de Niccolò Forteguerri (Pistóia, 1674 — Roma, 1715), último fruto da grande florescência épico-romanesca italiana. Forteguerri, porém, muito embora pondo-se na esteira de Matteo Maria Boiardo, de Ludovico Ariosto, de Francesco Berni e de Luigi Pulci, encerra em clave cómico-burlesca ou até de caricatura grotesca, uma tradição que tinha começado numa atmosfera de profunda seriedade. É a definitiva dissolução da poesia cavaleiresca em 30 cantos... Ao remeter para o «Ricciardetto», Baretti esqueceu-se de mencionar o Canto IV, oitava 97.

[2] Casada com rei Nino, de Assíria, teria dado origem a uma dinastia de monarcas que terminou com Sardanapalo. Figura artìsticamente presente nos mais variados tempos, de Heródoto a Rossini e Meyerbeer; no século XVIII Voltaire, Crébillon e Metastásio aproveitaram-na em obras dramáticas.

[3] O termo *piche* [= pegas], que corresponde ao português *malhados*, era certamente, neste sentido, um termo em uso no dialecto piemontês. Não lhe encontrámos, porém, qualquer referência em dicionários de falares daquela região.

Depois chegou o Rei num coche de seis cavalos pegas, precedido por doze guardas a cavalo e seguido por outros tantos. D. Pedro, irmão do rei e marido da sua filha primogénita, vinha no carro de Sua Majestade, o qual, não se preocupando, como já vos disse, com pompas, utilizava um coche um bocado menos belo que o do Patriarca. O povo fez ao Rei aproximadamente a mesma respeitosa reverência que fizera um quarto de hora antes ao seu primeiro-ministro. Depois de o Rei ter entrado chegou a Rainha, também num coche de seis cavalos pardos e lindíssimos, precedido e seguido por outros dois carros cheios com as suas damas e cada um puxado por seis cavalos de pelame vário. À frente e atrás da Rainha vinham cerca de cinquenta homens da sua guarda a cavalo; esta, anda sem comparação melhor vestida do que a do Rei, e é formada por gente estrangeira, irlandeses, escoceses, franceses, italianos, alemães, todos homens escolhidos e de bela presença. A Rainha levava consigo as quatro filhas e uma velha dama. Tanto a Rainha como as filhas estavam magnìficamente vestidas, com merinaques muito amplos e com um imenso tesouro de brilhantes na cabeça, no pescoço, no seio, nas mangas, na cintura e nos sapatos. As filhas são quatro princesas do mais belo porte e corpo donairoso que se pode descrever, de rostos trigueirotes e engraçadinhos; e uma delas, creio que a terceira, segundo me pareceu à distância de seis ou sete passos, falta-lhe pouco para ser um «plus quam» perfeito de beleza. Entraram para a tribuna, ajoelharam-se, e fizeram uma breve oração, a julgar pelo movimento dos lábios. A Rainha sentou-se depois, ficando as meninas de pé, e pôs-se a ler um livro que beijou mais de quarenta vezes em três minutos; e disse-me um oficial irlandês do qual eu estava próximo, que é costume da Rainha beijar o nome de Deus, de Nossa Senhora e de todos os Santos e Beatos, sempre que os encontra escritos nos livros de devoção ou outros que lhe acontece ler. O famoso Samuel Clarke baixava a cabeça todas as vezes que lhe aparecia ou ouvia nomear Deus, sobre cuja existência e atributos escreveu o mais nobre livro que talvez exista [1] e no qual, por agudeza e força de raciocínio, vastidão e sublimidade de pensamento, se mostrou, na minha opinião, o maior lógico e metafísico que o mundo teve.

Pouco depois da oração da rainha e das filhas, entoou-se o Te Deum e as ladaínhas dos Santos que se cantaram com enorme estrépito de música. Então o rei levantou-se e, acompanhado pelo Secretário Carvalho, três ou quatro outros dos seus principais ministros e pelo irmão, desceu para uma larga cova onde estavam preparadas algumas colheres de pedreiro e martelos de prata, pedras, tijolos e cal. O rei e cada um dos outros empunhou sua respectiva colher e, tendo posto Sua Majestade algumas medalhas de ouro, prata e cobre no fundo da cova, cobriram-nas com uma pedra de mármore

---

1 «A Demonstration of the being and attributes of God; more particulary in answer to Hobbes, Spinoza, and their followers». By Samuel Clarke D.D.. *[N. do A.]*.

Samuel Clarke (1675-1729), membro do clero anglicano, reuniu neste livro as suas prédicas sobre a existência e atributos de Deus.

quadrada; depois, todos à uma feitos pedreiros, deitaram a cal à volta e sobre a pedra, que é a pedra fundamental de uma igreja notabilíssima [1] que se deve construir imediatamente nesse lugar, em acção de graças à Senhora do Livramento, que salvou a vida do rei da insídia do já nomeado duque de Aveiro e seus companheiros assassinos. Acabado o trabalho de espátula e martelo, que durou um quarto de hora e foi acompanhado por abundantes sorrisos de mofa de certas mulherzinhas que por uma ampla janela do edifício estavam a observar, de fora, aqueles desajeitados pedreiros, o Patriarca celebrou uma missa solene coadjuvado pelos seus principais dignitários e cónegos que, segundo me disseram, o acolitam com as mesmas cerimónias com que os cardeais acolitam o Papa nos ofícios mais solenes. Terminou a missa e o trautear [2] e rabequear de bom número de castrados e tocadores, dos quais tem sua mantença na corte uma quantidade muito maior que a de professores de Letras em Coimbra [3]. E cada um voltou por onde viera, suado e fatigado, porque a coisa foi demorada e o calor infernal.

Tanto à chegada como à partida do rei, duas companhias de infantaria, mal calçadas, mal vestidas e mal penteadas, que estavam de guarda ao edifício, não dispararam nenhuma salva de tiros para não espantarem os cavalos e as mulas, que causariam barafunda ao povo aglomerado de ambos os lados. E não foi má ideia terem esse cuidado, porque aqueles cavalos e mulas são tipos muito inquietos e fogosos, e fàcilmente se empinam e cabriolam sobre os cristãos; deu-me até muita satisfação ouvir o oficial dos guardas da rainha gritar-lhes que tivessem cuidado em não magoar ninguém, e por isso todos eles galopavam curto e com muita cautela.

Não podia ter melhor ensejo para examinar com todo o à-vontade os rostos e vestidos de toda esta nobreza. Os fatos, como podeis supor, eram magníficos e todos, como vulgarmente se lhes chama, à francesa [4], mas poucos de bom gosto e bem feitos, porque me parece que os portugueses gostam demais das cores berrantes e teatrais, e os seus alfaiates não sabem nem talhar bem um tecido, nem aplicar bem um galão, nem fazer um casa com mestria. As jóias que as damas traziam eram de um tamanho e beleza singulares. Só os penteados é que me pareceram demasiado altos, porque todas prendem os cabelos no cocuruto da cabeça de uma forma muitíssimo levantada, compondo uma espécie de crista redonda e quase piramidal, como a de certas galinhas que vi nas nossas aldeias e que nós chamamos galinhas-da-índia. Além disso, enchem os cabelos de todas

---

[1] A igreja do Livramento foi conhecida pelo nome de igreja da Memória. Para a solenidade do lançamento da primeira pedra foram cunhadas três medalhas de vários tipos. Em 1923 fez-se para lá a transladação das cinzas do Marquês de Pombal.

[2] No original italiano aparece neste ponto o verbo *feffautare* (= cantar), que não passa de um neologismo burlesco cunhado pelo próprio Baretti com base nos nomes das notas musicais Fá e Ut (modernamente, Dó).

[3] Cidade que fica a cerca de setenta milhas de Lisboa, onde está a grande Universidade portuguesa. *[N. do A.]*.

[4] Isto é, com casaca de cor, agaloada.

as flores artificiais que podem. Tirando os penteados, parecem no trajar damas das nossas terras. Muitas têm os traços do rosto bastante regulares e os olhos em geral negros e cintilantes; a pele não é tão morena e oleosa como a de quase todas as mulheres vulgares, e isto porque se protegem o mais que podem do sol, mas raramente chegam à brancura das mulheres italianas, e muito menos à das inglesas. São mais esguias do que fartas de ventre, ao contrário dos homens, muitos dos quais são fortemente barrigudos e de rosto quadrado e sanhudo. Pareceria que num clima quente como este, o sol devia derreter os homens e torná-los magros como pregos; apesar disso, não têm conto os que se parecem com pipas. E não me admiro se sob o mesmo sol poucas mulheres são avantajadas, porque também na Inglaterra os homens são em geral corpulentos e fortes e as mulheres delgadas e leves. Cabelos totalmente loiros não vejo nem nas crianças, e todas as mulheres têm cabeleiras bem negras, fartas e bastante compridas. De aspecto parecem afáveis, alegres e muito diferentes daquela dura sobranceria que se nota à primeira vista nos homens, que têm ares de severa compostura mesmo quando sorriem, e sorriem quase sempre. A estatura das mulheres é geralmente menor do que a das italianas e igual à das mulheres de Inglaterra. Homens altos vêem-se aqui poucos. Entre si os homens procedem com tanto respeito, que nem os nobres venezianos, quando estão em assembleia, usam tantos abraços e tantas obsequiosas vénias. Quando se encontram, homens com homens e mulheres com mulheres, põem um braço ao pescoço do outro, aproximam as faces e assim abraçados cumprimentam-se uns aos outros; mas nunca trocam beijos, como é costume em Itália e em França, mesmo que sejam amigos ou amigas. E um homem nunca abraça ou beija uma mulher em público, como se faz bastante em França e mais ainda em Inglaterra, mas curva-se-lhe profundamente, e a mulher retribui a saudação com um insensível dobrar dos joelhos, e às vezes apenas com um pequeno aceno de cabeça. E quando um homem do povo encontra uma dama, pára imediatamente e faz uma cruz com as pernas de uma maneira que para nós seria ridícula e estranha, e humilha-se perante ela como faria na presença de uma coisa santa. Mas dos seus usos e crenças, falar-vos-ei certamente doutra vez.

Cavalos com a pelagem preta e branca, como vi talvez cinquenta na cerimónia de hoje de manhã, não há aqui a mesma escassez que entre nós, mas também não são comuns. Se não me informaram mal, além do rei, sua família, o patriarca, os ministros estrangeiros e algumas outras pessoas, ninguém tem carruagem de seis cavalos mas de seis mulas, por lei do país [1], porque Portugal não é abundante em cavalos e precisa de ir buscar muitos de contrabando a Espanha, onde a exportação é proibida sob gravíssimas penas.

Mas terminemos esta carta, ou antes, esta salgalhada. Adeus.

---

[1] Cfr. a nota 1 a p. 396.

CARTA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Lisboa, 5 de Setembro de 1760

Ontem à noite dando por acaso uma vista de olhos a um livro português e vendo no frontispício que tinha sido impresso em Lisboa Ocidental, perguntei o que queria dizer esse «Ocidental» e responderam-me que a Lisboa daqui, na margem direita do Tejo, é assim chamada para a distinguir de uma outra Lisboa que está da outra banda do rio, e é chamada pelos escritores portugueses «Oriental». Acrescentaram até, que «in diebus illis» a cidade era toda do outro lado do Tejo, mas com o andar dos anos se achou mais cómodo habitar da banda de cá, de modo que, pouco a pouco, surgiu esta grande Lisboa que antes de ser destruída pelo terramoto devia ser coisa estupenda, e a antiga, além do rio, foi-se reduzindo a quase nada [1]. Este «quase nada» animei-me logo a vê-lo, e por isso hoje de manhã cedo aluguei uma barca de dois remos, e em menos de uma hora estava do outro lado. Ambas as margens do rio são na maior parte escarpadas e rochosas, especialmente a Oriental ou esquerda, que é uma colina mais alta do que a nossa dos Capuchinhos [2] e cuja subida é tão difícil e penosa que faz derreter a medula dos ossos, quando o Sol abrasa como em todo o dia de hoje. Mas vós sabeis, irmãos, que por curiosidade caminharia descalço sobre as silvas, quanto mais ao sol. A verdade, porém, é que desta vez a curiosidade deu pouco fruto, porque essa Lisboazeca só tem duas aldeias sem nenhuma importância, uma chamada Almada e outra *Castilho*. Em *Castilho* [3] não vi nada de especial, tirando as pouquíssimas ruínas de uma pequena fortaleza situada num cume bastante alto, que o terramoto deve ter demolido fàcilmente. Em Almada, visitei um pequeno convento de Dominicanos chamado S. Paulo, cujas paredes estão inteiramente cobertas, pelo lado de dentro, de azulejos muito brilhantes e pintadas com flores turquesas que dão frescura só de as olhar. O convento já não tem igreja, porque o terramoto lha deitou repentinamente abaixo, matando um frade que estava a celebrar a missa e todas as pessoas que estavam na igreja sem se salvar uma só. E o padre que me acompanhava na visita disse-me que debaixo das ruínas foram retirados os cadáveres todos esmigalhados de cento e cinquenta ou mais mulheres, sem falar nos dos homens

---

[1] Baretti deve ter feito confusão ou foi mal informado. A origem de Lisboa na outra banda do rio é uma opinião que parece sem fundamento: os primórdios da cidade devem assentar num castro ou citânia no alto do castelo de S. Jorge. A distinção entre Lisboa Oriental e Ocidental, a que Baretti faz referência, existiu realmente, mas num curto período do século XVIII, depois da bula de Clemente XI «In supremo apostolatus solio» (1716), que instituia a divisão eclesiástica da cidade. Extinta esta por Bento XIV em 1740, D. João V aboliu no ano seguinte a correspondente divisão civil.

[2] Colina perto de Turim, assim chamada por causa de um convento destes religiosos que existe lá no alto. *[N. do A.]*.

[3] No original vem *Castiglio*, por engano: Baretti alude, sem dúvida, a *Cacilhas*.

que não chegavam a vinte: coisa absolutamente de crer, porque em toda a parte os homens são muito menos dados à piedade e menos solícitos com a eterna salvação do que as mulheres. Nós, os homens [1], podemos dizer o que quisermos, mas em bondade de alma e virtude as mulheres aproximam-se geralmente tanto do carácter dos anjos, como os homens se avizinham do de certos senhores cornudos, ungulados e caudatos que não quero aqui nomear por educação. Não que ignore que se encontram no mundo mulheres de carácter perverso e que por soberba, avareza e lascívia lançariam fogo, por assim dizer, a um santuário, e conheci muitas que para enganarem os outros, mesmo sem grande proveito próprio, passariam uma rasteira àquele que tomou forma de serpente para enganar a progenitora do género humano; mas por favor, meus amigos, não me obrigueis a começar a dizer a verdade e a descobrir as manhas dos homens, porque por um que em acheis bom ou medíocre mostrar-vos-ei logo dez mulheres. E notai que por uma mulher que corrompa a mente de um homem, cem são corrompidas por um único desses traidores, que, fingindo-se angustiado e em desespero mortal por um invencível amor, consegue fazer tantas com a ajuda do diabo, que suscita suma piedade no crédulo e compassivo coração de uma inocente e boa criatura feminina, tornando-se o seu absoluto senhor antes da pobre perceber ter sido vencida mais pela sua bondade e ternura natural do que pelo seu apetite e concupiscência. Por isso, minhas senhoras, tende cuidado e lembrai-vos sempre que o vosso maior inimigo é a vossa própria piedade, que vos faz cometer a maior parte dos despropósitos que fazeis, e estes, para vossa maior dor e vergonha, são quase sempre cometidos em favor de um ingratíssimo velhaco que, mal recebe de vós o que queria, vos despreza, vitupera e aborrece, ou vos trata cruel e desumanamente logo que vos pondes sem nenhuma reserva sob o seu domínio.

Mas voltemos a Lisboa Oriental. A derrocada da igreja de Almada tornou a aldeia paupérrima de habitantes. O convento resistiu e não fez companhia à igreja, de forma que nenhum dos frades pereceu, excepto o sobredito e um leigo. Das janelas do pequeno convento gozam-se as mais belas vistas do mundo; de um dos lados pode ver-se toda Lisboa, Belém, o rio, o mar, inúmeros barcos, os vários castelos e as diversas fortificações que defendem a foz do Tejo; do outro, belíssimas colinas verdes e bem cultivadas. Segundo a minha opinião, é assim vista que supera em muito o famoso promontório inglês de que já vos falei, chamado Monte Edgecumbe [2], próximo de Plymouth.

---

[1] Sempre que pode fazê-lo sem forçar muito o texto, o Autor alonga-se em considerações moralistas que aspiram a ser bastante filosóficas. Na edição inglesa são suprimidas na grande maioria.

[2] Realmente na carta 3.ª, datada de Plymouth, 21 de Agosto de 1760, o Autor descreve o promontório de Edgecumbe e fá-lo da seguinte forma: «[...] Essa colina, chamada Monte Edgecumbe, tem do lado que dá para o mar um aspecto arredondado e deveria, mais pròpriamente, chamar-se um promontório [...]. Fomos subindo à volta do promontório por um caminho suficientemente largo, e de todos os seus pontos desfruta-se uma das mais

Satisfeita a minha curiosidade quanto a Lisboa Oriental, precipitei-me pela colina abaixo, regressei à barca e mandei virar a proa para o Hospital Inglês, que fica da mesma banda do rio, mais para o lado do mar. Não vi lá nada de notável excepto o urso dum velhorro, médico do hospital, que, tendo aos setenta anos tomado por esposa uma rapariga de dezoito, se tornou, embora inglês, tão bestialmente ciumento, que me mirou com grande hostilidade quando me viu encaminhar para o jardim, porque a sua mulher estava justa- mente lá a colher figos e uvas para o almoço. Entrei, contudo, nas suas barbas, mas sem cumprimentar a rapariga [1], porque não tenho prazer em causar aborrecimento aos outros; e tenho até dó dos velhos que estão na mesma situação daquele senhor doutor, reflectindo que talvez também eu naquela idade tenha mister da compaixão dos outros, se lá chegar e se então perder a cabeça como o pobre homem.

Creio que a ternura de coração e o amor pelo sexo feminino nunca se afastam dos homens educados, se Deus não os ajudar com uma graça especial e não tirar da sua fantasia a esperança de sumo contentamento produzido pela ideia incessante de uma posse perfeita de beleza feminina. Por isso os homens educados, especialmente quando solteiros ou viúvos, deveriam ter um receio constante de cair na rede em que caíu o aludido doutor; porque só um quarto de hora de violenta agitação de pensamentos vence, muitas vezes, toda a humana prudência e as mais fortes resoluções de um homem cauteloso e sensato, e faz-lhe cometer um grande erro que depois tem de sustentar com muitos outros erros. E talvez tenha sido exactamente este o caso do pobre velho doutor do Hospital Inglês.

Do hospital, rumei contra a corrente para a casa de um irlandês que negoceia em vinhos por grosso, esperando, com dinheiro ou boas palavras, induzi-lo a ceder-me um pouco a retalho, tendo eu dele agradável necessidade assim como os meus barqueiros. E felizmente esse negociante de vinho, que se chama O'Neal, foi tão amável comigo quão grosseiro fora o velho doutor de esposa jovem, o qual mal me deixou colher um cacho das suas videiras que no entanto estavam carregadíssimas. O senhor O'Neal deu-me de beber quão largamente me apeteceu, fez-me provar várias espécies de vinho altamente apreciáveis e deu também aos meus suados barqueiros um garrafão, impedindo-me até, por fim, de meter algumas moedas no bolso de um seu rapazinho.

---

belas vistas do mundo, porque do lado direito vê-se o mar largo e, à distância de dez ou doze milhas do continente, uma lanterna, ou farol, plantado num escolho chamado «Eddy-Stone». Do lado esquerdo vê-se o porto de Plymouth, na barra do qual se encontra a ilha de S. Nicolau, e toda a cidade e a sua cidadela, a doca e bom número de navios, uns fundeados, outros a navegar, e infinitas barcas grandes e pequenas, e planícies e colinas próximas e afastadas, que perspectiva mais encantadora não se pode imaginar [...]».

[1] *rapariga* não reproduz a carga semântica da expressão original: *moglieroccia sua*, que apresenta um sufixo entre joco-sério e vagamente carinhoso aplicado ao substantivo de cunho dialectal *mogliera* (= esposa), além da posposição, vincadamente afectiva, do possessivo *sua*.

A casa daquele homem de bem é protegida do rio por uma espécie de molhe feito de grandes blocos de pedra; e tendo eu subido para lá, diverti-me a ver dois escravos da Guiné, mais negros do que o pez, nadarem no rio e fazerem viravoltas e saltos na água e cabriolas que era um espectáculo belíssimo. Por alguns reis [1] que lhes dei, fizeram uma dança nas ondas cantando à sua maneira, ora mergulhando ora saltando para fora da água de modo tão maravilhoso, que as enguias teriam perdido a cauda se a tivessem apostado com eles. Da canção bailada que me cantaram em língua africana, só compreendi que era com rima, exactamente como as de Lourenço de Médicis e Policiano [2]. Certos modernos inimigos da rima disseram, e dizem ainda, que essa desengraçada foi inventada pelos frades nos séculos bárbaros e citam os versos leoninos [3] em apoio da sua opinião,; mas eu descobri que os americanos do México e de outras regiões do novo mundo empregavam as rimas antes de Cristóvão Colombo nascer, e é claro que as usavam porque vinham naturais à sua poesia, alegre ou triste que fosse. E pela mesma razão os mouros da Guiné, e provàvelmente de toda a África, usam a rima em todas as suas poesias, sem terem tido por mestres os inventores do verso leonino [4]. Tive muita pena de não saber música, para apanhar as poucas notas solenes daquela canção africana. Depois de ter ouvido bastante dessa canção, voltei a proa para Belém e fui visitar o convento dos frades Jerónimos. Não pude dar uma vista de olhos à igreja, porque os pedreiros tinham erguido lá dentro um andaime enorme para refazerem a abóbada que desabara com o terramoto. Não é, porém, das medíocres em tamanho; no convento há, entre outras coisas, um dormitório com o comprimento de duzentos e oitenta dos meus passos normais, e a fachada de todo o edifício para o lado do rio tem quatrocentos e vinte e cinco. É um convento muito antigo, da mais bela e mais bizarra arquitectura gótica, com a fachada e os claustros tanto de cima como de baixo ornamentados com muitíssimas estátuas [5], e mais de cento

---

[1] Moedas portuguesas. *[N. do A.]*.

[2] Estes dois homens famosos escreveram muitas composições que os florentinos antigos chamavam «canzoni a ballo». Outrora eram cantadas e dançadas quando se festejava o carnaval nas ruas e praças. Caíram em desuso já há algum tempo, e foi bom que se tornassem obsoletas, porque eram poesias cheias de obscenidades e na grande maioria altamente velhacas. *[N. do A.]*.

[3] Versos latinos dos séculos bárbaros, nos quais rimavam as palavras do fim e do meio do verso. *[N. do A.]*. Na metrificação italiana classica este tipo de rima é bastante raro: tem o nome de «rima interna» ou «rimalmezzo», e o seu exemplo mais famoso encontra-se num trecho lírico da tragédia *Saul*, de Vittorio Alfieri (Séc. XVIII).

[4] A questão da rima e sua origem preocupa os eruditos da época. Baretti é adepto fervoroso dos versos rimados em italiano, por achar que é a forma adequada à «natureza» da língua; inversamente, combatia o emprego do verso branco.

[5] Apesar do seu interesse pela arquitectura ser muito limitado (as aspirações resumem-se pràticamente ao tamanho em altura e comprimento dos monumentos, à existência ou não de colunas...), o Autor não deixa de notar que o gótico que observa é diferente e bizarro em relação ao que conhece. E por vezes (Carta 30.ª), tem intuições de gosto não desprovidas de merecimento.

e trinta frades vivem agora lá confortàvelmente. Na margem do rio, já próximo do mar, e das janelas destes frades é um prazer ver os navios ir e vir. À volta do convento, além de um espaçoso jardim, suas Paternidades têm um largo pedaço de terreno pedregoso e abrupto, todo murado e cheio de oliveiras, entre as quais estão muitas celas e capelinhas, onde alguns pecadores de pobre condição vão levar uma vida solitária e ociosa, que eles chamam vida santa. E não lhes posso criticar viverem a vida que vivem, sabendo também eu por larga experiência, que labutarmos todo o dia como cães para nos matarmos é mesmo uma vida diabólica, pelo menos paredes adentro [1].

Depois de ter comido um cacho de uvas dos padres Jerónimos e observado no seu amplo jardim algumas plantas brasileiras muito curiosas, especialmente a «bananeira», subi o rio para o almoço e tornei a fazer o que fizera no dia da minha chegada a Portugal no paquete inglês, isto é, percorri de novo com o olhar as casas de Belém, que do rio têm uma tão graciosa vista por estarem na encosta da colina, embora a quem vá por terra e de perto nem por sombras despertem tanta admiração como a quem vai pela água e ao longe.

Além do antigo palácio que o rei tem em Belém e da casa de tijolos e madeira que, depois da ruína daquele provocada pelo terramoto, Sua Majestade mandou construir aqui «pro interim» [2], tem também o «Paço das Vacas» [3] onde está o seu picadeiro para amestrar os cavalos, e que é um edifício muito ornamentado de estátuas e bustos, parte colocados no alto das paredes e parte em nichos. Também lá, ficam o palácio chamado da Vice-Rainha das Índias, o do marquês de Ginges, o do embaixador de França, o do defunto Patriarca, o do Patriarca actual, o do Secretário da Marinha, o forte da Junqueira, o palácio do cardeal Acciaiuoli [4] que era Núncio papal e que, não há muito tempo, foi improvisamente corrido daqui, o do conde de Ribera [5], o de Dom Manuel, tio do rei, o do Secretário de Estado, Carvalho, que tem um bom número de guardas à volta; um outro que serve de cárcere aos réus de Estado, e o que pertencia ao duque de Aveiro, todo de belíssimos mármores brancos, além de alguns outros de cujos nomes me esqueci; muitís-

---

1 ... *pelo menos paredes adentro*. Com estas palavras tentamos traduzir a expressão «almeno dal tetto in giù», que vem no texto barettiano e cujo significado se nos afigura um tanto vago. Quereria, portanto, o Autor exprimir a ideia de «em casa, na intimidade da casa», ou, afinal «neste mundo», visto que o sentido literal é o de «do telhado para baixo».

2 Situada no local onde depois foi erigido o palácio da Ajuda, D. José acabou por residir nessa casa até à morte.

3 Palácio do Pátio das Vacas: construído no século XVII, funcionaram aí as Secretarias de Estado enquanto o monarca residia no Paço Velho da Ajuda. Nas suas salas decorreu parte do interrogatório dos incriminados no regicídio.

4 Não ter iluminado as janelas quando do casamento da princesa D. Maria, foi a causa aparente da sua expulsão. De facto, Pombal temia nele o intrigante junto da Santa Sé e tramas urdidas juntamente com o enviado francês, conde de Merle. Na edição inglesa, Baretti, que nutria muito apreço pelo prelado, dedica algumas páginas ao acontecimento e transcreve até a carta, assinada por D. Luís da Cunha, em que é intimado a deixar Portugal.

5 Certamente o conde de Ribeira, também implicado no processo de regicídio.

simas casas, igrejas e conventos, parte arruinados e parte só danificados pelo terramoto, e muitas casinhas construídas depois do terramoto, as quais sendo novas e caiadas fazem um belo efeito a quem as olha do rio. Quando todas as pedras do palácio que pertencia ao duque de Aveiro forem removidas e o lugar aplanado, erguer-se-á ali no meio um pelourinho infamante em memória do acto desesperado desse duque, cujo carácter, pelo que pude compreender, era um misto de infernalmente soberbo, extremamente ignorante, bestialmente louco e cruelmente teimoso quanto àquela espécie de honra a que se dá hoje tão pouca importância em tantos lugares da Europa [1].

Vede, irmãos, se aproveito ou não o tempo que tenho de estar aqui, porque parte emprego-o a ver o que se pode ver, parte a informar-me do que não se pode, e parte a preparar-vos a vós e a outros um enorme aborrecimento com estas minhas prolixas cartas. Mas poderão não vos aborrecer a vocês, porque são escritas pelo vosso José; e eu sou dessa opinião, pois se pensasse maçar-vos ou aos outros que as vão ler, não me daria tanto incómodo como me dou para as escrever. Basta dizer que há mais dez ou doze pessoas aqui em casa e todas dormem como pedra em poço, enquanto eu estou ainda aqui a escrevinhar; e os passarinhos já saúdam a alvorada e cantam o amanhecer à bela amante de Titono [2].

Oh, vamos dormir um pouco, porque é vergonha velar toda a noite como os mochos e as corujas. Adeus.

CARTA VIGÉSIMA SEGUNDA

Lisboa, 6 de Setembro de 1760

O rei de Portugal está a construir uma casa na margem do Tejo, mesmo em frente do seu palácio que, embora tão sólido, mesmo assim foi desconjuntado e gravemente arruinado pelo terramoto. Esta casa deverá servir de arsenal [3] quando estivar terminada. Pensai que senhora casa vai ser! Terá espaço

---

[1] Referência provável às relações do monarca com D. Teresa de Távora, motivo oficial, digamos assim, que justificaria a interferência dos familiares da dama no regicídio. (V. n. 1 a p. 432).

[2] Isto é, à Aurora, que, segundo a fábula, é a mulher do velho Titono. *[N. do A.]*. A «bela amante de Titono» (a «moça de Titão», lê-se nos «Lusíadas», II, 13, 8) é naturalmente Eos, a ῥοδοδάκτυλος, que no mito grego presidia ao romper do dia. Como certos «grandes amores», a paixão de Eos pelo seu galhardo amador teve um desenlace, não sabemos se trágico ou ridículo: a deusa pediu a Júpiter a imortalidade para Titono, e Júpiter fez-lhe a vontade; mas esqueceu-se de uma coisinha de nada: de pedir também a eterna juventude... Assim, quando o imortal Titono chegou à velhice, a ingrata Eos sequestrou-o no seu palácio, ou, segundo outra versão, mudou-o em cigarra.

[3] Arsenal (da Marinha) construído no local dos antigos paços da Ribeira, dos Infantes e da Ribeira das Naus. Provido de um estaleiro para construção de navios, podia receber as maiores embarcações que então se fabricavam.

para alojar «Garamantes, Númidas, África e o mundo» [1]. Em muitas das suas câmaras, se fossem transformadas em salas de baile, todos os gigantes sonhados por Dom Quixote poderiam fazer uma contradança com todas as fadas que iam à assembleia de Demogórgona [2], e quando a cavalaria andante voltar à moda, poder-se-á fazer uma belíssima justa ou um magnífico torneio numa das salas do piso térreo, que está agora destinado à construção de navios, mesmo os de mais alto bordo. Umas são depósitos para as gúmenas, outras para as velas, outras para os costados dos navios, outras para os mastros e os mastaréus seus irmãos, outras para o pez e o alcatrão com que se lava o rosto a toda a espécie de navios; em suma, haverá aqui diferentes secções para cada espécie de apetrechos marítimos. Os portugueses dizem que a esta casa só falta o dinheiro para se acabar e os ingleses acrescentam que, acabada ou não, será sempre uma casa para arrendar, pois que só para se obter uma mole tão vasta como esta, seria preciso juntar dois ou três dos principais arsenais britânicos. Mas digam o que disserem, é um edifício para cansar o melhor par de pernas que existe para o visitar todo. Fui lá no séquito de Milorde Kinnoul [3], que é Embaixador extraordinário britânico aqui. Com Sua Excelência estava uma gentilíssima dama sua cunhada, que à medida que passava era saudada pelas gentes do arsenal como os nossos camponeses saúdam a Nossa Senhora, isto é, com uma pequena mas devota genuflexão.

É singular ver como os portugueses honram em público as mulheres que não lhes pertencem de facto, mas, segundo me dizem, quando as pobrezinhas são colocadas sob a sua alçada por Himeneu [4], os marotos tratam-nas geralmente muito mal, por ciúmes; e deste ciúme, tenho ouvido histórias arrepiantes. Para se desculparem dos maus tratos que dão às mulheres, os portugueses dizem que estas lhas pregam sempre que podem e só pensam em lhes ornamentar a testa com o louro bovino. A isto, respondo que o sexo feminino é em todos

---

1 Metastásio [*N. do A.*].

2 Vede o primeiro dos «Cinco Cantos» de Ariosto. [*N. do A.*].

Demogórgon(a) — Limitamo-nos a esclarecer que esse nome mitológico, masculino ou feminino, foi cunhado na Idade Média por Lactâncio, devido a uma má interpretação do poeta latino Papínio Estácio: seria Demogórgon, fundador de toda a geração de deuses pagãos, o chefe supremo das potências ocultas do universo. Um ser muito importante..., a tal ponto que Giovanni Boccaccio lhe consagrou o proémio e os primeiros oito capítulos do Livro I da sua *Genealogia Deorum Gentilium*.

3 O conde de Kinnoul, ou Lorde Kinnoul, diplomata inglês que em Março de 1760 chegou a Lisboa, enviado por Pitt, quando da controvérsia luso-francesa pelo aprisionamento de navios franceses pela esquadra de Boscawen na baia de Lagos (17-VIII-1759). E foi o mais hábil manobrador político que o Marquês de Pombal podia esperar..., muito embora Kinnoul tivesse o melhor possível puxado a brasa lusitana para a sardinha inglesa. Em todo o caso, a nossa curiosidade de saber o que ele teria oferecido em contrapartida ao Marquês de Pombal, não ficou satisfeita por deficiência de informação. Lorde Kinnoul regressou a Inglaterra em 2 de Novembro de 1760, pouco mais de um mês depois de Baretti ter saído de Portugal.

4 Himeneu: termo usado muitas vezes por 'casamento', refere-se aqui à figura mitológica, divindade do casamento e personificação dos cantos nupciais.

os países muito verecundo por natureza e muito melhor e temente a Deus que o nosso, se não for por ele seduzido e contaminado; por isso, se há demasiadas mulheres que não se mantêm firmes na fidelidade matrimonial, a culpa é dos homens, de qualquer modo, porque se os pais as soubessem educar de uma forma moral e cristã desde cedo, cultivar-lhes as mentes e encher-lhas de conhecimentos e ideias, e a tempo lhes soubessem corrigir a natureza humana, corrompida pelo pecado original, com ensinamentos evangélicos expostos com raciocínios claros, e se cedo fossem instadas, com paterna e amorável familiaridade, a preocuparem-se com a honradez e instruídas das várias iníquas artimanhas usadas pelos homens para as vencerem e macularem; se se adoptassem estas e outras precauções eficazes, as mulheres não estariam, como estão em Portugal, tão cheias desses pensamentos que a carne sugere e os seus espíritos teriam muitas vezes prazer em se alimentar de outras coisas que não de impurezas. Mas aqui, as pobres são educadas em perfeita ignorância e não têm ainda quinze anos quando se casam, com um coração naturalmente quente de amor e um intelecto totalmente desprovido das mundanas razões que, talvez mais do que as não mundanas, servem para manter a concupiscência das mulheres jovens nos seus devidos limites; por isso não é de admirar que cedam às tentações de fora, assistidas e solicitadas pela natural inclinação de dentro, especialmente depois de adquirirem, como é forçoso, um perfeito conhecimento da inépcia e das mesquinhas qualidades mentais dos maridos, que provocam o desprezo delas transformando o bem querer em mal querer [1]. Para mulheres neste estado, também eu sei que são precisas grades e cadeados para evitarem as desgraças de Actéon [2], e que é um grande perigo conceder-lhes alguma liberdade. Mas em Inglaterra, onde as mulheres são educadas com muito cuidado e siso, são na maior parte anjos em forma humana [3] e, casadas ou solteiras, não há uma senhora em cem, poderei até dizer uma mercadora ou uma lojista, que não seja honesta rapariga, boa esposa e mãe sensata; por isso, pouco cuidado têm os pais e maridos em lhes darem muitíssima liberdade, sem receio de que elas se desonrem a si e à família. Sei

---

[1] O texto («che chiamano il disprezzo loro da volere a non volere») peca neste ponto por falta de clareza. A nossa tradução, portanto, é apenas uma razoável tentativa de interpretação.

[2] Caçador transformado em veado pela deusa Diana. *[N. do A.]*.

As desgraças de Actéon constituem um tópico curioso da mitologia grega e assunto bastante tentador para artistas da época clássica. Filho de Aristeu e de Autónoe (filha nada menos que de Cadmo...), criado pelo sapientíssimo centauro Quíron, tornou-se caçador famoso; o que não lhe evitou a triste sorte de ser transformado por Ártemis em veado e, para cúmulo da desgraça, ser despedaçado pelos seus próprios cães, por ter surpreendido a castíssima deusa enquanto tomava banho na fonte Parténia. Eufemística metáfora é, portanto, a que emprega Baretti, visto que, milénios volvidos, «veado» continua a ser símbolo de «marido minotaurizado».

[3] Por várias vezes Baretti sustenta a ideia de que as mulheres, virtuosas em princípio, são na maioria dos casos pervertidas pelos homens (V. c. 21ª). Para que se constitua uma barreira defensiva, preconiza uma educação completa, do tipo inglês. O ideal moral torna-se um ideal pedagógico.

perfeitamente que em Inglaterra, e em Londres especialmente, há desavergonhadas, mas se se enumerassem todas as mulheres daquele reino, o número das más tornar-se-ia um nada em comparação com o das boas. Muitíssimas vezes, encontrando-me lá em grupos de homens e senhoras que conhecia bastante bem, costumava avaliar mentalmente a virtude delas, ou melhor o seu senso comum, e frequentemente também o seu saber, e tinha sempre razões para concluir que elas, não só em virtude como em senso comum, e não raramente também em sabedoria, superavam uma a uma cada um dos homens do grupo. De uma maneira geral em Inglaterra, peguem numa senhora, ponham-na, por assim dizer, com doze gentis-homens e comparem-na com cada um deles: aposto o meu melhor dente em como se conclui que ela é um ser melhor em bondade, em siso, ou em abundância de conhecimentos, do que dez dos da dúzia masculina. E os outros dois terão muito que fazer para lhe ficarem a par, quanto mais para a superarem. Que todo o verdadeiro inglês faça esta reflexão de cada vez que se encontre em companhia mista e verá que tenho razão para dar e vender.

E os estrangeiros que julgam tão precipitadamente os ingleses naqueles cafés de Londres e maldizem as mulheres de toda a ilha por amor das muitas rameiras que os fizeram de fel e vinagre [1], saiam um pouco desses cafés e, em vez de andarem de café para o prostíbulo, procurem ter acesso a casas abastadas [2] e a gente civilizada, ou dêem uma volta pelas províncias inglesas e verão a diferença que existe quanto a bons costumes entre as mulheres de Inglaterra e as dos seus respectivos países.

Mas o carácter dos maridos e esposas portugueses afastou-me do arsenal onde estava com aquela gentil dama, com o embaixador Kinnoul e com uma numerosa comitiva, e vou tornar para lá para vos dizer que um dos seus lados é sustentado por um pórtico muito alto, muito largo e muito longo, destinado a servir de Bolsa aos mercadores. Um dia, a essa Bolsa, a todo o edifício até, ficará bem por mote este verso: «apparent rari nantes in gurgite uasto» [3].

Defronte dela ficarão os estaleiros, e frotas muito formidáveis aqui serão um dia construídas; e há uma multidão de artífices de toda a espécie, de trabalhadores e escravos que se estão agora afadigando a terminar a casa, pelo que, daqui a poucos anos, se a massa não faltar, quem tiver curiosidade em ver grandes edifícios poderá vir observar (como diria um empolado e bombástico escritor português) «no império lusitano, compêndio da douta

---

[1] *dalle quali sono per lo più conci con l'aceto e il pepe* — A palavra *conci* está por *conciati*, part. perf. do verbo *conciare* (no sentido metafórico de «reduzir em mau estado»). A expressão *l'aceto e il pepe* (o vinagre e a pimenta) exprime tropològicamente a sensação de queimar e ardência que sentiam os forasteiros e turistas, contagiados com doenças venéreas pelas rameiras londrinas.

[2] A gente de bem e civilizada quase se identifica, na terminologia barettiana, com a «benestante». O povo é a populaça, imaginada como massa anónima, sem outra personalidade além da ignorância, crueldade e má educação.

[3] Verso da *Eneida* de Virgílio (I, 118).

Grécia, da poderosa Assíria e do maravilhoso Egipto, uma estupenda mole, superior ao famoso templo da casta Diana de Éfeso, ao soberbo mausoléu da doridíssima Artemísia, ao celebrado palácio do magnificente Luculo, às desmedidas termas do ímprobo tirano Domiciano [1] e até às marmóreas sempiternas pirâmides do transbordante e fecundíssimo Nilo, que com o seu infinito peso [2] carregam as numerosas e gemebundas províncias que com esforço as sustentam; e cujos orgulhosos e agudos cimos, perfurando as densas e áureas nuvens que rodeiam o trono adamantino da imperiosa Juno, parecem ameaçar um destruidor assalto às resplandecentes constelações». [3]

Valete, fratres.

CARTA VIGÉSIMA TERCEIRA

Lisboa, 7 de Setembro de 1760

Ontem falei-vos de uma construção que virá a ser um dia uma coisa grande. Hoje descrever-vos-ei outra que merece um dos maiores superlativos de grandeza. Refiro-me aos arcos de pedra rija que servem de suporte aos aquedutos reais, os quais da distância de algumas léguas trazem a água à cidade. Onde o terreno pôde ser nivelado os aquedutos fizeram-se com uma despesa razoável, mas nos locais em que as águas tiveram de passar de um monte para o outro, foi preciso traçar-lhes uma via e para esse efeito levantaram-se arcos, mais ou menos altos conforme a maior ou menor elevação desses montes. Os que atravessam o vale de Alcântara são, entre todos, os que merecem o aludido superlativo, pois que sob o arco do meio poderia passar um vaso de guerra com as velas soltas, tal é a sua altura e largura. Imaginai que pilares hão-de ser os que sustentam um arco daquela espécie! Por pouca sorte não tendo a minha medida de um pé no bolso, medi um deles com a espada e verifiquei que de um lado tem treze espadas e meia de largura, do outro catorze e meia, e de altura, como já disse, não há mastro de navio que lhe chegue. Cada pilar, ou antes, todo o aqueduto, é de pedra mais bela e mais marmórea do que aquela a que os franceses chamam pedra de cantaria e nós blocos de moinho; e esta pedra foi extraída de umas pedreiras que, felizmente, não são muito distantes do lugar onde ela era precisa.

Os arcos sustentam uma arquitrave muito grossa que atravessa de um a outro monte. Por cima, ao longo da arquitrave, estão dois murozinhos,

---

[1] Devia referir-se às termas de Diocleciano. De construções deste tipo erigidas por Domiciano não restam notícias.

[2] A nossa tradução é, neste ponto, anódina: o Autor escreveu, intencionalmente, *pondo*.

[3] Talvez quisesse o nosso amigo Baretti, com este trecho de pesada prosa seiscentista que é evidentemente da sua lavra, parodiar os «muitos milhares» de sonetos publicados quando da colocação da primeira pedra da igreja da Memória.

no meio dos quais há um espaço coberto suficiente para lá passar uma pessoa e a água corre de um lado e doutro em dois canais, se não me induziu em erro quem me informou, porque eu só estive sob o aqueduto e não sobre ele [1]. De onde em onde há na arquitrave umas torrezinhas ou cúpulas, ou melhor, pequenos templos, que servem para deixar entrar ar e luz na via coberta e que infundem muita graça e magnificência a toda a construção, que não foi muito danificada pelo terramoto.

Tendo-me despedido do aqueduto de Alcântara, juntamente com o meu hospedeiro e dois filhinhos seus que tinha levado comigo para tornar o passeio mais agradável, metemos de novo pés a caminho de Lisboa. Mas ao sair do vale caímos numa aventura bastante desagradável, que me causou uma impressão pouco favorável a respeito dos costumes deste país. E foi que, encontrando cinco ou seis bem encapados portugueses que subiam quando nós íamos a descer, cada um dos de cima e dos de baixo tirou o chapéu como saudação, porque é esta a moda aqui quando as pessoas se cruzam em lugares pouco frequentados. Depois do recíproco cumprimento, os nossos embuçados fidalgos [1] deixaram-nos passar adiante e depois, voltando-se todos a caretear como babuínos, começaram aos gritos e aos motejos a chamar-nos nomes muito esquisitos e a dizer-nos as mais sujas vilanias do mundo, porque nos tinham ouvido falar inglês. Se a coisa tivesse acabado em palavras, vá lá, não me lembraria dela dois minutos depois, tendo-me habituado em Londres a suportar palavras injuriosas e maldições sem fim à canalha feroz, principalmente nos primeiros anos, antes de eu poder, ao falar, ser tomado por nativo. Mas a canalha portuguesa supera a de Inglaterra em distinção, porque, vendo-nos os encapados tratantes prosseguir o nosso caminho sem fazer caso dos seus desatinados gritos, começaram a atirar-nos pedras que de repente se tornaram cerradas como granizo. Imaginai que coisa divertida para um poeta que tem de encavalitar um par de óculos no nariz para ver os homens, quanto mais as pedras, para um velho estalajadeiro que tem sete boas dezenas de anos às costas [2] e para dois meninos de nove e dez anos! Um deles apanhou uma pedrada no chapéu, que dois dedos mais abaixo lhe esfacelava o crânio; e se não fossem uns bons homens que ao ruído saíram de uma casa próxima a ralhar e a perseguir aqueles cães traidores, creio realmente que as nossas pessoas teriam sofrido dano, porque não tínhamos ali nem escopetas nem canhões para defender a praça de um ataque tão repentino e valoroso. Vede que espécie de cristãos devem ser estes que, sem sombra de motivo, tentam matar ou estropiar uma pessoa por mero prazer!

Todos os estrangeiros que aqui ouvi contaram-me mil e um defeitos desta

---

1 São vulgares estes cuidados de informação.

2 «Fidalgo» em português e «hidalgo» em espanhol significa «gentil-homem, homem bem nascido, homem de boa-família». *[N. do A.]*.

3 A expressão italiana é muito mais viva e original: «sette buone croci sulle spalle», isto é, setenta anos, que, pensados em algarismos romanos, dão a ideia de sete cruzes de Santo André. A mesma frase aparece na *Frusta Letteraria* (I, 6).

plebe e como é useira em assassinar às facadas, ou doutro melhor modo, quem não tem cara de hebreu ou mouro como eles; mas eu, vendo-os por diversas vezes tão respeitosos e prontos a tirarem o chapéu a toda a gente que encontram em qualquer lugar um tanto afastado, e muitas vezes também nas ruas mais populosas, não podia acreditar naquelas informações desfavoráveis. Agora, porém, tenho de confessar que o populacho português é a escória dos populachos, e não é digno sequer de ser comparado à mais vil ralé dos países idólatras e maometanos, porque nem os maometanos nem os idólatras podem tratar mais inòspitamente os estrangeiros do que aquela vilíssima turba me tratou a mim e aos meus companheiros. E lembro-me que, noutro dia, passando a alguma distância de uma casita campestre com o meu criado Baptista, uma chusma de crianças descalças começou a fazer arruaça atrás de nós e duas mulheres, que certamente eram as mães de alguns daqueles mariolas, em vez de os repreenderem e os mandarem calar, incitavam-nos a chamarem-nos nomes ainda mais vituperosos do que já nos chamavam.

Sei perfeitamente que em todos os países há malandros, e que se não deve avaliar pejorativamente a totalidade pelas acções de alguns indivíduos. Mas, neste caso, parece-me juízo acertado reputar o grosso desta populaça como um composto de animais irracionais e cruéis, porque se cá não fosse universal a moda de odiar mortalmente os estrangeiros e de os tratar bàrbaramente, cinco ou seis pessoas não teriam concordado de repente em lapidar sem sombra de motivo dois homens e duas crianças que, um momento antes da lapidação começar, tinham usado para com eles e deles recebido o costumado cumprimento do chapéu; e as próprias mães não instigariam os meninos a vomitar contumélias sobre quem segue o seu caminho, se o proceder assim não fosse uma coisa comum e geral. A minha opinião é ainda corroborada pelo testemunho de quantos estrangeiros estão aqui, que todos me recomendam de à noite não me afastar um passo de casa mal acompanhado, apoiando o seu conselho em muitíssimos casos desumanos que contìnuamente sucedem [1]. Mas, tenha ou não razão em concluir que a plebe portuguesa é a pior da Europa [2], como cidadão do mundo e como membro da grande sociedade chamada género humano [3], lastimarei muito se a experiência, nesta minha breve estadia aqui, me vier a convencer que é pouca a diferença entre o populacho e o não populacho em Portugal, como

---

[1] É esta a opinião de vários viajantes estrangeiros mais ou menos contemporâneos de Baretti. CARRÈRE, no seu *Voyage en Portugal*, afirma: «Lisbonne [é] la ville la plus propre à favoriser le vol et l'assassinat [...]; c'est une ville vraiment dangereuse». [Veja-se A. REIS MACHADO e PEDRO D'AZEVEDO, «Hábitos e costumes dos Portugueses, segundo os estrangeiros», in *Revista Lusitana*, vol. 24, n.º 1-4, 1921-1922].

[2] Já chamara ao povo português o menos culto da Europa (c. 18.ª), agora acrescenta que é o pior em sentido geral.

[3] Seria em princípio o ideal filosófico e cosmopolita iluminista, mas é fácil de ver que a sociedade humana de que Baretti se diz membro, exclui quase sempre as camadas menos evoluídas em cultura e civilização. Os povos exóticos são tratados com o mesmo desdém que lhe merece o «populacho».

muitos pretendem fazer-me acreditar. E contudo, tal diferença encontra-se em extremo grau na Inglaterra, onde o povo é geralmente brutal, sempre pronto a chamar palavras extremamente grosseiras a quem não tem ventas de inglês; mas a gente uma migalha educada é cordial, de bom trato e muito hospitaleira, e os gentis-homens e os nobres são, regra geral, para mim, o melhor de toda a Europa, quer em bondade, quer em elegância de maneiras.

Alguma grande diferença entre os graus extremos deve existir também em Portugal, e estou certo de que se encontrasse cinco ou seis condes e marqueses de cá no Vale de Alcântara, não me lapidariam, mas, pelo que me informam os frontispícios de muitos livros portugueses que tive na mão e dos seus mais apreciados autores, o comparar a literatura impressa nesta língua com a impressa em italiano, francês e inglês seria o mesmo que comparar tortulhos aos ciprestes e Polichinelo a Hércules, e onde a literatura não está em voga e espalhada aqui e além, numa nação, esta deve ser quase por necessária consequência grosseira, cheia de defeitos e de barbárie, e os seus sujeitos, uns mais, outros menos, devem agir mais animalmente do que os das outras nações, tornadas cultas pelos seus muitos teólogos, muitos filósofos, muitos poetas e muitos estudiosos em todos os campos.

Alguns sabichõezinhos modernos, de alcance muito curto mas de presunção muito longa, vão espalhando uma paupérrima doutrina e queriam persuadir os outros que, se os homens fossem abandonados à simples guia da sua razão natural, fàcilmente seriam melhores do que o que são. Têm sempre alguma chicotada pronta, não digo para as costas dos que estudam os livros sacros porque não quero ir demasiado longe com o assunto, mas para todos os ministros de Minerva que, de vários modos, procuram melhorar o mundo com os seus estudos; e zombam principalmente de quem faz os miolos em água com os antigos escritores gregos e latinos, que foram, são e serão sempre as mais límpidas fontes do saber humano e os mais poderosos antídotos contra a ignorância, e contra a inospitalidade e a barbárie, suas queridíssimas filhas. Mas porque não vão estes senhores doutores para os lugares da América, onde nunca foi lido nenhum autor grego nem latino e onde a gente anda nua pelos bosques e pela selva, degolando-se recìprocamente e às vezes comendo-se cozidos ou assados após a degolação, segundo os sábios ditames da sua infalível razão natural? [1] Ou porque não vêm suas

[1] O nosso Autor não simpatiza com o mito do «bom selvagem» americano, que surgiu pelos fins do séc. XVI, quando J. de Léry (na *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique*, 1568), seguindo na esteira o que Pietro Mártire escrevera nas *Decades de orbe novo* (1511-1530), descreveu o feliz e inocente primitivismo daquelas populações como uma fase áurea da humanidade, ultrapassada e aniquilada pela civilização europeia: é esta a comparação que Baretti recusa tão desdenhosamente, embora não deixe perceber até que ponto essa tomada de posição se deva à sua educação clássica, ou se porventura não seja, pelo menos em parte, um reflexo negativo do facto de, no séc. XVIII, terem sido principalmente os Jesuítas — propagadores da fé cristã em terras de gentios — os mais activos defensores daquela teoria. Como é sabido, outros pensadores setecentistas (*v. g.*, Voltaire, Montesquieu, Helvétius) deram outro alicerce ao tópico da comparação

sabichonas senhorias visitar ao menos os aquedutos de Alcântara, onde se encontram homens que, como eles, desprezam o grego, o latim e toda a espécie de literatura e lapidam os estrangeiros por gosto ou por brincadeira, segundo as judiciosas sugestões dos seus intelectos, tornados claros e brilhantes pela natureza?

Lembro-me ainda que há quinze ou vinte anos havia um certo grande Ministro de Estado [1], que queria aniquilar uma certa Universidade numa certa metrópole, porque, dizia ele, nem a eloquência, nem a álgebra, nem a geometria, nem as matemáticas, nem a filosofia, nem a teologia, nem a poesia, nem nenhuma outra ciência serve para fazer crescer o trigo nos campos, e a razão natural, apenas ela, basta para que um ministro de Estado seja um bom ministro de Estado. Sabereis dizer-me, irmãos, contra quem é dirigida esta última frechada? Adivinhai-o, porque entretanto termino por esta noite [2]. Adeus.

CARTA VIGÉSIMA QUARTA

Lisboa, 8 de Setembro de 1760

Ora vejam que coisas sucedem neste mundo! Estando esta manhã no Café Inglês a beber uma chávena de chá, enquanto devorava com os olhos uma gazeta britânica, ouvi a voz de um tagarela francês que me pareceu ter já ouvido outras vezes. Poiso a gazeta, esvazio a chávena e aproximo-me de uma roda de ociosos que estavam a arquitectar um tratado de paz, para uso e serviço das potências beligerantes. Miro o tagarela francês, remiro-o, torno a mirá-lo e eis que finalmente me lampeja na memória o luminoso monsiú Parisotto [3], que foi outrora o...

AVISO AO LEITOR

O resto desta carta talvez tenha sido perdido pelo autor, talvez não.

---

entre selvagens e civilizados: o da igualdade originária entre os homens; e outro caminho, ainda, foi o de Jean-Jacques Rousseau e do seu admirador Bernardin de Saint-Pierre. Baretti, pelo visto, não acredita na instintiva honestidade e simplicidade moral do homem primitivo, e pensa que são exactamente a cultura e a civilização que fazem adoçar os costumes e tornam possível a vida em sociedade.

1 Esta carga a fundo contra o marquês de Ormea, ministro de Carlo Emanuele III, falecido em 1745, carece de fundamento: as modernas investigações demonstraram que não passa de uma gratuita intemperança polémica, não rara em G. Baretti.

2 A exaltação do autor, com todas as considerações subsequentes sobre o povo português, desaparece em grande parte na *Journey*.

3 Monsiú Parisotto — Na carta 3.ª Baretti referira-se-lhe vagamente, nestes termos: «A manufactura das tapeçarias foi introduzida em Inglaterra por um certo monsiú Parisotto, da Lorena, que foi muito encorajado pelo defunto príncipe de Gales, pelo duque de Cumberlândia e por muitos dos principais senhores deste reino, que lhe deram muitos milhares

CARTA VIGÉSIMA QUINTA

Lisboa, 9 de Setembro de 1760

Disseram-me alguns ingleses que as receitas do rei de Portugal ascendem a cerca de quatro milhões de libras esterlinas [1], das quais eles levam pouco menos de metade em troca do fornecimento ao país de cereais, panos, telas, coiros e outras inumeráveis coisas geralmente manufacturadas, como já vos fiz referência noutra carta [2]. Outra grande parte desses quatro milhões, é gasta por Sua Majestade Fidelíssima na manutenção de um número bastante grande de frades e freiras [3]. De freiras, há aqui em Lisboa um mosteiro em que todas as componentes são inglesas e, por isso, é chamado o Convento Inglês. Esta manhã fui-lhes fazer uma visita e a madre abadessa, My Lady Hill, que é a única dama que lá existe, informou-me demoradamente

---

de guinéus para manter aquela sua manufactura. Apesar da generosidade, o negócio correu mal e o pobre homem faliu e, com medo dos credores, foi constrangido a fugir do reino»[...]

Na *Journey*, onde a carta correspondente à 24.ª desaparece, o autor alonga-se contudo muito mais sobre essa estranha figura que foi Pierre Parisot. No dia 8 de Agosto escreve: «[...] a arte de fazer as tapeçarias de Gobelins na perfeição, foi introduzida em Inglaterra por um famoso antijesuíta, o reverendo Norbert, um capuchinho francês que Bento XIV (outra espécie de antijesuíta) deixou ir viver para Inglaterra, com a condição que lá fizesse de missionário e convertesse o bom povo para a sua Igreja. Mas, em vez de fazer o que tinha combinado e prometido, o bom amigo tomou a liberdade de se secularizar a si mesmo, adoptou o nome de Monsieur Parisot e tornou-se o director de uma manufactura desta espécie de tapeçaria [...]. Viveu com tal equilíbrio e era senhor de tantas virtudes, principalmente daquelas duas cardinais vulgarmente chamadas cobiça e vaidade, que contraiu muitas dívidas em pouco tempo, abriu bancarrota e fugiu [...]».

O tom das duas edições é, como vemos, um pouco diverso. Parisot esteve realmente em Portugal onde, querem alguns, teria servido Pombal no movimento antijesuítico que se seguiu à expulsão da Ordem. Em Lisboa publicou pelo menos alguns livros ligados directamente a esse caso.

[1] A libra esterlina é uma moeda fictícia e vale vinte xelins, que perfazem cerca de quarenta «paulos». O guinéu é a moeda efectiva e vale vinte e um xelins. *[N. do A.]*. Cumpre acrescentar que, em Itália, *paolo* é o nome de uma moeda cunhada em Roma durante o pontificado de Paulo III (1468-1549), parecida com o *grosso* (denominado vulgarmente *giulio* = «júlio») que o papa Júlio II mandara cunhar anteriormente. A denominação *paolo* manteve-se também no decurso de sucessivos pontificados, chegando a divulgar-se até em territórios italianos que não pertenciam ao Estado da Igreja.

[2] Carta n.º 10.

[3] As despesas feitas com ordens religiosas foram com efeito muito grandes, especialmente no reinado de D. João V. Além de Mafra, podemos citar o Convento das Necessidades (Congregação do Oratório) e os das Barbadinhos, também visitados por Baretti. Do número de religiosos, dão os viajantes estrangeiros alguma informação, como a seguinte de Dumouriez: «Le clergé du Portugal est beaucoup trop puissant et multiplie dans une proportion trop forte en comparaison de la population, car les moines, prêtres, ou réligieuses passent deux cent mille dans ce royaume, qui ne contient que deux millions d'âmes...» [V. *État present du royaume de Portugal*, cap. III, p. 185, Paris, 1797, cit. por A. Reis Machado].

sobre a fundação do convento, na maioria cheio pelas filhas de mercadores ingleses, que, trazidas para cá pelos pais quando crianças e ficando na pobreza por morte, falência ou outro motivo, são educadas na nossa religião, tornando-se depois freiras neste mosteiro. Alguns membros desta comunidade são também fornecidos pela Irlanda que, como sabeis, abunda em católicos pobres. As freiras mantêm muitas relações com esse reino e o seu trabalho principal consiste em procurarem encontrar raparigas, lá ou aqui, que queiram vir tomar hábito e refazer-lhes o número, quando este diminui por morte de alguma delas. Quem falar inglês, católico ou protestante, tem uma espécie de direito de as visitar; e elas tratam as visitas com tanta delicadeza que, de manhã até à noite, raramente o parlatório está vazio.

Os senhores portugueses têm um meio bastante cómodo de mandarem aprender a língua inglesa às suas filhas, pondo-as a educar neste mosteiro; contudo nunca lá põem nenhuma, preocupando-se muito pouco em as mandar aprender línguas estrangeiras ou o quer que seja. [1]

Eu, por exemplo, gostaria muito que pudéssemos ter um convento semelhante na nossa cidade, um outro de monjas florentinas, outro de francesas e outro de alemãs, com umas vinte monjas em cada um desses quatro mosteiros; porque, transferindo as nossas meninas nobres de um para outro, aprenderiam ràpidamente as línguas desses quatro países, e uma pessoa que sabe muitas línguas, tem de ter forçosamente também muitas ideias, que a meu ver fazem correr a vida muito melhor do que a ignorância, a qual só consiste em faltarem as ideias ou em serem poucas.

O número das freiras inglesas em Lisboa é precisamente de vinte e as pobrezinhas dão-se a mil e um trabalhos para que tal número não diminua, de forma a obrigar o rei a mandá-las receber súbditas suas, coisa que lhes seria sumamente penosa. São muito pródigas em oferecer chocolates e doces a quem quer que as vá visitar, mas quem recebe uma delicadeza, não ignorando quão limitadas são as possibilidades de cada uma delas, procura presenteá-las também; e esta moda de as presentear é tão boa para elas, que serve, por assim dizer, para pôr no plano das outras as que só têm o simples sustento oferecido pelo mosteiro. My Lady abadessa tornou-se monja por pobreza como as outras, mas depois de alguns anos de profissão teve a sorte de herdar na Irlanda um capital de alguns milhares de libras, pelo que lhe foi permitido sair do convento e ir receber a herança, com a qual, se lhe apetecesse, poderia ter ficado na pátria e lá viver muito desafogadamente; mas a heróica e boa senhora, fiel ao seu voto, quando teve as libras na mão voltou corajosamente para a sua cela em Portugal; e quando morrer, legará ao mosteiro o seu capital que agora lhe é permitido aplicar livremente. Disse-me ela que faz tenções de repartir esse capital pelas futuras freiras que vierem para aqui sem dote.

---

[1] De novo a preocupação pedagógica. O interesse pelas línguas vivas (por vezes diminuído em relação ao latim e grego) está presente em Baretti desde o *Primo Cicalamento* (1750), até à *Scelta di Lettere Familiari* (1779). Aconselha o seu estudo como forma de veículo útil para a troca de ideias, e é normal que o faça sendo o viajante que foi.

Depois de me ter entretido a tagarelar um bom bocado com aquelas inocentes criaturas, como é hábito delas, subi para a caleça com o senhor Eduardo e fomos almoçar com os «Padres Barbadinhos» [1] — é assim que chamam cá aos Capuchinhos —, que em todo Portugal só têm um convento, cujos frades são todos do Estado de Génova. Dantes podiam ser de qualquer província de Itália, mas a pouco e pouco o número de genoveses engrossou tanto que acabaram por excluir os que não eram naturais desse estado, não sei com que fim religioso ou político. Foi o pai do rei actual que mandou construir o convento que, tanto pelo edifício como pelos jardins, é o mais belo convento de Capuchinhos que existe no mundo. As celas dos frades são grandes, e não pequeninas como noutros países, e a situação é belíssima, pois das janelas de muitas celas se desfruta uma agradável vista do Tejo e da região circunstante. Mas os frades ficam cá pouco tempo, porque mal chegam de Génova põem-se a estudar furiosamente a língua portuguesa e, logo que a sabem bem, são mandados para vários lugares da América, Ásia e África, para converterem idólatras e maometanos. Para mostrar ao senhor Eduardo uma coisa que ele nunca vira, lembrei-me, depois de ter visto as freiras, de lhe mostrar também os frades; por isso mandei pedir ao padre guardião que nos oferecesse hoje um almoço, tendo porém o cuidado de lhe enviar antecipadamente alguns comestíveis e algumas garrafas, porque seria um pecado ir sugar os pobres Capuchinhos, que aqui, como noutros países, não têm demasiadas posses. O guardião e os outros frades, que ao todo não ultrapassam hoje o número de vinte, trataram-nos com extrema cortesia e o padre cozinheiro saiu-se muito bem nuns bons pratos à portuguesa e à genovesa. Comemos todos juntos no refeitório, e o senhor Eduardo, que à sua maneira é muito religioso, ficou tão fortemente extasiado com a humildade, compostura, boas maneiras e devoção dos bons dos padres, que, sem perceber uma só palavra da língua que se falava aqui, deu-me a entender que quase resolvera durante o almoço deixar-me prosseguir viagem sòzinho, tornar-se católico e vestir o hábito dos Capuchinhos, acrescentando que uma gente que leva tal vida por amor de Deus, deve certamente ir para o paraíso com muito mais facilidade do que em qualquer outro estado. Também eu sou da sua opinião, embora nunca me tenha sentido com a força para renunciar totalmente a este mundo que, no entanto, reconheço há muitos e muitos anos não ser mais do que uma mísera patranha sem a mínima substância dentro; mas a respeito do senhor meu companheiro de viagem, notei já por vários indícios que tem mais de louco do que seria razoável, e que é capaz de mudar de ideias todos os dias e a todas as horas; por isso não me pareceu adequado secundar este seu repentino capricho e prestar um bom serviço mundano a alguns parentes seus que não têm a cabeça tão estapafúrdia como ele. Estou certo que amanhã será de outra opinião e que lhe virá talvez à cabeça tornar-se soldado, ou casar-se com uma portuguesa, ou enamorar-se de uma negra,

---

[1] Em português, no original.

ou fazer qualquer outra coisa extravagante; por isso contentei-me em rir desta sua veleidade, dizendo-lhe que de futuro só o tratarei pelo nome de muito reverendo padre Eduardo.

Amanhã, a conselho do embaixador britânico, iremos ver uma terra chamada Mafra, da qual vos falarei oportunamente. Adeus.

CARTA VIGÉSIMA SEXTA

Sintra, 11 de Setembro de 1760

Viajar é uma coisa que quem não a experimentou julga que é uma beatitude na terra; mas venha a Portugal quem tiver esta opinião e, se não se desenganar, desbaptize-me e desalcunhe-me [1], que desde já lhe perdoo. Há dois dias que estou fora de Lisboa, porque me deixei loucamente seduzir pelo desejo de ver as muitas belas coisas [2] que me descreveram de Mafra e Sintra; mas tive mais desconforto e aborrecimento nestes dois dias do que em dez dos piores da minha vida. Vede, irmãos, que pouca sorte teve o vosso primogénito [3], poeta, filósofo e lexicógrafo! Ele foi guiado esta noite pela sua desgraçada estrela para um buraco, onde só há uma cadeira coxa e uma mesa que parece a mesma em que o Mago Simão [4] escreveu o pacto com o demónio, e uma enxerga no chão, que está ali muito quietinha à espera de que eu me atire para cima dela como se de uma cama bem fofa se tratasse, para lá passar a noite dormindo ou velando, como melhor puder. Oh meus pobres ossos, que tão maltratados fostes a noite passada pela rochosa dureza daquela maldita *cama* de Mafra [5], que vos acontecerá nas poucas mas longas horas que tendes de passar antes que o sol assome no horizonte?

Ora para que vós, irmãos, fiqueis bem informados sobre as minhas recentes vicissitudes, tenho de começar pelo princípio e dar início à dolorosa

---

[1] Isto é, tire-me o nome de *Giuseppe* e o apelido de *Baretti*. *[N. do. A.]*. No original lê-se*: sgiuseppimi e sbarettimi pure...:* «que eu me não chame Giuseppe Baretti, se, depois de virem a Portugal, ainda pensarem que viajar é uma grande felicidade». Os dois termos forjados pelo Autor pretendem, evidentemente, ser uma nota de humor, que não sabemos se a nossa tradução conseguiu manter.

[2] Não consegue resistir à tenção de ver coisas novas e por isso lamenta esse curiosidade que lhe acarreta momentos de desconforto e mal estar. [V. também a carta 36.ª].

[3] *Lato sensu:* o vosso irmão mais velho.

[4] *Simão, o Mago* — personagem bíblica sobejamente conhecida, protagonista do episódio que se lê nos *Acta Apostolorum*, VIII, 9-20. Era de Samaria e exercitava o ofício de mago. São Pedro, a quem tentara comprar por dinheiro a autoridade para comungar a outros os carismas do Espírito Santo, respondeu-lhe com as palavras famosas: «Pecunia tua tecum sit in perditionem, quoniam donum Dei existimasti pecunia possideri...». Com o nome de Simon Mago, Dante Alighieri abre a terrível objurgatória contra os simoníacos, com a qual começa o canto XIX do *Inferno*.

[5] *cama:* em português, no texto.

crónica desde ontem de manhã até hoje à noite. Coço a cachola, tusso, cuspo, assoo-me, *tomo un polvo* [1] e principio.

Pois ontem, às seis da manhã, eu e o senhor Eduardo subimos para uma caleça puxada por duas mulas e conduzida por um robusto negro originário da região de África chamada Senegal. É verdade, irmãos, que tenho vontade de compreender e de me fazer compreender nesta língua, com as não poucas palavras e frases que roubei a uma má gramática lusitana, e mais ainda com a ajuda de todo o castelhano que estudei há vinte anos e relembrei em grande parte nas semanas passadas; no entanto, pareceu-me acertado fazer-me seguir a cavalo pelo meu velho hospedeiro inglês, que fala português com desembaraço, tanto mais que tive de deixar ficar o Baptista a resolver alguns assuntos seus, para poder depois vir comigo quando eu deixar Portugal.

Com o mau agoiro de se ter ajoelhado uma das mulas quase ao primeiro passo que deu fora de Lisboa, dirigimo-nos para Mafra. As duas faladas mulas, para não desautorizarem a gravidade paterna, fizeram o trajecto tão devagarinho que em cinco horas arrastaram a carruagem e a nós até uma taberna chamada Cabeça, que fica a três léguas de Lisboa. Oh que confortáveis são as tabernas que se encontram pelas estradas deste glorioso reino! E realmente confortabilíssimas hão-de parecer a quem vem de Inglaterra, onde não só se compete para ter a melhor, mas frequentemente para ter sobre a porta a mais bela tabuleta [2]. Em Cabeça, ao descer da caleça, foi-me indicada uma sala para almoçar; e tirando o tecto e o soalho e a porta e as janelas, porque a todas elas faltavam quinze ou vinte das respectivas peças, era uma sala bastante boa para se lá alojar um judeu ou um assassino. As mulas e os cavalos foram metidos numa cavalariça que os recebeu com muita cerimónia e sem barrete na cabeça, que lhe fora levado pelo terramoto. Uma hora depois da nossa chegada, eis o almoço, e que almoço! Oh que bons cozinheiros têm os taberneiros portugueses! Primeiro, um prato sujo cheio de caldo no qual fora cozinhado um pedaço de toucinho rançoso, e esse caldo tinha tão boa cor, que todos os professores de Coimbra [3] o teriam confundido com a sopa negra dos Espartanos. Depois, num outro prato sujo, o dito toucinho rançoso, sòzinho. A seguir, um frango cujas carnes tinham sido màgicamente convertidas em couro de búfalo. E em quarto e último lugar um salame que, pelo cheiro, se poderia jurar ter servido de ornamento às pernas

---

[1] Isto é, tomo uma pitada de rapé. *[N. do A.]*. Em espanhol, no original. Todo o período é uma espirituosa caricatura dos pregadores contemporâneos.

[2] A lembrança é naturalíssima... Diz Link em *Voyage en Portugal:* «Les chambres et les lits qu'on offre aux voyageurs sont pitoyables, et la nourriture y est si mal apprêté, qu'il faut l'appétit d'un botaniste, pour la trouver suportable», vol. I, pp. 378-379, ed. fr., Paris, 1803, transcrito por A. Reis Machado, *ut supra*. E curiosamente, afirma ainda que esse estado das hospedarias portuguesas é devido à grande hospitalidade do país, que evita em grande parte o uso das estalagens.

[3] Cidade de Portugal, famosa pela sua Universidade. *[N. do A.]*.

de algum príncipe hotentote [1]. O pão que o taberneiro nos deu não tivera a paciência de ficar um só minuto no forno, com medo de queimar a côdea; e o vinho era irmão primogénito do vinagre como eu sou vosso. Era este o sardanapalesco banquete que me tinha preparado em Cabeça o melhor taberneiro de toda a Lusitânia. Mas o meu mentor inglês, que é muito mais sabido do que o Mentor de Telémaco [2], quero dizer, o meu velho hospedeiro, que é da raça dos adivinhos e profetizou antecipadamente como decorreria o caso pelo caminho, tinha enchido a mala da caleça com um bom empadão de pombo, uma boa perua assada, uma bela língua de Berbéria salgada e uma meia dúzia de garrafas de um vinho branco que eu na véspera mandara buscar ao irlandês O'Neal, negociante de vinho de que já vos falei; por isso, posso jurar-vos, meus irmãos, que não morri com os vários venenos que o senhor taberneiro de Cabeça nos quis ministrar. Maldita Cabeça! Que eu beba um jarro do teu caldo espartano se te tornar a ver! Não é que eu seja guloso, meus senhores; sou de muito boa boca e contento-me com qualquer coisa, mas não sou nenhum descendente do rei Mitridates [3] para que me ponha a engolir venenos sem receio. Adeus, portanto, minha cara Cabeça!

À tarde chegámos a Mafra, que fica a outras três léguas de Cabeça e disseram-me, antes de lá chegar, que ficaria instalado num convento de frades. Realmente a hospedaria de Mafra serviu em tempos de convento aos Franciscanos, se quisermos acreditar no actual padre guardião, isto é, no hospedeiro; mas eu asseguro que foi antes um convento de contrabandistas e de marranos, ou que o diabo, à partida dos bons frades, tomou posse dele e o converteu em vestíbulo da sua casa, porque instalar-se na hospedaria de Mafra e entrar no vestíbulo da casa do diabo são frases absolutamente sinónimas. O jantar que o hospedeiro, ou guardião, ou porteiro de Satanás nos serviu, depois de nos ter feito esperar duas horas, não era nada inferior, na qualidade das iguarias e no fedor, ao lautíssimo almoço de Cabeça; mas a perua ainda estava inteira, do citado empadão viviam três quintos e um resto de língua falava ainda, pelo que não desesperei até à triste hora de dormir. Quando esta chegou, que Cícero em prosa e Berni em verso poderia contar, com adequada eloquência, a milésima parte da infelicidade que me desabou em cima? Deram-me um quarto cujo tecto, se o crivo não estivesse já inventado, poderia sugerir a sua ideia, como o malhar dos ferreiros nas bigornas

---

[1] Os Hotentotes, que alguns pretendem serem descendentes dos antiquíssimos trogloditas, são um povo extremamente bárbaro que habita em África, na região chamada Cabo da Boa Esperança. Entre outras imundícies que praticam, uma é a de envolverem as pernas com os intestinos dos animais sem sequer os esvaziarem, o que os torna insuportàvelmente fedorentos *[N. do A.]*.

[2] Vede o *Telémaco* de monsenhor de Fénelon *[N. do A.]*.

[3] Segundo dizem as histórias, Mitridates, rei do Ponto, estava tão acostumado a tomar contravenenos, que, querendo um dia envenenar-se realmente, não o conseguiu; por isso fez-se assassinar pela espada, se a memória me não falta. *[N. do A.]*.

sugeriu a Pitágoras[1] a ideia dos sinos. No quarto estava uma cama como aquela em que se deitava Santo António Abade[2] no deserto, quando o inimigo o vinha tentar em figura de donzela; e nessa cama havia não sei quantos milhares de milhares de pulgas que tinham na boca, em vez de língua, agulhas e alfinetes, ou antes, aguilhões de bois, sem contar muitos outros dos seus parentes e consanguíneos de que já não falo, para ser mais breve e me não arrepiar de novo ao lembrar-me deles. Assim, quando a aurora veio com a propícia alvorada tirar-me de tão endiabrado martírio, tinha o corpo que parecia mesmo um Portugal em resumo, tão cheio estava por todos os lados de colinas e outeiros e montes feitos na minha pele pelas inumeráveis agudíssimas picadas, que na escuridão recebi das excomungadas pulgas e outros animais. Tinham-me sugado não sei quantas onças de sangue e comido não sei quantas libras de carne. Todavia, graças à matutina aurora que lhes não deu tempo de acabar a sua obra, ainda me encontrei em condições, depois de comer meia melancia ao pequeno almoço, de ir visitar o real convento de Mafra, do qual vos falarei amanhã, se esta noite não morrer de dor no dito enxergão, onde tenho de estender os meus doloridos e roídos membros, pois já não me posso ter em pé.

Buenas noches[3].

CARTA VIGÉSIMA SÉTIMA[4]

Sintra, 12 de Setembro de 1760

O dia de hoje foi tão bom que já me esqueci do enxergão e do chão de ladrilhos em que me deitei ontem, tanto mais que esta noite terei uma boa cama para refazer o corpo. Assim vai o mundo! Um pouco de aflição, um pouco de alegria. O bem anda com o mal e o mal com o bem. Isto dizem todos os sábios, isto dizem todos os ignorantes, e todos dizem verdade. Mas não nos percamos com as notas, porque ainda me falta muito do texto. E tenham paciência o palácio e o real convento de Mafra, porque a fantasia, grávida de coisas infinitamente menos grandes, mas infinitamente mais agradáveis, desdenha de se pôr a descrevê-los e quer que eu a ajude primeiro a parturir o que a deleitou hoje.

---

[1] Não se sabe onde Baretti encontrou esta notícia. É o nome de S. Paulino de Nola que aparece ligado aos sinos, embora já fossem conhecidos e utilizados muito antes.

[2] Santo António Abade, ou, para não confundirmos, Santo Antão (natural de Coma, na Tebaida, 250/251-356) é o famoso anacoreta que durante uns cinquenta anos viveu no deserto egípcio, dormindo numa cova coberta com folhas de palmeira; é essa a incómoda cama à qual se refere Baretti.

[3] Em espanhol, no original. A propósito desta carta, veja-se o que o Autor diz dela mais adiante (c. 38.ª).

[4] Começa aqui o volume segundo das *Lettere Familiari*.

Esta manhã, pois, eu e o senhor Eduardo, o nosso velho hospedeiro e o nosso príncipe africante, isto é, o negro do Senegal nosso caleceiro, encavalitamo-nos cada um no seu burrico e começámos a subir a íngreme encosta de um monte que tem a forma de um pão de açúcar. Tendo em duas horas chegado ao seu mais pontiagudo cume, desmontámos das orelhudas cavalgaduras e entrámos num pequeno convento habitado por quatro ou cinco fradinhos jerónimos, que nos receberam com muita afabilidade. Depois de nos terem levado à sua igrejinha, para rendermos graças a Deus pela boa viagem, deram-nos as boas-vindas com um cálice de vinho branco e uma fatia de pão para cada um, acompanhada por uma dúzia de figos que estiveram em risco de serem engolidos com a casca e tudo, de tão bons que eram. Depois, mostraram-nos o resto do convento, que poderia alojar mais cinco ou seis padres [1], se o terramoto não lhe tivesse destruído uma parte. O cimo do monte forma um átrio pavimentado de azulejos pintados de turquesa e branco como um tabuleiro de xadrez, e dispostos de forma a que as águas pluviais caiam numa cisterna que fica por baixo do átrio, à volta do qual está o claustro com as paredes igualmente forradas desses azulejos. Das janelas do convento o olhar corre livremente por uma enorme superfície de terreno, formado na maior parte por montanhas muito estéreis e esparsas de pedras, às vezes grandes como casas. Contudo, nas proximidades do convento, por entre aqueles grandes pedregulhos, os fradinhos cultivaram uns bocaditos de terra que lhes fornecem a alface e alguns legumes. Fruta não têm, porque os nevoeiros muito frequentes naquele cume destroem todos os figos, uvas, melões e coisas parecidas, e por isso são obrigados a mandá-los buscar aqui, a Sintra. O que têm em quantidade razoável é «méliga» [2], ou milho, como outros chamam a esse cereal, e com ele alimentam muitos frangos para seu uso e às vezes fazem também fogaças que, em caso de necessidade, lhes servem de pão. Todo o edifício está cercado de penhascos inacessíveis, menos por um lado; e como a igreja e o convento foram inicialmente construídos com boa cal, que se encorporou e empederniu com as rochas às quais em parte se apoiam, nenhum dos frades sofreu danos no corpo com o terramoto, que só desconjuntou um tanto ou quanto um claustro superior e deitou abaixo alguns aposentos destinados a alojar quem gosta de visitar aquele romanesco lugar. Porém todos os sótãos e o telhado da igrejola sofreram muito, mas os danos ligeiros foram logo reparados. O sítio chama-se «Nossa Senhora da Pena».

Depois de termos visto e revisto tudo, dado uma pequena esmola à N.ª Senhora e termos agradecido aos padres, arranjámos um guia para nos conduzir a um outro monte, distante deste três milhas, aonde chegamos depois de atravessarmos uma região bastante pedregosa, na maior parte ocupada por tantas e tão diversas plantazinhas, que lamento não ser botânico para

---

1 Ou «fradinhos»: no original, *padrini*, diminutivo joco-sério de *padre*.

2 «Méliga» [=milho], é termo usado em certos dialectos do Norte de Itália.

vos dizer alguma coisa acerca delas; e num ou noutro valezinho encontrámos também muitos pinheiros de altura média, que formam uma agradável mancha de verdura no meio daquelas rochas tão nuas. Quem não gostou daquele verde foram os nossos burricos[1], porque o caminho por aquela região é aspérrimo e era preciso segurá-los firmemente pelos cabrestos e descer muito devagarinho, para não cairmos das rochas entre os inumeráveis arbustos espinhosos que crescem por aqueles desertos.

Ao fim de duas horas chegámos ao cimo de um outro monte chamado Serra de Sintra, que é o tal «Rock of Lisbon» (Penedo de Lisboa) mencionado noutra carta minha[2] e que, quando o avistei, me custou alguma espórtula aos marinheiros, para evitar um par de mergulhos no Oceano. Nesse cume, a natureza caprichou fazendo tantas covas na pedra que, um pouco ajudadas pela arte, se tornaram no mais belo eremitério que a imaginação pode criar; e eu precisaria da pena de Ariosto e do pincel do meu Zuccarelli[3] para dar o merecido ao mais bizarro, ao mais ameno e ao mais singular sítio que existe em todo o mundo.

A maravilha começa no local em que se desmonta do burrinho, porque aí duas enormes rochas cobertas de um espesso e verde bolor formam uma espécie de arco, que não se ajusta a nenhuma das regras arquitectónicas de Vignola[4], mas serve de porta ao eremitério, no qual, por outro caminho, não pode ter acesso quem não for pássaro. Depois de subirmos alguns toscos degraus, os padres que nos tinham visto ao longe deram-nos as boas-vindas à sua casa, perguntando-nos se tínhamos almoçado; e respondendo eu negativamente, mandaram logo preparar um almocinho de que falarei daqui a pouco. Enquanto o almoço se estava a preparar levaram-nos a uma espécie de pátio, ao fundo do qual há uma grande cova na rocha, onde arranjaram um enfeite de conchas e búzios à volta de uma imagem de St.ª Madalena que está como que adormecida. Por uma abertura, do lado esquerdo desta cova, entrámos numa outra cavidade que é a igreja deles, e depois noutra que é a sacristia e daí numa que é o dormitório, a um canto do qual estão cavidades quadrilongas nas quais uma pessoa medianamente barriguda difìcilmente pode entrar; e por esses buracos entra-se nas celas, que são também covas onde os frades têm as suas caminhas, tão pequeninas, que mal cabem nelas quando se deitam;

---

1 No original lê-se: «i nostri *burros*, cioè asinelli».

2 Carta 16.ª.

3 Francesco Zuccarelli, pintor e gravador italiano (Pitigliano, 1702 — Florença, 1788), viveu longos anos em Londres, onde Baretti pode tê-lo conhecido em pessoa.

4 Barozzio de Vinhola, arquitecto famoso e autor do melhor tratado sobre a sua arte que existe em Itália. *[N. do A.]*. O Autor refere-se a Pietro Iácopo Barozzi (Vignola, 1507 — Roma, 1573), mais conhecido pelo nome da terra onde nasceu: Vignola, no Norte de Itália. Numa obra (*Trattato dei cinque Ordini d'Architettura*, 1563), que teve enorme difusão na Europa, inclusive na Península Ibérica, comentou e estruturou modernamente, com extrema clareza de princípios, o tratado clássico de Vitrúvio, redigindo assim o código artístico no qual se resumem os ideais do Renascimento, sem por outro lado fechar as portas à livre inspiração pessoal do arquitecto.

e as celas têm em frente das portas uns buracos que servem de janelas. O refeitório também é uma cavidade, onde está a biblioteca, muito inferior à Bodleiana de Oxford e à Vaticana de Roma, visto que os seus livros não chegam à dezena; e no meio do refeitório está uma pedra muito grande, que serve de mesa aos padres quando o mau tempo lhes não permite comer no supradito pátio. Uma outra cavidade serve de confessionário e de câmara de penitência. Depois de vermos todas estas cavidades, levaram-nos a outra chamada cozinha: é a maior das suas muitas covas e realmente digníssima do honrado nome de cozinha. Um cozinheiro francês talvez se não contentasse, mas os frades sentem-se contentíssimos com ela. Todas essas cavidades foram feitas, como disse, pela bizarra natureza e pode-se olhar para a pedra quanto se quiser, que mal se descortina aqui e além um pequeno vestígio de escopro. A arte pouco mais fez naquele eremitério do que alguns murozitos, que separaram ou fecharam parte das covas que tinham necessidade de ser fechadas ou separadas para maior comodidade dos habitantes. Há aqui uma outra coisa muito singular: é que os pavimentos, os sótãos, as escadas e parte das paredes estão cobertas de cortiça e até as tábuas em que se come no refeitório são de cortiça, e igualmente o são a maior parte dos outros móveis e utensílios; por isso quase têm razão os marinheiros ingleses que chamam a este eremitério «The Cork Convent», isto é, Convento da Cortiça. Uma boa razão me deram os frades para este tão grande uso da cortiça na sua casa, que é a contínua humidade do local, que, se não fosse atenuada com a cortiça, não seria possível lá habitar. De facto, por todos os lados a água goteja e ressuma das pedras, que estão todas cobertas de bolor, como as duas de que já falei e formam a cavidade em arco chamada por eles porta do eremitério.

Depois de me ter enredado por todas aquelas cavidades e ter observado tudo, os padres levaram-me para o ar livre; e é um consolo ver o jardim e os caminhos feitos aos socalcos que têm à volta do seu casebre, todos flanqueados por árvores bastante frondosas, sebes, moitas e bosques cerradíssimos. Depois de descer muitos degraus, mostraram-me outra cova subterrânea, também obra da natureza, dentro da qual, segundo reza uma lápida, um dos confrades, no século dezasseis, teve a coragem de morrer depois de lá ter passado mais de vinte anos da sua vida, durante os quais não teve nem uma só vez o conforto de estar de pé ou direito e estendido no chão, porque a abóbada da cova é tão baixa e o fundo tão estreito que um homem de estatura vulgar tem de estar todo curvado para caber lá dentro. Grandes coisas fizeram alguns homens firmemente resolvidos a conquistarem o paraíso!

Pouco longe dali há uma nascente de água muito límpida, e mais abaixo umas hortazinhas, nas quais se cultivam hortaliças e legumes em tanta quantidade que bastam ao convento por todo o ano. Para formar essas hortazinhas foi preciso em vários lugares juntar terra à pedra, e noutros desbastar a pedra e levar terra à mão; mas como os poucos religiosos, do guardião ao ajudante de cozinha, são todos jardineiros e hortelães, tudo se fez bem e os hortos, como o jardim, são tão belos e risonhos que não devem ter inveja

aos das Hespérides [1], porque nunca lhes faltam nem cavadores, nem água, que é abundantemente fornecida pela dita fresquíssima fonte. Em resumo, um mais ameno conjunto de rochas, grutas, hortas, bosquezinhos, nascentes e agradáveis sombras não é possível imaginar, como já disse. E aliada à infinita graça daquela solidão, uma vista que por todos os lados deleita os olhos, porque lá de cima vê-se uma grande extensão de Oceano, parte dos castelos que estão na foz do Tejo, os píncaros do real convento de Mafra e cabanas, casas e aldeias e cidades e cadeias de montes e colinas sem fim, umas pedregosas e estéreis, outras com as faldas cobertas de laranjeiras, limoeiros e outros citrinos, oliveiras e riquíssimas videiras, e outras ainda com os corcovados dorsos sombreados por frondosíssimos e esbeltos pinheiros.

Depois de bem visitado o mais humilde recanto daquele encantador lugar, os padres conduziram-nos até ao pátio de que já vos falei e aí, sobre uma pedra talhada como uma mesa, com um murozito à volta que serve de assento, estava preparado o nosso almocinho com uma fartíssima salada, um prato de peixe de escabeche à moda portuguesa, um pedaço de queijo holandês, pêssegos, maçãs, peras, uvas, figos e pão, tudo em abundância, e um garrafão de vinho branco muito bom. Ali nos sentámos e comemos com um apetite desmesuradíssimo, cavaqueando agradàvelmente de muitas coisas com os padres, que gentilmente nos quiseram fazer de copeiros, a mim e ao meu companheiro, encorajando-nos com bons modos a passarmos de bocado em bocado e de copo em copo, com uma doçura, com um amor, com uma hospitalidade de enlevar. Como são franciscanos, não se podem recompensar com dinheiro, pelo bom tratamento, mas a St.ª Madalena dorme e não repara se alguém lhe deixar cair perto algumas moedas. E se notasse e recusasse uma esmolita, como poderiam os bons padres oferecer as tantas vitualhas que quotidianamente são precisas para a tanta gente que vem visitar o convento, onde o apetite também mora?

Chegada a hora de voltarmos para os nossos burricos, despedimo-nos daqueles santos religiosos, desejando-lhes todas as possíveis alegrias naquele convento, ou eremitério, ou ermo, ou ninho de ratos, ou coelheira, como lhe quiserem chamar [2]. Ao cair do sol chegámos aqui e, para não perder e deixar arrefecer a minha fantasia, pus-me a garatujar esta descrição, porque um lugar mais gentil e mais poético para descrever com palavras, tenho a certeza que o não torno a encontrar.

Amanhã à noite, de Lisboa, contar-vos-ei outras coisas sobre Sintra e Mafra. Por hoje já estou farto, porque estou fatigado e cheio de sono. Adeus.

---

[1] De onde em onde a sua pincelada de erudição. Neste caso trata-se dos jardins encantados onde as ninfas (Hespérides) guardavam os pomos de ouro que Hera lhes confiara, e às Atlântidas, quando do seu casamento com Zeus.

[2] A tentação de fazer humor com as palavras, sobrepõe-se ao prazer das «coisas infinitamente agradáveis» que descrevia e prejudica a unidade de tom.

CARTA VIGÉSIMA OITAVA

Lisboa, 13 de Setembro de 1760

Ainda não são nove horas da manhã e já aqui estou de novo, pronto para vos falar de Mafra e Sintra.

Mafra é uma aldeia a seis léguas de Lisboa. D. João V, pai do rei actual, mandou lá construir um convento tão grande, que não creio que existam dez edifícios maiores à superfície do globo. A primeira pedra desse convento foi colocada em 1717 e desde então gastaram-se lá muitos milhões de cruzados [1]; e ainda não está completamente terminado. É um edifício quadrangular e cada lado mede trezentos e quarenta dos meus passos normais. A fachada da igreja está ao centro e de um lado e doutro estendem-se duas longas alas de palácio terminadas cada uma por sua torre, que me parece de aspecto demasiado maciço e pesado quando comparada com a base que tem. Se fossem um pouco mais esguias e airosas parece-me que agradariam mais à vista. A ala do lado esquerdo de quem entra na igreja tem aposentos para o rei e a do lado direito outros para a rainha. O andar inferior da fachada é dórico e o superior é romano, se é que ao fim de dois dias ainda me lembro, porque estas precisões insignificantes custa-me muito a retê-las. A escadaria que leva da praça à igreja é muito bem ideada. A galilé da igreja é demasiado pequena para tão grande edifício; e muitas das estátuas que lá estão, são demasiado grandes para a sua pequenez. Se a galilé fosse proporcionada ao resto do edifício e, se as estátuas, que têm o dobro do tamanho natural, tivessem sido colocadas um pouco mais acima, acho que ficaria melhor. A igreja é rica em mármores e riquíssima em paramentos. Tem onze altares, se a memória me não engana, e seis órgãos que devem ser agradáveis à vista e ao ouvido quando estiverem todos terminados e tocarem os seis ao mesmo tempo. Mas a igreja é demasiado pequena em comparação com o edifício: parece uma criancinha a dormir no meio de um vasto leito. É tão escura, que não se conseguem ver com proveito os mármores e coisas preciosas que encerra. De um e outro lado da igreja há dois pátios, bastante grandes e belíssimos na minha opinião. A arquitectura é iónica e as colunas e arcos o mais elegantemente proporcionados que é possível. Ambos os apartamentos reais têm muitos quartos e salas, grandes, bem arranjadas, dignas de um rei. Os móveis estavam guardados, porque, ausente a corte, o palácio está desguarnecido, mas já iam repor tudo em ordem, visto que em Outubro a família real deve ir para lá, como costuma fazer todos os anos, por quinze ou vinte dias. As escadas que levam a estes aposentos são igualmente bastante belas. A cúpula da igreja é das mais formosas, e formosos igualmente são os campanários, que têm cento e tal sinos. Os maquinismos do relógio

---

[1] Um cruzado vale qualquer coisa mais de cinco «paulos». *[N. do A.].*

enchem uma sala bastante grande e consistem num sem número de rodas, espirais, molas, barras, varetas de ferro e outras geringonças de espantar o mais valente relojoeiro. E o dinheiro que estas engrenagens custaram ao rei e as cogitações que devem ter custado ao artífice para as inventar, foram certamente muitas; mas o efeito não é proporcional à causa e foi, parece-me, absurdo e ridículo deitar fora tanto ferro, tanto cobre, tanto trabalho, tanta despesa e tantas cogitações para pôr a funcionar badalos e martelos que dão pouca música e má.

Mas já chega a respeito da igreja e dos aposentos. Passemos ao convento que, se é ou não amplo, peço que vo-lo digam os trezentos e cinquenta padres e cento e cinquenta conversos que acomoda, todos franciscanos do primeiro ao último.

Os dormitórios são, como podeis crer, intermináveis, e as celas, de um lado e doutro, são mais aposentos de prelados do que celas de frades. O refeitório é realmente digno de ser visto. Entrei lá um pouco antes dos religiosos se porem à mesa. Cada dois padres tinha um belo jarro de faiança cheio de vinho e um grande pão; e sobre um trincho de madeira do Brasil seis bons figos, duas belas peras, um cacho de uvas e um limão para cada um. Informaram-me que têm três pratos, e tudo a expensas do Rei. À mesa, cada par de frades é servido por um converso, que está por trás deles como um estafeiro. Ao fundo do refeitório há outra grande mesa, à qual o Rei se senta uma vez por outra, juntamente com D. Pedro e alguns grandes senhores e cortesãos, quando almoça com Suas Reverências.

O convento tem duas bibliotecas. Uma está cheia de livros e outra vai-se enchendo. Nesta última, todas as estantes de um lado contêm livros portugueses e o seu número chega talvez aos dois mil.

Depois do terramoto tornou-se a maior colecção de livros portugueses que existe no mundo, porque entre os outros graves males que o terramoto causou a esta nação, um deles foi o do fogo ter destruído muitas bibliotecas em Lisboa.

Fez-me sorrir ver nas estantes de Mafra tantos livros in-folio, in-quarto e in-oitavo, de genealogia. Oh quantos lá existem! Estes livros são, talvez, o alimento principal da bazófia insuportável dos Portugueses. Provàvelmente essa bazófia produziu alguns desses livros e os livros fizeram-na depois aumentar, de forma que uns e outros, os outros e ela, duplicaram e multiplicaram-se muito mais do que seria razoável. Ao contemplar tanto amontoado de genealógica nobreza, passou-me de repente pela cabeça que um muito nobre assassino tinha de ter lido um grande número destes livros, que tratam da grandeza dos seus avôs e castidades das suas avós, para se resolver a sufocar na mente uma ideia que o sábio e culto povo de França já sufocou há muitos séculos [1]. Ide lá dizer a um francês que se mancham muitas páginas de um livro de genealogia, se uma mulher de uma das suas nobres linhagens der quatro passos fora do caminho com alguém de mais alto grau do que ela: o francês rir-se-á de vós e julgar-vos-á deveras louco.

---

[1] Refere-se certamente ao duque de Aveiro. (V. nota 1 a p. 411).

Mas não saiamos da biblioteca de Mafra. Além dos genealógicos há, entre os livros portugueses, muitos de teologia mística e teologia escolástica, de cronologia lusitana e de lusitana história. As vidas de santos e as narrativas dos milagres feitos pela imaginação são inumeráveis. Há alguns autores de quaresmais e entre outros o padre Vieira, que é pelos críticos portugueses descaradamente anteposto a Bourdaloue, a Tillotson [1] e a Segneri [2]. O exórdio de uma prédica que, abrindo ao acaso um tomo, se me deparou, é pueril e insensato. Começa pelos louvores à figura circular; e o sagrado orador conclui o longo e importante elogio de tal figura, dizendo que, se Deus Nosso Senhor tivesse de se mostrar numa figura geométrica, escolheria a circular de preferência à triangular, à quadrada, à oval, à hexagonal, à decagonal ou a qualquer outra conhecida pelos geómetras [3]. Esta espécie de sagazes disparates encanta os ouvintes portugueses, quando as palavras são acompanhadas por uma voz de trovão e um gesticular de possesso. Abri o grande Dicionário de Português e Latim, em nove ou dez tomos in-quarto, e é digno de reparo que o padre Bluteau, jesuíta, por quem foi compilado, era francês e não português. Aqui apreciam-no muito, e não sem razão, mas, pelo que posso julgar como pessoa do ofício, já não têm razão quando o preferem ao dos nossos *Cruscantes* [4] e ao da Academia francesa, se bem que ambos estejam ainda bastante imperfeitos e o toscano seja muitíssimo censurável pelos tantos palavrões, fraseados e provérbios plebeus, porcos, obscenos e profanos lá registados por aqueles malcriados académicos, que julgaram ouro e pedras preciosas

---

[1] *John Robert Tillotson*, arcebispo inglês do século XVII (1630 - 1694), é figura proeminente dos chamados «Latitudinarians» ingleses, partidários daquela orientação teológica que advogava a tolerância e teve larga projecção na Igreja Anglicana ao longo dos séculos XVII e XVIII, a par de tendências análogas que afloravam também entre os protestantes alemães. Baretti cita com admiração Tillotson, mas trata-se de estima de literato que nada tem com a doutrina; era recente (1752) uma edição das *Complete Works* do teólogo e pregador inglês, cujos *Sermons*, aliás, já tinham sido editados em 14 volumes por Ralph Baker, em 1695-1704.

[2] *Paolo Segneri* (1624-1694), da Companhia de Jesus, natural de Nettuno, perto de Roma, é talvez o único grande orador sagrado da Itália. O seu *Quaresimale* (1679) é obra vigorosa, em que o culto das habilidades barrocas é geralmente discreto, se se exceptuarem alguns prelúdios estilìsticamente rebuscados ou entretecidos de amplificações enfáticas. É notável, porém, a sua perícia psicológica, orientada no sentido de despertar nos ouvintes uma sincera comoção religiosa.

[3] Baretti refere-se ao SERMÃO DE NOSSA SENHORA DO Ó,/ Na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, / Na Bahia, anno de 1640: vejam-se nomeadamente os n.os 47 do § I, 54-55-56 do § IV e 71 do § IX. A imagem retórica do círculo reaparece, mais sòbriamente, no § V do SERMÃO XX / *Beatus venter, qui te portavit.* Luc. II.

[4] A crítica à Academia da «Crusca» e ao seu dicionário, que aqui se limita pràticamente ao ponto de vista moral, será desenvolvida pelo Autor, segundo uma perspectiva especificamente linguística, em vários artigos da *Frusta Letteraria* (Veja-se, por ex., a «Diceria di Aristarco Scannabue», no n.º XXV, Rovereto, 15-I-1765). Baretti insere-se numa linha de disputa por uma língua italiana geral, distinta do florentino, e pela liberdade estilística dos escritores face aos exemplos de Boccaccio.

Note-se que o termo *Cruscanti* é depreciativo, e que, cronològicamente, é este o primeiro ataque àquela douta agremiação florentina.

todo o esterco florentino. E já que falo nisto: que bem julgariam fazer ao mundo estes senhores, ajudando as rameiras e os rufiões e toda a canalha a exprimir-se, e informando a gente educada, morigerada de costumes e honesta sobre os modos de falar usados pela populaça mais vil, pelos escritores mais desprezíveis, e talvez por eles próprios? Coro só ao pensar que uma agremiação de italianos tidos como doutos, um grupo de cavalheiros cristãos que deveriam servir aos outros de espelho e modelo de todo o bem falar, de todos os bons costumes, tenha assim tão vergonhosamente conspurcado uma obra tão grande e tão importante como o seu Dicionário, com tantos repugnantes vocábulos e fraseados, parte recolhidos em muitos dos seus ribaldos prosadores e poetas e parte recolhidos nos angiportos e lupanares de Florença! Esse dicionário devia ser um livro que se pudesse confiadamente pôr na mão dos nossos filhos, para que aprendessem a falar e a escrever com pureza; mas qual é o bom pai que possa, em consciência, deixar à mercê de um rapaz curioso ou de uma menina inocente, um livro no qual se podem fàcilmente aprender todas as porcarias dizíveis na nossa língua? Espera-se contudo dos actuais Académicos que, chegando o momento de uma nova edição, esse dicionário seja expurgado e tornado, como fàcilmente se pode fazer, o mais insigne de quantos se escreveram na Europa até hoje, tendo o cuidado de acrescentar as etimologias e tornar as definições um pouco mais precisas e filosóficas.

Voltemos por mais um momento à biblioteca de Mafra. Pus a mão e a vista sobre muitos outros livros portugueses, com licença do padre bibliotecário que me deixou vasculhar todas as estantes a meu bel-prazer; mas em mais de quatro horas que gastei, a ler aos bocados por aqui e por ali, não encontrei um único pensamento que merecesse ser aproveitado. O estilo dos autores que percorri é empolado e desproporcionado para as coisas que dizem, e os nossos Achillini, os Ciampoli e mesmo os Tesauros e Giuglaris [1], traduzidos em português, não ficariam mal. Espanto-me de que ninguém tenha pensado em verter para português o nosso *Calloandro*, a *Dianea*, o *Coralbo*, a *Eromena* [2] e outras tais das nossas obras-primas de estilo

---

[1] Claudio Achillini (Bolonha, 1574-1640), jurisconsulto em seus tempos famoso e poeta admiradíssimo, é dos piores representantes do gosto literário barroco. Giovanni Ciampoli (Florença, 1589-Iesi, 1643) foi versejador fácil e brilhante, mas ao mesmo tempo oco, amaneirado, empolado. Emanuele Tesauro, natural de Turim (1591-1675), da Companhia de Jesus, sacrificou às Musas, mas hoje é conhecido principalmente como autor de um célebre tratado de poética barroca, *Il Cannocchiale Aristotelico* (Veneza, 1655), cuja projecção em Portugal ainda está por estudar. Luigi Giuglaris (Nice, 1607-?, 1653) é um dos mais conhecidos (e traduzido até em Portugal) pregadores italianos do século xvii: cingiu-se à técnica do conceptismo, dando aos «conceitos predicáveis» um desenvolvimento lógico e estilìsticamente coerente.

[2] Neste ponto Baretti menciona só pelo título quatro obras da literatura de ficção do Seiscentos italiano, Procuremos esclarecer:

Calloandro. É o mais famoso romance dessa época, da autoria do genovês Giovanni Ambrogio Marini (Génova, c. 1594 — Veneza, c. 1650), um aristocrata que vazou em muitos

empolado e natureza hidrópica. Quis ver uma tradução recente de alguns dos dramas de Metastásio, mas ainda não entrou na biblioteca. Foi-me asseverado que o tradutor português introduziu muito da sua lavra na tradução, dando criados de libré a Árbaces, a Écio, a Temístocles, a Aquiles e aos outros heróis de Metastásio, e criadas e amas a Mandane, Vitélia, Aspásia, Deidamia e outras heroínas; e todos eles fazem cenas burlescas após as cenas heróicas dos amos e amas. *Risum teneatis, amici?* [1]. Na outra biblioteca, a que já está cheia, observei, a correr, que existe um belo número de livros bons: mas eram os livros portugueses que me interessavam e tinha vontade de examinar; e se não estivesse comigo o senhor Eduardo, apesar dos insectos que na hospedaria me tinham querido devorar na noite anterior, teria lá passado pelo menos uma semana inteira, para os examinar mais cuidadosamente e de pena na mão.

Saio agora da biblioteca e volto ao convento, uma de cujas escadas é ampla, bem lançada e com muita luz. O jardim dos padres é acanhado, porque a pedra do monte sobre o qual se ergue o edifício foi cortada a fúria de escalpelo a toda a volta e, por assim dizer, escavado. Esta singular escolha do local determina dois defeitos: um é que o jardim é estéril, o que só podia deixar de ser se tivessem trazido para cá carradas de terra aos milhões para cobrir bem a pedra; o outro é que, vindo de Lisboa, se não vê nem o convento, nem nada, a não ser quando se está muito próximo de Mafra. Dos montes circunvizinhos vêem-se as partes cimeiras do edifício, mas quem o quiser ver de cima a baixo tem de ir mesmo até à insignificantíssima aldeia de Mafra e olhá-lo à distância de um tiro de funda. No conjunto, porém, agrada aos olhos dos observadores e muitas das suas partes são perfeitas. O arquitecto foi um alemão que estudou muitos anos em Roma; esqueci-lhe o

---

e variados livros as miragens da sua fantasia. O livro mencionado pelo nosso Autor nasceu com o título de *Calloandro sconosciuto* (1.ª parte, Bracciano, 1640; 2.ª parte, Génova, 1641), mas foi profundamente remodelado e reeditado com o título de *Calloandro Fedele*, devido às críticas ásperas de que foi alvo a primeira redacção, repassada de inverosimilhanças.

Dianea (Turim, 1627) é um romance da autoria de Gian Francesco Loredano (Veneza, 1606 — Peschiera, 1661), fidalgo e político veneziano, fundador, com outros, da «Accademia degl'Incogniti» (1630), versejador, contista, romancista e comediógrafo que mistura alegremente pornografia e retórica, com muitos defeitos e poucas qualidades positivas do barroco italiano.

Seguem-se dois romances de um único autor: *Coralbo* (Veneza, 1632) e *Eromena* (Veneza, 1628; Roma, 1647). Ambos foram parto da fantasia de Gian Francesco Biondi (Lêsina, na Dalmácia, 1572; Aubonne, Suíça, 1644), advogado, diplomata ao serviço da República de Veneza, depois gentil-homem da câmara do rei de Inglaterra, Jaime I. Historiador abalizado (é dele uma vasta *Historia delle guerre civili fra le case di York e di Lancastro*), Biondi é um dos criadores do romance heróico-galante, que tão grande aceitação teve naqueles tempos.

[1] *Risum teneatis, amici?* — Acaso reprimireis o riso, amigos? São palavras de Horácio passadas em locução adverbial universalmente conhecida (*Epistola ad Pisones de Arte Poetica*: v. 5).

nome [1]. As pedreiras de mármore branco e belíssimo que estão a cerca de duas léguas de Mafra, forneceram o corpo ao edifício, e as colunas, pavimentos e os outros ornamentos da igreja e de muitas partes do palácio e do convento são de mármore de diversas cores, todos muito lindos e extraídos de outras pedreiras circunvizinhas. Mas eis o meu Africante com a caleça e as mulas.

Tenho de interromper esta carta para ir almoçar fora de casa. Até logo à tarde, se ao almoço não tiver de beber à inglesa [2].

Por enquanto, adeus.

CARTA VIGÉSIMA NONA

Lisboa, noite de 13 de Setembro de 1760

Meus irmãos, fazei de conta que ainda estou em Mafra.

Depois de ter visitado aquele grande edifício, o organeiro do rei mostrou-me todos os mecanismos de um dos seis órgãos da igreja, acabado agora por ele. Para falar verdade, não entendo muito de órgãos e lamento ser mais ignorante do que devia acerca dos seus maquinismos, porque, querendo nestas minhas cartas fazer de verdadeiro viajante, isto é, de filósofo que observa tudo, deveria perceber mais do que medianamente de cada coisa, para dela poder falar melhor do que mediocremente [3].

Oh quantas coisas me poria a aprender se pudesse recomeçar a vida, principalmente as mais vulgares e comuns, que são em geral ignoradas pelos homens que mais do que os outros se dão ares de importância e julgam ser sabedores. Recordo-me a propósito disto de uma bonita historieta e, como me veio à mente, vou contá-la antes de falar do organeiro e dos órgãos de Mafra.

O famoso poeta Pope andava um dia a passear num campo nos arredores de Londres, com dois seus sapientíssimos amigos, Walsh e Wicherley [4].

---

[1] Trata-se do arquitecto alemão, de formação artística totalmente italiana, João Frederico Ludovici [= Ludwig, 1673-1752], que viveu em Portugal desde 1700 e se naturalizou português. Devem-se-lhe, além do mais, o Convento de Mafra, a capela-mor da igreja de S. Domingos, em Lisboa, e a da Sé de Évora.

[2] Beber à inglesa = beber desmesuradamente.

[3] Já na carta 27.ª, atravessando o campo, Baretti lamenta não saber botânica para informar os leitores das plantas que vai encontrando. Retoma agora com mais força o tema de que um «viajante filósofo» deve ter conhecimentos generalizados. As coisas triviais e úteis, que o «artífice vulgar» sabe, não devem ficar fora do domínio dos que se reputem sábios. Embora não seja uma valorização da humanidade simples, Baretti afasta-se um tanto do que nas cartas 18.ª e 23.ª dera a entender do povo.

[4] Walsh foi considerado um bom crítico, e Wicherley foi, entre outras coisas, autor de comédias. Nas obras de Pope estão publicadas algumas cartas destes dois escritores. *[N. do A.]*.

Um deles colheu do campo uma espiga e, voltando-se para os outros dois, perguntou-lhes que espiga era aquela. «De trigo», respondeu um deles. «Não, é de centeio», disso o outro. «Creio que ambos vos enganais», acrescentou o terceiro; «porque isso deve ser uma espiga de aveia». O facto é que nenhum dos três *clarissimi uiri* conhecia a espiga.

Enquanto discutiam acerca dela, e começavam a altercar muito renhidamente, passou por lá o célebre botânico Miller que com muitas gargalhadas resolveu a questão, dando assim matéria para moralizar sobre a crassa ignorância que adorna as mentes dos homens mais conspícuos e reputados como sublimes, os quais demasiadas vezes se perdem a especular sobre inumeráveis coisas sem as quais o mundo poderia talvez passar, nunca pensando durante toda a vida em adquirir o mínimo conhecimento daquelas tantas outras coisas que a tornam tão confortável e aprazível, quanto a miséria humana permite que ela seja. São muitíssimos os homens doutos que nem sequer sabem como se faz o pão e o vinho; e, de algumas centenas que conheci, não encontrei talvez um só que soubesse como se faz o sabão, coisa tão trivial e útil, e cuja descoberta foi todavia um dos maiores esforços que já fez a imaginação humana. Por isso muitas vezes rio-me de mim e de muitos amigos meus, pois que bastas vezes queremos armar-nos em sabichões, chasqueando a ignorância com os nossos sarcasmos e com as nossas invectivas, e tecendo belos panegíricos ao estudo e à sabedoria, e afinal, em mil ocasiões, estamos a zero sobre coisas que homens incultos e artífices vulgares sabem de cor e salteado. Não merecemos nós, doutíssimos homens graves, ser tão desprezados por eles como nós os desprezamos? Mas sabemos chalrar um pouco melhor e impingir o nosso orvietão com mais arte e maior impostura; esta é quase a única vantagem que temos sobre eles. Que bem falava o tal quando dizia: «Sei que sou um grande camelo!». E realmente, em comparação com o que existe no mundo para saber, o maior filosofante sabe tão pouco que é mesmo uma vergonha que ande empertigado e ancho como se fosse um poço de ciência. Ao menos que os senhores sábios queiram uma vez por outra confessar ingènuamente a sua camelice, como eu, que digo que não entendo de órgãos, agora que o organeiro de Mafra me mostra pormenorizadamente o que está a acabar. O seu trabalho, contudo, pareceu-me de mestria singular.

Este organeiro é de estatura pequenina e uma das pessoas mais mirradas que eu tenho visto, mas o talento que encerra naquele corpinho é maravilhoso. Ficou com o posto de organeiro real, sendo preferido a oito famosos mestres de órgãos que o rei actual mandara vir da Itália, da Alemanha e da Flandres, porque os superou a todos com as suas subtis invenções e, entre elas, com uma tuba e um trémulo conseguidos no órgão que executou em competição com os outros. E os arqui-imortais castrados Caffarello e Gizziello e o mestre da capela David Perez [1] e os outros categorizados músicos escolhidos

---

[1] *Caffarello*: é Gaetano Maiorano (ou Maiorana), natural de Bari (1703-1783), músico e cantor em seus tempos celebérrimo, que passou a chamar-se Caffarello em honra

pelo rei para darem o seu parecer sobre os órgãos, sentenciaram a favor do organeiro pequenino e declararam-no o mais pindárico organeiro do mundo. O seu nome é Eugénio Nicolau Egan, natural da Irlanda. Aprendeu o ofício em Londres. Não é pago de acordo com os seus raros talentos, e o pior dos quarenta castrados da capela real de Sua Majestade Fidelíssima tem um salário três vezes maior do que este engenhoso e ladino pigmeu. Mas ele importa-se pouco com riquezas. Narra a quantos lhe aparecem os seus passados triunfos, e regala-se com a imensa glória conquistada em combater e vencer os organeiros seus rivais e competidores, os quais foram todos reenviados para os seus países, depois de, com eterna vergonha para eles, terem lutado com este Hércules em miniatura.

Depois de ter visto o órgão e ter ouvido um dos trezentos padres franciscanos a tocar nele, o anão levou-me junto de um flamengo que toca os sinos do convento. Esse flamengo é realmente o imperador dos carrilhoneiros porque, além dos minuetes, jigas, sarabandas e outras galantarias que sabe fazer com os sinos para divertir a família real quando está em Mafra, tem em casa algumas raridades que, pela sua singularidade, merecem a benigna olhadela de um viajante. Refiro-me a dois instrumentos musicais a modo de cravo, que inventou, mas que eu não sei como descrever por palavras. Um deles toca-se passando os dedos numas teclas com o comprimento de um palmo, as quais, fazendo percutir uns pequenos martelos noutros paus tornados sonoros pelas suas recíprocas proporções, dão uma música não desagradável. O outro consta de muitos bocados de terracota estendidos com a devida ordem numa mesa, mais ou menos com os vários comprimentos das cordas de uma espineta e com dois dedos de largura cada um; e o sineiro flamengo, empunhando dois martelos e batendo com eles nos bocados de terracota, faz tudo o que se poderia fazer com a melhor espineta: o som que deles extrai é ainda mais doce ao ouvido do que o que se tira dos pedaços de madeira do outro instrumento. E assim, tocou-me em ambos composições de mestres muito celebrados na solfa [1], especialmente do já falado Perez que é aqui considerado como o Aquiles dos bemóis e dos bequadros.

O sol começava a baixar quando a visita acabou; por isso, depois de

---

de um cultor de música (Cáffaro) que lhe descobriu as prodigiosas qualidades vocais. Em seguida, foi discípulo do grande Nicola António Pôrpora.

Gizziello — Na tradução restabelecemos a grafia exacta deste nome, que no texto italiano vem errada: «Egiziello». Trata-se de um dos mais famosos sopranistas do século XVIII, Gioacchino Conti, que mudou o seu nome no de Gizziello (o pequeno Gizzi) para assim honrar o seu mestre, Domenico Gizzi. Nasceu na vila de Arpino em 1714 e faleceu em Roma em 1761. Cantou também em Lisboa com êxito retumbante.

David Perez, compositor e regente de orquestra italiano, nasceu em Nápoles em 1711 e faleceu em Lisboa em 30 de Outubro de 1778. A presença dele na capital portuguesa, a partir de 1752, teve uma importância primacial no enriquecimento do meio musical português, principalmente nos campos da música operática, religiosa (D. Perez foi também mestre da capela real) e, em geral, do repertório lírico.

[1] O vocábulo que surge no texto é *feffautte* — Veja-se a nota 2 a p. 404.

abraçar muito o meu pequenino irlandês e de lhe dizer o adeus mais carinhoso que tinha no coração, subimos para a caleça e dirigimo-nos para Sintra, que é uma aldeia, ou vila, distante de Mafra nove ou dez milhas. A estrada que leva de Mafra a Sintra é das piores. Os homens deixaram-na como a natureza e as carroças a traçaram, e toda a região que atravessa é um autêntico deserto. Pelo caminho não tive tempo de me apear e visitar as pedreiras donde se extraem os mármores, e contentei-me em ver de passagem enormes blocos de pedra semitalhada e algumas compridas o grossas colunas que jazem naquele deserto e se destinam a Mafra. Noite cerrada chegámos a Sintra, onde só há uma hospedaria inglesa mantida por uma associação de mercadores de várias nações, que de Lisboa vão para lá veranear ou comprar laranjas e limões que Sintra e as terras circunvizinhas produzem em grande abundância. A pouca sorte quis que todas as camas da hospedaria estivessem já ocupadas quando chegámos, pelo que tive de dormir no mencionado enxergão por essa noite. O Senhor Eduardo fazia caretas, porque para ele também só havia outro enxergão; mas lembrei-lhe as camas dos Capuchinhos italianos em Lisboa [1] e disse-lhe que, se queria ser chamado um dia «padre Eduardo de Wisbich» [2], tinha de começar a habituar-se a exercitar a paciência nas hospedarias de Portugal. Riu, deitou-se e dormiu, porque tinha a barriga bem cheia, pois que, se ficámos mal por aquela noite quanto a camas, não ficáramos mal quanto a ceia.

Na manhã seguinte fomos visitar os já descritos conventos de N.ª Senhora da Pena e o dos buracos na Serra de Sintra e, tendo regressado a Sintra bastante cedo, tive tempo de ir ver um antigo palácio do rei, pouco distante da hospedaria.

A arquitectura é de um gótico diferente de todos os que já vi, mas é um palácio que ficou em quatro quintos arruinado pelo terramoto e resta pouco para ver. Há uma sala grande que tem pintados no tecto cisnes do tamanho natural, com coroas de ouro ao pescoço. Um quarto tem gaios ou pegas também pintadas no tecto, e junto de cada uma está escrito «Por bem»; e como o gaio em português se chama «pega», unindo o seu nome àquela inscrição lê-se «Pega por bem», palavras que aludem por trocadilho a não sei que tola aventura amorosa sucedida há alguns séculos naquele aposento, e da qual se quis, com aquele frouxo calembur [3], conservar a recordação. Uma outra sala tem o tecto pintado com gamos, que levam no dorso várias armas ou escudos de

---

1 Vede carta vigésima quinta *[N. do A.]*.

2 Cidade situada na região do distrito de Cambridge, chamada «a ilha d'Ely», onde o Senhor Eduardo nasceu. *[N. do A.]*.

3 *colibeto* é o que se lê no original. É palavra não popular, já obsoleta, que remonta ao século XIII e que adquiriu o sentido de «trocadilho, triquestroques, calembur, expressão equívoca ou anfibológica». O étimo é evidente: reside na expressão latina *de quolibet*=acerca de seja o que for (com referência ao costume medieval, e também pós-medieval, de organizar disputas à volta das mais variadas questões apresentadas à discussão, mesmo a título de exercício dialéctico ou retórico).

famílias nobres portuguesas; e imagino que felizes devem ser os que têm as armas pintadas no dorso desses gamos. Os pavimentos e paredes são de pedras de diversas cores colocadas em xadrez. Há uma sala térrea com uma fonte: antes do terramoto destruir o palácio, quando se queria, fazia-se esguichar água por muitos buracos feitos na parede, para molhar alguém que estivesse na sala e fazer rir a comitiva. Grandes invenções fizeram os homens para se rirem à custa uns dos outros! É o efeito da soberba e da maldade que entrou nos nossos corações com o pecado original. A vista que se desfruta das janelas da sala dos gamos é muito bela, porque o olhar domina um largo panorama. O resto de tal edifício está, como disse, todo arruinado e quase completamente destruído. Estão agora a reconstruí-lo e parece que o querem refazer como era dantes. Mas o real convento de Mafra não foi deitado abaixo pelo terramoto, nem sequer em parte, como aconteceu a tantas outras construções em Portugal. Sofreu só alguns pequenos estragos. E é estranho, entre outras coisas, ver à entrada da igreja o soco das duas colunas partido, por elas se terem inclinado. Mas é um edifício tão sólido e tão compacto, que, embora tenha sido sacudido, ou antes, como cana ao vento, tenha sido vergado para a direita e para a esquerda duas ou três vezes com o ondejar do solo, quando o tremor cessou, tão grande mole tornou a ficar a prumo. E digamos também, que por sorte o terramoto não foi tão violento em Mafra como em Lisboa ou Sintra, senão, ai dos trezentos frades regulares e cento e cinquenta conversos!

Já me despedi de Mafra; agora despeço-me de Sintra, do seu sítio tão aprazível, dos inúmeros nichos de pombos debaixo dos beirais do telhado do referido palácio gótico, e das montanhas que lhe estão sobranceiras. A vós, irmãos, dou as boas noites como de costume, parecendo-me que já escrevi o bastante por hoje. Passem bem.

CARTA TRIGÉSIMA

Lisboa, noite de 15 de Setembro de 1760

Meus irmãos, fazia tenção de vos informar em pormenor de tudo o que soubesse sobre os estrondosos acontecimentos ùltimamente passados em Portugal: de vos falar demoradamente do rei, da corte, de D. Sebastião José de Carvalho, de D. Luís da Cunha [1], do cardeal patriarca, do cardeal Acciaiuoli, dos jesuítas, dos dois irmãos legitimados do rei, do duque de Aveiro, das marquesas de Távora e de Gouveia, de muitos fidalgos e não fidalgos portugueses executados ou encarcerados muito recentemente, e de monsiú Parisot [2] que

---

[1] *Luís da Cunha* — Com este nome incompleto Baretti refere-se a D. Luís da Cunha Manuel, na altura Secretário de Estado dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros, às ordens, no mais amplo sentido de expressão, do Marquês de Pombal. Morreu em 1775.

[2] Veja a nota 3 a p. 419.

cá encontrei transformado pela terceira vez; e tinha também a intenção de vos contar as várias opiniões e novidades que obtive em casa dos ministros britânico e holandês e que me deram muitos ingleses, portugueses e outras pessoas, sobre tais acontecimentos. Mas, como prevejo que não poderei contentar todos com os meus escritos, espero informar-vos fraternalmente das singulares anedotas que reuni, quando estiver junto de vós. Entretanto, aproximando-se a hora da minha partida, resolvi gastar um dia inteiro a visitar atentamente esta metrópole, isto é, a parte antiga onde estão as ruínas e as partes modernas construídas para refúgio dos que escaparam ao terramoto e ficaram sem casa.

Das ruínas já vos contei o que basta para vos dar uma ideia, embora seja impossível apresentar-vos por escrito um quadro de desolação tão grande como ele realmente é. Porém, claramente se vê pelas ruínas que a violência do terramoto se concentrou, por assim dizer, numa faixa do Oriente para o Ocidente: quem teve a desventura de habitar ou de se encontrar nessa faixa, teve menos sorte dos que habitavam ou se encontravam longe dela, porque todos os edifícios que estavam na sua direcção foram atirados abaixo e os que estavam fora dela sofreram maior prejuízo com o fogo, casualmente ateado quando o lume rolou e caiu nos pavimentos de madeira e outras matérias combustíveis, do que com a fúria do subterrâneo turbilhão, ou raio, ou diabo que fosse. Creio que por esta razão o palácio real de Sintra foi pouco menos que arrasado e o de Mafra ficou de pé; e o mesmo digo de todos os palácios e prédios de Lisboa, de outras cidades e doutras povoações deste reino. Disseram-me que numa cidade marítima, não muito longe daqui [1], o ímpeto dos abalos foi tão tremendo que não ficou de pé muro nem murinho, que as próprias árvores foram desenraizadas e que grandes pedras e até canhões que, devido a naufrágios, estavam no fundo do mar talvez há lustros e séculos, foram removidos para fora de água e projectados sobre o litoral; que se encontraram peixes aos milhões mortos ao longo da costa, e alguns barcos de pesca, mercantes e até um navio de guerra, foram arremessados para fora do seu elemento e, fazendo um largo arco, lançados na praia pelas águas repentinamente transbordantes e lá deixados a seco, despedaçados e partidos: coisas incríveis, se milhares de testemunhas não as assegurassem.

Quando terminou finalmente aquela fúria infernal e os habitantes de Lisboa (que só destes quero falar agora) voltaram a si, resolveram-se a construir o melhor que puderam cabanas de madeira ou de tela, para se abrigarem dos rigores da estação que se tinha tornado excessivamente fria e chuvosa. E, com o andar do tempo, essas cabanas transformaram-se em pardieiros na maior parte de um só andar, com uma, duas, três ou quatro divisões no máximo. Podeis imaginar fàcilmente que estas cabanas, que aqui se chamam «barracas» [2] («barraca» no singular), espalhadas por todos os lados em toda a região, são agora em número difícil de contar; e da barraca em que habito, no cimo

---

1 Na carta 31.ª da edição inglesa afirma ser Setúbal.

2 Baretti escreve «baraca», decerto por influência do it. «baracca».

de uma alta colina chamada Buenos Aires, como me parece já vos ter dito, próximo de um moinho de vento e a igual distância de Lisboa e de Belém, vejo uma espécie de quatro pequenas cidades, todas de barracas. O próprio Rei tem a sua, em Belém, na qual habitará com toda a família enquanto se não construir o seu novo palácio para os lados do vale de Alcântara, já projectado pelos arquitectos, mas que ainda se não começou. Os edifícios que escaparam em alguma medida ao terramoto e ao fogo, já foram em parte reconstruídos; mas que a cidade seja reedificada como era dantes, isto é, que se removam os escombros e depois se torne a construir sobre eles, não me parece coisa possível mesmo que todos os Portugueses se tornassem pedreiros e trabalhassem nisso um século inteiro, porque era uma cidade muito vasta e, a julgar pelas ruínas e pelo que resta de pé, fora sòlidamente construída com pouca parcimónia de pedra e mármore.

Em algumas das poucas igrejas que no todo ou em parte ficaram de pé, vi alguns belos altares e, entre eles, um na igreja de S. Roque, muito bem engendrado e de enorme valor. Mas da igreja patriarcal, que era, segundo dizem, das maiores e mais magníficas, realmente digna da terceira metrópole da Europa, repleta de alfaias sobremaneira ricas e preciosas, não se salvou um alfinete, porque depois do desabamento da abóbada e das paredes, que matou todos os que lá estavam dentro e que passavam de mil entre homens e mulheres, o fogo destruiu o resto em poucas horas. E nunca se acabariam de enumerar as riquezas que em tantas e tantas igrejas se perderam naquele dia, porque nunca se acabaria de descrever o quanto os Portugueses são ostentosos em enriquecerem as igrejas. E quero aqui observar que, quando se divulgou nos países longínquos a notícia do grande fogo que quase consumiu Lisboa nessa altura, espalhou-se o boato de que o terramoto escancarara voragens de fogo em Portugal; mas isto não é verdade, e o único fogo que existiu foi o casualmente ateado pelas velas das igrejas e pelas lareiras onde a população estava a cozinhar ao almoço.

Ao visitar tanto as zonas arruinadas como as novas de tão grande cidade, deparei com muitas das suas ruas indecentemente sujas [1], porque grande parte dos lisboetas têm também o bom gosto dos habitantes de Madrid que atiram pelas janelas as quotidianas imundícies. É verdade que existem cá edictos severíssimos que proíbem tamanha porcaria, mas os edictos não se executam por si próprios e são ridículos quando se não fazem observar. Como a cidade velha e as novas habitações estão num terreno montuoso e desigual, é muito desagradável e cansativo subir e descer por estas más ruas; contudo, quis por uma vez fazer uma grande caminhada a pé, para me poder meter em todos os buracos e ver tudo, apesar dos açoites do sol que me fez derreter meio corpo; e assim livrei-me do capricho de saber mais ou menos como é Lisboa e também formei uma ideia razoável dos seus arredores e de Belém.

---

[1] O Autor emprega no texto a palavra *iniquamente*, com o sentido de *indevidamente, como não deviam estar.*

Agora já vi Belém e Lisboa de vários pontos do rio, donde tudo parece belo, e de vários pontos da terra, donde tudo parece feio.

Tinha vontade de comprar uma carta topográfica de Lisboa e os desenhos dos seus principais edifícios, mas os Portugueses não se cansam muito com as artes liberais e não gostam nada de multiplicar em gravuras de cobre as coisas raras que adornam o seu país, do qual não têm sequer uma boa carta geográfica. Em literatura não têm fama de ser muito ávidos; e talvez nem o pudessem ser, mesmo que quisessem, por algumas razões que quero deixar adivinhar às pessoas sagazes[1]. O pouco que escrevem, quer em prosa quer em verso, é tudo balofo e presunçoso, como já observei. Não é, contudo, balofo nem presunçoso um livro que tenho aqui na escrivaninha, impresso há dez anos aqui em Lisboa e intitulado *Instrução de principiantes para o uso das escolas*[2]. Foi escrito pelos mestres das escolas de N.ª Senhora das Necessidades, que são as escolas públicas onde a juventude portuguesa é educada e onde quem quer estudar tem de ir com vontade ou sem ela, visto não serem permitidas outras escolas, nem públicas nem privadas. É uma péssima história muito mal alinhavada dos soberanos de Portugal, que começa com o conde D. Henrique de Borgonha, que viveu à roda dos anos mil e cem, e desenrola-se até ao actual monarca inclusive. Uma parte é em prosa corrente e outra em diálogos que resumem a prosa, e esta, diferentemente dos diálogos, está cheia de epítetos altissonantes, de conceitos artificiosos e de pensamentos pueris. Em quase todas as páginas há narrativas maravilhosas que fariam rir as pedras; e não é sequer livro que dê, de forma alguma, a mínima ajuda para um viver bom e sensato, que é, ou deveria ser, o fim principal de todos os livros. Apesar disso, os pobres meninos são desapiedadamente sovados pelos mestres «das Necessidades» se o não decorarem, e fazem-me mesmo pena os dois tristes filhos do meu hospedeiro, que passam o dia a fritar os miolos para meterem na memória as tão inúteis larachas que contém, para livrarem as infelizes mãos e os mofinos traseiros dos cruéis chicotes pedantescos. Para vos dar uma amostra da importância deste grande livro, que foi composto (diz o prólogo) para servir de introdução à Retórica, vou traduzir-vos o seu último diálogo, que diz *ad litteram* assim:

Pergunta — De quem é filho D. José I?

Resp. — De el-rei D. João V e da rainha D. Maria Ana de Áustria.

---

[1] É, provàvelmente, uma referência velada à censura. Palavras mais explícitas são as de Link: «Une censure sevère, un tribunal de l'Inquisition toujours redoutable pour les écrivains, suffisent pour éteindre toute ardeur pour l'étude» (v. A. Reis Machado, *ob. cit.*).

[2] «Instrução de principiantes e novo Método do se aprenderem as primeiras Letras para o uso das Escolas, etc., Lisboa, anno MDCCL. *[N. do A.]*.

A tendência para denegrir a recente obra educacional dos Oratorianos parece ignorância ou má vontade, porque eles, como é sabido, deram, em relação aos seus antecessores jesuítas, um bom passo no sentido da actualização e modernidade dos programas e matérias que ensinavam. O questionário transcrito a seguir (e nem todos são tão vazios e antipedagógicos), faz parte de um livro de «primeiras letras» em que se dão noções elementares da geografia e história portuguesas.

INSTRUCÇAÕ
DE
PRINCIPIANTES,
E NOVO METHODO
De ſe aprenderem as primeiras letras
PARA O USO DAS ESCOLAS
da Congregaçaõ do Oratorio
NA CASA DE
N. SENHORA
DAS NECESSIDADES,
ORDENADO
Pela meſma Congregaçaõ.

LISBOA.
Na Offic. de MIGUEL RODRIGUES,
Impreſſor do Eminentiſſimo Senhor Cardeal Patriarca.

Anno M. DCC. L.

Com todas as licenças neceſſarias,
e Privilegio Real.

Perg. — Em que ano nasceu?
Resp. — Em 1714.
Perg. — Em que dia?
Resp. — Em 6 de Junho.
Perg. — Quando e por quem foi baptizado?
Resp. — Em 29 de Agosto do mesmo ano, pelo cardeal da Cunha.
Perg. — Com quem casou?
Resp. — Sendo ainda príncipe do Brasil, casou-se com a Sereníssima Infanta de Espanha D. Mariana Vitória.
Perg. — Quem tratou deste casamento?
Resp. — António Guedes de Pereira, como enviado à corte de Madrid.
Perg. — Quem foi buscar formalmente a Sereníssima Senhora Infanta?
Resp. — O marquês de Abrantes, D. Rodrigo Eanes de Sá.
Perg. — Quando chegou esta senhora a Portugal?
Resp. — A 19 de Janeiro de 1729.
Perg. — Quando entrou em Lisboa?
Resp. — Em 12 de Fevereiro do mesmo ano.
Perg. — Quando começou a reinar el-rei D. José I?
Resp. — No último dia de Julho de 1750.
Perg. — Quando foi aclamado?
Resp. — Em 7 de Setembro do mesmo ano.
Perg. — Quantos filhos tem?
Resp. — Tem quatro filhas, que são a senhora princesa do Brasil D. Maria Francisca Isabel, a senhora infanta D. Maria Ana Francisca, a senhora infanta D. Maria Francisca Doroteia e a senhora D. Maria Francisca Benedita.

E aqui termina o diálogo e o livro das instruções aos principiantes que os deve introduzir à Retórica. Ora vejam que belos elementos de Retórica, e se todas estas frívolas informações não são mais para se aprenderem com a mamã e com a ama do que com mestres solenes nas públicas e régias escolas!

Mal cá cheguei, informei-me se havia alguma escola pública ou Universidade, na intenção de travar conhecimento com os seus letrados mais insignes. Falaram-me destas escolas «das Necessidades», pelo que mandei lá oferecer um belo mapa com antigos caracteres gregos, composto por um doutíssimo inglês ainda vivo, chamado Morton, do qual trouxera de Inglaterra vários exemplares, para tais efeitos, acompanhando-o com uma carta minha ao reitor, que, com um seu companheiro, me veio agradecer a oferta à hospedaria. Imaginai como os enchi a ambos de corteses palavras, de cumprimentos e de profundas vénias que os forçaram a ficar comigo para o almoço. Assim passei uma grande parte do dia com eles, espicaçando-os sempre a falar. Mas faria um livro mais ridículo do que o da vida do Prior Arlotto [1] quem qui-

[1] Referência a uma bizzarra personagem da vida florentina do século XV, o *Piovano Arlotto* (Arlotto Mainardi, natural de Florença, onde nasceu em 1396 e faleceu em 1484),

sesse escrever as inumeráveis bagatelas muito pomposamente ditas por suas senhorias, porque ambos falavam pelos cotovelos incansàvelmente. Em troca do meu mapa quirográfico ofereceram-me o referido livro, do qual extraí esse douto diálogo, e recomendaram-me que o lesse atentamente, que o acharia uma obra-prima de engenho, de expressão, de erudição e de facúndia. Ei-los servidos: li-o e traduzi aqui uma parte, para iluminar cada vez mais a mente dos meus irmãos. É possível que algum mestre dessas escolas seja menos ignorante do que aqueles dois bons homens, e haja nesta cidade gente estudiosa e douta; porém, não consegui ouvir mencionar uma só pessoa aos muitos ingleses que cá estão e que na maioria têm curiosidade em conhecer os homens mais singulares dos países estrangeiros que visitam [1]. Ingleses, Franceses e Italianos são todos unânimes em dizer que cá se não estuda nada de importante e que a maior parte deste povo só aprecia genealogias, capas, mulheres, mandriice e ver gente que se desbarrete diante deles.

Numa cidade a sessenta ou setenta milhas daqui, chamada Coimbra, fica a grande Universidade dos Portugueses, que é, segundo me afirmam, o primeiro tomo das escolas das Necessidades. Fazia tenções de lá ir, para acabar de me iluminar sobre o sumo saber lusitano; mas o senhor Eduardo pede-me que desista de tal propósito e que saia com ele de Portugal o mais brevemente possível, e eu não preciso de me forçar para lhe ser agradável, porque, se ele está cansado, também eu estou deste sapientíssimo país.

Nas minhas diversas voltas por esta metrópole, espreitei as oficinas que me pareceram de artífices e artesãos, e não encontrei uma única que não pertencesse a italiano, francês, alemão ou a qualquer outro estrangeiro. Os portugueses nem sequer sabem fazer uma roda de carro; e é muito aborrecido encontrar pelas ruas de Lisboa, ou na estrada, aquelas carroças puxadas por bois, que com o chio agudíssimo das rodas que se ouve a uma légua de distância nos furam os tímpanos como uma sovela ou verruma. E os supersticiosos camponeses asseguram que aquela chiadeira faz fugir o diabo, que assim já lhes não pode fazer mal ao carro e aos bois. Os camponeses espanhóis têm uma menos mal fundada opinião sobre a chiadeira dos carros, notada por Cervantes de Saavedra no seu famoso *D. Quixote*, onde, falando das rodas mal feitas e mal untadas dos carros diz: «de cuyo chirrío áspero y con-

---

pároco que foi de San Cresci in Maciuoli (Fiesole). Viajou por vários países da Europa como capelão da frota mercante de Florença e teve fama de homem espirituoso, galhofeiro, trocista, sempre disposto a contar anedotas e piadas, que após a sua morte foram coligidas por um amigo e admirador, cujo nome se desconhece: as *Facezie del pievano Arlotto*, que tiveram êxito retumbante, muitas vezes reeditadas (até com acrescentos que não remontam ao alegre Sr. Cura) e traduzidas, através de vicissitudes complicadas de manuscritos e impressões, até que um filólogo de grande valor, Giancarlo Folena, conseguiu publicar uma edição crítica integral: *Motti e facezie del pievano Arlotto* (Milão-Nápoles, 1953).

[1] Embora o nível geral fosse indubitàvelmente baixo, haveria pelo menos a apontar figuras como Jacob de Castro, Ribeiro Sanches e Verney, que tinham causado movimentação e até polémica nos meios cultos portugueses. O pouco tempo passado em Lisboa e as relações quase exclusivas com estrangeiros deram ao viajante uma ideia bastante incompleta do país.

tinuado se dice que huyen los lobos y los osos» [1]. Se a opinião espanhola não é baseada na experiência, baseia-se na probabilidade; mas a dos Portugueses em que se baseia?

Uma coisa que surpreende um estrangeiro da primeira vez que cá chega, é a grande quantidade de negros de ambos os sexos que formigam por todos os cantos: são pobres escravos, trazidos de diversas partes de África e levados contra a vontade para as colónias americanas, para as ilhas Terceiras, ou para outras regiões sujeitas à coroa de Portugal. Em todos os tempos a natural soberba dos homens venceu a sua humanidade e induziu-os a escravizar os outros homens sempre que puderam. E entre outras notícias, lemos que alguns dos grandes antigos do Capitólio tinham cinquenta mil ou mais escravos cada um. Uma tão transbordante soberba nunca deveria ter surgido entre cristãos; contudo, manifestou-se e ainda se manifesta de modo crudelíssimo nos países por eles descobertos nos últimos séculos, cujos habitantes são escravizados pelos seus irmãos em Cristo e, sem nenhuma misericórdia, obrigados a trabalhar toda a vida para os orgulhosos, despóticos e injustos europeus. E este iníquo abuso acabou por se tornar tão extenso e universal que nem a força nem a sabedoria humana o poderiam suprimir. Mas assim vai o mundo e sempre assim andou; por isso, deixemo-lo de futuro andar como quiser e que a lei da violência continue a prevalecer sobre a equidade, porque um dia a justiça divina pesará opressores e oprimidos na balança eterna e cada um terá o seu devido. Entretanto, estes negros e negras, trazidos de África para Portugal ou nascidos em Portugal de pais africanos, enchem este recanto da Europa de uma espécie de monstros humanos chamados mulatos, que são filhos de um negro e uma branca ou de negra e branco; e estes monstros geram outros, unindo-se com europeus e europeias, ou com africanos, ou com outros da sua cor mais ou menos mudada pelas diferentes misturas de sangue. De forma que são poucas as famílias portuguesas que se mantêm europeias puras e, com o andar do tempo, abastardar-se-ão todas, porque em todas entrará muito ou algum sangue africano.

Diz-se que em Portugal também abundam os hebreus disfarçados [2], isto é, hebreus que fingem toda a vida ser cristãos e que, se for preciso, tomam até mulher cristã, se são homens, ou marido cristão, se são mulheres; e, realmente, a cada passo encontram-se aqui estranhas caras. Portanto também isto deve purgar cada vez mais a nobreza desta nobilíssima nação, que se julga a mais ilustre e mais digna de todas.

Os portugueses do povo abominam os ingleses talvez mais do que os outros europeus, embora detestem todos os povos da Europa, tal

---

[1] Baretti, que foi um bom hispanista, transcreve neste ponto palavras que se lêem no imortal *Don Quijote de la Mancha*, Parte II, cap. 34: «Oyóse asimismo un espantoso ruido, al modo de aquel que se causa de las ruedas macizas que suelen traer los carros de bueyes, de cuyo chirrío áspero y continuado se dice que huyen los lobos y los osos, si los hay por donde pasan».

[2] Em 1770, em Londres, o Autor dedicou mais algumas linhas ao problema. Veja-se o Apêndice, pp. 487-488.

como, de uma maneira geral, fazem o povoléu de Génova e os judeus. Quando o terramoto visitou este país, eu estava em Londres como sabeis, e recordo-me de que a notícia de tão grande calamidade encheu de horror a mente dos ingleses e que logo se começou a dizer, quer entre os grandes quer entre os pequenos, que a nação britânica deveria mandar imediatamente um bom auxílio de vitualhas e dinheiro aos desventurados portugueses, não só por humanidade, mas porque era um reino amigo e útil. Este rumor cresceu com tanta rapidez que o Parlamento em breve reuniu e logo se estabeleceu, «nemine contradicente», que a nação inglesa doasse aos pobres de Portugal cem mil libras, metade em dinheiro e metade em comestíveis; e foram imediatamente mandadas ordens a Portsmouth [1] para que se aprestassem o dinheiro e os mantimentos, e se fizessem ràpidamente à vela em quatro navios de guerra. Vivam os meus magnânimos ingleses que, do primeiro ao último, todos se alegraram com a pronta resolução do seu Parlamento! Este geral espírito de caridade causou-me tão boa impressão daqueles insulanos que, daí em diante, não tornei a fazer caso de algum palavrão, encontrão, ou outra indelicadeza que a populaça me fizesse nas ruas; e ainda mais quando observei nos Ingleses um pesar geral, ao saberem a notícia do crime cometido em Versailles pelo louco Damiens, que espetou uma faca na ilharga de um Rei [2], com o qual já tinham começado a terrível guerra que ainda dura. Mas se na falada circunstância os Ingleses usaram de humanidade para com os Portugueses e os socorreram na sua urgente necessidade quando do imenso desastre, pouco reconhecidos se mostram estes ingratos, que, se à noite encontram pelas ruas de Lisboa um inglês só ou mal acompanhado, fazem-lhe passar um mau bocado se puderem, honrando-o até, se ocorrer, com uma facada nas costas. Se não me lembrasse da tentativa de lapidação que sofri no vale de Alcântara [4], não daria ouvidos a quem me narra factos desta espécie; mas tendo infelizmente sido testemunha da boa índole desta gente, tenho de acreditar e escrever o que creio.

Terminemos porém estas observações, que fazem demasiada injúria à corrompida natureza humana. Terminemos dizendo também um pouco de bem da plebe portuguesa que, se é ignorante e bárbara por falta de educação, é contudo naturalmente devota de N.ª Senhora e dos Santos. Não se pode andar por estas ruas sem se verem muitos homens e mulheres com o rosário na mão; e a veneração que os portugueses têm por todos os hábitos religiosos é também enorme, porque, encontrando frades no caminho ou vendo-os aparecer-lhes em casa ou em casa de outrem, correm imediatamente com um ar muito compungido a beijar-lhes a fímbria ou a manga da veste, principalmente se forem Dominicanos ou Franciscanos. E muitos portugueses, tanto

---

[1] Cidade e porto da província de Hampshire, na costa meridional da Inglaterra. *[N. do A.]*.

[2] — ...um Rei: Luís XV, ferido em 1757. A guerra a que se alude no texto, é a chamada «Guerra dos Sete Anos» (1755-1762).

[3] Acontecimento relatado na carta 23.ª.

nobres como plebeus, querem ser sepultados vestidos de frade quando morrerem, comprando, por trinta ou mesmo quarenta escudos, um hábito de algum frade de quem têm boa opinião, para que lhes seja vestido logo que morram; nem há talvez cristãos no mundo, que tanto se façam ver pelas igrejas como os portugueses, nem que como eles mandem celebrar e ouçam missas em tão grande número não só em dias de festa como nos de trabalho [1].

Adeus.

CARTA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

Lisboa, 16 de Setembro de 1760

Apenas duas linhas, porque hoje apresentámos os cumprimentos de despedida, agora estamos a emalar as coisas e amanhã partiremos de Lisboa.

Boa viagem, meus senhores!

CARTA TRIGÉSIMA SEGUNDA

Aldeia Galega, 17 de Setembro de 1760

Deus ajude o pobre viandante, que hoje às duas horas depois do almoço deixou Lisboa e se fez transportar para aqui, a fim de seguir viagem para a Pátria. Atravessei o Tejo defronte desta aldeia; e o rio, que na foz não chega a ter duas milhas de largura, tem nove em frente da cidade, que fica algumas milhas acima da foz. Mas o vento estava de feição e por isso as nove milhas fizeram-se à vela ràpidamente.

Eis-me pois na melhor hospedaria ou estalagem [2], como aqui lhe chamam, de Aldeia Galega; o meu senhorial aposento consiste num quarto bastante grande, cujas janelas se fecham com dois pedaços de madeira tão enormemente furados e rachados, que Zéfiro e Flora [3] podem entrar e amar-se a seu bel-prazer. Amar-se, poderosíssimos Deuses? Ficarão é furiosos, se vierem; trocarão socos, trocarão pontapés, trocarão punhaladas, pistoladas, porque este não é quarto para ninguém se amar. Quem, com os diabos, pode amar-se

---

1 Na «Journey», a visão que o Autor nos dá da religiosidade portuguesa é um tanto diferente (Veja-se a carta 33.ª do Apêndice).

2 Estalagem: pretendendo usar a palavra portuguesa que ouvira pronunciar, estropia-a em «stallage», forma que lhe dará ensejo para trocadilhos de intenção humorística. [Veja-se a carta 33.ª, nota 1, a p. 453].

3 *Zéfiro... Flora* — Com estes dois nomes Baretti alude em tom chistoso aos ventos em geral, embora só o primeiro o seja: vento brando do poente, que os antigos Romanos denominavam também Favónio. Flora, pelo contrário, era a deusa itálica da vegetação: em sua honra celebravam-se as festas Florais, na Primavera (de 30 de Abril a 3 de Maio), para solenizar o despertar da natureza. Segundo a mitologia, Flora estaria apaixonada por Zéfiro.

num quarto sem tecto? Num quarto onde desde o dilúvio nunca houve uma cama, uma cadeira, uma mesinha, um quadro, a mínima coisa digna de um homem de bem? Ratos e ratazanas, esses sim, poderão amar-se aqui: as ratazanas e os ratos que por baixo das tábuas do soalho me piscam o olho e me mostram a bigodaça, parecendo que sorriem escarninhamente à maneira portuguesa, para zombarem de um fabiano como eu, que se deixou apanhar como um trouxa por estes lugares. Oh pobre José, onde dormirás tu esta noite se nos teus nobres aposentos não há cama? Onde, hã? Num enxergão, «padres conscritos» [1], num enxergão que por sorte o meu criado Baptista me obrigou a comprar contra vontade em Lisboa, mas «sub conditione» de que encontre palha para comprar todas as noites, coisa não tão fácil de se obter como isso. Já estou a ver que esta noite terei de apostar a quem se coça mais com as pulgas; há neste quarto regimentos, ou antes, exércitos mais numerosos do que o que trazia atrás de si Átila, «flagellum Dei». Feliz de mim, se não me fizerem esvair em sangue! Com o jantar não me preocupo, porque chegam para banquetear três ou quatro casais os mantimentos que trouxe de Lisboa, uns cozinhados e outros crus, a conselho de um sábio adivinho que me predisse que morreríamos como o Conde Ugolino [2] em Pisa, se nos metêssemos a atravessar estas regiões sem uma farta provisão de vitualhas.

Oh vós, nove irmãs de Pindo, Aónias donzelas,[3] oh, pela sofreguidão que sempre tive em vos seguir desde menino, oh, pelos tão pobres versos que me ouvistes cantar convosco em rapaz, em adolescente e em varão, oh rogai a vosso ilustríssimo pai, senhor Febo, que amanhã embride Éton e Pírois [4] um pouco antes do costume, para que eu possa partir bem cedo de Aldeia Galega para nunca mais cá voltar, nunca mais, nunca mais! Meus irmãos, dormi vós bem por mim, que eu já não espero uma hora de bom sono enquanto dormir em Portugal, ou antes, segundo me profetizam os malignos adivinhos, enquanto não estiver fora da gloriosa Ibéria. Adeus.

Pós-escrito

O jantar está arrumado e vendo pelos citados buracos e frinchas das janelas um pedaço de lua a resplandecer clara como o âmbar, deu-me vontade

---

[1] No texto: «padri coscritti», do lat. «patres conscripti», tratamento dado aos antigos senadores romanos. Na tradução optou-se pelo decalque da expressão, para manter o leve tom de gracejo que o Autor lhe dá.

[2] Morreu de fome. Ver Dante, *Inferno*, c. XXXII, vv. 124 e segs.. *[N. do A.]*.

[3] São as Musas, chamadas Aónias por serem honradas nos montes Aónios, na Beócia.

[4] *Éton* e *Pírois*: Baretti menciona só dois dos quatro cavalos que, na mitologia grega, puxam o carro flamejante de Hélios, o Sol. Escusado será dizer que neste ponto se lembra de certos versos de Ovídio (*Metamorphoseon* Liber II, vv. 153-155):

> Interea uolucres Pyrois et Eous et Aethon,
> Solis equi, quartusque Phlegon, hinnitibus auras
> Flammiferis implent, ...

de ir passear um pouco por Aldeia Galega à noite. O desejo que me deu a mim também tinha dado a muitos habitantes da aldeia. Durante uma hora andei muito devagarinho ao longo da margem do Tejo, que é tranquilo e aprazível, e o passeiozinho foi fresco e agradável, olhando ora para o rio ora para a lua, escutando os murmúrios e reparando nos sorrisos dos janotas aldeia-galegos, que a cada momento me passavam ao lado enroscados nas suas tisnadas e sujas Aldeia-Galegas.

Agora são horas de ir dormir, quer queira quer não, porque não é bom passar a noite inteira a passear ou a meditar à beira-rio; por isso, abandonando o plácido Tejo e voltando a passos vagarosos para a estalagem, exclamo suspirosamente como a enanorada Colombina [1] da comédia: Oh enxergão, enxergão!

Adeus de novo.

CARTA TRIGÉSIMA TERCEIRA

Vendas Novas [2], *18 de Setembro de 1760*

Sofre-se, mas não se morre. O enxergão que o Baptista me comprou prudentemente não se pode chamar um leito nupcial e, contudo, esta noite em Aldeia Galega consegui sonhar que já estava fora de Portugal. Se tiver paciência por uns dias o sonho realizar-se-á.

Esta manhã, às sete horas de França [3], subi para a caleça puxada por uma forte parelha de mulas, que em duas semanas devem levar-nos, ao senhor Eduardo e a mim, até Madrid. O caleceiro teve bastante dificuldade em atrelar a mula aos varais da carruagem, porque, sendo nova e forte e tendo estado muitos dias ociosa, foi preciso primeiro peá-la bem. Quando lhe tiraram as peias, fizemos uma milha como o diabo quando leva para casa um usurário. Mas, tendo cessado tal fúria, a brava mula começou a aquietar-se e a caminhar tão lentamente, que a caleça do Baptista e a de um padre Dominicano que vinha pela mesma estrada do que nós, nos apanharam; e assim as três caleças, umas atrás das outras, continuaram plàcidamente viagem.

À saída de Aldeia Galega, na milha que fizemos desabaladamente, observei que todo o terreno que se estendia à vista de ambos os lados da estrada estava plantado de videiras. Depois entrámos numa região que me chamou à memó-

---

[1] *Colombina* (com as variantes: Corallina ou Arlecchina) é uma das «máscaras» mais agradáveis e populares da «Commedia dell'Arte italiana», onde aparece geralmente como esposa ou enamorada de Arlequim, desempenhando o papel de criadinha esperta, cheia de vivacidade, donairosa e galante sem quebra da honradez. Carlo Goldoni ergueu-lhe um monumento imperecível na comédia «La serva amorosa».

[2] No original: *Ventasnuevas*. Baretti conhecia perfeitamente a língua espanhola, o que explica a frequente contaminação com o português.

[3] *horas de França:* sistema horário que corresponde ao actual, diferente do antigo italiano que contava as horas de um pôr do sol ao seguinte.

ria a descrição feita por Lucano, no nono livro da *Farsália*, da viagem de Catão para Útica. Tirando os áspides, as hemórroas, os quelidros, os cencros, as cítalas, as anfisbenas, as fareias, os basiliscos, os dragões [1] e outros líbios habitantes que Catão viu nessa região e eu não vi nesta, parece-me que em todo o resto há muita semelhança, porque de Aldeia Galega até Vendas Novas, tirando a milha de vinhedos de que já falei, só vi areia coberta de arbustos silvestres, e, aqui e ali, algum pinheiro. O caminho, extremamente arenoso, é muito fatigante para os animais e para quem viaja a pé.

À uma hora da tarde chegámos à estalagem, isto é, ao lugar onde se faz alto. E com razão tais lugares são chamados pelos portugueses *estalagens*, porque têm uma cavalariça para as mulas, mas para os cristãos não têm coisa

---

[1] Na atmosfera joco-séria desta carta e em plena coerência com o seu característico processo estilístico-narrativo, o Autor faz, neste ponto, alarde de uma erudição—em matéria de serpentes míticas — aparentemente peregrina, mas na realidade bastante fácil, se não nos engana a convicção da que o nosso Baretti foi bebê-la directamente à fonte que estava ao alcance da sua experiência cultural: isto é, a um célebre episódio do *Inferno* dantesco, o das transformações dos ladrões na sétima «bolgia» do círculo VIII (cfr. *La Divina Comedia:* Inferno: cantos 24.º e 25.º), nomeadamente aos versos 85-87 do canto XXIV:

Più non si vanti Libia con sua rena;
Ché, se chelidri, iaculi e faree
Produce, e cencri con anfisibena,
.....

Também é sabido que Dante, por sua vez, encontrou a descrição (além dos nomes) daquelas serpentes no livro IX, vv. 708-721, do poema *Bellum Ciuile*, de M. Aneu Lucano, sendo muito provável que o poeta de Córdova tivesse aproveitado notícias consignadas no medíocre poema de Nicandro.

Talvez não seja descabido algum esclarecimento reduzido ao mínimo indispensável.

Baretti começa por mencionar os *aspidi* que, por serem sobejamente conhecidos, dispensam quaisquer comentários.

Cita as *emorre* (forma um tanto incorrecta, em lugar de *emorroi*, substantivo masculino esdrúxulo). Trata-se do αἱμόῤῥοος, serpente africana cuja mordedura causava hemorragia. Além de Nicandro (*Theriaká*, 282) e de outros antigos, como Hipócrates e Dioscórides, dedica-lhe um largo capítulo o escritor grego Eliano (in *De natura animalium*, Livro XV, cap. 13).

Seguem-se as *chelidre* (termo inexplicàvelmente usado como feminino, quando é certo que o próprio Dante o considera masculino, e com razão: *chelidri*), serpentes anfíbias e venenosas: é o χέλυδρος de Nicandro (*Theriaká*, 411).

O Autor menciona depois os *cencri*, serpentes de pele mosqueada: o κέγχρος de Dioscórides e de outros escritores gregos.

Passando para os *scitali*, outra vez atribui ao substantivo um género errado: σκυτάλη é feminino em grego, em latim *(scytala)*, em italiano, em francês. Em português não se encontra dicionarizado o termo, que saibamos. Segundo Nicandro (*Theriaká*, 384) era uma serpente fabulosa, de cores lindíssimas.

Quanto às *anfisibene*, cumpre salientar que a palavra não se refere à espécie de serpentes, inócuas, hoje denominada cientificamente «Amphisbaena alba», mas sim a uma serpente fabulosa da Líbia, venenosa, cuja cabeça não se distinguia da cauda, podendo rastejar igualmente para frente e para trás. (Lucano: *Bellum Ciuile*, IX, 719).

Um tanto mais complexo afigura-se o problema do plural feminino *faree*, cuja forma latina (*parēās*, no singular, gr. παρειάς) é masculina, ainda por cima apresentando uma surda labial que na língua italiana antiga passou indevidamente para *f-*, sem dúvida por

digna do nome de hospedaria [1]. A estalagem onde demontámos para almoçar chama-se Pegões e fica a cinco léguas de distância de Aldeia Galega. Pegões é um lugar que tem dois edifícios feitos a modo de casas e se poderiam talvez chamar assim se tivessem quartos, salas, portas e janelas, mesas, bancos e cadeiras, camas e outras coisas desta espécie. Conseguímos um pouco de peixe que fora salgado não antes mas depois de cheirar mal. E com o peixe apresentaram-nos uma sopa de ervilhacas temperada com um azeite rançoso, que bastaria para envenenar o cavalo de mármore que ornamenta a escadaria do palácio real de Turim, juntamente com os dois de bronze que estão na praça de Placência [2] e até o de Troia, que não era nem de mármore, nem de bronze, mas de madeira. Que sabor tinham o peixe e as ervilhacas não sei, porque fiquei enjoado mal as cheirei e recorri aos mantimentos trazidos connosco de Lisboa e às uvas de Aldeia Galega, de que tinha um cesto cheio.

Depois do almoço, feitas mais três léguas de caminho sempre pelo arenoso deserto, chegámos aqui. As oito léguas de hoje valem vinte e cinco boas milhas das nossas e, tirando a célebre metrópole do falado Pegões, não se vê nenhuma casa em tão grande extensão. Imaginai que abundância de povo! Pelo caminho só vi de criaturas vivas dez ou doze pardalotes, sete ou oito cabras, outras tantas ovelhas e talvez cinco ou seis viandantes com as suas mulas ou burrinhos. De rios, ribeiros, nascentes e outras delícias semelhantes não se descobre o mínimo vestígio. E esta constante solidão, não se vendo outra coisa além dos arbustos e pinheiros, não ouvindo mais nada além das tristes canções dos nossos arrieiros, ou caleceiros, como lhes chamam aqui, acompanhadas por aquela suave música das campaínhas e chocalhos das mulas, com o sol que reverbera ardentemente naquele perpétuo areal, tudo

---

engano de leitura do manuscrito latino utilizado pelo primeiro que consignou esta palavra no vulgaritaliano. Resta lembrar que o *pareia* era, na mitologia clássica, uma serpente consagrada a Esculápio, e que a sua característica era a de andar erguida sobre a cauda, deixando um sulco no terreno por onde passava.

Menos problemas põe o *basilisco* (etimològicamente, «o pequeno rei»), serpente fabulosa que matava com o simples olhar, presente nas literaturas clássicas e medievais.

Encerram este serpentino cortejo os dragões, acerca dos quais talvez não seja necessário despender palavras.

[1] O trocadilho resulta em português incompreensível. O it. *stalla* significa "cavalariça, estábulo", e *stallaggio* é a estrebaria pública onde se deixam os animais mediante pagamento. A hospedaria portuguesa, estalagem, a que Baretti chama «stallage» várias vezes, teria tudo de cavalariça e nada de albergue para homens.

[2] *o cavalo de mármore ... palácio real de Turim*: refere-se ao que foi esculpido em 1663, para o monumento de Vítor Amadeu I em Turim, por Ferdinando Tacca (Carrara, 1619-Florença, 1686), um dos escultores mais elegantes do século XVII toscano. *Os dois de bronze, que estão na praça de Placência:* é sabido que entre 1612 e 1629 Francesco Mochi (Montevarchi, 1580-Roma, 1654) esculpiu na cidade de Placência estátuas equestres dos duques Alexandre e Rainúncio I Farnésio, inspirando-se nìtidamente nos modelos clássicos do «Marco Aurélio» do Capitólio de Roma, e nas duas mais célebres estátuas equestres de «condottieri»: o admirável «Erasmo de Gattamelata», obra de Donatello, e o magnífico «Bartolomeo Colleoni» de Andrea del Verrocchio.

isto junto, digo, torna o viajar tão doloroso, que é preciso ter realmente um desejo extremo de ver o mundo para suportar tanto mal-estar sem desanimar. E depois, à noite, para compensar os sofrimentos, vêm estas malditas estalagens que acabam por nos desfazer completamente. Contudo, fica a confortável esperança de que um dia estarei em minha casa com os meus irmãos, e então os dias parecerão horas; e depois do sol se ter posto há um bom bocado descansarei os ossos moídos num leito cristão, se Deus me der a graça de me conduzir a salvo no resto da viagem, como de Londres até aqui.

Esta tarde, quando desci da caleça, fui ver por fora uma casa baixa, mas com mais de seiscentos dos meus passos de comprimento, que pertence ao Rei Fidelíssimo [1]. Uma ala da casa (que palácio não se pode chamar) não está acabada. O Rei vem cá raramente e não creio que alguma vez a mande terminar, porque está num local feio, sem jardim e sem vista agradável. Não se pode dizer que tipo de arquitectura tem, porque as paredes são lisas e sem nenhuma coluna. As portas e janelas não têm nenhuma ornamentação e, tirando o seu comprimento, não merece sequer uma olhadela. Disseram-me que a vinte léguas daqui Sua Majestade tem um outro domicílio campestre, bastante magnífico e belo, chamado Vila Viçosa [2], mas como teria de me desviar do caminho umas tantas milhas para lá ir, e por consequência ficar algumas horas mais em Portugal, faço tenções de o não visitar.

Nas estalagens em que tive a desventura de me ver obrigado a entrar, isto é, em Cabeça, Mafra, Sintra e aqui, na estrada de Espanha, não se pode descrever a impertinência das mulheres que lá aparecem a arrulhar-nos, pedindo descaradamente algum dinheiro para comprarem fitas para as filhinhas e para elas mesmas, e depois, quando lhes fizemos a vontade, pedem alguma coisa para a irmã ou para a prima, e depois para os maridos, ou para os pais, ou para as mães, ou para o diabo que as carregue. Encontrei em Pegões uma destas atrevidas mulheres que, andando-me à roda da mesa, quis primeiro um pouco de dinheiro e depois um pouco de torta que tínhamos trazido connosco, depois um pouco do nosso queijo de Lodi [3], depois quatro da nossas frutas cristalizadas, e depois um pouco das nossas uvas, e depois dois dos nossos pães, e depois queria ainda uma caixa pintada em que eu tinha não sei que coisas, e depois um leque que eu tinha na mão; e não há maneira de nos vermos livres delas mesmo se lhes dermos um olho, porque pediriam logo o outro e depois todos os trinta e dois dentes, e ainda a pele. E quando trazem

---

[1] Era o falado palácio de Vendas Novas, construído em 1728 para alojar por duas noites a comitiva real que fora levar ao Caia a infanta D. Bárbara, noiva de D. Fernando VI de Espanha, e receber D. Maria Vitória, noiva do príncipe D. José, futuro rei de Portugal. A construção do edifício foi confiada ao arquitecto Custódio Pereira e a execução durou nove meses. Dizem vários autores que custou um milhão de cruzados e é apontado como uma das exorbitâncias do Rei Magnânimo.

[2] No original: *Villaviciosa*, à espanhola.

[3] Queijo análogo ao parmesão, produzido na zona de Lodi (Itália do Norte). O Autor emprega o adjectivo *lodigiano*, que se tentaria aportuguesar em *laudisão*, do lat. *Laus [Pompeia]*, denominação antiga da cidade de Lodi.

a conta parece que nos deram manjares de oiro a comer e bebidas de prata a beber, tão grande é a quantia a que a fazem subir. Diga-se isto para dar uma amostra da modéstia e esquivez das mulheres plebeias de Portugal.

Os caleceiros, os estalajadeiros e em geral todos os homens de baixa condição, se por acaso nos pusermos a falar com eles, respondem de cabeça descoberta, mas com familiaridade e franqueza fraterna e não são nada envergonhados nem tímidos. Lembro-me de que uma manhã em Lisboa mandei chamar um barbeiro para me barbear. Veio o senhor, sorrindo gentilmente; regozijou-se com a minha vinda a Portugal enquanto me aconchegava a toalha; ensaboou-me o queixo com fúria, depois de ter aspirado com muita calma uma pitada de rapé que me pediu. Enquanto me fazia a barba [1], informou-me de muitas coisas que supunha serem-me desconhecidas, como por exemplo, que em Portugal faz muito calor, que as uvas e os figos são bastante abundantes, que o peixe existe em quantidade porque o mar fica próximo e que os limões e as laranjas não faltam. Depois disse-me que a navalha, com a qual me arabescava a cara para me cortar o pêlo, era de Barcelona. Quando uma face ficou barbeada, parou e perguntou-me qual a opinião que eu tinha dos seus compatriotas, e respondendo-lhe eu que ainda os não conhecia porque tinha chegado há pouco, informou-me que «os portugueses estão muito valerosos»; e bravateou à minha frente uma meia hora com a lâmina levantada, narrando-me que os portugueses saíram sempre vencedores nas batalhas contra os espanhóis e que todo o espanhol treme como uma folha ao nome dos portugueses, e que um só português basta para fazer fugir meia dúzia de espanhóis, e outras tagarelices que tais; e não houve maneira de se dispor a barbear-me a face esquerda como fizera com a direita, senão depois de aniquilar as duas Castelas. Há em Portugal tantos Gradassos e Rodamontes [2] como aquele barbeiro, que o número dos tolos e dos mandriões não é maior; e em cem portugueses não quero dizer quantos são tidos como mandriões e ineptos.

Todas as nações limítrofes se odeiam mùtuamente e não conheço nenhuma na Europa que faça excepção a esta regra, tirando a milanesa que não é odiada por nenhuma das suas vizinhas. Mas o ódio que os portugueses têm aos espanhóis é tal que se assemelha à raiva; e os espanhóis não têm ódio, mas

---

1 A forma empregada por Baretti, «barba facendo», é um decalque da expressão usual «strada facendo», isto é, enquanto se caminha, durante ou ao longo do caminho.

2 GRADASSO — Nome de uma famosa personagem do «Orlando Innamorato» e do «Orlando Furioso»: sarraceno, rei de Sericana, guerreiro destemido. O antropónimo — célebre na tradição dos grandes poemas cavaleirescos — passou para a categoria de nomes comuns, com o sentido de «fanfarrão, ferrabrás, mata-mouros, valentão», ficando no uso corrente e ainda hoje bem vivo.

RODOMONTE: é este o nome de um altivo e intrépido guerreiro também do «Orlando Furioso». O antropónimo tomou mais ou menos os mesmos significados de «gradasso» e, como este, é termo ainda hoje bem vivo e vital na linguagem italiana corrente, embora menos frequente.

desprezo pelos portugueses, de quem dizem proverbialmente «Portugueses —, pocos y locos».

Consta que em Portugal há também uma grande quantidade de ladrões. Ao partir esta manhã, perguntei ao senhor D. Manuel, meu caleceiro, por que é que os varais da sua caleça não têm aquela espécie de estribo em que se põe o pé facilitando a subida. «Em esta terra furam todo» [1] respondeu-me ele: isto é, roubam tudo nesta terra. E esta sua lacónica resposta servirá de aviso ao leitor: quero dizer que me fará vigiar as minhas bagagens, coisa que me foi bastante recomendada em Lisboa por todos os que afirmam conhecer a plebe portuguesa, que tem fama entre os próprios nativos, quanto mais entre os estrangeiros, de ser mais dada a surripiar o alheio do que os ciganos e os tártaros.

Mas as pálpebras pesam-me e sinto que a minha cachola foi um pouco aquecida demais pelo sol; por isso vou deitá-la sem jantar no meu fidelíssimo enxergão, até ao despontar da alba que não deve demorar mais de três horas a aparecer.

Adeus.

CARTA TRIGÉSIMA QUARTA

Arraiolos, 19 de Setembro de 1760

«Fratres dilectissimi», estou a escrever numa mesa vacilante, sentado num escabelo no qual a rainha Lanfusa deu à luz Ferragudo [2]. Oh, quando me apanhar fora deste Portugal! Mas ainda bem que nestes desertos, como nos dos romances, se topam com aventuras amorosas! Ouvi uma. Esta manhã, em Vendas Novas, tive que brigar com dois cavaleiros por amor de uma bela. Mal tinha levantado o meu cansado corpo do benemérito enxergão, entrou no meu quarto, *idest* caverna, uma suja mulher que ontem à noite, à força de me importunar, me tinha sacado uma a uma do bolso algumas moedas de prata: uma para um seu menino e depois uma para uma sua menina e mais uma outra para uma sua outra menina e ainda uma para um seu outro menino. Mal a vi aparecer-me à frente adivinhei o que queria e, por isso, disse-lhe com um ar muito colérico: «Havéis otros muchachos y muchachas, cara de puta»? [3] Nunca eu tivesse pronunciado aquele «cara de puta», porque

---

[1] O verbo *furão*, que vem no original, talvez se deva a uma analogia com o verbo italiano, hoje obsoleto, *furare* = roubar.

[2] LANFUSA é, nos poemas de cavalarias do Renascimento italiano, a mãe do guerreiro Ferraú.

FERRAÚ ou *Ferragú* ou *Ferraguto* é um guerreiro do «Orlando Furioso», enamorado de Angélica e portanto rival de Orlando, que acabará por o matar depois de várias peripécias. Talvez não seja descabido notar que Ferraguto é também um apelido ainda vivo em Itália, e que o seu pretendido étimo «ferro acuto» não é confirmado pela forma francesa correspondente e coeva: «Fernaguz». Problema etimológico ainda por resolver.

[3] Isto é: tendes mais filhos e filhas, cara de puta? *[N. do A.]*.

a indecente, esquecendo-se ingratamente da minha repetida liberalidade da véspera e não suportando ouvir-se chamar pelo nome, como se fosse de raça principesca, começou a injuriar-me, berrando como uma endemoninhada. Aos seus gritos acorreram dois robustos patifórios com asper nas ao léu e ouvindo à senhora [1] que eu lhe tinha com muito pouco respeito chamado «cara de puta», arregalaram-me os olhos, e como quisessem começar a esbravejar e a insultar-me, tendo até um deles metido a mão no bolso como para puxar de uma faca, vi-me constragido a empunhar uma pistola curta, à vista da qual e ao estalar do gatilho os dois patifes e a mulherota quase iam partindo o pescoço pela estreita e íngreme escada abaixo. E o valentão do Baptista, que acorrera ao barulho com o chifarote desembainhado, protegeu-me a retirada enquanto eu subia para a caleça, de forma que antes daqueles heróis terem tempo de se refazerem do medo, vi-me fora da estalagem.

Almoçámos em Montemor, cidade a quatro léguas de distância de Vendas Novas, onde o padre dominicano que vinha connosco desde Aldeia Galega nos abandonou para seguir noutra direcção. Separámo-nos com muitos e cerimoniosos oferecimentos recíprocos, porque ele estava contente por ter sido convidado durante o caminho a participar das nossas refeições à inglesa, e eu ficara satisfeito com ele na aventura amorosa desta manhã, porque quis ser o último a subir para a caleça, para impedir que algum habitante de Vendas Novas armasse alvoroço atrás de nós.

Viemos passar a noite aqui a Arraiolos. Que lindos nomes polissilábicos têm estas miseráveis aldeias portuguesas! Aldeia Galega, Pegões, Vendas Novas, Arraiolos! [2] Quem acreditaria que tão belos nomes fossem dados a coisas tão feias! Quando nos apeámos encontrámos uma estalagem tão má, que mandei o Baptista ver se conseguiria induzir o padre superior de um convento próximo a dar-nos duas camas, oferecendo-lhe eu vinte missas pelas almas do Purgatório; mas Sua Reverência não quis ter sob o tecto «dos hereses ingleses» [3]. O tolo do Baptista pensou que me fazia um serviço dizendo «dois fidalgos de Inglaterra», e o serviço foi que, ainda por cima, apanhei daquele frade o nome de herético. Enviei-o também a casa do cura para o apiedar, mas o bom homem mostrou ao Baptista o seu estreitíssimo tugúrio para o convencer que não lhe era possível fazer-nos a vontade; e não contente com um tão belo acto de cortesia, pôs uma capa às costas para fazer frente à chuva que começava a cair rija e foi indicar-lhe uma outra estalagem com chão e telhado, coisas que faltavam ambas à primeira em que nos tínhamos apeado. Por isso mandei logo levar para lá a nossa bagagem, depois de uma não breve altercação com o estalajadeiro que se sentiu desonrado

---

[1] *ouvindo à senhora*: perde-se grande parte da carga irónica contida na frase «sentendo da madonna». O termo que o autor emprega, usado pelos antigos poetas de amor italianos, faz um contraste grande e cómico com a figura que nos apresenta.

[2] Compete dizer que esses bonitos nomes são todos estropiados por Baretti e, regra geral, espanholizados. Por que usou formas castelhanas, quando as devia ouvir correctamente pronunciadas, é um facto estranho.

[3] Dois herejes ingleses. *[N. do A.]*.

com a nossa preferência por um seu rival, e tivemos de lhe pagar muito bem o incómodo que lhe demos em descer da caleça à frente do seu nobre albergue.

Depois de ter comido alguma coisa na nova estalagem pus-me a garatujar isto; e é bom que eu me tenha resolvido a assim fazer todas as noites, porque assim desafogo o nervosismo e alivio um pouco a exasperação que me rói, por me ter deixado enganar pela curiosidade e ter vindo viajar para estas paragens bárbaras e desertas.

De Vendas Novas para cá a região não é tão plana como de Aldeia Galega até Vendas Novas, mas ainda não se pode chamar montanhosa. A alguma distância da estrada vêem-se pequenas colinas revestidas de vegetação e a cidade de Montemor estende-se por uma meia milha, com as casas todas caiadas por fora; mas pelo que pude observar deambulando por ela, todas estas casas são habitadas por pelintrório e não vi uma só cara de abastado. Em Montemor o terramoto não causou grandes danos; mas mesmo que a tivesse arruinado, pouca gente teria caído do primeiro andar, porque é uma cidade construída ao gosto chinês, isto é, só com rés-do-chão. Arraiolos ainda não o vi, porque está a chover; amanhã, se vir alguma coisa, sabê-lo-eis à noite. Entretanto, adeus.

Pós-Escrito — e ainda de Arraiolos, às quatro da madrugada, a 20 de Setembro.

O principal objecto dos meus pensamentos, há já tantos anos quando andava enamorado, parece-me que de Clóris ou Fílis ou Amarílis [1], ou qualquer outra renegada dessa laia. E lembro-me que nesses felizes anos escrevia versos, num estilo entre Petrarca e Zappi [2], de enternecer o pedestal de uma coluna de ordem toscana. Mas que versos conseguiriam enternecer os colchões nos quais velei estas cinco ou seis horas? Qual foi o meu gravíssimo pecado

---

[1] São as inspiradoras arcádicas. O Autor refere-se, com o sorriso do homem maduro, às suas experiências juvenis dentro dessa orientação.

[2] *Uno stile cosi tra il Petrarca e il Zappi*: por outras palavras, um estilo insuportàvelmente requebrado e dengoso. Neste remoque, Baretti sai a terreiro não já contra Petrarca, mas sim contra o estafado e vácuo maneirismo arcádico, aqui simbolizado azedamente na pessoa de Giovan Battista Zappi, natural de Ímola (1667-1719), um dos 14 «poetas» fundadores da Arcádia italiana (1690). Zappi foi, por sinal, o menos mau dentre eles, e melhor do que ele foi a esposa, a poetisa Faustina Maratti Zappi; mas a Arcádia teve em Baretti um inexorável e tonitruante inimigo. Que este agora aproveite o ensejo para arremessar uma seta contra aquela academia, na pessoa de um dos seus mais autorizados expoentes, fàcilmente reconhecerá quem se lembrar das palavras raivosamente sarcásticas que dedica ao Zappi logo no artigo de abertura do primeiro número da «Frusta Letteraria». [Roveredo, primo Ottobre 1693]. Ouçamo-lo: «...Il Zappi poi, il mio lezioso, il mio galante, il mio inzuccheratissimo Zappi, è il poeta favorito di tutte le nobili damigelle che si fanno spose, che tutte lo leggono un mese prima e un mese dopo le nozze loro. Il nome del Zappi galleggerà un gran tempo su quel fiume di Lete, e non s'affonderà sintanto che non cessa in Italia il gusto della poesia eunuca. Oh cari quei suoi smascolinati sonettini, pargoletti piccinini, mollemente femminini, tutti pieni d'amorini!».

que me trouxe por estes caminhos, por estas Aldeias Galegas, por estas Vendas Novas, por estes Arraiolos? Ontem à noite, quando com a ajuda daquele bom cura encontrei esta estalagem menos má do que a outra, animei-me todo vendo neste quarto um montão de dez ou doze colchões; e ordenei logo ao Baptista que não pensasse no enxergão, e que preparasse depressa um unguento para as minhas pisadas costas com quatro daqueles colchões. Mal estavam colocados uns sobre os outros, com os nossos lençóis estendidos por cima, despi-me com mais pressa do que Ruggiero [1] quando desceu do Hipogrifo para o prado com a rainha do Cataio, depois de a ter libertado do monstro da ilha de Ebuda. Mas oh infelicidade infinita, infanda, imensa, imensíssima! Aqueles quatro colchões, graças à lã de carneiro, isto é, à crina de burro que lhes tinha sido posta dentro como projécteis de espingarda [2], formaram um conjunto tão duro e tão áspero sob o peso [3] do meu corpo, que nenhum penitente no deserto teve um leito tão empedernido como o meu. Oh enxergão, enxergão, torno a exclamar como a Colombina! Ai de mim, que de agora em diante tenho de recorrer constantemente a ti e bajular-te, acariciar-te e prometer-te amor e fidelidade para que me não tornes a abandonar! Não há remédio: o enxergão será daqui para o futuro a melhor personagem desta comédia, agora que me certifiquei destes colchões traidores.

Mas dom Caleceiro grita que quer partir e as mulas sacodem os chocalhos; por isso, amaldiçoando ambas as estalagens de Arraiolos, faço-vos, meus irmãos, uma humilíssima vénia.

CARTA TRIGÉSIMA QUINTA

Estremoz, noite de 20 de Setembro de 1760

Nem sempre ri a mulher do ladrão, nem sempre chora quem viaja em Portugal. Esta noite há qualquer coisa de alegre para dizer, depois de tão implacável sofrimento. Terei uma má noite, é verdade, a isto não se pode fugir; dormirei no chão como costumam os cães e os portugueses, mas uma boa bola veio cair na minha braçadeira, isto é, caíu-me em cheio no tinteiro um assunto alegre; por isso, cabe-te a ti, pena minha, tirá-lo de lá e haveres-te com brilho, para animar os meus pobres irmãos que se arrepelam e consomem de raiva lendo todos estes meus desastres. Todavia, para não pôr o carro adiante dos bois, vou retomar o fio da minha lamentável história desde que esta manhã subi para a caleça.

---

[1] *Com mais pressa do que Ruggiero.....*: reminiscência ariostesca («Orlando Furioso», canto X, oitava 114). A rainha do Cataio é a lindíssima Angélica, que Ruggiero na Ilha de Ebuda liberta da voracidade hedionda da Orca e leva no Hipogrifo para um ameno prado da Bretanha. Escusado será acrescentar que o equivalente português do italiano *Ruggiero* é *Rogério*.

[2] Isto é, do antigo arcabuz.

[3] O Autor emprega, intencionalmente, um arcaísmo: *pondo*.

Ao atravessar Arraiolos, dei uma olhadela a um antigo e sombrio castelo que está num alto a ranger os dentes, isto é, tem umas ameias com os cantos partidos, que, necessitando-se de uma rima, se poderiam comparar aos dentes de um babuíno velho quando sorri. As colinas que rodeiam Arraiolos não fazem má vista ao longe. Até à Venda do Duque vêem-se pela estrada, aqui e além, muitas azinheiras de bolota e algumas oliveiras, mas nenhum vinhedo. Às dez horas chegámos à tal Venda do Duque, isto é, a uma casa isolada, onde creio que se abrigam todas as noites a fome, a raiva e outra tropa semelhante. *Quare* aquele albergue de salteadores é chamado Venda ou hospedaria do Duque, é um ponto de etimologia que não encontrei quem mo decifrasse. Talvez essa estalagem tenha sido mandada construir «ab antiquo» pelo duque Ganelão que, no dizer dos nossos primeiros autores de romances e poetas, foi um traidor famoso nos tempos de Marsílio, rei de Espanha e de Portugal. Depois de termos comido à pressa um bocado das coisas que tínhamos connosco, e de o termos pago ao da Venda como se tivesse sido fornecido por ele, não quis esperar sequer que os caleceiros [1] acabassem de roer o esqueleto de um coelho que lhes fora trazido para almoço e, deixando para trás o senhor Eduardo, meti-me a caminho a pé, com tanta fúria que andei duas léguas e meia antes de ser alcançado pelas lentas mulas. O sol estava resolvido a abrasar-me, mas uma amorosa aragem opôs-se ao seu cruel desejo. Metendo-me por atalhos nos campos, observei diversas plantas que não creio nasçam em Inglaterra e, até onde os olhos podem lembrar-se, também não nascem na parte de Itália que conheço. Por aqueles campos há grande abundância de uma espécie de fino rosmaninho de delicadíssimo aroma e, em quantidade enorme, um certo arbusto cujas folhas são viscosas e fedorentas e das quais, segundo me disseram, se servem os curtidores para preparar as peles e outros artesãos para fazerem fogueiras. Má coisa não se ser botânico quando se viaja a pé! O nosso jovem Dr. Alione e o meu Marsili de Pádua [2] ter-me-iam invejado a felicidade de poder errar à minha vontade nas vizinhanças da Venda do Duque, e eu ter-lhes-ia cedido o meu privilégio por esta pitada de rapé que estou a tomar agora com a mão esquerda, enquanto com a direita continuo a dizer que, quando o Dr. Marsili esteve comigo em Londres, às vezes ia dar uma volta com ele pelo jardim botânico de Chelsea [3] e perguntava-lhe os nomes dumas ou doutras plantas, mas daí

---

[1] No original: *calesseros*.

[2] Refere-se ao doutor Carlo *Allioni* (e não Alione, como erradamente grafa Baretti), médico e botânico (Turim, 23 ou 3-IX-1728 // 30-VII-1804), cientista insigne, professor de Botânica na Universidade de Turim de 1760 a 1781, autor de muitas obras, dentre as quais avulta a monumental «Flora Pedemontana» (1785, com um «Auctarium» publicado em 1789) que lhe mereceu o apodo de «Lineu italiano». E *Marsili* é o notável estudioso véneto Giovanni Marsili (1727-1795), professor de Botânica na Universidade de Pádua e amigo pessoal de Giuseppe Baretti, que se lhe refere nos números IX e X da «Frusta Letteraria», e mais amplamente na carta XLIII da Primeira Parte da «Scelta di lettere familiari» (1779).

[3] Aldeia a uma milha de distância de Londres. *[N. do A.]*.

a momentos estavam esquecidos; e toda a minha botânica consiste apenas no conhecimento dos simples bons para comer, como por exemplo a alface, a chicória, o alho, a cebola, o nabo, o rabanete e outras plantas e raízes desta espécie, das quais os cristãos fazem uso quotidiano. E de todas as plantas exóticas só conheço e gosto do ananás, fruta dos trópicos que, segundo ouvi dizer, se vai introduzindo em muitas regiões de Itália, e que espero me será oferecido a comer pelo mencionado Marsili quando estiver com ele em Pádua, porque aprendeu muito bem a sua cultura em Londres. De modo que, meu caro Marsili, desculpa por escrever aqui isto do ananás, porque o faço por lembrança, isto é, para me lembrar de comer o ananás que me darás a seu tempo, embora eu não tenha nascido como tu para ser discípulo de Tournefort e de Lineu [1] e a botânica, se não for da comestível, não me fique na memória.

Do alto de todas as colinas que ia subindo a pé, descortinava um não sei que edifício num cimo longínquo, que não conseguia definir o que fosse. Olha que olha, caminha que caminha, o vidro da luneta disse-me finalmente que era uma cidade fortificada à moderna. Uma tal visão não é nada para quem viaja por terra familiar e cheia de casas; mas para uma pessoa que anda durante três dias por uma região selvática e despovoada, para uma pessoa que na extensão de cinquenta, ou sessenta, ou setenta milhas não encontra senão um Pegões, ou uma Venda do Duque, para uma pessoa que num dia inteiro vê apenas um homem, duas cabras e quatro pardais, a visão de uma cidade fortificada à moderna é um panorama que lhe alegra a vista, é uma coisa que lhe abre um pouco o coração e nele introduz um pouco de alegria. E essa alegria tornou-se grande de repente, quando, alcançado pelos caleceiros que me pusera a esperar estendido debaixo de uma árvore, soube que essa cidade era Estremoz e que lá, e já não numa Venda, passaríamos a noite. À boa notícia atirei-me para a caleça e toca a andar.

Quando chegámos à porta, que tem uma estátua de N.ª Senhora no cimo, uns soldados que estavam lá de guarda rodearam-nos e um oficialzito miseràvelmente vestido, mas corajoso como um Pátroclo ou um Brandimarte [2] se tivesse de lutar com um estufado, apresentou-se à minha caleça e pediu-me imperiosamente o passaporte. O passaporte tirei-o da algibeira com muita gravidade, abri-o com toda a calma e pus-lho na mão sem pronunciar uma sílaba. Era um passaporte que o conde de Kinnoul [3] me tinha arranjado em Lisboa, por intermédio de D. Luís da Cunha [4], Secretário de Estado.

---

[1] *Tournefort ... Lineu.* Por sobejamente conhecido, não precisa Lineu de esclarecimentos. O outro é Joseph Pitton de Tournefort, notável botânico francês, que nasceu em Aix em 1656 e faleceu em Paris em 1708. Autor de várias obras, deve-se-lhe também um sistema de classificação científica, que Lineu em parte conservou.

[2] *Brandimarte* é, no poema de Ludovico Ariosto, o amigo predilecto e fraterno de Orlando, guerreiro valente e terno, enamorado de Fiordiligi. Morto em combate por Gradasso, chora-o perdidamente Orlando, e Fiordiligi morre de dor ao pé do túmulo.

[3] Veja-se nota 3, a p. 412.

[4] Veja-se nota 1, a p. 440

O oficialzito não devia ter cansado muito a memória com o abêcê, porque o olhou às avessas, como maliciosamente eu lho tinha posto na mão, fingindo no entanto que o lia a resmungar um pouco. Entretanto o Baptista saltara da carruagem e, conhecendo o costume da terra por já ter passado outras vezes por esta estrada, tirou com poucas cerimónias o passaporte da mão daquele audaz Mandricardinho [1], pediu que um soldado fosse com ele junto do Governador e ordenou-me autoritàriamente a mim, seu antigo e novo patrão, que continuasse a viagem com o senhor Eduardo até à estalagem. Ao entrar na cidade, oh que espectáculo inesperado! Topámos, irmãos, com um grupo de mascarados que rodearam a nossa carruagem. Esses mascarados, modificando as vozes e com gestos e modos burlescos, disseram-nos em português mil e uma coisas espirituosas, das quais não percebi uma única «palabra» [2] porque garrulavam todos ao mesmo tempo, como os grilos e as rãs nos nossos prados nas noites de Verão. O ruído das caleças e das máscaras atraiu às janelas, à medida que íamos avançando, uma multidão de mulheres que eu fui esquadrinhando com a luneta, sem que elas mostrassem aborrecimento por serem assim olhadas através de um vidro.

E aqui, já que vem a propósito, quero dizer que não têm nenhuma razão muitas das nossas damas e fidalgas de Itália, que quando se sentem miradas por uma luneta cobrem logo desdenhosamente a face com o leque, como se quem as mira assim fosse um basilisco, capaz de as envenenar com o olhar. Então porque um homem de bem tem a desgraça de ter a vista curta, deverá ficar privado do privilégio de contemplar um momento as suas belezas? Que justiça é esta, minhas senhoras? É tão justo como se proibísseis a comida a uma pessoa porque perdeu os dentes, ou se quisésseis obrigar uma outra que tem as pernas tortas a não usar sapatos. Quando uma mulher bonita nota que está a ser mirada com a luneta por algum cavalheiro meio-zarolho, a justiça e a caridade requerem, pelo contrário, que ela se aproxime um pouco mais, para que possa ser mirada sem a ajuda do vidro. E vamos, minhas senhoras, deixai-vos mirar com ou sem luneta e não façais destas grosseiras e rústicas desfeitas a quem não tem boa vista, porque algum deles poderia até escrever um soneto em vosso louvor e levar o vosso nome a tornar-se glorioso por todos os séculos, em algum futuro tomo da colecção de Gobbi [3].

---

[1] *Mandricardinho*. O sufixo neste caso não tem valor diminutivo, mas sim depreciativo: um Mandricardo de trazer por casa. Escusado será lembrar que Mandricardo é personagem proeminente da terceira parte do «Orlando Innamorato», de Matteo Maria Boiardo, donde passou para o «Orlando Furioso»: um guerreiro bárbaro e bizarro, símbolo dos conquistadores tártaros que na Idade Média subverteram a Ásia e puseram em alvoroço a Europa.

[2] Em espanhol, no original.

[3] *Raccolta del Gobbi*. Em Itália «il Gobbi» é, por antonomásia, uma famosa selecta poética, em quatro volumes, impressa no século XVIII: *Scelta di Sonetti e Canzoni de' più eccellenti Rimatori d'ogni secolo* (Bologna — Tip. Pisarri, 1708-1709). Várias vezes reeditada em Veneza, foi-lhe a certa altura arbitràriamente acrescentado um quinto volume. Organizador da selecta foi Agostino Gobbi (e daí a denominação sintética de «il Gobbi»),

Mas também quero advertir certos grosseiros que, tendo gasto a vista sabe Deus como e sendo obrigados a usar lentes, costumam plantar a luneta na verecunda face de uma beldade por um espaço de tempo tão indiscreto que não há maneira de os suportar, porque a põe em perigo de fazerem voltar-se para ela demasiados olhos, o que se torna sempre bastante desagradável para as mulheres susceptíveis de modéstia e de espírito delicado e senhoril.

Enfim, as mulheres de Estremoz às janelas e as más caras na rua, todas riam como loucas, e como loucos ríamos também o senhor Eduardo e eu. Chegámos à estalagem, descemos da caleça, subimos para um quarto com o chão e o tecto fendidos, quebrados e transparentes como de costume. Pusemo-nos à janela que dá para a praça de armas e por todos os lados eram máscaras. E que máscaras! Um estava vestido de urso, outro de macaco. Uns tinham cornos na cabeça como os bois e outros uma cauda de cavalo pegada no traseiro. Havia quem trouxesse uma capa atada à cintura, à moda de saia de mulher, e quem tivesse as meias de duas cores. Muitos tinham uma golilha à espanhola e muitos um grande par de bragas à suíça. Muitíssimos traziam o cavaquinho e ponteavam desesperadamente. Saltavam às cavalitas um dos outros, como os nossos estouvados rapazes quando fogem da escola. Um tropel de tais mascarados veio debaixo da nossa janela e um deles ergueu um pau em nossa direcção, no cimo do qual estavam presos alguns papagaios de madeira mal feitos e mal pintados; e depois todo o grupo, rindo e zurrando como burricos, chamou-nos «monsú, monsú!». O que significavam aqueles papagaios não o consegui saber. Suponho, porém, que tinham subentendida qualquer coisa de muito portuguesmente espirituoso para ridicularizar os Franceses, porque por franceses nos tomaram. Outros mostraram a sua maravilhosa agudeza de espírito, fazendo-nos chapeladas e desbarretando-se longa e profundamente. Em suma, todos se divertiram muitíssimo à custa dos estrangeiros [1].

Regressou o Baptista de junto do senhor Governador com um escrivão, enviado por Sua Excelência para fazer uma coisa que foi uma novidade para mim, porque se sentou a uma mesinha, pediu tinteiro e pena e pôs-se a garatujar não sei o quê, e depois de ter escrevinhado durante três minutos voltou-se para mim e disse-me para me pôr de frente, porque queria anotar os meus «sinais», isto é, retratar-me com a pena; e de facto, por quanto pude deduzir, escreveu por baixo que o «Senhor Dom Joseph Baretti» é um homem mais alto que baixo, mais feio que bonito, com ar de louco mais do que de ajuizado, e coisas desse quilate, e depois de ter feito a mesma cerimónia ao senhor Eduardo e ao Baptista, e perguntado e escrito a idade de cada um, fez

---

mas o célebre bibliógrafo Bartolomeo Gamba (1766-1841) informa que, principalmente na escolha de poesias de Petrarca e dos petrarquistas do século XVI, teve parte preponderante um amigo de Gobbi, o matemático, letrado e poeta Eustachio Manfredi (Bolonha, 1674-1739), na Arcádia «Aci Delpusiano».

[1] Textualmente: *dos strangeros*, no original.

uma vénia, meteu-me na mão uma licença para sair amanhã de Estremoz, e ala.

Quando o escrivão se foi embora arranjámo-nos um pouco e saímos para ver a cidade, cujas casas são todas pequenas mas brancas como roupa lavada, de forma que não desagradam à vista. Em todos os cantos encontrávamos mascarados que, ao passarem, nos diziam sempre uma ou duas graças. Um bando, parou num local em que estavam umas senhoras à varanda, e um jovem bastante bem apessoado executou uma dança à portuguesa [1] com um outro rapaz vestido de mulher. Foi uma dança que me agradou muitíssimo pela agilidade e graça do mascarado. E se todos os portugueses bailam desta forma, para lhes dar o que merecem, é preciso confessar que em matéria de dança animada sabem muito mais do que os italianos, os ingleses e os franceses que, realmente, não têm nenhuma dança de duas pessoas que seja nem metade tão galante e tão ligeira à vista como esta que vi aqui; e o «trescone» dos Toscanos, a «furlana» dos Venezianos, a «corrente» dos Monferrinos, o minuete ou o «aimable» dos Franceses [2] são ninharias desajeitadas em comparação com esta dança portuguesa. A gente daqui e os espanhóis, especialmente os andaluzes e os granadinos, já nos séculos antigos ficaram famosos pelas danças, e as suas raparigas de pouca virtude iam então para Roma, dançar e enlouquecer de amor os antigos cônsules e os antigos tribunos, como as nossas bailarinas de hoje em dia fazem enlouquecer os nossos modernos marqueses e condes por toda a Itália. Valério Marcial falou das bailarinas béticas e gaditanas, isto é, do reino de Granada e do de Andaluzia (se não me engano), num seu epigrama; e Juvenal não se esqueceu de dizer todo o bem que aquelas antigas «virtuosas» mereciam que se

---

[1] *uma dança à portuguesa*: alude ao fandango, que o nosso Autor define da seguinte maneira na edição inglesa das suas «Cartas Familiares»: «a regular and harmonious convulsion of the whole body».

[2] O *trescone* (aumentativo de «tresca») é uma antiga dança campesina, característica da Toscana. O étimo remonta ao gótico «thriskan» = «debulhar (cereais na eira)», depois «dançar a tresca na eira». O termo «tresca» acabou por assumir o sentido de «relação ilícita». *Furlana* (nome de uma antiga dança italiana do Friul) é forma dialectal consagrada, por «friulana». Apesar da sua origem campesina, adquiriu foros de nobreza ao ser cultivada por compositores de altíssima craveira: por exemplo, por Johann Sebastian Bach na «Suite em Dó» para orquestra e por Maurice Ravel no «Tombeau de Couperin» para piano. *A «corrente» dos Monferrinos* é expressão que suscita bastante perplexidade, pois conhecemos duas danças distintas, a «corrente» e a «monferrina», mas não uma «corrente dos Monferrinos». Talvez se trate de duas danças diferentes, mas não vemos claramente com que base o nosso Baretti procede a essa «contaminatio» terminológica. Como quer que seja, cumpre-nos admitir que, sendo o Monferrato uma região do Piemonte, e sendo Baretti um piemontês, não seria natural que se enganasse ao escrever estas palavras... A «corrente» é uma dança de ritmo vivo, cujo primeiro exemplo conhecido remonta a 1577, e que esteve muito em voga em França no século XVII, como parte da «suite» instrumental, até ser suplantada pelo minuete. Também em Itália foi largamente cultivada pelos compositores. Carácter verdadeiramente popular tem, pelo contrário, a dança denominada «monferrina», de compasso 6/8 vivace, originária das terras do Monferrato, no Piemonte.

dissesse, nas suas sátiras [1]. Júlio César Escalígero [2], na *Poética*, também disse alguma coisa sobre as antigas danças destas regiões, que ainda agora se podem comparar perfeitamente com as danças que se usam nestas províncias. Felizmente para vós, meus irmãos, não tenho comigo nem Marcial, nem Juvenal, nem Escalígero. Quem me dera tê-los! Certamente não deixaria escapar a oportunidade de vos fazer uma maldita bartolada [3] de erudição com as malditas apostilas à margem, de forma que nunca teríeis visto uma tão maldita diarreia de sapiência.

Quando acabou a tal dança e os mascarados partiram, fomos visitar os dois principais conventos da cidade, mas não vi lá nada de singular. A única coisa foi que, da janela de um padre Agostinho, avistei um panorama bastante belo das colinas em torno da cidade, muito cheias de árvores.

Ao encaminharmo-nos para casa caímos numa nova mascarada, e não foi difícil perceber que era composta pelos soldados da guarnição. Os pobres tambores e pífaros, por falta de hábito de mascarados, tinham coberto a cabeça com um pedaço de véu negro e faziam um flautear e tamborilar que furava os tímpanos. Quando chegaram a um dado lugar, toda a militar mascarada fez alto, e um, que devia ser cabo ou sargento, tirou do bolso uma folha escrita e leu-a em voz alta. Esse pedaço de prosa, pelo que percebi, era uma proclamação ou edital, como lhe queiramos chamar. E o edital ordenava aos habitantes de Estremoz que fizessem festas e mascaradas por oito dias,

---

[1] *bailarinas béticas e gaditanas:* naturais da «Baetica» e da região de «Gades», a actual Cádis, eram famosíssimas na antiguidade romana, principalmente na época imperial, pelo sensualismo exasperado das suas danças. Valério Marcial (que era espanhol e devia conhecer perfeitamente usos e costumes da sua terra) referiu-se duas vezes — e em termos inequívocos [M. Valeri Martialis, *Epigrammaton* Liber Quintus: LXXVIII, vv. 25-28 ; Liber Quartus Decimus: *Apophoreta*, CCIII] — à lascívia acentuadíssima daquelas danças. O poeta latino Décimo Júnio Juvenal, homem hipocondríaco e misógino como poucos italianos o são, não deixou escapar a oportunidade para umas boas ferroadas em desabono das citadas mulheres. [Sat. XI, vv. 162-164].

[2] *Escalígero* é o erudito humanista italiano Giulio Cesare Scaligero, natural de Pádua (1484-1558), filólogo, poeta e teórico de Poesia, que no livro I, cap. 18, dos seus *Poetices libri septem...* (1561), escreveu as seguintes palavras acerca das antigas danças gaditanas: «...omnium corruptissima Gaditana, ut hinc etiam intelligas epigramma Valerii Martialis». Escalígero sem dúvida refere-se ao epigrama CCIII do Livro XIV de Marcial.

[3] *bartolada* — Baretti emprega neste ponto um neologismo da sua lavra, *bartolággine*, que no andamento ritmo-semântico decalca a palavra *balordaggine* (parvoíce, sandice): tudo em clave de humor, evidentemente... Mas é preciso esclarecer que na formação de «bartolaggine» entra um étimo bem definido, que é o apelido de Giuseppe Bártoli, natural de Pádua (1717-1795), professor de Arqueologia e de Língua Grega na Universidade de Turim a partir de 1745, homem de vasta e profunda doutrina, que a certa altura publicou uma longa série de considerações sobre um antigo díptico romano, de marfim, propriedade do cardeal Angelo Maria Quirini. Em 1750 Giuseppe Baretti atacou Bartoli com grande violência num «Primo cicalamento sopra le cinque lettere del Signor Giuseppe Bartoli intorno al libro che avrà per titolo: *La Vera Spiegazione del Dittico Quiriniano*», em que procurou afogar no ridículo e na censura íspida a «estulta e bastarda erudição», a «charlatanice literária» de muitos arqueólogos e pseudo-eruditos do século XVIII.

em honra da Senhora Princesa do Brasil, que já há meses se casou com o Senhor Dom Pedro, seu tio. Não consegui perceber todo o sentido do edital, que foi uma longa discurseira na qual se nomeou a Princesa, D. Pedro, N.ª Senhora, St.º António, S. Francisco, os frades, as monjas, a paz do reino, as danças, as máscaras, a liberdade e outras coisas que me pareceram reunidas um pouco profanamente, não achando que N.ª Senhora e os Santos, e os frades e as monjas estejam muito bem emparceirados com as máscaras e as danças. Mas os portugueses concebem as coisas um pouco diferentemente de nós e em tudo fazem misturas de sacro e de profano, que na nossa mais culta Itália já se não costumam fazer, como se faziam nos séculos menos críticos do que o nosso. Apesar disso, ainda hoje cometemos, como os Portugueses, alguns despropósitos desta natureza, por uma razão que não quero dizer.

A noite fez-se finalmente escura; por isso fomos ao jantar que o Baptista tinha preparado lauto, para nos refazer do pequeno e apressado almoço que fizéramos de manhã, na suja e miserável Venda do Duque.

Agora vou deitar-me no meu enxergão a lastro (torno a dizê-lo e infelizmente tornarei ainda outras vezes); mas vi as máscaras de Estremoz e estou contente como uma noiva. Só queria saber por que é que se esperou tanto tempo depois do casamento da Princesa para o festejarem: mas ninguém me sabe dizer a razão.

Resolvi-me finalmente a ir amanhã a Vila Viçosa, embora para lá ir tenha de alongar a estadia em Portugal de meia jornada ou mesmo um dia inteiro. Ruminando hoje no que me escapou da pena na outra noite, em Vendas Novas, a propósito de ir ou não a esta vila, envergonhei-me de ter mostrado tão pouco coração; por isso, para me castigar, quero lá ir amanhã de manhã, apeteça-me ou não. Que importa uma má noite a mais ou a menos numa estalagem? De modo que é provável que a carta de amanhã à noite seja muito longa, porque gosto de fazer descrições longas. Vós porém, irmãos, não me deveis estar agradecidos por todo o tempo que vos dedico, escrevendo diàriamente ou, para melhor dizer, nocturnamente, todas estas belas coisas. Faço-o para retardar a hora que me há-de trazer o aborrecimento de me deitar no enxergão nestas estalagens cheias de pulgas e piolhos; geralmente só abandono a pena quando me sinto a cair de cansaço e de sono como agora.

Adeus.

CARTA TRIGÉSIMA SEXTA

Elvas, 22 de Setembro de 1760, às três da madrugada

Foram vãos os esforços que fiz para conseguir uma cópia do edital que anteontem à noite, em Estremoz, ouvi ler àquele cabo; por isso tende paciência, irmãos, por ficardes sem a tradução que tencionava fazer-vos daquele longo bocado de eloquência lusitana. Ofereci uma moeda de ouro, bastante

considerável aos olhos de um pobre soldado, para que ma obtivesse do seu pobre cabo, mas em poucas horas não se pode fazer nada. Não consigo conformar-me com a perda de tão preciosa cana para pescar mais um pouco do carácter português!

Esta manhã, ou antes, ontem de manhã às cinco horas (olhai para a data), fomos despertados por quatro tambores que, com os seus instrumentos, vieram desejar-nos boa viagem: costume inventado pela pobreza militar, que se não pode descrever quanto brilha nas fardas soldadescas em Portugal. Na verdade, a maioria dos soldados só tem de bom os bigodes, que usam tão compridos quanto a natureza do pêlo autoriza. Se andassem bem vestidos e calçados, aqueles longos, bastos e retorcidos bigodes não fariam mau efeito. Outrora, os soldados de todos os países usavam esse ornamento masculino sob o nariz. Não sei por que é que já o não querem usar; todavia, não se pode negar que um bom par de bigodes não dê um ar de intrepidez guerreira aos senhores sequazes de Marte.

Como já vos disse, tinha resolvido ir a Vila Viçosa, depois de reflectir que talvez nunca mais tivesse oportunidade de visitar aquele lugar. O senhor Eduardo resignou-se com um pouco de má vontade à minha vontade, porque, muito mais do que eu, está maçado com a nossa incómoda viagem por estas incultas regiões; contudo acedeu ao meu desejo. Chegámos lá em poucas horas e, tendo-nos apeado na hospedaria, mandámos uma mensagem ao guarda do palácio real, que cá tem o nome de xerife, palavra derivada da antiga língua saxónia, na qual significava exactamente «guarda da casa». Na mensagem a este senhor rogávamos que autorizasse dois estrangeiros a visitar o palácio, e ele, com suprema cortesia, acedeu imediatamente aos nossos desejos, mandou-nos à estalagem um gentil-homem com as chaves e, muito polidamente, estava ele próprio à nossa espera no topo da escadaria, quando lá chegámos um pouco depois. A nossa visita não durou muito, porque não há muito para ver. Numa sala bastante grande estão pintados ao natural, à roda da abóbada, reis, rainhas, príncipes e princesas. Noutra estão pintadas, também na abóbada e por um pincel muito medíocre, não sei quantas virtudes cardinalescas [1]. Numa outra, Hércules que combate com o leão nemeu, mas tanto o filho de Alcmena como o animal estão tão mal feitos que quase precisam de uma legenda a declarar qual é Hércules e qual o leão. As outras salas, não vale a pena dizer como estão historiadas. Os móveis da casa são bastante pobres. A arquitectura da fachada é tão má que à primeira vista parece gótica, embora, depois de a olhar melhor, se compreenda que o arquitecto pretendeu fazê-la toscana na parte inferior e iónica na superior. Na pequena cidade de Vicência há pelo menos dez edifícios maiores e incomparàvelmente

---

[1] Isto é, *virtudes cardeais*. Tivemos de conservar o italianismo burlesco *virtù cardinalesche* (normalmente seria *virtù cardinali*) para não destruir o ar de gracejo que caracteriza essa expressão típica da poesia joco-séria, e cujo primeiro exemplo se encontra (que saibamos) no canto XVIII, oitava 128, do *Morgante*, de Luigi Pulci (1432-1484), e ainda no verso 161 do *Capitolo di papa Adriano*, de Francesco Berni.

mais belos do que o de Vila Viçosa e, com os dez todos juntos, os Vicentinos não fazem metade do barulho que os Portugueses com este só, o qual nem sequer se pode chamar palácio real, porque foi mandado construir por um duque de Bragança [1] antes de um seu sucessor se apoderar do reino. No tempo dos antigos reis de Portugal, e depois quando Portugal se tornou uma província do vasto reino espanhol sob o domínio sucessivo dos três Filipes, segundo, terceiro e quarto, o palácio de Vila Viçosa era a residência do senhor de Bragança, primeiro dos três duques de que Portugal se orgulha, ou melhor, se orgulhava naqueles tempos. É provável que então o seu interior fosse um pouco melhor do que é agora, isto é, que o palácio tivesse móveis um tanto melhores do que agora tem.

Ao lado do palácio está uma casa pouco vistosa que pertence ao já nomeado Sr. D. Pedro, mas nessa não nos foi permitido entrar, não sei porquê. Junto encontra-se a capela que chamam real, pequena e de nenhuma beleza: há contudo lá dentro alguns castiçais de prata bastante grandes e lampadários também de prata, maciços. À frente da casa do Sr. D. Pedro há um jardim estreito e arruinado, e atrás do palácio um horto que não merece um olhar. A aldeia não tem nada de notável e numa colina vizinha está uma feia cidadela, cujas muralhas vão caindo aos bocados, como as de Estremoz. Em caso de assédio, creio que estas duas fortalezas não se manteriam firmes por três dias contra uma bateria de espingardas ou de falconetes. O senhor xerife, que foi a melhor coisa que encontrámos em Vila Viçosa, deu-nos licença de atravessar o parque real nas nossas caleças, favor que nos encurtou e melhorou o trajecto. O parque estende-se por muitas milhas, mas parece mais um deserto do que um parque. Tem algumas dúzias de gamos e, quando algum se mostrava, os nossos caleceiros punham-se a gritar para os fazerem correr; mas embora essa corrida fosse um motivo de gáudio para os caleceiros que nunca tinham visto gamos e para dois criados do xerife que nos acompanhavam para nos ensinarem o caminho, a mim não me deram alegria nem tristeza, porque já vi milhares e milhares em muitos parques belíssimos da Inglaterra, onde qualquer pessoa pode comer da sua carne desde que a possa pagar três vezes mais cara do que a de vitela ou de vaca (e realmente, para meu gosto, é também três vezes mais gostosa do que a carne de vaca ou de vitela).

Quando saímos do parque, tivemos de subir e descer por agrestes colinas quase sem vereda, para chegarmos a esta cidade, que alcançámos quando a tarde já ia muito avançada. A uma légua de distância de Elvas começa um aqueduto, que quase me fez esquecer a magnificência dos arcos de Alcântara, tão longo é e tão alto se ergue à medida que avançamos para a cidade, que fica

---

[1] O Palácio Ducal de Vila Viçosa foi, por assim dizer, começado quando D. Jaime, duque de Bragança, foi em 1501 habitar umas suas casas na quinta de Reguengo. Os seus sucessores vão ampliando o solar e D. Teodósio, já no início do século XVII, procura embelezar o palácio mandando-o revestir de mármores; a fachada é então dividida em três ordens segundo a altura do edifício — dórica, iónica e coríntia. Seu filho, oitavo duque de Bragança, é D. João IV, rei de Portugal. Os trabalhos só são concluídos com D. João V.

numa colina como a de Estremoz; e as suas fortificações, também como as de Estremoz, vão-se desconjuntando e despenhando nos fossos. Mas esta é uma terra de paz e não são precisas fortalezas nem soldados. O número destes não chega hoje a oito mil em todo o reino e, tirando os dezasseis mil bigodes, não têm nada de assustador, se forem todos tão belos homens e se andarem todos vestidos e calçados como aquelas poucas centenas que com o maior desaforo vão pedindo esmola aos transeuntes, não só pelas ruas de Lisboa, mas até quando estão de sentinela, a quem lhes passa próximo [1].

Fora da porta pela qual entrámos na cidade de Elvas, havia um mundo de gente e de gado cavalar e bovino, porque é época de feira. De um lado e doutro da estrada estavam colocados muitos panos a modo de tendas, e as cordas que os sustentavam atravessavam e impediam o passo, de forma que não nos foi fácil abrir caminho com as caleças por debaixo das numerosas cordas. Os mercadores da feira, ao estendê-las daquela maneira, não esperavam aparentemente ter de as levantar para deixar passar as viaturas, tão poucos são os viajantes que seguem a mesma estrada que nós, quer para Madrid, quer para Lisboa. Ao ver toda aquela gente que acorrera à feira, o coração começou-me a bater de medo, porque me assomou logo à ideia a dificuldade de encontrar abrigo na estalagem, conjecturando que estaria demasiado cheia para nos hospedar. Infelizmente o meu receio não era infundado, porque, quando lá chegámos, disseram-nos que estava tudo cheio até ao mínimo buraco. Imaginai que trapalhada, tanto mais que começava a choviscar: mas enchi-me de coragem e, confiando nos galões com que nos tínhamos vestido para visitar decentemente o palácio de Vila Viçosa, apeei-me da caleça e, ostentando ousadamente todo o português que sabia, mostrei ao senhor estalajadeiro que «Sí Messé» [2], isto é, Sua Senhoria, não nos podia negar asilo na sua estalagem, se reflectisse com a sua costumada prudência que tínhamos um passaporte especial de Sua Majestade Fidelíssima, com o qual, se fosse preciso, poderia recorrer ao senhor Governador. O estalajadeiro, com mais vontade de alojar estrangeiros agaloados do que portugueses sem calças [3], tanto fez, com boas ou más palavras, que acabou por expulsar um pobre burriqueiro de um quarto que uma porca prenha tomaria pela respeitável habitação dos seus antepassados. Infeliz burriqueiro que, deitado na tua própria pele, estavas a ressonar tranquilamente naquele lugar húmido e imundo,

---

[1] Muito concordante com Baretti está Dumouriez. Ouçamos por isso o que este diz no *État présent du royaume de Portugal:* «Rien n'a été plus méprisable depuis un siècle jusqu' après la guerre de 1762, que le militaire portugais [...]. L'armée étoit composée d'environ huit à dix mille hommes moindres que les paysans, sans uniformes, sans armes, demandant l'aumône, en faisant tout sorte de métiers pour vivre [...]». [A. Reis Machado, *o. c.*]. Na *Journey* (II, c. 37.ª) Baretti acrescenta que ùltimamente o exército português tinha melhorado bastante.

[2] Assim, no original; mas é português mascavado, que deve estar por *Sua Mercê*, ou cousa que o valha.

[3] Note-se que no original se lê *senza calze*, que hoje significa «sem peúgas»; mas optámos pelo sentido antigo de *calza* = «calça».

goza em paz o pouco dinheiro que te dei para expiar o acto injusto de que fui indirectamente culpado! Tem paciência, meu caro burriqueiro, porque, embora a maior parte dos poetas modernos só se possa, quando muito, comparar aos teus asnos, quando a caprichosa fortuna enfeita um pouco o fato de um deles, não só um burro mas também um burriqueiro tem de dar a vez ao senhor vate e sair até de uma pocilga de Elvas, para que ele se possa lá entocar [1]. Com essa pocilga tivemos de nos contentar e, depois de lhe termos mandado fazer um chão de palha nova e de esteiras velhas, o nosso grande Baptista colocou com grande pompa os enxergões, sempre beneméritos, sobre essas esteiras; e a seguir pensou-se no jantar. Imaginar que se encontra de repente alguma coisa de imediatamente manducável nestes lugares onde tudo se faz lentamente, seria presunção de mais; mas que nos importava a nós, que tínhamos connosco uma perua, como lhe chamam os florentinos, ou um peru, como lhe chamamos nós [2], muito gordo, e ainda um presunto de Lisboa de fazer crescer água na boca a um grão-sultão que tivesse perdido o grão-sultanado? E aqui, irmãos, dir-vos-ei entre parênteses que, mesmo em Portugal, os presuntos de Lisboa têm junto de todos os glutões fama de serem até melhores do que os de Vestefália ou Baiona.

Mandámos então assar a perua e fomos entretanto para um largo aposento a cujos lados correspondiam alguns quartos, tão cheios de gente que transbordavam. Numa e noutra extremidade da sala estavam muitos homens estiraçados e deitados no chão, com as capas por baixo a modo de cama, e todos dormiam ou fingiam dormir. Quando cheguei a meio do compartimento apanhei um susto dos diabos, porque, tendo os ouvidos cheios de terramotos, senti repentinamente o chão vacilar-me debaixo dos pés; por sorte era só o mexer dos meus pés que provocava tal oscilação. Tinha passeado um pouco de um lado para outro, quando saíram de um dos quartos alguns robustos ajudantes de almocreves, e um deles começou a arranhar uma guitarra e outro a acompanhá-lo com uma cançoneta castelhana. Mal os músicos tinham dado uma amostra das suas habilidades harmónicas, dos quartos ao lado irromperam de repente trinta pessoas ou mais, homens e mulheres, e, para me não alongar, em três minutos começaram a dançar umas danças chamadas «seguidilhas» e outras denominadas «fandangos» que me extasiaram a alma. Aqui precisava de me tornar pato, e que todas as penas do pato fossem penas de escrever, e que tais penas pudessem escrever todas sòzinhas, para falar do mérito daquelas danças, dos trajes, das figuras e das fisionomias, dos gestos e das palavras e dos olhares mordentes, da alegria e da elasticidade dos bailarinos e dos espectadores. Eram cinco ou seis mulheres portuguesas

---

[1] O humanismo barettiano é curiosamente teórico: depois de conseguir o quarto pelos meios que achou eficazes, o Autor acha-se «indirectamente culpado» pelo «acto injusto»; e uma vez instalado, pode criticar os poetas modernos e o estalajadeiro que prefere homens abastados aos «pernas ao léu».

[2] No texto: *tacchina... gallinaccio*. Baretti não perde a ocasião de patentear os seus conhecimentos linguísticos.

e quatro espanholas. As portuguesas, medianamente sujas, medianamente amarelas, medianamente feias. Das quatro espanholas, uma era velha e mãe de uma moça trigueira e possante; as outras duas eram irmãs e a mais jovem, de quinze ou dezasseis anos, seria bela como a Vénus de Médicis [1], se a Vénus de Médicis fosse de carne e não de mármore. A irmã mais velha era de beleza bastante inferior à da mais nova, mas tinha na cara dois olhos... oh que olhos! Que pena que a comparação dos olhos com as estrelas já tenha sido achada por milhares e milhares de poetas de todas as nações, e especialmente pelos pastores Árcades! Se ainda a não tivessem achado, teria agora muita honra em comparar aqueles dois lindos olhos a duas das mais belas estrelas do firmamento, e a um chamar-lhe-ia estrela polar árctica e ao outro estrela polar antárctica, para rimar com árctica. Os vestidos das quatro espanholas são sobre o luxuoso e, tanto a velha como as novas, têm as saias e as capinhas muito bem guarnecidas de ouro ou prata. Parece-me que são quatro mulheres de Badajoz que vieram ver a feira com alguns homens seus parentes; e a linda, linda, linda chama-se Catalina. Vi dançar bailarinos de todas as raças, desde a Dalmácia [2] até ao Norte de Inglaterra, mas torno a dizer que, em talvez mais de cem danças diferentes que já vi até agora, nenhuma dá metade do gosto que as que esta gente acabou de dançar. Agora é que, se fosse Valério Marcial, faria epigramas em louvor das danças béticas e gaditanas que, penso, não deveriam ser outra coisa senão a seguidilha e o fandango, bailados por aquela rapariga possante e morena, pela bela Catalina e pela sua irmã que tem aqueles olhos de que já falei. Estas danças vivificam a mente e tornam-nos mais alegres do que as dos marinheiros provençais com o pífaro e o tamboril. São dançadas tanto pelos portugueses como pelos espanhóis, umas vezes ao som de uma ou mais guitarras e outras ao som das guitarras e do canto dos homens ou das mulheres. E contudo, tanto eles como elas, mal se mexem quando dançam, as mulheres especialmente, cujo movimento é incessante, mas apenas perceptível. Mulheres e homens estalam tão bem e tão a tempo os dedos de ambas as mãos, deslizando o polegar sobre o médio, e as mulheres batem tão rápida e fortemente o chão com os calcanhares e tão a compasso, que é de ficar em êxtase vê-las, principalmente quem as vê pela primeira vez, como era o meu caso. E eu, que em quatro noites só tinha dormitado, que estava exausto pela viagem de hoje feita em grande parte a pé, e que resolvera pelo caminho ir-me deitar no enxergão quase sem esperar pelo jantar, fiquei em poucos instantes tão enlevado

---

[1] *Vénus de Médicis* é a celebérrima estátua de Afrodite que, encontrada na Villa Adriana (proximidades de Tívoli, em Itália), desde 1777 está em Florença, no «Museo degli Uffizi». Obra de artista grego dos princípios do século III a. C., que teria imitado outra Afrodite de Praxíteles, a deusa é representada no momento de mergulhar na água para tomar banho.

[2] É muito hipotética a ida de Baretti à Dalmácia entre 1735 e 1738. Além desta alusão, também existente na correspondente carta inglesa (37.ª), aparece outra na VI das *Lettere* em que o Autor fala de uma travessia do Adriático «venticinqu'anni fa» [Veja LUIGI PICCIONI, *Giuseppe Baretti*, pp. 35-36].

com aquele espectáculo novo, belo e imprevisto, que já não pensei no peru, nem no enxergão, nem em mais nada deste mundo dos diabos [1]; e fiquei, com a alma inundada de súbito deleite, a mirar a festa que se tornava cada vez mais bela, mais nova e mais inesperada, ao ver aqueles malandros pouco antes adormecidos e estirados porem-se de pé de um salto e, sem cerimónia e sem vergonha das calças cheias de portas e janelas, começarem a dançar ora com as portuguesas feias e mal vestidas, ora com as espanholas bonitas e bem atiladas, sem que nenhum dos do grupo mostrasse escandalizar-se, como aconteceria em qualquer outro país que conheço, onde o maltrapilho se junta ao maltrapilho e o agaloado ao agaloado, sem fazerem entre si a mínima mistura.

Num canto da sala há uma mesa e sobre ela (deveria dizer sobre *esta* mesa, porque é sobre ela que estou a escrever esta carta), também eu, sem cerimónia e sem pejo, mandei pôr a toalha e preparei-me para jantar com o Sr. Eduardo, mas com os olhos sempre mais voltados para os dançarinos do que para os pratos. Quando o jantar estava quase no fim, o Baptista pôs-nos à frente uma torta coberta com açúcar que tínhamos trazido de Lisboa, feita à inglesa pela dona da casa onde nos alojáramos. Parti-a em fatias finas, coloquei-as em forma de pirâmide num prato e fui oferecê-las às mulheres, dirigindo-lhes um elegante cumprimento em castelhano que tinha estado um quarto de hora a compor mentalmente; e tanto as portuguesas como as espanholas serviram-se francamente das fatias, fazendo-me cada uma com a cabeça uma pequena vénia acompanhada de quatro agradáveis palavrinhas. Depois de distribuída a torta mandei trazer vinho e, tendo convidado todos os bailarinos e homens presentes a beber à saúde das senhoras, a virtude dos copiosos copos redobrou o gáudio da festa; e aqueles homens rudes, que antes não tinham prestado atenção a «los strangeros» [2], começaram a abaixar o cenho carregado e, pouco depois, a desfiarem cumprimentos portugueses e espanhóis que nunca mais acabavam; eu respondia com uma doçura tão bem temperada de gravidade, que perca tudo o que tenho, se não parecia mesmo um «alcalde» de Burgos ou de Valhadolid [3]. Para as mulheres, mandei trazer depois da torta copos de água fresca, porque oferecer-lhes vinho destruiria tudo o que de bom tinha feito com a pirâmide de fatias, não se podendo neste país fazer maior afronta ao sexo feminino do que oferecer-lhe vinho; e depois da água mandei ainda o Baptista distribuir-lhes um belo cesto de uvas, que foi também muito benignamente apreciado por elas. Uma das mulheres portuguesas, que estava grávida, mandou-me pedir um pouco do nosso presunto e, levando-lho eu imediatamente, deu também vontade às outras que tinham o ventre delgado, e assim, enquanto o diabo esfrega um olho, desapareceu todo o presunto, menos o osso. À meia-noite o baile foi inter-

---

[1] No original há, neste ponto, uma sequência rímica impossível de reproduzir na tradução: *gallinaccio... pagliaccio... mondaccio.*

[2] Isto é, aos estrangeiros, que em Portugal são geralmente mal vistos. *[N. do A.].*

[3] Burgos e Valhadolid são duas das cidades mais notáveis da Espanha. *[N. do A.].*

rompido por uns fogos de artifício que se faziam em honra das núpcias da Infanta mais velha com o senhor D. Pedro, pelo que todo o grupo, depois de se ter encapotado, foi vê-los de um revelim mesmo fora da estalagem; mas a chuva que se tinha tornado forte reduziu-os, com muita minha satisfação, a tal estado, que logo voltámos todos para casa e aqui começou-se a tocar, a cantar e a dançar de novo, ora um par de cada vez, ora dois. A irmã da bela Catalina, que era de facto a bailarina mais possante do grupo e, segundo me pareceu, secretamente desejosa de me retribuir a delicadeza que tinha tido para com ela e suas companheiras, bailou uma dança sòzinha; e deu tantos passinhos, fez tantos gestinhos e tão pequenos e graciosos movimentos com a cabeça, com os ombros e com as ancas, que eu comê-la-ia e bebê-la-ia viva, principalmente quando me cravava um instante e de furto aqueles seus olhos nos meus. Quando acabou essa dança a sós, bati, contra o sisudo costume destas regiões, as palmas com tanta força e fui nisto tão bem secundado pelo senhor Eduardo e pelo Baptista, que todos os circunstantes, quebrado o hábito, lhe deram o merecido prémio pela sua bela dança, batendo desesperadamente as palmas como eu fizera. E um fidalguito português, tomando o lugar deixado vago por ela, quis dar também uma prova da sua ligeireza de pernas e de corpo, dançando também ele sòzinho estalejando com os dedos e cabriolando admiràvelmente; mas por aplauso só lhe quis dar um triplo «bravíssimo», para deixar à irmã de Catalina todo o fruto do trabalho feito pelos seus dedos a estalejar e pelos calcanhares batidos com uma força e fúria indizíveis. Das canções das mulheres, houve uma castelhana cantada pela outra rapariga de Badajoz, a que eu chamei morena e forte, e esta canção teria enternecido uma pedra, tão doces e vivas eram as amorosas expressões que continha. E uma outra, cantada pela bela Catalina, fez-me rir um pouco, já que a última estrofe terminava com este estranho pensamento:

«Amor se encomienda
A la misericordia del hospital» [1]

Quando o canto acabou, não tanto porque me agradassem muito as canções, mas para ver se conseguia trocar duas palavras com aquelas mulheres, mandei pedir às duas cantadeiras que me facultassem uma cópia da letra, se o pudessem fazer sem demasiado incómodo; e a bela Catalina mandou-me responder que, indo também ela no dia seguinte para Badajoz, me mandaria à «posada» [2] um livro inteiro. Notai porém aqui, irmãos, que o dia «seguinte» queria dizer aquele mesmo dia, porque já passavam três horas da meia-noite, como assinalei na data, para vos não atrapalhar no pormenor das horas. Para fazer aquele pedido às mulheres tinha-me servido de um homem que, pela sua familiaridade com elas, me parecera o mensageiro apropriado. E perguntar-me-ão vocês: *Quare, domine,* [3] te serviste de um mensageiro —, quando estavas na mesma sala do que elas? Não podias ser tu a pedir as

---

[1] Quer dizer: Amor encomenda-se à misericórdia do hospital. *[N. do A.].*

[2] Em espanhol, no original.

[3] Em latim bíblico, com solenidade burlesca.

canções por tua boca? Fiquem sabendo, irmãos, que os costumes de Portugal e de Espanha são um tanto diferentes dos de Itália, de França e Inglaterra, e que, se me fosse lícito falar-lhes, não seria preciso puxar-me pelas orelhas para meter conversa com elas, principalmente com a irmã de Catalina, que, apesar dos meus quarenta e um anos, me parecia que andava a tentar fazer-me um buraco no coração com aqueles seus olhos verrumantes.

Pouco depois das três horas a festa acabou e cada um foi dormir para o seu lugar, no chão. Sim, senhores, todos no chão, até a bela Catalina e a sua flamejante irmã, com todo o ouro, a prata, as fitas, os nastros e as rendinhas que tinham nas saias, na cabeça e no pescoço. Ninguém, em tão grande grupo, teve melhor cama do que o senhor Eduardo e eu e os cães, gatos, mulas e burros de Elvas. Mas fiquei com a mente numa tal embrulhada que em vez de ir para o enxergão mandei buscar pena, tinteiro e papel e pus-me a escrevinhar; e já bateram as seis e ainda aqui estou, nesta saleca oscilante, que me admiro até como pode oscilar tanto e não desabar comigo, com a bela Catalina, com a sua irmã, com a rapariga morena e bem talhada e com todos os bailarinos e espectadores que se atiraram aqui e acolá para dormir. À minha volta há (deixai-me contá-los) um, dois, três e três seis, e quatro dez e um onze homens adormecidos, que estão sonoramente ressonando como trombetas; e, já que a chuva se tornou furiosa e amanhã não temos senão três curtas léguas daqui a Badajoz, vou-me deitar por algumas horas, mesmo vestido, sobre o enxergão, para não parecer que lhes fico atrás. Portanto adeus.

CARTA TRIGÉSIMA SÉTIMA

Badajoz, noite de 22 de Setembro de 1760

Felizmente estou para deixar estes sítios, porque, se tivesse de cá ficar algum tempo, apesar dos anos que gritam juízo, juízo, perderia seguramente a cabeça, e a minha pobre filosofia, que por dois lustros me manteve frio como o gelo perante a beleza belíssima das beldades britânicas, a minha pobrezinha filosofia seria vergonhosamente degolada por esse transtornado bastardo do Amor.

Mas continuemos a história de Elvas com o devido método e sem anacronismos. Esta manhã às nove horas, não conseguindo pregar olhos por ter a mente demasiado inflamada com o ver bailar e com o muito escrever a seguir, saltei das fofas plumas do enxergão e, depois de me ter arranjado um pouco, fui para a sala tremelicante, onde vi que muitos homens e as quatro espanholas estavam já a tomarem juntos o pequeno almoço, de azeitonas e de uma comida que eu não conhecia, mas que me pareceu carne salgada e que espalhava por toda a sala um odor pestilento. Contudo aquela gente comia-o, com mais gosto do que um abadezinho de Paris estarna ou perdigoto posto à frente. À minha entrada os homens soergueram-se dois dedos do assento, as mulheres saudaram-me apenas ao de leve com a cabeça e, oferecido e recusado

com palavras recìprocamente corteses aquele esquisito pequeno almoço, fui fazer a barba [1] para um dos cantos da saleca. Quando pequeno almoço e barba terminaram, houve mais um pouco de dança e de canto ao costumado som das guitarras, enquanto outros homens eram, como eu fora, barbeados em público sem nenhum acanhamento, porque aqui vive-se à calmuca e à tártara, isto é, como os calmucos e os tártaros, que, sendo gente inculta e bárbara, é de crer que vivam sem delicadezas e cerimónias e que não façam tantas caretas quantas o Galateu [2] queria, para que os cristãos merecessem o título de bem educados. A chuva caía a cântaros; no entanto, acabada a dança, as mulheres quiseram ir fazer não sei que visita. Não é preciso que vos diga, irmãos, como durante toda a precedente festa tinha olhado, talvez um pouco em demasia, para os luzidios diamantes dos olhos que a irmã de Catalina tem na cara, e que a feiticeira me mostrara com meia dúzia de olhares espertalhões, como tinha percebido a preferência que eu lhe dava mesmo sobre a sua lindíssima irmã. Quase poderia acrescentar que, ao ver os fogos de artifício, apanhei um ligeiro beliscão num braço, no meio da escuridão e da chuva. Bom, aquelas mulheres quiseram ir fazer não sei que visita, os homens foram os primeiros a descer as escadas e elas seguiram-nos, de modo que por um momento fiquei sòzinho na saleca; mas eis que a minha badajozense de olhos negros, que ainda não chegara ao último degrau da escada, finge ter-se esquecido de qualquer coisa no quarto, volta para cima com uma agilíssima velocidade, vem na minha direcção, desfecha-me um piparote debaixo do queixo e diz-me baixinho ao ouvido: «Dios te dea mil años de bien, strangero». A estas palavras inesperadas, não encontrando resposta pronta, preguei-lhe um beijo na boca, um na orelha direita e outro na esquerda, e antes que eu pudesse recuperar o raciocínio e o fôlego, a celeste marota escapou-se-me da vista tal como seta ou raio.

---

[1] Lamentamos ter-nos sido impossível manter na versão portuguesa o sentido de humor que caracteriza a expressão original «m'andai a far barbitondere» e o substantivo «barbitonsura» que se lhe segue. Trata-se de latinismos ainda hoje vivos na linguagem coloquial italiana, em sentido joco-sério. A composição da palavra é evidente: lat. medieval *barbitonsor* [= barbeiro].

[2] Livro de boas maneiras, escrito por Monsenhor Giovanni Della Casa. *[N. do A.]*.

«*O Galateu*» (em italiano: «il Galateo»): no sentido de «código da polidez», é termo típico e exclusivo da língua italiana, de origem culta, mas largamente popularizado: ininteligível, porém, para todo aquele que desconheça este capítulo curiosíssimo da história da passagem de nomes próprios para a categoria de nomes comuns. Vejamos, resumidamente.

Galateo é o sobrenome alatinado de Mons. Galeazzo Florimonte (natural de Sessa, na Campânia: 1478-1567), cultor de estudos filosóficos, latinista, Bispo de Sessa, que nas «horae subsecivae» escreveu um *Libro de le inetie*. Foi justamente este livro que deu a outro prelado italiano, Mons. Giovanni Della Casa (Mugello, na Toscana, 1503 - Montepulciano, 1556), a ideia de uma obra que, de certa maneira na esteira do *Cortegiano* de Baldesar Castiglione, em forma de diálogos, inculcasse as normas fundamentais da convivência social civilizada. Nasceu assim *Il Galateo*, obra escrita por volta de 1550-55 e publicada em 1558 com grande êxito: a tal ponto, que, ainda hoje, «galateo» em Itália é sinónimo de «boa educação no trato e no comportamento em geral».

Ela foi-se, irmãos, e deixou-me não vos posso dizer como! Oh pobre de mim, como me deixou! Se a primeira espanhola que vi antes mesmo de pôr o pé em Espanha me veio revolucionar as entranhas desta cruel maneira, como farei, triste de mim, para levar o coração para casa sem ficar com ele todo trespassado? E a Espanha, tenho de a atravessar toda. E se há, como é provável, muitas irmãs de Catalina de Badajoz a Madrid, de Madrid a Barcelona e de Barcelona aos Pirenéus, quem me dará tanto gelo filosófico que chegue para me manter frio como deve ser um viajante, especialmente um que já viajou para lá dos quarenta anos? Oh Séneca moral [1], oh Boécio, oh vós barbudos sabichões antigos e modernos, porque não vindes, traidores, com as vossas sábias sentenças e com os vossos austeros provérbios ajudar-me nesta perigosa viagem por Espanha, onde a natureza sem o auxílio da arte ensina às irmãs das Catalinas, ou talvez até às próprias Catalinas, ad estruir num repente os cavalheiros mesmo de quarenta e um anos? Ensinai-me vós, vós gente de cabelo encanecido, ensinai-me o que devo fazer para tirar da imaginação aquela que esta manhã desapareceu da minha vista para sempre! Para sempre? Oh pensamento que gela a alma toda! Não é preciso ter um coração de pedra e uma mente de bronze para poder suportar sem frémitos de horror a ideia de se separar para sempre, mesmo dos objectos menos caros e menos agradáveis? Calculem quando nos toca deixar para sempre uma filha de Eva que, para servir à continuidade do género humano, apeteceu ao Criador de tudo tornar herdeira daquela força que induziu Adão a levantar a mão para o fruto proibido! Bem-aventurado quem pode, quando a razão lhe ordena, resistir àquela imensa força! Mas embora muitos se gabem de ser muralhas de ferro contra os arremessos de tão forte aríete [2], estou pouco disposto a acreditá-los; e em regra aceito essas suas rodamontadas quando por algum sinal os conheço como estultos ou loucos. Mas não interessa indagar agora se existem ou podem existir destes homens fortes, porque tenho ainda esta noite outras coisas para contar. Basta dizer que com extremo pesar me vejo desligado daquela espanholita por demais amável, à qual retribuo do fundo do coração o seu terno voto; sim, retribuo-lho do mais fundo do coração. E agora, irmãos, torcendo com violência o meu cérebro para o dirigir para outro lado, despeço-me daquele pequeno anjo e da sua formosíssima mana e volto ao princípio.

A longa vigília da véspera levou-nos a resolver só partirmos tarde e só fazermos as três léguas de lá até cá. Subimos para a caleça às três da tarde, apesar da chuva que caía fortíssima. Depois de andarmos um par de horitas, vadeámos o Caia [3], nome da torrente que separa Portugal de Espanha e,

---

[1] *Séneca moral*: a expressão usada pelo Autor e mantida na tradução, está consignada na língua italiana desde Dante, que a empregou no *Inferno* (c. IV, v. 141).

[2] *Aríete:* instrumento bélico que, antes da invenção dos canhões, os assaltante usavam para destruir as muralhas das fortalezas. *[N. do A.]*.

[3] Embora a palavra «torrente» em italiano seja do género masculino, o autor transforma o Caia em feminino, talvez pela sua terminação.

embora se possa atravessar todo o ano quase a seco, a água lavou a barriga às mulas, tão engrossada ia com a chuva; assim, perdi toda a esperança nas cançonetas que a linda Catalina me prometera, vendo perfeitamente que os afortunados burrinhos sobre cujos dorsos deviam voltar para Badajoz Catalina e a sua refulgente irmã, não podiam passar hoje o Caia sem se afogarem, mais a Catalina e a actual sultana do meu coração... E eis que, contra a resolução feita agora mesmo, torno a nomear aquela de cuja mimosa imagem tenho a fantasia toda cheia; mas isto fazíeis também vós, meus irmãos, quando estáveis enamorados:

«Mil milhares de propósitos
Que serviam de ludíbrio às auras, aos ventos». [1]

Transposta a torrente raiana, não pude deixar de me levantar na carruagem e, voltando o rosto para Portugal que acabava de abandonar, exclamei: Oh Portugueses, Portugueses, queira o Céu que nem o terramoto nem Baretti vos tornem a visitar por todo o sempre! Perdoo-vos as pedradas que me lançaram no vale do Alcântara [2].....

.....

.....

Perdoo-vos *etiam* essas vossas malditas estalagens com as vossas camas excomungadas que, se não estropiam e quebram os vossos corpos de cães, estropiam e quebram os dos estrangeiros que visitam o vosso país [2].....

.....

Depois de passar o vau do Caia e entrar em Espanha, de repente o coração bateu-me de alegria por deixar para trás aquele deserto e desagradável reino lusitano. Às dificuldades passadas em o atravessar, sucedeu a esperança de achar a Espanha menos má; e não foi abalada a minha esperança, porque, chegando a Badajoz, encontrei a *posada* (aqui já se não chama «estalagem») com um bom tecto, um bom soalho e uma cama, se não de pessoa honrada, pelo menos incomparàvelmente melhor do que aqueles canis portugueses. Os móveis da «posada» de Badajoz não são, a falar verdade, muito mais maravilhosos do que os das estalagens. Aqui, como lá, as mesas vacilam e as cadeiras de madeira são velhas e carcomidas pelo caruncho. Os armários, guarda-roupas, cómodas e comodidades semelhantes estão condenados a ficar da outra banda dos Pirenéus ou pelo menos para lá de Badajoz, e se uma pessoa se quisesse ver ao espelho, não só não encontraria um, mas não poderia sequer recorrer a um certo utensílio que Berni louvou num «capítulo» [3]. Não se fecham as janelas com empanadas de vidro, de tecido, ou de papel, mas com dois batentes de madeira mal unidos e que dão entrada ao vento e à luz; e disseram-me que até Madrid, e mesmo um pouco mais para lá, *todas las posadas* são mais ou menos como esta.

---

1 Não conseguimos identificar o autor destes versos.

2 No original segue-se uma lacuna.

3 Refere-se, sem dúvida, ao capítulo bernesco *In lode dell'orinale*.

Entra-se em Badajoz por uma ponte de pedra que me pareceu um pouco mais longa do que a «Westminster Bridge», isto é, a nova ponte de Londres, mas muito menos larga e magnífica; é contudo uma das mais bonitas pontes que tenho visto e ao longe faz um belíssimo efeito. É toda lajeada de pedras largas que devem tornar agradável o passear nela. E ao chegar ao Guadiana que lhe passa por baixo, não desgostei de ver uma manada de vacas brancas como a neve a dessedentarem-se no rio. Creio que seriam umas quinhentas, e não me parece que haja tantas em todo o Alentejo e a Estremadura [1] de Portugal. Pelo menos posso jurar que, de Aldeia Galega até ao Caia, não vi uma sequer, nem sei aonde é que os portugueses vão buscar os touros que matam nas suas festas e os bois que puxam os seus carros chiantes. Talvez os mandem vir de Espanha. À frente da referida ponte há uma porta ladeada por duas pequenas torres redondas que fazem um belo efeito. Desagradou-me, no entanto, encontrar de emboscada atrás da porta dois mandriões, cobertos cada qual com sua capa negra, com uns chapelões na cabeça largos como guarda-sóis, que de momento tomei «por dos frayles» [2] mas que pela linguagem vi logo serem dois guardas aduaneiros. Estes obrigaram-nos a ir com eles à alfândega e lá abriram-nos e vistoriaram-nos os baús, mas não os remexeram indiscretamente, como fazem certos mastins em vários países, principalmente em Inglaterra ao desembarcar, onde se aquela canalha o puder fazer com limpeza, rouba qualquer coisa ao passar revista; convém por isso ter os olhos bem abertos enquanto fazem a busca. Este incómodo que lá e em tantos outros lugares do mundo se sofre quando se viaja, é uma das más consequências que resultam do mau proceder dos homens. O grosso do género humano é gatuno e muitos procuram defraudar o Príncipe nos seus direitos por meio do contrabando, e quem zela os direitos do Príncipe não pode ler na cara de quem vai e vem com um baú atrás na carruagem, se tem ou não a intenção de fazer contrabando. A discrição daqueles dois guardas aduaneiros obrigou-me a untar-lhes hàbilmente as mãos. Viemos depois para esta pousada de Santa Luzia, porque é menos má do que a da «Soledad»; aqui, tendo-me barbeado, encamisado de fresco e enroupado à moda da cidade, escrevi um bilhete ao senhor Cardeal Acciaiuoli [3] suplicando-lhe que admitisse ao beijo da sagrada púrpura um italiano que passava por Badajoz. Enquanto esperava a resposta, entrou-me pelo quarto uma pessoa que, tendo encontrado o Baptista na rua e reconhecendo-o por o ter visto em Lisboa, lhe perguntou como viera aqui parar e, ao saber que vinha comigo e que eu em pessoa estava na cidade, veio logo procurar-me. Era o Doutor Merósio, médico de Sua Eminência, um meu

---

[1] A província do Alentejo, cujo nome é formado por *Além* — que significa «para lá de» — e *Tejo* que é o rio Tejo, começa precisamente do outro lado do rio, em frente a Lisboa. A província da Estremadura divide-se em duas zonas: uma, Estremadura portuguesa, onde ficam, entre outras, as cidades de Estremoz e Elvas; a outra é a Estremadura espanhola, e lá ficam Badajoz e outras cidades e aldeias. *[N. do A.]*.

[2] Em espanhol, no original.

[3] Veja-se a carta 21.ª.

antigo conhecimento milanês. Pensai que alegria tornarmo-nos a ver ao fim de vinte anos! Tínhamos mil coisas a dizer-nos mùtuamente, mas uma benigna resposta do senhor Cardeal fez-nos adiar o recíproco relato das aventuras que nos tinham junto naquele dia na margem esquerda do Guadiana. Merósio acompanhou-me até junto de Sua Eminência, que teve a bondade de me receber com aquela principesca afabilidade que possui em tanta abundância e, quando lhe transmiti as saudações das monjas inglesas de Lisboa, começámos com mil conversas que me fizeram parecer a noite muito curta. Estavam com Sua Eminência o seu sobrinho, monsenhor Acciaiuoli, e alguns outros gentis-homens italianos que desejam todos ardentemente poder trocar Badajoz por Roma. E eu desejaria o mesmo se estivesse com eles, porque Badajoz não é uma residência muito cardinalícia. Tirando um tal conde da Roca, que é o governador, e dois ou três oficiais que viram mundo, não há aqui gente com quem se possa exercitar um pouco o intelecto a conversar, de forma que o dia deve-se passar bastante enfadonhamente, e a noite sabe Deus como se poderá dormir tranquilamente. Felizes nós, obscuros mortais, que, graças à nossa santa pequenez, não temos outras preocupações que nos perturbem os sonos, [1] além da dureza de um colchão ou um pensamento na irmã de Catalina!.

Amanhã o senhor Eduardo e eu tencionamos fazer como hoje, isto é, não viajar mais de três léguas, para nos restabelecermos um pouco dos trabalhos que sofremos até agora; por isso vou cavaquear toda a manhã com o Doutor Merósio e partirei um bocado a seguir ao almoço.

Entretanto adeus.

CARTA TRIGÉSIMA OITAVA

Quando ontem à noite regressei de casa do Cardeal, à pousada, não me sentindo com muita vontade de dormir depois do jantar, veio-me o apetite de ler tudo o que vos tenho escrito desde que estou em viagem e, em particular, as cartas datadas de Portugal. Depois de lhes ter dado uma rápida vista de olhos, pus-me a ruminar o seu conteúdo durante algum tempo e disse de mim para mim: Suponhamos agora, senhor Giuseppe Baretti, que Vossa Senhoria venha um dia a publicar o palavrório destas suas cartas; *o que dirá delas a gente?* Esta é uma pergunta que todo o escritor sensato e prudente deveria com a devida seriedade fazer a si próprio muitas e muitas vezes, antes de se aventurar a imprimir um livro seu. O que dirá portanto a gente das minhas cartas, quando forem impressas? O amor-próprio responde que as pessoas as lerão com um prazer sôfrego e que até os homens mais atarefados e as

---

[1] Alude certamente às preocupações do Núncio Apostólico, recentemente expulso de Portugal. [Veja-se a nota 4 a p. 410].

mulheres mais distraídas deixarão as suas ocupações e passatempos para gozarem de tão agradável leitura. O amor-próprio responde que todos louvarão a ideia das minhas cartas, que todos admirarão o apuro da minha linguagem, a limpidez do meu estilo, a variedade dos meus pensamentos, a facilidade das minhas expressões e a justeza dos meus sentimentos. O amor-próprio responde que outros me chamarão um bom pintor de objectos, me considerarão como um sagaz indagador de usos e costumes, todos adoptaãor os meus sistemas e a minha moral e, em resumo, todos me celebrarão como um dos mais brilhantes, mais elegantes e mais seguros escritores que a Itália possui hoje em dia. Mas, queridos irmãos, o amor-próprio é um malvado, o amor-próprio é um traidor que nos adula e lisonjeia contìnuamente e, em geral, só procura enganar-nos e induzir-nos em erro. A leitura que fiz ontem à noite, faz-me temer que as minhas cartas sobre os Portugueses sejam condenadas à primeira vista por mais de uma pessoa, apesar das favoráveis insinuações do meu amor-próprio. O que escrevi sobre os Portugueses, visto no conjunto e lido sem interrupção, parece-me que faz um efeito um tanto ou quanto diverso do que me fazia a mim, quando me saía da pena a intervalos de vinte e quatro horas uns dos outros. Chego, por exemplo, à estalagem de Cabeça e encontrando um mau alojamento e uma pior refeição, embora pouco me preocupe em ficar bem alojado ou em comer mal, dá-me uma veneta e, deixando correr chistosamente a pena, descrevo com uma retórica burlesca o almoço, a estalagem e ainda por cima o estalajadeiro, esforçando-me o mais possível para que a minha descrição não seja inferior à de uma semelhante má refeição e de um outro mau albergue, feita por Berni no seu famoso «capítulo» ao médico Fracastoro [1]. Se só uma ou duas vezes tivesse tido ensejo de descrever as estalagens, se não tivesse estado no vale de Alcântara e se não tivesse deparado com aquela marafona de Vendas Novas, todos os Portugueses teriam de rir com a leitura das minhas cartas como qualquer homem de qualquer outra nação, porque teria sido sempre faceto sem acrimónia e moralista sem desprezo. Mas deu-me várias vezes na gana de me mostrar acremente faceto e despeitadamente moralista, ao garatujar os meus pensamentos em Lisboa, depois do apedrejamento, e nas estalagens de Aldeia Galega, Pegões, Vendas Novas, Arraiolos e Elvas, que todas descrevi zombeteiramente, porque são de facto umas péssimas hospedarias, principalmente se as compararmos às que se encontram pelo caminho quando se viaja por outros lugares. Por isso, quem sabe se algum Português de nascimento ou de alma não dirá que eu achincalho e vitupero toda a nação portuguesa, metendo a ridídulo um casa desladrilhada, uma «venda» meio arruinada, um frango mal cozido, um salame rançoso, um estalajadeiro grosseiro e uma estalajadeira importuna e safada? Quem sabe se as austeras reflexões feitas

[1] Refere-se ao *Capitolo del prete da Povigliano [A messer Ieronimo Fracastoro]*, no seu género uma obra-prima de humor, que Francesco Berni escreveu na cidade de Verona e em 7 de Agosto de 1532 recitou no palácio de Cesare Fregoso.

em consequência das pedras que me foram arremessadas próximo do vale de Alcântara não serão tomadas como sarcásticas e cínicas demais? E quem sabe se alguém me não censurará também por não ter descrito com um estilo sério e sublime a corrida de touros, o organeiro irlandês, os mecanismos do relógio de Mafra, os nichos de pombos do palácio da Sintra e outras coisas semelhantes?

Mas no caso de vir a imprimir esta minha viagem, rogo desde já ao leitor que note que, se em algumas destas minhas cartas trocei e maltratei a parte mais abjecta da plebe de Portugal, também me não esqueci de dizer bem de muitos indivíduos portugueses não da plebe. Já não falo na minha descrição do terramoto em que pintei, creio eu, com nobreza e vivacidade de cores, a alma boa e compadecida de um monarca que muito brilhantemente se mostrou condoído e bondoso naquele angustiado transe. Já não falo de que, quando descrevi a cerimónia patriarcal, notei a extrema e exemplar piedade da Rainha e a comparei com a de um filósofo, que na estimativa da razão se pode emparelhar com as mais altas personagens, sem sombra de desdouro para eles. O pouco tempo que estive em Lisboa e a modéstia da minha categoria social não me deu, nem podia dar, oportunidade de examinar mais de perto os monarcas e a sua família; e mesmo que ma tivessem dado, não teria ousado tornar-me a mim próprio um panegirista de soberanos, não me conhecendo força tão hercúlea para suportar tão graves pesos, além de que o meu natural sempre me afastou de tais empresas [1]. Se o tempo e as circunstâncias me tivessem permitido olhar face a face os ministros, os nobres e as outras pessoas mais importantes do reino lusitano, estou certo de que uma vez por outra teria o ensejo de elevar o estilo, pintar a prudência e a justiça dos ministros, as virtudes e qualidades magnânimas dos nobres e dessas pessoas notáveis. Tanto pelo que vi como pelo que ouvi dizer, a gente nobre e educada em toda a moderna Europa é geralmente muito uniforme e semelhante, e é um erro julgar que numa corte ou num país os grandes e senhores são muito diferentes dos senhores e dos grandes de outra corte ou de outro país. Mas como não vi mais do que realmente vi na minha breve estadia em Portugal, só disse o pouco bem que podia dizer, isto é, o pouco que vi, não tendo o costume de encomiar sem perfeito conhecimento de causa, mesmo quem não merece senão encómios. Mas se, em parte por temperamento, em parte por não ter sido testemunha ocular, passei em silêncio coisas que talvez outro escritor não tivesse querido passar, e se não distribuí louvores gerais àquela nação, permita-me o discreto leitor que, como já disse, lhe faça observar que, se ridicularizei cinco ou seis hospedarias e disse mal da plebe portuguesa, principal-

---

[1] Baretti não era totalmente sincero. As suas ideias sobre as vantagens do mecenatismo (carta-prefácio ao t. II das *Tragedie di Pier Cornelio tradotte in versi italiani)* tinham-lhe permitido, em tempos remotos, adular o Duque Vittorio Amedeo di Savoia, de quem esperava uma pensão (cf. Luigi Piccioni, *Baretti prima della «Frusta Letteraria»*). E o convívio com o conde de Firmian estava também muito longe de ser desinteressado.

mente depois do apedrejamento de Alcântara, também disse bem de todos os portugueses que me pareceram dignos disso. Louvei a bondade, a boa educação e hospitalidade dos religiosos que encontrei em Nossa Senhora da Pena, dos da Serra de Sintra, ou seja do Convento da Cortiça, cuja memória me será sempre respeitável e cara. Ao xerife de Vila Viçosa fiz a justiça que a sua elegante gentileza mereceu, e creio que o amável cura de Arraiolos se não queixaria se pudesse ler o que dele escrevi. Do religioso dominicano nosso companheiro de viagem de Aldeia Galega até Montemor, registei com prazer a bondade que espontâneamente usou para comigo, na repentina obrigação em que me colocou aquela atrevida mulher de Vendas Novas. E se rendi justiça a todos os que na minha breve estadia em Portugal achei corteses, hospitaleiros e bons, quem será o rígido sofísta que me virá censurar por ter contado factos com alguma vivacidade, ou reflectido com alguma aspereza, sobre a pouca bondade, ou pouca educação, ou pouca hospitalidade de gente da mais baixa plebe, ou melhor, de toda a plebe portuguesa, que, como a de quase todos os países do mundo, não tem nem pode ter qualidades boas, grandes e meritórias?

Ninguém se ponha, portanto, a julgar que com estas minhas cartas eu tenha tido a intenção de denegrir toda a nação portuguesa, porque sei, sem que seja preciso demonstrarem-mo, que em todos os sítios há bons e maus e que todo o mundo é mundo. Estou até persuadido, persuadidíssimo, que, se me tivesse detido em Portugal como em Inglaterra, teria encontrado, como lá, gente absolutamente merecedora de ser nomeada com respeito, com afecto e com louvor, como nomeei os padres da Pena, os da serra de Sintra, o xerife de Vila Viçosa, o cura de Arraiolos e o dominicano que deixei em Montemor.

Acrescentarei a esta minha declaração que em algumas das minhas cartas datadas de Portugal tive ensejo de tocar em alguns ministros e no Governo português, mas como, antes de falar em obra impressa sobre governos e ministros, é preciso estar-se minuciosamente informado para não ser chamado louco, ignorante ou presunçoso pelos que estão bem informados, deixarei de fora, em caso de publicação, tudo o que escrevi sobre estes dois assuntos. Procederei assim por nenhum outro motivo além do receio de não falar disso com plena exactidão e escrupulosa precisão, não querendo nesta matéria imitar alguns escritores ousados que falam «ex cathedra» pelos cotovelos sobre ministros e governos, só para se darem ares de homens importantes e se mostrarem pessoas valorosas e capazes de ocupar, em caso de necessidade, qualquer cargo público; embora eu não creia que os manejos políticos sejam superlativamente difíceis e requeiram um intelecto de muitas léguas superior ao meu.

Direi ainda que nos últimos anos o Ministério português introduziu, à imitação do que se fez no estrangeiro, algumas reformas nos estudos para secundar os intentos do Rei; e ouvi dizer que mandaram procurar nos centros mais cultos da Europa homens sapientes, para os atraírem com remunerações assaz generosas a ensinar toda a espécie de boas doutrinas aos súbditos de Sua

Majestade Fidelíssima. Faça o Céu medrar louváveis diligências como estas e faça florescer em Portugal a probidade de par que o saber, que eu me regozijarei sempre muitíssimo juntamente com todos os bons cidadãos do mundo; e, se calhar, não serei o último a entrelaçar grinaldas de aplausos a todos os que forem fautores e promotores de tão divina obra.

Mas eis o Merósio, com quem vou cavaquear de grande [1].

Portanto adeus, irmãos, até logo à noite.

---

[1] Simulando uma autocrítica do conjunto de informações e ideias anotadas sobre Portugal, o Autor sai-se muito bem da obrigação em que tinha sido posto em Veneza, de escrever algumas páginas extra para atenuar as más impressões que dera do país. É fácil de deduzir, no entanto, que Baretti tinha a obra como boa e as palavras ditadas pelo «amor-próprio» se aproximavam bastante do que ele sentia realmente. Por isso, a carta resulta mais numa justificação do que escrevera, do que numa tentativa para suavizar as opiniões dadas, como queriam os Inquisidores do Estado.

APÊNDICE

Tradução de alguns passos significativos de «A Journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain, and France», relativos à matéria tratada na edição italiana, mas que não foram nela incluídos.

VOL. I, CARTA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

O POVO PROIBIDO DE FALAR. LADRÕES E NÃO ASSASSINOS. ABALOS DE LESTE PARA OESTE. BARRACAS. NEGROS E SEUS DESCENDENTES. JUDEUS E SUA PERVERSIDADE. A CHIADEIRA DOS CARROS.

Lisboa, 15 de Setembro de 1760

As minhas investigações aqui não se limitaram meramente aos usos e costumes, aos palácios e conventos. Fiz os possíveis por reunir informações genuínas sobre os vários acontecimentos que, ùltimamente, fizeram virar os olhos de toda a Europa para este país, e vocês admirariam o meu zelo se vos informasse de todos os meus esforços para descobrir o verdadeiro motivo do crime do duque de Aveiro, da expulsão dos jesuítas, do desterro dos irmãos naturais do Rei, do tratamento rude e sem precedentes infligido ao cardeal Acciaiuoli, e da elevação de Dom Sebastião José de Carvalho ao sumo fastígio do poder.

Estes assuntos são certamente de difícil informação, porque foram tomadas cuidadosas precauções para lançar sobre eles um véu que estorvará futuros historiadores. Por isso, a minha diligência em investigar não foi muito recompensada. O governo proibiu toda a gente de fazer destes ou doutros assuntos actuais os temas das suas conversas: a proibição expõe os transgressores a penas tão severas, e tantos foram já atirados para a prisão por causa disto, que os desgraçados ficam assustados à simples menção de alguns nomes. E não é fácil conseguir que algum natural do país revele a sua opinião acerca de qualquer coisa que pareça política, embora a pressa em decidir e o gosto pela conversa sejam dois dos principais ingredientes do carácter dos Portugueses. Os poucos pormenores que consegui respigar aos estrangeiros estão tão cheios de incerteza, contradição e parcialidade evidente que, em vez de

fazer deles parte nas minhas cartas, será melhor que os reserve para uma conversa oral.

Mas não posso abandonar este país sem dizer mais algumas palavras sobre os Jesuítas. De um irmão que escreve de Portugal tendes um certo direito de esperar a sua opinião sobre eles, como sobre os procedimentos do governo contra eles.

Como conheceis perfeitamente a minha maneira de pensar em vários pontos, imaginais possìvelmente que aprovo esse procedimento e que considero estes pretensos «Companheiros de Jesus» como uma seita de traidores, sempre prontos a apunhalar soberanos e a derrubar reinados, como são considerados por inúmeras pessoas por toda a Europa. Mas, seja qual for a opinião dos outros, eu nunca lhes daria tanta honra que os julgasse senhores da firmeza de alma que é requerida para empreender actos de perversidade tão grandes e tão arrojados.

Observei-os muitas vezes como Ordem e mantive igualmente relações íntimas com um bom número deles, individualmente, e achei-os sempre (como todos os outros frades) tão miseràvelmente pusilânimes que me persuadi que um homem de coragem vulgar pode impelir, com um cacete, uma dúzia deles até ao fim do mundo. O seu permanente modo de vida, como os mantém a grande distância de todas as espécies de perigo, enfraquece-lhes o espírito e, em vez de decisão e intrepidez, infunde-lhes um carácter feminino de brandura e de submissão com uma forte mistura de dissimulação e hipocrisia. Não houve nem um, dos muitos que conheci, que não partilhasse mais ou menos deste carácter.

Com tal ideia deles, formada por muitos anos de observação e reflexão, li um bom número desses livros escritos ùltimamente contra eles com a intenção de os fazer considerar a todos conspiradores, traidores e regicidas por princípio e sistema. Mas nesses livros há muita má fé velhaca. Longe de me ter convencido pelas razões que apresentam, eu nem sequer acredito que eles tenham tido a mínima parte no atentado do duque de Aveiro, que posso compreender de uma maneira simples e sem recorrer a conspirações maravilhosas e complicadas. As próprias medidas do governo contra eles fizeram consolidar a minha incredulidade até ao ponto de pôr em dúvida a sua participação no atentado; e não é sequer possível conceber que um grande corpo de tais homens, como eu sei que são, astuto, cauteloso e medroso, entrasse numa conspiração chefiada por um homem arrogante, imprudente e desesperado como o duque de Aveiro e feita por homens e mulheres de diferentes idades e condições. Uma conspiração que, mesmo que fosse bem sucedida, os deixaria, quando muito, onde estavam e como estavam.

Mas aceitemos, como premissa, que alguns (ou muitos, se quiserem) tenham entrado na conspiração. Onde estava a dificuldade em enforcar estes poucos (ou muitos), depois de um julgamento não secreto, não misterioso, mas justo e aberto a toda a nação?

Nem um só jesuíta foi ainda condenado à morte depois deste acontecimento, mas foram todos expulsos do país e banidos dele para sempre, sem

a mínima discriminação entre inocentes e culpados; e eu não posso conciliar as minhas ideias de equidade e justiça com esta execução que iguala todos. É verdade que o velho Malagrida e mais dois ou três (nenhum deles português, mas todos italianos, o que é notável), foram detidos e metidos na prisão. Faz agora cerca de dois anos [1] que estão na Inquisição. Mas o que é que a Inquisição tem a ver com regicidas, se o governo está persuadido que eles o são? Por que é que não foram enforcados, como o duque de Aveiro e os outros conspiradores? O poder que pôde fàcilmente banir milhares, podia igualmente enforcar uma ou duas dúzias, ou tantas quantas vocês quiserem. Por que é que não fizeram isto? Quem o podia impedir? O Papa? O povo? Algum poder estrangeiro? Não. Todo o mundo teria aprovado a punição infligida a regicidas confessos. E por que é que se recorreu às penas de escritores mercenários e se tomaram tantos cuidados para enegrecer toda a Ordem, quando os culpados individuais estavam completamente dentro das redes da vingadora justiça? Por que é que se fizeram tais esforços no estrangeiro para fazer crer ao mundo que eles são um bando de vilãos, enquanto no país não permitem a ninguém que fale deles bem ou mal? Que todo o jesuíta é um refinado miserável, sempre pronto a um aceno do seu General, do seu Provincial, do seu Reitor, ou do seu Prefeito a tornar-se traidor, a tornar-se conspirador, a tornar-se assassino de reis, é uma afirmação que pode ser acreditada por fanáticos e por aqueles que odeiam sem saberem porquê, e cujo número é maior do que os observadores comuns têm conhecimento; mas nunca será aceite por homens de pensamento sensato, por homens conhecedores das variedades dos nossos temperamentos e inclinações, por homens que tenham notado como é perfeitamente impossível levar um vasto número de sujeitos a pensar e a agir com um só homem.

A minha opinião sobre a Companhia dos Jesuítas é portanto esta: que eles são nocivos à grande sociedade do género humano, não porque sejam traidores e regicidas por princípio e sistema, mas porque são uns infatigáveis acumuladores de riquezas de que não precisam. O seu sustento pouco requer, porque vivem em comunidade, comem pobremente, vestem pobremente e pobremente demoram. Que necessidade têm eles de saquear os vizinhos com os seus negócios e comércio e de amontoar tesouros e tesouros, quando levam uma vida média, e não podem, por instituição, levar uma melhor? Por que andam sempre atrás de heranças, sempre (ou quase sempre) em prejuízo dos legítimos herdeiros? Que fazem eles com estes tesouros? Ou se têm alguma boa razão (o que é inconcebível) para agirem desta maneira, por que não no-la dizem em voz alta?

Se estão de facto para ser aniquilados, esta sua avareza é mais do que motivo suficiente. Mas em vez de tomarem este caminho e de lhes chamarem

---

[1] Muito depois da data desta carta, o pobre Malagrida foi queimado como herético acusado entre outras coisas de ter escrito, enquanto nas prisões da Inquisição, que a Virgem Maria falou latim ainda no ventre de Santa Ana. Não sei o que foi feito dos regicidas seus, confrades. *[N. do A.]*.

salteadores, o que pode ser feito com justiça, porque o desejo de roubar é o verdadeiro e principal espírito da Ordem, preocupam-se imenso em usar a imprensa de Lucca, Veneza, Lugano e outras cidades para os acoimar de assassinos, o que, pela natureza das coisas, não pode ser o espírito de um grande organismo.

Além do espírito de roubo têm o do domínio, que poderia ter sido um artigo de acusação contra eles. Esta é outra das suas reais e evidentes características, que há muito tempo os tornou odiosos a todos os homens de senso e probidade. Que necessidade têm eles de influência e autoridade em nações em que estão estabelecidos, e mesmo em nações onde não têm nenhum estabelecimento, isto é, naqueles países que nós, talvez com demasiada acrimónia, chamamos heréticos? Como é que a influência e autoridade em qualquer Estado podem ser conciliadas com a profissão, que os obriga a comer, vestir e habitar pobremente, como já disse, e a seguir nas pegadas d'Aquele de quem eles próprios se chamam «companheiros»? Por que é que fogem das casas dos pobres, onde homens religiosos desejam sempre assistência e conforto? E que negócios têm nos palácios dos grandes, onde andam permanentemente metidos? O que fazem nas cortes dos príncipes, onde estão sempre a esforçar-se para conseguirem cada vez maior apoio? Muitas e muitas vezes a minha indignação se levantou por os ver lá, rindo, curvando-se, sussurrando, adulando, maquinando e intrigando dez mil vezes mais do que o mais desprezível dos cortesãos.

Mas destes e doutros assuntos «ragionerem più ad agio insieme poi» [1] como o Evangelista disse a Astolfo.

.....

.....

.....

A esta amálgama de mestiços podem acrescentar-se os judeus. Portugal abunda em judeus que se fingem católicos e muitas vezes se cruzam com os brancos e com as outras raças. Podeis fàcilmente compreender que isto não pode contribuir muito para o futuro melhoramento dessas genealogias que fazem tão boa figura nas prateleiras da biblioteca de Mafra.

Essas estranhas uniões encheram esta cidade de uma tal variedade de caras singulares, que fazem o viajante duvidar se Lisboa fica na Europa; e é lícito prever que, daqui a poucos séculos, não existirá uma gota de sangue português puro, porque terá sido todo corrompido pelos judeus e negros, apesar do seu muito santo tribunal da Sagrada Inquisição.

Para impedir um dos dois males (que podiam ser ambos afastados por um tribunal secular), a Inquisição anda sempre à espreita para descobrir os judeus; e quando encontra algum, vocês sabem como ele é tratado. Dizei a um inquisidor que sois judeu porque aprouve a Deus fazer-vos judeu e

---

[1] É um verso do *Orlando Furioso:* canto XXXIV, oitava 57, v. 1. O Evangelista é S. João, que Ariosto representa neste ponto com ares joco-sérios de aio e cicerone.

porque não vos achais autorizado a desfazer o que Deus fez: o bom padre atirar-vos-ia para a fogueira como se fôsseis um cavaco.

Mas como um mal gera outro, a incessante diligência da Inquisição em detectar os judeus, fá-los redobrar as artes de se encobrirem e (o que completa a desgraça) multiplica a superstição e fomenta a hipocrisia. Acontece, por isso, que muitos indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades e condições andam com grandes rosários entre o polegar e os outros dedos a murmurarem «padre-nossos» e «ave-marias», para serem havidos por cristãos quando são judeus, ou não confundidos com judeus quando são cristãos.

Como é que os judeus suportam viver no meio de um perigo constante é absolutamente inconcebível. Mas há uma malignidade tão obstinada em desafiar a lei portuguesa que quase justifica a raiva inquisitorial. Não ficaríeis furiosos e não atiraríeis pelas escadas abaixo o amigo impudente que tivesse resolvido ficar em vossa casa a despeito dos vossos desejos?

.....

No meu longo passeio de ontem e de hoje entrei num bom número de oficinas e tive a não pequena surpresa de ver que pertencem principalmente a estrangeiros. Uma pessoa poderia suspeitar que a indústria desta nação não é grande, e a suspeita aumentará quando lhe disserem que o linho, as roupas de lã, os tecidos de seda, e quase todos os outros produtos do tear são importados do estrangeiro pelos Portugueses, embora tenham no país muitas das matérias-primas. Acontece o mesmo no que respeita a todas as espécies de aço, cobre e fábricas de latão, excepto o que é usado nas casas pobres, isto é, o que não requer muita perfeição de mão-de-obra. Acreditaríeis que até os sapatos são mandados vir de Inglaterra e França? Disseram-me que os poucos que querem mandar fazer sapatos por medida para o seu pé, têm de se dirigir aos sapateiros estrangeiros da cidade e sujeitar-se a pagar preços exorbitantes. Mesmo os alfaiates são na grande maioria estrangeiros, pelo menos os que estão mais em voga; quanto aos barbeiros e cabeleireiros franceses, enxameiam aqui como em Inglaterra. Estatuários, arquitectos e gravadores, nunca tiveram nenhum de valor. De pintores, só podem gabar-se de um, Alonso Sánchez Coello,[1] um discípulo do nosso grande Rafael e favorito de Filipe II, que lhe costumava chamar Ticiano Segundo. Foi empregado por este rei no Escorial, que contribuiu para ornamentar. O seu nome é mais conhecido dos italianos que dos portugueses.

.....

.....

.....

[1] Ou Afonso Sanches Coelho, pintor luso-espanhol (1532-1590).

VOL. I, CARTA TRIGÉSIMA SEGUNDA

OS PADRES ORATORIANOS

.....

Podeis imaginar como os recebi bem [...]

Durante uma boa parte da tarde conversaram com uma versatilidade que, pelo que pude observar, é característica dos Portugueses. Era visível que ambos queriam impor-se-me como homens extremamente cultos e fazer-me ter uma boa opinião das suas escolas, do seu país e deles próprios. Contudo, pareceu-me que os seus conhecimentos não eram grandes e a forma de os exprimir demasiado pomposa. O seu discurso foi empoladamente recheado com aquelas sentenças latinas que andam na boca de um rapaz da escola e os nomes de Túlio e Virgílio honraram vezes demais os seus períodos. Tinham algum distante vislumbre da literatura francesa e ouvi os nomes de Molière e Boileau, mas a respeito da italiana e da inglesa nenhum deles sabia mais do que o meu negro. A folha de caracteres gregos que lhes mandei está pendurada, disseram eles, numa das suas escolas, mas confessaram muito honestamente que nenhum deles se metia com grego. A minha paciência estava quase esgotada quando me deixaram, persuadidos, creio eu, de que me tinham deslumbrado com a variedade do seu saber e a fluência da sua exposição. Ouvindo dizer que estes eram os dois professores principais das «Necessidades», descobri meio de retribuir a visita quando tive a certeza de os não encontrar em casa, e não pensei mais neles. Contudo, esta manhã chamaram-me outra vez com o fim de me tornarem a agradecer, segundo me disseram, o meu presente, que tinha sido examinado pelos seus colegas e achado «huma valeroza composição»; e como tinham sabido a minha solicitude em me informar acerca de tudo o que se relacionava com as suas escolas, pediram-me que aceitasse o livro do qual eu extraí o diálogo acima transcrito, garantindo-me que era uma das mais elegantes e doutas «composiçaoms» na sua língua.

.....

.....

.....

AINDA SOBRE OS JESUÍTAS

O que ainda quero referir sobre este assunto é que as «Escolas das Necessidades» são um convento oratoriano e, evidentemente, os professores são padres oratorianos. Anteriormente os jesuítas eram os possuidores do privilégio exclusivo de ensinarem a juventude de Lisboa, mas, logo após a sua expulsão, esta honra foi conferida pelo governo aos oratorianos: e muito me engano se os pobres rapazes não andaram de torto em través. É um facto concreto que em Itália os jesuítas se esforçaram por desarraigar toda a literatura. Antes da instituição da sua ordem tínhamos um tal número

de homens eminentes em vários ramos da ciência, de Dante [1] a Galileu [2], como poucas, se é que alguma das modernas nações pode mostrar. Mas logo que os jesuítas tomaram posse das nossas escolas, sob o pretexto de ensinarem a nossa juventude «gratis», houve entre nós pelo menos um rareamento de historiadores, políticos, filósofos e poetas. Os jesuítas começaram por desacreditar a língua grega e persuadiram-nos que era desnecessária. Depois, por meio das suas volumosas gramáticas latinas, tornaram a aquisição do latim quase impossível, como é impossível aprender uma coisa desconhecida por meio de uma coisa igualmente desconhecida. Corromperam mesmo a nossa língua e provocaram um tal dilúvio de gosto equívoco, para ser derramado sobre as nossas obras de todos os géneros, que durante o seu reinado, isto é, durante o último século, tornámo-nos ridículos para as nações vizinhas que, muito tempo antes, havíamos deslumbrado.

Tivemos sorte que os jesuítas nunca tivessem sido admitidos na Universidade de Pisa e que também não lhes fosse permitido ensinar nas escolas da Toscana; assim, estava finalmente nas mãos dos toscanos e dos discípulos e continuadores de Galileu resgatar-nos da barbárie e restaurar o ensino na Itália para a pureza e o esplendor. Rinaldini [3], Aggiunti [4], os dois Del Buono [5], Viviani [6], Bellini [7], Torricelli [8], Redi [9] e vários outros homens, livraram-nos, em larga medida, dos nossos falsos instrutores: falsos em rela-

---

1 Dante nasceu em 1265. *[N. do A.]*.

2 Galileu morreu em 1642. *[N. do A.]*.

3 *Carlo Rinaldini*, um dos dez sócios fundadores da célebre «Accademia del Cimento», instituída em Florença por Leopoldo de Médicis em Junho de 1657 e extinta em 1667. Durante dez anos, esse grémio de cientistas (todos eles da escola de Galileo Galilei) ocupou-se de estudos de Física experimental, Astronomia, Matemática, Fisiologia animal e vegetal, caracterizando-se a sua investigação científica por uma total fidelidade ao método experimental do Mestre e um notável espírito de equipa.

4 *Niccolò Aggiunti* (6-XII-1600 // 6-XII-1635): notável matemático, físico e letrado, das relações de Galileo Galilei, que muito o estimou. Foi sucessor de Benedetto Castelli na Universidade de Pisa. Para uma primeira informação acerca da sua personalidade, veja-se o esboço biobibliográfico, da autoria de Gino Franceschini, a pp. 387-388 do I volume do DIZIONARIO BIOGRAFICO DEGLI ITALIANI (Roma—Istituto della Enciclopedia Italiana—1960).

5 *Paolo Del Buono* e *Cândido Del Buono*, dois cientistas do grupo de dez fundadores da mencionada «Accademia del Cimento». (Cfr. a nota 1).

6 *Vincenzo Viviani* (Florença, 1622-1703), discípulo de Galilei e de Torricelli, foi insigne matemático, físico e letrado.

7 *Lorenzo Bellini* (Florença, 3-IX-1643 // 8-I-1704), anatómico e médico famoso, além de letrado e versejador. Um excelente perfil biobibliográfico, da autoria de Giulio Coari e Cláudio Mutini pode ler-se no VII volume, pp. 713-716, do DIZIONARIO BIOGRAFICO DEGLI ITALIANI (Roma — Istituto della Enciclopedia Italiana — 1965).

8 *Evangelista Torricelli* (Faenza [ou Modigliana], 1608 // Florença, 1647), cientista insigne, continuador da obra de Galilei.

9 *Francesco Redi* (Arezzo, 1626 // Pisa, 1698), médico, naturalista, filólogo e poeta, é hoje conhecido, apesar dos seus méritos científicos, principalmente em virtude do célebre ditirambo *Bacco in Toscana*. Foi dos fundadores da «Arcádia» italiana (1690), o que para Giuseppe Baretti podia não constituir uma abonação positiva...

ção a nós e não a eles mesmos, porque se ensinavam uns aos outros muito bem e eram quase os únicos homens de ciência no país.

E aqui não se deve omitir a recordação de que, entre os nossos príncipes italianos, foi o nosso nobre rei Victor Amadeu quem primeiro detectou os esquemas profundos dos Jesuítas e quem primeiro teve a coragem de, nos seus domínios, lhes tirar o privilégio de nos ensinarem. E é devido a ele que a maior parte dos Estados italianos deve a grande bênção de só ter, presentemente, muito poucos jesuítas como professores.

Neste país, contudo, não foi muito judiciosa a substituição dos jesuítas pelos oratorianos, se estes são, como eu estou convencido, tão ignorantes como os de Itália.

Mas é de esperar que a estes reverendos padres só lhes tenha sido confiado este importante cargo temporàriamente, até que os distúrbios presentes se tenham acalmado um pouco. Disseram-me que o governo tenciona dotar as escolas públicas de melhores métodos e que um bom número de homens realmente cultos vão ser em breve procurados noutros países; asseguraram-me mesmo de que o velho Facciolati, o filólogo [1], o padre Frisi [2], matemático, e outros homens eminentes de Pádua, Milão e outros lugares de Itália, são esperados em breve aqui; que a nova Universidade, na qual alguns professores de Coimbra estão para ser incorporados, está prestes a ser instituída nesta cidade, e a antiga Universidade totalmente suprimida.

Quanta verdade caiba nestas notícias, não o posso dizer. Talvez se aproxime o dia em que os Portugueses possam emergir da ignorância e superstição se ponham ao nível das outras nações católicas.

VOL. I, CARTA TRIGÉSIMA TERCEIRA

PÓS-ESCRITO

.....

.....

Tendo acabado o jantar, e sentindo uma invencível relutância em me deitar no enxergão, fui dar um pequeno passeio. O ar está bastante

---

[1] O «velho Facciolati» é *Iácopo Facciolati*, véneto (Torreglia, 1682 // Pádua, 1769), excelente filólogo italiano e latino, historiador da Universidade de Pádua, remodelador (juntamente com Egídio Forcellini) do *Calepinus septem linguarum* (Pádua, 1718), autor de uma *Ortografia moderna italiana* e de muitas «orações» em latim, largamente apreciadas

[2] *Paolo Frisi* (Melegnano, 1728 — Milão, 1784), barnabita, é uma das figuras eminentes do Iluminismo italiano, cientista e técnico abalizado (principalmente no campo da Hidráulica), cujo racionalismo vibrou constantemente duma fé inabalável no valor da Ciência como instrumento de libertação do espírito e de progresso civil. As suas OBRAS foram publicadas em Milão, 1782-1785; outros SCRITTI INEDITI em 1942-1945, nos «Rendiconti» do «Istituto Lombardo di Scienze e Lettere» de Milão, Classe de Ciências Matemáticas e Naturais, vols. 76-77-78.

macio e calmo, e a lua brilha resplandecente. Como caminhava com passos cansados e a imaginação a trabalhar, dei por mim na margem do Tejo, que fica a um tiro de pistola da estalagem. Vi lá muitos pares ditosos, uns sentados nos bancos, outros andando para diante e para trás, todos segredando, todos abraçados, todos gozando da companhia uns dos outros na frescura da tarde.

Felizardos! — disse para mim próprio. Não sei que jantar tinham tido e provàvelmente as suas camas não são melhores do que aquela com que o Baptista se preveniu para mim! E mesmo assim são felizes com as suas mútuas afabilidades. Por que é que os Ingleses assombram os estrangeiros com a sua liberdade? Não é uma liberdade vaguear pela margem do rio em Aldeia Galega, dizendo a uma meiga rapariga tudo o que vem à cabeça, sem um pensamento para o ministério, a política ou o partido? Felizes aldeia-galeguenses, continuai assim eternamente e nunca penseis ou perguntei como se gasta o dinheiro da nação!

Já tinha ouvido dizer que os Portugueses tinham uma inclinação muito mais amorosa do que os Ingleses, e esperei uma oportunidade para vos dizer isto. Os habitantes desta aldeia, caminhando assim afectuosamente «chacun avec sa chacune», deram-me agora essa oportunidade. Mas é o que acontece geralmente em todas as nações de clima quente. [...]

Em Portugal estão todos apaixonados desde o dia do nascimento até à morte, e Camões sabia do que falava quando disse:

«Venus bella,
affeyçoada à gente Lusitana» [1]

[...]

O Amor é a paixão predominante junto do Tejo como a Liberdade junto do Tamisa.

Há muitas mais diferenças espantosas entre os Portugueses e os Ingleses, mas entre várias, a que é mais notável é a forma diferente de devoção, quando por devoção entendermos a aparência exterior da religião, independentemente do seu espírito. Vejam os ingleses na igreja. Estão de pé ou sentados com um olhar tranquilo, cantam os salmos e as antífonas com um tom de voz sereno e nem um só, em cem, revela o menor arrebatamento, excepto os poucos das seitas dos metodistas e quacres que podem ser chamados a parte lusitânica da nação inglesa.

Pelo contrário, os portugueses na igreja são devotos no grau superlativo. Estão quase todo o tempo de joelhos, erguem fixamente os olhos para cima, entrelaçam os dedos, cantam muito alto ou proferem jaculatórias com grande ardor e, muitas vezes, batem no peito com as mãos.

Deixem as igrejas e olhem para as suas casas. Verão nas paredes exteriores muitas cruzes pintadas, ou uma Nossa Senhora, um S. Francisco ou um Santo António. Olhem para um frade que entra: homens, mulheres

---

[1] *Os Lusíadas*, canto I, oitava 33, vv. 1-2.

e crianças levantar-se-ão precipitadamente, correrão para ele e beijar-lhe-ão humildemente a mão, a manga, a orla do fato ou as contas que lhe pendem da cintura. Todas as noites os podeis ver, aos grupos, ajoelhados à roda de um alto crucifixo plantado no meio da rua, cantando litanias o mais alto possível. E nenhum deles se atreve a morrer sem cumprir muitos ritos preparatórios que não se usam em Inglaterra; e quando morrem são enterrados vestidos com um hábito que pode ter sido comprado a um franciscano ou a um dominicano, de cuja santidade tinham boa opinião. Lembro-me de um impudente franciscano português, que encontrei uma vez num barco quando descia o nosso Pó, que considerava todos os italianos pouco menos do que heréticos. O que o levou a essa opinião foi que ninguém, em Itália, lhe daria um real pelo seu casaco, que em Portugal poderia vender à vontade por quarenta ou cinquenta coroas. Que palavras podem exprimir a devoção dos portugueses à Virgem Maria? Os Italianos do Sul dificilmente lhe dão tanto apreço como os Portugueses, mas os Ingleses nunca pensam nela. Podeis imaginar fàcilmente que quem nada compreende da Virgem compreende menos do que nada dos Santos, o que não é o caso em Itália e Portugal. Os Portugueses reverenciam-nos muitíssimo, mais ainda do que nós; e acima de tudo não podereis conceber que ideias sublimes têm de St.º António! Os doze Apóstolos todos juntos não têm a centésima parte das orações que lhe são dirigidas. Santo António era um compatriota deles e, por isso, supõem que se lembrará mais deles do que qualquer dos Apóstolos ou qualquer outro. Mas o que têm a ver com S. Francisco, que era nosso compatriota e, penso eu, nunca visitou Portugal na sua vida? Colocam-no no mesmo nível do seu próprio Santo António e mesmo num grau mais alto, se posso avaliar pelos seus «Franciscos» e «Franciscas» que são muito mais numerosos no seu país do que os «Antónios» e «Antónias». Podeis ter um exemplo da paixão portuguesa, primeiro por Nossa Senhora e depois por S. Francisco, se tornardes a ver o diálogo atrás, tirado do livro oratoriano. Aí descobrireis que cada uma das quatro filhas do Rei foi baptizada com o nome de Maria Francisca.

Mas a grande devoção dos Portugueses não interfere no amor pelo outro sexo ou no amor pela dança, que é outro dos seus amores principais. Mal entoaram as litanias nocturnas em frente aos crucifixos, nas ruas, às janelas e varandas, se fizerdes um passeio pelas ruas, vereis nas casas e lojas muitos deles dançando alegremente ao som de uma ou duas guitarras, enquanto algum do grupo ou os próprios guitarristas cantam uma cantiga a acompanhar a música. Nada dos vossos «minuets» e «aimables». As suas danças não são tão frias, insípidas e afrancesadas. Consistem principalmente em saltos e sacudidelas, em posturas lânguidas e lânguidas quedas, num rápido e incessante bater dos calcanhares no chão, perfeitamente calculados para inflamar a alma de alegria e o coração de desejo.

Assim, os Portugueses vivem numa sucessão ininterrupta de devoção e prazer. Não são glutões nem bêbados, embora o país não tenha falta de alimento ou bebida. Geralmente a sua carne de vaca e vitela não é tão boa

como a de Inglaterra e das regiões oeste e norte da Itália, mas a carne de porco, carneiro e cordeiro é excelente, como o são igualmente as galinhas, aves de criação, patos-bravos, perus e caça. Quanto ao peixe, o mercado de Lisboa é talvez o mais abundante e variadamente abastecido da Europa; e todos os frutos e legumes são superlativamente bons. A gente humilde raramente come carne, mas as pessoas de condição têm muito boa mesa e cozinheiros franceses. Contudo, manter uma mesa requer uma despesa considerável em Lisboa, se viver em casa custa proporcionalmente tanto como viver numa estalagem. A minha mesa em casa de Kelly, que era longe de ser sumptuosa, custava-me cerca de um guinéu por dia. Mas não conheço nada do tipo de vida dos grandes em Lisboa, porque não vi nenhum. Pelo que vi nas classes inferiores, parece que gostam de boas casas, se têm uma que seja boa: mas se a não tiverem, uma barraca serve muito bem. No que respeita a mobília de casa não têm ideias refinadas. Um colchão duro num canto, uma esteira ou as próprias roupas ser-lhes-ão tão úteis como uma cama de penas; por isso parecem geralmente tão sujos. Quase nada pode suprir para eles o lugar dos alimentos; e a água é excelente para apagar a sede, especialmente uma água tão boa como eles têm.

Assim vive o Português, sem pensar muito no dia de amanhã que, juntamente com a liberdade, está sempre em primeiro lugar na cabeça de um Inglês. São em geral saudáveis, cheios de alegria, e vivem muito, se se pode julgar do grande número de pessoas idosas que se vêem na sua metrópole. Se a proporção de felicidade é maior em Portugal do que em Inglaterra, ou o contrário, não tenho possibilidades de calcular; mas os Portugueses não parecem perturbados com desejo de mudança ou receio de privações.

A ruína da capital foi uma desgraça para ser comiserada eternamente. Falando dela os Portugueses diziam: «Quem não há visto Lisboa, não há visto cousa boa» [...]. Destes ditados com parcialidade quase todas as nações tem um, se não mais. «Quien no ha visto Sevilla, no ha visto maravilla»: Quem não viu Sevilha não viu maravilha. «Qui n'a point vu Versailles, n'a vu rien qui vaille»: Quem não viu Versalhes nada viu que valha. Podia dar-vos muitos mais ditados desta espécie, se me lembrasse. O dos napolitanos é o mais enérgico de todos eles, apesar de não ser em rima: «Vedi Napoli e po' mori» — Ver Nápoles e depois morrer.

[...]

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

A bibliografia de Giuseppe Baretti até cerca de 1941 está consignada na obra de

PICCIONI, Luigi

BIBLIOGRAFIA ANALITICA DI GIUSEPPE BARETTI / Con un'appendice di cronologia biografica barettiana / Con una tavola fuori testo.
TORINO — Società Subalpina Editrice, 1942.
[Volume de pp. XII + 147 + (3) + 1 estampa]

I

OBRAS DE GIUSEPPE BARETTI

A / JOURNEY / FROM / LONDON TO GENOA, / THROUGH / ENGLAND, PORTUGAL, SPAIN, / and FRANCE / By JOSEPH BARETTI, / Secretary for Foreign Correspondence to the Royal / Academy of Painting, Sculpture, and Architecture. / IN FOUR VOLUMES / ...
LONDON, / Printed for T. DAVIES, in Russel-Street, Covent-/Garden; and L. DAVIS, in Holborn. / M DCC LXX.

[São 4 volumes, dos quais o primeiro tem pp. VII + 306 pp.; o segundo 320; o terceiro 320; o quarto 311 + 14 de Índices].

SCRITTI SCELTI / INEDITI O RARI / di / GIUSEPPE BARETTI / con / NUOVE MEMORIE DELLA SUA VITA
MILANO / per G. B. Bianchi & C.
Volume I: 1822 [pp. 410]; Volume II: 1823 [pp. 407]

No 1.º volume, a pp. 43-216, vem a monografia de Pietro Custodi subordinada ao título: MEMORIE DELLA VITA di GIUSEPPE BARETTI.

LETTERE INEDITE di GIUSEPPE BARETTI ad ANTONIO GREPPI
(In ARCHIVIO STORICO LOMBARDO: Série II, Ano XIII, fasc. 3.º, pp. 641-665. Milão, 1886).

PREFAZIONI E POLEMICHE / a cura di Luigi Piccioni
BARI — Gius. Laterza & Figli, 1911. [Volume de pp. 405]

LETTERE FAMILIARI / con introduzione e commento di Attilio Simioni.
MILANO — Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi, 1911.
(Volume de pp. LXIV + 299).

LA SCELTA DELLE LETTERE FAMILIARI / a cura di Luigi Piccioni
BARI — Gius. Laterza & Figli, 1912 [Volume de pp. 460]

P R O S E / scelte ed annotate da Luigi Piccioni
TORINO — G. B. Paravia & C., 1922. [Volume de pp. XVI + 464].

DISCOURS SUR SHAKESPEARE ET SUR MONSIEUR DE VOLTAIRE / Per la prima volta ristampato nel testo originale (1777) a cura di Francesco Biondolillo
LANCIANO — R. Carabba, Editore — 1911. [Volume de pp. 133 + 3]

LETTERE DAL PORTOGALLO
ROMA — Colombo Editore, 1945 [*mas o cólofon reza:* Finito di stampare... in Roma nel Luglio 1944]. Não vem mencionado o nome do organizador desta edição.

LETTERATI MEMORIALISTI E VIAGGIATORI DEL SETTECENTO / a cura di Ettore Bonora.
MILANO / NAPOLI — Riccardo Ricciardi Editore, 1951. [Volume de pp. XI + 1144].

Encontram-se neste volume cinco das cartas que nos interessam, a saber:

pp. 496-500: Carta X X V I [Sintra, 11 de Setembro de 1760]
pp. 500-504: Carta XXXIII [Vendas Novas, 18 de Setembro de 1760]
pp. 504-512: Carta X X X V [Estremoz, 20 de Setembro de 1760]
pp. 512-521: Carta XXXVI [Elvas, 22 de Setembro de 1760]
pp. 522-524: Carta XXXVII [Badajoz, noite de 22 de Setembro de 1760]

O P E R E / A cura di Franco Fido
MILANO — Rizzoli Editore, 1967. [Volume de pp. 1090]

* * *

Le / TREMBLEMENT DE TERRE / DE LISBONNE / LETTRE / de Mr. JOSEPH BARETTI / traduite de l'italien, et ornée de notes grammaticales / pour ceux qui étudient la langue française / par / CÉSAR AUGUSTE LAMPRONTI
ROVIGO / Établissement d'Antoine Minelli / 1862
[Folheto de 16 páginas. Formato: mm. 205×135]

PORTUGAL EM 1760 / Cartas Familiares / (XV a XXXVIII) / de JOSÉ BARETTI / Traduzidas do Italiano / por / Alberto Telles
LISBOA — Typ. Barata & Sanches... / M DCCC XCVI [Volume de 118 pp.]
(Trata-se de um separata de: OCCIDENTE / Revista Illustrada de Portugal / e do Estrangeiro: Vol. XIX [Ano 19.º] — LISBOA, 1896).

II

ESTUDOS SOBRE GIUSEPPE BARETTI

[*Anónimo*]
IL BERETTI [*Sic!*] / *INSTRUITO* / NELLE COSE / DI PORTOGALLO, / E SUOI ERRORI, / *CON UN OPUSCOLO* / CONTRO LA DI LUI / FRUSTA LETTERARIA.
ROVEREDO 1765. / *Con Licenza de' Superiori*
(É um libelo de 38 páginas)

CARAMELLA, Santino
L'ESTETICA ITALIANA DALL'ARCADIA ALL'ILLUMINISMO
(Está a pp. 875-966 de: PROBLEMI ED ORIENTAMENTI CRITICI DI LINGUA E DI LETTERATURA ITALIANA / MOMENTI E PROBLEMI DI STORIA DELL'ESTETICA / Parte Seconda / DALL' ILLUMINISMO AL ROMANTICISMO.
[MILANO — Marzorati Editore, 1959]. A pp. 946-949: NATURA DELLA POESIA E RAGIONE DELLA CRITICA IN GIUSEPPE BARETTI.

CARBONARA, Raffaella
GIUSEPPE BARETTI E LA SUA TRADUZIONE DEL «RASSELAS» DI S. JOHNSON.
TORINO — G. Giappichelli Editore, 1970. (Volume ín-8.º, de 252 pp.).

CARVALHO, Maria Helena Garrido Gomes
GIUSEPPE BARETTI / Vida e obra, com referência especial às CARTAS SOBRE PORTUGAL. / Dissertação de Licenciatura em Filologia Germânica apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra.
COIMBRA — 1955. [Volume dactilografado, de pp. 134 + (2) de Índice]. *Inédita.*

CROCE, Benedetto
GIUSEPPE BARETTI
(Lemos este ensaio — anteriormente publicado na célebre revista LA CRITICA — a pp. 440-445 do volume: PROBLEMI DI ESTETICA E CONTRIBUTI ALLA STORIA DELL' ESTETICA. Quarta edizione.
BARI — Gius. Laterza & Figli, 1949).

DEVALLE, Albertina
LA CRITICA LETTERARIA DEL '700 / GIUSEPPE BARETTI / SUOI RAPPORTI CON VOLTAIRE, JOHNSON E PARINI.
(MILANO — Ulrico Hoepli, Editore — 1932. Volume de pp. VIII + 198).

FRATTAROLO, Renzo
GIUNTA A UNA STORIA DEI GIORNALI LETTERARI DEL '700.
(Está na revista ACCADEMIE E BIBLIOTECHE D'ITALIA: Ano XXXV, n.os 4/5, pp. 323-343. Roma, 1967).

FUBINI, Mario
1) GIUSEPPE BARETTI SCRITTORE E CRITICO.
2) GIUSEPPE BARETTI DALLE «LETTERE AI SUOI TRE FRATELLI» ALLA «FRUSTA LETTERARIA»
(Estes dois ensaios estão, respectivamente, a pp. 218-256 e 257-291 do volume: DAL MURATORI AL BARETTI / STUDI SULLA CRITICA E SULLA CULTURA DEL SETTECENTO / Seconda edizione riveduta, corretta e accresciuta di nuovi studi.
BARI — Gius. Laterza & Figli — 1954).

FUBINI, Mario *s. v.* BARETTI, Giuseppe
in DIZIONARIO BIOGRAFICO DEGLI ITALIANI / Vol. VI, pp. 327-335.
ROMA — Istituto della Enciclopedia Italiana — 1964. (É, sem dúvida, uma primorosa síntese histórico-literária).

JONARD, Norbert
GIUSEPPE BARETTI / (1719-1789) / L'Homme et l'Oeuvre.
(CLERMONT-FERRAND: Imprimerie G. De Bussac, 1963. Volume de pp. 503).
É uma tese de Doutoramento.

LOPRIORE, Giuseppe Italo
GIUSEPPE BARETTI
(Bom panorama histórico-literário e bibliográfico, que se lê a pp. 2043-2067 de: ORIENTAMENTI CULTURALI / LETTERATURA ITALIANA / I MINORI / Volume II / [MILANO — Ed. Dott. Carlo Marzorati, 1961])

MALATO, Enrico
L'ILLUMINISMO E LA CULTURA ITALIANA DEL SETTECENTO. (Na NUOVA ANTOLOGIA DI LETTERE, ARTI E SCIENZE: Ano XCIII, n.º 1891, pp. 343-356. ROMA, 1958).

MORANDI, Luigi
VOLTAIRE CONTRO SHAKESPEARE, BARETTI CONTRO VOLTAIRE. CON UN'APPENDICE ALLA «FRUSTA LETTERARIA» E XXIV LET TERE DEL BARETTI INEDITE O SPARSE. Nuova edizione migliorata e molto accresciuta. (CITTÀ DI CASTELLO — Scipione Lapi Tipografo Editore, 1884. A 1.ª edição deste importante livro foi publicada em Roma, pelo editor Angelo Sommaruga, em 1882).

NERI, Achille
GIUSEPPE BARETTI E I GESUITI
(Está a pp. 106-125 do SUPPLEMENTO N.º 2 *del* GIORNALE STORICO DELLA LETTERATURA ITALIANA. Turim, 1895).

PERNA, Maria Luisa
UNA LETTERA INEDITA DI GIUSEPPE BARETTI
(Na RIVISTA STORICA ITALIANA: Ano LXXIX, n.º 3, pp. 796-802. Napoli, 1967).

PICCIONI, Luigi
GIUSEPPE BARETTI PRIMA DELLA «FRUSTA LETTERARIA».
(É o SUPPLEMENTO 13/14 do GIORNALE STORICO DELLA LETTERATURA ITALIANA. Turim, 1912. Volume de 300 pp.).

PIOZZI, Hesther Lynch
ANECDOTES of SAMUEL JOHNSON / by / HESTHER LYNCH PIOZZI / with an Introduction by / S. C. Roberts.
CAMBRIDGE — At the University Press, 1932. [Volume de pp. XXX + 196].

LUBBERS-VAN DER BRUGGE, Catharina Johanna Maria
JOHNSON AND BARETTI / Some aspects of eighteenth-century literary life in England and Italy.
Bij J. B. Wolters' Uitgeversmaatschappij / GRONINGEN-DJAKARTA, 1951. [Volume de pp. (6) + 157, com algumas estampas f.d.t. É uma tese de Doutoramento].

TEZA, Emilio
GIUDIZI DEL BARETTI E DEL VOLTAIRE SOPRA ALCUNI VERSI DEI «LUSIADI» / LETTERA DI E. TEZA ALL'AMICO SUO G. DE ARAUJO.
LIVORNO — Tipografia di Raffaello Giusti — 1899.
(É um folheto muito raro, que se pode ler a pp. 209-218 de: ANTÓNIO DE PORTUGAL DE FARIA / PORTUGAL E ITALIA / Elenco de manuscriptos portuguezes ou referentes a Portugal existentes nas Bibliotecas de Itália, precedido de um supplemento geral ao «Ensaio de Diccionário Bibliográfico» // LEORNE / Typographia de Raphael Giusti / 1900).

TOFFANIN, Giuseppe
B A R E T T I
(A pp. 281-302 do volume: L'EREDITÀ DEL RINASCIMENTO IN ARCADIA. BOLOGNA — Zanichelli Editore, 1923).

III

CORRENTES LITERÁRIAS E FILOSÓFICAS NA ÉPOCA DE G. BARETTI

BOSCO, Umberto
PREROMANTICISMO E ROMANTICISMO
(Está a pp. 597-657 de: PROBLEMI E ORIENTAMENTI CRITICI DI LINGUA E DI LETTERATURA ITALIANA / III / QUESTIONI E CORRENTI DI STORIA LETTERARIA.
[MILANO — Casa Editrice Dott. Carlo Marzorati, 1949]).

FUBINI, Mario
ARCADIA E ILLUMINISMO
(*Ut supra*, pp. 503-595).

I CLASSICI ITALIANI NELLA STORIA DELLA CRITICA / a cura di WALTER BINNI / Vol. II / Dal Vico al D'Annunzio.
FIRENZE — La Nuova Italia Editrice, 1958.

DE RUGGIERO, Guido
STORIA DELLA FILOSOFIA / Parte Quarta / LA FILOSOFIA MODERNA / II / L'ETÀ DELL'ILLUMINISMO / Volume I / Quarta edizione
BARI — Gius. Laterza & Figli, 1950. [Volume de pp. 278].

IV

PROBLEMAS DE LÍNGUA ITALIANA

A)

LABANDE-JEANROY, Thérèse
LA QUESTION DE LA LANGUE EN ITALIE / EXAMEN CRITIQUE DES DONNÉES DU PROBLÈME DES MÉTHODES ET DES SOLUTIONS
STRASBOURG — Faculté des Lettres de l'Université, 1925.
(Volume in-8.º gr., de pp. 264).

PUPPO, Mario
DISCUSSIONI LINGUISTICHE DEL SETTECENTO
(Separata do volume n.º 63 da colecção «I Classici Italiani», publicada pela Unione Tipografico-Editrice Torinese. TURIM, 1957. Salientamos o cap. VI, subordinado ao título: BARETTI E LA DIFESA DELLO STILE «NATURALE»)

MIGLIORINI, Bruno
STORIA DELLA LINGUA ITALIANA / Seconda Edizione.
(FIRENZE — G. C. Sansoni Editore — 1960. Volume de pp. XVI + 841)

BATTAGLIA, Salvatore
IL PROBLEMA DELLA LINGUA DAL BARETTI AL MANZONI
NAPOLI — Liguori Editore — 1965 [Volume de pp. 236 + (2)]

B)

PASQUALI, Giorgio
«IN CASA I FRESCOBALDI»
(Na revista LINGUA NOSTRA: Ano I, nº. 1, pp. 8-10. Florença, 1939).

BIANCHI, Enrico
ANCORA «IN CASA I FRESCOBALDI»
(*Ibidem:* n.º 2, pp. 44-45).

PEI, Mario A.
LA COSTRUZIONE «IN CASA I FRESCOBALDI»
(*Ibidem:* n.º 4, pp. 101-103).

POPPE, E.
ANCORA «IN CASA I FRESCOBALDI»
(In ATTI E MEMORIE DELL'ACCADEMIA TOSCANA DI SCIENZE E LETTERE «LA COLOMBARIA»: Vol. XXXI, pp. 217-249. Florença, 1966).

V

SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA LITERATURA PORTUGUESA

WALTER, Félix
LA LITTÉRATURE PORTUGAISE EN ANGLETERRE À L'ÉPOQUE ROMANTIQUE
PARIS — Librairie Ancienne Honoré Champion, 1927. [Volume de pp. VIII + 150].

CIDADE, Hernâni
LIÇÕES DE CULTURA E LITERATURA PORTUGUESAS / 2.º Volume / DA REACÇÃO CONTRA O FORMALISMO SEISCENTISTA AO ADVENTO DO ROMANTISMO / 4.ª edição.
COIMBRA — Coimbra Editora, 1959.

PAIVA, Maria Helena de Novais
CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ESTILÍSTICA DA IRONIA
LISBOA — Centro de Estudos Filológicos, 1961. [Volume de pp. XVI + 562].

MAÇÃS, Delmira
IRONIA E DEPRECIAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA. (A propósito da obra «Estilística da Ironia»).
(Na REVISTA PORTUGUESA DE FILOLOGIA: Vol. XIV, 1966/1968, tomos I-II, pp. 13-114. Coimbra, Março de 1969. Utilizámos uma separata que foi divulgada em 1967).

VI

SOBRE ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS

BRAGA, Teófilo
HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NAS SUAS RELAÇÕES COM A INSTRUÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA / Tomo III / 1700 a 1800.
LISBOA / Por ordem e na Tipografia da Academia das Ciências / 1898.
(Veja-se, o capítulo III: A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E A REFORMA DA UNIVERSIDADE, a pp. 315-576).

COELHO, José Maria Latino
MARQUEZ DE POMBAL / Grande edição popular / ornada de noventa illustrações. // LISBOA — Empreza da História de Portugal — 1905.
[Volume de pp. VIII + 307 + (3) in-8.º gra.].

BATTELLI, Guido
II TERREMOTO DI LISBONA NELLE MEMORIE DEGLI SCRITTORI ITALIANI CONTEMPORANEI.
(Na revista BIBLOS: Vol. V, pp. 541-553. Coimbra, 1929).

MARQUÊS de RIO MAIOR
NO CENTENÁRIO DO TERREMOTO GRANDE / 2.ª edição correcta. LISBOA — 1955 [Folheto de 32 pp. in-8.º gr., anteriormente publicado na revista ESTREMADURA / Boletim da Junta Distrital: Série II, n.os 32/33/34].

BOXER, Charles Ralph
SOME CONTEMPORARY REACTIONS TO THE LISBON EARTHQUAKE OF 1755
(Está na REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA: Tomo XXII — 2.ª Série — n.º 2, pp. 113-129. Lisboa, 1956)

*
* *

AZEVEDO, João Lúcio de
O MARQUEZ DE POMBAL E A SUA ÉPOCA / Segunda edição com emendas / 1922 / RIO DE JANEIRO — Annuario do Brasil / LISBOA — Seara Nova / PORTO — Renascença Portuguesa. [Vol. de pp. 398 + (2)]

AZEVEDO, João Lúcio de
ÉPOCAS DE PORTUGAL ECONÓMICO / Esboços de História / 2.ª edição. LISBOA — Livraria Clássica Editora, 1947. [Volume de pp. 478 + (2)].

AZEVEDO, Pedro d'... / MACHADO, A. Reis
HÁBITOS E COSTUMES DOS PORTUGUESES, SEGUNDO OS ESTRANGEIROS
(Está na REVISTA LUSITANA: Vol. XXIV, 1921/1922, n.os 1/4, pp. 35-188. Lisboa, 1922). A matéria tratada está distribuída em duas séries: Primeira Série (pp. 37--141), da autoria de A. Reis Machado; Segunda Série (pp. 141-188), da autoria de Pedro d'Azevedo.

RATTON, Jácome
RECORDAÇÕES de... SOBRE OCORRÊNCIAS DO SEU TEMPO, DE MAIO DE 1747 A SETEMBRO DE 1810 / 2.ª edição / revista cuidadosamente por J. M. Teixeira de Carvalho.
COIMBRA — Imprensa da Universidade, 1920. [Volume de pp. XVIII + 340 + (6)]

SAMPAYO, Luiz Teixeira de

O ARQUIVO HISTÓRICO / do / MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (Subsídios para o estudo da História / da Diplomacia portuguesa). COIMBRA — Imprensa da Universidade, 1926.

[Separata do ARQUIVO DE HISTÓRIA E BIBLIOGRAFIA — Vol. II]

(Volume de pp. 138 + (2), em que temos de fazer especial referência a uma notícia que colhemos na pág 95.)

INSTRUCÇÃO / DE / PRINCIPIANTES, / E NOVO METHODO / De se aprenderem as primeiras letras / *PARA O USO DAS ESCOLAS* / *da Congregação do Oratorio* / / NA CASA DE / N. SENHORA / DAS NECESSIDADES, / *ORDENADO* / Pela mesma Congregação //.

LISBOA / Na Offic. de MIGUEL RODRIGUES, / Impressor do Eminentissimo Se-/nhor Cardeal Patriarca / Anno M.DCC.L.

[Volume de pp. XXVI + 466. Reproduzimos o rosto a p. 444]

ÍNDICE DE NOMES

A

ABRANTES, Marquês de... [=D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses: 1676-1733] 445
ACCIAIUOLI, Filippo [*Cardeal:* Roma, 12-III-1700 // Ancona, 24-VII-1766] 410 - 440 - 478 - 484
ACCIAIUOLI, Monsenhor... 479
ACHILLINI, Cláudio [Bologna, 18-IX-1574 // Il Sasso, 1-X-1640] 434
ACI DELPUSIANO [*Nome arcádico de* Eustachio Manfredi] 563/Nota
ACTÉON 413
ADÃO 476
ADDISON, Joseph 333 - 334
ADRIÁTICO, Mar... 471/Nota 2
ÁFRICA 384 - 412 - 422 - 424 - 425/Nota 1 - 447
AFRICANTE 436
AFRODITE 471/Nota 1
AGGIUNTI, Niccolò 490
AGÚDIO, Giuseppe Candido 334
AJUDA, Palácio da... 410/Nota 2
ALCÂNTARA, Aqueduto de... 416 - 419 - 468
ALCÂNTARA, Vale de... 415 - 418 - 441 - 448 - 477 - 480 - 481 - 482
ALCINA [*Fada*] 358 - 387
ALCMENA 467
ALDEIA GALEGA 359 - 449 - 451 - 452 - 453 - 457 - 458 - 459 - 478 - 480 - 482 - 492
ALEMANHA 437
ALENTEJO 359 - 478
ALFIERI, Vittorio [Asti, 16-I-1749 // Firenze, 8-X-1803] 333/Nota 1 - 409/Nota 3
ALGAROTTI, Francesco [Veneza, 11-XII-1712 // Pisa, 3-V-1764] 342 - 346/Nota 1
ALGARVE 396
ALIGHIERI, Dante [Florença, Maio de 1265 // Ravena, Setembro de 1321] 341 - 423/Nota 4 - 450/Nota 2 - 452/Nota 1
ALIONE: *grafia errada, por*
ALLIONI, Carlo [Turim, 3 ou 23-IX-1728 // 30-VII-1804] 460
ALMADA 406 - 407
ALPES 392
AMARÍLIS 458
AMÉRICA 384 - 395/Nota 1 - 418 - 422
ANA, Santa... 486/Nota 1
ANDALUZIA 464
ANDES 392/Nota 2
ANDRADE E CASTRO, Ambrósio Freire de: 348-349/Nota 2 - 350 - 351 - 375/Nota - 377/Nota - 381/Nota
ANGÉLICA [*Personagem do «Orlando Furioso»*] 391/Nota 2 - 459/Nota 1
ANSON, George 395/Nota 1
ANTÃO, Santo... 426/Nota 2
ANTÓNIO [*Criado do Duque de Aveiro*] 401
ANTÓNIO, Santo... 492 - 493
ANTÓNIO ABADE, Santo... : *Veja* ANTÃO, Santo...
AÓNIAS, donzelas... 450
AQUILES 386
AQUILES [*Personagem de P. Metastásio*] 435 - 438
ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de... [Lisboa, 15-VI-1823 // 29-IV-1903] 384/Nota 2
ÁRBACES [*Personagem de P. Metastásio*] 435
ARCÁDIA, Academia da... 332 - 355 - 490/Nota 9
ARGALIA [*Personagem de poemas cavaleirescos italianos*] 389/Nota 5 - 391
ARIOSTO, Ludovico [Reggio Emília, 8-IX-1474 // Ferrara, 6-VII-1533] 339 - 387/Nota 1 - 390/Nota - 391/Nota 2 - 402/Nota 1 - 412/Nota 2 - 428 - 461/Nota 2 - 487/Nota 1
ARISTARCO SCANNABUE [*Pseudónimo de Giuseppe Baretti*] 335 - 338 - 340 - 398/Nota 1

ARISTEU 413/Nota 2
ARLECCHINA 451/Nota 1
ARLEQUIM 389/Nota 3
ARRAIOLOS 457 - 458 - 459 - 460 - 480 - 482
ÁRTEMIS 413
ARTEMÍSIA 415
ÁSIA 384 - 422
ASPÁSIA [*Personagem de P. Metastásio*] 435
ASSÍRIA 402/Nota 2 - 415
ASTOLFO [*Personagem do «Orlando Furioso»*] 390/Nota - 487
ÁTILA 450
ATLANTE 390/Nota
ATLÂNTICO 348 - 366
ATLÂNTIDAS 430/Nota 1
AURORA 411/Nota 2
AUTÓNOE 413/Nota 2
AVEIRO, Duque de... 401 - 403 - 410 - 411 - 432/Nota 1 - 440 - 484 - 485 - 486
AZEVEDO, João Lúcio de... 501
AZEVEDO, Pedro d'... 417/Nota 1 - 501

B

BACH, Johann Sebastian 464/Nota 2
BADAJOZ 471 - 473 - 474 - 476 - 477 - 478 - 479
BAIONA 470
BAKER, Ralph 433/Nota 1
BALESTRIERI, Domenico [Milão, 16-IV-1714 / / 11-VI-1780] 332
BAPTISTA [*Criado de Giuseppe Baretti*] 388 - 424 - 450 - 451 - 457 - 459 - 462 - 463 - 466 - 470 - 472 - 473 - 478 - 492
BARBADINHOS, Convento dos... 420/Nota 3
BÁRBARA, Infanta D. ... 454/Nota 1
BARCELONA 455 - 476
BARETTI, Amedeo : *passim*
BARETTI, Filippo : *passim*
BARETTI, Giovanni : *passim*
BARETTI, Giuseppe : *passim*
BAROZZI, Iácopo 428
BÁRTOLI, Giuseppe 333 - 466/Nota
BATTAGLIA, Salvatore 341/Nota 1 - 499
BATTELLI, Guido 400/Nota 1 - 501
BEDFORD, Duque de... 364
BELÉM 387 - 388 - 401 - 407 - 410 - 441 - 443
BELLINI, Lorenzo 490
BEMBO, Pietro [Veneza, 20-V-1470 / / Roma, 18-I-1547] 339
BENTO XIV, papa [= Prospero Lambertini : Bologna, 31-III-1675 / / Roma 3-V-1758] 406/Nota 1
BEÓCIA 450/Nota 3
BERBERIA 425
BERGALLI GOZZI, Luisa [*Irminda Parténide*, na Arcádia : Veneza, 15-IV-1703 / / 1779] 332
BÉRGAMO 382/rodapé
BERNI, Francesco [Lamporecchio, 1497 ou 1498 / / Florença, 26-V-1535] 332 - 334 - 343 - 366 - 402/Nota 1 - 425 - 467/Nota 1 - 477 - 480
BERSANI, Giulio Cesare 349 - 375/Nota - 377/Nota
BETTINELLI, Saverio [Mântua, 18-VII-1718 / / 13-XII-1808] 342
BIANCHI, Enrico 392/Nota 1 - 500
BICETTI de' Buttinoni, Giovanni Maria Giuseppe [Treviglio, 10-XII-1708 / / 6-II-1778] 332
BINNI, Walter 499
BIONDI, Giovanni Francesco [Lêsina, 1572 / / Aubonne (Suíça), 1644] 435/Nota
BIONDOLILLO, Francesco 496
BLUTEAU, Rafael [De família francesa : Londres, 4-XII-1638 / / Lisboa, 14-II-1734] 433
BOA ESPERANÇA, Cabo da... 425/Nota 1
BOCCACCIO, Giovanni [Certaldo ou Florença, Junho ou Julho de 1313 / / Certaldo, 21-IX-1374] 342 - 343 - 344 - 367 - 412/Nota 2 - 433/Nota 4
BOÉCIO [= Anicio Manlio Torquato Severino Boezio : Roma, c. 480 / / Pavia, 526] 476
BOIARDO, Matteo Maria [Scandiano, Maio ou Junho de 1441 / / Reggio Emília, 19-XII-1494] 389/Nota 5 - 391/Nota 2 - 402/Nota 1
BOILEAU-DESPRÉAUX, Nicolas [Paris, 1636 / / 1711] 489
BONORA, Ettore 346/Nota 1 - 496
BORGONHA, Conde Henrique de... 443
BOSCAWEN, Edward 412/Nota 3
BOSCO, Umberto 499
BOSWELL, James [Edimburgo, 1740 / / Londres, 1795] 337
BOURDALOUE, Louis [Bourges, 1631 / / Paris, 1704] 433
BOXER, Charles Ralph 501

BRADAMANTE [*Personagem do «Orlando Furioso»*] 390/Nota
BRAGA, Teófilo 500
BRANDIMARTE [*Personagem do «Orlando Furioso»*] 361 - 461
BRASIL 384 - 389 - 394 - 399 - 432
BRESCIA [= port. BRÍXIA] 382/rodapé
BRETANHA 459/Nota 1
BRIGHELLA 389 - 390
BRÍXIA [= ital. *Brescia*] 382/rodapé
BUENOS AIRES, colina de... 387 - 441
BUONAFEDE, Appiano [= Agatopisto Cromaziano, na Arcádia : Comacchio, 1716 / / Roma, 1793] 335 - 354
BURGOS 472

C

CABEÇA [*Topón.*] 424 - 425 - 454 - 480
CACILHAS 406/Nota 3
CÁDIS 465/Nota 1
CADMO 413/Nota 2
CAFFARELLI [= CAFFARIELLO, CAFFARELLINO, do seu nome Gaetano MAIORANO: Bitonto, 12-IV-1710 / / Nápoles 31-I-1783] 437
CÁFFARO [ou CÁFARO], Pasquale [S. Pietro in Galatina (Lecce), 8-II-1706 / / Nápoles, 25-X-1787] 438/Nota
CAFFÈ, IL ... [*Periódico milanês :* 1764-1766] 342 - 343
CAIA [*Rio*] 476 - 477 - 478
CALZABIGI, Ranieri de' [Liorne, 23-XII-1714 / / Nápoles, Julho de 1795] 348
CAMBRIDGE 439/Nota 2
CAMÕES, Luís Vaz de [Lisboa?, 1524 ou 1525 / / 1579 ou 1580] 492 - 498
CAMPO PEQUENO [*Em Lisboa*] 388 - 396
CANTONI, Carlo 331
CAPITÓLIO 447
CAPPELLI, A. 350/Nota 1
CAPUCHOS, Convento dos... 386/Nota 7
CARAMELLA, Santino 496
CARBONARA, Raffaella 497
CÁRCANO, Francesco 332 - 350 - 398/Nota 1
CARLO EMANUELE III DI SAVOIA 419/Nota 1
CARO, Annibale [Civitanova Marche, 1507 / / Roma, 1566] 336
CAROLINAS DO SUL, Ilhas... 395/Nota 1
CARRÈRE, Pierre 417/Nota 1
CARVALHO, Maria Helena Garrido Gomes 497
CARVALHO E MELO, Sebastião José de..., Marquês de Pombal [Lisboa, 13-V-1699 / / Pombal, 8-V-1782] 355 - 401 - 403 404/Nota 1 - 410 - 420/Nota - 440 - 484
CASA, Giovanni Della... : *Veja* DELLA CASA, Giovanni
CASALE MONFERRATO 347
CASTELA 455
CASTELLI, Benedetto [Bríxia, 1577 / / Roma, 1643] 490/Nota 4
CASTIGLIO 406/Nota 3
CASTIGLIONE, Baldesar [Casático (Mântua), 6-XII-1478 / / Toledo, 17-II-1529] 475/Nota 2
CASTILHO [*Erro do Autor, por* CACILHAS] 406
CASTRO 446/Nota 1
CATAIO [= *China*] 459
CATALINA [*Jovem espanhola*] 471 - 473 - 474 - 475 - 476 - 477 - 479
CATÃO de Útica [95 / / 46 a. C.] 452
CELLINI, Benvenuto [Florença, 1500 / / 1571] 343
CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de [Alcalá de Henares, 9-X-1547 / / Madrid, 23-IV-1616] 446
CESAROTTI, Melchiorre [Pádua, 1730 / / Selvazzano, 1808] 342
CHARLEMONT, Lorde... [= Visconde de Caufield] 333
CHELSEA 460
CHIARAMONTI, Gian Battista [Bríxia, 1731 / / 1796] 335 - 350
CHILE 384
CHINA 395
CIÀMPOLI, Giovanni [Florença, 1589 / / Iesi, 1643] 434
CÍCERO, Marco Túlio [Arpino, 3-I-106 / / Caieta, 7-XII-43 a. C.] 425 - 489
CIDADE, Hernâni 500
CIMENTO, Accademia del... 490/Notas 3 e 5
CLARKE, Samuel [Norwich, 11-X-1675 / / Londres, 17-V-1729] 403
CLEMENTE XI, papa [= *Gianfrancesco Albani* : Urbino, 1649 / / Roma, 19-III-1721] 406/Nota 1
CLÓRIS 458
COARI, Giulio 490/Nota 1
COELHO, Afonso Sanches [= ALONSO SÁNCHEZ COELLO : Benifayrón (Valência), 1532 / / Madrid, 1590] 488/Nota 1

COELHO, José Maria Latino 501
COELLO, Alonso Sánchez : *Veja* COELHO, Afonso Sanches
COIMBRA 404 - 424 - 446 - 491
COLOMBINA 451 - 459
COLOMBO, Cristóforo [Génova, 1451 / / Valhadolid, 1506] 386 - 409
COMA 426/Nota 2
CONTI, Gioachino [= *Gizziello* : Arpino, 28-II-1714 / / Roma, 25-X-1761] 437
CORALLINA 451/Nota 1
CÓRDOVA 452/Nota
CORNELIO, Pier ... [= *Pierre Corneille*] 332 - 481/Nota 1
CORNEILLE, Pierre : *Veja* CORNELIO, Pier...
CORTIÇA, Convento da... 358 - 386 - 387 - 429 - 482
CRÉBILLON, Prosper [Dijon, 1674 / / Paris, 1762] 402/Nota 2
CREMA 382/rodapé
CRISTO 447
CROCE, Benedetto [Pescasséroli, 1866 / / Nápoles, 1952] 338/Nota 1 - 497
CRUSCA, Accademia della... 331 - 342 - 343 - 362 - 433/Nota 4
CUMBERLAND, Duque de... 419/Nota 3
CÚNEO 332
CUNHA, D. António da... [*Criado Cardeal por Clemente XI em 1712*] 445
CUNHA Manuel, D. Luís da... [Lisboa, ? / / 1775] 410/Nota 4
CUSTODI, Pietro 495

D

DALMÁCIA 471
DAMIENS, Robert François 448
DEIDAMIA [*Personagem de P. Metastásio*] 435
DEL BUONO, Candido 490
DEL BUONO, Paolo 490
DELLA CASA, Giovanni [Mugello, 1503 / / Montepulciano, 1556] 344 - 475/Nota 2
DEMOGÓRGONA 412
DE RUGGIERO, Guido 499
DEVALLE, Albertina, 497
DIANA de Éfeso 413 - 415
DI GENNARO, Giuseppe Aurelio [Nápoles, 1701 / / 1761] 343
DIOCLECIANO [*Imperador romano* : Salona, 243 / / 313 d. C.] 343 - 415/Nota 1
DIOSCÓRIDES, Pedânio [*Natural da Cilicia : I séc. d. C.*] 452/Nota 1
DOMICIANO, Tito Flávio [Roma, 51 / / 96 d.C.] 415
DONATELLO [= DONATO di BETTO BARDI : Florença, 1386 / / 1486] 453/Nota 2
DUMOURIEZ, Charles-François [Cambrai, 1739 / / Turville Park, 1823] 420/Nota 3 - 469/Nota 1

E

EBUDA, Ilha de... 459
ÉCIO [General e político; personagem de P. Metastásio: Durosturum, 390 / / Roma, 453 d.C.] 435
EDDY-STONE 408/Nota
EDGECUMBE, Monte... 407
EDUARDO, Senhor... : *Veja* SOUTHWELL, Edward
EGAN, Eugénio Nicolau 438
EGIPTO 415
EGIZIELLO : *Veja* GIZZIELLO
ELIANO, Cláudio [Nasceu em Preneste : c. 170 d.C.] 452/Nota 1
ELVAS 357 - 362 - 468 - 469 - 470 - 474 - 480
ELY, Ilha de... 439/Nota 2
E O S 411/Nota 2
ESCALÍGERO, Júlio César : *Veja* SCALIGERO, Giulio Cesare
ESCORIAL 488
ESCULÁPIO 453/Nota
ESPANHA : *passim*
ESTÁCIO, Papínio [Nápoles, c. 45 d.C. / / 96 d.C.] 412/Nota 2
ESTREMADURA 478
ESTREMOZ 357 - 361 - 461 - 463 - 465 - 466 - 468 - 469
ÉTON 450
EUROPA : *passim*
EVA 476
ÉVORA 436/Nota 1

F

FACCIOLATI, Iácopo [Torreglia (Pádua), 1682 / / Pádua, 1769] 491
FALMOUTH 383 - 384
FARIA, António de Portugal de 498
FARNÉSIO, Alexandre [= ALESSANDRO

FARNESE, Duque de Parma e Placência : Roma, 1545 / / Abadia de St. Waast, 1592] 453/Nota 2
FARNÉSIO, Rainúncio I [= RANUCCIO I FARNESE, Duque de Parma e Placência : Parma, 1569 / / 1622] 453/Nota 2
FAVÓNIO 449/Nota 3
FEBO 450
FÉNELON, François de Salignac de la Mothe [Fénelon, 1651 / / Cambrai, 1715] 425/Nota 2
FERNANDO VI de Espanha 454/Nota 1
FERRAGUDO ou FERRAÚ [*Personagem de poemas cavaleirescos*] 390/Nota - 456
FIDO, Franco 338 - 342/Nota 1 - 344/ Nota 1 - 496
FIELDING, Henry [Sharphan Park, Glastonbury, 22-VII-1707 / / Lisboa, 22-X- -1754] 334
FILIPE II 468 - 488
FILIPE III 468
FILIPE IV 468
FÍLIS 458
FINISTERRA, Cabo... 395/Nota 1
FIORDILIGI [*Personagem do «Orlando Furioso»*] 461/Nota 2
FIRENZE : *Veja* FLORENÇA
FIRENZUOLA, Ágnolo [Florença, 1493 / / Prato, 1543] 344
FIRMIAN, Conde Carlo di... [Trento, 1718 / / Milão, 1782] 347 - 348 - 349 - 350 - 375/Nota - 381/Nota - 481/Nota 1
FLORENÇA 367 - 434 - 446/Nota
FLORIMONTE, Galeazzo [= GALATEO : Sessa, 1478 / / 1567] 475/Nota 2
FOLENA, Giancarlo 446/Nota
FONTE FARTÉNIA 413/Nota 2
FORCELLINI, Egidio [Campo sul Piave, 1688 / / 1768] 491/Nota 1
FORTEGUERRI, Niccolò [*Pseudónimos : Niccolò Carteròmaco; Nidalmo Teseo* : Pistóia, 1674 / / Roma, 1735] 391/Nota 1 - 402/Nota 1
FRACASSA, Dom... 402
FRACASTORO, Girólamo [Verona, 1478 / / Villa d'Incaffi (Verona), 1553] 366 - 480
FRANÇA 340 - 351 - 352 - 405 - 432 - 451 - 464/Nota 2 - 474 - 488
FRANCESCHINI, Gino 490/Nota 4
FRANCISCO, São... 492 - 493
FRANCISCO DE SALES, São... 331/ Nota 2
FRATTAROLO, Renzo 497
FREGOSO, Cesare 480/Nota 1
FRISI, Paolo [Milão, 1728 / / 1784] 491
FRIUL 464/Nota 2
FUBINI, Mario 344/Nota 1 - 357 - 360 - 365 - 366 - 367/Nota 1 - 497 - 499
FUENTES, Remigio [Natural de Milão. Pertenceu à Academia dos «Trasformati»] 332

G

GADES [*Veja* CÁDIS]
GALATEU [= GALEAZZO FLORIMONTE] 475
GALES, Príncipe de... 419/Nota 3
GALILEU [= GALILEO GALILEI : Pisa, 15-II-1564 / / Arcetri, 8-I-1642] 490
GAMBA, Bartolomeo [Bassano del Grappa, 1766 / / Veneza, 1841] 463/Nota
GANELÃO [*Personagem das «chansons de geste»*] 460
GARAMANTES 412
GARRICK, David [Angel Inn, 1716 / / Londres, 1779] 334 - 340
GÉNOVA 351 - 352 - 387 - 422 - 448
GENOVESI, António [Castiglione (Salerno), 1713 / / Nápoles, 1769] 343
GINGES?, Marquês de... 410
GIUGLARIS, Luigi [Nice, 1607 / / ?, 1653] 434
GIUVENALE [Hoje : *Giovenale* = Décimo Júnio Juvenal] 361
GIZZI, Domenico [Arpino, 1680 / / Nápoles, c. 1758] 438/Nota
GIZZIELLO : *Veja* CONTI, Gioachino
GOA 384 - 399
GOBBI, Agostino 462
GOLDONI, Carlo [Veneza, 23-II-1707 / / Paris, 6-II-1793] 339 - 389/Nota 3 - 451 /Nota 1
GOUVEIA, Marquesa de... 440
GOZZI, Irmãos... 332 [= CARLO GOZZI : Veneza, 1720 / / 1806; e GÀSPARO GOZZI : Veneza, 1713 / / Pádua, 1786]
GOZZI-FERRIGO, Angioletta 336/Nota 1
GRÃ-BRETANHA 345 - 367
GRADASSO [*Personagem do «Orlando Furioso»*] 455/Nota 2 - 461/Nota 2
GRANADA 464
GRÃO-MOGOL 393

GRAVINA, Gian Vincenzo [Rogliano (Cosenza), 1664 // Roma, 1718] 342
GRÉCIA 415
GREPPI, António 347 - 348 - 495
GRIMANI, Lorenzo 382/rodapé
GUADIANA, Rio... 478 - 479
GUASTALLA 331
GUINÉ 409

H

HAMPSHIRE 448/Nota 1
HANÔVER 396
HARWICH 396
HÉLIOS 450/Nota 4
HELVÉTIUS, Claude Adrien [Paris, 1715 // 1771] 418/Nota 1
HERA 430/Nota 1
HÉRCULES 418 - 438 - 467
HERÓDOTO [Halicarnasso, 484? // c.444 a.C.] 402/Nota 1
HESPÉRIDES 430
HILL, Lady... 420
HIMENEU 412
HIPÓCRATES [Cós, c. 460 // Larissa c. 375 a.C.] 452/Nota 1
HIPOGRIFO 459
HORÁCIO FLACO, Quinto [Venúsia, 8-XII-65 // Roma, 27-IX-8 a.C.] 435/Nota 1
HOTENTOTES 425/Nota 1

I

IBÉRIA 450
«IDLER» 335
IMBONATI, Giuseppe Maria [Milão, 1688 // 1768] 332
ÍNDIA 393/Nota 1
ÍNDIAS ORIENTAIS 384
INDOSTÃO 393/Nota 1
INGLATERRA : *passim*
IRLANDA 421 - 438 - 482
ITÁLIA : *passim*

J

JAIME, D. ..., Duque de Bragança 468/Nota 1
JAIME I, Rei de Inglaterra 435/Nota
JOÃO IV, D. ... 468/Nota 1
JOÃO V, D. ... 384/Nota 2 - 389/Notas 1 e 2 - 396/Nota 1 - 406/Nota 1 - 431 - 443 - 468/Nota 1
JOHNSON, Samuel [Lichfield, 1709 // Londres, 1784] 334 - 337 - 340 - 345 - 353 - 383/Nota 1 - 497 - 498
JONARD, Norbert 331 - 359 - 367 - 497
JORGE, Castelo de São... 406/Nota 1
JORGE II, Rei de Inglaterra 396/Nota 2
JOSÉ I, D. ..., Rei de Portugal 345 - 351 - 389/Nota 1 - 410/Nota 2 - 443 - 445 - 454/Nota 1
JÚLIO II, papa [= GIULIANO DELLA ROVERE : Albissola, 1443 // Roma, 1513] 420/Nota 1
JUNO 415
JUNQUEIRA, Forte da... 410
JÚPITER 411/Nota 2
JUVENAL, Décimo Júnio 361 - 464 - 465

K

KAUNITZ-RITBERG, Wenzel Anton, Conde de... [Viena, 1711 // 1794] 348
KELLY 494
KINNOUL, Lorde... 412 - 414 - 461

L

LABANDE-JEANROY, Thérèse 499
LACTÂNCIO, Lúcio Cecílio Firmiano [Natural da África : 2ª metade do séc. III] 412
LADRÕES, Arquipélago dos... 395/Nota 1
LAGOS 412/Nota 3
LAMPRONTI, Cesare Augusto 496
LANFUSA 456
LÉRY, J. de... 418/Nota 1
LETES, Rio... 458/Nota 2
LE TOUENEUR, Pierre [Tradutor francês de Shakespeare : Valognes, 1736 // Paris, 1788] 340
LÍBIA 452/Nota 1
LINEU, Carlos [= CARL VON LINNÉ : Rashult, 1707 // Uppsala, 1778] 461
LINK, Heinrich Friedrich [Hildesheim, 1767 // Berlim, 1851] 424/Nota 2 - 443/Nota 1
LIPPI, Lorenzo [Pintor e poeta : Florença, 1606 // 1665] 361
LISBOA 352/Nota 3 - 356 - 363 - 367 - 383 - 384 - 385 - 416 - 420 - 421 - 423 - 424 - 430 - 431 - 435 - 438/Nota - 440 - 441 - 442 - 443 - 445 - 446 - 448 - 449 - 450 - 453

- 454 - 456 - 469 - 478 - 479 - 480 - 481 - 487 - 489 - 494
LISBOA OCIDENTAL 406
LISBOA ORIENTAL 407 - 408
LODI 454
LOMBARDIA 347 - 375
LONDRES 334 - 336 - 352 - 361 - 364 - 388 - 414 - 438 - 447/Nota 2 - 448 - 454 - 460/Nota 3 - 478
LOPRIORE, Giuseppe Italo 497
LOREDANO, Gian Francesco 435/Nota
LORENA 419/Nota 3
LUBBERS-VAN DER BRUGGE, Catharina Johanna Maria 498
LUCANO, Marco Aneu [Córdova, 39 d.C. // Roma, 65] 452
LUCCA 487
LUCULO, Lúcio Licínio [Roma, 120/117 a.C. // c. 57 a.C.] 415
LUDOVICI, João Frederico [= JOHANN FRIEDRICH LUDWIG : Schwaebisch-Hall, 1670 // Lisboa, 18-I-1752] 436/Nota 1
LUGANO 487
LUÍS XV, Rei de França 448/Nota 2
LUSITÂNIA 366 - 367 - 385

M

MAÇÃS, Delmira 500
MACHADO, Augusro Reis 417/Nota 1 - 420/Nota 3 - 424/Nota 2 - 443/Nota 1 - 469/Nota 1 - 501
MACHIAVELLI, Niccolò [Florença, 1469 // 1527] 336
MADRID 442 - 445 - 451 - 469 - 476 - 477
MAFRA 358 - 423 - 424 - 425 - 426 - 430 - 431 - 432 - 433 - 434 - 435 - 436 - 438 - 439 - 440 - 441 - 454 - 481 - 487
MAINARDI, Arlotto : *Veja* ARLOTTO, Prior... 445
MAIORANO, Gaetano : *Veja* CAFFARELLI
MALABAR, Costa do... 393/Nota 1
MALAGRIDA, Gabriele [Menaggio, 18-IX-1689 // Lisboa, 21-IX-1761] 486
MALATESTA, Giuseppe Richino 348 - 361 - 372/Nota
MALATO, Enrico 498
MANDANE [*Personagem de P. Metastásio*] 435
MANDRICARDINHO 462
MANDRICARDO [*Personagem do «Orlando Furioso»*] 462/Nota 1
MANFREDI, Eustachio [Na Arcádia, *Aci Delpusiano*: Bolonha, 1674 // 1739] 463/Nota
MANUEL [Caleceiro] 456
MANUEL, D. Luís da Cunha : *Veja* CUNHA Manuel, D. Luís da...
MANUEL, Dom... [Tio de D. José I] 410
MANZONI, Alessandro [Milão, 1785 // 1873] 341
MARATTI ZAPPI, Faustina : *Veja* ZAPPI MARATTI, Faustina
MARCIAL, Marco Valério [Bílbilis, 39 ou 40 d.C. // 104] 361 - 464 - 465 - 471
MARIA ANA ou MARIANA de Áustria, D. ... 443
MARIA ANA FRANCISCA, Infanta... 445
MARIA ANA VITÓRIA, Infanta de Espanha 445 - 454/Nota 1
MARIA FRANCISCA BENEDITA, Infanta... 445
MARIA FRANCISCA DOROTEIA, Infanta... 445
MARIA FRANCISCA ISABEL, Princesa do Brasil 445
MARINI, Giovanni Ambrogio 434/Nota 2
MARSILI, Giovanni 460 - 461
MARSÍLIO 460
MARTE 467
MÁRTIRE, Pietro 418/Nota 1
MEAXARAS [= Miajaras] 357
MÉDICIS, Leopoldo de... 490/Nota 3
MÉDICIS, Lourenço de... 409
MELLERIO 348
MÉRIDA 362/Nota 1
MERLE, Conde de... 410/Nota 4
MERÓSIO, Dr. ... 478 - 479 - 483
METASTASIO, Pietro [Roma, 1698 // Viena, 1782] 338 - 402/Nota 2 - 412/Nota 1 - 435
MÉXICO 384 - 409
MEYERBEER, Jakob [Berlim, 5-IX-1791 // Paris, 2-V-1864] 402/Nota 2
MIGLIORINI, Bruno 499
MILÃO [= it. *Milano*] 331/Nota 2 - 332 - 347 - 349 - 350 - 351 - 491
MILLER, Philip [Botânico inglês : 1691-1771] 437
MINERVA 418
MITRIDATES 425/Nota 3
MOCHI, Francesco [Montevarchi, 1580 // Roma, 1654] 453/Nota 2
MOLIÈRE [= JEAN BAPTISTE POQUELIN : Paris, 1622 // 1673] 489

MONFERRATO 464/Nota 2
MONTEMOR-o-NOVO 457 - 458 - 482
MORANDI, Luigi 347/Nota 1 - 498
MORTON [«um doutíssimo inglês»] 445
MURATORI, Ludovico Antonio [Vignola, 1672 / / Módena, 1750] 342
MUTINI, Claudio 490/Nota 7

N

NÁPOLES [= it. *Napoli*] 438/Nota - 494
NECESSIDADES, Convento das... 420/Nota 3
NERI, Achille 335/Nota 1 - 347/Nota 1 - 348/Nota 1 - 349/Nota 1 - 351/Nota 2 354 - 498
NICADRO [de Cólofon : sécs. III-II a.C.] 452/Nota 1
NICOLAU, Ilha de São... 408/Nota
NILO 415
NINO [Teria fundado o império da Assíria em 1273 a.C.] 402/Nota 2
NORBERT, Reverendo... : *Veja* PARISOT, Pierre
NOVELLARA 331/Nota 2
NÚMIDAS 412

O

OLIVEIRA, Cavaleiro de... 400/Nota 1
O'NEAL 408 - 425
ORCA 459/Nota 1
ORLANDO [*Personagem de poemas cavaleirescos*] 456/Nota 2
ORMÉA, Marquês de... [= CARLO VINCENZO FERRERO DI ROASIO, marchese D'ORMEA : Mondovì, 1680 / / Turim, 1745] 419/Nota 1
OVÍDIO NASÃO, Públio [Sulmona, 43 a.C. / / Tomos, 18 d.C.] 450/Nota 4
OXFORD [Port. *Oxónia*] 429

P

PÁDUA [Ital. *Pàdova*] 335 - 463 - 491
PAITA 395/Nota 1
PAIVA, Maria Teresa de Novais 500
PARINI, Giuseppe [Bosísio, 1729 / / Milão. 1799] 331/Nota 2 - 497
PARIS 352/Nota 3 - 474
PARISOT ou PARISOTTO, Pierre 419
PASQUALI, Giambattista [Tipógrafo de Veneza] 351
PASQUALI, Giorgio 392/Nota 1 - 499
PASSERONI, Gian Carlo [Nice, 1713 / / Milão, 1803] 332
PÁTROCLO 361 - 461
PAULINO de Bordéus, Bispo de Nola, São... [Bordéus, 353 / / Nola, 431] 426/Nota 1
PAULO III, papa [= ALESSANDRO FARNESE : Canino, 1468 / / Roma, 1549] 420/Nota 1
PEDRO, São... 423/Nota 4
PEDRO III 389 - 393 - 403 - 432 - 465 - 468 - 473
PEGÕES 453 - 454 - 461 - 480
PEI, Mario A. 392/Nota 1 - 500
PENA, N.ª Senhora da 358 - 427 - 439 - 482
PENEDO DE LISBOA : *Veja* ROCA, Cabo da...
PEREIRA, António Guedes 445
PEREIRA, Custódio 454/Nota 1
PEREZ, Dàvide [Nápoles, 1711 / / Lisboa, 30-X-1778] 437 - 438
PERNA, Maria Luisa 498
PERU 384 - 395/Nota 1
PETRARCA, Francesco [Arezzo, 1304 / / Arquà, 1374] 334 - 458 - 463/Nota
PICCIONI, Luigi 332 - 333/Nota 2 - 471/Nota 2 - 481/Nota 1 - 495 - 496 - 498
PIEMONTE 464/Nota 2
PINDO 450
PIOZZI, Hester 336 - 498
PIRENÉUS 476
PÍROIS 450
PISA 450 - 490
PITÁGORAS 426
PITT 412/Nota 3
PLACÊNCIA [= Ital. *Piacenza*] 453
PLÍNIO-o-MOÇO [= CAIO PLÍNIO CECÍLIO SEGUNDO : Como, 61 d.C. / / Roma, 114] 366
PLYMOUTH 361 - 407 - 408/Nota
PÓ, Rio... 492
POLICARPO [*Criado do duque de Aveiro*] 401
POLICHINELO [= ital. *Pulcinella*] 418
POLICIANO, Ângelo [= ÁGNOLO AMBROGINI : Montepulciano, 1454 / / Florença, 1494] 409
POMBAL, Marquês de... : *Veja* CARVALHO E MELO, Sebastião José de...
POPE, Alexander [Londres, 1688 / / Twickenham, 1744] 436
POPPE, E. 392/Nota 1 - 500

PORPORA, Nicola Antonio Giacinto [Nápoles, 17-VIII-1686 / / 3-VIII-1768] 438/Nota
PORTSMOUTH 448
PORTUGAL : *passim*
PRAXÍTELES [1ª metade do séc IV a.C.] 471/Nota 1
PULCI, Luigi [Florença, 1432 / / Pádua, 1484] 402/Nota 1 - 467/Nota 1
PUPPO, Mario 499

Q

QUIRINI, Angelo Maria 466/Nota
QUÍRON 413/Nota 2
QUIXOTE, D. ... 412

R

RABICÃO 389 - 391
RAFAEL [= RAFFAELLO SANZIO : Urbino, 1483 / / Roma, 1520] 488
«RAMBLER» 335
RATTON, Jácome 501
RAVEL, Maurice [Ciboure, 7-III-1875 / / Paris, 28-XII-1937] 464/Nota 2
REDI, Francesco [Arezzo, 1626 / / Pisa, 1698] 490
REIS, Pedro Batalha 384/Nota 2
REYNOLDS, Joshua [Plympton Earl, 1723 / / Londres, 1792] 334 - 335
RIBEIRA, Conde de... 410
RICHARDSON, Samuel [Derbyshire, 1689 / / Londres, 1761] 334
RINALDINI, Carlo 490
RIO MAIOR, Marquês de... 501
ROBINS, Benjamin 395/Nota 1
ROCA, Cabo da... 386/Nota 4
ROCA, Conde de... 479
RODAMONTE [*Ital.* Rodomonte, *personagem de poemas cavaleirescos*] 455
ROGÉRIO [*Ital.* Ruggiero, *personagem do «Orlando Furioso»*] 459/Nota 1
ROMA 429 - 435 - 464 - 479
ROSSINI, Gioacchino [Pesaro, 29-II-1792 / / Passy, 13-XI-1868] 402/Nota 2
ROUSSEAU, Jean-Jacques [Genebra, 1712 / / Ermenonville, 1778] 419/Nota
ROVIGO 382/rodapé
RUGGIERO : *Veja* ROGÉRIO

S

SÁ ALMEIDA E MENESES, D. Rodrigo de... : *Veja* ABRANTES, Marquês de...
SABÓIA 384
SAINT-PIERRE, Jacques Henri Bernardin de... [Le Havre, 1737 / / Eragny, 1814] 419/Nota
SALDANHA, Cardeal D. Francisco de... [Lisboa, 20-V-1723 / / 1-XI-1776] 401/Nota 1
SALVINI, Anton Maria [Florença, 1653 / / 1729] 361
SAMARIA 423/Nota 4
SAMPAYO, Luís Teixeira de... 349 / / Nota 2 - 502
SANCHES, António Nunes Ribeiro [Penamacor, 7-II-1699 / / Paris, 14-X-1783] 446/Nota 1
SÁNCHEZ COELLO, Alonso : *Veja* COELHO, Afonso Sanches
SARDANAPALO 402/Nota 2
SASSETTI, Filippo [Florença, 1540 / / Goa, 1588] 346/Nota 1
SCALIGERO, Giulio Cesare [= GIULIO BORDONI : Riva del Garda, 1484 / / Agen, 1558] 361 - 465
SCANNABUE, Aristarco [Pseudónimo de Giuseppe Baretti: *Veja* ARISTARCO SCANNABUE]
SCHIAVO, Biagio 332
SEGNERI, Paolo [Prosódia : *Sénheri* : Nettuno, 1624 / / Roma, 1694] 433
SEMÍRAMIS 402
SÉNECA, Lúcio Aneu [Córdova, I séc. a.C. / / Roma, 65 d.C.] 476
SENEGAL 424 - 427
SERICANA 455/Nota 2
SETÚBAL 441/Nota 1
SEVILHA 494
SHAKESPEARE, William [Straftord on Avon, 1564 / / 1616] 334 - 336 - 339 - 340
SHARP, Samuel 335
SHERLOCK, Th. [1678-1761] 334
SIMÃO MAGO 423
SIMIONI, Attilio 495
SINTRA 358 - 423 - 430 - 431 - 439 - 440 - 441 - 454 - 481 - 482
SOUTHWELL, Edward 334 - 347 - 352 - 357 - 386 - 388 - 393 - 422 - 423 - 424 - 427 - 435 - 439 - 446 - 451 - 460 - 462 - 463 - 467 - 472 - 474 - 479
SUPERGA 386

T

TACCA, Ferdinando [Carrara, 1619 // Florença, 1686] 453/Nota 2
TAGLIAZUCCHI, Giró!amo [Módena, 1674 // ?, 1751] 332
TAMISA 492
TANZI, Carlo Antonio [Milão, 1710 // 1762] 332
TAVISTOCK 364
TÁVORA, Marquesa Teresa de... 411/Nota 1 - 440
TEBAIDA 426/Nota 2
TEJO, Rio... 353 - 387 - 397 - 406 - 407 411 - 422 - 430 - 449 - 451 - 492
TELES de Utra Machado, Alberto [Angra do Heroísmo, 24-I-1840 // Lisboa, 11-I-1924] 496
TEMÍSTOCLES [*Personagem de P. Metastásio*] 435
TEMPESTA, Dom... 402
TEODÓSIO, D. ..., Duque de Bragança 468/Nota 1
TERCEIRAS, Ilhas... 447
TESAURO, Emanuele [Turim, 1591 // 1675] 434
TÉTIS 386/Nota 6
TEZA, Emilio [Veneza, 1831 // Pádua, 1912] 498
TICIANO [= TIZIANO VECELLIO : Pieve di Cadore, c. 1487 // Veneza, 1576] 488
TILLOTSON, John Robert 334 - 433
TITONO 411
TOFFANIN, Giuseppe 498
TORRICELLI, Evangelista [Faenza *ou* Modigliana, 1608 // Florença, 1647] 490
TOSCANA 342 - 464/Nota 2 - 490
TOURNEFORT, Joseph Pitton de... 461
TOURNEUR, LE..., Pierre : *Veja* LE TOURNEUR, Pierre
TRASFORMATI, Accademia de' ... 332
TREVISO 382/rodapé
TRÓIA 453
TÚLIO : *Veja* CÍCERO, Marco Túlio
TURIM [= ital. *Torino*] 331 - 332 - 361 - 386/Nota 5 - 397/Nota 1 - 406/Nota 2 - 453 - 460/Nota 2 - 466/Nota

U

ÚDINE 382/rodapé
UGOLINO, Conde... [= UGOLINO DELLA GHERARDESCA : Pisa, ? // 1289] 450
ÚTICA 452

V

VACAS, Paço do Pátio das... 410/Nota 3
VALHADOLID [= Esp. *Valladolid*] 472
VENDA DO DUQUE 460 - 461 - 466
VENDAS NOVAS 452 - 454/Nota 1 - 456 - 458 - 459 - 466 - 480 - 482
VENEZA [= Ital. *Venezia*] 332 - 334 - 347 - 348 - 350 - 351 - 352 - 483/Nota 1 - 487
VENTASNUEVAS 451/Nota 2
VÉNUS de Médicis 471
VERNEY, Luís António [Lisboa, 23-VII-1713 // Roma, 20-III-1792] 446/Nota 1
VERONA 382/rodapé
VERRI, Irmãos... [= ALESSANDRO VERRI : Milão, 1741 // Roma, 1816; PIETRO VERRI : Milão, 1728 // 1797] 342 - 343
VERROCCHIO, Andrea del... [Florença, 1435 // Veneza, 1488] 453/Nota 2
VERSAILLES 494
VESTEFÁLIA 470
VESÚVIO 366
VICÊNCIA [= Ital. *Vicenza*] 467
VIEIRA, António [Lisboa, 6-II-1608 // Baía, 18-VII-1697] 433
VIGANEGO 400/Nota 1
VIGNOLA [= IÁCOPO BAROZZI : Vignola, 1507 // Roma, 1573] 428/Nota 4
VILA VIÇOSA 454 - 466 - 468 - 469 - 482
VILLAVICIOSA [= Vila Viçosa] 454/Nota 2
VIRGÍLIO MARÃO, Públio [Andes (Mântua, 15-X-70 a.C. // Brindes, 19] 414/Nota 3 - 489
VÍTOR AMADEU, Duque de SABÓIA [Futuro *Vítor Amadeu III de Sabóia*, Rei de Sardenha] 481/Nota 1
VÍTOR AMADEU I de SABÓIA 453/Nota 2
VÍTOR AMADEU II de SABÓIA [1º Rei da Sardenha : Turim, 14-V-1666 // Rívoli, 31-X-1732] 386/Nota 5 - 492
VITRÚVIO POLIÃO [Primeira metade do séc. I d.C.] 428/Nota 4
VIVIANI, Vincenzo [Florença, 1622 // 1703] 490
VOLTAIRE [= FRANÇOIS-MARIE AROUET; Paris, 1694 // 1778] 333 - 336 - 340 - 400 /Nota 1 - 402/Nota 2 - 418/Nota 1 - 497 - 498

W

WALSH, William [1663 / / 1709] 436
WALTER, Félix 393/Nota 1 - 400/Nota 1 - 500
WICHERLEY, William [1640 / / 1716] 436
WISBICH [Aliás : *Wisbech* ou *Wisbeach*] 439

Y

YOUNG, Edward [Upham, 1683 / / Welwjn, 1765] 334 (Alusão ao famoso *Complaint, or Night Thoughts on Life, Death and Immortality*, que teve também em Itália uma projecção vasta e profunda).

Z

ZAPPI, Gian Battista Felice [Na Arcádia, *Tirsi Leucadio* : Ímola, 1667 / / Roma, 1719] 458
ZAPPI MARATTI, Faustina [Na Arcádia, *Aglauro Cidónia* : Roma, 1679 / / 1745] 458/Nota 2
ZÉFIRO 449
ZEUS 430/Nota 1
ZEVOLLA 351
ZUCCARELLI, Francesco [Pitigliano, 1702 / / Florença, 1788] 428

ÍNDICE DAS CARTAS

	Págs.
Carta 9ª : DO BARCO, 28 de Agosto de 1760	383
Carta 10ª : Noite de 28 de Agosto de 1760	383 - 385
Carta 11ª : 29 de Agosto de 1760	385
Carta 16ª : LISBOA, 31 de Agosto de 1760	385 - 388
Carta 17ª : LISBOA, 1 de Setembro de 1760	388 - 393
Carta 18ª : LISBOA, noite de 1 de Setembro de 1760	393 - 396
Carta 19ª : LISBOA, 2 de Setembro de 1760	396 - 400
Carta 20ª : LISBOA, 3 de Setembro de 1760	400 - 405
Carta 21ª : LISBOA, 5 de Setembro de 1760	406 - 411
Carta 22ª : LISBOA, 6 de Setembro de 1760	411 - 415
Carta 23ª : LISBOA, 7 de Setembro de 1760	415 - 419
Carta 24ª : LISBOA, 8 de Setembro de 1760	419
Carta 25ª : LISBOA, 9 de Setembro de 1760	420 - 423
Carta 26ª : SINTRA, 11 de Setembro de 1760	423 - 426
Carta 27ª : SINTRA, 12 de Setembro de 1760	426 - 430
Carta 28ª : LISBOA, 13 de Setembro de 1760	431 - 436
Carta 29ª : LISBOA, noite de 13 de Setembro de 1760	436 - 440
Carta 30ª : LISBOA, noite de 15 de Setembro de 1760	440 - 449
Carta 31ª : LISBOA, 16 de Setembro de 1760	449
Carta 32ª : ALDEIA GALEGA, 17 de Setembro de 1760	449 - 451
Carta 33ª : VENDAS NOVAS, 18 de Setembro de 1760	451 - 456
Carta 34ª : ARRAIOLOS, 19 de Setembro de 1760	456 - 459
Carta 35ª : ESTREMOZ, noite de 20 de Setembro de 1760	459 - 466
Carta 36ª : ELVAS, 22 de Setembro de 1760	466 - 474
Carta 37ª : BADAJOZ, noite de 22 de Setembro de 1760	474 - 479
Carta 38ª : *Sem data*	479 - 483
FRAGMENTOS TRADUZIDOS DA EDIÇÃO INGLESA DE 1770 :	484 - 494
Vol. I, Carta 31ª	484 - 488
Carta 32ª	489 - 491
Carta 33ª	491 - 494

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS ASSUNTOS

Págs.

Almanaques portugueses de Madrid (Os), por Luís Mendonça de Albuquerque. 1

Espiritualidade e valores humanos em Luís de Camões, por José Henriques Mouta. 165

Giuseppe Baretti e as suas «Cartas de Portugal», traduzidas, prefaciadas e anotadas por Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão 331

Lição inaugural da cadeira de clínica pediátrica e puericultura: 1966-1967, por José dos Santos Bessa 315

Samuel Tibau and Portuguese ivory inlaid furniture of the seventeenth century, por Robert C. Smith. 154

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

Págs.

José Henrique Mouta

Espiritualidade e valores humanos em Luís de Camões 165

José dos Santos Bessa

Lição inaugural da cadeira de clínica pediátrica e puericultura: 1966-1967. 315

Luís Mendonça de Albuquerque

Os almanaques portugueses de Madrid 1

Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão

Giuseppe Baretti e as suas «Cartas de Portugal». Traduzidas, prefaciadas e anotadas 331

Robert C. Smith

Samuel Tibau and Portuguese ivory inlaid furniture of the seventeenth century ... 154